

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

BAUHAUS-UNIVERSITÄT WEIMAR
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

THALLES VICHATO BREDA

**O CAMPO DA POLÍTICA HABITACIONAL
NO ÚLTIMO DESMANCHE:
OCUPAÇÕES, MOVIMENTOS SOCIAIS
E ATIVISMO IDENTITÁRIO**

SÃO CARLOS-SP
2023

FEDERAL UNIVERSITY OF SÃO CARLOS
CENTER OF EDUCATION AND HUMAN SCIENCES
SOCIOLOGY DEPARTMENT
POSTGRADUATE PROGRAM IN SOCIOLOGY

BAUHAUS-UNIVERSITÄT WEIMAR
FACULTY OF ARCHITECTURE AND URBANISM

THALLES VICHATO BREDA

**THE HOUSING POLICY FIELD IN
THE LAST DISMANTLING:
OCCUPATIONS, SOCIAL MOVEMENTS
AND IDENTITY ACTIVISM**

SÃO CARLOS-SP
2023

THALLES VICHATO BREDÁ

**O CAMPO DA POLÍTICA HABITACIONAL NO ÚLTIMO DESMANCHE:
OCUPAÇÕES, MOVIMENTOS SOCIAIS E ATIVISMO IDENTITÁRIO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e à Bauhaus-Universität Weimar (BUW), à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo em regime de cotutela, para obtenção do título de Doutor em Sociologia (UFSCar) e o título de Dr. Phil (BUW).

Orientação: Dra. Isabel Pauline Hildegard Georges (UFSCar) e Dr. Frank Eckardt (BUW).

São Carlos-SP
2023

THALLES VICHATO BREDÁ

**THE HOUSING POLICY FIELD IN THE LAST DISMANTLING:
OCCUPATIONS, SOCIAL MOVEMENTS AND IDENTITY ACTIVISM**

Thesis presented to the Postgraduate Program in Sociology, Department of Sociology, Federal University of São Carlos (UFSCar) and Bauhaus-Universität Weimar (BUW), Faculty of Architecture and Urbanism on a cotutelle regime, to obtain the title of Doctor in Sociology (UFSCar) and the title of Dr. Phil (BUW).

Supervisor: Dr. Isabel Pauline Hildegard Georges (UFSCar) and Dr. Frank Eckardt (BUW).

São Carlos-SP
2023

EDIÇÃO BILÍNGUE

BILINGUAL EDITION

Breda, Thalles Vichiato

O campo da política habitacional no último desmanche:
ocupações, movimentos sociais e ativismo identitário /
Thalles Vichiato Breda -- 2023.
347f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos,
campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Isabel Pauline Hildegard Georges

Banca Examinadora: Isabel Pauline Hildegard Georges,
Frank Eckardt, Cibele Saliba Rizek, Caio Santo Amore de
Carvalho, Edson Miagusko

Bibliografia

1. Sociologia. 2. Movimentos Sociais. 3. Habitação. I.
Breda, Thalles Vichiato. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado do candidato Thalles Vichiato Breda, realizada em 15/12/2023.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Isabel Pauline Hildegard Georges (IRD)

Prof. Dr. Frank Eckardt (BUW)

Profa. Dra. Cibele Saliba Rizek (USP)

Prof. Dr. Caio Santo Amore de Carvalho (USP)

Prof. Dr. Edson Miagusko (UFRRJ)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Dedico esta tese a todos e todas que lutam incansavelmente pela moradia e pelos direitos sociais em um país com desigualdades sociais abismais.

I dedicate this thesis to all those who struggle tirelessly for housing and social rights in a country with abysmal social inequalities.

Agradecimentos

Escrever uma tese pode até parecer uma tarefa individual e solitária, mas este processo acontece somente através do trabalho coletivo, muitas vezes invisibilizado, seja em relação ao universo acadêmico — as conversas com os pares e com os informantes de campo, as redes de pesquisa, os congressos, a sala de aula, as leituras de inúmeras versões do texto realizadas por amigos e orientadora, dentre tantos outros espaços de troca e aprendizado; ou relativo ao universo da reprodução da própria vida — o apoio financeiro, emocional, a louça lavada, a roupa limpa e a refeição servida, em outras palavras, o trabalho doméstico invisível e o cuidado permanente que possibilitam manter o foco no trabalho, nos estudos e na escrita. Todos estes processos envolvem direta ou indiretamente dezenas de pessoas.

Gostaria de começar agradecendo minha orientadora e amiga Isabel Georges, pelos anos de ensinamento, orientação e amizade, desde o início do meu projeto de mestrado, em 2015, quando tão pouco eu mesmo entendia os meus primeiros rascunhos. Sua sabedoria, paciência e seu apoio em momentos difíceis, na academia e na vida pessoal, foram fundamentais para o meu desempenho acadêmico. Agradeço as infindáveis horas dedicadas à leitura, orientação e conselhos. Graças a você, pude alcançar voos mais altos.

Gostaria também de agradecer meus colegas e amigos do nosso grupo de estudo, LMI-SAGEMM (Laboratório Misto Internacional: social activities, gender, markets and mobilities from below — Latin America), que possibilitaram uma troca intensa de conhecimento ao longo destes anos. Assim como os colegas da minha turma de doutorado na UFSCar.

Aproveito para agradecer também aos membros da Revista *Áskesis*, a qual tive o privilégio de ser editor-chefe por quase três anos junto à uma equipe dedicada e atenciosa. Um agradecimento especial para a Aninha, colega e amiga, que sempre esteve ao meu lado com uma palavra de sabedoria e conforto.

Agradeço ao meu orientador, Frank Eckardt, por me acolher de prontidão com minha proposta de doutorado cotutela e me abrir as portas da Bauhaus-Universität Weimar, assim como confiar no meu trabalho e competência. Agradeço Johanna Hoerning, na época professora da Universidade Técnica de Berlim, por me acolher como pesquisador visitante no centro colaborativo de pesquisa “SFB 1265 Re-Figuration von Räumen”, em 2019 e, posteriormente, por ter me colocado em contato com Frank.

Em um momento de apreensão e ansiedade pelo novo, gostaria de agradecer meus colegas que me receberam tão bem em Weimar, a começar pela Dr. Elodie Vittu, gerente do IfEU (Institute for European Urban Studies), e o corpo docente. Elevo meus agradecimentos também para os meus amigos de doutorado da Bauhaus, Dasha, Husain e Damla e tantos outros que fazem parte do grupo de pesquisa do IfEU. Assim com deixo meus agradecimentos aos meus colegas de WG e tantas outras amizades que ficarão eternamente marcadas em minha memória e que foram fundamentais para minha adaptação na Alemanha.

À Cibele Rizek, que tem acompanhado meu trabalho desde meu mestrado e participado da minha banca de qualificação do doutorado, junto com Caio Amore, o qual registro também meus agradecimentos. Agradeço aos membros da minha banca de defesa de doutorado. Os apontamentos foram preciosos e profícuos para o desenvolvimento desta tese.

Agradeço imensamente a todos e todas os meus interlocutores que se dispuseram separar parte do tempo de suas vidas tão corridas para dialogarem comigo e colaboraram decisivamente para os rumos desta pesquisa. Agradeço as lideranças da ocupação “Em busca de um sonho”, que sempre estiveram dispostos a me receber e responder inúmeras perguntas. Agradeço também ao vereador Djalma Nery e ao seu assessor, Vitor Camacho, pela paciência e atenção, por me abriram portas e me levarem para diversas visitas a campo. Agradeço a Camila, do grupo Maitá, pela disponibilidade ao longo de todos estes anos.

Aos meus interlocutores do MTST — aos militantes, coordenadores, acampados e brigadistas, com os quais tive inúmeras conversas — registro minha eterna gratidão. A minha experiência na Escola de Trabalho de Base influenciou os rumos desta pesquisa e me deixou ainda mais sensível às causas sociais e a luta por moradia. Desejo vida longa ao movimento e a seus militantes.

Gratulo também os profissionais e professores do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos e do Institute for European Urban Studies, da Bauhaus-Universität Weimar, pelo apoio técnico, material, financeiro e estrutural. Agradeço especialmente o professor Fábio Sanchez, pelo apoio imprescindível na reta final do doutorado e pelo convite para integrar o “Observatório das Desigualdades, Conflitos, Democracia e Autonomia (ODE)”, na UFSCar. Aproveito para agradecer à Capes, pela bolsa de estudos, em parceria com o DAAD, que me possibilitou permanecer por 16 meses na Alemanha, realizando meu doutorado sanduíche na modalidade cotutela.

Um agradecimento especial para meu grande amigo Bill Moreira, pelas conversas, apoios e pelos contatos que me possibilitaram abrir portas em meu campo de pesquisa. Gostaria de deixar meus agradecimentos também para Nath, Pedrinho e Magê, amigos que a

Ciências Sociais e São Carlos me presentaram — tão importantes para o desenvolvimento desta tese nos mais diversos aspectos e especiais em minha vida pessoal. Assim como Edgar e Franca, pontos de apoio tão importantes ao longo destes anos, seja no Brasil ou na Alemanha. A amizade de todos vocês significa muito para mim.

Realizar um doutorado em tempos obscuros nos coloca obstáculos que somente a fé das pessoas ao nosso redor pode iluminar nosso caminho e renovar nossas esperanças. Agradeço imensamente aos meus familiares, pelo apoio ao longo desta jornada, de inúmeras maneiras. Ao meus pais — Nirley e Garfildes, pelo trabalho duro, pelo apoio e carinho. Aos meus irmãos e respectivas famílias, agradeço o suporte ao longo destes anos. Agradeço imensamente também aos meus sogros — Rosana e Moisés, por todo cuidado, carinho e atenção nesta reta final, confiando cegamente em meu trabalho. Agradeço especialmente à minha companheira, Natasha Poliana, por todo amor, paciência e companheirismo ao longo destes anos e por acreditar em minhas aventuras.

Resumo

Esta tese tem como objetivo compreender as mudanças no campo da política habitacional brasileira no contexto do “último desmanche”, entre 2013 e 2022. Busca-se mapear os deslizamentos entre a conjuntura produzida pelos governos do Partido dos Trabalhadores, de 2003 a 2016; e a conjuntura pós-golpe de Estado, entre maio de 2016 a 2022, representado pelos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Como objetivos específicos, busca-se compreender (a) o quadro normativo e programático no campo da política habitacional institucional gestado no pós-golpe e, (b) as formas de reivindicação da parte daqueles que não têm parte, ou seja, das práticas da sociedade civil organizada, dos movimentos sociais, partidos políticos, dentre outros atores, na luta pelo acesso à moradia e à terra. A hipótese desta pesquisa indica que esses marcos atualizaram as formas de produção dos territórios de pobreza, a disputa pelo espaço urbano, a relação com o Estado e diferentes atores, e a própria concepção de habitação social gestada durante o lulismo. A metodologia adotada se baseou na análise de documentos e leis; revisão bibliográfica; observação participante; e etnografia multissituada e multiescalar. Empiricamente, partiu-se da análise do ciclo de ocupações na cidade de São Carlos, iniciado em 2014 e, a partir dos fios tecidos na ocupação “Em busca de um sonho”, acompanhamos o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) na região metropolitana de São Paulo, através do ingresso na Escola de Trabalho de Base do MTST, em 2023. Alguns resultados podem ser apontados. O desmanche de mecanismos institucionais de acesso à moradia representados pelo PMCMV, as Jornadas de Junho de 2013 e o golpe de Estado, em 2016, abriram caminho para um “novo ativismo urbano”, composto por um conjunto de coletivos, redes de movimentos sociais, práticas de ocupação voltadas para a luta pelo direito à cidade e o próprio direito à vida. Isso significa a produção de uma nova constelação de iniciativas, o alargamento de um repertório de luta e formas de organização em uma nova escala de atuação. No contexto da sobreposição de governos conservadores junto ao cenário pandêmico, houve a instauração das “lutas de emergência” devido ao rebaixamento histórico das condições de reprodução social. O acesso à moradia foi substituído pelo acesso à terra parcialmente urbanizada. As ocupações ganharam centralidade e novos contornos. O quadro normativo proposto para o campo habitacional opera por meio de uma zona cinza, abrindo caminho para a atuação de diferentes atores não-institucionais no campo habitacional. Os atores analisados foram os movimentos sociais, partidos políticos, as assessorias técnicas, a igreja evangélica e o crime organizado. A partir deste cenário, os movimentos sociais na última década, especialmente o MTST, têm acolhido cada vez mais demandas sociais, tanto no campo dos direitos das minorias, como no campo da sustentabilidade, dos direitos trabalhistas, etc. A política identitária tem desempenhado um papel importante dentro deste ativismo urbano, por meio da construção identitária de um “novo” sujeito histórico de transformação social legítimo – o sujeito periférico com demandas plurais –, que lentamente parece substituir o proletário. Nestas modulações, vai se produzindo um mercado moral das identidades. O MTST tem se colocado como um importante ator político a partir do vácuo produzido por outras organizações coletivas, como o sindicato, e opera um arranjo entre a população periférica e os setores progressistas da classe média, no qual o conflito é reterritorializado a partir das periferias urbanas.

Palavras-chave: Habitação Social; Ocupações Urbanas; Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto; Ativismo urbano; Política Habitacional.

Abstract

This thesis aims to understand the changes in the field of Brazilian housing policy in the context of the “last dismantling”, between 2013 and 2022. It seeks to map the shifts between the conjuncture produced by the Workers' Party governments, from 2003 to 2016; and the post-coup conjuncture, between May 2016 and 2022, represented by the governments of Michel Temer and Jair Bolsonaro. The specific objectives are to understand (a) the normative and programmatic framework in the field of institutional housing policy in the post-coup period, and (b) the forms of claim by those who have no part, i.e. organized civil society, social movements, political parties, among other actors, in the struggle for access to housing and land. The hypothesis of this research is that these milestones have updated the ways in which territories of poverty are produced, the dispute over urban space, the relationship with the state and different actors, and the very concept of social housing developed during Lulism. The methodology used was based on the analysis of documents and laws; a bibliographical review; participant observation; and multi-sited and multi-scalar ethnography. Empirically, we started by analyzing the cycle of occupations in the city of São Carlos, which began in 2014 and, based on the threads tied together in the “In search of a dream” occupation, we followed the Movement of Homeless Workers (MTST) in the metropolitan region of São Paulo, through my entry into the MTST's School of Grassroots Work in 2023. Some results can be pointed out. The dismantling of institutional mechanisms for access to housing represented by the PMCMV and the June 2013 Journeys, combined with the coup d'état in 2016, paved the way for a “new urban activism”, made up of a set of collectives, networks of social movements, occupation practices aimed at fighting for the right to the city and the right to life itself. This means the production of a new constellation of initiatives, the broadening of a repertoire of struggles and forms of organization, on a new scale of action. In the context of the overlapping of conservative governments with the pandemic scenario, “emergency struggles” were established due to the historical demotion in the conditions of social reproduction. Access to housing was replaced by access to partially urbanized land. Occupations took center stage and gained new contours. The normative framework proposed for the housing field operates through a gray zone, opening the way for different non-institutional actors to act in the housing field. The actors analyzed were social movements, political parties, technical assistance, the evangelical church and organized crime. Against this backdrop, social movements in the last decade, especially the MTST, have increasingly taken up social demands, both in the field of minority rights and in the field of sustainability, labor rights, etc. Identity politics has played an important role within this urban activism, through the identity construction of a “new” historical subject of legitimate social transformation - the peripheral subject with plural demands - which slowly seems to replace the proletarian. These modulations are producing a moral market in identities. The MTST has positioned itself as an important political actor from the vacuum produced by other collective organizations, such as the trade union, and operates an arrangement between the peripheral population and the progressive sectors of the middle class, in which the conflict is reterritorialized from the urban peripheries.

Keywords: Social Housing; Urban Occupations; Homeless Workers' Movement; Urban activism; Housing Policy.

Zusammenfassung

Titel. Der Bereich der Wohnungspolitik in der letzten Phase des Abbaus: Besetzungen, soziale Bewegungen und Identitätsaktivismus

Ziel dieser Arbeit ist es, die Veränderungen im Bereich der brasilianischen Wohnungspolitik im Kontext des „letzten Abbaus“ zwischen 2013 und 2022 zu verstehen. Es wird versucht, die Verlagerungen zwischen denen Umständen, die durch die Regierungszeiten der Arbeiterpartei von 2003 bis 2016 hervorgingen, und den Umständen nach dem Staatsstreich zwischen Mai 2016 und 2022, die durch die Regierungszeiten von Michel Temer und Jair Bolsonaro repräsentiert wird, zu erfassen. Die spezifischen Ziele bestehen darin, (a) den normativen und programmatischen Rahmen im Bereich der institutionellen Wohnungspolitik in der Zeit nach dem Putsch und (b) die Formen des Anspruchs derjenigen, die keine Rolle spielen, d.h. die organisierte Zivilgesellschaft, soziale Bewegungen, politische Parteien und andere Akteure im Kampf um den Zugang zu Wohnraum und Land zu verstehen. Die Hypothese dieser Forschungsarbeit ist, dass diese Meilensteine die Art und Weise, wie Armutsterritorien geschaffen werden, verbessert haben, den Streit um den urbanen Raum, die Beziehung zum Staat und zu verschiedenen Akteuren sowie das Konzept an sich des sozialen Wohnungsbaus während des Lulismus entwickelt haben. Die angewandte Methodik basiert auf der Analyse von Dokumenten und Gesetzen, einer bibliografischen Untersuchung, der Beobachtung von Teilnehmenden sowie einer multiskalaren und „multi-site“ Ethnographie. Empirisch wurde mit der Analyse des Zyklus der Besetzungen in der Stadt São Carlos ab 2014 begonnen, und verfolgten, ausgehend von den Fäden, die in der Besetzung „Auf der Suche nach einem Traum“ geknüpft wurden, die Bewegung der obdachlosen Arbeiter*innen (MTST) in der Metropolregion São Paulo durch meinen Eintritt in die Schule für Basisarbeit der MTST im Jahr 2023. Einige Ergebnisse können hervorgehoben werden. Der Abbau der institutionellen Mechanismen für den Zugang zu Wohnraum, verkörpert durch die PMCMV und die Proteste im Juni 2013 in Verbindung mit dem Staatsstreich von 2016, ebnete den Weg für einen „neuen urbanen Aktivismus“, der aus einer Reihe von Kollektiven, Vernetzung von sozialen Bewegungen und Besetzungspraktiken besteht, welche für das Recht auf die Stadt und das Recht auf Leben selbst kämpfen. Dies bedeutet die Bildung einer neuen Konstellation von Initiativen, die Erweiterung eines Repertoires an Kämpfen und Organisationsformen in einem neuen Handlungsspielraum. Im Kontext der Überschneidung von konservativen Regierungen mit der Covid-Pandemie kam es aufgrund der historischen Verschlechterung der Bedingungen für die soziale Reproduktion zu „Notfallkämpfen“. Der Zugang zu Wohnraum wurde durch den Zugang zu teilweise urbanisiertem Land ersetzt. Besetzungen rückten in den Mittelpunkt und gewannen neue Konturen. Der für den Wohnungssektor vorgeschlagene normative Rahmen bewegt sich in einer Grauzone, die verschiedenen nicht-institutionellen Akteuren den Weg zum Handeln im Bereich des Wohnens eröffnet. Die untersuchten Akteure waren soziale Bewegungen, politische Parteien, technische Beratung, die evangelische Kirche und das organisierte Verbrechen. Vor diesem Hintergrund haben die sozialen Bewegungen im letzten Jahrzehnt, insbesondere die MTST, zunehmend soziale Forderungen aufgegriffen, sowohl im Bereich der Minderheitenrechte als auch im Bereich der Nachhaltigkeit, der Arbeitsrechte etc. Die Identitätspolitik hat in diesem urbanen Aktivismus eine wichtige Rolle gespielt, und zwar durch die Identitätskonstruktion eines „neuen“ historischen Subjekts der legitimen sozialen Transformation - des peripheren Subjekts mit pluralen Ansprüchen -, das langsam an die Stelle

des Proletariats zu treten scheint. Diese Modulationen erzeugen einen moralischen Identitätsmarkt. Die MTST hat sich als wichtiger politischer Akteur in dem von anderen kollektiven Organisationen, wie beispielsweise der Gewerkschaften, geschaffenen Vakuum positioniert und betreibt ein Arrangement zwischen der peripheren Bevölkerung und den progressiven Sektoren der Mittelschicht, in dem der Konflikt von den städtischen Peripherien aus reterritorialisiert wird.

Schlagwörter: Sozialer Wohnungsbau; Urbane Besetzungen; Bewegung der Obdachlosen Arbeiter*innen; Urbaner Aktivismus; Wohnungspolitik.

Lista de Figuras, Gráficos e Tabelas

FIGURAS

Figura 1. Covas coletivas em Manaus (AM) em decorrência da Covid-19 e da gestão do governo Bolsonaro, abril de 2020	48
Figura 2. Localização da região sudoeste e ocupações, com relevo, São Carlos, 2020	56
Figura 3. Políticas de habitação do governo Bolsonaro	82
Figura 4. Mudanças de logo: propaganda de março e outubro de 2020	86
Figura 5. Conjuntura política, social e legal e o ciclo de ocupações por moradia em São Carlos, 2013-2023	111
Figura 6. PMs fortemente armados no ônibus de transporte público da Empresa Athenas Paulista, ocupação “Sundermann”, 2014	113
Figura 7. Reintegração de posse ocupação “Sundermann”, 2014	115
Figura 8. Limpeza e ocupação do terreno, 09 de fevereiro de 2014	116
Figura 9. Grupos políticos e moradores da ocupação “Sundermann”	121
Figura 10. Encontro entre ocupações e construção da sede	122
Figura 11. Projeto apresentado para urbanização e marcação dos lotes, ocupação “Em busca de um sonho”	141
Figura 12. Rua aberta na ocupação “Em busca de um sonho”, fevereiro de 2020	141
Figura 13. Obras na ocupação “Em busca de um sonho”, meados de 2020	142
Figura 14. Urbanização do terreno ocupação “Em busca de um sonho”, janeiro de 2021	143
Figura 15. Pessoas disputando carcaças bovinas, Rio de Janeiro, 2021	149
Figura 16. Áreas públicas de São Carlos e localização das ocupações “Em busca de um sonho” (em amarelo) e “Em Busca de uma moradia” (em vermelho).	152
Figura 17. Postagem no Instagram “maitha.athis”, fevereiro de 2023.	181
Figura 18. Barraco de Felipe e espaço para culto religioso	192
Figura 19. Barraco transformado em igreja	192
Figura 20. Cinturão de ocupações do MTST na Região Metropolitana de São Paulo, 2001 – 2010	223
Figura 21. Imagem vinculada às comemorações de 25 anos do MTST, 2023	258
Figura 22. Organização do MTST, 2013	264

Figura 23. Organização do MTST, 2023	265
Figura 24. Ocupação “Nova Canudos”, 2023	274
Figura 25. “Lambe-lambe” colado nas ocupações no âmbito das eleições de 2022	281
Figura 26. Formação “Por que Ocupamos?”, ocupação “Carolina Maria de Jesus”, 2023.	288
Figura 27. “Mona Crespa” – representação de Ediane Maria, 2023	305

GRÁFICOS

Gráfico 1. Unidades habitacionais contratadas, PMCMV, 2009-2020 (em milhares)	73
Gráfico 2. Orçamento público disponibilizado para o PMCMV, entre 2009-2021, por categoria (em bilhões de reais)	74
Gráfico 3. Média anual por governo de unidades habitacionais contratadas, PMCMV, 2009-2020 (em milhares)	76
Gráfico 4. “Contratações” do PCVA, entre 2020-2021 (em milhares)	87
Gráfico 5. Evolução da taxa de desemprego no Brasil, de 2012-2020, em %	129
Gráfico 6. Expansão dos templos evangélicos de 1920 a 2019	186

TABELAS

Tabela 1. Comparação do atendimento por modalidade entre o PMCMV e o PCVA	83
Tabela 2. Comparação de juros dos financiamentos entre o PMCMV e o PCVA	84
Tabela 3. Principais leis, decretos, portarias, normativas citadas no capítulo 1	104

Siglas e Abreviações

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

ANEL – Assembleia Nacional dos Estudantes Livres

ANERMB – Associação Nacional de Entidades Representativas de Policiais Militares e Bombeiros Militares do Brasil

APA – Área de Preservação Ambiental

APA – Associação Periférica Ativa

APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

ATHIS – Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social

BH – Belo Horizonte

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNH – Banco Nacional de Habitação

BR – Brasil

BUW – Bauhaus-Universität Weimar

CAASO – Centro Acadêmico Armando de Salles Oliveira

CAJAR – Centro Acadêmico José Albertino Rodrigues

CATHIS – Comissão de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social

CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo

CCFDS – Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social

CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CEM – Centro de Estudos da Metrópolis

CENA – Centro de Energia Nuclear na Agricultura

CESIT – Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho

Cf. – Confira

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COMDEMA – Conselho Municipal de Meio Ambiente de São Carlos

COMDUSC – Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Carlos

Conab – Companhia Nacional de Abastecimento

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CUT – Central Única dos Trabalhadores
CV – Comando Vermelho
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DF – Distrito Federal
ESALQ – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
ETB-MTST – Escola de Trabalho de Base do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
EUA – Estados Unidos da América
FAR – Fundo de Arrendamento Residencial
FAU/USP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FDS – Fundo de Desenvolvimento Social
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FII – Fundos de Investimentos Imobiliários
FMH DU – Fundo Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNSP – Fundo Nacional de Segurança Pública
G – Grupo
HIS – Habitação de Interesse Social
HM – Habitação de Mercado
IAI – International Alliance of Inhabitants
IAU/USP – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI – Imposto sobre produtos industrializados
IRD – Institut de recherche pour le développemen
LabCidades – Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade
LGBTQIA+ – Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero
LMI-SAGEMM – Laboratório Misto Internacional – Social activities, gender, market and mobilities from below (Latin America)
MBL – Movimento Brasil Livre
MCMV – Minha Casa Minha Vida
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MP – Medida Provisória

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
NUI – Núcleo Urbano Informal
ONG – Organização não governamental
OSC – Organizações da Sociedade Civil
PA – Pará
PAA – Programa de Aquisição da Agricultura Familiar
PAC – Plano de Aceleração de Crescimento
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCC – Primeiro Comando da Capital
PCVA – Programa Casa Verde e Amarela
PE – Pernambuco
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
Peic – Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PL – Projeto de Lei
PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social
PM – Polícia Militar
PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
PMCMV-1 – Programa Minha Casa Minha Vida Faixa 1
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural
PNSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PROHAB – Progresso e Habitação de São Carlos S/A
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC – Pontifícia Universidade Católica
Reurb – Regularização Fundiária Urbana
Reurb-E – Regularização fundiária urbana de interesse específico
Reurb-S – Regularização fundiária urbana de interesse social
RJ – Rio de Janeiro
RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

RS – Rio Grande do Sul

SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SEDEMM – Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, do Ministério da Economia

SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

SP – São Paulo

STF – Superior Tribunal Federal

TAC – Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TED – Tecnologia, Entretenimento, Design

TELAR – Territórios Latino Americanos em Resistência

TRF-1 – Tribunal Regional Federal da 1ª Região

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNICEP – Centro Universitário Central Paulista

USP – Universidade de São Paulo

ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

Introdução

32

1. Entre duas conjunturas: o tempo do social e da política e os governos da morte

36

1.1 Constelação de programas sociais petistas: constituição de uma rede de proteção social sob o signo do capital

1.2 As primeiras fissuras do lulismo: Jornadas de Junho de 2013, a falta de base política e o choque das *commodities*

1.3 Brasil pós-2016: ascensão conservadora, esvaziamento do social e os governos da morte

2. Mudanças no campo da política habitacional

49

3. Dos caminhos até o objeto de pesquisa

54

4. Metodologia e desafios metodológicos

58

5. Apresentação dos capítulos

65

Cap. 1

A política habitacional no último desmanche (2013-2022): privatização do público e rebaixamento dos direitos sociais

67

1. Programa Minha Casa Minha Vida: da criação ao desmanche

70

1.1 Criação e faixas de atendimento

1.2 Desempenho, descontinuidade e esvaziamento da HIS

1.3 Manutenção das faixas de Habitação de Mercado

2. Novo Marco de Regularização Fundiária (2017) e a flexibilização das normas

77

3. Ensaios para o PCVA: Cartão Reforma e Aluguel Social

79

4. Programa Casa Verde e Amarela: privatização do público e aprofundamento da financeirização

81

4.1 Provisão habitacional no PCVA

Redução dos subsídios, aprofundamento da financeirização e marketing
Desmontando o subsídio por dentro — Fundo de Desenvolvimento Social
Atendendo a própria base — programa Habite Seguro

4.2 Regularização fundiária cartorial e mercadológica

Desresponsabilização do poder público e controle privado
Programa Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional

4.3 Destinação de imóveis públicos da União: privatização no atacado

Programa Aproxima

Incorpora, Brasil — Fundos Imobiliários

4.4 Desmanche dos mecanismos de transparência e controle social no PCVA

Cap. 2 Ocupações por moradia na era do desmanche: rebaixamento das condições de vida e precariedades prolongadas 107

1. Ocupação “José Luís e Rosa Sundermann” (2014-2014): o Programa Minha Casa Minha Vida como horizonte 112

- 1.1 São Carlos: um novo tempo – maio de 2014
- 1.2 “Quem ocupa, quer casa!” – fevereiro de 2014
- 1.3 Identidade, redes e resistência
- 1.4 Criminalização do movimento e legitimação da desapropriação de posse

2. Ocupação “Em busca de um sonho” (2015): desmanche do horizonte de possibilidades 127

- 2.1 Conjuntura política e social: “emprego e moradia no Brasil não existem mais”
- 2.2 Experiências que inspiram: o Programa Minha Casa Minha Vida como horizonte
- 2.3 Reestruturação interna e busca por atores mais influentes
- 2.4 Conquistando o terreno: regularização fundiária, urbanização e formalização da precariedade

3. Ocupação “Em busca de uma moradia” (2020): Pandemia, despejos e institucionalização da precariedade 146

- 3.1 Dois vírus: pandemia do Covi-19 e o governo da morte de Bolsonaro
- 3.2 A regularização fundiária como horizonte: seguindo os passos da “Em busca de um sonho”
- 3.3 A exceção transformada em política habitacional: desafetação de áreas públicas para o mercado privado

Cap. 3 Atores e redes “fora” do Estado na gestão da demanda habitacional 161

1. PSOL e Djalma Nery: acúmulo de militância e capital 163

- 1.1 Djalma Nery: do “acúmulo de militância” a vereador
- 1.2 Eleições e capital político
- 1.3 Disputas internas do PSOL

2. Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS) no interior paulista 107

- 2.1 Surgimento do grupo Pitá (2017) em torno da demanda habitacional
- 2.2 Do grupo Pitá para a Maitá-Athis: formalização da assessoria
- 2.3 Trabalhando a partir dos editais do CAU/BR e CAU/SP
- 2.4 O CAU, a ATHIS e a política habitacional

3. Lideranças evangélicas: luta pelos planos de deus 184

- 3.1 Matrizes evangélicas no Brasil contemporâneo
- 3.2 Felipe: das drogas para a liderança da ocupação
- 3.3 “Profetiza”: disputa pela liderança, caridade e gestão de conflitos

4. Crime organizado: ilegalidades que fortalecem a luta pela moradia 198

- 4.1 Organização da ocupação e a função dos “paralelos”

Cap. 4	O MTST e a conjuntura pós-2013: ocupações, movimento-partido e “ecossistema de organizações populares”	209
	1. Movimentos sociais e ação coletiva no final do século XX	213
	2. Breve história do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto	215
	2.1 Origens do MTST	
	2.2 Rumo à Região Metropolitana de São Paulo	
	2.3 Um novo começo: autonomia e reorganização	
	2.4 Da estadualização para a nacionalização: final da década de 2000	
	3. Estratégias contemporâneas: institucionalização, partidos políticos e massificação das bases	225
	3.1 Rumo à institucionalidade: o MTST e o PMCMV – Entidades <i>De movimento social à Entidade Organizadora: institucionalização “por fora” do Estado</i>	
	3.2 Institucionalização “por dentro” do Estado: eleições, partido político e cargos públicos <i>O MTST e a articulação do campo da esquerda: tornando-se ator político</i> <i>Lançando candidatos a cargos executivos e legislativos</i> <i>Atuação do MTST nos espaços institucionais e na arena político-partidária</i> <i>Relações entre o MTST e o PSOL</i>	
	4. Mega eventos e internacionalização do MTST	244
	5. Bolsonaro e a pandemia: criminalização do movimento e ações humanitárias	248
	6. Ecossistema de organizações populares	252
Cap. 5	Por dentro do MTST: expansão das bases, politização e política identitária	260
	1. Estrutura contemporânea do MTST: base interna e base externa	263
	2. Escola de Trabalho de Base: expansão e capacitação mediada por marcadores sociais	269
	2.1 Módulo 1: apresentando o movimento e peneirando os brigadistas <i>Ocupação Nova Canudos – marcadores sociais como categoria de mediação e legitimidade</i>	
	2.2 Módulo 2: conhecendo os setores	
	2.3 Módulo 3: a passagem entre brigadista para militante <i>Encontrão das brigadas: auto-organização e conhecimento aprofundado</i> <i>Como se produz um roteiro: as demandas da base e dos coletivos políticos</i> <i>Aplicando o roteiro “Por que ocupamos?” – tornando-se formadores</i>	
	3. Base interna: como coordenadoras e lideranças são moldadas	290

- 3.1 Entre a casa e a ocupação: gênero e raça na trajetória de Juliana
- 3.2 Organização, politização e conquistas: Débora e o MTST
- 3.3 Se tornando militante por dentro das ocupações: caminhos cruzados, identidade e estratégias do movimento
- 3.4 Mulher, negra e periférica: da militância para a política partidária

O último desmanche	308
---------------------------	------------

Considerações finais	309
-----------------------------	------------

Bibliografia	319
---------------------	------------

1. Artigos, teses, livros, capítulos de livros e relatórios	320
--	------------

2. Notícias em portais eletrônicos	333
---	------------

3. Vídeos	346
------------------	------------

3. Cartilha do MTST	346
----------------------------	------------

4. Processo jurídico	347
-----------------------------	------------

Introdução

A fome não pensa,
não estuda,
não cria,
não trabalha,
não casa, não beija,
não ama!

Ela esconde o desejo,
escancara os instintos.

A saliva e a dor de cabeça
são as únicas companheiras
do corpo trêmulo,
se perdura por mais de um dia,
saliva e dor se misturam
em vertigem... vertigem de fome!

A justiça
desconhece a fome;

(...)

(Lene, 2021, p. 15)

Hoje, o Senado Federal tomou uma decisão que entra para a história das grandes injustiças. Os senadores que votaram pelo *impeachment* escolheram rasgar a Constituição Federal. Decidiram pela interrupção do mandato de uma Presidenta que não cometeu crime de responsabilidade. Condenaram uma inocente e consumaram um golpe parlamentar.

Com a aprovação do meu afastamento definitivo, políticos que buscam desesperadamente escapar do braço da Justiça tomarão o poder unidos aos derrotados nas últimas quatro eleições. Não ascendem ao governo pelo voto direto, como eu e Lula fizemos em 2002, 2006, 2010 e 2014. Apropriam-se do poder por meio de um golpe de Estado.

É o segundo golpe de estado que enfrento na vida. O primeiro, o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando era uma jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo.

É uma inequívoca eleição indireta, em que 61 senadores substituem a vontade expressa por 54,5 milhões de votos. É uma fraude, contra a qual ainda vamos recorrer em todas as instâncias possíveis.

Causa espanto que a maior ação contra a corrupção da nossa história, propiciada por ações desenvolvidas e leis criadas a partir de 2003 e aprofundadas em meu governo, leve justamente ao poder um grupo de corruptos investigados.

O projeto nacional progressista, inclusivo e democrático que represento está sendo interrompido por uma poderosa força conservadora e reacionária, com o apoio de uma imprensa facciosa e venal. Vão capturar as instituições do Estado para colocá-las a serviço do mais radical liberalismo econômico e do retrocesso social.

Acabam de derrubar a primeira mulher presidenta do Brasil, sem que haja qualquer justificativa constitucional para este *impeachment*.

Mas o golpe não foi cometido apenas contra mim e contra o meu partido. Isto foi apenas o começo. O golpe vai atingir indistintamente qualquer organização política progressista e democrática.

O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua história; direitos dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido.

O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência.

(...)

31 de agosto de 2016, primeiro pronunciamento de Dilma Rousseff após a aprovação do *impeachment* pelo Senado.

Em agosto de 2023, Dilma foi inocentada, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) (Pedaladas, 2023).

Este trabalho visa compreender as mudanças no campo da política habitacional brasileira no contexto do “último desmanche”¹, entre 2013 e 2022. Busca-se mapear os deslizamentos entre duas conjunturas, especialmente em relação às suas formas de governos e à gestão do social no campo habitacional. A primeira refere-se aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), de 2003 a 2016; a segunda, representada pelos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, entre maio de 2016 a 2022.

Há dois sentidos no entendimento do que seja a política habitacional. O primeiro refere-se ao campo institucional, das leis e regulações, portanto, o quadro normativo e programático produzido e reconfigurado pelos respectivos governos. Neste viés, entende-se por políticas habitacionais um conjunto de políticas de desenvolvimento territorial e urbano (Balbim, 2022). O segundo entendimento refere-se à política nos termos de Rancière (1996), da reivindicação da parte daqueles que não têm parte, da reivindicação da fala. Trata-se, portanto, das práticas da sociedade civil organizada², dos movimentos sociais, partidos políticos e outros atores na luta pelo acesso à moradia e à terra.

Partimos da noção de campo de Bourdieu — “um campo é um campo de forças, e um campo de lutas para transformar as relações de forças” e “as condutas dos agentes são determinadas por sua posição na estrutura da relação de forças características desse campo no momento considerado” (Bourdieu, 2011, p. 201). A partir do campo, os agentes interagem entre si, disputando o controle e a legitimação de bens e posições. Neste sentido, o campo é relacional, um objeto ou fenômeno em constante movimento, pressupondo confronto, tomada de posição, luta, tensão e poder. Todo campo “é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (Bourdieu, 2004, p. 22–23).

A luta pelo acesso à moradia (e à terra) é um espaço sob tensão, de reivindicação de acesso aos direitos, sendo um dos campos mais antigos e sólidos no Brasil. O que nos interessa analisar são as relações de força, os repertórios sociais, de classe, de grupos e coletivos que se reconfiguraram entre as conjunturas. O desmanche, neste sentido, significa uma transformação,

¹ O termo desmanche, inspirado em Roberto Schwarz ([1999] 2014), foi utilizado para descrever o neoliberalismo em curso no Brasil na década de 1990. Ver também a coletânea organizada por Chico de Oliveira e Maria Célia Paoli (1999). Este desmanche significou o desmonte do aparelho produtivo estatal, desnacionalização da economia, desregulação dos direitos sociais, privatizações do sistema produtivo estatal, dentre outros. Recentemente, o trabalho de Rizek e Georges (2022), utilizou o termo “último desmanche” para descrever o período pós-golpe de 2016, como um momento de destruição institucional, das políticas sociais e direitos.

² Entende-se por sociedade civil organizada um campo de forças heterogêneos, representando uma multiplicidade e diversidade de segmentos sociais que compõem a sociedade. Ela está preferencialmente relacionada à esfera da defesa da cidadania e suas respectivas formas de organização em torno de interesses públicos, não sendo isenta de relações e conflitos de poder, de disputa pela hegemonia e de representações sociais e políticas diversas e antagonicas (Scherer-Warren, 2006).

tanto no sentido das ações do Estado e do mercado, mas também uma mudança do horizonte de instituições e estruturas pelas quais era possível realizar um tipo de prática social (Miagusko, 2012). Isto implica na mudança de estratégias e ações daqueles que interpelam o Estado.

Trata-se, portanto, de analisar a interação entre o Estado, os movimentos sociais, o mercado e outros atores através do campo da política habitacional. Quais os contornos que o campo habitacional ganhou no último desmanche? Quais atores e formas de organização social são valorizadas ou deslegitimadas? Quais as políticas, experiências e práticas sociais produzidas a partir do campo habitacional? Quais as continuidades e rupturas?

O nosso objeto empírico de pesquisa são as ocupações urbanas. Embora esta modalidade de luta pelo direito à moradia e pela sobrevivência não seja recente, as ocupações têm ganhado contornos diferentes em cada conjuntura, como argumentamos ao longo desta tese. Elas funcionam como instrumento de pressão para os acampados acessarem serviços públicos essenciais (Miagusko, 2012) e são uma ferramenta para a produção do espaço urbano segundo as demandas da população de baixa renda. Elas também funcionam como um espaço crucial para produção de identidades múltiplas³ (Helene, 2019; Caldwell, 2007), engajamento político, politização dos acampados (Carvalho-Silva; Tomizaki, 2021), assim como para formação de líderes políticos partidários a partir do quadro da base (Breda, 2023). Mais recentemente, elas tonaram-se centro de disputa de capital político entre partidos e movimentos sociais, embaralhando as relações entre ambas as instituições. Também moldam os “sujeitos legítimos da transformação social” a partir da política identitária (Miskolci, 2021). Neste contexto, as ocupações ganham sentido polissêmico, sendo seu significado disputado por diversos atores.

Em outras palavras, através das ocupações por moradia pode-se observar o campo da política habitacional no último desmanche, a construção de redes de movimentos sociais, a produção de identidade do “novo” sujeito histórico de transformação social e a gestão das precariedades e vulnerabilidades em um contexto sem precedentes de rebaixamento das condições de reprodução social e dignidade humana. Na conjuntura analisada, as ocupações e os movimentos sociais por moradia acomodam demandas e sujeitos diversos, alargando o sentido clássico de direito à cidade, ao mesmo tempo em que têm sido lócus de organização da classe trabalhadora a partir dos territórios periféricos.

³ Segundo Scherer-Warren (2006), nas sociedades globalizadas, multiculturais e complexas, as identidades tendem a cada vez ser mais plurais e a luta pela cidadania, incluindo o direito à moradia, tendem a acomodar múltiplas dimensões do *self*, como as questões de gênero, étnica, racial, de classe, regional, etc. Assim, as reivindicações e lutas nos mais diversos aspectos da cidadania vem permitindo aos movimentos sociais passarem da defesa de um sujeito identitário único para a defesa de um sujeito plural.

1. Entre duas conjunturas: o tempo do social e da política e os governos da morte

Esta seção visa apresentar os conceitos de conjuntura política e neoliberalismo, e discutir as principais características entre o período lulista e pós-2016, subsidiando o debate que se segue nesta tese. Não se pretende esgotar as temáticas, mas sim apontar os principais elementos da análise.

Segundo Georges e Giraud (2022), o conceito de conjuntura política compreende uma noção relacional em uma “sequência” histórica baseada em alguns elementos: rupturas e continuidades sociopolíticas marcantes e singulares de uma época, como mobilizações sociais, mudanças eleitorais, crises econômicas, “naturais” ou sanitárias, tensões internacionais, crises de regime, dentre outros elementos que constituem pontos de virada ou rupturas.

Partindo de uma leitura gramsciana, a dinâmica das conjunturas políticas baseia-se numa forte competição entre forças sociais, políticas e culturais para impor uma leitura hegemônica de uma situação histórica específica, (des)integrando diferentes grupos sociais e posições políticas, produzindo ou mantendo ordens normativas e discursivas. Ao mesmo tempo em que se produzem articulações e alianças, se enfatizam clivagens e oposições. Tal movimento possibilita a inclusão ou exclusão de atores sociais em um determinado campo político, configurando estruturas de poder específicas e a ação dos atores em um horizonte de expectativas. De modo geral, as conjunturas políticas são uma construção sócio-política a partir de uma competição entre atores sociais, econômicos e políticos buscando impor suas definições, demandas e estratégias (Georges; Giraud, 2022).

Neste sentido, a noção de conjuntura política pode ter uma importante capacidade explicativa no que diz respeito à ação pública, especialmente no campo das políticas sociais, pois funcionam como fio condutores para compreendermos as mudanças e permanências. As políticas sociais podem ser entendidas como a tradução de um discurso hegemônico, como uma tentativa de produção ou reorganização das relações de poder e dos atores políticos, favorecendo determinados indivíduos, como os beneficiários ou os agentes de implementação, especialistas, redes associativistas, dentre outros. Observa-se a possibilidade de implementação de agendas políticas e morais, práticas e experiências sociais de diversas ordens, modelações, práticas de gestão da pobreza, produção e gestão das demandas, formas de organização, tecnologias sociais e justificativas que compõem a agenda de governo (Dobry, 2015).

Trata-se, portanto, de mapear as trajetórias das políticas sociais e observar as relações com o Estado, o mercado e os movimentos sociais a partir da noção de “campo sob tensão” produzido entre conjunturas. É importante frisar que a mudança de conjuntura não implica,

necessariamente, em rompimento total das práticas hegemônicas anteriores. Assim, é preciso observar as permanências, rupturas e reconfigurações.

A noção de neoliberalismo adotada se relaciona com a análise conjuntural. Nacionalmente, entende-se como ponto de virada da conjuntura as Jornadas de Junho de 2013 (Perruso, 2023) e o acirramento a partir do golpe de Estado, em 2016 (Jinkings; Doria; Cleto, 2016), junto à ascensão dos governos conservadores de Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro. É importante pontuar que distanciamento histórico ainda não nos permite afirmar se a Nova República foi cessada ou apenas suspensa durante 2016 a 2022 (cf. Rizek; Georges, 2022). Ainda que o atual governo Lula se situe à esquerda dos governos antecessores, a “conjuntura pós-2023” e o quadro legal deixado pelos últimos dois governos delineiam o novo horizonte de ação e da gestão social⁴.

A mudança da conjuntura nacional acompanha um movimento mundial de deslizamento entre o “neoliberalismo-progressivo” para um “neoliberalismo hiper reacionário”. O ponto de virada pode ser lido a partir da eleição de Donald Trump; o Brexit no Reino Unido; o declínio de legitimidade da União Europeia e a desintegração de partidos da social-democracia e de centro-direita; o crescente número de partidos racistas e anti-imigrantes no norte e centro-leste europeu, aumento de forças autoritárias e protofascistas na América Latina, Ásia e Pacífico. Estas mudanças apontam para o encolhimento da autoridade das classes políticas estabelecidas e dos partidos políticos, abrindo espaço para partidos racistas, anti-imigrantes, autoritários e protofascistas (Fraser, 2018).

A autora argumenta que as correntes do neoliberalismo se sustentam a partir da “distribuição” e do “reconhecimento”. O primeiro refere-se às maneiras como a sociedade deve alocar a sua riqueza e seus bens entre os grupos. O segundo, à quais grupos a sociedade deve atribuir respeito, estima e pertencimento, produzindo estrutura de status e hierarquia. O neoliberalismo progressista significou uma aliança entre os setores mais dinâmicos, de alto nível simbólico e financeiros com as correntes liberais dos novos movimentos sociais (feminismo, antirracismo, LGBTQIA+, etc.). O “reconhecimento”, neste caso, se estendeu às chamadas minorias ou parcelas da população excluídas das políticas sociais anteriores.

O neoliberalismo progressista não visou abolir a hierarquia social, mas “diversificá-la”, “empoderando” mulheres “talentosas”, pessoas negras e minorias sexuais por meio de

⁴ Como ponto de partida, o “social” pode ser compreendida como mecanismos, técnicas e mediações adotadas pelo Estado para regular o conflito entre o mercado e a democracia, visando o desenvolvimento da justiça social em prol das distorções socioeconômicas do capitalismo liberal (Donzelot, [1984] 2007). O social gestado pelo lulismo distorce esta fórmula, colocando o Estado a serviço da iniciativa privada e não a regulando.

mecanismos meritocráticos para que chegassem ao topo. O modo como a “distribuição” foi feito se deu por meio de processos de financeirização, promoção do mercado, livre circulação do capital, desindustrialização, enfraquecimento dos sindicatos, propagação de trabalho precário e mal remunerado, etc. Paralelos podem ser traçados com o lulismo, como observaremos. Os movimentos sociais progressistas foram atraídos para este bloco hegemônico e ganharam visibilidade. Aqueles que resistiram, ficaram à margem.

O esgotamento deste modelo se deu exatamente no campo do reconhecimento. Todo um discurso foi rearticulado, baseado no nacionalismo e protecionismo, fortalecendo uma visão excludente do ponto de vista racial, da imigração, dos direitos da população LGBTQIA+, dentre outros, focando no caráter pró-cristã e patriarcal. Foi feita uma aposta em uma política reacionária, cada vez mais intensificada e cruel, apoiando formas de hierarquia socialmente injustas. O governo de Trump — e aqui podemos fazer paralelos com Temer e Bolsonaro — representou o que Fraser chamou de “neoliberalismo hiper reacionário”. Não houve nenhuma tentativa de regulação do mercado, assim como também não houve investimento e projetos de infraestrutura pública visando criar empregos em larga escala.

No âmbito desta tese, estamos interessados no ponto de virada entre duas conjunturas e imposição de uma nova agenda política, produzindo um campo sob tensão que reflete tanto as mudanças no quadro legislativo, como as dinâmicas sociais. A primeira entre 2003 a 2016, caracterizada pelo lulismo ou por um neoliberalismo progressista, onde se observou a redução da pobreza, da desigualdade, a consolidação da democracia em consonância com os desejos do mercado e da reprodução do capital. A partir de 2016, observa-se a emergência e o fortalecimento de governos autoritários, repressivos, antidemocráticos que buscaram implementar políticas de austeridade, atravessados por um regime e uma moralidade profundamente conservadores. O neoliberalismo hiper reacionário posto em marcha no Brasil atacou direitos sociais conquistados desde o final da década de 1990 e provocou um rebaixamento sem precedentes das condições de vida e reprodução social — caracterizando verdadeiros governos da morte. A última década foi marcada por uma instabilidade quase permanente no campo político, jurídico e institucional, tornando a crise um dispositivo de gestão. A seguir, olharemos mais detalhadamente para estas duas conjunturas, observando as rupturas e continuidades entre elas.

1.1 Constelação de programas sociais petistas: constituição de uma rede de proteção social sob o signo do capital

Os sucessivos governos do Partido dos Trabalhadores (2003 a 2016), representados por Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, produziram um conjunto de transformações e modulações no campo das políticas sociais, com avanços significativos no combate à pobreza e à miséria, ao mesmo tempo em que se beneficiaram o capital e as elites econômicas (Rizek; Georges, 2018; Georges; Santos, 2020; Georges, no prelo). O “reformismo gradual e o pacto conservador” colocados em marcha por uma política econômica conservadora visou evitar o confronto com o capital e instaurou a política do “ganha-ganha”, caracterizando o lulismo. Este período foi marcado pelo signo da contradição, representando a conservação e mudança em um mesmo movimento. Nas eleições de 2002, Lula representou parte remanescente do movimento operário de 1980 e a manutenção da ordem neoliberal estabelecida a partir de Fernando Collor (PRN, 1990–1992) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB, 1995–2002) (Singer, 2012).

Constituiu-se uma “constelação de programas e serviços sociais” (Rizek; Georges, 2018; Rizek, 2018), como o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida, a Universidade Para Todos (Prouni), o Mais Médicos, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como também se fortaleceu o Sistema Único de Saúde (SUS) e se promoveu a integração do CadÚnico⁵ a outros programas permitindo a gestão de dados e controle dos beneficiários. Muitos destes programas encontram raízes no final da década de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), ainda que com outros conteúdos. Diferente da abordagem neoliberal de FHC, na qual a palavra de ordem era privatização e corte dos gastos sociais (Paulani, 2016), os programas lulistas trouxeram massivos investimentos na área social, mas operaram por meio da privatização dos financiamentos e de mecanismos privados de gestão do social (cf. Georges; Rizek, 2016; Rizek; Georges, 2018).

As políticas sociais lulistas acomodaram uma racionalidade neoliberal (Dardot; Laval, 2016; Laval, 2022), que está presente nas concepções, modos de implementação, de operacionalização e de apropriação pelos chamados “beneficiários”, nas pontas dos programas e que se vale das práticas dos atores. Esta racionalidade borra as fronteiras entre as esferas públicas e privadas, direitos e mercadorias, em que o Estado opera em confluência com o mercado. A sua efetivação depende da disputa e apropriação dos fundos públicos. Ao mesmo

⁵ O CadÚnico, ou o Cadastro Único, foi criado em 2001 e, a partir de 2003, sua base foi integrada a outros programas. Ele reúne dados da população de baixa renda de todo o país, central para o desenho e gestão de programas sociais. No CadÚnico constam dados dos representantes da família, endereço e renda de todos os membros. Sua criação viabilizou o acesso da população aos programas sociais, ao mesmo tempo em que permitiu a sofisticação da gestão social e controle populacional.

tempo em que houve conquista de direitos, houve a criação de nichos de mercados que modularam novos serviços, financiamento e trabalho social (Rizek; Georges, 2018).

Este modelo abriu um terreno fértil para o crescimento da ação de grupos e de empreendimentos privados, gerindo e promovendo serviços, ações e práticas no campo das políticas sociais e da assistência, conformando novas formas de gestão do cotidiano dessas populações e reconfigurando as relações entre o Estado, seus serviços, e as populações que habitam estes territórios (Rizek, 2018). Este conjunto de elementos combinou modos de governo e ordenamento social bastante potentes, formando redes e fluxos entre associações populares, empresariais, e ONGs religiosas, em seus hibridismos. O novo social à versão petista se conformou com novos setores de acumulação do capital (Rizek; Georges, 2018).

Ainda que de modo contraditório, constituiu-se uma rede articulada de proteção e reconhecimento social e econômico de segmentos historicamente discriminados. Também é importante pontuar que os governos do PT representaram um aumento real do salário mínimo, aumento expressivo do emprego formal, porém com alta rotatividade, más condições de trabalho e baixos salários (Singer, 2012; Singer; Loureiro, 2016). Se por um lado é verdade que esta constelação de programas sociais melhorou a condição de vida da população pobre, por outro, houve um processo de incorporação ao consumo desprovido de politização. Os direitos sociais muitas vezes eram lidos como favor e ajuda, desvinculados de um processo público e coletivo de direitos (Singer; Loureiro, 2016).

A despolitização dos beneficiários também pode ser entendida dentro do quadro de ausência de conflito entre o capital e trabalho promovido pelo lulismo e o “consenso ativo” das lideranças sindicais e de movimentos vinculados ao PT e à CUT; assim como um “consenso passivo”, produzido pela concordância e pela melhora relativamente pequena dos índices de desigualdade e, mais significantes, de redução da pobreza (Rizek, Georges, 2018; Bello, 2018; Braga, 2016).

De modo geral, o lulismo freou um conjunto significativo de privatizações e o crescimento da desigualdade que ocorreram durante a era FHC, por meio de políticas de combate à pobreza. Em 2013, o lulismo começou a mostrar sinais de esgotamento. As relações cristalizadas entre o Estado, mercado e a sociedade civil caminharam para uma reconfiguração, especialmente no pós-golpe, quando o pacto com o capital financeiro feito em nome da governabilidade finalmente se rompeu.

1.2 As primeiras fissuras do lulismo: Jornadas de Junho de 2013, a falta de base política e o choque das *commodities*

Há dez anos, o Brasil mostrava um esgotamento do lulismo, abrindo fissuras no modelo político vigente (Singer; Loureiro, 2016). As Jornadas de Junho de 2013 representaram um momento de virada histórica. Desde a luta pela redemocratização, na década de 1980, as ruas haviam sido ocupadas majoritariamente por grupos identificados com posições políticas de centro-esquerda e de esquerda. A partir de 2013 e, mais acentuadamente, em 2014 e 2015, os manifestantes de rua tendiam cada vez mais a se identificarem com posições políticas de centro e de direita (Singer, 2013; Pinto, 2017). As Jornadas fizeram emergir um caráter conservador da sociedade que estava por debaixo da superfície desde a redemocratização. Decerto, o conteúdo e seus significados continuam em disputa, especialmente no momento em que completam uma década⁶.

O primeiro momento das manifestações foi em fevereiro de 2013 na cidade de Porto Alegre, contra o aumento da passagem do transporte público. Em junho, as manifestações tomaram grande proporção e estiveram presentes nas grandes cidades de todo o país. Em meio à demanda pelo transporte, pautas contra a corrupção, os políticos, os partidos e o governo começaram a aparecer (Singer, 2013; Pinto, 2017).

Em 2014, as manifestações giraram em torno da Copa do Mundo de Futebol e foram lideradas, por um lado, por partidos à esquerda do PT e movimentos sociais urbanos que questionavam os gastos exorbitantes com o evento e, do outro lado, manifestantes anti-PT, majoritariamente conservadores, que criticavam programas sociais, serviços públicos e associavam o partido ao comunismo. Ainda que ambos os espectros apresentavam uma pauta anti-governo, os conteúdos eram bastante diferentes. O discurso conservador ganhou fôlego e, em 2015, as manifestações por todo o país tinham como tema específico o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (Pinto, 2017). A indignação coletiva (Barreira, 2014) que se seguiu a partir de 2013 não apresentava uma pauta definida de reivindicação, aglutinando grupos com diversos interesses e demandas divergentes, trazendo em seu bojo impulsos anti-institucionais e anti-partidários que formatariam a vida política brasileira na última década (Miskolci, 2021).

As Jornadas também trouxeram um elemento inovador — pela primeira vez, a geração de ativistas moldados através da esfera pública técnico-mediatizada, as plataformas de mídias sociais digitais, chegavam às ruas. Com eles, todo um léxico do universo *online*, como “lugar de fala” e “experiência”, acionados pelo “empreendedorismo de si” na construção de perfis-

⁶ Uma série de livros e reportagens foram lançados em 2023, lembrando os 10 anos das Jornadas.

identidades, apontavam para a compreensão da política pela experiência individual, configurando o que Richard Miskolci (2021) chamou de “ativismo identitário neoliberal”.

As Jornadas derrubaram de modo irreversível a popularidade de Dilma⁷ e abriram caminho para o crescimento das ideologias de centro e direita (Singer, 2013; Pinto, 2017). Ao passo que a direita ganhava terreno nas ruas, a base política do governo e o campo econômico começavam a mostrar sinais de enfraquecimento. Internacionalmente, o ambiente a partir de 2011 se tornou menos favorável com a crescente instabilidade dos mercados financeiros, o baixo crescimento econômico dos Estados Unidos e a desaceleração da China, que comprometeu o bom desempenho do comércio global de *commodities*. No Brasil, a partir de 2013 houve uma profunda recessão na economia, puxada pelo esgotamento do “superciclo” de alta dos *commodities* que vinha desde a década de 2000. Neste contexto, Lélis, Cunha e Linck (2019) argumentam que a desaceleração econômica nacional pós-2014 não podem ser explicadas apenas pela política doméstica, mas também pela dinâmica econômica global, especialmente pelo choque externo das *commodities*.

Em relação à política doméstica, entre 2011 e 2012, Dilma apostou em uma intervenção sistemática do Estado na economia, de modo não visto quando Lula estava na presidência. A principal ação focou na tentativa de baixar as taxas de juros, e por consequência, o lucro dos bancos. A estratégia que parecia ter surtido efeito encontrou limitações em 2013, quando o Banco Central voltou a elevar a taxa Selic, devolvendo ao mercado financeiro o controle fundamental da política econômica (Singer; Loureiro, 2016; Singer, 2016).

Conforme pontuou Singer (2016, p. 33), as escolhas antiliberais de Dilma lhe custaram caro. A nova matriz implicava em comprar brigas inéditas e colocar à prova o pacto conservador lulista. O chamado ativismo estatal ensaiado por Dilma recebeu fortes críticas por parte de agências internacionais de risco, instituições oficiais de controle econômico como o FMI e o Banco Mundial, bancos estrangeiros, corporações multinacionais e de múltiplas vozes nos meios de comunicação em massa entre 2013 e 2014. Esta reação criou um clima ideológico necessário para forçar uma virada a partir da premissa de que era preciso cortar gastos “ineficientes” e “descontrolados” do governo e deixar o mercado livre para reordenar o país e retomar o crescimento. A narrativa a nível nacional não foi muito diferente (Singer, 2016).

Sem o apoio internacional, com a base política enfraquecida, sua popularidade se derretendo e o choque externo das *commodities*, Dilma não tinha mais forças para emplacar a

⁷ No dia primeiro de março de 2013, Dilma tinha 63% de ótimo e bom, em julho ela caiu para 35%. Até o final de 2014 ela teve variações entre 43% e 31%. A partir de março de 2015 ela não superou 15% de ótimo e bom. Pesquisa CNI/Ibope. <https://arte.folha.uol.com.br/graficos/zzXby/?>. Acessado em: 14 fev. 2023.

pauta antiliberal. É válido ressaltar que embora o governo de Dilma não estivesse na pauta inicial das manifestações, especialmente por que ainda gozava de uma alta popularidade, já estava presente uma visão liberal do Estado (Singer, 2016; Singer, 2013; Pinto, 2017).

Dilma, então, propôs a “responsabilidade fiscal” como uma de suas metas e promoveu um corte de R\$ 10 bilhões no orçamento anual ao final de 2013. Reeleita em 2014, com um discurso contra a política neoliberal, realizou exatamente o oposto, deixando a esquerda perplexa (Singer, 2016). O avanço progressista foi paralisado e o cerco em favor da reversão neoliberal ganhava cada vez mais apoio da burguesia, da classe média tradicional e de setores da nova classe trabalhadora. Derrotada no plano econômico e pressionada pelo setor privado, Dilma alçou à Fazenda Joaquim Levy, sinalizando um ajuste fiscal. Iniciava-se um período de recessão sem paralelos (Singer; Loureiro, 2016; Singer, 2016).

Também é preciso lembrar que os escândalos de corrupção acabaram por enfraquecer o governo. O julgamento do mensalão ocupou um grande espaço midiático entre 2012 e 2013, desgastando o PT e o governo Dilma. Em março de 2014, a Operação Lava Jato⁸ foi desencadeada, enfraquecendo o governo. O PT retornava ao centro de outro escândalo político-midiático e, desta vez, passaria uma década exposto sistematicamente como o partido mais corrupto do país. Deltan Dallagnol e o então Juiz Sérgio Moro, de Curitiba, virariam heróis da classe média, carregando a bandeira anti-corrupção (Singer, 2016). O clima anti-PT, anti-intervencionista, e até mesmo um clima antissistema e a favor do enxugamento do Estado estava instaurado. Não por acaso, Bolsonaro se vendeu como um *outsider* da política, alcançando a Presidência da República em 2019 (Inácio; Llanos, 2018).

As dimensões inéditas constituídas no Brasil a partir da experiência dos governos do Partido dos Trabalhadores perfilarão uma matriz de relação entre o Estado, o mercado e a sociedade civil organizada bastante específica, na qual as privatizações da década de 1990 deram espaço para a privatização da gestão do social e dos fundos públicos. A partir do golpe de 2016, esta relação foi modificada.

⁸ Iniciada em março de 2014, a Operação Lava Jato foi uma das maiores investigações sobre corrupção realizada no Brasil. A força-tarefa cumpriu mais de mil mandados de busca e apreensão, prisão temporária, prisão preventiva e condução coercitiva, e descobriu um mega esquema de corrupção na Petrobrás envolvendo políticos de diferentes partidos e outras empresas públicas e privadas. A operação prendeu o ex-presidente Lula entre abril de 2018 até novembro de 2019, sendo impedido de disputar as eleições presidenciais de 2018. Em 2021, a Lava Jato teve o seu fim anunciado e o Supremo Tribunal Federal anulou as condenações contra Lula por entender que o processo jurídico não teve seus ritos respeitados. Comprovou-se que Dallagnol, então procurador da República, e o juiz do caso, Sérgio Moro, articulavam em conjunto à operação e combinavam datas, procedimentos, convocação de testemunhas e ações políticas, práticas consideradas ilegais. O então juiz Sergio Moro, que decretou a prisão de Lula, deixou a magistratura e se tornou ministro da Justiça de Bolsonaro. Ficava cada vez mais claro que a Operação Lava Jato havia ganhado fortes contornos políticos e se colocava a cima da lei. Mais detalhes podem ser consultados na reportagem “O que foi a Operação Lava Jato” (2022).

Ainda que aparentemente programas sociais foram mantidos ou sofreram um “reposicionamento de marcas”, como o Bolsa Família e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) — que abriram espaço para o Auxílio Brasil e o Programa Casa Verde e Amarela —, seus conteúdos sociais foram esvaziados, dando lugar apenas para a remuneração do capital. Este movimento mostrou, por um lado, a fragilidade do social gestado no período lulista, ao mesmo tempo em que revelou a impossibilidade de uma reversão total.

1.3 Brasil pós-2016: ascensão conservadora, esvaziamento do social e os governos da morte

Machado: Tem que ter um *impeachment*.

Jucá: Tem que ter *impeachment*. Não tem saída.

(...)

Machado: É um acordo, botar o Michel [Temer], num grande acordo nacional.

Jucá: Com o Supremo [Tribunal Federal], com tudo.

Machado: Com tudo, aí parava tudo.

Jucá: É. Delimitava onde está, pronto. (março de 2016)⁹.

Em outubro de 2015, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) do então vice-presidente Michel Temer, lançou um documento programático — “Uma ponte para o futuro” — sinalizando as intenções do partido em um eventual governo de Temer (Paulani, 2016). Três dias depois do lançamento, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), abriu um processo de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff. Em março de 2016, o PMDB retirou-se do governo e, entre abril e maio, os deputados federais e senadores ratificaram o processo. A partir de 12 de maio, foi determinado o afastamento de Dilma e, naquele mesmo dia, Michel Temer assumiu como presidente interino. Em 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff foi cassada e Temer assumiu como presidente da República, até o final de 2018 (Jinkings, 2016).

O processo instaurado por Eduardo Cunha baseava-se no argumento de que Dilma havia realizado “pedaladas fiscais”¹⁰, uma manobra efetuada por todos os governos anteriores. Ao final de 2015, o PT e Eduardo Cunha estavam em guerra devido a um processo que corria contra ele no Conselho de Ética. Horas depois que o PT retirou o apoio a Cunha no Conselho, o processo de *impeachment* foi desengavetado. Durante meses, Eduardo Cunha¹¹ chantageou o PT apoiado na possibilidade do *impeachment* (Borges, 2015).

⁹ Gravação telefônica entre o ministro do Planejamento, Romero Jucá, e o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, sugerindo um “pacto” para barrar a Operação Lava Jato, em março de 2016 (Em gravação, 2016).

¹⁰ Quando o Tesouro Nacional atrasa o repasse de dinheiro para bancos financiadores de despesas do governo.

¹¹ Cunha estava envolvido em escândalos de corrupção, sendo cassado em 2016, ficando inelegível até 2027.

As votações que se seguiram na Câmara dos Deputados e no Senado revelaram um verdadeiro show de horrores, com exaltação a deus, à família e ao torturador de Dilma Rousseff durante a ditadura (Löwy; 2016; Jinkings, 2016). As motivações repousavam quase que exclusivamente no campo ideológico, no clima anti-PT e anti-governo. Votavam pelo Brasil, fabricando uma narrativa apartidária e nacionalista, defendendo que o país precisava expulsar (ou mesmo eliminar) os “comunistas” e “esquerdistas”.

O principal componente da aliança dos partidos de direita que derrubaram Dilma pode ser representado pelo bloco parlamentar (não partidário) conhecido como a “bancada BBB”: da “Bala”, ligado à Polícia Militar, aos esquadrões da morte e às milícias privadas; do “Boi”, ligado ao agronegócio e aos grandes proprietários de terra; e da “Bíblia”, representados por neopentecostais, homofóbicos e misóginos (Löwy, 2016). Não houve a presença do exército ou a tomada do poder ao estilo de 1964. Todo o rito democrático e legal havia sido cumprido, por meio de um “processo político baseado em leituras elásticas da Constituição e artimanhas jurídicas com um Parlamento em sua maior parte corrupto e uma mídia corporativa a serviço das elites financeiras” (Jinkings, 2016, p. 12). Derrubar o governo significava “delimitar onde está” as investigações, uma vez que dezenas de parlamentares estavam sendo investigados no âmbito da operação Lava Jato, iniciada em 2014. A operação chegou ao fim em 2021, sob o governo Bolsonaro, que declarou que “Eu acabei com a Lava Jato, porque não tem mais corrupção no governo” (Gallas, 2020).

O golpe de Estado foi construído contra uma suposta agenda antiliberal do governo Dilma, para estancar a sangria aberta pelas investigações da Lava Jato e a favor do encolhimento do campo de “reconhecimento” (Fraser, 2018). Soma-se a isso componentes misóginos e machistas dirigidos à primeira presidenta eleita da história do Brasil.

O documento “Uma ponte para o futuro” já indicava o resgate pleno da agenda neoliberal, retomando o processo de privatização, relativamente brecado nas gestões Lula e Dilma. Propunha-se uma “verdadeira abertura comercial” e o aumento da participação da iniciativa privada em todas as áreas, por meio da transferência de ativos. Planejava-se um forte processo de privatização. Os programas sociais e políticas públicas petistas estavam na mira da destruição. Mais do que isso, foi a própria Constituição e seus direitos sociais que foram atacados sob o pretexto de um novo regime fiscal e orçamentário. O primeiro pacote de medidas foi anunciado em maio de 2016, ainda na condição de presidente interino (Paulani, 2016).

Foi elaborada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Teto de Gastos, ou como ficou conhecida, PEC da Morte¹², que estabeleceu um teto de gastos públicos por 20 anos, representando uma das maiores mudanças fiscais em décadas. Segundo Cohn (2018), houve uma destruição no atacado dos direitos sociais essenciais, como saúde¹³ e educação, reduzindo abruptamente os investimentos nas áreas sociais. Ao mesmo tempo, se desconstruiu o aparato legal que regulamentava os direitos trabalhistas por meio da Reforma Trabalhista (2017) e da Reforma da Previdência (proposta em 2016, por Temer, e realizada por Bolsonaro, em 2019). Estas reformas apontariam para um esgotamento no campo de lutas em torno do mundo do trabalho (Marchesan, 2019; Krein *et al.*, 2021).

O Brasil pós-golpe representou a tomada do poder por grupos nada comprometidos com a perspectiva democrática, com fortes ataques à liberdade de expressão artística e de ensino, disputando o campo da produção cultural e dos comportamentos cotidianos¹⁴ (Rizek; Georges, 2018). O sistema de votação, especialmente a urna eletrônica, foi paulatinamente atacado e a narrativa de fraude, que vinha sendo gestada desde 2014, foi amplamente utilizada pelo governo Bolsonaro para deslegitimar as eleições de 2018 e 2022¹⁵.

Para coroar o golpe, em abril de 2018, Lula foi preso no âmbito da operação Lava Jato, “demonstrando a fidelidade do judiciário brasileiro à continuidade do golpe, já que a prisão obedeceu rigorosamente ao calendário eleitoral do país” impedindo que ele concorresse à Presidência da República. Naquele momento, ele já contava com cerca de 30% das intenções de voto (Rizek, Georges, 2018, p. 241).

O governo Bolsonaro (2019–2022) foi marcado pelo aprofundamento das medidas neoliberais e pelo desmanche da rede de proteção social brasileira, iniciadas por Temer. Não se trata apenas do desmonte de programas sociais individualmente, mas da corrosão de toda uma

¹² PEC 241/2016, quando tramitada na Câmara dos Deputados, ou PEC 55/2016, quando tramitada no Senado Federal, deu origem à ementa constitucional 95, de 15 de dezembro de 2016 (PEC da morte, 2020).

¹³ A destruição da seguridade social remonta à época da sua criação a partir da Constituição Federal. Entretanto, a implementação do SUS, na década de 1990, e do SUAS, em 2004, os direitos sociais foram paulatinamente efetivados, construindo um aparato institucional que possibilitaria a oferta de serviços (Cohn, 2018).

¹⁴ Ver, por exemplo, o Movimento Escola Sem Partido, fundado em 2004, mas que ganhou força a partir de 2014. O movimento se dizia preocupado com a “contaminação político-ideológica” nas escolas (Fernandes; Ferreira, 2021). Outro exemplo são os ataques constantes de Bolsonaro e de seus apoiadores nos últimos anos à chamada Lei Rouanet. Criada em 1991, a Lei de Incentivo à Cultura autoriza produtores artísticos a buscar investimento privado para financiar iniciativas culturais (Relembre, 2022).

¹⁵ Em 2014, o candidato à presidência derrotado, Aécio Neves (PSDB), já questionava a lisura da eleição, requerendo uma auditoria (PSDB, 2014). No caso de Bolsonaro, ao menos desde julho de 2021, ele tem questionado a lisura das urnas. Ao longo de 2022, diversos ataques ocorreram contra as urnas e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), alegando possibilidade de fraude nas eleições de 2018 e 2022. Vale o destaque para o dia 18 de julho de 2022, já durante o período eleitoral, quando Jair Bolsonaro utilizou a estrutura governamental para convocar mais de 70 países para questionar as urnas eletrônicas. Em janeiro de 2023, já derrotado, Bolsonaro questionou novamente os resultados das eleições que deram a vitória para Lula (Relembre, 2023).

rede interligada de assistência social entre os programas. Soma-se a isso um desprezo pelos mais pobres em meio à pandemia da Covid-19.

Em plena pandemia, Bolsonaro encerrou o Bolsa Família, criando em seu lugar o Auxílio Emergencial e, posteriormente, o programa Auxílio Brasil, representando uma mudança de paradigma. O Bolsa Família, referência mundial em transferência de renda condicionada, tinha como objetivo minorar a pobreza a partir de ações sociais focalizadas junto a uma gama de condicionalidades. O programa, na prática, se tornou universal (Lima, 2017). O Auxílio Brasil, por sua vez, se organizava em torno da desresponsabilização do Estado pelo combate à pobreza e tinha como objetivo dar “estímulo ao esforço individual” (De Sordi, 2023).

Bolsonaro também fomentou a destruição das políticas públicas de segurança alimentar. Entre 2019 e 2021, 61 milhões de brasileiros enfrentaram dificuldades para se alimentar, sendo que 15 milhões lidaram com insegurança alimentar grave. Entre 2014 e 2016 este número era menor que 4 milhões. Segundo a avaliação da ONU, a pandemia não foi a maior culpada pelo crescimento explosivo destes números, mas sim o aumento das desigualdades sociais e a redução ou extinção de políticas públicas (Brasil, 2022; Mais, 2022).

O então presidente atuou de maneira genocida em relação à pandemia. Atacou o SUS, fez campanha contra a vacinação, promoveu o uso de cloroquina no combate à Covid-19 — remédio comprovadamente ineficaz (Gomes; Castilhos, 2020; Relembre, 2021). Em Manaus, a cidade que se tornou laboratório do governo para o teste do chamado “tratamento precoce” via cloroquina, centenas de pessoas eram enterradas diariamente em valas coletivas em 2020 (Silva, 2020; Lima, 2021). Na mesma época, hospitais no Espírito Santo contavam com contêineres para armazenar corpos de vítimas (Contêineres, 2020). Em abril de 2021, mais de 4 mil pessoas morriam por dia no Brasil em decorrência da Covid, sem considerar as subnotificações (Brasil, 2021). O desempenho nacional no combate à pandemia foi considerado o pior de uma lista de 98 países, segundo levantamento do Instituto Lowy, na Austrália (Chaves, 2021). Bolsonaro havia instaurado um verdadeiro governo da morte.

Como argumentado por Cohn (2018), não se tratou apenas de uma questão econômica, de ajuste fiscal ou diminuição dos “gastos” sociais. Tratou-se do desprezo pelos pobres, pela manutenção dos privilégios de classe que pareciam se perder ao longo dos governos anteriores. A ascensão de parcelas das classes mais pobres ameaçava as classes médias e altas da sociedade. Reclamações de que aeroportos pareciam rodoviárias ou mesmo a fala do então Ministro da Economia de Bolsonaro, Paulo Guedes, que se queixou que até empregadas domésticas estavam indo para a Disney, revelava tal desprezo (Ventura, 2020). As milhares de mortes durante a pandemia tão pouco sensibilizaram Bolsonaro e seu governo, pelo contrário, eram motivos de

chacota — “Não sou coveiro, tá?”, debochava Bolsonaro em seu cercadinho (Gomes, 2020). Em outra ocasião, durante a transmissão costumeira de suas *lives*, imitou de forma debochada pacientes com falta de ar em decorrência da Covid-19 (Bolsonaro, 2022).

Figura 1. Covas coletivas em Manaus (AM) em decorrência da Covid-19 e da gestão do governo Bolsonaro, abril de 2020



Foto: Michael Dantas/AFP, abril de 2020.

Se nos governos petistas, alinhado com agências internacionais bilaterais, a questão da desigualdade e pobreza foi entendida como um impeditivo do desenvolvimento econômico do país, o pós-2016 marcou um rechaço à toda e qualquer forma de redistribuição das riquezas. As políticas de combate à pobreza passaram a acontecer desarticuladamente entre si, configurando uma espécie de assistencialismo. Os recursos para as áreas sociais passam a ser entendidos como gastos sociais. Não se buscou por maior racionalidade e controle na alocação dos recursos públicos, mas sim reduzir a responsabilidade do Estado frente à garantia dos direitos sociais. As políticas sociais passaram a ser exclusivamente marcadas pelos interesses de mercado, esvaziando-se de qualquer conteúdo social, e pela reprodução da subalternidade dos pobres e das camadas populares (Cohn, 2018).

O desmanche do social lulista modificou as relações entre o Estado, o mercado e a sociedade, estabelecendo uma equação na qual o mercado não se opõe ao Estado, mas sim à própria sociedade. Neste contexto, o mercado ameaça a existência do social, ao transformar em mercadoria coisas que precisam se manter enquanto bem comum (Polanyi, 2000). Operou-se

uma radical privatização do público (Oliveira, 1999), alinhada a uma pauta conversadora no campo dos costumes e da moral. Segundo Chico de Oliveira, (1999, p. 68),

A privatização do público é uma falsa consciência de desnecessidade do público. Ele se objetiva pela chamada falência do Estado, pelo mecanismo da dívida pública interna, onde as formas aparentes são as de que o privado, as burguesias emprestam ao Estado: logo, o Estado, nessa aparência, somente se sustenta como uma extensão do privado. O processo real é o inverso: a riqueza pública, em forma de fundo, sustenta a reprodutibilidade do valor da riqueza, do capital privado.

O golpe, “com o Supremo, com tudo”, e seus desdobramentos políticos, econômicos e sociais, resultou no desmanche de uma ordenação e de uma invenção do social lulista. Foi observada uma acelerada deterioração da política institucional, das leis e direitos sociais. “Desenham-se assim novas fronteiras de dissolução e recomposição de uma nova trama, um novo social articulado, mais fiel aos preceitos e formatos de uma hegemonia pura e simplesmente do chamado ‘mercado’” (Rizek; Georges, 2018, p. 252).

2. Mudanças no campo da política habitacional

No último desmanche, o campo da política habitacional funcionou como um laboratório do social para os governos da morte. Desde 2013, o Programa Minha Casa Minha Vida já mostrava sinais de esgotamento do seu conteúdo social a partir da redução da faixa de habitação de interesse social (HIS), impactando diretamente a população de baixa renda, ao mesmo tempo em que as faixas de habitação de mercado mantiveram seu desempenho.

O horizonte de possibilidades de acesso à HIS representadas pelo PMCMV se desmanchava. A previsibilidade da faixa se resumia à duas frentes: individualmente, realizava-se o cadastro no órgão público local responsável pela HIS, aguardava-se a produção de um empreendimento e, então, um sorteio era realizado para a distribuição das unidades. Ao nível coletivo, movimentos sociais e grupos organizados concorriam à modalidade Entidades¹⁶. Os movimentos sociais atuavam como instrumento de gestão habitacional, cooptados pelo Estado, em confluência com as políticas sociais e o próprio capital (Guerreiro, 2016). O horizonte de ações fora da institucionalidade estava reduzido.

¹⁶ Destinada à institucionalização de práticas de autoconstrução e autogestão oriundas das lutas urbanas do final do século XX, a categoria foi criada para atender grupos historicamente vinculadas à luta pela Reforma Urbana. Ela previa o credenciamento de associações, provenientes de movimentos de moradia ou não. Embora numericamente seus resultados sejam poucos, as conquistas se deram no campo da política. A modalidade transformou movimentos sociais e associações de moradores em operadores do PMCMV e possibilitou a abertura de um campo de atuação (Rizek; Georges, 2018).

A partir do golpe de Estado, uma cascata de alterações normativas e programáticas modificou diversas leis e regimentos no campo das políticas de desenvolvimento territorial e urbano. Destacam-se três alterações principais: o esvaziamento e enceramento do PMCMV, o Novo Marco de Regularização Fundiária (2017) e a criação do programa Casa Verde e Amarela (2020). Para o Estado de São Paulo, vale destacar as consequências da ADI 6602¹⁷.

Estas alterações configuraram o quadro normativo e programático no campo da política habitacional no último desmanche. As diretrizes propostas modificaram leis, regulamentações, portarias, fundos orçamentários, enquadramento dos beneficiários e moldaram as formas como a população, associações, empresas privadas, movimentos sociais, dentre outros atores, acessam e produzem estas políticas. Os agentes mediadores¹⁸ da demanda habitacional foram deslocados e o campo da política habitacional foi reconfigurado.

Observa-se uma desregulamentação nas formas de acesso à moradia, produzindo um “vácuo” de lei no campo habitacional, permitindo a criação de espaços dinâmicos, de disputa e recriações institucionais, configurando uma “zona cinzenta”. Estas zonas se caracterizam pelo alargamento das margens de manobra existentes na própria regulação legal, e aumentam também o controle ou poder de regulação de atores não-institucionais nestes espaços (Bureau; Dieuaide, 2018). As “zonas cinzentas” se desenham a partir da dissolução dos limites normativos, ganham contornos menos definitivos, misturando práticas indistintas entre as dobras do legal e ilegal, do institucional e do não-institucional (Minassian, 2011; Azais, 2012). Em nosso caso, referimo-nos ao controle ou poder da regulação das relações sociais a partir da gestão da demanda habitacional por atores não-institucionais. Quais atores e práticas sociais ganham espaço por meio da atuação nesta zona do “indistinto” (Paoli, 2007)?

Tem-se, então, a emergência de um “ativismo urbano” pós-2013 (Frúgoli Junior, 2018), que se caracteriza por um conjunto de coletivos, redes de movimentos sociais e práticas de ocupação voltados para a luta pelo direito à cidade e o próprio direito à vida, por meio das zonas cinzentas, permitindo a atuação dos mais diversos atores, desde coletivos de assessoria técnica,

¹⁷ Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6602, datada de 25 de novembro de 2020, colocou em discussão os dispositivos da Constituição do Estado de São Paulo que impunham restrições aos municípios para alterar a destinação, os fins e os objetivos originários de loteamentos definidos como áreas verdes ou institucionais. A ação foi julgada pelo STF e o resultado liberado em setembro de 2021 foi a invalidação dos parágrafos 1º a 4º do inciso VII do artigo da Constituição Paulista. Isso significa que os municípios do Estado de São Paulo passam a exercer sua competência concorrente para legislar sobre assuntos de interesse local, compreendendo o ordenamento territorial, o planejamento urbano e a fiscalização de áreas de uso e ocupação do solo.

¹⁸ Os principais agentes de mediação desta demanda eram os órgãos públicos ou autárquicos (como a PROHAB), a Caixa Econômica Federal (como agente financeiros e fiscalizador), as empreiteiras privadas, proprietários de grandes lotes urbanos ou periurbanos e, em pequena escala, movimentos sociais e grupos organizados.

até o crime organizado. Isso significa a produção de uma nova constelação de iniciativas, o alargamento de um repertório de luta e formas de organização, em uma nova escala de atuação.

A partir deste novo quadro normativo, os orçamentos destinados tanto aos movimentos sociais via Entidades, como para construtoras privadas e o poder público municipal, se encerraram. Diversos contratos foram interrompidos. O acesso à moradia subsidiada deu espaço para o acesso à terra regularizada, parcialmente urbanizada. A luta pela moradia ganhou contornos mais complexos e dramáticos à medida que foram se instalando os governos da morte em meio à pandemia da Covid-19. Ela passou a ser compartilhada, cada vez mais, pela luta por comida, água e condições para realização de higiene pessoal e coletiva. Neste contexto, houve a instauração das “lutas de emergência” (Mouriaux, 2002) atreladas ao plano imediato da vida.

É preciso pontuar que historicamente a luta por moradia no Brasil nunca se restringiu apenas ao acesso à terra e habitação. Demandas pelo transporte público, acesso à creche, água encanada, dentre outras demandas, sempre estiveram aglutinadas à luta pela moradia. O argumento aqui repousa no fato de que nos últimos anos estas demandas foram aprofundadas, somando-se à outras, como a necessidade de alimentação, geração de emprego, etc. Neste sentido, os movimentos de moradia passam a dar conta de tantas outras demandas, colocando-os como movimentos sociais de forma ampla.

A escala da luta por moradia também foi alterada devido ao estado de emergência e precariedade, passando de um “associativismo local”¹⁹ para a constituição de uma “rede de movimentos sociais”²⁰, com articulações com diversos agentes, movimentos e escalas na luta pela visibilidade e conquistas de direitos sociais. Estes novos atores de mediação se conectaram por meio das ocupações por moradia — que ganharam um grande protagonismo nesta última década — e passaram à gestão das precariedades e vulnerabilidades alinhado às necessidades habitacionais.

¹⁹ Entende-se por “Associativismo local” associações civis, movimentos comunitários e sujeitos sociais envolvidos com causas sociais ou culturais do cotidiano. São expressões e organizações locais e/ou comunitárias da sociedade civil organizada (Scherer-Warren, 2006).

²⁰ Segundo Scherer-Warren (2006, p. 113–114), “Na sociedade das redes (para usar uma terminologia de Manuel Castells), o associativismo localizado (ONGs comunitárias e associações locais) ou setorializadas (ONGs feministas, ecologistas, étnicas, e outras) ou, ainda, os movimentos sociais de base locais (de moradores, sem teto, sem terra, etc.) percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania. Neste processo articulatório, atribuem, portanto, legitimidade às esferas de mediação (fóruns e redes) entre os movimentos localizados e o Estado, por um lado, e buscam construir redes de movimentos com relativa autonomia, por outro. Origina-se, a partir desse fato, uma tensão permanente no seio do movimento social entre participar com e através do Estado para a formulação e a implementação de políticas públicas ou em ser um agente de pressão autônoma da sociedade civil”.

Por meio de demandas sobrepostas nas “redes de movimentos sociais”, os movimentos passam da defesa de um sujeito único, para a defesa de um sujeito plural, alargando a concepção de direito à cidade e ampliando a base de mobilização. Pautas como questão de gênero, étnica, racial, de classe, assim como lutas pelo meio ambiente, trabalho e sustentabilidade passam a compor as reivindicações dos movimentos por moradia (Scherer-Warren, 2006). É claro que este processo não acontece sem conflitos e contradições.

O MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) é um exemplo desta dinâmica. A partir de 2013 e, especialmente, 2016, o movimento se posicionou como um movimento social urbano de diversas frentes, ganhando terreno nas mais distintas esferas da vida, se colocando como organizador da população periférica. É a partir do “ponto de virada” conjuntural que o MTST passa de um movimento social que lutava por causas específicas, para um movimento social com um programa político de mudança estrutural da sociedade, tendo como ponto de partida a luta pela moradia e as ocupações urbanas da sociedade. É no início da década de 2010 que o MTST vai se constituindo como um ator político e lança mão de outras estratégias de atuação, como a luta pelos meios da política partidária.

Por último, é válido destacar dois acontecimentos marcantes que chamaram a atenção ao nível nacional, tensionando o campo da política habitacional na década de 2010. O primeiro ocorreu em 2012, quando a ocupação “Pinheirinho” localizada na cidade de São José dos Campos (SP), sofreu um despejo violento, com forte ação policial e confrontos, gerando críticas de movimentos sociais e defensores dos direitos humanos. Desde 2005, ela abrigava cerca de 1,6 mil famílias em um terreno de 1,3 milhão de m² pertencente à empresa falida Selecta. O segundo, ocorreu em 2018, quando o edifício Wilton Paes de Almeida, localizado no Largo do Paysandu, no centro de São Paulo, desabou após um incêndio, deixando mortos e feridos. O prédio era ocupado pelo Movimento Luta por Moradia Digna e abrigava cerca de 150 famílias.

Buscando responder ao objetivo geral desta tese — compreender as mudanças no campo da política habitacional no contexto do último desmanche a partir da (1) análise do quadro legal e (2) da reivindicação da parte daqueles que não têm parte, elencamos uma série de leis e atores sociais, que ganham materialidade a partir das ocupações por moradia.

Em relação às leis, analisamos o desempenho do PMCMV até sua extinção, em 2020; os instrumentos do Novo Marco de Regularização Fundiária (2017), dando destaque para a figura dos “Núcleos Urbanos Informais” e para o instrumento de regularização fundiária — Reurb; a criação do programa habitacional Casa Verde e Amarela (2020) e seus mecanismos de privatização do público e institucionalização das precariedades; e, a nível estadual,

discutiremos as consequências da ADI 6602, que autoriza os municípios a desafetarem suas áreas públicas sem entrar em conflito com a legislação estadual.

Destacamos os atores que ganharam destaque ao longo desta tese. Estes grupos, ainda que apresentados aqui de forma separada, apresentam uma transversalidade entre eles e atuam por meio da zona cinza, buscando construir legitimidade e institucionalidade para as suas ações. Cada ator ou rede se insere em distintas escalas e temporalidades, mas se encontram através das ocupações por moradia. São eles:

Movimentos por moradia local e nacional: movimentos por moradia local representados pelo ciclo contemporâneo de ocupações na cidade de São Carlos, iniciado em 2014, com 3 ocupações por moradia. A primeira ocupação (2014) pode ser entendida em um quadro de ativismo local, construindo redes, agregando associações civis, movimentos comunitários e o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) local; a segunda ocupação (2015) se iniciou da mesma forma e, posteriormente, fez uma parceria com o MTST, construindo de modo mais complexo uma rede de movimentos sociais local, ao passo que se insere em uma rede de movimentos sociais nacional, cujo ator com mais força é o MTST; a terceira ocupação (2020) rejeitou a entrada do MTST, mas mantém uma rede de ativismo local. A partir da segunda ocupação foi possível acompanhar a atuação do MTST na região metropolitana de São Paulo — o coração do movimento —, observando as estratégias ao nível local, regional, estadual, nacional e internacional e as suas reconfigurações ao longo da mudança conjuntural.

É válido ressaltar que existem outros movimentos por moradia no Brasil com atuação ampla, como Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), Movimento Nacional pela Luta por Moradia (MNLN) e União Nacional por Moradia Popular (UNMP). Entretanto, o foco desta tese recaiu no MTST devido a sua centralidade durante as incursões etnográficas.

O PSOL: o Partido Socialismo e Liberdade aparece de duas maneiras na gestão pela demanda habitacional. A princípio, a sua participação nas ocupações por meio da figura de seus militantes e, posteriormente, na constituição de uma relação institucional a partir da eleição do vereador Djalma Nery. A segunda maneira refere-se à aliança construída com o MTST, desde 2018. Os rumos internos do PSOL passam a ser disputados a partir das ocupações do MTST. O partido passou a ser instrumentalizado pelo movimento com a finalidade de acessar a arena institucional político-partidária.

ATHIS: a Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social, respaldada legalmente desde 2008, ganhou contornos mais fortes a partir do contexto do último desmanche, na ausência da política habitacional. Todo um campo de atuação se estruturou por meio das

demandas das ocupações por moradia, que não encontraram respaldo técnico e orçamentário no Estado, e por meio de editais de fomento via CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo).

Igreja: a igreja, especialmente líderes e fiéis evangélicos, marcam presença nas ocupações, disputando os sentidos da luta pela moradia. Em São Carlos, duas lideranças religiosas evangélicas se destacaram nas ocupações. Para eles, a luta por moradia não se confunde com a luta por direitos sociais, mas sim pela concretização dos planos de deus. Estes líderes podem ser compreendidos como “empreendedores morais” (Becker, 2008). Eles disputam simbolicamente o espaço com as lideranças da ocupação e colaboram na gestão das precariedades e vulnerabilidades, seja por meio de doação de refeições ou pela oferta de conforto espiritual. Neste sentido, a gestão da demanda habitacional é atravessada pelas moralidades da religião evangélica.

Crime organizado: o crime organizado, especialmente o PCC (Primeiro Comando da Capital), também tem participado na gestão da demanda habitacional nas ocupações. Os “irmãos” ou “companheiros” promovem a segurança das ocupações aos moldes do mundo do crime. Em outras palavras, são responsáveis pela gestão dos conflitos violentos naquele território para evitar o acionamento da polícia, o que prejudicaria tanto as atividades deles, como também estigmatizaria as ocupações.

Neste contexto, estamos interessados em compreender as relações múltiplas destes atores na gestão da demanda habitacional, seja no formato de colaboração ou concorrência. De acordo com seus planejamentos ou oportunidades moldadas pelas conjunturas, estes grupos ganham mais ou menos destaque. É possível observar os novos contornos deste “campo sob tensão” (Bourdieu, 2011; 2004), a valorização e configuração de determinados atores, a criação de mercado de oportunidades políticas, as práticas sociais e políticas atravessadas pelo mercado, as formas de institucionalização e a conformação de redes de poder e influências (Feltran, 2018). Observa-se também os processos de produção de capital político (Bourdieu; 2011) e as formas de ordenamento social e urbano.

3. Dos caminhos até o objeto de pesquisa

No início do ano de 2018, me preparava para defender a dissertação de mestrado sobre o PMCMV, sua relação com a produção do espaço urbano e os indicadores habitacionais da

cidade de São Carlos (Breda, 2018)²¹. A poucos metros de distância do meu campo de pesquisa — os bairros de habitação social do PMCMV —, tomei conhecimento da ocupação “Em busca de um sonho”, com cerca de 100 famílias vivendo em barracos precários, com ligações clandestinas de água e energia, sem acesso à rede de esgoto e lutando para acessar uma moradia pelo programa habitacional vigente, desde 2015.

No mesmo período, o grupo de pesquisa SAGEMM²², do qual faço parte, estava organizando uma Escola de Inverno que ocorreu em agosto de 2018²³. A programação se propunha a dialogar com interlocutores, militantes, sujeitos da nossa área de conhecimento que não fossem propriamente acadêmicos. Achamos que seria interessante conhecer a ocupação, como também trazer os seus líderes para contar sobre suas trajetórias e desafios. Em julho de 2018, tive meu primeiro contato com a Juliana e com a ocupação²⁴.

A partir desta ocupação descobri a existência da ocupação “José Luís e Rosa Sundermann” (2014–2014), que havia se instalado no mesmo terreno anos atrás. Posteriormente, constatei o surgimento de uma terceira ocupação, “Em busca de uma moradia”, configurando o que chamo de “ciclo contemporâneo de ocupações” em São Carlos. A terceira ocupação surgiu em 2020, a poucos metros de distância da “Em busca de um sonho”. Embora não seja possível afirmar com total certeza, não foi encontrada nenhuma informação de ocupações por moradia estruturadas e organizadas politicamente nas últimas décadas na cidade, caracterizando como um fenômeno inédito.

O local onde se situam as ocupações – região sul ou a grande Cidade Aracy –, pode ser considerada a maior região de pobreza e vulnerabilidade da cidade, com cerca de 80 mil pessoas conectadas à chamada cidade consolidada por apenas 3 vias de acesso. Há um acidente

²¹ A dissertação tratou das formas combinadas de produção do espaço urbano (por “baixo” e por “cima”) e sua relação com as formas de gestão de determinados grupos e do ordenamento social da população pobre periférica — resultante da ação do Estado, do capital e de distintos atores sociais nas “parcerias público-privado” — que dão sentido à vida cotidiana, especialmente na periferia contemporânea da cidade de São Carlos/SP. Algumas considerações podem ser apontadas: (i) o PMCMV apresentou uma “superprodução por demanda”, visando atender antes ao mercado imobiliário em vez do chamado déficit habitacional; (ii) os agentes públicos e privados trabalham em confluência com as necessidades do mercado; (iii) as políticas sociais apresentam caráter de privatização de seus financiamentos e terceirização de suas ações, provocando uma “gestão privada do social” e “do espaço urbano” por meio de órgãos da iniciativa privada, como empreiteiras e ONGs; (iv) a gestão privada do social é imbuída de uma moralização, despolitização do Estado e práticas gerenciais e técnicas e, por vezes, se apresenta como “agente de mediação”; (v) o acesso aos direitos sociais não são entendidos na “chave de direito” e sim do acaso ou do merecimento individual.

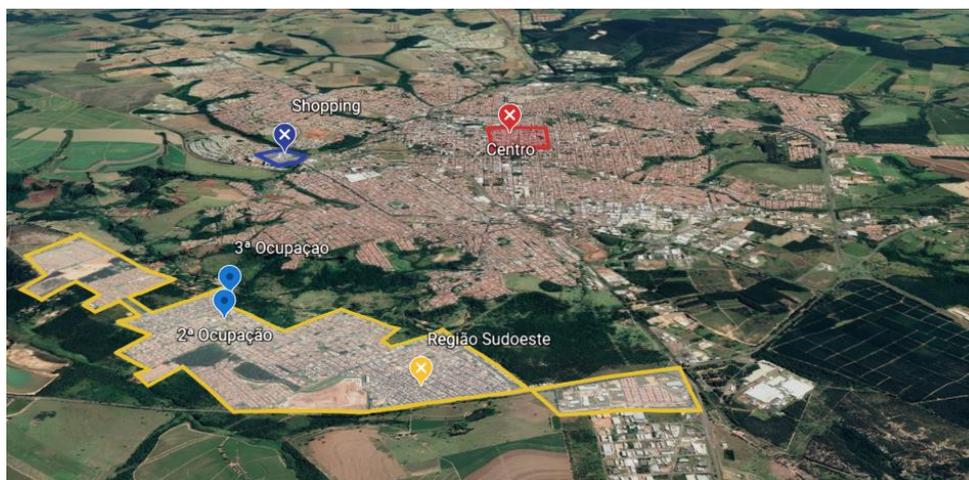
²² Laboratório Misto Internacional “*Social activities, gender, market and mobilities from below (Latin America)*” coordenado na época por Isabel Georges e Cibele Rizek (2016–2018), que deu lugar à rede de pesquisa Sagemm.

²³ Intitulada “Produção e Reprodução das formas de sociabilidade — Dimensões territoriais e multi-escalares do Sul Global (Abordagens teóricas e desafios metodológicos)”, organizado em torno dos 3 eixos do LMI: transformações do trabalho, políticas sociais e formas de mobilização. Ver Georges, Rizek e Breda (2022).

²⁴ Agradeço ao professor Dr. Marcel Fantin (IAU-USP) e ao grupo Pitá pelo contato com a ocupação.

geográfico que dificulta o acesso ao centro e a equipamentos coletivos público e privado, resultando em uma segregação socioespacial.

Figura 2. Localização da região sudoeste e ocupações, com relevo, São Carlos, 2020



Fonte: Google Earth (imagem de 2020). Elaboração final do autor, 2021.

Inserida no contexto de um país de capitalismo periférico, São Carlos é uma cidade de porte médio (250 mil habitantes) localizada na região central do Estado de São Paulo, conhecida como a “capital tecnológica” nacional, abrigando duas grandes universidades públicas e um grande parque de empresas de tecnologia. Dados de 2017 mostram que ela está entre as 100 cidades mais ricas do país²⁵. A macro região é marcada por um ambiente conservador e pela predominância de elites industriais e agrícolas (especialmente cana de açúcar), que detém grande parte das terras periurbanas, ditando o desenvolvimento das cidades (Breda, 2022). Neste sentido, movimentos sociais e grupos progressistas enfrentam um ambiente hostil, marcado por diversos conflitos. A cidade próxima de maior influência é Ribeirão Preto, conhecida como a capital brasileira do agronegócio. Sua região metropolitana conta com quase 2 milhões de habitantes.

São Carlos é um exemplo desta dinâmica. Os proprietários de terras e os agentes que urbanizaram a região sul da cidade, por exemplo, são descendentes das famílias proprietárias de fazendas de café tocadas a braço de escravizados, que fundaram a cidade no século XIX; descendentes da elite industrial do século XX; políticos locais e especuladores imobiliários assentados no capital financeiro. A produção urbana e social da região sul está diretamente

²⁵ Dado disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_munic%C3%ADpios_do_Brasil_por_PIB. Acesso em: 09 out. 2023.

atrelada à manutenção das elites locais e dos quadros políticos, sendo um espaço de extração de capital político e monetário (Breda, 2022).

A região sul foi promovida irregularmente ainda no final do século passado, pelo atual prefeito Airton Garcia (PSB), vice-prefeito na época (Poli, 2004). Na década de 2010, esta região se expandiu vertiginosamente devido os investimentos do PMCMV, recebendo quase três mil casas via PMCMV Faixa 1 e mais 2 mil unidades via Faixas 1.5 e 2. É válido pontuar que ao norte da cidade e na região do Shopping Iguatemi se concentram os condomínios de alto padrão. São processos que, olhados por cima, revelam o desenvolvimento estratégico da cidade que destina certas regiões para ricos, e outras para pobres (Breda, 2022).

Há, portanto, elementos da própria região e da relação entre a política “local” que deslocam o nosso campo para um eixo diacrônico, além do sincrônico, no olhar da produção deste território. Não poderíamos ignorar o processo social e político que envolve a produção da região sudeste, ou a Grande Cidade Aracy, marcada por disputas políticas, loteamentos ilegais, processos de legalização e eixo de expansão da HIS por meio do PMCMV, formando “o grande território da pobreza” do município.

Voltando para o ciclo contemporâneo de ocupações, a “Em busca de um sonho” marca o ponto de virada conjuntural, representando a reconfiguração de estratégia na luta por moradia. É a partir dela que se tecem os fios para a análise desta tese. Do ponto de vista sociológico, estas três ocupações oferecem “fotografias” de seu tempo, como veremos a seguir.

A ocupação “Sundermann” se instalou no terreno em 2014 e, por meio da pressão social e política, conseguiu acessar o PMCMV, revelando o último suspiro das políticas lulistas, assim como a previsibilidade institucional e as possibilidades de ação social naquele horizonte. A ocupação “Em busca de um sonho” surgiu em 2015 e seguiu o mesmo caminho, mas naquele momento não havia mais nenhum contrato do PMCMV Faixa 1, ilustrando o esgotamento do lulismo. A estratégia adotada foi um salto do “associativismo local” para a constituição de “rede de movimentos sociais” (Scherer-Warren, 2006) — e isso implicou em uma forte articulação com outras escalas e agentes, especialmente o MTST. A vitória parcial se deu pela conquista do terreno ocupado via Reurb-S. A ocupação ainda existe, mas agora em um terreno parcialmente regularizado e urbanizado. Por fim, as estratégias da terceira ocupação, “Em busca de uma moradia”, foram moldadas a partir do contexto do desmanche. A realidade é a luta pela terra parcialmente urbanizada. A moradia ficou mais distante, assemelhando-se a uma utopia. Ao observarmos cronologicamente os atores, os instrumentos normativos, a relação com o Estado, o mercado, e as estratégias utilizadas pelas três ocupações, conseguimos traçar uma genealogia do último desmanche no campo da política habitacional.

Ao perseguir os fios tecidos a partir da “Em busca de um sonho”, o meu campo e o meu próprio objeto de pesquisa foram reconfigurados e descolados para a região metropolitana de São Paulo e o MTST. O principal instrumento de luta do MTST são as ocupações por moradia. Ainda que quando olhadas de fora, elas parecem as mesmas ao longo do tempo, as ocupações têm se modificado para responder aos desafios postos pelas distintas conjunturas políticas e as próprias estratégias do movimento. Novamente, a partir da ocupação em São Carlos foi possível flagrar este processo e colocá-lo em perspectiva com as ocupações da grande São Paulo.

Entre dezembro de 2022 e setembro de 2023, participei da Escola de Trabalho de Base do MTST. Neste momento, foi possível visitar diversas ocupações, entrar em contato com a base, com coordenadores, militantes, políticos, dentre tantas outras pessoas, expandindo o universo de pesquisa desta tese. A partir da observação participante combinada com uma etnografia multissituada (Marcus, 1995) e multiescalar (Lepetit, 1998), participei como um brigadista na Escola, sendo possível observar “por dentro” as ambiguidades e contradições do movimento e da própria ideia de “ser militante” na luta pelo acesso à moradia. As dimensões identitárias se revelaram centrais neste “novo” ativismo pós-2013.

Alguns achados em São Carlos foram reafirmados pelos novos dados e indicavam todo um universo de experiência coletiva e subjetiva gestado por meio das ocupações e do movimento. Se em São Carlos já era possível observar a produção de lideranças do movimento pela base, por meio da vivência e do projeto político pedagógico do movimento, em São Paulo isto ficou mais latente. Neste sentido, explorei a reprodução das bases do movimento e reconfiguração das estratégias, relacionando-o com os desafios postos pela conjuntura.

A partir destes deslocamentos metodológicos, a tese ganhou novo formato. Iniciamos, então, discutindo as mudanças no quadro normativo e programático da política habitacional brasileira, passando pelas práticas sociais da população de baixa renda, dos movimentos sociais, partidos políticos, dentre outros atores na luta pela moradia; e se encerra discutindo a centralidade que os movimentos de moradia adquiriram na última década, relacionados tanto à gestão das vulnerabilidades, quanto à diversificação de sua luta e dos atores, discutindo as experiências de organização da população periférica, coletiva e subjetivamente.

4. Metodologia e desafios metodológicos

Estudar as ações e estratégias de movimentos sociais, grupos organizados e partidos políticos no contexto do desmanche nos coloca alguns desafios. Relatos das lideranças,

militantes e apoiadores podem variar de acordo com suas perspectivas individuais e o contexto em que estão inseridos. Além disso, é necessário ter em mente que estas organizações tendem a apresentar uma imagem que desejam que tenhamos delas (Miagusko, 2012). Neste sentido, as fontes e as informações precisam ser constantemente trianguladas e analisadas a partir de uma perspectiva crítica e da multiplicação dos pontos de vista e das escalas de análise (Cf. Georges; Rizek, 2016). Utilizamos métodos mistos, sendo as principais metodologias adotadas a observação participante, etnográfica multissituada, multiescalar e digital.

A partir do clássico livro de William Foote Whyte (2005), Licia Valladares (2007) elenca 10 “mandamentos” da observação participante, de modo que exponho alguns. A observação participante implica em um longo processo de pesquisa, negociações de entrada, e campo e observações em diferentes momentos. É necessário ter cautela, uma vez que o pesquisador se insere em uma teia de relações, hierarquias e poder desconhecidas.

Uma das principais características é o pressuposto da interação entre o pesquisador e o pesquisado. O pesquisador também está sendo o tempo todo observado e muitas vezes desconhece a imagem que transmite junto ao grupo pesquisado. As informações obtidas são fruto das relações estabelecidas e do comportamento de ambos. A autorreflexão precisa ser feita constantemente e convém ser explicitada na própria pesquisa. A presença de um informante, um “Doc”, é fundamental para abrir as portas e esclarecer algumas incertezas. A observação participante não é uma prática simples e apresenta dilemas teóricos, metodológicos, práticos e morais, como veremos.

A prática etnográfica também demanda a presença recorrente nos espaços de investigação em momentos diversos e a partir de um papel de observação plausível para a população, além da realização de entrevistas semiestruturadas com moradores e agentes públicos/privados (Telles, 2010; Rizek et al., 2015; Rosa, 2014).

Especificamente sobre a etnografia multissituada, ela nos permite realizar um trânsito entre o plano micro para um plano macro de processos mais gerais. Segundo o expoente desta vertente, George Marcus (1995), a etnografia multissituada permite observar a “circulação de significados culturais, objetos e identidades em espaço-tempo difusos” (Marcus, 1995, p. 96, tradução minha). Ela pode ser colocada em prática através de algumas técnicas, como seguir as pessoas, narrativas, biografias, histórias, alegorias, coisas ou objetos materiais, dentre outros. Assim, a etnografia multissituada se mostra como uma importante ferramenta de descrição e análise de movimentos ou fluxos sobre os fenômenos que se manifestam em diversos locais, mas guardando relações uns com os outros por meio de redes que se formam.

A circulação do pesquisador, segundo Marcus (1995), nos coloca um desafio, que implica na renegociação da identidade em locais diferentes. Cada novo espaço em que busquei me inserir, a minha identidade era lida de uma maneira e era necessária uma renegociação. Assim, é preciso considerar o lugar social e subjetivo de onde fala o investigador (Agier, 2015; Wacquant, 2002; Emerson, 2003).

A minha entrada em campo nas ocupações de São Carlos foi marcada por distintas reações. A princípio, eu era lido como um *outsider*. A partir do momento em que fui reconhecido por algumas crianças, inclusive a irmã de uma das lideranças, como o “tio” da ONG²⁶ localizada no bairro vizinho, a imagem de *outsider* foi sendo diluída. Quando tive minha conversa com o “companheiro” do PCC, fui lido como um policial. Foi necessário acionar minha identidade de estudante para que a conversa continuasse. Com os membros do partido, minha identidade de pesquisador/estudante universitário era sempre reconhecida. Esta identidade também foi acionada pelas próprias lideranças do MTST quando me pediram para falar em um palanque sobre a inatividade do poder local ou para acompanhá-los em uma reunião com o poder público em São Carlos — sendo apresentado como professor da UFSCar. Estas negociações aconteciam hora em meu benefício, hora em benefício dos meus interlocutores.

Algumas negociações ocorreram a partir de marcadores sociais como raça, gênero e classe social. Quando eu fazia trabalho voluntário na ONG, ainda no âmbito do mestrado, eu era cotidianamente lido como o professor gay (Breda, 2018). Nas ocupações em São Carlos, o componente de classe era mais acionado — o pesquisador da UFSCar oriundo da classe média. Em uma das minhas últimas conversas com Juliana, liderança da “Em busca de um sonho”, ela perguntou sobre minha vida e relatou que sempre achou que eu era muito rico, especialmente por que eu havia morado na Europa (no âmbito do meu doutorado cotutela).

Em São Paulo, no âmbito da minha participação na Escola de Trabalho de Base do MTST (janeiro a setembro de 2023), alguns atritos passaram a ocorrer por que eu era automaticamente lido como homem, branco, “cis gênero”, hétero, da classe média que estava realizando meu “TCCzinho” nas ocupações. A maioria destes comentários vieram dos brigadistas (pessoas em formação, ainda não integrantes do MTST), majoritariamente brancos e brancas, da classe média, com ou em formação superior.

Estes estranhamentos e negociações revelam muito sobre as sociabilidades locais. As tensões colocadas nas ocupações em São Carlos e em São Paulo diferiam, porque as pautas políticas discutidas naqueles espaços tinham maior ou menor enraizamento, como a pauta

²⁶ Durante a minha pesquisa de mestrado, realizei trabalho voluntário por um ano em uma ONG localizada no bairro Jardim Zavália, vizinho à ocupação. É corriqueiro os alunos usarem “tio” para se referir a um professor.

identitária. Ainda que os coordenadores de ocupação e os brigadistas estivessem falando sobre a mesma questão, o repertório e as experiências eram profundamente distintos.

E isto também se refletia no campo da luta por moradia. As estratégias e formas de organização utilizadas em São Carlos e em São Paulo tinham variações. Parte delas podem ser explicadas pela questão da escalaridade, fluxos e processos sociais — que na região metropolitana de São Paulo é muito mais acentuada. Além disso, vale pontuar que os próprios atores no campo produzem conhecimento através do acionamento de escalas e contextos — como, por exemplo, as coordenadoras e militantes do MTST que circulam entre cidades e ocupações. Portanto, é um processo de produção de conhecimento nas duas vias. Neste sentido, estes dados não só nos revelam a riqueza de uma pesquisa etnográfica multissituada, como também revelam a importância da multiescalaridade. O próprio objeto de pesquisa vai sendo remodelado a partir do percurso do pesquisador em distintos campos. Como diz o poeta espanhol Antonio Machado, “Caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao caminhar”.

O recurso de multiescalaridade, ou a variação de escala, possibilita a construção de objetos mais complexos, aumentando o campo de extensão da análise e a (re)configuração do próprio objeto de pesquisa. Não se trata de hierarquizar escalas, mas sim coteja-las em um exercício analítico, não se limitando à escala micro do objeto. Também não se trata de aumentar ou reduzir o tamanho do objeto, mas de moldá-lo e significá-lo por meio de várias tramas. Para Lepetit (1998), a construção do objeto de pesquisa ocorre ao longo da investigação. A alteração das escalas em uma investigação modifica a sua própria realidade: ao adotarmos uma escala estamos escolhendo propriamente um ponto de vista específico do conhecimento. Neste sentido, é preciso fazer um esforço analítico para capturar estas multiplicidades.

Foi este sentido adotado nesta pesquisa ao seguirmos os fios presentes, especialmente na ocupação “Em busca de um sonho”. Ao explorarmos o ciclo contemporâneo de ocupações em São Carlos, optamos por seguir os fios das trajetórias de militantes e coordenadores do MTST, que acabaram por revelar a própria transformação do movimento na última década e a centralidade que o MTST tem adquirido na organização da população periférica. Assim, o salto multiescalar e multissituado ocorreu a partir da conjuntura posta, que nos colocou a opção de seguir os “novos” atores de diferentes escalas e lugares, acionados pela ocupação.

Neste contexto, a pesquisa trilhou um caminho pouco ortodoxo. Usualmente, as pesquisas partem de modelos e achados de pesquisas das regiões metropolitanas ou grandes cidades e buscam observar suas modulações em outros contextos. A pesquisa em tela fez o caminho oposto, partido de um estudo de caso em São Carlos, buscou-se encontrar elementos explicativos mais globais, encontrando ancoragem na região metropolitana de São Paulo. Foi

proposto uma teorização progressiva a partir dos dados que o campo proporcionou e não se partiu de um enquadramento posto por meio de estudos nos grandes centros.

As incursões etnográficas ocorreram com maior intensidade na ocupação “Em busca de um sonho” (2015 — presente). No ano de 2018, foram realizadas cerca de 15 visitas à ocupação ou atividade com lideranças. No ano de 2019, mantive contato *online*, uma vez que passei parte do ano como pesquisador visitante na Universidade Técnica de Berlim (3 meses). Presencialmente, ocorreram cerca de 5 visitas naquele ano. No ano de 2020, devido à pandemia da Covid-19, realizei apenas uma visita presencial, ainda no início do ano. Durante este período, foi mantido contato por meio de plataformas como *WhatsApp*, *Google Meet*, *Facebook* e *Instagram*. No ano de 2021, cerca de 6 atividades foram realizadas na ocupação “Em busca de um sonho” e “Em busca de uma moradia”, tanto presencialmente, como de forma *online*. Em 2022, realizei uma incursão etnográfica nas duas ocupações, a fim de realizar uma última atualização e confirmar algumas informações.

Em relação à ocupação “José Luís e Rosa Sundermann” (2014–2014), realizei entrevistas com membros do PSOL e moradores da “Em busca de um sonho” que me ajudaram a reconstruir a história da ocupação. Também acessei o *Facebook* da ocupação, onde havia diversas informações sobre o movimento. Resgatei alguns vídeos do *YouTube* para compor a narrativa e realizei uma pesquisa nos jornais locais buscando notícias que colaborassem com a construção da história da ocupação. As outras duas ocupações também mantêm página no *Facebook*, a qual acessei e coletei diversas informações devidamente registradas por mim (utilizando a cópia do *link*, dia de acesso e *print* da página). Também consultei o processo judicial no qual estão inseridas as duas primeiras ocupações.

É válido pontuar que durante a emergência da Covid-19 e dos meus deslocamentos para a Europa as interações pessoais foram cessadas e parte da pesquisa foi realizada por meio das tecnologias digitais. Foi mobilizado um conjunto de procedimentos na obtenção de dados de investigação no universo *online*. A pesquisa de campo com mídias digitais tem se expandido desde o final da década de 1990, e possibilita a diversificação de abordagens e orientações teórico-metodológicas (Miskolci; Baleiro, 2018; Padilha; Facioli, 2022). No contexto da pandemia, o uso da *internet* como recurso comunicacional tornou-se uma das únicas opções.

A partir da perspectiva sociológica, o meio digital é compreendido como um conjunto de práticas sociais produzidas por meio da tecnologia digital e adquire contornos específicos conforme o contexto. Portanto, não pode ser encarada apenas como uma entidade fixa ou um conjunto de comandos realizados por meio de dispositivos tecnológicos. As interações digitais são mediadas através de suas infraestruturas. Cada plataforma oferece uma arquitetura, recursos

e uma interface de comunicação que pode afetar tanto a logística da pesquisa, quanto as estratégias mobilizadas pelo pesquisador (Padilha; Faccioli, 2022).

É preciso considerar que o acesso ao meio digital e à *internet* envolve pacote de dados, aparelho telefônico ou um computador, letramento digital, etc., ocorrendo de maneiras diferentes. Neste sentido, com meus informantes de fora das ocupações era possível realizar chamadas de vídeos. Com lideranças e acampados, a troca de mensagens via *Facebook* ou *WhatsApp* era mais corriqueira.

Além das interações diretas entre o pesquisador e o pesquisado, por meio de conversas, entrevistas *online*, mensagens de voz e de texto, as tecnologias digitais, como plataformas sociais, servem como fonte de dados a partir das postagens. Estas postagens funcionavam como peças em um quebra-cabeça e/ou como confirmação ou contraposição de dados, colaborando com a triangulação. As páginas no *Facebook* e no *Instagram* das ocupações, especialmente da primeira, foram fundamentais para traçar uma linha do tempo. As postagens podem funcionar quase como um diário. Entretanto, é preciso ter em mente que, assim como em uma entrevista presencial, o entrevistado pode escolher o que e como falar e preparar o cenário para te receber. Nas plataformas digitais estes efeitos também ocorrem. São recortes do cotidiano, muitas vezes performados, outras vezes de modo espontâneo (Padilha; Faccioli, 2022).

O campo *online*, assim como o presencial, exige reflexões a respeito dos princípios éticos que orientam boas práticas de pesquisa. A análise de fotografias, textos, imagens, interações ou outros tipos de informações pessoais, produzidas e compartilhadas de modo *online* em plataformas de comunicação em rede, ficam em um limiar entre a esfera pública e privada (Padilha; Faccioli, 2022).

As incursões etnográficas se iniciaram ainda quando eu encerrava o meu mestrado e começava a escrever o projeto de doutorado, em 2018. O doutorado foi iniciado em 2019, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, e em 2021, na modalidade cotutela com a Bauhaus-Universität Weimar, pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, na Alemanha. Ao longo da minha estadia na Alemanha, entre agosto de 2021 a dezembro de 2022, mantive contato constante via plataformas digitais, tanto com lideranças das ocupações, quanto com informantes e apoiadores.

Com o meu retorno ao Brasil em dezembro de 2022 e a possibilidade de realizar um campo *offline* “pós-pandêmico”, me deparei com uma chamada nas redes sociais para participar na Escola de Trabalho de Base do MTST, decidindo me inscrever. As atividades ocorreram entre o final do ano de 2022 até setembro de 2023. Durante esse período de observação participante, tive atividades teóricas e práticas quase todos os finais de semana, e visitei pelo

menos 4 ocupações na Região Metropolitana de São Paulo. Algumas delas visitei mais de 3 vezes, o que me proporcionou a oportunidade de realizar conversas informais com coordenadores, militantes, acampados e apoiadores. Ao longo da Escola, também tivemos aulas sobre a história e as estratégias do movimento. À medida que avançávamos na formação, recebíamos informações caras ao movimento.

Esse ponto nos leva a uma questão crucial: a responsabilidade do pesquisador e do recém-apoiador do movimento em relação às informações coletadas e expostas. Estudar um movimento social requer uma grande responsabilidade. São diversas camadas de informações cruzadas, provenientes de pessoas com diferentes origens e formações, com distintas narrativas, muitas vezes moldadas pelo que eles acham que o pesquisador/militante/apoiador deseja ouvir. No entanto, devemos lembrar que, no final do dia, estamos lidando com uma grande parcela da população, chamada de base, acampados ou “o povo”. Pessoas de carne e osso, com histórias de sofrimento, superações, traumas, dificuldades, etc. São pessoas que podem ser afetadas pelas repercussões do que é analisado, narrado e publicado pelas instituições acadêmicas. Cortés (2022) demonstra, por exemplo, o impacto que estudos acadêmicos podem ter sobre os movimentos sociais, suas relações tecidas com o governo e na própria conjuntura política²⁷.

Neste meandro, optei por não expor algumas informações, especialmente quando chegaram a mim de forma bastante informal, através de cochichos e informes internos. Em algumas situações, foram solicitados aos brigadistas seus celulares para evitar qualquer risco de gravações e vazamentos de informações. Saliento que todos os meus coordenadores estavam cientes do meu papel de brigadista e pesquisador.

Encaro este cuidado ético como respeito e proteção ao movimento e aos meus interlocutores, reconhecendo que a ciência não deve ser colocada acima de tudo e de todos. É importante compreender que muitas das informações revelam estratégias cruciais do movimento, em um período em que o Brasil se recupera (?) de uma forte onda de conservadorismo, superando um recente golpe de Estado, em 2016, e ainda enfrentando as consequências da tentativa de mais um golpe em 8 de janeiro de 2023.

De modo geral, através das minhas incursões etnográficas em São Carlos e em São Paulo, tive acesso a apoiadores, brigadistas, acampados, líderes de ocupações, coordenadores estaduais e nacionais, membros e militantes do PSOL e do MTST, além de informantes dentro do quadro de funcionários públicos de São Carlos, assim como um vereador, assessor,

²⁷ O caso estudado parte do movimento “pobladores”, no Chile, durante a transição democrática no final da ditadura. O argumento repousa no fato que estudos sobre o movimento a partir da vertente metodológica de Alain Touraine pode ter implicado no próprio processo de transição democrática do país (Cortés, 2022).

lideranças religiosas e do crime organizado. Soma-se a isso a consulta a sites de notícia local, estadual e nacional, pesquisa bibliográfica e análise de leis referentes ao quadro normativo e programático da política habitacional.

5. Apresentação dos capítulos

Buscando responder ao objetivo geral desta investigação, compreender as mudanças no campo da política habitacional no contexto do último desmanche a partir da (1) análise do quadro legal e (2) da reivindicação da parte daqueles que não têm parte, apresento os capítulos desta tese. A exposição segue o percurso cronológico dos desdobramentos empíricos em campo.

O **Capítulo 1**, intitulado “A política habitacional no último desmanche (2013–2022): privatização do público e rebaixamento dos direitos sociais”, apresenta uma análise técnica do arcabouço legal e normativo produzido na conjuntura pós-2016, especialmente por meio da análise do desmanche do Programa Minha Casa Minha Vida, da criação do Novo Marco de Regularização Fundiária (2017) e da criação do Programa Casa Verde e Amarela (2020). Este capítulo subsidia o debate do capítulo seguinte.

O **Capítulo 2**, intitulado “Ocupações por moradia na era do desmanche: rebaixamento das condições de vida e precariedades prolongadas”, oferece uma análise empírica das mudanças do quadro legal e apontam para as estratégias da população de baixa renda, dos movimentos sociais e dos partidos políticos na luta pela moradia. Este capítulo também oferece algumas pistas sobre o social gestado pós era do desmanche, que combina o quadro legal produzido pelos governos da morte, sobreposto ao terceiro governo “progressista” de Lula, institucionalizando a política da exceção.

O **Capítulo 3**, intitulado “Atores e redes 'fora' do Estado na gestão da demanda habitacional”, visa mapear as ações de grupos sociais que se conectam por meio da atuação nas ocupações e se fortalecem por meio da zona cinza produzida pelo quadro legal do último desmanche. Estes grupos e redes de poder buscam legitimar suas práticas e influenciar os rumos do ordenamento social e urbano. Estes grupos obtêm ganhos a partir desta gestão, como a produção de capital político e legitimidade social.

O **Capítulo 4**, intitulado “O MTST e a conjuntura pós-2013: ocupações, movimento-partido e ‘ecossistema de organizações populares’”, discute, a partir de uma análise histórica e conjuntural, as principais mudanças que ocorreram no movimento e nas ocupações por moradia a partir da ampliação da luta urbana em outras frentes, por meio da constituição de redes de

movimentos sociais em distintas escalas, para “dentro” e para “fora”, assim como o seu processo de institucionalização via política partidária, ganhando contornos de um “movimento-partido”.

O **Capítulo 5**, intitulado “Por dentro do MTST: expansão das bases, politização e ativismo identitário neoliberal”, discute a estrutura interna do movimento, o papel dos setores na ampliação das frentes de atuação, e as formas de reprodução e politização da base externa e base interna. Abordamos também o papel crucial da identidade na construção da legitimidade dos militantes de ambas as bases e o mercado moral destas identidades nos processos de politização. Argumentamos que o MTST opera o encontro entre as classes subalternas e os setores progressistas da classe média, mediado pela identidade.

Desejamos uma boa leitura!

Capítulo 1

A política habitacional no último desmanche (2013-2022): Privatização do público e rebaixamento dos direitos sociais

Na rua agora,
preciso escolher
entre o abrigo
e o pão.

Internou o diálogo,
gritou por socorro
em pleno sábado,
marcou no infame calendário
o dia da diáspora,

(...)

Morar é privilégio
dos que não conhecem salário,
só entendem
heranças e propinas,
nasceram em berços,
que nunca habitaram
as esquinas,
as usinas,
carvoeiros
ou canaviais.
(Lene, 2021, p. 18)

Políticas habitacionais são essencialmente políticas de desenvolvimento territorial e urbano (Balbim, 2022). Isso significa dizer que elas não podem ser compreendidas apenas como produção isolada de unidades ou empreendimentos habitacionais, melhorias habitacionais, instrumentos de acesso à terra e regularização fundiária. As diretrizes propostas por meio das leis, das regulamentações, das portarias, e dos fundos orçamentários tem o potencial de moldar as formas como a população, associações, empresas privadas, movimentos sociais, dentre outros atores, acessam e produzem estas políticas, configurando a própria produção do espaço urbano e ordenamento social.

Considerando marcos iniciais e finais de relevância histórica que modificaram grande parte dos elementos políticos, econômicos e sociais, é possível apontar quatro períodos de produção habitacional brasileira²⁸ (Balbim; Krause, 2014; Balbim, 2022; Bonduki, 2014).

O **primeiro** se refere à criação do Banco Nacional de Habitação (BNH, 1964 – 1986) durante o período da ditadura militar no Brasil (1964 – 1985). Este período foi caracterizado por um Estado central e tecnocrático, e a produção habitacional se destinou às classes médias e abastadas. Para a população pobre, a alternativa foi a informalidade e a autoconstrução. O período também foi marcado pela criação de fontes permanentes de recursos para garantir o financiamento habitacional a longo prazo. No contexto da ditadura militar, as políticas sociais buscavam angariar o apoio das massas populares urbanas, uma das principais bases de sustentação do governo anterior ao golpe de estado de 1964 (Bonduki, 2014).

O **segundo** período se iniciou com o fim da ditadura e a extinção do BNH, em 1986. O discurso tecnocrático foi substituído por um período de baixos investimentos, crise econômica e a ausência de um Estado centralizador na promoção de política habitacional. Naquele momento houve o desenvolvimento do neoliberalismo e o desmonte do Estado (Oliveira; Paoli, 1999). A informalidade e a autoconstrução adquiriram um papel central na produção do espaço urbano, se apresentando como uma alternativa individual de caráter temporário²⁹. Entretanto, se tornaram a “solução” e a condição coletiva de longo prazo para a habitação e desenvolvimento das cidades no Brasil e no Sul Global de modo geral, onde o construtor é um agente produtor da cidade não apenas na forma espacial, mas no agenciamento e na organização social. Este período também foi marcado por experiências de produção de habitação social pioneiras localmente, ainda que de forma restrita (Bonduki, 2014).

Em 2003, um **terceiro** período foi inaugurado com a chegada do PT ao governo. Houve uma nova centralização das políticas habitacionais e urbanas a partir da criação do Ministério

²⁸ Para uma perspectiva histórica sobre a política habitacional brasileira, ver Bonduki (2014).

²⁹ Ver trabalhos de Chico de Oliveira (2003), Lúcio Kowarick (1979; 2009) e Fernandes (2011).

das Cidades, assim como um esforço de responder as demandas associadas às lutas históricas pela reforma urbana. Este momento foi marcado pela grande disponibilidade de recursos, pela criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), e a produção de habitação de mercado e de “habitação social de mercado”³⁰ (Shimbo, 2010). Vale o destaque para a modalidade “Entidades”, dentro do PMCMV, que visou institucionalizar o modelo de produção solidária e associativista da moradia (Rizek; Amore; Camargo, 2014; Rizek *et al.*, 2015).

Em 2016, com o golpe de Estado e a ascensão da direita ao governo, iniciou-se um **quarto** período a partir de uma cascata de alterações no arcabouço normativo e programático no campo da política habitacional. As principais modificações podem ser representadas a partir do esvaziamento e extinção do PMCMV (2009 – 2020), do Novo Marco de Regularização Fundiária (2017) e da criação do Programa Casa Verde e Amarela (PCVA, 2020).

Houve importantes alterações na política de provisão habitacional, subsídios, regularização fundiária e alienação de imóveis públicos da União, especialmente a partir do PCVA. Ainda que se guardaram continuidades com o PMCMV, é possível afirmar que este período aprofundou o caráter neoliberal, privatista e de financeirização³¹ através das políticas propostas por Michel Temer e Jair Bolsonaro. O PCVA transformou a política pública em um dispositivo exclusivamente de mercado ao mesmo tempo em que promoveu uma fragilidade dos mecanismos de participação social e transparência. De modo geral, alguns instrumentos foram ressignificados, e outros novos foram introduzidos com a finalidade de mercantilizar no atacado bens públicos, promovendo radicalmente a privatização do público³² (Oliveira, 1999).

Ainda que o BNH, o PMCMV e o PCVA foram forjados em conjunturas políticas diferentes, eles guardam continuidades e rupturas um em relação ao outro, e podem ser compreendidos como programas que promoveram “frentes pioneiras” de expansão do espaço urbano ou como “equipamentos extensores” das fronteiras urbanas (Silva Neto, 1990), e, conseqüentemente, das formas de sociabilidades urbanas.

Neste contexto, este capítulo se propõe a compreender as mudanças do quadro normativo que ocorreram no âmbito da política habitacional federal, especialmente pós-2016.

³⁰ A habitação social de mercado é resultado de uma articulação específica entre Estado e mercado, onde empresas privadas produzem a habitação, encarando a moradia enquanto mercadoria, ao mesmo tempo que dependem das linhas de financiamento público.

³¹ Entende-se por financeirização o domínio crescente dos atores financeiros, praticas, mercados, medidas e narrativas, em diversas escalas, que resulta em uma transformação estrutural das economias, empresas, instituições financeiras, Estado e famílias (Aalbers, 2014).

³² “A privatização do público é uma falsa consciência de desnecessidade do público. Ele se objetiva pela chamada falência do Estado, pelo mecanismo da dívida pública interna, onde as formas aparentes são as de que o privado, as burguesias emprestam ao Estado: logo, o Estado, nessa aparência, somente se sustenta como uma extensão do privado. O processo real é o inverso: a riqueza pública, em forma de fundo, sustenta a reprodutibilidade do valor da riqueza, do capital privado” (Oliveira, 1999, p. 68).

Objetiva-se realizar uma análise das mudanças entre a conjuntura política produzida nos anos do lulismo (2003 – 2016), representadas pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff; e uma conjuntura política do “último desmanche”, que tem como recorte o golpe de Estado (2016) e a ascensão de governos de direita, representados por Michel Temer (2016 – 2018) e Jair Messias Bolsonaro (2019 – 2022). A primeira conjuntura representa o desenvolvimento e fortalecimento de um conjunto de políticas sociais, ainda que sob o signo do neoliberalismo; a segunda conjuntura aponta para o desmanche destas políticas, e para o aprofundamento de políticas neoliberais e privatizantes, esvaziando qualquer conteúdo social.

A hipótese desta pesquisa indica que esses marcos atualizaram as formas de produção dos territórios de pobreza, a disputa pelo espaço urbano, a relação com o Estado e diferentes agentes, e a própria concepção de habitação social gestada durante o governo lulista. Visamos investigar quais as principais mudanças ocorridas no arcabouço legal referente às políticas habitacionais no Brasil na última década e como elas podem impactar o acesso à habitação e à terra para as populações de baixa renda.

A abordagem adotada não visa estabelecer uma relação direta e absoluta entre a modificação da lei e, conseqüentemente, a modificação das práticas sociais. Buscamos mapear as possibilidades, interpretações e apropriações da lei daqueles que reivindicam os direitos sociais. Neste sentido, as alterações propostas na legislação funcionam como uma baliza para compreendermos as estratégias dos atores sociais.

Neste capítulo será conduzida uma análise técnica do arcabouço legal e normativo, e no capítulo seguinte discutiremos quais as estratégias adotadas pelas ocupações por moradia e movimentos sociais frente a este novo quadro. Iremos discutir a partir de três ocupações de moradia na cidade de São Carlos (São Paulo), que, do ponto de vista analítico e teórico-metodológico, oferecem uma base empírica para a compreensão das inflexões das políticas habitacionais no contexto do desmanche. Uma tabela com as principais leis citadas neste capítulo pode ser encontrada para consulta no final dele (p.104).

1. Programa Minha Casa Minha Vida: da criação ao desmanche

1.1 Criação e faixas de atendimento

A criação do Programa Minha Casa Minha Vida pelo então presidente Lula, em 2009, marcou o retorno de uma política habitacional estruturada ao nível federal, ausente desde 1986 com a extinção do Banco Nacional de Habitação. O programa representou uma política

anticíclica destinada a estimular o mercado interno como resposta à crise global de 2008. Simultaneamente, teve o objetivo de combater o déficit habitacional quantitativo³³. Uma inovação introduzida pelo PMCMV foi a concessão de subsídios substanciais para a aquisição de habitação pela população de baixa renda.

Retrato do lulismo (Singer, 2012), o PMCMV transformou-se em uma política altamente lucrativa para as construtoras privadas, que drenavam recursos públicos para a construção de grandes conjuntos habitacionais nas periferias urbanas, onde o custo da terra é mais baixo. Este movimento, ilustrado por Breda (2018) em São Carlos (SP), pode ser caracterizado pelo que Georges e Rizek (2016) chamaram de gestão privada do social³⁴ e privatização de financiamento público. Uma vasta literatura consolidada está disponível sobre o programa em suas diversas dimensões.

O PMCMV concentrou-se principalmente na construção de unidades habitacionais no espaço urbano, apresentando duas principais linhas de atendimento (dados de 2019):

A **Habitação de Interesse Social (HIS)**, representada pela Faixa 1, atendia famílias com renda de até 1.800 reais³⁵. Nessa faixa, o subsídio do Estado podia chegar até 90% do valor do imóvel, enquanto o restante era pago pelo beneficiário em até 120 prestações mensais, com um limite de 270 reais por parcela e sem a incidência de juros. Na Faixa 1 existia a modalidade **Entidades**, na qual entidades privadas sem fins lucrativos podiam propor projetos e gerenciar a construção das unidades habitacionais. Na Faixa 1 regular (modalidade construtoras) essa responsabilidade recaía sobre as construtoras privadas, sendo posteriormente incumbência do município distribuir as unidades já concluídas.

A **Habitação de Mercado (HM)** abrangia: a **Faixa 1,5** (introduzida em 2016), destinada às famílias com renda de até 2.600 reais. Nessa faixa, o governo oferecia um subsídio de até 45 mil reais, com uma taxa de juros de 5% ao ano. A **Faixa 2**, que atendia famílias com renda de até 4.000 reais, proporcionando um subsídio de até 27.500 reais, com taxas de juros variando de 5,5% a 7% ao ano. A **Faixa 3** destinava-se às famílias com renda de até 9.000 reais e tinha taxas de juros entre 8,16% e 9,16% ao ano. Nas faixas que incluíam a habitação de mercado, o comprador negociava diretamente com a construtora ou imobiliária e solicitava o financiamento junto à Caixa Econômica Federal ou ao Banco do Brasil.

³³ Uma importante discussão sobre o uso do déficit habitacional para justificar a utilização de recursos públicos na produção de estoque habitacional pode ser encontrada em Amore e Leitão (2018) e Breda (2021).

³⁴ Ver também Pantoja (2012), que analisa o “planejamento privado do social” a partir de práticas da Companhia Vale do Rio Doce em municípios do Estado do Maranhão.

³⁵ A princípio, a Faixa 1 atendia famílias com até 3 salários mínimos, o que representava R\$ 1.395, em 2009. Em 2019, R\$ 1.800 representava um pouco menos que dois salários mínimos. Salário mínimo de 2019: 998 reais.

O programa contratou aproximadamente 6 milhões de moradias, tendo entregue até o momento cerca de 5 milhões. Até 2019 os investimentos em subsídios financeiros e tributários totalizaram mais de R\$ 129,8 bilhões, com um adicional de R\$ 98 bilhões em subsídios do FGTS³⁶ (valores de 2019). Esses subsídios foram destinados principalmente à Faixa 1, mas também foram direcionados aos financiamentos do FGTS, contribuindo para a redução dos juros e para a concessão de incentivos fiscais às empresas construtoras (Relatório, 2020).

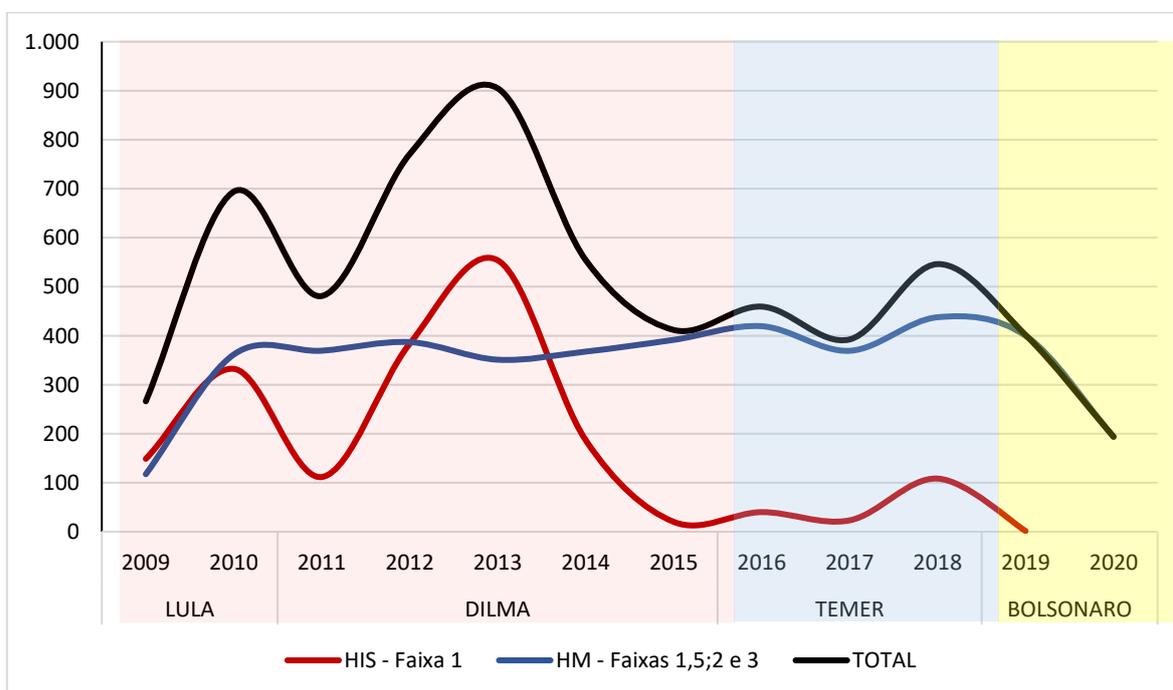
Estes números revelam a importância do programa para o mercado imobiliário. Dados de 2017 e 2018 demonstram que o programa foi responsável por aproximadamente 80% de todos os lançamentos imobiliários nesses anos (Brant; Fernandes, 2019). Presente em cerca de 96% dos municípios brasileiros (Relatório, 2020), o PMCMV alterou o formato das cidades, tornando-se um “novo” modelo de desenvolvimento urbano. Seu padrão de habitação social é caracterizado pela localização periférica, uniformidade arquitetônica das unidades habitacionais e pelas deficiências de equipamentos de uso coletivo, sejam eles públicos ou privados. Por outro lado, os empreendimentos de habitação de mercado possuem estrutura melhor, variação arquitetônica e estão situados em áreas mais valorizadas e equipadas (Amore; Shimbo; Rufino, 2015; Breda, 2018).

1.2 Desempenho, descontinuidade e esvaziamento da HIS

O programa apresentou um alto desempenho entre os anos de 2009 e 2013. A partir de 2014, a faixa de habitação social encolheu, enquanto a faixa de habitação de mercado se manteve estável, conforme ilustrado no Gráfico 1, a seguir.

A média de HIS contratadas entre 2009 e 2014 (286 mil), e 2015 a 2020 (32 mil) reflete o desempenho do programa em relação à conjuntura política. Os dois picos de contratação (em 2010 e 2013) estão relacionados ao lançamento das Fases 1 e 2 do PMCMV. A primeira fase ocorreu entre 2009 e 2010, quando foi prometida a contratação de 1 milhão de moradias, das quais 400 mil eram destinadas à HIS. A segunda fase ocorreu entre 2011 e 2014, com a meta de 2,4 milhões de moradias, incluindo 1,6 milhões para HIS (Bonduki, 2014). Isso explica a produção significativa para esta faixa durante o governo de Dilma Rousseff.

³⁶ O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) é constituído pelos saldos das contas vinculadas, formadas pelos depósitos realizados pelos empregadores em nome dos trabalhadores. O Fundo nasceu em 1966 com o objetivo de garantir ao trabalhador uma indenização pelo tempo de serviço nos casos de demissão sem justa causa e ainda propiciar a formação de uma reserva a ser utilizada por ele, quando de sua aposentadoria, ou por seus dependentes, quando do seu falecimento. Ele é uma fonte de recursos para o financiamento de programas habitacionais, de saneamento básico e de infraestrutura urbana.

Gráfico 1. Unidades habitacionais contratadas, PMCMV, 2009 – 2020 (em milhares)

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional, dados até abril de 2021. **Elaboração:** autoria própria, 2023.

A terceira fase do programa foi lançada após mais de um ano de espera, em março de 2016 (Matoso, 2016). Inicialmente, a meta era de 3 milhões de unidades habitacionais até o final de 2018, mas a crise econômica levou o governo a reduzir a previsão para 2 milhões de moradias (Minha, 2015). Mesmo com essa redução, a implementação da Fase 3 enfrentou dificuldades devido à ruptura política institucional que ocorreu com o golpe de Estado em 2016.

No dia 12 de maio de 2016, quando Temer assumiu como presidente interino, ele trocou o comando do Ministério das Cidades e, no dia seguinte, congelou o PMCMV para uma readequação orçamentária³⁷. A gestão interina de Temer começou pouco menos de 45 dias após o lançamento do PMCMV Fase 3. A readequação orçamentária resultou em uma redução significativa nos subsídios e a Faixa 1 nunca mais se recuperou. Somente em 2018 houve um pequeno pico nas contratações, em parte devido à pressão exercida por movimentos de moradia durante o ano de 2017 (A luta, 2017; Fernandes, 2017). No entanto, em 2019, o governo de Bolsonaro contratou apenas 1,5 mil unidades habitacionais, e em 2020, nenhuma.

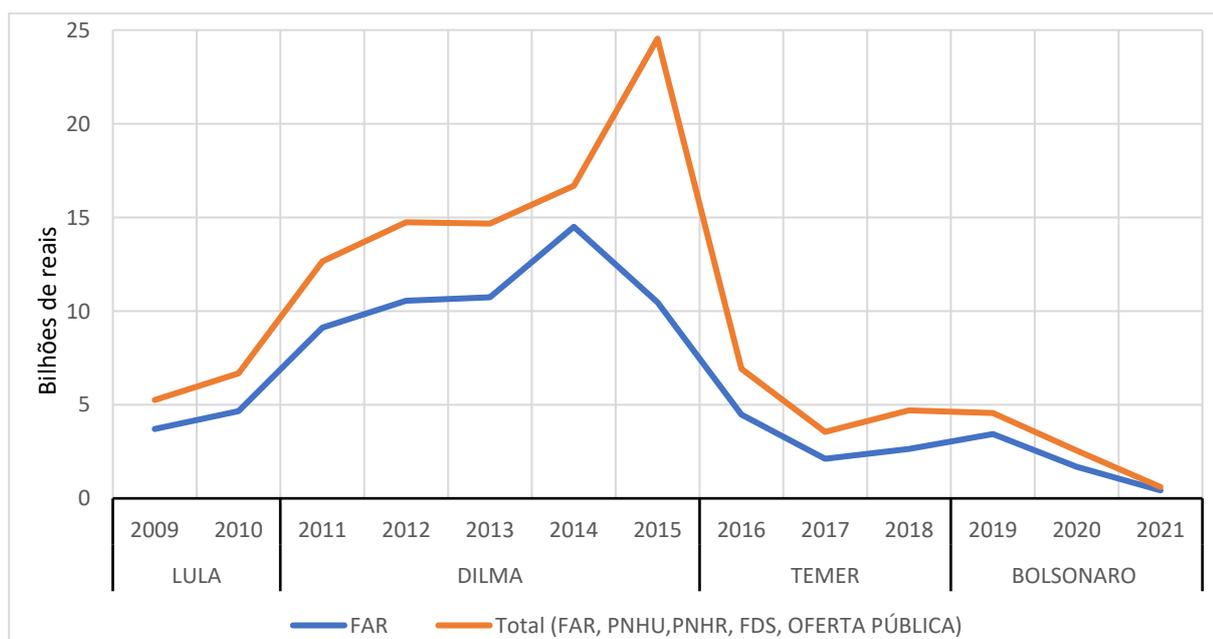
Outra medida que teve um impacto no desempenho dos programas sociais de modo geral foi a Emenda Constitucional n.º 95, que trata do Teto dos Gastos Públicos. Aprovada em

³⁷ Ver Portarias n.º 185 e n.º 186, de 13 de maio de 2016, Ministério das Cidades.

dezembro de 2016, essa emenda estabeleceu um limite para os gastos públicos pelos próximos 20 anos, afetando as áreas de saúde, educação e diversos programas sociais (Alessi, 2016).

O Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)³⁸, principal fundo orçamentário para a HIS, também apresentou uma trajetória de queda a partir de 2014. Outras fontes de subsídio como o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), a Oferta Pública e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), registraram um pico entre 2014 e 2015, seguidos por uma queda abrupta a partir desse ano, como pode se observar no Gráfico 2. O esvaziamento das principais fontes de subsídios para a HIS teve um impacto direto no desmanche da política de habitação social nos últimos anos.

Gráfico 2. Orçamento público disponibilizado para o PMCMV, entre 2009 – 2021, por categoria (em bilhões de reais)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional. **Elaboração:** autoria própria, 2021.

O baixíssimo desempenho da Faixa 1 nos últimos 6 anos do programa é justificado pelo Relatório de Avaliação do PMCMV, realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional

³⁸ Segundo relatório do Ministério da Economia, o Fundo de Arrendamento Residencial foi responsável por 86% do orçamento destinado à Faixa 1 do PMCMV entre 2009 e 2020. Os outros 14% se completam pela Entidades (4%), que recebia recursos do FDS (Fundo de Desenvolvimento Social); 4% da Oferta Pública, focada em atender os municípios com população até 50 mil habitantes e 6% oferta para moradias Rurais (PNHR) (Relatório, 2020, p. 34).

já no governo de Bolsonaro. Aponta-se que o “cenário de restrição fiscal vivenciada pelo País desde 2015, em especial desde a instituição do Teto de Gastos, afetou sobremaneira a escala do programa...” (Relatório, 2020, p. 09), atingindo “diretamente o repasse de recursos aos empreendimentos do MCMV — Faixa1, a partir do segundo semestre de 2014. O atraso nos pagamentos levou a inúmeros obras em atraso ou paralisadas.” (Relatório, 2020, p. 64). Assim, o governo Bolsonaro sinalizou que finalizaria as obras de HIS já em andamento, não havendo previsão de contratações para esta modalidade.

O ajuste fiscal que se iniciou ainda nos dois últimos anos do governo Dilma frente à crise dos commodities pode explicar o próprio atraso no lançamento da Fase 3, produzindo um hiato de contratações em 2015. Outro fator de desestabilidade do governo Dilma foram as manifestações de rua que ocorreram entre 2013 a 2015, que derrubaram sua popularidade de forma irreversível³⁹. O programa Bolsa Família e o Mais Médicos foram duramente atacados por setores conservadores durante as manifestações de rua daquele período, por exemplo. O esgotamento político e econômico associado à falta de base parlamentar impactou o desempenho dos programas sociais que começaram a encolher — o PMCMV foi mais um deles.

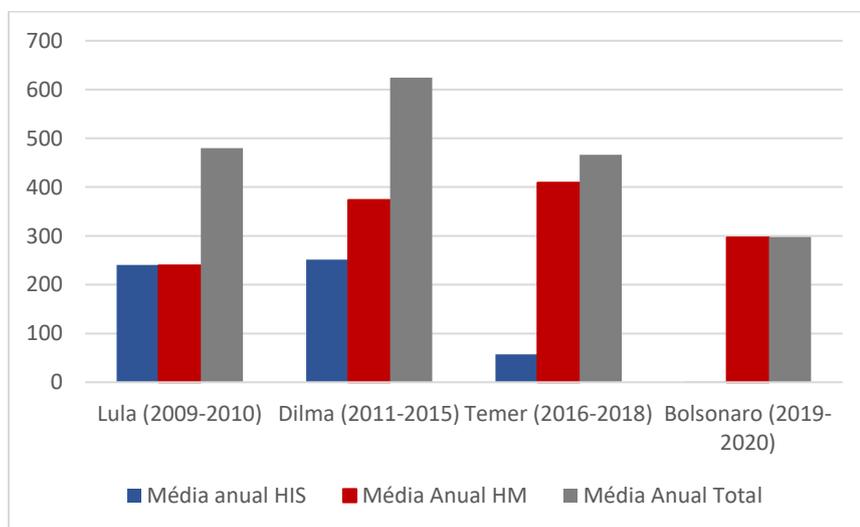
1.3 Manutenção das faixas de Habitação de Mercado

Se por um lado houve redução drástica do HIS e do FAR, as faixas de Habitação de Mercado obtiveram um leve crescimento. Durante o governo Temer, o programa conseguiu manter um nível de contratação quase igual ao período do governo Lula devido ao desempenho das faixas de mercado. No governo Bolsonaro, a Habitação de Mercado continuou em alta, com anúncios de contratações entre 400 mil e 500 mil unidades para os dois primeiros anos.

Sob os governos de Temer e Bolsonaro, a Fase 3 do PMCMV direcionou seu foco principalmente para a produção de Habitação de Mercado, em detrimento da Habitação de Interesse Social. O orçamento destinado à Faixa 2 permaneceu relativamente estável ao longo dos anos, com um pico de alocação de recursos entre 2016 e 2018. No que diz respeito à Faixa 3, houve uma destinação de orçamento significativamente superior à média entre os anos de 2016 e 2018, em comparação com os anos anteriores. O crescimento da faixa de Habitação de Mercado também se deve à criação da Faixa 1,5, que resultou em 142 mil unidades habitacionais contratadas entre 2016 e 2020, com um pico em 2018 (Relatório, 2020, p. 33. De fato, desde 2015, a Habitação de Mercado foi a responsável pela manutenção do programa.

³⁹ Ver a análise sobre as manifestações de rua no Brasil entre 2013 a 2015 na introdução desta tese. Ver também Pinto (2017), Singer (2013) e Alonso (2023).

Gráfico 3. Média anual por governo de unidades habitacionais contratadas, PMCMV, 2009 – 2020 (em milhares)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional, dados até abril de 2021. **Elaboração:** autoria própria, 2023.

O conteúdo social do PMCMV foi gradualmente esvaziado para abrir espaço para um “novo” programa chamado Programa Casa Verde e Amarela (PCVA), promovido pelo então presidente Jair Bolsonaro (2019 – 2022). Bolsonaro reduziu os subsídios voltados para HIS, direcionando o programa para a regularização fundiária e melhorias habitacionais. Após 12 anos de operação, obtendo resultados significativos, o PMCMV chegou ao fim em 2020. Em outras palavras, houve o desmanche do conteúdo social ao mesmo tempo em que se fortaleceu as faixas de mercado.

As medidas realizadas tanto no governo Temer quanto no Bolsonaro promoveram uma cascata de alterações no quadro legal da política habitacional. Houve a criação de novos dispositivos de acesso e produção habitacional. São estes novos dispositivos que nos interessam observar: i) o novo Marco de Regularização Fundiária; ii) o Programa Cartão Reforma e Aluguel Social; iii) a criação do Programa Casa Verde e Amarela. Como estes dispositivos podem combinar-se entre si nas formas de aquisição e produção da casa própria? Qual o sentido das transformações para a população de baixa renda? Quais os impactos na produção do espaço urbano? Vamos observá-los mais detalhadamente.

2. Novo Marco de Regularização Fundiária (2017) e a flexibilização das normas

O Novo Marco de Regularização Fundiária (Lei n.º 13.465/2017) assinado por Michel Temer trouxe importantes modificações na forma de acesso à terra e à habitação. Um dos principais instrumentos desta lei é a Regularização Fundiária Urbana (Reurb), “a qual abrange medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes” (Art. 9).

A Reurb compreende duas modalidades (Art. 13):

I — Reurb de Interesse Social (Reurb-S) — regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal; e

II — Reurb de Interesse Específico (Reurb-E) — regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada na hipótese de que trata o inciso I deste artigo.

A principal diferença entre as duas modalidades é que a primeira se destina à “população de baixa renda” e, a segunda, à população de modo geral. A definição dos núcleos urbanos informais (NUIs) é criticada por técnicos do Ipea por ser imprecisa e exclusivamente formal⁴⁰. Categorias como vulnerabilidade ou precariedade não são consideradas. Esta imprecisão no campo da política pública pode acarretar em uma perda de foco da ação e abre margem para ser aplicada para promoção de documentação cartorial em lugares que apenas atendam os interesses do mercado (Balbim, 2022; Balbim, Krause, 2022).

Ao nomear estas áreas precárias como informais, confere-se um aspecto de clandestinidade, de fora da lei, promovendo estigma e deslegitimando estas ocupações. Tais ações favorecem o processo histórico de criminalização dos movimentos sociais. Por outro lado, pouco se fala das ocupações ilegais dos loteamentos de médio e alto padrão da classe média e da elite que compõem mais de 50% da terra irregular, nacionalmente (Amore, Moretti; 2018).

Segundo especialistas, a Reurb visa “facilitar” o acesso à formalização e titulação em massa da propriedade da terra — a titulação cartorial. Agora, tanto os núcleos urbanos informais, quanto os condomínios horizontais com controle de acesso de alto padrão (até então figura ilegal perante a lei federal) poderão ser formalizados sem necessariamente seguir as regras gerais de parcelamento do solo (Amore, Moretti, 2018; Zamoner, 2018).

⁴⁰ Sobre a discussão de dicotomias como formal/informal na produção acadêmica sobre as cidades, ver Rosa (2009). Sobre a discussão da informalidade urbana, informalidade como modalidade urbana, a informalidade como produto das políticas de Estado, ver Roy (2005).

Agora, os municípios adquirem discricionariedades no processo de regulamentação, sendo responsáveis por: enquadrar os pedidos por formalização; avaliar os critérios do que seriam núcleos urbanos informais, assentamentos consolidados e assentamentos de difícil reversão; poder dispensar as exigências do percentual de áreas destinadas ao uso público; flexibilizar o tamanho dos lotes, os parâmetros urbanísticos e edílicos; e permitir (ou não) a regularização em áreas de preservação permanente, para todos os casos (Zamoner, 2018).

Em outras palavras, a regularização fundiária através da Reurb pode desconsiderar as questões urbanísticas, ambientais e sociais, considerando apenas as questões cartoriais. Abre-se a possibilidade da flexibilização das normas de produção do espaço urbano por meio das discricionariedades do poder local. O acesso à dita “cidade consolidada” é encarado apenas como o acesso à terra ou à propriedade privada via titulação, deixando de lado outros quesitos fundamentais para a qualidade de vida urbana. É claro que a segurança de posse é um importante instrumento contra o processo de remoção violenta dos assentados, mas segurança de posse não necessariamente se confunde com propriedade privada (cf. Fernandes, 2011).

Em uma perspectiva histórica, a Reurb propõe uma modificação de paradigma. No Brasil, os programas mais amplos de regularização fundiária buscavam combinar a escritura cartorial junto à estrutura de apoio comunitário, criação de emprego e modernização da oferta de serviço público. Com a alteração recente, o modelo se aproxima dos programas de regularização implementados no Peru e inspirados em Hernando de Soto, por exemplo, que envolvem a legalização estreita da posse por meio da escritura pública. A hipótese de de Soto apontava que a segurança de posse era um gatilho para o desenvolvimento e acesso ao crédito, entendendo a habitação como um ativo (Fernandes, 2011)⁴¹.

Neste contexto, o mecanismo posto em marcha visa produzir lotes legais ou formais para o mercado imobiliário, produzindo uma reserva de mercado nas franjas da periferia ou em áreas urbanas consolidadas que contenham lotes irregulares (Zamoner, 2018; Balbim, 2022). O novo marco de Regularização Fundiária atualizou as formas de produção e regulamentação do espaço urbano por meio de novos instrumentos e nomenclaturas, e reconfigurou as escalas de atuação e de poder dos agentes envolvidos, colocando em relevo o papel dos agentes municipais públicos. Vale pontuar que na lei do PMCMV, em seu capítulo III, já havia a questão da regularização fundiária de interesse social, ainda que pouco tenha sido feito.

⁴¹ Fernandes (2011) argumenta que apesar das distintas abordagens de regularização fundiária na América Latina, é possível indicar dois paradigmas principais representados pelo caso do Peru e do Brasil. Sobre os limites e possibilidades de cada modelo, consultar o texto do autor.

3. Ensaaios para o PCVA: Cartão Reforma e Aluguel Social

O governo de Michel Temer modificou a política habitacional por meio de duas ações principais: o esvaziamento dos subsídios para HIS e a flexibilização das formas de regularização fundiária via Reurb. Entretanto, vale destaque para dois mecanismos que, embora não saíram do papel, pautaram a discussão dos dois governos que estavam por vir — Bolsonaro e Lula (em seu terceiro mandato, 2023): o Cartão Reforma e o Aluguel Social, que podem ser considerados ensaios para o Programa Casa Verde e Amarela.

O **programa Cartão Reforma** foi apresentado em novembro de 2016, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento 2015 – 2018. Fruto da Medida Provisória n.º 751/2016 e convertida na Lei n.º 13.439, de 27 de abril de 2017, o programa teve como finalidade subsidiar a aquisição de material de construção destinado à reforma, à ampliação ou à conclusão de imóveis de famílias de baixa renda, visando reduzir o grau de inadequação de domicílios no Brasil para dinamizar o comércio local, a indústria nacional e a geração de empregos. O objetivo geral era elevar a qualidade de vida urbana por meio da qualificação da moradia, promovendo condições desejáveis de habitação às famílias de baixa renda (Cartão, 2020).

Dentre as diretrizes gerais, destaca-se o atendimento à população residente em domicílios próprios considerados inadequados segundo a definição da Fundação João Pinheiro, sob pelo menos um dos seguintes aspectos: inadequação de esgotamento sanitário; adensamento excessivo de moradores; cobertura inadequada (as paredes devem ser de alvenaria ou madeira aparelhada); ausência de unidade sanitária domiciliar; alto grau de depreciação ou obras não concluídas. Imóveis que necessitavam de reconstrução ou substituição, não eram elegíveis.

O programa tinha como foco atender famílias residentes em áreas regularizadas ou passíveis de regularização na forma da lei. As famílias beneficiadas com o subsídio “contribuiriam” sob a forma de viabilização de toda a mão de obra para a execução das intervenções necessárias, e a qualificação do processo de autoconstrução seria por meio de assistência técnica. Em outras palavras, o programa responsabilizava o beneficiário pela reforma de seu imóvel.

Segundo reportagem de março de 2020 do portal de notícias UOL, o Cartão Reforma chegou a beneficiar apenas 3 pessoas (Kaoru, 2020), mal saindo do papel. Em 2019, foi publicada uma portaria revogando os processos de seleção de propostas e, em 2020, o programa foi interrompido “em decorrência dos custos operacionais” (Cartão, 2020). Já sob o governo Bolsonaro, em 2021, ele foi revogado por meio da Lei n.º 14.118/ 2021, que instituiu o PCVA.

O Cartão Reforma pode ser considerado um ensaio para o programa Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional, integrante do PCVA. Uma das principais diferenças é que o Cartão Reforma oferecia subsídios, enquanto o programa de Bolsonaro oferecia financiamento de obras por intermédio de projetos apresentados pela iniciativa privada.

A outra proposta que não teve andamento, apesar de ter sido discutida e até mesmo propagada pela mídia e pelo então Ministro Canuto⁴² como uma das possibilidades do PMCMV, foi o **Aluguel Social**. A Portaria n.º 544, de 13 de setembro de 2017, instituiu um Grupo de Trabalho para discutir, formular e propor um novo programa do Governo Federal destinado à viabilizar empreendimentos habitacionais em benefício preferencial de famílias de baixa renda e/ou em situações de vulnerabilidade, na modalidade de aluguel social.

A proposta visava reduzir a Faixa 1 do PMCMV para 1 salário mínimo — a intitulada baixíssima renda. Nesta nova categoria as famílias não teriam acesso à propriedade privada, mas somente ao direito de uso do imóvel. O argumento usado pelo Ministro Canuto para esta mudança é de que cerca de 30% dos imóveis de habitação social do PMCMV foram comercializados ilegalmente. Portanto, a solução punitivista seria não promover mais a posse jurídica da propriedade (Brant; Fernandes, 2019).

No desenho do possível programa, o governo seria responsável pela construção dos imóveis, criando um parque imobiliário. Assim, o inquilino não receberia o Aluguel Social em dinheiro, mas o benefício de uso da habitação. A iniciativa privada também poderia construir parques imobiliários para tal finalidade e futuramente o Estado poderia adquirir o imóvel - “neste caso, a seleção das famílias ficaria a cargo da iniciativa privada e do município, enquanto a gestão estaria sob responsabilidade da iniciativa privada”, disse o Ministro. Canuto também propôs que o Estado pudesse doar áreas públicas à iniciativa privada, para que se construísse os parques imobiliários de aluguel social (Brant; Fernandes, 2019). Desta forma, o Estado pagaria direto à prestadora de serviços pelo aluguel do beneficiário. O papel do município seria auxiliar na seleção e contratar uma empresa privada para administrar o condomínio, “sem administração, em pouco tempo, os conjuntos se transformam em favelas, cortiços e assentamentos precários” (Brant; Fernandes, 2019).

A criação de aluguel social é uma pauta urgente, visto que a categoria “ônus excessivo por aluguel”⁴³ representa 42% do déficit habitacional brasileiro (2017). Entretanto, a proposta

⁴² Foi Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional, entre agosto e dezembro de 2018, sob o governo Temer e exerceu o cargo de Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional nos 400 primeiros dias do governo do presidente Jair Bolsonaro.

⁴³ O ônus excessivo com aluguel urbano é constituído por famílias urbanas com renda familiar de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento e que despendem mais de 30% de sua renda com aluguel.

do governo aprofundaria os mecanismos de privatização da política habitacional, já postos em marcha pelo PMCMV, ao indicar que a produção, gestão e controle dos condomínios fossem realizadas pela iniciativa privada.

Esta discussão apareceu de forma “inédita” no PCVA (Art. 5 e 8), uma vez que o PMCMV não trouxe nada relacionado no corpo da sua lei de 2009. Segundo notícia oficial do governo de agosto de 2021, a modalidade estava em fase de estudo e o foco seria a estruturação de parcerias público-privadas:

A locação social está sendo pensada em três eixos: apoio à estruturação de parque público municipal ou estadual com unidades habitacionais voltadas à locação social; apoio à estruturação de uma parceria público-privada entre ente local e setor privado, com essa mesma finalidade; ou apoio ao ente local na estruturação e/ou subsidiando a operação de políticas de voucher voltadas exclusivamente ao pagamento do aluguel do público beneficiário.

O MDR, em conjunto com o Ministério da Economia, está atuando no desenvolvimento da modalidade voltada à estruturação de parcerias público-privadas (PPP), a partir da qualificação de proposta no Conselho do Programa de Parcerias de Investimento da Presidência da República (PPI). A expectativa é iniciar a ação em três pilotos em municípios brasileiros que possam testar o desenho inicial do Programa (Programa, 2021).

Balbin (2022) afirma que desde 2003 há um esforço para elaborar uma política de locação social e reabilitação de imóveis em áreas centrais, mas a falta de orçamento sempre foi um empecilho, dado que os grandes recursos foram destinados para os PACs, o PMCMV e, agora, o PCVA. No Art. 3 da MP n.º 1.162, de 14 de fevereiro de 2023, que “restituiu” o programa Minha Casa Minha Vida, a locação social aparece como um dos objetivos.

Ainda que os dois projetos apresentados pelo Governo Temer não surtiram efeitos enquanto política pública, parece que eles pautaram o debate em torno de projetos de melhoria habitacional e locação social nos últimos anos e promoveram uma transição entre o PMCMV e o PCVA, aprofundando o caráter da gestão privada do social e da responsabilização individual das melhorias de condições habitacionais.

4. Programa Casa Verde e Amarela: privatização do público e aprofundamento da financeirização

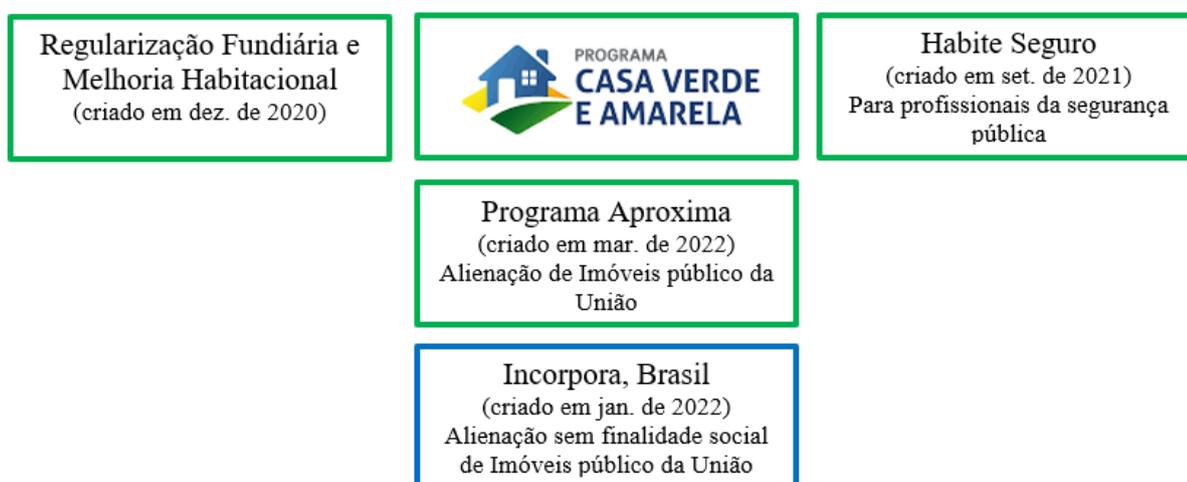
O Programa Casa Verde e Amarela foi criado em pela Medida Provisória n.º 996 de agosto de 2020 e transformado na Lei n.º 14.118, em 12 de janeiro de 2021, pelo presidente Jair Bolsonaro. O programa foi encerrado oficialmente pelo governo Lula em seu 3º mandato, em

fevereiro de 2023, através da Medida Provisória n.º 1.162, que retomou o Programa Minha Casa Minha Vida.

O PCVA vem coroar a “lógica de revisão e transformação no arcabouço normativo e programático do desenvolvimento urbano” que ocorre desde 2017 com o Novo Marco Fundiário. A combinação das duas leis promoveu rupturas que desmancharam direitos anteriormente reconhecidos (Balbim, 2022, p. 07). Assentada no tripé de provisão habitacional, regularização fundiária e destinação de terras públicas, os mecanismos propostos pelo PCVA transformaram a política pública em um dispositivo de mercado ao mesmo tempo em que se promoveu uma fragilidade dos mecanismos de participação social e transparência. O resultado foi um esvaziamento completo do conteúdo social da política de habitação.

Em relação à provisão habitacional de interesse social, houve uma redução abrupta dos subsídios e a introdução do financiamento com juros para a população de baixa renda. Na questão da regularização fundiária, o programa teve como foco a assimilação da informalidade como oportunidade econômica da expansão de circuitos econômicos formais, aprofundando a lógica da Reurb. Em outras palavras, os territórios da informalidade viraram reserva de expansão de mercado, impulsionado por investimentos públicos, simplificação normativa e regulatória, e regularização cartorial custeada pelas próprias famílias (Balbim, 2022). Os programas de destinação de terras públicas buscaram alienar no atacado propriedades públicas em benefício de especuladores imobiliários. Abriu-se uma nova escala de intervenção para o mercado internacional por meio de Fundos Imobiliários. A seguir, veremos detalhadamente a criação e os objetivos destes mecanismos.

Figura 3. Políticas de habitação do governo Bolsonaro



4.1 Provisão habitacional no PCVA

Redução dos subsídios, aprofundamento da financeirização e marketing

Quando o PCVA foi lançado, o governo estipulou uma meta para financiar 1,6 mil imóveis, regularizar 2 milhões de moradias e reformar 400 mil unidades habitacionais até 2024. O objetivo era claro: “A ação possibilitará que, pelo menos 1 milhão de pessoas que estavam fora do sistema de **financiamento** habitacional possam ter acesso a ele — totalizando 1,6 milhão de famílias de baixa renda beneficiadas com **contratos de crédito imobiliário** até 2024” (Casa, 2020, destaque meu). O anúncio já dava o tom de que os subsídios habitacionais seriam deixados de lado, dando espaço para o aprofundamento da financeirização da moradia no Brasil, especialmente para os beneficiários finais.

Ao compararmos os dois programas, notamos que a Faixa 1 do PMCMV tinha como foco a produção de moradia subsidiada em torno de 90% do valor do imóvel, sendo o restante financiado sem juros em até 10 anos. No Grupo 1 do PCVA, foi estabelecido um teto para o subsídio em até R\$ 47.500, algo entre 30% a 50% do valor do imóvel, variando conforme a renda e a região do beneficiário (dados de 2022). O restante passou a ser financiado em até 35 anos com juros em torno de 4,5% ao ano (Bonatelli, 2022). O teto do preço do imóvel também aumentou, ficando entre 180 mil e 264 mil reais, a depender da região (Aguiar; Souza, 2021).

Tabela 1. Comparação do atendimento por modalidade entre o PMCMV e o PCVA

Minha Casa Minha Vida			Casa Verde e Amarela		
Faixa	Faixa de Renda	Modalidade de atendimento	Grupo	Faixa de Renda	Modalidade de atendimento
1	Até R\$ 1.800	Produção subsidiada	1	Até R\$ 2.000	Produção Subsidiada Regularização Fundiária Melhoria Habitacional Produção Financiada
1,5	Até R\$ 2.600	Produção financiada			
2	Até RS 4.000		2	R\$ 2.000 a R\$ 4.000	Produção Financiada Regularização Fundiária (até R\$ 5.000)
3	R\$ 4.000 a R\$ 7.000		3	R\$ 4.000 a R\$ 7.000	

Fonte: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, agosto de 2020. Adaptada pelo autor, 2023.

No PMCMV, mesmo com condições mais favoráveis, cerca de 45% das famílias beneficiárias da Faixa 1 estavam inadimplentes (dados de 2020) (Simão, 2020). Na proposta do PCVA – modelo com baixo subsídio – alarga-se o caminho para o endividamento das famílias

brasileiras⁴⁴. Ainda, perante a lei do PCVA, o Estado poderia retomar a unidade cuja família esteja inadimplente utilizando o uso de força policial para tanto.

À época do lançamento, várias notícias oficiais do governo davam ênfase que o programa estava promovendo “o menor juro da história para financiadores” (Casa, 2020), mas o que eles tentavam encobrir com uma jogada de *marketing* era o fato que os subsídios para a população de baixa renda havia sido reduzidos abruptamente, e que esta parcela da população agora estaria inserida em financiamentos com juros a longo prazo.

De fato, para as famílias residentes nas regiões norte e nordeste com renda de até R\$ 2.600 e para algumas famílias que se enquadravam na renda de cerca de R\$ 2.000, os juros foram ligeiramente mais baixos no PCVA (grifos em cinza na Tabela 2). Entretanto, para as outras faixas de renda isso não é verdade. A Faixa 1 que não tinha juros, passou a ter no mínimo 4,25%. Na própria divulgação oficial da tabela comparativa de juros feita pelo Ministério do Desenvolvimento Regional foi ocultada a Faixa 1 e, conseqüentemente, que a mesma tinha 0% de juros no financiamento.

Tabela 2. Comparação de juros dos financiamentos entre o PMCMV e o PCVA

Minha Casa Minha Vida				Casa Verde e Amarela					
Faixa	Faixa de Renda	Brasil		Grupo	Faixa de Renda	S – SE – CO		N – NE	
		Não Cotista	Cotista			Não Cotista	Cotista	Não Cotista	Cotista
1	Até R\$ 1.800	-	-	1	Até R\$ 2.000	5%	4,5%	4,75%	4,25%
1,5	Até R\$ 2.000	5%	4,5%			5,25%	4,75%	5%	4,5%
2	Até R\$ 2.000	5,5%	5%			5,5%	5%	5,25%	4,75%
	2.000 a 2.600	5,5%	5%	2	R\$ 2.000 a R\$ 4.000	6%	5,5%	6%	5,5%
	2.600 a 3.000	6%	5,5%			7%	6,5%	7%	6,5%
3	R\$ 4.000 a R\$ 7.000	8,16%	7,66%	3	R\$ 4.000 a R\$ 7.000	8,16%	7,66%	8,16%	7,66%

Fonte: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, agosto de 2020. Adaptada pelo autor, 2023.

Embora tenha sido anunciada a continuidade de provisão habitacional para o Grupo 1, de habitação social, na prática isso não ocorreu. Em reportagem do portal de notícias Estadão, em 16 de setembro de 2021, foi apontado que naquele ano o governo federal havia entregue apenas 20 mil unidades de HIS e as demais obras anteriormente contratadas estavam ameaçadas pela falta de recursos (Aguiar; Souza, 2021). Em relação às outras ações do programa, “até agora, zero moradias foram regularizadas ou sofreram melhorias”.

⁴⁴ Segundo dados de abril de 2023 da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), a cada 10 famílias brasileiras, 8 tem dívidas. Este é o maior valor apresentado desde 2011, ano em que o levantamento começou a ser feito (Furlan, 2023).

No Relatório de Avaliação do PMCMV (2020, p. 80), publicado pelo Ministério da Economia, pela Secretaria Especial da Fazenda e pela Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria, em dezembro de 2020, aponta-se que:

Dadas as restrições orçamentárias, o Programa Casa Verde e Amarela deve priorizar apenas a finalização de obras em andamento e as famílias vítimas de calamidade ou de assentamentos do PAC, não havendo previsão de novas contratações. Para que as modalidades da Faixa 1 voltem a contratar, será necessário reavaliar os níveis de subsídios concedidos, pois não é mais possível custear de 90% a 100% da unidade habitacional para famílias e ainda obter uma taxa de inadimplência acima de 40% das prestações contratadas.

O relatório também indica que o PCVA “tenderá a se afastar da Faixa 1, de modo que as operações de financiamento com recursos do FGTS terão uma proporção maior das contratações.” (Relatório, 2020, p. 14). Portanto, o único compromisso firmado era o de entregar as contratações já em andamento realizadas nos anos anteriores.

Embora o PCVA fez pouco ou quase nada em relação à contratação de habitação de interesse social, por meio de uma jogada de *marketing*, a lei do PCVA em seu Art. 25 instituiu que “A partir do dia 26 de agosto de 2020, todas as operações com benefício de natureza habitacional geridas pelo governo federal integrarão o Programa Casa Verde e Amarela de que trata esta Lei”. Isso significa que todas as contratações e construções em andamento realizadas pelo PMCMV passaram a ser carimbadas com o selo PCVA. Ao menos 200 mil unidades para a Faixa 1 contratadas sob o PMCMV, se cumprido os contratos, passariam a ter o carimbo do PCVA, sem o programa ter assinado um só contrato. Segundo dados de 2020 do Observatório das Metrôpoles, o PCVA tinha um potencial de entregar quase 300 mil unidades para todas as faixas de renda contratadas pelo PMCMV (Observatório, 2020).

Um caso observado nesta pesquisa foi o residencial Ipê Mirim, em São Carlos. O empreendimento voltado para a Habitação de Mercado foi lançado ainda pelo PMCMV e, a partir de agosto de 2020, toda peça publicitária recebeu o logo do PCVA. Esta ação teve como objetivo gerar um capital político para o então governo de Bolsonaro.

Figura 4. Mudanças de logo: *marketing* de março e outubro de 2020



Fonte: Página do Facebook “Residencial Ipê Mirim”. Acesso em 12 de jul. de 2021.

As notícias publicadas no site oficial do governo federal em 2022, que mais se confundem novamente com *marketing* e propaganda política em ano eleitoral, fazem crer que o PCVA teve um grande desempenho relativo à provisão habitacional.

Manchete de 24 de março de 2022:

Desde 2019, Governo Federal garantiu a casa própria a mais de 4,8 milhões de pessoas
[...]

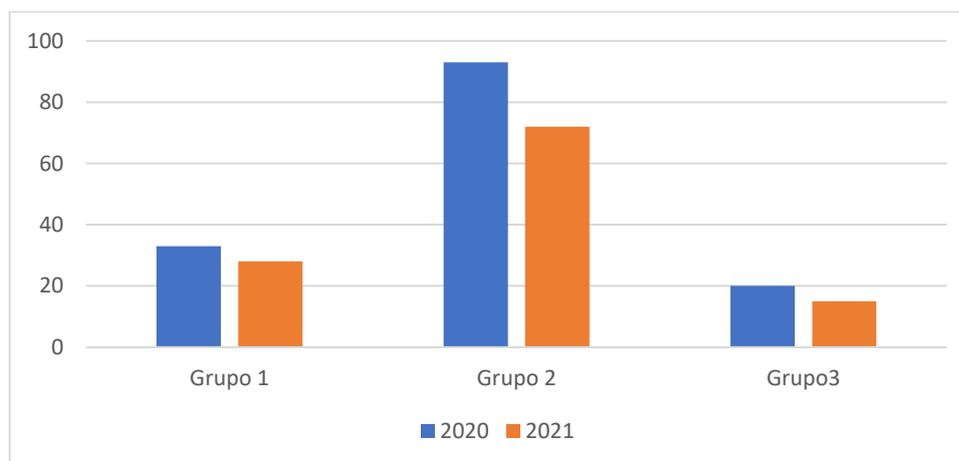
Essas e outras reformulações da política pública habitacional possibilitaram ao Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), entregar mais de 1,2 milhão de moradias em todas as regiões do País entre 2019 e 2022 – uma média de 1,1 mil por dia. Com isso, mais de 4,8 milhões de pessoas foram beneficiadas com a casa própria (Desde, 2022).

Manchete de 27 de dezembro de 2022:

Entregue cerca de 1,6 milhão de moradias em todo o país entre 2019 e 2022. Por meio do Programa Casa Verde e Amarela, mais de 6 milhões de pessoas passaram a ter acesso a uma moradia digna (Entregue, 2022).

Considerando que o período entre o desenho de um programa habitacional até a contratação e entrega das unidades habitacionais pode levar anos, os números divulgados pela gestão do Bolsonaro nos levam a crer que o PCVA entregou casas já contratadas através do PMCMV e estampou seu rótulo, colhendo os frutos políticos.

Os dados oficiais obtidos em 2021 via solicitação do “Portal da Transparência” mostram as contratações em queda entre os anos de 2020 e 2021, acompanhando a curva de queda do PMCMV nos anos finais. É preciso fazer uma ressalva de que as informações fornecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional não são claras o suficiente para saber o que são contratações efetivamente feitas sob o PCVA, e quais foram apenas carimbadas pelo programa. É possível que estes números sejam ainda menores do que indica o Gráfico 4, a seguir.

Gráfico 4. “Contratações” do PCVA, entre 2020 – 2021 (em milhares)

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional, 2021. **Elaboração:** autoria própria, 2021.

Seguindo o padrão do PMCMV desde 2015, as faixas de Habitação de Mercado representaram a maioria das contratações. Relativos à HIS, é possível afirmar que o PCVA representou um aprofundamento do caráter mercadológico e de financeirização da política habitacional através do esvaziamento do subsídio, da inserção da população de baixa renda em mecanismos de financiamento com juros a longo prazo e de uma ínfima contratação de novas unidades. Ainda, por meio de uma jogada de *marketing*, o governo cooptou todos os projetos em andamento e estampou seu carimbo, colhendo os frutos plantados em outros tempos.

Esta jogada de *marketing* pode indicar a força que a pauta de moradia e o PMCMV ganharam ao longo do tempo. Encerrar um programa habitacional poderia ter um impacto negativo para o governo, uma vez que o lançamento de empreendimentos habitacionais alimenta generosamente o capital privado e também produz um capital político muito grande para os políticos (c.f. Breda, 2018). A estratégia adotada foi um reposicionamento de marca, resultando em um programa *fake*, com uma casca nacionalista⁴⁵ e sem conteúdo social.

Desmontando o subsídio por dentro — Fundo de Desenvolvimento Social

A lei que instituiu o PCVA realizou alterações importantes no Fundo de Desenvolvimento Social (FDS)⁴⁶, redefinindo questões sobre financiamento, regime, taxas, dentre outros (Baldim, 2022). O FDS foi criado em 1991 para fomentar a produção de moradia para a população de baixa renda a partir do regime do associativismo. Ele foi regularizado em

⁴⁵ O nome do programa e as cores de seu logo remetem à bandeira do Brasil. O sentimento patriótico e nacionalista foi amplamente explorado durante o governo Bolsonaro.

⁴⁶ Ver Lei Federal nº 8.677, de 13 de julho de 1993, que dispõe sobre Fundo de Desenvolvimento Social.

1994, alterado em 2001 e passou a contar com recursos por intermédio do programa Crédito Solidário, em 2004. O FDS foi fundamental para viabilizar a produção do PMCMV — Entidades⁴⁷, através do qual famílias organizadas, associações, cooperativas ou entidades acessavam o Fundo para projetar e contratar unidades habitacionais de interesse social.

Com o programa de Bolsonaro, a racionalidade do fundo foi transformada em uma lógica individualista e mercantilista. A legislação do FDS em seu Art. 12 passou a “I — subvencionar a produção, a aquisição, a requalificação e a melhoria de moradias; II — promover a regularização fundiária; ou III — conceder subvenção econômica ao beneficiário pessoa física, desde que essa operação seja autorizada pelo Conselho Curador do FDS”.

Com as modificações propostas, o FDS não se destina mais à provisão habitacional de forma associativa, agora seu foco é financiamento individual, regularização cartorial, individualização das matrículas e melhorias habitacionais. Os recursos são contratados pelas famílias, mas por intermédio de empresas privadas. Assim, inverte-se a lógica na qual as famílias se associavam em entidades usualmente ligadas a movimentos pela luta por moradia. Agora, empresas privadas serão qualificadas a realizar tal procedimento (Balbim, 2022). Em outras palavras, a associação, o cooperativismo e a organização familiar foram excluídas da execução do FDS.

Outro ponto importante é que as decisões sobre os recursos do FDS também deixaram de ser realizadas no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e passaram a ocorrer no chamado Conselho Curador do Fundo. O Conselho foi regulamentado pelo Decreto n.º 10.333, de 29 de abril de 2020 e, segundo o Art. 5º, passou a ser composto por dois representantes do Ministério do Desenvolvimento Regional; um do Ministério da Economia; um do Ministério da Cidadania; um do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos; um da Secretaria de Governo da Presidência da República; três de entidades empregadoras, sendo um da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, um da Confederação Nacional de Serviços e um da Confederação Nacional da Indústria; e, por último, três empregados, sendo um de cada uma das maiores centrais sindicais com maior índice de representatividade dos trabalhadores (Balbim, 2022). Em outras palavras, o Conselho é controlado quase que exclusivamente pelo governo.

Houve alteração também na própria lei do SNHIS, que obrigava o governo a consultar o Conselho das Cidades para estabelecer qualquer regra e planejamento dos programas habitacionais, estabelecendo que o Ministério do Desenvolvimento Regional poderia realizar

⁴⁷ Sobre o PMCMV – Entidades, ver Rizek, Amore e Camargo (2014).

oitivas mediante consulta pública (Balbim, 2022). De modo geral, houve um desmanche e uma fragilização dos mecanismos de participação social, da cooperação entre os entes, do controle e transparência, e as decisões foram deslocadas majoritariamente para dentro do próprio governo a partir dos ministérios.

Atendendo a própria base — programa Habite Seguro

Ainda no que tange à política de provisão habitacional, o governo de Jair Bolsonaro criou o programa Habite Seguro, que “contempla profissionais da segurança pública para aquisição da casa própria por meio de subsídios, com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), e condições especiais de financiamento”⁴⁸. Podem candidatar-se integrantes ativos, inativos, reformados, da reserva remunerada e aposentados das instituições de segurança pública que não possuem imóveis. As subvenções servirão para a aquisição de imóveis novos, usados, e para o financiamento de construção individual, com valor de até R\$ 300 mil.

Segundo notícia oficial do governo, de novembro de 2021:

Os subsídios do programa serão destinados aos agentes de segurança com renda bruta mensal de até R\$ 7 mil. Será possível financiar até 100% do valor do imóvel, contando com subsídios de até R\$13 mil, provenientes do Fundo Nacional de Segurança Pública, de acordo com a faixa de renda do profissional. Agentes de segurança pública que recebem acima de R\$ 7 mil mensais também serão atendidos pelo programa, tendo acesso a taxas de juros e benefícios diferenciados (Profissionais, 2021).

O programa foi criado a partir da Medida Provisória n.º 1.070, de 13 de setembro de 2021, e convertido no Decreto n.º 10.793 no mesmo dia, integrando o PCVA. É importante pontuar que esta Medida Provisória também promoveu mudanças na lei que dispõem sobre o Fundo de Desenvolvimento Social.

Este programa foi um aceno de Bolsonaro para uma de suas principais bases⁴⁹, profissionais da segurança pública. O programa fez parte de um ‘pacote de bondades’ à Polícia Militar em tempos em que já se discutia a sua reeleição, em 2021. Além do crédito imobiliário, houve isenção de IPI de automóveis para a categoria, e a promessa de uma nova lei orgânica da Polícia Militar e da Polícia Civil que poderia esvaziar o poder dos governadores sobre os contingentes estaduais. A Associação Nacional de Entidades Representativas de Policiais Militares e Bombeiros Militares do Brasil (ANERMB) era um dos principais núcleos da rede

⁴⁸ Dados disponíveis em: <https://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/habite-seguro/Paginas/default.aspx>. Acessado em 14 abr. 2023.

⁴⁹ Sobre a base popular de Bolsonaro, especialmente evangélicos e profissionais da segurança pública, ver Lacerda (2022).

de polícias que apoiavam Bolsonaro, com cerca de 200 mil inscritos (Doca, 2021; Valfré; Frazão, 2021).

4.2 Regularização fundiária cartorial e mercadológica

Desresponsabilização do poder público e controle privado

Uma segunda “novidade” que o PCVA trouxe foi a promessa de regularização fundiária. Historicamente, a regularização fundiária de interesse social sempre foi de responsabilidade exclusiva do poder público. Isto incluía a elaboração e o custeio do projeto de regularização fundiária e a implantação da infraestrutura essencial (Balbim, 2022). Sob o novo marco de regularização fundiária, este mecanismo se manteve em seu Art. 33. Posteriormente, a lei do PCVA modificou sua redação e acrescentou o parágrafo 2º:

Art. 33. (...)

§ 2º Na Reurb-S, fica facultado aos legitimados promover, a suas expensas, os projetos e os demais documentos técnicos necessários à regularização de seu imóvel, inclusive as obras de infraestrutura essencial nos termos do § 1º do art. 36 desta Lei.

A partir desta modificação, os custos da regularização fundiária passaram a ser discricionários ao poder público local e permitiu-se que os legitimados — os moradores — pudessem promover a regularização fundiária arcando com os custos do projeto e das documentações por meio de financiamento via FDS. Nas palavras de Balbim (2022, p. 44):

Ou seja, tira a obrigatoriedade do município em realizar a Reurb-S e possibilita que empresas privadas interessadas na área, ao reunir famílias de beneficiários tomadores do empréstimo, sejam remuneradas na oferta de um produto, que até o momento anterior era reconhecido legalmente como um direito daqueles que detinham a posse e um dever do poder público.

Incentivou-se um nicho altamente lucrativo para as empresas privadas atuarem. As famílias inseridas na lógica do financiamento via projeto de empresas privadas arriscam ficar inadimplentes e perder o imóvel recém regularizado. O Art. 17 da lei do PCVA autoriza previamente o uso da força policial em casos de “turbação ou esbulho”. Isso resulta na insegurança de posse para a família de baixa renda que precisa arcar com um financiamento.

No que tange aos atores, houve uma modificação no papel desempenhado: o poder público local passou apenas a anuir a ação dos agentes privados. Os processos de planejamento, participação e princípios de transparência deixam de existir e os interesses coletivos e sociais são reduzidos aos interesses mercadológicos e privados. O beneficiário que era um sujeito de interesse social passa a ser financeiramente responsável pelos custos da regularização do seu lote por meio de financiamento (Balbim, 2022).

Ainda que se fale que o PCVA introduziu como novidade a regularização fundiária, isso não é verdade. A lei que instituiu o PMCMV já trouxe um capítulo exclusivo sobre a regularização de interesse social, no qual não se reconhecia a natureza absoluta dos direitos da propriedade da terra, atrelando-a aos interesses sociais e reconhecendo a luta histórica iniciada ainda nos anos de 1970. O capítulo proposto foi fruto de debates que ocorreram ao longo de seis anos no Ministério das Cidades e do Conselho das Cidades (Balbim, 2022).

No PMCMV, a regularização fundiária era uma parte constitutiva da política habitacional, mas poucos títulos foram dados, justamente por que a legislação então vigente obrigava a realização da urbanização local como requisito para a titulação. A falta de verbas para a realização de ambos foi um gargalo. Outros instrumentos jurídicos e urbanísticos, como a criação das ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) no âmbito federal pelo PMCMV, o Estatuto da Cidade (2003), aprimoramentos legais relativos ao patrimônio público e a criação do Programa Papel Passado (em 2003), já revelam uma tentativa de garantir a moradia para uma parcela da população que vive assentada em áreas irregulares (Balbim, 2022).

Esta lógica foi revista após 2016. Sob o PCVA, a regularização fundiária adquiriu uma abordagem exclusivamente cartorial e jurídica, desassociando a obrigatoriedade da urbanização. Esta nova forma de regularização fundiária coloca os terrenos regularizados como garantias no mercado de crédito, ou seja, a partir da constituição da propriedade formal, a casa que está nela é colocada como garantia. Uma vez que a família não pode pagar pelo financiamento, ela torna-se devedora do Estado e corre o risco de perder a casa para a empresa privada que realizou a regularização. A ideia por de trás do programa é que as famílias possam transformar suas casas em ativos, extraindo valor dela (Cf. Fernandes, 2011).

Essa cascata de alterações permite que o projeto do Reurb-S seja realizado pelo setor privado, contando apenas com a anuência do setor público local, e isso corresponde, a um só passo, à aprovação urbanística, ambiental e o licenciamento integrado com quase aprovação do *Habite-se*. O programa foi na contramão das legislações propostas anteriormente, enfraquecendo a ZEIS e onerando as famílias de baixa renda, aumentando a insegurança de posse e promovendo lotes legais para o mercado imobiliário (Balbim, 2022).

Programa Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional

O governo Bolsonaro lançou o programa Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional através da Resolução n.º 225, de 17 de dezembro de 2020, aprovada pelo Conselho

Curador do Fundo de Desenvolvimento Social (CCFDS)⁵⁰. Lembrando que o Conselho Curador é constituído majoritariamente por pessoas da base do governo e suas ações não precisam estar vinculadas a outros órgãos. Assim, não houve transparência ou debate público no processo de criação destas regulações.

Segundo a Resolução CCFDS n.º 225, de 17 de dezembro de 2020, o programa se destina a famílias com renda mensal de até dois mil reais. A área de atuação são os núcleos urbanos informais, classificados como Reurb-S perante os incisos I e II do Art. 11 da Lei n.º 13.465, de 11 de julho de 2017:

Art. 11. Para fins desta Lei, consideram-se:

II — núcleo urbano informal: aquele clandestino, irregular ou no qual não foi possível realizar, por qualquer modo, a titulação de seus ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente à época de sua implantação ou regularização;

III — núcleo urbano informal consolidado: aquele de difícil reversão, considerados o tempo da ocupação, a natureza das edificações, a localização das vias de circulação e a presença de equipamentos públicos, entre outras circunstâncias a serem avaliadas pelo Município;

Na resolução, “item 5. Participantes e Atribuições”, chama atenção o papel das Empresas ou entidades privadas e das Famílias:

d) **Empresas ou entidades privadas**, na qualidade de Agente Promotor que firma o contrato de financiamento, propõe a estratégia de regularização fundiária ao(s) Município(s) ou ao Distrito Federal, realiza os serviços e obras de regularização fundiária e de melhoria habitacional e transfere o financiamento aos beneficiários (...)

f) **Famílias**, na qualidade de beneficiários do Programa, responsáveis pela adesão à proposta de regularização fundiária, prestação de informações necessárias realização das obras e serviços, aceite dos serviços de melhoria habitacional, bem como pela assunção do financiamento;

Estas atribuições revelam que os projetos de regularização fundiária e melhorias habitacionais só podem ocorrer mediante uma empresa ou entidade privada que propõe um projeto aos municípios. As famílias são responsáveis por aderir ao projeto e arcar com os custos do financiamento. Para a proposta ser aceita pelo órgão gestor, é preciso que as empresas privadas comprovem a contratação de ao menos 50% mais 1 das famílias atendidas naquele espaço para a regularização fundiária, ficando a cargo do poder público local definir se as famílias que não aderiram à regularização fundiária irão receber os títulos dos lotes. É possível que 50% menos 1 das famílias que foram contra a regularização passem pelo processo de forma mandatória. Não fica claro o que ocorreria caso o poder público local decidisse não dar os títulos de propriedade para estas famílias.

⁵⁰ Em 21 de janeiro de 2021, foi lançada a Instrução Normativa que regulamentou o programa, trazendo em seu Anexo I o Manual de Instruções.

O financiamento proposto pelo programa pode cobrir despesas jurídicas, cartoriais, administrativas, urbanísticas, ambientais e sociais para promover a regularização fundiária, como despesas com material de construção, mão de obra, e assistência técnica para obras de melhoria habitacional. Os valores para a regularização fundiária podem chegar até 2 mil reais, e para melhoria habitacional, até 23 mil reais. Apenas 20% das casas inseridas no projeto de regularização fundiária podem realizar melhorias habitacionais. Estes domicílios devem contar com uma estrutura estável e não podem requerer reconstrução ou total substituição.

As áreas regularizadas devem ser ocupadas “preponderadamente” por famílias de baixa renda e ser passíveis de regularização, não sendo objeto de conflito fundiário urbano. Fica ao critério do município caracterizar o que se entende por núcleos urbanos informais. Portanto, novamente as diretrizes abrem espaço para interpretação.

As primeiras ações relativas à regularização fundiária e melhorias habitacionais ocorreram através do edital de chamamento aberto no final de 2021 ⁵¹. Em março de 2022, foram divulgados resultados da seleção. Balbim e Krause (2022), em nota técnica pelo Ipea, fizeram uma análise desta seleção dos projetos aprovados e não do universo total de projetos submetidos, uma vez que os dados não foram disponibilizados pelo governo. Uma análise de todas as propostas possibilitaria compreender os critérios utilizados para os projetos aprovados.

Neste primeiro edital foram selecionados pelo Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social 245 áreas, em 156 municípios, totalizando cerca de 102 mil famílias beneficiárias e um valor de financiamento estimado em R\$ 415 mil. Os autores focaram na análise de 13 áreas de intervenção com 20 NUIs. Vale ressaltar que se trata de uma análise preliminar, apontando alguns indicativos.

Segundo a análise, há indício de que as propostas aceitas se referem à áreas com facilidade para a realização da regularização fundiária, sem conflitos, riscos ou impedimentos ambientais. Também parece ter sido escolhidas áreas sem grandes necessidades de intervenção urbanística, uma vez que o financiamento das obras desta natureza não faz parte das propostas. Das áreas analisadas, uma área em Porto Alegre levantou suspeitas em relação aos interesses imobiliários estarem se utilizando das inovações de regularização fundiária propostas pelo PCVA (Balbim; Krause, 2022).

⁵¹ Em 20 de dezembro de 2021, a Portaria nº 3.261 estabeleceu calendário de recepção, seleção e contratações no âmbito do programa, colocando como prazo para o cadastro das propostas até 30 de janeiro de 2022. Em 25 de março de 2022, por intermédio da Portaria nº 889, foi divulgado o resultado do processo de seleção das propostas do programa.

O programa prevê melhorias habitacionais em até 20% das unidades de cada área de intervenção. Ou seja, em alguns casos é possível melhorar a qualidade da habitação com financiamento de material de construção e assistência técnica, mas em outros a substituição da moradia parece mais viável. Assim, é necessário verificar as condições de habitação antes do processo de regularização fundiária (Balbim, Krause, 2022).

De modo geral, a proposta de regularização fundiária e melhoria habitacional no PCVA se restringiu na formalização cartorial de áreas precárias, sem urbanização e sem instrumentos que garantam que os beneficiários possam continuar vivendo nelas. Por outro lado, tem um potencial expressivo de expulsar essa população de áreas formalizadas, que possam ter interesse imobiliário. O programa integrante do PCVA tem um potencial de ser um instrumento de expropriação formalizado que insere essas terras informais em mercados formais, transformando-as em ativos imobiliários.

Passou-se de uma situação na qual havia uma proposta de regularização fundiária de interesse social que era realizada pelo poder público, para um modelo no qual a iniciativa privada tornou-se responsável pelo planejamento e execução, onerando as famílias. A política de interesse social tornou-se totalmente embricada aos interesses do mercado, acabando com as modalidades de cooperativas ou entidades sociais.

O fato da regulamentação, aporte financeiro e a escolha dos projetos passarem pelo Conselho Curador do FDS também pode ser compreendido como uma política de balcão, enviesada pelos interesses do governo, uma vez que o conselho é majoritariamente composto por pessoas indicadas por ele próprio, sem nenhuma transparência ou controle social. Este programa aprofundou a lógica presente na Reurb e colaborou para o deslocamento do paradigma histórico de regularização fundiária brasileira.

4.3 Destinação de imóveis públicos da União: privatização no atacado

Uma terceira e importante mudança proposta pelo PCVA foi a forma que o estado passa a alienar os imóveis públicos da União. Esta modificação foi inserida na legislação por meio do Executivo e do Congresso Nacional, sem nenhum debate com a sociedade. Seu objetivo foi transformar uma grande quantidade de estoque imobiliário “sem uso” em ativo econômico. Agora, áreas públicas da União de interesse do mercado imobiliário podem ser destinadas aos projetos de requalificação urbana exclusivamente propostos e geridos pelo mercado privado, sendo o papel do poder local apenas anuir as propostas e adaptar a legislação necessária. Em contrapartida, haveria uma porcentagem de unidades habitacionais no imóvel ou terreno (Balbim, 2022).

O instrumento de destinação de imóveis da União não é novo. Desde 2007, com a Lei 11.481/2007, já havia a autorização da concessão de imóveis da União por intermédio da Secretaria do Patrimônio da União com o objetivo da promoção de uma política de habitação social. O Art. 7 da lei do PCVA alterou em três pontos fundamentais a destinação de imóveis (destaques meus):

Art. 7º A União poderá destinar bens imóveis a entes privados, **dispensada autorização legislativa específica**, para o alcance dos objetivos de **políticas públicas habitacionais**, observado, no que couber, o art. 23 da Lei n.º 9.636, de 15 de maio de 1998.

(...)

§ 4º Cumpridas as contrapartidas, o empreendedor terá liberdade para explorar economicamente a parte do imóvel por elas não afetada

§ 5º Após o cumprimento das contrapartidas, a propriedade do imóvel será transferida ao contratado (...).

(...)

§ 11. Portaria interministerial, a ser publicada em conjunto pelo Ministério da Economia e pelo Ministério competente pela política pública habitacional, disciplinará a destinação estabelecida neste artigo.

§ 12. As contrapartidas a serem realizadas pelo empreendedor em observância aos objetivos da política pública habitacional previstos na portaria de que trata o § 11 deste artigo e no edital de licitação poderão, entre outras obrigações, envolver:

I — construção, manutenção e exploração de edificações construídas no imóvel destinado;

II — transferência direta das edificações ou unidades imobiliárias a beneficiários;

III — provisão de infraestrutura urbana para atendimento da área do imóvel e suas imediações; ou

IV — prestação de serviços de interesse público ou de utilidade pública que envolvam o aproveitamento das edificações a que se refere o inciso I deste parágrafo, sem ônus ou com ônus reduzido aos beneficiários.

O primeiro ponto diz respeito à dispensa da autorização do Poder Legislativo na destinação do patrimônio da União, implicando em uma política de balcão com a ausência de mecanismos de controle e transparência. O segundo ponto refere-se a um fato que não é mencionado em nenhum momento a obrigatoriedade de a contrapartida habitacional ser de interesse social. É colocado vagamente “políticas públicas habitacionais”. Isso implica no terceiro ponto: o imóvel pode ser destinado a qualquer uso, ao haver uma contrapartida, novamente definida de forma extremamente imprecisa no parágrafo 12, que “alcance os objetivos de políticas públicas habitacionais”.

Em outras palavras, as propriedades com potencial de investimento entrariam no mercado privado via gabinete único do Executivo nacional e sem a garantia de como e para quem a contrapartida seria. Uma vez cumprida a contrapartida, a propriedade é repassada legalmente ao empreendedor.

Programa Aproxima

Para regularizar o Art. 7º do PCVA, o governo lançou o Programa Aproxima, que passou a integrá-lo. Segundo a notícia oficial de junho de 2022,

A iniciativa vai oferecer a famílias de baixa renda a oportunidade de ter acesso à moradia por meio de imóveis públicos federais desocupados em áreas urbanas com infraestrutura ampla.

Além da habitação social, o novo programa possibilitará, em um mesmo empreendimento, a realização de projetos que promovam o seu uso econômico, tais como a construção de shoppings, estacionamentos e estabelecimentos de prestação de serviços, fomentando a área ocupada (Governo, 2022).

O programa foi criado pela Portaria ME n.º 1.683, de 16 de março de 2022. Seu Art. 1º diz que ele tem “a finalidade de promover o direito à moradia a famílias de baixa renda residentes em áreas urbanas, por meio da destinação dos bens imóveis da União nos termos do dispositivo do Art. 7º da Lei n.º 14.118, de 12 de janeiro de 2021.”. A definição de família de baixa renda fica a cargo do Art. 7º, inciso III:

III — as famílias beneficiárias das unidades habitacionais de interesse social edificadas no imóvel da União deverão ter, no máximo, renda bruta mensal de cinco salários mínimos e atender às condições de enquadramento definidas em regulamento pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério do Desenvolvimento Regional;

A modalidade de habitação de interesse social, tanto no PMCMV como no PCVA, foi definida a partir do recorte econômico, enquadrando famílias que ganham em torno de 2 salários mínimos. Esta faixa de renda representa 75% do déficit habitacional brasileiro (dados de 2019, Fundação, 2021). Até 5 salários mínimos seria considerada uma faixa de habitação de mercado para ambos os programas. Nota-se como o conceito de HIS é instrumentalizado para justificar a privatização de prédios públicos, mesmo que ele tenha sido distorcido para possibilitar a produção de habitação para a classe média baixa.

Outra questão que a Portaria Interministerial traz é sobre a regulamentação da contrapartida, em seu Art. 8º:

Art. 8º A metodologia para o cálculo do nível de contrapartidas não pecuniárias a serem oferecidas pelo ente privado para a destinação dos bens imóveis da União, de que trata o inciso IV do art. 7º, será definido por estudos de modelagem e viabilidade econômica elaborados pela Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia, considerando as condições locais do mercado imobiliário e de ordenamento urbanístico incidente sobre cada imóvel, observados o disposto no art. 7º da Lei n.º 14.118, de 2021.

O cálculo de contrapartida não fica regulamentado em lei, mas sim sob responsabilidade da Secretaria citada. Novamente, as leis e regulamentações promovidas pela gestão do

Bolsonaro se apresentam de maneira extremamente genérica e ampla, abrindo espaço para uma política de balcão.

Incorpora, Brasil — Fundos Imobiliários

Em janeiro de 2022, a Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, do Ministério da Economia (SEDEMM), na Secretária de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (Ministério da Economia), deu início ao projeto *Incorpora, Brasil — Fundos Imobiliários*, cujo objetivo era criar e inserir imóveis públicos da União em Fundos de Investimentos Imobiliários (FIIs)⁵².

Os FIIs seriam constituídos por 90% de cotas da União e 10% de sócios privados. A União entraria com as cotas dos imóveis e os sócios colocariam sua parte em dinheiro, que seria utilizado para estudos e estratégias de desenvolvimento de ativos. A expectativa era que os agentes do mercado também contribuíssem com parâmetros técnicos de seleção de participantes, estruturação, administração e gestão dos fundos imobiliários, modelagem do negócio e a lista de imóveis da União que poderiam integrar o FIIs. A B3⁵³ chegou a ser consultada para realizar assessoria no projeto (Tomazelli, 2022b).

Segundo o governo, a demanda pela criação do fundo é grande. Sondagens com 14 representantes de instituições financeiras atuantes neste mercado, com o Genial Investimentos, Itaú BBA, Santander Asset e BTG Pactual ocorreram no início de 2022. Estes fundos permitiriam uma mudança na forma em que o governo aliena os imóveis da União, oferecendo mais flexibilidade aos investidores. Hoje, para a realização da venda direta de um imóvel da União, o pagamento deve ocorrer integralmente à vista, sem financiamento. Com os FIIs, os imóveis podem ser desmembrados, revitalizados ou gerenciados, se tornando mais atrativos para o mercado. Os defensores desse programa argumentam que a União não tem “vocação imobiliária”, por isso não pode gerenciar os imóveis sozinhos, sendo o FII uma boa opção (Tomazelli, 2022b).

Em janeiro de 2022, o governo preparava 237 ativos para integrar os FIIs. Nas palavras do então secretário especial da SEDEMM, Diogo Mac Cord, “Estamos criando uma solução de

⁵² Sobre os Fundos de Investimento no contexto brasileiro, ver Nakama e Rufino (2022).

⁵³ “A B3 é uma das principais empresas de infraestrutura de mercado financeiro no mundo, com atuação em ambiente de bolsa e de balcão. Sociedade de capital aberto – cujas a es (B3SA3) são negociadas no Novo Mercado –, a Companhia integra os  ndices Ibovespa, IBrX-50, IBrX e Itag, entre outros. Reúne ainda tradição de inovação em produtos e tecnologia e   uma das maiores em valor de mercado, com posição global de destaque no setor de bolsas”. Dados disponíveis em: https://www.b3.com.br/pt_br/b3/institucional/quem-somos/. Acessados em 18 de abril de 2023.

atacado. Ao invés de vendermos imóvel a imóvel, podemos monetizar por meio de grandes lotes, o que nos garante escala de venda compatível com a oferta que temos” (Ministério, 2022).

Na medida em que os imóveis públicos passassem a integralizar o fundo imobiliário, a União assumiria a figura de cotista. Essa operação passa efetivamente a alterar a titularidade dos direitos de propriedade destes imóveis, que seriam enquadrados como bens privados. Assim, os imóveis deixam de ser titularizados pela União — Poder Público — e passam a ser de propriedade de um ente privado — o próprio fundo. O administrador do fundo pode reformar, alienar, locar, edificar, arrendar e explorar o imóvel como quiser. Em termos numéricos, a União possui cerca de 800 mil imóveis, R\$ 1,34 trilhões em patrimônios imobiliários, e a meta da Secretaria — através do Incorpora — era alienar aproximadamente R\$ 4 bilhões por ano por meio do FIIs (Ferreira, Alhadad e Burlini, 2022). Estima-se que o universo de imóveis alienados pudesse chegar a cerca de 97 bilhões de reais (Tomazelli, 2022b).

A questão da fiscalização destes possíveis FIIs não foi discutida. Ferreira, Alhadad e Burlini (2022) apontam que estes fundos têm natureza jurídica privada e, portanto, a administração e a gestão e seus ativos também são privados, afastando os órgãos públicos do controle e da fiscalização destes fundos. Esta estratégia de alienação via FIIs não é novidade. O estado de São Paulo foi pioneiro nesta iniciativa, criando FIIs com imóveis públicos em 2018, com capital potencial em cerca de 1 bilhão de reais.

Os FIIs representam uma forma pela qual o capital internacional pode adentrar ao Brasil por meio de compra de cotas. Permite a entrada de *global players* por meio de fundos de investimento e empresas imobiliárias transnacionais, que adentram mercados financeiros como forma de diversificar ativos e mitigar riscos. Como consequência, a produção das cidades fica atrelada à financeirização e a estes atores internacionais. As cotas do FIIs são negociáveis na Bolsa de Valores e apresentam uma série de vantagens tributárias e flexibilização capazes de potencializar a rentabilidade de seus ativos. Há isenção da cobrança de impostos de renda para pessoas físicas nesta modalidade. Outro ponto central é a velocidade das transações de ativos que consome apenas 0,5% do valor do imóvel (o processo de venda comum consome de 7 a 10% e pode levar entre 60 a 90 dias para a transação) (Santoro; Rolnik, 2017).

A conexão entre capital financeiro e imobiliário não é nova no Brasil, remontando à década de 1990. Alguns marcos regulatórios foram essenciais para a constituição de ativos imobiliários-financeiros e para a estruturação que articulavam estes ativos ao capital internacional — a criação dos Fundos de Investimentos Imobiliários, em 1993, foi um deles. Eles foram criados para captação de recursos, especialmente fundos de pensão. Posteriormente,

tornaram-se alvos de investimentos de outros investidores, cujas práticas se repercutem na produção do espaço urbano (Santoro; Rolnik, 2017).

A financeirização no Brasil ao longo das últimas décadas foi apoiada principalmente em grandes fundos de pensão e no FGTS. Com a crise econômica, a ação dos *global players* passa atualmente por um processo de expansão e diversificação dos eixos de atuação, e a esfera privada tem ganhado mais espaço (Santoro; Rolnik, 2017). A “Incorpora, Brasil” se propõem a estreitar os laços entre capital financeiro e o imobiliário à nível internacional e intensificar o processo de financeirização.

O projeto “Incorpora, Brasil” foi organizado a partir do Art. 20 da Lei n.º 13.240/2015⁵⁴, cuja redação foi totalmente modificada pelo Novo Marco de Regularização Fundiária (2017); e pela Lei n.º 14.011/2020⁵⁵. É interessante notar que a Lei 14.011/2020 é assinada, dentre outros, por Damares Regina Alves⁵⁶. O motivo talvez repouse em um pequeno parágrafo (destaque meu):

Art. 4º A Lei n.º 13.240, de 30 de dezembro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 4º.....

§ 5º **Os templos religiosos poderão, nos termos do caput deste artigo, ser alienados aos seus ocupantes com desconto de 25%** (vinte e cinco por cento), nos termos do art. 11 desta Lei.

Pastora Damares, conhecida pelo seu conservadorismo, por pautas contra “ideologia de gênero” e educação sexual nas escolas, fez um aceno para a sua base e a de Bolsonaro – os evangélicos (c.f Lacerda, 2022) – ao utilizar-se de um programa que buscou privatizar imóveis da União, oferecendo descontos para templos religiosos. Estima-se que cerca de 700 imóveis da União estejam ocupados com Igrejas das mais diversas orientações, que pagam uma taxa de uso irrisório. Segundo reportagem do portal Terra, as entidades religiosas têm a posse da maior parte das propriedades federais. O governo Bolsonaro autorizou a ocupação de três imóveis por

⁵⁴ Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos. Esta legislação sofreu vários ajustes, especialmente através do novo marco de regularização fundiária (2017); da Lei n.º 14.011, de 10 de junho de 2020 que aprimora os procedimentos de gestão e alienação dos imóveis da União; da Lei n.º 14.474, de 6 de dezembro de 2022 fruto de uma MP, que altera a Lei n.º 9.636, de 15 de maio de 1998, para modificar a forma de reajuste das receitas patrimoniais da União decorrentes da atualização da planta de valores e desburocratizar procedimentos de alienação e registro de imóveis da União.

⁵⁵ Aprimora os procedimentos de gestão e alienação dos imóveis da União; altera as Leis n.ºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 9.636, de 15 de maio de 1998, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 13.259, de 16 de março de 2016, e 10.204, de 22 de fevereiro de 2001, e o Decreto-Lei n.º 2.398, de 21 de dezembro de 1987; revoga dispositivos das Leis n.ºs 9.702, de 17 de novembro de 1998, 11.481, de 31 de maio de 2007, e 13.874, de 20 de setembro de 2019; e dá outras providências.

⁵⁶ Damares Regina Alves é advogada, pastora evangélica e política brasileira filiada ao Republicanos. Atualmente exerce o mandato de senadora da República pelo Distrito Federal. Foi Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos de 2019 até 2022, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

igrejas evangélicas: Igreja Universal do Reino de Deus, Assembleia de Deus Ministério Bethel e Igreja Apostólica Restauração do Povo de Deus (Frazão, 2020).

A obstinação do governo Bolsonaro pela privatização de áreas públicas da União não parou por aí. No começo do ano de 2022, o governo trabalhava em uma proposta para a demarcação dos terrenos da marinha, e na facilitação da venda de áreas litorâneas com 50% de desconto para os ocupantes privados. Bolsonaro se mostrou sempre favorável à privatização de áreas públicas em praias para estimular investimentos hoteleiros e cruzeiros internacionais. O coordenador do projeto, Diogo Mac Cord, chegou a justificar a ação: “Eu entendo o problema. É um calo que precisa ser curado, a falta do direito de propriedade” (Tomazelli, 2022a).

É possível perceber que as propostas na legislação concernentes aos imóveis públicos da União nos últimos anos apontam para a modificação de mecanismos e uma maior abertura para a entrada de investidores privados e capital internacional. No caso do projeto “Incorpora, Brasil”, não houve nenhuma menção à preocupação destas cotas se reverterem em investimentos em habitação social. Tanto no Programa Aproxima, quanto o “Incorpora, Brasil” apontam para uma privatização do parque imobiliário público, na qual agentes privados podem gerir os imóveis da União que tenham grande potencial mercadológico. Também apontam para um processo de aprofundamento da financeirização habitacional e para a entrada de capital estrangeiro, impactando a própria produção do espaço urbano. Estas ações acenam também para a base do governo Bolsonaro — profissionais da segurança pública e religiosos.

4.4 Desmanche dos mecanismos de transparência e controle social no PCVA

É importante lembrar que tanto o PMCMV como o PCVA foram frutos de uma Medida Provisória (MP), que fragiliza as formas mais democráticas e participativas na produção de uma política social. As MPs pressupõem relevância e urgência. No caso do PMCMV, a justificativa foi a necessidade de enfrentar a crise econômica mundial de 2008, projetando um aquecimento do mercado interno via setor da construção civil. O PCVA foi criado em meio a primeira onda de contaminações e mortes da Covid-19, o que poderia justificar a criação ou o aprimoramento de uma política habitacional cujo potencial era minimizar os efeitos da pandemia, entretanto em seu texto nada é mencionado neste sentido. Além disso, já havia um programa em funcionamento.

As contradições da criação do PMCMV já foram largamente exploradas pela literatura, entretanto é válido ressaltar que o programa ainda buscou alguma consonância com a Política Nacional de Habitação de Interesse Social e o Plano Nacional de Habitação. A sua MP foi debatida no Conselho das Cidades, demonstrando um certo nível de transparência e participação

social antes de ser convertida em lei. A própria categoria “Entidades” veio por meio destes debates e por pressão dos movimentos sociais (Balbim, 2022).

No caso do PCVA, segundo o Observatório das Metrôpoles (2020), o então Ministro Rogério Marinho e o Secretário Nacional de Habitação Alfredo dos Santos afirmam que a criação da MP foi realizada em conversa com agentes do setor privado, sendo citada de forma difusa uma possível conversa com especialistas, universidades e entidades da sociedade civil. Entretanto, o Observatório destacou que não teve notícias de nenhuma das universidades e entidades parceiras sobre debate ou consultas que possam ter ocorrido com especialistas da área.

Outro fator importante que diferencia as duas conjunturas políticas é o fato de o PCVA ter sido criado em um momento em que os instrumentos que guiavam a política de desenvolvimento urbano a nível federal já haviam sido formal ou informalmente revirados, esvaziados ou revogados pelo governo de Bolsonaro. Em 2019, o Ministério das Cidades foi revogado através da Lei n.º 13.844. A sua criação em 2003, no primeiro ano do Governo de Lula, representou a unificação de órgãos e programas de ações de desenvolvimento urbano, além da elaboração de novos programas, significando a retomada do papel do Estado central na definição da política urbana.

Outro ataque à democracia veio por intermédio do Decreto n.º 9.759, de 11 de abril de 2019, que extinguiu e estabeleceu “diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal”. Este Decreto revogou o Decreto n.º 8.242, de 23 de maio de 2014, editado por Dilma, que havia criado a política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS). Segundo Balbim (2022), isso representou o fim do Conselho das Cidades e de mais setecentos colegiados, impactando outros 2.500 colegiados no plano federal. A própria transformação do FDS e de seu Conselho também representou grandes impactos na formulação e gestão das políticas habitacionais. Neste sentido, o PCVA significou uma profunda perda em relação à transparência, à participação e ao controle social.

A criação do PMCMV representou a volta de uma política habitacional estruturada a nível federal que estava ausente desde meados de 1980. Um dos seus principais méritos foram os altos subsídios oferecidos para a população de baixa renda. Por outro lado, o programa foi desenhado a partir de investimentos em empresas multinacionais e consórcios da área de construção civil, resultando na gestão privada do social e da terceirização de financiamento

público. Frentes pioneiras de expansão do espaço urbano foram abertas no Brasil todo, remodelando o espaço urbano e suas sociabilidades.

Em 2014, a faixa de habitação social começou a dar sinais de esgotamento. A partir de 2016, com o golpe de Estado e a ascensão da direita ao governo federal, a faixa nunca mais se recuperou. A partir do governo de Michel Temer, uma cascata de alterações reconfigurou o arcabouço normativo e programático do desenvolvimento urbano junto às formas de acesso à moradia e terra pela população de baixa renda. Esta cascata promoveu o desmanche de direitos sociais conquistados nas últimas duas décadas. O horizonte de direitos sociais, de modo geral, se encolheu, dando espaço para o crescimento das precariedades, vulnerabilidades e emergências.

A partir do Teto de Gastos Públicos, aprovado em 2016, o foco do programa recaiu nas faixas de habitação de mercado. O programa continuou a sustentar o mercado imobiliário e remunerar o capital privado até seu encerramento. O governo Temer promoveu o esvaziamento dos fundos de subsídio e a flexibilização das formas de regularização fundiária.

O Novo Marco de Regularização Fundiária (2017) trouxe o instrumento da Reurb e a definição controversa dos Núcleos Urbanos Informais. A combinação destes instrumentos flexibilizou as normas de regularização fundiária, focando apenas na regularização cartorial, desconsiderando as questões urbanísticas, ambientais e sociais. Também trouxeram uma discricionariedade para o governo local, e a possibilidade da flexibilização das normas de produção do espaço urbano. O acesso à dita “cidade consolidada” é encarado apenas como o acesso à terra ou à propriedade privada via titulação.

O PCVA vem coroar essa cascata de alterações no arcabouço normativo e programático do desenvolvimento urbano, combinando-se e alterando o Marco de Regularização Fundiária. A partir do tripé de provisão habitacional, regularização fundiária e destinação de terras públicas, foi colocado em marcha aquilo que Chico de Oliveira (1999) chamou de privatização do público. Houve um aprofundamento da lógica mercadológica, dos mecanismos privatizantes, uma redução abrupta dos subsídios e a inserção da população de baixa renda nos circuitos de financeirização da moradia.

No que tange à provisão habitacional, o subsídio foi reduzido, o financiamento com juros a longo prazo foi inserido e o carimbo do PCVA foi estampado nos milhares de empreendimentos em andamento do PMCMV. Na questão da regularização fundiária, o programa teve como foco a assimilação da informalidade como oportunidade econômica e como ferramenta de expansão dos circuitos econômicos formais. A informalidade virou reserva

de expansão do mercado, impulsionado por investimentos públicos e pela regularização cartorial custeada pelas próprias famílias.

Em relação à alienação de imóveis públicos, houve a tentativa de transformar o estoque imobiliário público em ativo econômico privado. A partir da figura do Fundo Imobiliário, propôs-se uma mudança de escala sem precedentes de mercantilização do mercado imobiliário de domínio público, permitindo a entrada de *global players*. Há um deslizamento de escala, pavimentando uma larga avenida para a ação especulativa a nível global relacionada ao estoque imobiliário público. As tentativas de privatização do público se estenderam até terrenos da marinha e áreas litorâneas.

Vale pontuar que o desmanche dos mecanismos de participação social e transparência deram lugar para uma política de balcão e decisões internas do próprio governo. O PCVA representou um reposicionamento de marca, um programa *fake*, com uma casca nacionalista e um conteúdo esvaziado socialmente focado apenas no benefício do capital privado. A política habitacional também foi instrumentalizada em favor da base popular do governo, através do Habite Seguro e da alienação de imóveis públicos com um super desconto para templos evangélicos.

As leis relativas à habitação e terra depois de 2017 apresentam definições e parâmetros abrangentes que abrem a possibilidade para que os programas desenhados a partir delas operem em uma zona cinza, sem margem definida, abrindo possibilidades para a discricionariedade e o benefício da iniciativa privada. Neste sentido, as alterações propostas na legislação funcionam como uma baliza para compreendermos as estratégias dos atores sociais.

É importante lembrar que políticas habitacionais são essencialmente políticas de desenvolvimento territorial e urbano (Balbim, 2022). A criação ou modificação de programas significa a criação e alteração de um conjunto de leis e normativas que regem a produção do espaço urbano. No próximo capítulo observaremos, a partir de três ocupações na cidade de São Carlos, como estas modificações alteram na prática um horizonte de possibilidades da ação coletiva, forçam a busca por novas estratégias e modificam o acesso à moradia e terra, alterando também as sociabilidades urbanas.

Tabela 3. Principais leis, decretos, portarias, normativas citadas no capítulo 1

Ano	Legislação	Ementa
1993	Lei Federal n.º 8.677, de 13 de julho de 1993	Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e dá outras providências.
1998	Lei Federal n.º 9.636, de 15 de maio de 1998	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2.º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.
2005	Lei Federal n.º 11.124, de junho de 2005	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social — SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social — FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.
2007	Lei Federal 11.481, de 31 de maio de 2007	Dá nova redação a dispositivos das Leis nos 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 — Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências.
2009	Lei Federal n.º 11.977, de 7 de julho de 2009	Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida — PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
2014	Decreto n.º 8.242 de 23 de maio de 2014	Regulamenta a Lei n.º 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social.
2015	Lei Federal n.º 13.240, de 30 de dezembro de 2015	Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei n.º 9.636, de 15 de maio de 1998, e os Decretos-Lei n.º s 3.438, de 17 de julho de 1941, 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e revoga dispositivo da Lei n.º 13.139, de 26 de junho de 2015.
2016	Portaria n.º 185, de 13 de maio de 2016	Revoga a Portaria Ministerial n.º 178, de 11 de maio de 2016.
	Portaria n.º 186, de 13 de maio de 2016	Revoga as Portarias n.º 173, de 10 de maio de 2016, e n.º 180, de 12 de maio de 2016, da Secretária Nacional de Habitação.
	Portaria n. 326 de 18 de julho de 2016	Institui o Grupo de Trabalho “Rumos da Política Nacional de Regularização Fundiária”.
	Instrução Normativa n.º 25, de 28 de setembro de 2016	Dá nova redação à Instrução Normativa n.º 22, de 14 de dezembro de 2015, do Ministério das Cidades, que regulamenta o Programa Carta de Crédito Individual, e outras providências.
	Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.

2017	Lei Federal n.º 13.439, de 27 de abril de 2017	Cria o Programa Cartão Reforma e dá outras providências.
	Lei n.º 13.465, de 11 de julho de 2017	Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis n.ºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória n.º 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-Leis n.º 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar n.º 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei n.º 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências.
	Portaria n.º 544, de 13 de setembro de 2017	Constitui Grupo de Trabalho para discutir, formular e propor um novo programa do Governo Federal destinado a viabilizar empreendimentos habitacionais em benefício preferencial de famílias de baixa renda e/ou em situação de vulnerabilidade, na modalidade de Aluguel Social, a serem ofertados pela iniciativa privada.
2019	Decreto n.º 9.759 de 11 de abril de 2019	Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal.
	Lei Federal n.º 13.844, de 18 de junho de 2019	Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nos 13.334, de 13 de setembro de 2016, 9.069, de 29 de junho de 1995, 11.457, de 16 de março de 2007, 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 11.952, de 25 de junho de 2009, 10.559, de 13 de novembro de 2002, 11.440, de 29 de dezembro de 2006, 9.613, de 3 de março de 1998, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.346, de 10 de outubro de 2016; e revoga dispositivos das Leis nos 10.233, de 5 de junho de 2001, e 11.284, de 2 de março de 2006, e a Lei n.º 13.502, de 1º de novembro de 2017.
2020	Decreto n.º 10.333, de 29 de abril de 2020	Aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social.
	Lei Federal n.º 14.011 de 10 de junho de 2020	Aprimora os procedimentos de gestão e alienação dos imóveis da União; altera as Leis nos 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 9.636, de 15 de maio de 1998, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 13.259, de 16 de março de 2016, e 10.204, de 22 de fevereiro de 2001, e o Decreto-Lei n.º 2.398, de 21 de dezembro de 1987; revoga dispositivos das Leis n.º 9.702, de 17 de novembro de 1998, 11.481, de 31 de maio de 2007, e 13.874, de 20 de setembro de 2019; e dá outras providências.
	Medida Provisória n.º 996, de 25 agosto de 2020	Institui o Programa Casa Verde e Amarela.

	Resolução CCDFS n.º 225, de 17 de dezembro de 2020	Aprova o Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional , integrante do Programa Casa Verde e Amarela.
2021	Lei Federal n.º 14.118 em 12 de janeiro de 2021	Institui o Programa Casa Verde e Amarela ; altera as Leis n.º 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.100, de 5 de dezembro de 1990, 8.677, de 13 de julho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 11.977, de 7 de julho de 2009, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 13.465, de 11 de julho de 2017, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979; e revoga a Lei n.º 13.439, de 27 de abril de 2017.
	Instrução Normativa n.º 2, de 21 de janeiro de 2021	Regulamenta o Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional, integrante do Programa Casa Verde e Amarela, destinado ao atendimento de necessidades habitacionais e a garantir a segurança de posse de moradia de famílias de baixa renda.
	Decreto n.º 10.793, de 13 de setembro de 2021	Regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública — Programa Habite Seguro , e altera o Decreto n.º 10.333, de 29 de abril de 2020, que aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social.
	Portaria n.º 3.261, de 20 de dezembro de 2021	Estabelece calendário de recepção, seleção e contratação e propostas do Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional, integrante do Programa Casa Verde e Amarela.
2022	Portaria ME n.º 1.683, de 16 de março de 2022	Cria o Programa Aproxima com a finalidade de regulamentar o disposto no art. 7º da Lei n.º 14.118, de 12 de janeiro de 2021.
	Portaria n.º 899, de 25 de março de 2022	Divulga o resultado do processo de seleção de propostas do Programa de regularização Fundiária e Melhoria Habitacional, integrante do Programa Casa Verde e Amarela, aprovado pela Resolução n. 225, de 17 de dezembro de 2020, do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimentos Social (CCFDS), e altera a Portaria MDR n. 3.261, de 20 de dezembro de 2021.
	Portaria SPU/ME n.º 3.723, de 27 de abril de 2022	Regulamenta os procedimentos de indicação, pelos Municípios e pelo Distrito Federal, de bens imóveis da União passíveis de destinação no âmbito do Programa Aproxima.
	Lei Federal n.º 14.474, de 6 de dezembro de 2022	Altera a Lei n.º 9.636, de 15 de maio de 1998, para modificar a forma de reajuste das receitas patrimoniais da União decorrentes da atualização da planta de valores e desburocratizar procedimentos de alienação e registro de imóveis da União, as Leis n.º 11.483, de 31 de maio de 2007, e 13.240, de 30 de dezembro de 2015, e os Decretos-Lei n.º 2.398, de 21 de dezembro de 1987, para dispor sobre as hipóteses em que se aplica o prazo de transferência de imóveis, e 9.760, de 5 de setembro de 1946, para dispor sobre regras de demarcação de terrenos de marinha; e dá outras providências.
2023	Medida Provisória n.º 1.162, 14 de fevereiro de 2023	Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida , altera a Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a Lei n.º 8.677, de 13 de julho de 1993, a Lei n.º 9.514, de 20 de novembro de 1997, a Lei n.º 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, a Lei n.º 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei n.º 14.063, de 23 de setembro de 2020, e a Lei n.º 14.382, de 27 de junho de 2022.

Capítulo 2

Ocupações por moradia na era do desmanche: rebaixamento das condições de vida e precariedades prolongadas

Ocupamos pelos
legítimos direitos
injustamente negados
sonegados

Ocupamos porque
plantamos,
mas não podemos comer
fabricamos,
mas não podemos comprar
construímos,
mas não podemos morar

(...)

Somos muitos
somos tantos e tantas
diversidades amplas
(Lene, 2021, p. 12)

No início do ano de 2018 me preparava para defender minha dissertação de mestrado sobre o Programa Minha Casa Minha Vida Faixa 1, sua relação com a produção do espaço urbano e os indicadores de déficit e demanda habitacionais, partindo do estudo de caso da região sul da cidade de São Carlos⁵⁷. O “combate” ao chamado déficit habitacional havia permitido a construção de milhares de casas e apartamentos para a classe média, via Faixa 2 e 3. Um dos últimos levantamentos no município revelava uma produção de cerca de 17 mil unidades para todas as faixas de renda do PMCMV (Breda, 2018; 2021; 2022).

Concomitantemente a esta super produção, descobri a existência da ocupação “Em busca de um sonho”, com dezenas de famílias vivendo em barracos precários, em situação de vulnerabilidade e lutando para acessar moradia digna. Ao entrar em contato com a ocupação por intermédio do professor do Marcel Fantin (IAU-USP), descobri que naquele mesmo terreno existiu uma ocupação anterior, “José Luís e Rosa Sundermann”. Posteriormente, em 2020, outra ocupação surgiu na região, a “Em busca de uma moradia”, configurando o que chamo de um ciclo contemporâneo de ocupações. Foi a partir da minha entrada na “Em busca de um sonho” que o meu campo de pesquisa se desenhou. As três ocupações se localizam na região sul de São Carlos, onde se concentram parte majoritária da população pobre e vulnerável. Está região comporta cerca de 5 mil unidades produzidas pelo PMCMV, sendo 3 mil voltados para HIS. Toda esta população, cerca de 80 mil pessoas, encontra-se segregada da chamada “cidade consolidada”, sendo conectada a ela por apenas 3 vias (Breda, 2022).

Este ciclo de ocupações está inserido na emergência de um “ativismo urbano” (Frúgoli Junior, 2018), gestado a partir de 2013, que traz um conjunto de coletivos, movimentos sociais e práticas de ocupação voltado para a luta pelo direito à cidade, em um momento de “lutas de emergência” (Mouriaux, 2002). atreladas à sobrevivência e ao plano imediato da vida.

Com a desintegração dos mecanismos institucionais de acesso à habitação social representada pelo PMCMV, há uma reconfiguração dos atores que lutam pela moradia e das suas relações com o Estado. Os agentes mediadores da demanda habitacional foram deslocados e o campo da política habitacional foi transformado. A escala da luta por moradia também foi alterada devido o estado de emergência e precariedade, passando de um “associativismo local”⁵⁸ para “rede de movimento social”⁵⁹, com articulações com diversos agentes,

⁵⁷ Sobre o desenvolvimento histórico e contemporâneo da região, ver Breda (2022).

⁵⁸ Entende-se por “Associativismo local” associações civil, movimentos comunitários e sujeitos sociais envolvidos com causas sociais ou culturais do cotidiano. São expressões e organizações locais e/ou comunitárias da sociedade civil organizada (Scherer-Warren, 2006).

⁵⁹ Segundo Scherer-Warren (2006, p. 113–114), a rede de movimento social “pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas”, ela “transcende as experiências empíricas, concretas,

movimentos e escalas na luta pela visibilidade e conquista de direitos sociais. Estes atores, estas redes de apoio e estratégias de ação passam a se conectar por meio das ocupações por moradia — que ganharam um grande protagonismo nesta última década.

Neste contexto, o capítulo 2 analisa o ciclo de ocupações por moradia que se iniciou em 2014 na cidade de São Carlos. O objetivo é compreender e mapear as estratégias de acesso à casa própria a partir do horizonte possível na era do “último desmanche”. Em outras palavras, trata-se de compreender como a conjuntura política, social, econômica e legal se relaciona com a luta pela moradia. Nos questionamos: quais as estratégias usadas pela população e pelos movimentos sociais para acessar a moradia no contexto do desmanche? Quais previsibilidades institucionais ganharam contorno neste período? Como este campo de ação, redes de movimentos sociais e atores políticos se configuram? Do ponto de vista sociológico, as três ocupações servem como fotografias deste período, cada uma representando um momento específico e as diferentes estratégias de luta, em uma sequência a qual nos permite observar estas reconfigurações.

A ocupação “Sundermann”, iniciada em 2014, foi criminalizada e sofreu um processo violento de reintegração de posse poucos meses depois que surgiu. Cerca de um ano e meio depois, parte dos acampados foram beneficiados através do último empreendimento de HIS produzido pelo PMCMV na cidade.

A ocupação “Em busca de um sonho” se iniciou em 2015, no mesmo terreno da ocupação anterior, buscando seguir seus passos. Entretanto, o horizonte de possibilidades se desintegrava e o acesso ao PMCMV não era mais possível. Uma rede de movimentos foi criada a partir do convite para que o MTST compusesse a ocupação. Por meio do novo quadro legal produzido na era do desmanche, foi possível realizar a urbanização e a regularização fundiária do terreno onde a ocupação se encontra, via Reurb-S. Entretanto, o acesso à moradia encontra-se suspenso e as conquistas chegam a conta-gotas, prolongando as precariedades.

A ocupação “Em busca de uma moradia” surge no contexto pandêmico a poucos metros da segunda ocupação, e tem como horizonte a regularização fundiária e não mais o acesso à

datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos”. (...) “Na sociedade das redes (para usar uma terminologia de Manuel Castells), o associativismo localizado (ONGs comunitárias e associações locais) ou setorizadas (ONGs feministas, ecologistas, étnicas, e outras) ou, ainda, os movimentos sociais de base locais (de moradores, sem teto, sem-terra, etc.) percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania. Neste processo articulatório, atribuem, portanto, legitimidade às esferas de mediação (fóruns e redes) entre os movimentos localizados e o Estado, por um lado, e buscam construir redes de movimentos com relativa autonomia, por outro. Origina-se, a partir desse fato, uma tensão permanente no seio do movimento social entre participar como e através do Estado para a formulação e a implementação de políticas públicas ou em ser um agente de pressão autônoma da sociedade civil”.

moradia via programa habitacional. Do lado da municipalidade, a previsibilidade institucional tornou-se também o instrumento da Reurb-S. Estes processos abriram um precedente local para o município discutir a desafetação em massa de áreas públicas para oferecer ao mercado privado na corrida por fundos do “novo” PMCMV, restituído em 2023.

O distanciamento histórico ainda não nos permite afirmar se a Nova República foi cessada ou apenas suspensa durante os anos de 2016 a 2022 (cf. Rizek; Georges, 2022). Ainda que o atual governo Lula se situe à esquerda dos governos antecessores, a conjuntura e o quadro legal deixado pelos últimos dois governos delineiam o novo horizonte de ação. A partir do campo habitacional, este capítulo também nos permite refletir sobre *O que vem depois do desmanche? Quais as continuidades e rupturas?*

A seguir, apresento em ordem cronológica as três ocupações citadas, relacionando-as com as mudanças na conjuntura que ocorreram na última década e as estratégias colocadas em ação pelas ocupações e movimentos sociais. A seguir, apresento um diagrama para auxiliar o leitor a se orientar cronologicamente.

Figura 5. Conjuntura política, social e legal e o ciclo de ocupações por moradia em São Carlos, 2013–2023

Jornadas de Junho	2013		
Queda das contratações de HIS	2014	José Luís e Rosa Sundermann	Reintegração de posse (maio)
Lançamento dos últimos dois bairros Faixa 1 em São Carlos, Ed. Abdenur e Planalto Verde	2015	Em Busca de um Sonho	Ex-acampados acessam o bairro Planalto Verde (outubro)
Golpe de Estado Governo Temer	2016		
Novo Marco de Regularização Fundiária Reforma trabalhista	2017		Entrada do MTST
Brasil volta para o Mapa da Fome	2018		Proposta de regularização fundiária via Reurb-S (criação de precedente)
Governo Bolsonaro	2019		
Covid-19 Lançamento PCVA	2020	Em Busca de uma Moradia	Início da urbanização do lote
Cozinhas solidárias do MTST Decisão do STF sobre desafetação de áreas públicas	2021		Promessa de regularização fundiária via Reurb-S
	2022		Instalação da Cozinha Solidária do MTST
Governo Lula Retorno do PMCMV Revisão do Plano Diretor de SC (Proposta da PROHAB de transformar desafetação de área pública em política habitacional)	2023		Reurb-S incompleta: ausência da rede elétrica; água e esgoto ainda não foram conectados aos lotes; sem título da propriedade; sem sistema de lazer. Ainda moram em barracos.

Fonte: organizado pelo autor, 2023.

1. Ocupação José Luís e Rosa Sundermann (2014–2014): O Programa Minha Casa Minha Vida como horizonte

1.1 São Carlos: Um novo tempo — maio de 2014

Giroflex, barulho, um caminhão do corpo de bombeiros desce a rua. Em seguida, um carro da Polícia Militar (PM) e mais 4 ônibus da então empresa de transporte público Athenas Paulista seguem enfileirados. Eles estão cheios de PMs. A cena corta, aparecem viaturas de grande porte da PM. Do outro lado da rua, os acampados e apoiadores. Ao fundo um grupo da empresa terceirizada de limpeza urbana ReVita. Faz frio, muitos estão de moletom. Os PMs se enfileiram. Trajam capacetes, cassetetes, armas pesadas, coletes à prova de balas e escudos transparentes — parecem se preparar para a guerra. Um helicóptero da PM voa baixo. No momento da reintegração, muitas pessoas estavam na rua: mulheres, homens e crianças, apoiadores da ocupação, moradores locais, PMs, funcionários da Prefeitura.⁶⁰

São Carlos, bairro Cidade Aracy, ocupação “José Luís e Rosa Sundermann”, 26 de maio de 2014, segunda-feira. A ocupação amanheceu tensa, alguns moradores e apoiadores fizeram vigília pela madrugada. O dia cinza e melancólico dava o tom do que estava por vir. Uma ordem de reintegração de posse fora expedida para aquele dia. Caminhões do corpo de bombeiros, ambulância, peruas da Prefeitura e cerca de 100 PMs e mais 80 Guardas Municipais começam a chegar na ocupação (Ocupação, 2014). Djalma Nery esteve presente e relata sua experiência:

Djalma: A gente sabia que [a reintegração de posse] viria na manhã seguinte, ficamos a noite inteira basicamente acordados, conversando. E aí nos primeiros minutos da manhã, 5h, 6h da manhã começa sobrevoar helicóptero, vem cavalaria, os caralhos, uns bagulhos que eu nunca tinha visto, para reintegrar, sabe, 80 famílias pauperizadas que não tem porra nenhuma. Os caras montam uma puta de uma operação espetacularizada da polícia militar. Deveria ter uns 100 policiais, pessoas a cavalo, pessoas a pé, pessoas de carro. Uma coisa de louco, nunca tinha visto aquilo.⁶¹

Moravam naquele pequeno quarteirão de 20 mil m² cerca de 80 famílias. O terreno, segundo a Prefeitura, tinha como finalidade legal uso institucional e área verde. Todo argumento montado para justificar a reintegração de posse foi em torno da fragilidade ambiental. De fato, grande parte da região sul e sudoeste do município é área de recarga do Aquífero Guarani. Entretanto, esta questão técnica parece não ter sido empecilho para os

⁶⁰ Descrições baseadas no vídeo “Reintegração de posse — Ocupação José Luís e Rosa Sundermann”, com duração de 7 minutos e 1 segundo, postado no YouTube dia 02 de junho de 2014 (Pé de Macaco S/A, 2014).

⁶¹ Entrevista realizada de forma virtual com Djalma Nery no dia 07 de maio de 2021, com duração de 1h36min. Djalma Nery é professor da rede pública estadual de ensino, possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2011), mestrado em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada do CENA/USP — ESALQ (2017). Filiado ao PSOL desde 2012, membro do setorial estadual ecossocialista. Em 2020, foi eleito vereador em São Carlos, sendo mais votado naquele pleito e foi o primeiro candidato do PSOL a ser vereador na história da cidade.

loteamentos que ocorreram na década de 1980, nem a produção de quase 5 mil unidades habitacionais via PMCMV promovida na década de 2010 (Breda, 2018; 2022).

Figura 6. PMs fortemente armados no ônibus de transporte público da Empresa Athenas Paulista, ocupação “Sundermann”, 2014



Fonte: Página no *Facebook* da Ocupação Sundermann. **Autoria:** Mídia Ninja, 26 maio 2014.

Se por um lado a ordem da PM é clara — realizar a reintegração de posse seguindo a ordem jurídica, independentemente da situação dos moradores ou do suplício dos apoiadores; por outro, a própria PM e o órgão de Assistência Social da Prefeitura não tinham a menor ideia para onde os acampados que seriam despejados iriam, revelando uma falta de organização:

Repórter da Mídia Ninja: Para onde vão as famílias?

Major: Nós não temos uma informação precisa! As informações que nós obtivemos foi através da liderança destas famílias e também através da assistência social (Pé de Macaco S/A, 2014).

Enquanto a cena ocorre, aparece uma acampada, cerca de 30 anos, negra, questionando: “o policial deu a certeza que ia tá junto, que ia conversar com família a família para saber aonde ia colocar essas famílias. Aí vocês chegam, e cadê?”. O vídeo corta para uma assistente social, branca, com cerca de 35 a 40 anos.

Assistente social: Eu não participei dessa reunião que estão falando que houve decisão para onde iam [as famílias].

Repórter: Então você, assistente social, não sabe para onde eles vão?

Assistente social: Não, eu vim aqui para atender os casos que não tinham para onde ir. Somente.

Repórter: Não, e aí vai fazer o que com eles?

Assistente social: Não, eu estou ouvindo o primeiro caso.

Repórter: Então, isso que eu quero saber, para onde eles vão? Se você veio para resolver isso...

Assistente social: Mas eu estou ouvindo o primeiro caso dela, eu não conheço os outros.

Repórter: Mas não tem um caso, o caso é que elas não têm lugar para ir. Para aonde que eles vão, essa é minha pergunta.

Assistente social: Não, bem. Os casos são particulares, cada pessoa tá numa situação. Algumas famílias ainda vão para o Serviço Social, fazer um melhor estudo de caso. Eu trabalho assim.

Uma acampada, ao fundo: particular? Mas ta vindo tirar todo mundo! (Pé de Macaco S/A, 2014).

Fica claro que a ação colocada em prática por uma ordem de reintegração de posse não está preocupada com o destino daquelas famílias vulneráveis. Não se interessam pelos motivos que as fizeram ocupar o terreno e nem como vão se virar a partir daquele momento. O Major afirma que a Prefeitura tem responsabilidade em conduzir as famílias, a assistente social não tem a menor ideia do que será feito. A fala — “os casos são particulares” — revela a falta de compreensão do problema de moradia como um problema coletivo e o tratamento feito individualmente enfraquece o movimento como um todo. A acampada indignada fez uma leitura precisa da situação — como pode ser particular se irão retirar todo mundo?

O Major deu o sinal para a polícia avançar. À medida que o trator invadiu a ocupação, pessoas começaram a chorar e se desesperarem. Barracos foram ao chão, alguns outros pegaram fogo. Parte dos acampados levavam o que podiam — pedaços de madeira, papelão, telhas de cimento. Outros entraram na *kombi* da Prefeitura, provavelmente com destino à Secretaria de Cidadania e Assistência Social. PMs vasculhavam os barracos. A fumaça cinza e preta se misturava com as nuvens escuras.

Aparentemente, havia um acordo sobre onde os materiais dos barracos seriam guardados para as famílias. Funcionários da empresa ReVita⁶² desmontavam alguns barracos de forma descuidada. Uma acampada reclamou brava para um funcionário terceirizado: “falaram que iam arrancar e levar tudo intacto, não desse jeito aí!”. Ao final do vídeo apareceu uma mensagem: “as famílias, após terem seus barracos destruídos, foram encaminhadas à Prefeitura, saindo sem a garantia de moradia. (...) ‘São Carlos, um novo tempo’” (Pé de Macaco S/A, 2014).

⁶² ReVita Engenharia Sustentável é uma empresa privada de Engenharia Ambiental e Limpeza Urbana. Em 2010, a empresa ganhou a licitação municipal para executar serviços de limpeza urbana e atividades correlatas pela concessão de 20 anos (Limpeza, 2010).

Figura 7. Reintegração de posse ocupação “Sundermann”, 2014



Fonte: Página no *Facebook* da Ocupação Sundermann. **Autoria:** Mídia Ninja, 26 maio 2014.

A ocupação “Sundermann” teve uma vida curta, apenas alguns meses. Ela surgiu com o objetivo de pressionar o governo local para acessar o PMCMV, que representava o horizonte de possibilidades dentro do campo habitacional naquele momento. Sofreu um despejo violento que mesclou estratégias e ações do Estado e da iniciativa privada. Cerca de um ano e meio depois, parte dos acampados foi beneficiada pelo PMCMV-1, em São Carlos.

A seguir, exploremos a cronologia da ocupação, sua forma de organização e luta, em paralelo com a conjuntura política e social. Esta primeira ocupação servirá de parâmetro para compreendermos as mudanças que ocorreram nos últimos dez anos.

1.2 “Quem ocupa, quer casa!” — fevereiro de 2014

Existem algumas divergências⁶³ em relação à data exata em que se iniciou a ocupação “Sundermann”. Por meio de relatos de dois militantes do PSOL que apoiavam a ocupação, da análise do Processo Jurídico (São Carlos, 2014) e notícias de jornal, estima-se que a ocupação se iniciou em fevereiro de 2014.

⁶³ A reportagem do Jornal Primeira Página indica que “O local foi invadido por várias famílias desde o fim do ano passado [2013]” (Famílias, 2014). Uma reportagem do site JUNTOS! de março de 2014 diz que “Há aproximadamente seis meses, surgiu uma nova ocupação (...)” (Ocupação, 2014). O Boletim de ocorrência anexado ao Processo Judicial indica que a ocupação da área ocorreu em 8 de fevereiro de 2014 (São Carlos, 2014).

No ofício n.º 095/2014, emitido no dia 10 de fevereiro de 2014, escrito pelo Comandante da Guarda Municipal de São Carlos, relata-se que no dia 8 de fevereiro de 2014, cerca de 40 pessoas realizavam a limpeza e demarcação do território com a finalidade de dividi-lo em lotes. Naquele momento, houve a presença de viaturas da PM, mas nada poderiam fazer, uma vez que os moradores apenas limpavam o mato do local, sem que isso causasse prejuízo às árvores — o que poderia acarretar em crime ambiental.

O então comandante relatou que “os líderes do grupo de pessoas [...] se comprometeram a não invadir a área e ficariam no aguardo de uma manifestação da Prefeitura sobre como e onde teriam ‘casas para morar’”. Entretanto, no final do dia, um dos líderes disse que “iriam realmente invadir a área para forçarem a Prefeitura Municipal a uma negociação, negociação esta visando que ‘arrumasse’ moradia para eles” (São Carlos, 2014, p. 11). No dia 09 de fevereiro, a PM constatou a presença de barracos de lonas plásticas. O ofício termina recomendando uma ação de reintegração de posse da área e a fiscalização de possíveis ligações clandestinas de água e energia.

Figura 8. Limpeza e ocupação do terreno, 09 de fevereiro de 2014



Fonte: Foto retirada do processo (São Carlos, 2014).

O desemprego, a falta de moradia e a tentativa frustrada de acesso ao PMCMV motivaram a ocupação do terreno. Em reportagem de 22 de fevereiro de 2014 (São Carlos, 2014, p. 36), a fala de duas lideranças revelam a situação: “não somos bandidos, queremos apenas uma casa para morar”; “Olha, todos aqui são pobres. Eu estou sem emprego, meu marido

também. Se tirarem a gente daqui, não sei o que vai acontecer”. Em reportagem do portal G1, umas das acampadas diz “Não consegui nada no ‘Minha Casa, Minha Vida’” (Terreno, 2014).

A área ocupada pertencia à municipalidade de São Carlos e tinha como finalidade o “uso institucional n.º 6” e “sistema de lazer n.º 20”. Consta-se no processo que não pode haver destinação alterada, conforme os termos do Art. 17 da Lei n.º 6.766/79 (conhecida como a Lei do Parcelamento do Solo Urbano) e o artigo 180, inciso VII, da Constituição do Estado de São Paulo. O argumento da preservação ambiental aparece repetidas vezes no processo para justificar o pedido de reintegração (São Carlos, 2014).

O “Relatório da autoridade policial militar” mostra que uma das primeiras ações do Estado foi realizar um levantamento dos *invasores* para que eles entrassem na lista do programa habitacional (São Carlos, 2014, p. 19):

Área de preservação ambiental da Prefeitura, foi invadida por diversas pessoas que alegam que não tem onde morar e também que não tem condições de pagar aluguel. Já compareceram no local, a Polícia Ambiental, e um representante da Prefeitura, onde já foram colhidas diversas assinaturas das pessoas que invadiram para entrar na lista do programa habitacional.

Naquele momento, estavam em construção dois bairros PMCMV-1 em São Carlos — Eduardo Abdenur e Planalto Verde —, totalizando quase 2 mil unidades habitacionais. Ambos foram inaugurados em 2015. Posteriormente, nenhum bairro de habitação social foi construído na cidade. Isso se deve à queda de contratações para a Faixa 1, desde 2014, como demonstrado no capítulo 1. Os acampados buscavam pressionar o município para serem assistidos pelo programa. Mesmo com as promessas do cadastro realizado pela Prefeitura, eles sabiam que não havia garantia de atendimento, pois uma vez que os bairros fossem inaugurados, milhares de pessoas participariam de um sorteio para poder ter acesso à casa. Assim, decidiram se organizar e continuar a luta por moradia.

1.3 Identidade, redes e resistência

No final de fevereiro, a Justiça emitiu um mandado de reintegração de posse. Pressionada, a ocupação começou a se organizar para resistir. Era preciso se fortalecer internamente e buscar apoiadores externos que colaborassem na luta. Foi a partir de um protesto⁶⁴ realizado na Prefeitura que a ocupação acabou chamando a atenção de militantes do PSOL, como relata Djalma Nery:

⁶⁴ Detalhes deste momento podem ser conferidos em reportagem local (Mesmo, 2014) e em vídeo postado no Canal do YouTube de Yurian Carneiro, intitulado “Movimento Sem Teto Antenor Garcia São Carlos” (Yurian Carneiro, 2014a). Yurian, na época, era estudante do curso de Imagem e Som, pela UFSCar.

Djalma: E aí eu lembro que em 2013 [2014] teve uma manifestação que deu o maior *bafafá* assim, porque a galera não foi recebida [pelo Prefeito], deu um tumulto na porta [da Prefeitura] e tal, e eu fui nesse dia na Prefeitura pessoalmente encontrar o pessoal. (...) E a galera toda revoltada e tal, e a gente foi lá justamente pra fazer esse contato, pra chegar junto, pra conhecer, pra se colocar à disposição. (...) a gente trocou telefone, e eu falei “ó, eu vou lá conhecer de perto, então beleza”. Aí no dia seguinte eu fui lá, eu peguei o telefone dos líderes. No dia seguinte (...) fomos lá eu, o D. e o Lucas Beco... (...), na época todo mundo do PSOL, todo mundo num grupo bem coeso e organizado e tal. E naquele momento começou a rolar uma vinculação mais orgânica da ocupação com o partido, assessoria do Flávio Lazarotto. (...) E a partir desse meio tempo a gente começou a fazer o acompanhamento, e a gente começou, inclusive, a fazer reuniões, a ajudá-los a assessorá-los nessa organização coletiva. (...) A gente fazia a assembleia na rua, juntava 60, 80, 100 pessoas, porque começou a aumentar o número de procura. O Flávio continuou prestando a consultoria, a assessoria jurídica gratuita, militante.

A entrada dos militantes do PSOL foi fundamental para a estruturação da ocupação, tanto em termos de tecnologias sociais, quanto pelo amparo jurídico oferecido pelo advogado e militante do PSOL, Flávio Lazarotto. Relato de outro militante do PSOL, Lucas Beco⁶⁵, também aponta para o papel do partido na organização:

Lucas: Quando a gente soube, na época, ela já tinha acontecido. Ela era uma ocupação espontânea, que não tinha nenhuma liderança assim, nenhum movimento organizado tipo MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Eram umas pessoas, que por motivos que levam as pessoas a irem para uma ocupação, em geral: apertou as contas, não tem grana para pagar o aluguel. Fica entre o aluguel ou comprar comida. (...) Fomos lá muito no sentido de prestar solidariedade, (...) dar apoio jurídico.

O PSOL teve um importante papel na organização e na assistência jurídica. Colaboraram com as assembleias, na construção de uma identidade para a ocupação, organização de protestos e promoção de redes entre outros coletivos e movimentos, como relata Lucas:

Thalles: E você sabe quando que mudou o nome? Estava “Movimento Sem Teto”, no começo. Ai depois começa a vir com este nome... Você lembra como que foi este processo e por quê?

Lucas: É bem este processo, porque antes era uma ocupação espontânea, não tem tipo uma organização ou movimento social ajudando a organizar. Acho que isso de colocar um nome, um nome de uma referência histórica, é muito mais das organizações. Então, a gente ajudou a fazer a ocupação, aí falou: “*pô*, seria legal se tivesse um nome, fazer uma página [no *Facebook*]”. Então, a gente começou a ajudar a estruturar. E nisso, uma das assembleias se colocou o nome. No começo era a ocupação “Sem Teto do Antenor”. Não nasceu

⁶⁵ Entrevista realizada com Lucas Beco no dia 30 de agosto de 2018, com a participação da colega e pesquisadora Fernanda Mallak, com duração de 54 min. Lucas Beco, 30 anos (2021), engenheiro ambiental (USP-São Carlos) com especialização em educação ambiental. Filiado ao PSOL desde 2012, professor e coordenador da Rede Emancipa em São Carlos. Foi militante do Juntos!, diretor do CAASO (2011–2012, Centro Acadêmico Armando de Salles Oliveira) e do DCE-USP (2012–2014, Diretório Central dos Estudantes).

ocupação “Rosa e Zé Luís Sundermann” por que não tinha tudo uma organização estruturada.

(...)

A gente sempre dá estas sugestões para a ocupação ter visibilidade, né! Como a ocupação é uma forma de pressionar o poder público, de dar visibilidade. Porque quando tem visibilidade, é muito mais difícil de chegar à Prefeitura lá e passar o trator e ninguém sabe, ninguém viu. Então, a gente enquanto organização entende que ter uma página no *Facebook*, compartilhar, fazer vídeo. Que nem aquele que eu te mandei no *YouTube*. Foi um documentário ali que o pessoal, né, da [graduação em] Imagem e Som [da UFSCar — Universidade Federal de São Carlos] na época. Até tem um menino que eu reconheci aí que era da Imagem e Som, o Yurian. E aí ele ajudou a fazer aquele vídeo, porque isso ajuda a dar visibilidade para a luta e é de certa forma uma segurança. Mais política do que jurídica, mas é uma segurança para o movimento.

O nome escolhido tem a intencionalidade de criar uma identidade para a ocupação, assim como fortalecer sua posição política frente à sociedade e ao poder público. José Luís e Rosa Sundermann⁶⁶ tiveram uma trajetória de militância na esquerda até serem assassinados em São Carlos, em 1994. Todas as circunstâncias indicam para um crime político que nunca foi propriamente investigado (23 Anos, 2017). O nome da ocupação está diretamente ligado às lutas por direito social e ao enfrentamento dos grupos hegemônicos.

As mídias sociais também se mostraram como uma importante ferramenta de luta, uma vez que as mídias hegemônicas costumam dar pouca atenção as pautas de grupos marginalizados. Cada vez mais movimentos sociais têm investido nas mídias sociais como canal de visibilidade e produção de uma narrativa contra hegemônica. As duas outras ocupações também seguiram este caminho como forma de construir a legitimidade de suas demandas, publicando o dia-a-dia da luta, as articulações e conquistas. Divulgam eventos, parceiros e formas como a população pode auxiliar os acampados.

Em termos de rede e resistência, a ocupação Sundermann se relacionou com diversos coletivos, partidos de esquerda e estudantes universitários. Embora não seja possível pontuar todos os grupos envolvidos, alguns se destacaram nas falas dos entrevistados ou nas postagens

⁶⁶ José Luís e Rosa Sundermann foram militantes do então recém-criado partido PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados). Ambos atuavam nas lutas na região de São Carlos, enfrentando grupos políticos, oligarquias rurais e liderando greves dos cortadores de cana. José Luís era dirigente do Sindicato dos Servidores da UFSCar e da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil. Rosa era dirigente da Convergência Socialista da região (23 Anos, 2017).

do *Facebook* na página da ocupação. São eles: PSTU, PSOL, Levante Popular da Juventude⁶⁷, o Juntos!⁶⁸ e a ANEL⁶⁹.

Ainda que a Universidade não apareça de maneira institucional, ela desempenha um papel fundamental. Muitos militantes presentes nos partidos e coletivos são universitários e utilizam das estruturas “públicas” para o seu engajamento político, como a inserção no DCE ou CAASO. Assim, a criação, o fortalecimento e a manutenção dos movimentos sociais em São Carlos devem-se muito aos milhares de jovens que chegam todos os anos, de todos os cantos do país, para estudar na USP e na UFSCar. Lucas Beco, por exemplo, era estudante universitário da USP, filiado ao PSOL, participou do Juntos!, coordenou a Rede Emancipa e foi diretor do CAASO e do DCE-USP.

Esta rede de relações pode ser vista por meio de uma série de postagens na página do *Facebook* da ocupação. No dia 17 de abril de 2014, uma postagem com foto continha a seguinte mensagem: “Unidade na luta por moradia digna: PSOL, JUNTOS, PSTU e ANEL”. Outra postagem no dia 21 de março de 2014 ilustra o argumento do papel destes grupos na construção de identidade, na criação de redes e resistência:

Na luta pela nossa moradia **encontramos companheiro de combate que com sua experiência nos movimentos sociais estão nos auxiliando na tarefa de organizar e politizar as ações e o debate sobre moradia na cidade**, convivendo, trocando, ensinando e aprendendo. Unidos somos mais fortes, **agora não somos mais aqueles esquecidos que moram no fundo do Antenor**, mas um movimento com **identidade** que vai para além de nós e das nossas reivindicações, a luta por transporte justo, uma saúde digna, uma educação de qualidade e uma sociedade mais justa se somam e fortalecem a nossa luta, organizar, estudar e lutar essa foi a grande contribuição de nossos companheiros: JUNTOS, PSOL, PSTU, ANEL, APEOESP, Rede Emancipa, Transporte Justo, Servidores na Luta e agora o DCE-UFSCar e CAJAR, vamos juntos até a vitória final (destaque meu).

⁶⁷ O Levante Popular da Juventude é uma organização de jovens militantes — secundaristas e universitários — voltada para a luta das massas em busca de uma transformação estrutural da sociedade brasileira. As pautas vão desde as torturas cometidas durante a ditadura militar, a luta pela juventude negra periférica, contra a violência policial, por educação, passe-livre, etc. Consideram pertencentes ao campo da esquerda e do projeto popular. O grupo se organiza desde a década de 2000, com fundação oficial em 2006, no Rio Grande do Sul. Entre 2011 e 2012, o Levante se nacionalizou. Dados disponíveis em: <https://levantepopular.org.br/>. Acesso em: 29 maio 2023.

⁶⁸ Juntos! É um coletivo de juventude que busca transformação social e se localiza no campo da esquerda. Foi fundado em 2011, inspirado na Primavera Árabe, nos Indignados da Espanha e no movimento *Occupy Wall Street*. Participou nas Jornadas de Junho de 2013. Em 2014, apoiou a campanha à presidência de Luciane Genro (PSOL) e, em 2018, elegeu três deputados federais do Juntos! — Sâmia Bomfim, Fernanda Mechionna e David Miranda, todos pelo PSOL. O coletivo está presente em Diretórios Estudantis, Centros Acadêmicos e Grêmios escolares, dentre outros espaços. Dados disponíveis em: <https://juntos.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 29 maio 2023.

⁶⁹ A Assembleia Nacional dos Estudantes Livres, foi criada em 2009 pelo PSTU, visando fazer frente a UNE (União Nacional dos Estudantes). A ANEL se apresenta como uma alternativa de organização nacional do movimento estudantil, não se sujeitando a nenhum governo, como eles acusam a UNE de fazer. Dados disponíveis em: <https://www.pstu.org.br/anel-de-onde-veio-essa-ideia/>. Acesso em: 29 maio 2023.

Figura 9. Grupos políticos e moradores da ocupação “Sundermann”, 2014



Fonte: Página no *Facebook* “Ocupação José Luís e Rosa Sundermann”. **Autoria:** desconhecida, 17 mar. 2014.

Em um ato de resistência, no dia 8 de abril de 2014, a ocupação iniciou a construção de sua sede, contando com a ajuda do Assentamento Nova Esperança, que doou madeira para construção. Em meados de abril, a ocupação recebeu os companheiros do Movimento Anchieta de Luta — Grajaú (São Paulo) — para que pudessem colaborar com a construção da sede. Segundo relatos⁷⁰ de uma liderança do movimento do Grajaú e de um apoiador que estiveram presentes neste dia, foram os militantes do PSOL de São Carlos que organizaram este encontro. A própria liderança do Movimento Anchieta era filiada ao PSOL na época. Posteriormente, as lideranças da ocupação “Sundermann” também foram visitá-los no Grajaú (SP).

O encontro aconteceu “para uma troca de forças, ajuda e conhecimento que se buscava entre as ocupações na época para manter a ocupação de pé, o povo ativo, o povo na luta”. A ocupação do Grajaú era recente e também sofria com o processo de reintegração de posse. Esta ideia é expressa no discurso realizado pela liderança do movimento Anchieta de Luta, que pode ser conferida no vídeo postado no mesmo dia por Yurian Carneiro, intitulado “Encontro de Ocupações e protesto Antenor Garcia São Carlos” (Yurian Carneiro, 2014b).

⁷⁰ Transmitidos a mim em 2021, via WhatsApp, pelo professor Caio Amore, ao qual registro meu agradecimento.

Figura 10. Encontro entre ocupações e construção da sede



Fonte: Página no Facebook “Ocupação José Luís e Rosa Sundermann”. **Autoria:** desconhecida, 12 abr. 2014

Esse encontro nos revela mais do que um momento de ajuda material e confraternização. É marcado pela troca de experiências de ensinamentos e metodologias de ocupação e pressão política. É um momento de fortalecimento das lutas e da superação de um “associativismo local” rumo à construção de “redes de redes”, que buscam se relacionar entre si para o empoderamento destes grupos e suas demandas. A construção destas redes torna-se mais comum na medida em que há meio técnicos para concretizá-las, como o advento das mídias sociais (Scherer-Warren, 2006).

Ambas as ocupações, de Grajaú e de São Carlos, são bastante reveladoras do seu contexto. Elas nasceram de modo autônomo no chamado “boom das ocupações”. Em poucos meses, centenas de ocupações espontâneas surgiram na capital⁷¹, por exemplo, frutos tanto da convulsão social aberta pelas Jornadas de Julho de 2013, como pela alta dos aluguéis puxados pela especulação imobiliária (Kachani, 2014). Este cenário, em menor escala, parece ter se refletido no interior. A ocupação “Sundermann” inaugurava um ciclo contemporâneo de ocupações em São Carlos.

1.4 Criminalização do movimento e legitimação da desapropriação de posse

Em 02 de abril de 2014, o oficial de justiça comunicou que foram

⁷¹ Entre 2011–2012, São Paulo contava com cerca de 257 ocupações, atingindo 681, em 2014 (Falchetti, 2022).

exauridos os meios de solucionar o problema amigavelmente, já que, inicialmente, funcionários da PROHAB compareceram na área para efetuar um cadastramento das pessoas que ocupavam o local e perceberam que, além dos “reais” ocupantes, também compareceram ali, vários moradores das proximidades a maioria, já cadastrada em algum programa habitacional. Após, houve conversas com os ocupantes, mas, sem qualquer decisão favorável. Foi então decidido que, a Prefeitura não poderia beneficiar quem cometeu o ato de ‘esbulho’. Assim, neste dia, declarou o Dr. J. M. que, será executada a medida, bastando para isso agendar a data e comunicá-la a ele (...)” (São Carlos, 2014, p. 76).

A narrativa apresentada pelo oficial de justiça visou legitimar a reintegração de posse a partir de três argumentos. O primeiro, ilustrado pela frase “foram exauridos os meios de solucionar o problema amigavelmente”, indica que as negociações foram cessadas e o uso da força para resolver a situação deve ser acionada.

O segundo argumento sugere a presença de pessoas com intenção de fraudar o cadastro habitacional a partir da ideia dos “reais” ocupantes e daqueles já inscritos em programas habitacionais. Entretanto, é preciso apontar que o cadastro referido pelo oficial de justiça foi realizado nas imediações da ocupação mediante um chamamento da população e não de uma visita *in loco*, de porta em porta (São Carlos, 2014), o que pode ter atraído mais pessoas para além da ocupação, levando à acusação de tentativa de fraude de não-acampados. Entretanto, este foi um erro de metodologia da PROHAB e não dos acampados.

Relacionado com esta ideia, o terceiro argumento repousa no fato de que o único canal legítimo de reivindicação plausível de moradia de habitação social é via cadastro habitacional. O cadastro habitacional aparece como um elemento apaziguador das reivindicações e do conflito. O discurso do oficial faz parecer que o simples fato de a população sem moradia estar cadastrada resolveria a questão habitacional. Baseado neste conjunto de argumentos, buscou-se legitimar a desapropriação de posse.

Esta narrativa se insere em uma conjuntura produzida pelo PMCMV. O programa criou uma previsibilidade de acesso à HIS que indicava dois caminhos legítimos: I) o cadastro individual na Prefeitura e, posteriormente, o sorteio das unidades prontas; II) o acesso ao PMCMV-Entidades por meio de uma Entidade Organizadora. Ambos os caminhos são institucionais e nenhum deles prevê mobilizações e pressão social “de baixo” ou “por fora”. Aos olhos do Estado, só havia uma alternativa para os acampados da “Sundermann” — se cadastrarem na lista de espera do PMCMV.

Assim, as demandas por moradia organizadas pela própria população são deslegitimadas e criminalizadas. Miagusko (2012) mostrou como este mecanismo de deslegitimação dos movimentos sociais também entrou em operação no final do século passado,

em que os movimentos que não aderissem à entrada para institucionalidade a partir de mecanismos de gestão, estavam condenados à criminalização. Neste sentido, ainda que os movimentos agissem dentro da lei, a conjuntura social, que reflete um horizonte de ação e expectativas no qual a sociedade ou movimentos sociais podem agir, não estava favorável.

No dia 15 de abril de 2014, uma postagem na página do *Facebook* da ocupação indicou que a Prefeitura, via assessoria, abriu “um cadastro para os ocupantes do terreno se inscreverem para receber auxílios como cesta básica e aluguel social. (...) e os ocupantes não serão removidos para outros imóveis durante o período de espera pelas casas populares e a área terá de ser desocupada.”. Após relatar o comunicado, a postagem lembra que os ocupantes já realizaram “cadastros em todos os cantos da Prefeitura possíveis [que] dá para encher um livro”. Criticaram também a falta de detalhes e critérios para os ditos benefícios.

O auxílio aluguel muitas vezes é utilizado pelo poder público local como uma ferramenta de desmobilização da luta política. Raramente é oferecida para todas as famílias, ao mesmo tempo que também não é possível descartar o auxílio oferecido. Disputas entre os acampados para acessar o benefício tem o potencial de produzir uma racha na ocupação.

No final de abril, a ocupação tomou ciência que a reintegração de posse viria em breve. Em 5 de maio, o advogado Flávio Lazzaroto entrou com um pedido de suspensão da reintegração de posse, argumentando o direito à moradia previsto na Constituição de 1998. Reforçou que a administração pública deveria se guiar pelo caminho do diálogo e não pelo uso da força policial, e que “não há qualquer preocupação com o destino dos munícipes sem moradia por parte da administração pública e também não houve por parte da MM Julgadora de 1º grau” (São Carlos, 2014, p. 54–56).

No dia 6 de maio, uma publicação no *Facebook* da ocupação com o título “Dia de luta e vitória na Câmara Municipal”, relata que, após meses, conseguiram que o poder legislativo criasse uma Comissão Parlamentar de Negociação (Sem-Teto, 2014). Neste mesmo dia, durante a reunião na Prefeitura, houve o pedido de suspensão da liminar de reintegração de posse e que o município solicitasse ao Governo Federal um percentual das casas destinadas ao programa Minha Casa Minha Vida, segundo critérios estabelecidos na Portaria 595, de 13 de dezembro de 2013, do Ministério das Cidades. Esta portaria possibilita que o poder público local indique famílias que vivem em assentamentos irregulares e/ou áreas de riscos para serem contempladas com unidades habitacionais, sem passarem pelo sorteio.

Os planos para a reintegração de posse caminhavam rapidamente. A única possibilidade em que os acampados se apegaram foi na Portaria 595 — o que acabou se concretizando...

cerca de um ano e meio depois da reintegração de posse violenta. Entretanto, não havia nenhuma garantia que as famílias acessariam o PMCMV, como relata Djalma:

Thalles: No dia da reintegração de posse as famílias não estavam garantidas se elas iam ou não para o PMCMV?

Djalma: Não. Foi uma coisa assim: se virem e depois a gente vai ver quando vocês vão.

(...)

Uma boa parte dos moradores acabou indo para casa de familiar, um ou outro receberam auxílio aluguel, mas a grande maioria conseguiu se estabelecer em um local de amigos ou familiar.

No documento “Decisão-Mandato”, anexado ao Processo Judicial, a pressa na reintegração é evidente:

Além disso, há o perigo da demora, pois há risco de que mais famílias se desloquem para o local, desvirtuando a sua finalidade, em ocupação desordenada, sem qualquer infraestrutura sanitária, com prejuízo à população limdeira, que fica impedida de usufruir do local, além da possibilidade da ocorrência de desordem (São Carlos, 2014, p. 38).

O objetivo da reintegração de posse era desocupar o terreno e acabar com a articulação política da ocupação, que estava sendo utilizada como uma forma de pressão política para acessar as políticas habitacionais. Aos olhos da Justiça, da Prefeitura e da PM, a ação foi bem sucedida. O Jornal Primeira Página, no dia 1º de julho, noticiou que passados mais de 30 dias depois do processo de reintegração de posse, as

(...) famílias que ocupavam os 150 barracos, em sua maioria, já não mantém mais contato com a liderança do movimento, “Algumas ficaram pelo bairro, se arrumaram na casa de parentes, mas com a maioria não temos contato”, disse a líder do Movimento da Ocupação José Luis e Rosa Sundermann, Rita [nome fictício]. Ela mesma teve de dar um rumo à vida para não desamparar a família. Atualmente, ela está em uma construção aos fundos da casa do tio do marido. “Fizemos o contrapiso e entramos” (Famílias, 2014).

No dia 22 de maio, uma das últimas postagens no *Facebook* antes da reintegração traduz o sentimento de revolta e frustração daquelas pessoas que não tinham garantia de onde iriam morar:

A verdadeira “Capital da tecnologia”!

Não, não é justo que na dita Capital da Tecnologia pessoas não tenham onde morar!

Não, não é justo que ao lutar pelo seu direito à dignidade a população tenha como resposta a truculência da Prefeitura e da PM.

Não é justo que um terreno há anos abandonado pelo município e sem qualquer serventia não possa abrigar, mesmo que temporariamente, essas pessoas que não tem para onde ir.

Não é justo que em 3 dias todas as famílias tenham que se virar para arranjar um novo “teto”.

Não é justo que a Prefeitura não ceda para evitar cenas terríveis em nossa cidade, contra nossa população.

Não é justo que a Prefeitura não assuma responsabilidade e não se movimente para que essas pessoas tenham onde se abrigar a partir do dia 26 (segunda-feira)

Altomani, a culpa é sua.

FORA ALTOMANI.

As publicações posteriores são de fotos, especialmente o álbum intitulado “Nossa luta ainda não acabou (fotos da Mídia Ninja)”, postado no dia 26 de maio de 2014. Voltamos, então, ao início desta seção, com as cenas da reintegração de posse.

A ocupação Sundermann se iniciou de modo espontâneo, ganhou corpo e se organizou com o apoio de partidos políticos e movimentos sociais da juventude de esquerda. Mesmo com todos os esforços, a reintegração de posse chegou e atingiu seu propósito específico: recuperar uma área abandonada pelo próprio Estado e desarticular o movimento político da ocupação. Porém, a luta não foi em vão e tiveram ao menos dois desfechos importantes.

O primeiro se refere a que grande parte dos acampados, no final de 2015, foram contemplados com casas no bairro Planalto Verde, financiado pelo Programa Minha Casa Minha Vida Faixa 1, por meio da Portaria 595/2013. Ao consultar a “lista hierarquizada” de beneficiários do bairro Planalto Verde⁷², 137 beneficiárias aparecem nos primeiros lugares com a observação “Risco/Vulnerabilidade”. Dentre as beneficiárias é possível achar o nome da líder Rita. Desde o início, o horizonte da ocupação foi a conquista da casa própria por intermédio do Programa Minha Casa Minha Vida, o que acabou ocorrendo a partir da pressão feita pelos acampados e pelo apoio jurídico do PSOL.

Durante a espera pela casa, que durou cerca de um ano e meio, algumas famílias tiveram acesso a um auxílio aluguel. Segundo notícia do site oficial da Prefeitura de São Carlos, depois da desapropriação, 45 famílias deveriam ter os documentos aprovados para receber um auxílio aluguel no valor de R\$ 140 a R\$ 622, válido por seis meses e com possibilidade de extensão até um ano (Prefeitura, 2014).

O segundo desfecho se refere à toda experiência e vivência ocorridas naquele lugar que inspiraram as duas outras ocupações que viriam a se instalar naquela região: a ocupação “Em busca de um sonho” (2015), que se instalou exatamente no mesmo lugar; e a ocupação “Em

⁷² Dados disponíveis em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/images/stories/pdf/Lista%20Habilitados%20-%20Residencial%20Planalto%20Verde%20-%20Final.pdf>. Acessado em: 11 maio 2021.

busca de uma moradia” (2020), que se instalou em um terreno muito próximo. Ainda que a ocupação enquanto movimento de luta tenha acabado, os atores, as redes de atuação e a incipiente “rede de movimentos sociais” presentes acumularam aprendizados que foram fundamentais para as conquistas das ocupações que estavam por vir. Como apontado por Scherer-Warren (2006, p. 113), a ideia de rede de movimento social é um “conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações e movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivo”.

A construção destas redes é um reflexo da ausência de subsídios e financiamentos habitacionais na escala federal, que reverbera em um esvaziamento institucional local, abrindo caminho para a ação de atores e movimentos sociais. Estes atores fazem o caminho inverso das fontes de subsídios, partindo do local e articulando-se com outros atores e grupos sociais, em diferentes escalas, na luta pela moradia, reconfigurando o campo de ação da política habitacional. No contexto do desmanche, a luta pela moradia se desliza dos mecanismos institucionais e locais de acesso à moradia, como a PROHAB, para outros atores de mediação em outras escalas.

2. Ocupação “Em busca de um sonho” (2015): desmanche do horizonte de possibilidades

A ocupação “Em busca de um sonho” surgiu de modo espontâneo em meados de 2015, aproximadamente um ano e meio depois do processo de reintegração de posse da primeira ocupação. Os motivos que levaram ao seu surgimento são corriqueiros — a escolha entre pagar o aluguel ou comer, o desemprego, a coabitação familiar, o despejo. A ocupação pode ser dividida em dois ciclos. O primeiro refere-se à auto-organização, o apoio do PSOL, o PMCMV como horizonte e a liderança de Pereira e sua esposa. O segundo ciclo é marcado pelo reconhecimento do declínio das políticas habitacionais, pela busca de novas estratégias, a entrada do MTST e uma relativa perda de autonomia local, a reorganização dos quadros de liderança e, por fim, a conquista da regularização fundiária e urbanização já sob o marco da Lei Federal 13.465/2017 e o PCVA.

Esta trajetória reflete a passagem entre as expectativas e os mecanismos institucionais de acesso à moradia promovidos sob o governo do Partido dos Trabalhadores para o contexto de desmanche promovido no pós-2016. Pode-se destacar que durante esse período houve um crescimento exponencial das taxas de desemprego, somados à mais uma camada de desmanche

das formas de empregos formais promovidos pela Reforma Trabalhista (Lei Federal n.º 13.467, de 2017), no governo de Michel Temer (2016–2018)⁷³.

2.1 Conjuntura política e social: “emprego e moradia no Brasil não existem mais”

Cássia: Meu marido já trabalhou muito registrado, bastante, já trabalhou em firmas, já se empregou bastante. Mas hoje em dia caiu bastante. De uns anos para cá nunca mais ele registrou. Por isso que eu vim para cá, porque eu morava de aluguel aí em frente, ali [sentada em seu barraco, ela aponta para a casa do outro lado da rua em que costumava morar]. É bem aqui em frente. Ainda não tinha nem o povo que tinha aqui. Aí eu morava de aluguel, meu marido ficou desempregado, aí o dono pediu a casa. Eu falei pro vizinho que eu ia carpir um pedaço aqui e ia morar aqui. Aí eu vim carpir e vir morar.

(...)

[hoje] meu esposo trabalha, é ajudante de pedreiro. (...) é bico, faz uns 3 anos que ele não trabalha registrado. Emprego tá difícil. Emprego e moradia no Brasil não existem mais.⁷⁴

Cássia, 35 anos, branca, “do lar”, “amasiada” há 17 anos com o pai de seus 4 filhos (16, 12, 10 e 4 anos) e beneficiária do Bolsa Família desde 2010. Em 2003, migrou de São Luís do Maranhão para São Carlos com seu marido (36) e o filho de 1 ano, logo depois que sua mãe e seu padrasto haviam migrado para a mesma cidade. O destino foi o bairro Cidade Aracy — polo de imigrantes pobres de diversos estados, especialmente Minas Gerais, Paraná e estados do Nordeste (Silva, 2007). Cassia foi a primeira acampada da ocupação.

O drama vivido pela família de Cassia se repete entre os acampados: a demissão do emprego registrado, a busca constante por trabalho, o bico, a informalidade, a precariedade. Em um levantamento realizado em julho de 2017 pela Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social de São Carlos junto às famílias da ocupação, revelou que dentre um universo de 149 famílias/pessoas, apenas 22 estavam inseridas no mercado de trabalho formal e 127 estavam desempregadas. Dentre os desempregados, 25 estavam desempregadas entre 1 a 12 meses; 23 entre 12 a 24 meses, e 79 a mais de 24 meses. Em relação à renda, das 163 famílias/pessoas que declararam, 74 delas vivem com até 1 salário mínimo; 33 entre um e dois salários mínimo e 56 são beneficiárias do auxílio econômico emergencial. Em relação ao tempo que as famílias estão morando na ocupação, de um universo de 130 famílias/pessoas, 28

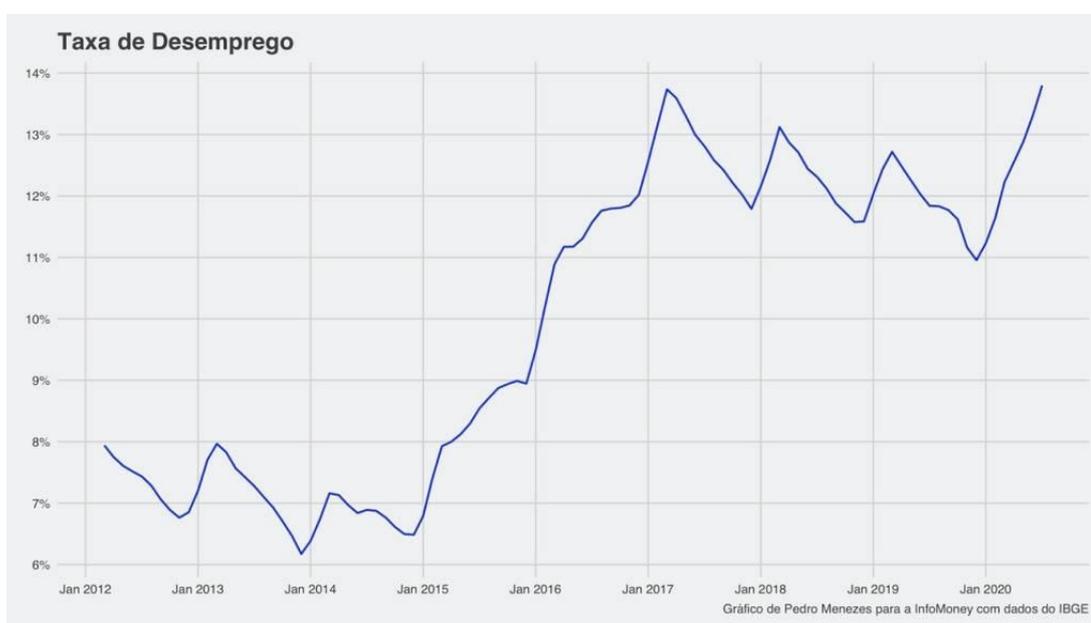
⁷³ De modo geral, a reforma trabalhista agravou as condições de trabalho, promovendo ainda mais formas de terceirização, flexibilização, trabalho intermitente, subemprego, sub-remuneração e insegurança do trabalhador. A contribuição sindical se tornou facultativa, fragilizando os sindicatos. A reforma atendeu exclusivamente aos interesses do setor patronal. Em termos gerais, ela representou o desmonte do horizonte da proteção trabalhista (Braga, 2018). Ver mais em Galvão *et al.* (2017) e Krein, Oliveira E Filgueiras (2019).

⁷⁴ Entrevista realizada com Cássia no dia 17 de agosto de 2018, com duração de 44 minutos.

estavam há menos de 6 meses, 46 cerca de 6 meses a um ano, e 56 a mais de um ano (São Carlos, 2014, p. 368–380).

Estes dados revelam de maneira clara como a situação de moradia está imbricada com as formas de trabalho⁷⁵. No momento em que o desemprego começou a crescer, a partir de 2014 (ver Gráfico 5), muitas pessoas passaram a recorrer às ocupações como forma de moradia. Os dados citados revelam que entre julho de 2016 a julho de 2017, cerca de 74 famílias se mudaram para a ocupação, superando o número de famílias que moravam lá antes.

Gráfico 5. Evolução da taxa de desemprego no Brasil, de 2012–2020, em %



Dados: IBGE. **Fonte:** Menezes (2020).

A instabilidade do emprego precário e o desmanche dos mecanismos de proteção social pós-2016 levaram centenas de milhares de famílias a ocuparem terrenos e construir seus barracos. Segundo dados da Prefeitura de São Paulo, em 2018, cerca de 46 mil pessoas moravam em locais ocupados irregularmente devido ao desemprego e à alta do preço dos aluguéis (Ramalhoso, 2018).

Na época da entrevista, Cássia morava há cerca de 3 anos na ocupação. Durante este período, o cadastro dela foi atualizado junto à PROHAB: “já tenho 3 cadastros lá [na PROHAB], mas ainda não deram nenhuma resposta”. Assim como ocorreu na primeira ocupação, a PROHAB e as assistentes sociais do município realizaram diversos cadastros dos

⁷⁵ Sobre as imbricações entre moradia e trabalho, ver também Rizek (2012), Araújo-Filho (2021; 2023).

acampados, mas sem verba federal para realizar qualquer projeto habitacional, ele não tem serventia. Ademais, a ideia de realizar um cadastro parece ser utilizado pela Prefeitura para dizer que algo está sendo elaborado, mas, na verdade, nenhuma ação concreta é tomada.

Observa-se como a combinação dos fatores de alta de desemprego, gestão da produção e distribuição das unidades habitacionais e o desmanche das políticas habitacionais se relacionam direto com o surgimento e continuidade das ocupações por moradia em São Carlos. Em outras palavras, as transformações no mundo do trabalho somadas ao horizonte de possibilidade de acesso à moradia produzem circunstâncias que empurram as famílias para as ocupações. Cássia foi a primeira. Posteriormente, outras pessoas foram chegando e se organizando para pressionar o município. Inspirados pela ocupação “Sundermann”, eles começaram a se mobilizar para acessar o PMCMV.

2.2 Experiências que inspiram: o Programa Minha Casa Minha Vida como horizonte

A região onde a ocupação se encontra é uma das mais vulneráveis de São Carlos. Se olharmos para o cadastro realizado pela Prefeitura junto a primeira ocupação, é possível constatar que a maioria dos acampados moravam de aluguel ou casa cedida na região da grande cidade Aracy, indicando uma predominância de uma demanda local (São Carlos, 2014, p. 64).

A demanda local foi um fator que colaborou para que a ocupação “Em busca de um sonho” tenha surgido exatamente no mesmo lugar da ocupação “Sundermann”, através da experiência de sucesso dos acampados anteriores e da construção de uma incipiente rede de movimentos sociais. Nas palavras de Cássia:

Cássia: (...) Antes dessa tinha (outra ocupação), mas eles [a Prefeitura] tiraram e o povo ganhou casa lá no Planalto Verde. (...) Aí deixaram o terreno liberado, eu vim e entrei.

(...)

Thalles: E você conheceu o pessoal da outra ocupação?

Cássia: Eu tive vários colegas que ocupou e ganhou. Conheço, tive vários colegas que morou e ganhou.

(...)

Cássia: Na primeira ocupação ele ajudou [referindo-se a um militante do PSOL], aí a menina que era líder na primeira ocupação, falou pra gente se a gente queria ajuda deles [PSOL]. A gente aceitou. Foi o ponta pé inicial, que aí eles arrumaram papel, que levou pra justiça, botou isso e aquilo no pau, porque moradia é um direito, e a gente não sabia disso, né! (...) É, bem no comecinho, eles [o PSOL] tão desde o começo aqui. (...) Por causa deles que isso aqui firmou. Porque no começo eles [a Prefeitura] já queriam tirar a gente. Eles [o PSOL] já arrumaram advogado e já seguraram a calça.

(...)

Cássia: (...) o filho do João [líder da ocupação “Em busca de um sonho”] morou [na primeira ocupação].

A rede estruturada na primeira ocupação foi fundamental para a permanência e resistência da “Em busca de um sonho”. Os antigos acampados fizeram a ponte, especialmente com a militância do PSOL. Nas palavras de Djalma:

Djalma: Ela [ocupação “Em busca de um sonho”] de fato já nasceu muito mais articulada, porque ela de certa forma vem como herdeira da primeira. Inclusive nessa eu atuei de maneira mais próxima, mais incisiva ali. E aí as lideranças dessa segunda ocupação, elas já conheciam as lideranças da ocupação anterior.

(...)

A segunda ocupação tem ligação com a primeira, as principais lideranças ali são o Pereira, a esposa dele... são amigos da Rita e do seu esposo [líderes da primeira ocupação] que também estavam em situação de ausência de moradia, e que foram lá pro mesmo local ocupar, etc., e meio que continuar aquela história ali com outro grupo que tá lá até hoje, que agora tá saindo ali a urbanização do espaço.

As expectativas geradas pela primeira ocupação apontavam para o horizonte de acesso do PMCMV. Nas palavras de Débora Lima⁷⁶, coordenadora externa do MTST que atua na ocupação “Em busca de um sonho” desde 2017:

Débora: Então, as pessoas que viram que as outras pessoas que estavam nessa invasão conseguiram, falou assim: “opa! A gente já viu o caminho, o povo invadiu e conseguiu lá. A gente também vai invadir. Só que o que aconteceu na época que essa primeira turma conseguiu, era uma época que tava tendo contratação pelo Minha Casa Minha Vida Entidades, e essa nova demanda de pessoas que entraram já encontrou dificuldade.

A primeira ocupação serviu como exemplo de organização política, de conquista da casa própria, de articulação com movimentos sociais e partidos, resultando na criação de um campo de ação e de uma cristalização destas experiências no território.

Este processo pode ser entendido dentro do conceito de “redes de movimentos sociais” (Scherer-Warren, 2006), já explorado anteriormente, mas também do conceito de “memória da cidade”, apresentado por Abreu (2017). Ele ilustra experiências e memórias coletivas atreladas obrigatoriamente a uma base material como referências — um território. Este “estoque de lembranças” tem relação direta com as formas de produção de identidades e sociabilidade. Para Lopes (2011), a partir de Thompson (1968)⁷⁷, os conflitos sociais favorecem a produção de

⁷⁶ Débora é coordenadora regional do MTST, reside em São Paulo, e coordena a ocupação “Em busca de um sonho” ao lado de outras lideranças que moram na ocupação. Ela concorreu à vereadora, por São Paulo, na última eleição, com a bandeira do PSOL e do MTST. Em 2023, ela foi eleita presidenta estadual do PSOL-SP.

⁷⁷ Thompson (1968) trabalha com a hipótese de que a base da experiência da revolução industrial inglesa foi fundamental para a formação de um quadro de referência que forneceu condições para os operários enfrentarem os novos modos de dominação social em curso. Neste sentido, ele explora a importância do passado, da memória e da história para as ações do presente e do futuro.

memória coletiva e as experiências passadas podem ser colocadas em marcha para a transformação social contemporânea.

No caso analisado, as experiências acumuladas por intermédio da luta da primeira ocupação se refletem direto nas estratégias da conquista da casa própria na segunda ocupação: ocupar o terreno, se articular com coletivos e partidos de esquerda, pressionar a Prefeitura e conquistar uma casa via PMCMV. Estas experiências e memórias produzidas funcionam como um caso de sucesso e (re)configuram o sentido da busca por moradia na grande região da Cidade Aracy. Isto também vai se repetir na terceira ocupação, que se espelhou na “Em busca de um sonho”.

Registros presentes no “Termo de informação ou declaração”, emitido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, no dia 1 de junho de 2016, confirmam esta narrativa (São Carlos, 2014, p. 154):

[as lideranças] declaram que há aproximadamente seis meses ocorreu uma invasão em uma área pública, (...), que de início eram 14 famílias morando no local, e hoje são 82 famílias, sendo que os declarantes e os seus familiares fazem parte desta invasão; **que as famílias que ali se encontram estão aguardando novo plano da Minha Casa — Minha Vida**; que há aproximadamente 03 meses a Prefeitura Municipal notificou as famílias que ali se encontram, muitas delas com crianças pequenas, para desocuparem a área invadida no prazo de 03 dias, mas, até o presente momento, não houve providências por parte do Município para a resolução do problema por eles enfrentados, continuando estes residindo no local; (...) que as famílias que ali se encontram não recebem auxílio aluguel, o qual não foi concedida pelas autoridades públicas; que necessitam de uma solução para a questão, para poderem alcançar o direito à moradia que todos possuem. (destaque meu).

Havia claramente expectativa da segunda ocupação em acessar o PMCMV. As duas ocupações se configuraram em torno dos instrumentos de acesso à habitação disponíveis no momento. Entretanto, a conjuntura pós-2016 não permitiria que isso ocorresse. Sem alternativas, a ocupação buscou outras estratégias para lutar por moradia.

2.3 Reestruturação interna e busca por atores mais influentes

Inicialmente, haviam quatro lideranças na ocupação. Dentre elas, Pereira se destacava. A sua escolha não foi aleatória. Ele foi descrito constantemente como alguém que acumulava experiências anteriores, como me relatou Lucas Beco: “[ele] já tinha participado do MST em um outro momento. Então, ele já tinha umas experiências, contato assim, com organização popular”. Segundo Cássia, “ele veio morar, aí depois a gente teve uma reunião lá na rua sete, aí ele começou a falar bem, porque ele já viveu de invasão, né! Parece que ele já viveu de invasão”.

Ele foi uma figura fundamental no início da organização, conhecia as lideranças da primeira ocupação, articulou a entrada do PSOL, do MTST, do grupo Pitá⁷⁸ e participava de reuniões na Prefeitura. Entretanto, ao mesmo tempo em que era considerado um bom líder por uns, era considerado corrupto e inapto para a liderança por outros. Em meados de 2017, durante uma discussão, ele agrediu uma mulher dentro da ocupação e foi afastado. Seu João e sua esposa assumiram a liderança, auxiliados por duas coordenadoras internas — Juliana e Luana.

Entre 2015 e 2017, houve algumas reuniões com a Prefeitura, audiências de reconciliação, resistência a pedidos de reintegração de posse, protestos, etc. Entretanto, as tratativas não caminhavam. Do lado da Prefeitura, não é claro por que não se efetivaram os pedidos de reintegração de posse determinados pela Justiça. O próprio Ministério Público menciona diversas vezes a morosidade do município em tratar a questão (c.f São Carlos, 2014).

Segundo informações de uma das advogadas militantes do PSOL que acompanha a ocupação desde 2015, a Prefeitura não prosseguiu com o processo de reintegração por dois motivos. O primeiro, por que se aproximava de ano eleitoral e a reintegração da ocupação “Sundermann” havia desgastado o prefeito. O segundo, a própria Prefeitura, ao construir alguns equipamentos públicos de uso coletivo naquele quarteirão, havia promovido um desgaste ambiental muito grande. Assim, eles estavam evitando processo de reintegração, pois uma vez desocupada a área, eles teriam responsabilidade em recuperá-la ambientalmente⁷⁹.

Após a reintegração de posse da “Sundermann”, o Ministério Público solicitou diversas vezes que a municipalidade cercasse, retirasse o entulho e zelasse pela área de preservação ambiental em questão. A resposta da Prefeitura foi que a ação demandaria 8 mil reais e não havia orçamento. Posteriormente, alegou-se que a área foi ocupada novamente, e que não foi possível realizar estas ações, sendo necessário buscar uma solução para aquelas famílias. O Ministério Público respondeu que “está evidente que a Prefeitura Municipal está se utilizando de expediente protelatório” (São Carlos, 2014, p. 150). Tudo indica que a Prefeitura estava se utilizando da ocupação para não cumprir com suas responsabilidades. Deste modo, eles não tinham pressa em achar uma solução.

⁷⁸ Pitá era um grupo de voluntários formados por arquitetos do IAU-USP, que oferecia assessoria técnica para a “Em busca de um Sonho”. Atualmente, o grupo chama-se Maitá — Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social. Ver capítulo 3. Mais informações, acessar www.maitaathis.org.

⁷⁹ Estas informações podem ser consultadas no “Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta” (TAC), firmado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, com a Prefeitura e outros envolvidos a respeito da recuperação ambiental da região. Termo assinado em 16 de dezembro de 2003. Ver também o Primeiro Aditamento de Re-Ratificação do TAC, firmado em 22 de dezembro de 2003 e outro Termo de Aditamento e Re-Ratificação do TAC, firmado em 23 de agosto de 2004.

Em meados de 2016, a PROHAB sugeriu à Prefeitura duas opções para os acampados. A primeira seria a disponibilização de casas remanescentes dos bairros Faixa 1, em São Carlos. Entretanto, esta opção se mostrou inviável. Diferente da situação da ocupação “Sundermann”, onde as casas ainda se encontravam em processo de construção e, portanto, ainda não haviam sido distribuídas, era possível criar uma lista de acesso para a população vulnerável e em risco. No atual caso, a proposta era disponibilizar casas que já haviam sido sorteadas, mas por algum motivo estavam desocupadas. Entretanto, em situação como essa, a casa é passada para o suplente decidido em sorteio⁸⁰.

Portanto, esta proposta era anticonstitucional e não há nenhuma possibilidade de alguma casa ir para os acampados via uma lista especial. Esta ideia só foi descartada cerca de um ano depois. É interessante notar que a proposta partiu da PROHAB, o órgão municipal responsável pela HIS, e que em tese deveria ter o domínio das normas técnicas do PMCMV.

A segunda alternativa seria destinar uma eventual área pública aos moradores, para que eles pudessem realizar “alguma espécie de construção coletiva”. Neste documento consta que a atual área ocupada é de uso institucional e não pode ser objeto de alteração para o loteamento (São Carlos, 2014, p. 221).

Em setembro de 2016, a PROHAB comunicou que havia uma área disponível no bairro Cidade Aracy. Depois de um ano, pressionada pelo Ministério Público, a Prefeitura se manifestou dizendo que havia de fato uma terra, mas “não temos informações sobre a existência de linhas de financiamento para programas habitacionais no regime de mutirão (...)” (São Carlos, 2014, p. 330). O grupo Pitá, de modo voluntário, realizou o estudo desta área para a realização de um empreendimento vertical, mas foi constatado que aquela área recebeu despejos de construção ao longo dos anos pela própria Prefeitura, e que assim não seria possível a construção de nenhum empreendimento pelo prazo de segurança de, ao menos, mais 2 anos.

Observando o histórico apresentado, é possível constatar que o município não tinha interesse em resolver a questão habitacional daquelas famílias, reagindo apenas quando havia alguma pressão do Ministério Público e risco de multa diária. Nas palavras de Juliana, em julho de 2018:

Juliana: a gente estava esperando uma resposta, toda vez eles [a Prefeitura] ficavam enrolando a gente. (...) a Justiça [Ministério Público] está defendendo a gente, mas a Prefeitura, eles não querem saber de nada, não.

(...)

Porque a gente vai numa reunião, eles falam para gente uma coisa, aí demora um mês, dois mês, três mês, quatro mês e aí vem com... não é nem uma

⁸⁰ Ver Portarias 595/2023 e 21/2014 do PMCMV, aonde há determinação legal que haja entre 30% a 50% de suplentes em caso de algumas casas seja retomada à Caixa Econômica Federal.

resposta, né! É um diz, que me diz. Que vai fazer isso... na verdade nunca faz nada e fica enrolando a gente.

A ausência das alternativas apresentadas pela Prefeitura e pela conjuntura, a falta de solução pela via jurídica, o esgotamento das estratégias da ocupação e da rede de atores locais fizeram com que a ocupação buscasse outras formas de luta. Em meados de 2017, o MTST foi convidado a compor a ocupação para trazer mais força. Foi preciso subir uma escala a mais, procurar por atores mais articulados e mais fortes que estão lutando em esferas mais altas. Nas palavras de Débora:

Débora: Só que eles tentavam meio que, de certa forma... nunca fizeram manifestação, luta. Mas eles tentavam, na medida da demanda que eles tinham, solucionar com advogado. Na época tinha o Pereira que era organizador aqui da ocupação. Só que ele viu, **se deparou nessa situação atual que a gente tá, não ta tendo mais contratação pelo Minha Casa Minha Vida, que acabou mesmo de fato.**

(...)

Então, o Pereira, no ano passado, ele ouviu falar do MTST, (...), e eles foram até lá em São Paulo, pediu apoio do MTST pra ter ajudando aqui nessa ocupação, que eles queriam uma organização pra que realmente de fato conseguisse, porque eles tinham todo interesse... **Iam atrás, mas eles viram que não tava fluindo, até mesmo porque eles sempre falavam isso “o governo fechou, não tá tendo mais contratação no Minha Casa Minha Vida, e não tem, não tem, não tem”.** E aí quando eles foram atrás, a gente veio conhecer a situação, e aí... eu sou coordenadora estadual do MTST, e aí coube a mim essa responsabilidade.

A busca pelo MTST partiu do reconhecimento que os mecanismos de acesso à habitação social via PMCMV e as saídas jurídicas tentadas pelos advogados do PSOL haviam se esgotado. O movimento entra, então, em uma ocupação em andamento e estruturada, fortalecendo a rede de movimentos sociais e se colocando como o elo mais forte. Usualmente, o MTST promove ocupações desde o início. Isso significa dizer que havia conflitos em relação ao estilo de gerenciamento e disputas de estratégia, ainda que o MTST buscasse construir a sua hegemonia e liderasse a ocupação.

Por outro lado, a entrada do MTST significou uma certa perda de autonomia do quadro de liderança local, que passou a jogar a partir das regras do movimento. Como colocado por Scherer-Warren (2006, p. 121), dentro destas redes de movimentos, as estruturas de poder não se dissolvem completamente, pressupondo centros/elos de poder, sejam na forma de lideranças, mediadores ou organizações de referência — com é o caso do MTST. Por diversas vezes quando eu visitava a ocupação, as lideranças falavam “estamos esperando a Débora vir de São Paulo para ver como as coisas estão na Prefeitura”. Nas palavras de Juliana (em 2018), sobre uma

questão que precisava lidar com a Prefeitura, “a gente está esperando, em agosto agora, a Débora voltar para ela estar passando [conversando] com o pessoal, com todo mundo, né”.

As decisões foram deslocadas do nível local para um nível regional e nacional. A ocupação agora não somente responde às próprias demandas, como também às demandas e estratégias do MTST. Em algumas assembleias em que estive presente, senti um tom mais informativo do que consultivo. Por duas ou três vezes presenciei a chegada de Débora vindo de São Paulo, seguida de uma reunião que ocorria no barraco do casal líder, com as principais lideranças e apoiadores e, depois, uma assembleia geral com caráter mais informativo.

A entrada do MTST significou uma reestruturação da ocupação. Nas palavras de Cássia, a entrada do movimento foi positiva:

Cássia: E o MTST é muito forte, tudo onde eles entram, eles ganham. Aí a gente aceitou o MTST vir ajudar a gente, a gente vai ganhar, se deus quiser. O MTST também é um bom, eles são fortes, e eles tão lutando pra isso, pra gente ganhar. Todas as moradias que eles lutam por moradia, eles ganham.

Thalles: E o que você acha que mudou depois que o MTST se envolveu aqui na ocupação?

Cássia: Bastante, porque a gente não saiu, né, que eles queriam tirar a gente, a gente não saiu, eles negociam com o MTST... A Débora fica negociando com eles.

Outra acampada: Ela é influente, ela fala...

Cássia: É, ela é influente, ela luta, ela bate de frente mesmo. Eles têm mais advogado também...

Segundo Débora, o MTST trouxe uma tecnologia de organização mais eficiente na luta pela moradia e nas negociações com a Prefeitura:

Thalles: E como que você vê a ocupação antes e depois do MTST? Quando vocês entraram, como que era? E como você vê o papel do MTST na ocupação?

Débora: (...) E de uma forma de mediar, porque **mediar junto o movimento com a Prefeitura**, porque quando a Prefeitura veio com essa proposta absurda, eles achavam que *tavam* lidando com pessoas leigas, né... “você tem que sair, pronto, acabou” (...). Então, a Prefeitura usa muito disso, do pobre... da falta de conhecimento das pessoas mesmo pra impor, pressionar, e conseguir as coisas no grito. Então, **o movimento tem um papel fundamental nessa mediação de negociação**, né, da gente entender de fato o que é o papel da Prefeitura, e que não é assim, do jeito que eles querem. (...) O MTST hoje é considerado um dos maiores movimentos por moradia, **então, o peso de ter um movimento sério, que não cobra dinheiro de ninguém, um movimento reconhecido, isso teve um peso muito grande na Prefeitura de São Carlos**. Inclusive na primeira luta que a gente fez, São Carlos por ser uma cidade pequenininha, né, e aqui a gente tava em torno de 100 pessoas nessa manifestação, a gente parou São Carlos. E isso é algo que São Carlos nunca teve, uma manifestação onde se parava a rua. Então, naquele momento o prefeito sendo pressionado, teve jornalista, passou na televisão, ou seja, trazer essa nova forma de luta aqui pra São Carlos foi importante, pro prefeito entender.

A saída de Pereira e a entrada do MTST significou um novo ciclo de lideranças. João e sua esposa assumiram a liderança. Juliana e Luana assumiram o papel de coordenadoras e Débora, na figura de coordenadora externa, passou a visitar a ocupação mensalmente para implementar uma série de regras do MTST, realizar assembleias, organizar atos, pressionar e negociar com o poder público local. Com isso, a ocupação aumentou seu repertório de luta.

A figura do movimento trouxe um maior peso para as negociações com o poder público, alterando a própria dinâmica municipal, aonde ativismo local não tinha tanto poder. Apesar dos esforços do PSOL, o ambiente tradicionalmente conservador estrangula os grupos progressistas. É importante mencionar que o PT comandou a prefeitura durante 3 mandatos seguidos (2001-2012), e seu declínio se inicia concomitantemente com o desgaste ao nível federal. Em todas as minhas visitas à campo, nunca constatei a presença do PT ou de seus militantes. Neste sentido, apesar de todos os esforços do PSOL, o grupo tem suas limitações devido ao próprio ambiente conservador e enfrenta fortes adversários.

Débora, junto aos advogados do MTST, participava das reuniões com a Prefeitura, apresentava propostas e pressionava o poder público. A ocupação conseguiu conquistar o terreno a partir da regularização fundiária e da urbanização. Entretanto, este processo é longo e ainda não garantiu o título individual do terreno e uma moradia digna para as famílias.

2.4 Conquistando o terreno: regularização fundiária, urbanização e formalização da precariedade

Quando o MTST entrou na ocupação, já era sabido que a Faixa 1 do PMCMV estava praticamente extinta, mas havia ainda alguma esperança de que a Faixa Entidades tivesse mais algumas contratações, especialmente em 2017, como Débora me relatou:

Débora: A gente teve uma conquista, e eu falo que é fruto também de uma luta que o movimento teve, de abrir esse ano [2017] ainda uma brecha pro PMCMV Entidades. Não sei se você sabe, mas o MTST foi o movimento que ficou acampado 22 dias lá na [Avenida] Paulista (...) em frente à sede do governo que tem lá na Paulista. **E a gente fez reivindicação, porque eles queriam realmente de fato extinguir o MCMV. O [Faixa] 1, já tinha extinguido, e o Entidade... e a gente queria que eles retomassem,** porque só tavam contratando o Faixa 2, Faixa 3, que é a faixa que não contempla quem realmente necessita de moradia. **Então, foi através dessa luta que a gente teve no ano passado, que a gente conseguiu abrir um horizonte aonde o governo pegou e falou: “não, a gente vai contratar”.** Realmente de fato aconteceu, teve logo no início do ano, eles fizeram uma publicação e contrataram já algumas moradias pelo PMCMV Entidades. Do MTST, a gente conseguiu contratar uma, e olha que a gente tem vários projetos. Ia ser duas, teve uma pendência de uma ocupação e a gente conseguiu contratar uma, que é o Dandara. E a gente também conseguiu contratar... e aí eles falaram que

saiu no Diário Oficial que eles iam abrir pra contratar mais 10 mil, só que esses 10 mil que eles falaram que iam contratar, **até hoje nada. Então, tudo indica que eles vão enrolar e não vão contratar nada. E foi nisso que a gente se pegou nessa ocupação... esse reflexo teve aqui**

, porque tinham advogados, tinha luta, mas o que eles sempre falam é que não tem dinheiro, não tem condições.

O ato que Débora se refere ocorreu entre fevereiro e março de 2017, em frente ao escritório do Presidente da República na Av. Paulista (São Paulo), reivindicando a volta das contratações da Faixa 1 e Entidades do PMCMV. O movimento desmontou o acampamento após realizar uma reunião com o então Ministro das Cidades, Bruno Araújo, na qual foi prometido contratar ao menos mais 170 mil unidades habitacionais⁸¹ (MTST, 2017).

A promessa acabou dando esperanças para a ocupação “Em busca de um sonho”. A estratégia do MTST de ocupar terrenos, pressionar o governo e acessar o PMCMV-Entidades tentava se repetir em São Carlos, mas sem resultados frutíferos, uma vez que as contratações acabaram por não se realizar. Novamente, a estratégia precisou ser modificada.

Débora: o que a gente tá negociando com a Prefeitura nesse momento [em 2018]? Realmente aqui, como o Minha Casa Minha Vida tá meio que acabado, eles não tão contratando mesmo, a gente pensou algo de um prazo mais rápido. Então, a gente propôs como Movimento pra Prefeitura, deles estarem apresentando, deles entrar com... da gente permanecer nesse terreno, deles fazerem tudo o que é de infraestrutura básica, lotear, e a gente, com o loteamento das famílias, e eles entrando com a infraestrutura, a gente como movimento ir procurar outros tipos de recursos pra que de fato consiga construir a casa. Mediante a situação que a gente tava, que era a Prefeitura falar assim “você vão ter que sair”, e essa conquista que a gente conquistou de a Prefeitura dar uma abertura de pelo menos fazer um projeto aonde tenha a infraestrutura básica e o loteamento pra... é isso que a gente tem a princípio, pra essas famílias foi a situação melhor, **porque eles tendo o terreno demarcado aonde eles vão morar, aí a gente pode ver se a gente consegue... tem fundos, no governo estadual, da habitação parado, porque eles recebem, como não tá tendo contratação de moradia, tá lá parado. Então, a gente pode pressionar o governo...** em Brasília também a gente tem um, temos um outro sistema que é... a gente abriu um... eu não sei direito o nome que fala... **mas pra pessoas que querem ajudar a financiar a casa das pessoas, vão doando, e a gente vai construindo, mas é mesmo os próprios moradores, né, tendo o terreno e sabendo que é deles, eles podem construir a casinha deles de forma...** com projeto adequados, também certinho, não favela, e conseguir alguma coisa. E é nesse pé que a gente tá nesse momento, que a Prefeitura tem que apresentar esse projeto, esse projeto básico e dar soluções. E a Prefeitura meio que tá enrolando esses moradores, mas a gente como Movimento tá aí pressionando.

⁸¹ Ver curva de contratações no Gráfico 1, do capítulo 1.

Neste momento houve um rebaixamento das expectativas e o horizonte de possibilidade de acessar a moradia se desmanchava, ficando em segundo plano. Agora, o foco seria lutar pela terra, pela regularização fundiária e pela urbanização do lote – um processo por etapas. A nova estratégia só pode ser colocada em ação baseada no Novo Marco da Regularização Fundiária, que possibilita a modificação de uso legal da terra. Lembrando que na ocupação “Sundermann”, a justificativa era de que a área tinha finalidade institucional e de lazer, somadas à sua questão ambiental. Desta vez nenhum destes fatores seria empecilho.

Em 2018, começaram as negociações para que um projeto fosse desenvolvido no local e, em abril, foi a primeira vez que a Reurb-S aparece como possibilidade processo judicial:

(...) a posição oficial do município seria possível a manutenção da coletividade na área. Para tanto, a Secretaria de Habitação se baseia na Lei 13.465/2017, lei da Reurb que dá autorização para tais situações. A coletividade, nas reuniões realizadas, trouxe até o município um grupo especializado nesse tipo de empreendimento, o Grupo Pitá. O grupo colocou que seria possível realizar tal levantamento e apresentou um orçamento. O Município estudará eventual possibilidade de estudo de uma dispensa de licitação, porém, antes mesmo de buscar três orçamentos, parecer, processo de justificação, enfim, todo o trâmite burocrático, é preciso saber se a coletividade, Defensoria e Ministério Público podem aceitar a viabilidade de se estudar a opção 1, tendo em vista que apesar do documento apresentado pelo grupo, não está certo qual opção será objeto de concordância (São Carlos, 2014, p. 408).

A proposta da Prefeitura era “promover um plano social com um programa habitacional nos moldes de loteamento urbano com construção em esquema de mutirão com a permanência na área ocupada com fundamento na Lei n.º 13.465, de 11 de julho de 2017” (São Carlos, 2014, p. 421). A Defensoria e o Ministério Público acataram a proposta da Reurb-S e, a partir deste momento, o município requereu da ocupação uma lista final de acampados que seriam beneficiários. A lista foi congelada a partir daquele momento. Isso implicou que a ocupação não poderia receber mais nenhum acampado ou demanda habitacional — o que acabou impulsionando a criação da terceira ocupação, em 2020. Juliana confirma a narrativa de que o município realizaria a urbanização do terreno:

Juliana: O que aconteceu, nesse dia a gente teve uma reunião na Secretaria de Habitação. Com o pessoal lá, onde eles disseram pra gente que eles iriam apresentar o projeto, que eles iriam fazer aqui mesmo as casas aqui, e que eles iam fazer tipo um jogo de quebra cabeça. Na parte lá de baixo, que tem menos pessoa, eles iam desmanchar os barracos, né! Tipo começar fazendo uma infraestrutura, saneamento, abrir esgoto, energia, lá embaixo. Aí, depois que tava o terreno pronto, eles iriam transferir o pessoal da parte de cá, pra lá. **Mas eles não falou que eles iam colocar a gente dentro da casa. Eles dizem que eles iriam fazer a infraestrutura e a gente iria pra lá. Mas a gente não tem condições. Então, o que é que vai adiantar? Eles vai fazer uma**

infraestrutura lá... A diferença é que vai ter isso, mas a gente vai continuar morando no barraco, fazendo outro barraco? A gente tem que conseguir o terreno, e a casa em cima do terreno, porque a gente não vai ter condições de construir. Por mais que algumas pessoas consiga construir com muita dificuldade, e as outras pessoas, e as outras famílias, como que vai ficar? Então, a gente tá no mesmo, num intuito só, de conseguir o terreno e a casa, porque nem todo mundo vai ter condição de fazer.

O relato de Juliana mostra o drama da luta por moradia, onde as conquistas chegam, quando chegam, a conta-gotas. Enquanto a primeira ocupação conseguiu acessar o PMCMV — 1, esta ocupação conquistou apenas o terreno urbanizado, tendo agora que arcar com os custos de um possível projeto para a casa, a compra de material e as construções. A previsibilidade institucional do PMCMV se desmanchou, dando espaço para negociações intermináveis com diversas instâncias do Estado.

Passado um ano, a Prefeitura ainda não havia apresentado um projeto de loteamento e regularização fundiária. Foi um militante do PSOL e apoiador da ocupação que desenvolveu o projeto e apresentou em uma reunião para a Secretaria Municipal de Habitação, em agosto de 2019. A sua autoria foi ocultada, temendo retaliação, uma vez que ele também é funcionário da Prefeitura. Este militante foi peça chave durante todo o processo de negociação, pois trazia informações para a ocupação que a Prefeitura tentava ocultar.

Eu estive presente nesta reunião e pude constatar que foi somente neste momento que o Secretário municipal acatou o projeto de urbanização do lote, prometendo que a parte de água e esgoto seria realizada pelo SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto), e a parte de urbanização seria realizada possivelmente pelo Fundo Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano. Em relação aos equipamentos públicos de lazer, estes poderiam ser financiados por uma contrapartida de algum grande empreendimento privado local. Nesta reunião, as lideranças deram a anuência para a proposta e a lista de acampados beneficiários final ficou congelada em 109 famílias.

No dia 03 de fevereiro de 2020, o site da Prefeitura informou que havia iniciado a urbanização da ocupação, por meio das Secretarias de Habitação e Desenvolvimento Urbano e de Agricultura e Abastecimento (Prefeitura, 2020). Em visita realizada no dia 19 de fevereiro, constatei que a ocupação estava muito diferente. Ruas de terra internas foram abertas, embora ainda não houvesse nenhuma infraestrutura. Muitos barracos haviam sido removidos. Vários pedaços de madeira, lona, plástico, e telhas se acumulavam por todos os cantos. Grande parte dos acampados não tinham para onde ir durante as obras e tiveram que mudar o barraco de lugar dentro do próprio terreno e morar no canteiro de obras por anos.

O aspecto era como se a ocupação estivesse se acabando. O terreno não recebeu terraplanagem, ficando a cargo de cada morador. A rua de terra aberta apresentava várias crateras esculpidas pelas águas das chuvas. O cenário era extremamente desanimador e dramático, não parecia a mesma ocupação bem-organizada, com vida e animada que frequentei durante os anos de 2018 e 2019.

Figura 11. Projeto apresentado para urbanização e marcação dos lotes, ocupação “Em busca de um sonho”



Fonte: São Carlos (2014, p. 541).

Figura 12. Rua aberta na ocupação “Em busca de um sonho”, fevereiro de 2020



Fonte: autoria própria, 19 de fevereiro de 2020, São Carlos.

Figura 13. Obras na ocupação “Em busca de um sonho”, meados de 2020



Fonte: São Carlos (2014, p. 627).

Em setembro de 2020, a empresa Comércio e Engenharia Bandeirantes foi contratada para realizar a execução de galerias de águas pluviais, guiais, sarjetas, asfalto e gabiões para a estabilização do talude. Até este momento, já havia sido executada a implementação da rede de água e esgoto pelo SAAE. Em janeiro de 2021, retornei à ocupação e notei que as ruas internas já estavam asfaltadas, com sarjeta e calçada, embora duas ruas laterais permanecessem de terra, com muitos buracos e entulhos. Os lotes ainda não estavam divididos e havia uma confusão generalizada de quem ficaria aonde. Neste dia houve uma assembleia para discutir como estava o processo de divisão dos lotes e realocação dos barracos. Em maio de 2023, havia postes de iluminação pública instalados, mas sem rede elétrica. No início de 2014 constatei que nenhuma casa ou barraco está ligado à rede de água e coleta de esgoto.

A urbanização caminha a passos lentos e o grande entrave é como implementar a Reurb-S. Em setembro de 2020, a Prefeitura justificou no processo que a regularização fundiária estava em andamento, atrapalhada pela pandemia e por época de eleição. Ambos os fatores implicaram no afastamento de funcionários públicos. A Prefeitura também justificou que a construção de casas para os acampados só seria possível se o governo retomasse a Faixa 1, seja pelo PMCMV ou PCVA, “que no momento está suspenso” (São Carlos, 2014, p. 648).

Figura 14. Urbanização do terreno ocupação “Em busca de um sonho”, janeiro de 2021



Fonte: autoria própria, 19 de janeiro de 2021, São Carlos

Em 17 de agosto de 2021, a Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano apresentou um cronograma para a realização do levantamento topográfico para demarcação dos lotes; para a contratação de assessoria técnica visando a elaboração de projeto básico e executivo das unidades habitacionais; para a contratação de projeto executivo para o sistema de lazer; e para a regularização fundiária cartorial (São Carlos, 2014, p. 687). No final de dezembro de 2021, foi comunicado que foram cumpridas as demarcações de lote por meio da empresa Construmed Serviços de Topografia, entretanto, em relação à Reurb-S, o secretário de obras públicas esclareceu que a

contratação de empresa para Regularização Fundiária pelo REURB-S, tivemos dificuldade em encontrar empresas que executem os serviços. A Lei Federal n.º 13.465/17 e suas respectivas regulamentações, nos municípios, é muito recente e pouco explorada pelos profissionais da engenharia. Foram quase 120 dias para conseguir o preço médio e decidir o enquadramento da modalidade de licitação a ser utilizada e posterior encaminhamento ao Departamento de Licitação (São Carlos, 2014, p. 711)

É importante lembrar que antes da lei do Novo Marco da Regularização Fundiária (2017) e a criação do Programa Casa Verde e Amarela (2020), estas etapas para a regularização eram de obrigação do poder público. Agora, fica a cargo da iniciativa privada ou organizações da sociedade civil. Em 23 de maio de 2022, a Prefeitura suspendeu o processo licitatório para a Reurb-S, aparentemente por desinteresse das companhias privadas, uma vez que a localização

da área não é interessante do ponto de vista da especulação imobiliária. No mesmo documento, a Prefeitura informa que

recentemente recebemos, em 19/04/2022, uma manifestação oficial de interesse em firmar parceria com o Município, mediante Lei federal 13.019/2014 e Decreto Municipal 315/2021, visando conclusão de todas as etapas faltantes para a efetivação da REURB-Sem questão, através de assessoria técnica e jurídica, por parte da Maitá — Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social, bem como uma primeira versão de um Plano de Trabalho para tal (São Carlos, 2014, p. 733).

Em novembro de 2022, a Prefeitura informou que teve uma reunião com representantes da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano, com a Maitá-Athis e os moradores da ocupação para discutir as etapas seguintes para a concretização da Reurb-S. Os próximos passos seriam o registro cartorial, a instalação da iluminação pública e rede elétrica prevista para o início de 2023, a busca por recursos para a construção das casas e adequação do projeto do sistema de lazer (São Carlos, 2014, p. 796).

Em maio de 2023, Camila⁸² me informou que a Prefeitura não disponibilizava de capacidade técnica ou financeira para contratar a Maitá-Athis visando a continuidade do processo de Reurb-S. Ainda assim, a Maitá-Athis realizou os levantamentos técnicos e os projetos da regularização fundiária em parceria com a Associação Veracidade, por meio de financiamento via editais do CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo). Os estudos realizados serão entregues à Prefeitura, para que a mesma finalize o processo de regularização fundiária (ver em detalhes no capítulo 3).

No que tange ao projeto da casa e de sistemas de área de lazer institucional, também foi a assessoria Maitá-Athis, junto à Veracidade, que tem desenvolvido projetos com verba via editais CAU. A Prefeitura não disponibilizou verba nem apoio técnico para estas operações. A princípio, a Maitá propôs um projeto de módulo hidráulico para que a população pudesse, por meio da autoconstrução, anexar outros cômodos. Esta proposta teve como objetivo reduzir o custo de construção da casa para o município poder arcar com o módulo hidráulico. Entretanto, o projeto não avançou por falta de verba e acordo com a Prefeitura. O CAU apenas financia projetos e não execução.

Na questão da aquisição de materiais para a construção, Débora tentou negociar com o governo do Estado de São Paulo uma cesta de material de construção financiada a juros zero, o que acabou não dando certo. E quanto à construção, foi decidido em assembleia que eles não iriam realizar mutirões, cada lote seguiria por conta própria. Do lado da Prefeitura, foi

⁸² Membro fundadora do Pitá. Atualmente, atua na Maitá-Athis.

comunicado em agosto de 2022 que se buscavam alternativas com o Governo do Estado de São Paulo para incluir a ocupação em um dos programas habitacionais vigentes. Entretanto, nada foi constatado no processo em relação a isso (São Carlos, 2014).

Um caso semelhante de projeto hidráulico aconteceu em Campinas, em 2023. A Prefeitura construiu um conjunto com casas de 15 m² para abrigar 116 famílias que vivem na ocupação Nelson Mandela. Criticados por especialistas, a “casa embrião” que conta com um cômodo e um banheiro, foi vista como uma vitória pelos acampados. As famílias devem pagar um financiamento que equivale a parcelas menores que 10% de um salário mínimo e vão ter um lote de 90 m², com água, luz e sistema de esgoto (Moradores, 2023). Os dois casos são sintomáticos da conjuntura, incorporando a autoconstrução como elemento fundamental da política habitacional. É preciso pontuar que a modalidade é histórica e estrutural no caso brasileiro, como demonstrado por Chico de Oliveira (2006; 2012).

A ocupação “Em busca de um sonho” se iniciou em 2015 na luta por moradia. Seu objetivo era acessar o PMCMV. Com a ausência de novas contratações, este horizonte de possibilidades se desmanchou. As redes e atores locais não eram suficientes para articular novas estratégias. Um novo ciclo de lideranças e estratégias se iniciou em 2017 a partir da inserção do MTST, que se colocou como o elo mais forte dentro daquela rede.

Desde lá, a principal luta tem sido pela urbanização e regularização fundiária do terreno ocupado. As conquistas chegam a conta-gotas, prolongando as precariedades. A possibilidade da habitação ainda é muito remota. A falta de vontade política da Prefeitura, o desinteresse do setor privado e a ausência de recursos desloca a responsabilidade da realização do projeto da Reurb-S para Organizações da Sociedade Civil, como a Maitá-Athis, e a Associação Veracidade via financiamento da CAU.

O horizonte de acesso à moradia foi rebaixado e a partir de um novo arcabouço legal promovido pela nova lei de regularização fundiária e o PCVA, a possibilidade de desafetação do terreno público de uso institucional para uso habitacional se tornou a única possibilidade e parece querer se consolidar como “política habitacional”. A exceção tem se transformado em norma. É esse o caminho que a ocupação “Em busca de uma moradia”, originada em 2020, tem perseguido. Mais do que isso, a municipalidade agora tenta utilizar o precedente da “Em busca de um sonho” para desafetar outros terrenos da cidade visando promover mais empreendimentos via o novo PMCMV, como exploraremos a seguir.

3. Ocupação “Em busca de uma moradia” (2020): Pandemia, despejos e institucionalização da precariedade

Em fevereiro de 2021, em visita à ocupação “Em busca de um sonho”, descobri a existência de uma terceira ocupação em uma área próxima — a “Em busca de uma moradia”. Fazia cerca de um ano que eu não realizava visitas a campo devido à pandemia. Minhas interações se resumiam ao universo online — redes sociais, *WhatsApp* e chamadas de vídeo.

A nova ocupação surgiu no segundo semestre de 2020, em um cenário pandêmico, com a contínua alta do desemprego e o desmonte das políticas sociais. Ela se localiza a uma quadra de distância da “Em busca de um sonho”. Naquele momento, as ruas no entorno estavam remexidas devido ao processo de urbanização da ocupação, o asfalto estava cortado em vários locais para a instalação das galerias de esgoto. Era possível observar pela superfície um caminho que conduzia estas galerias até o córrego Água Quente. Em alguns pontos o esgoto vazava, o cheiro era forte.

A ocupação conta com cerca de 80 famílias. Entre os acampados, 72,5% são do gênero feminino e 27,5% do masculino. Em relação à raça e etnia, 58% são pardos, 25% são pretos e 17% são brancos. Em relação à renda familiar, 67% ganham menos que 1 salário mínimo. Os números revelam a presença maciça de mulheres negras e mães solas⁸³.

O horizonte de possibilidades se encolheu à luta pela regularização fundiária do terreno ou pela conquista de outro terreno público, sem a possibilidade da habitação. Ainda assim, as negociações caminham lentamente devido à pandemia e à degradação ambiental do terreno, que se localiza perto do córrego Água Quente, em uma área extremamente assoreada. Em 2023, com o horizonte do PMCMV aberto novamente, as estratégias e planos podem ser modificados.

3.1 Dois vírus: a pandemia da Covid-19 e o governo da morte de Bolsonaro

Elena: Eu pagava aluguel, aí no começo da pandemia teve redução da jornada de trabalho e redução do salário. E eu ganhava ali 300 e pouquinho com a redução da jornada de trabalho, e pagava 500 de aluguel. Ai não tinha como sobreviver. Ai não tive opção de escolha, também. Aí acabei vindo para cá, para a ocupação, que estava recém começando.”⁸⁴

O ano de 2019 foi marcado pela chegada à presidência de Jair Messias Bolsonaro e pelos primeiros sinais da Covid-19, com o primeiro caso oficial registrado no Brasil em fevereiro de 2020. Bolsonaro aprofundou as medidas neoliberais iniciadas por Michel Temer, desmontando

⁸³ Dados retirados da página do Facebook da ocupação “Em busca de uma moradia”, no dia 11 de maio de 2023.

⁸⁴ Vídeo postado o YouTube com 1:29 minutos, em abril de 2023. Informação ocultada para preservar a liderança.

toda a rede de proteção social gestada desde a década de 1980. Em relação à pandemia, ele atuou de maneira genocida — atacou o SUS (Sistema Único de Saúde), fez campanha contra a vacinação, imitou debochadamente de pacientes com falta de ar, promoveu o uso de cloroquina no combate à Covid-19 — remédio comprovadamente ineficaz — e ainda chegou a dizer que não era coveiro, quando foi questionado sobre os números de mortes da pandemia.

Em abril de 2021, mais de 4 mil pessoas morriam por dia em decorrência da covid, sem contar as subnotificações, em território brasileiro. Em março de 2020, hospitais no Espírito Santo contavam com contêineres para armazenar corpos de vítimas. Em Manaus, centenas de pessoas eram enterradas em valas coletivas no final de 2021. O país chegou em 2023 com a marca de 700 mil mortes oficiais causadas pela Covid-19⁸⁵. O desempenho do Brasil no combate à pandemia foi considerado o pior de uma lista de 98 países, segundo levantamento do Instituto Lowy, na Austrália (Chaves, 2021).

Junto à pandemia e à crise econômica, social, política e sanitária, vieram demissões, falências, reduções de jornada de trabalho e salariais. Para as classes médias e altas, fazer o isolamento social e trabalhar ao estilo *home-office* era uma opção. Elena, liderança da ocupação “Em busca de uma moradia”, não se enquadrava nestes estratos da sociedade. Ela sofreu redução de jornada de trabalho e cortes salariais, que impactaram na sua capacidade de pagar aluguel. Sem alternativas, procurou uma ocupação para morar.

A questão dos despejos durante a pandemia foi tratada apenas em junho de 2021, quando o ministro do STF, Luís Barroso, proibiu ações de despejo de vulneráveis e desocupações de áreas habitadas que se iniciaram antes da pandemia (Falcão, 2021). Mesmo assim, eles continuaram. Dados do Observatório de Remoções para o ano de 2020 indicam que na região metropolitana de São Paulo foram realizadas ao menos 21 remoções, impactando cerca de 3 mil famílias. Outras 7 mil famílias estavam sob ameaça de despejo (Barbosa et al., 2021).

Recentemente, o LabCidades apontou que entre abril de 2020 e março de 2022, ocorreram ao menos 64 remoções na grande São Paulo, impactando cerca de 6.238 famílias (Ao menos, 2022). Ainda que houve uma ação do STF para conter os despejos ao longo da pandemia, ela só se concretizou cerca de um ano e meio depois do seu início. Os dados levantados referem-se apenas aos despejos coletivos. Milhares de pessoas podem ter sofrido despejos individuais, colocando muitos em situação de rua ou transitoriedades permanentes.

⁸⁵ No início de 2023, o Brasil figurava como segundo país em números absolutos de morte por Covid-19, atrás apenas dos Estados Unidos. Em relação à taxa de mortes por 100 mil habitantes, situava-se na sétima colocação, ficando atrás do Peru, Bulgária, Hungria, República Tcheca, Grécia e Estados Unidos (Bottallo, 2023).

A quantidade de pessoas em situação de rua também aumentou exponencialmente durante a pandemia. Segundo os dados apresentados pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, em 2019 o Brasil tinha cerca de 175 mil moradores de rua, sendo 75 mil relativos ao Estado de São Paulo. No ano de 2020, estes números cresceram para 195 mil e 83 mil, respectivamente. Estima-se que este número esteja subnotificado, por considerar apenas os dados do CadÚnico. Há uma estimativa que o número real seja 40% maior, chegando a 300 mil pessoas em situação de rua. Para termos uma referência com maior espaçamento temporal, em 2012 haviam apenas 12 mil pessoas nesta situação em todo o território nacional (Número, 2023).

Mesmo para as pessoas de baixa renda que tinham acesso à moradia, a situação sanitária do imóvel pode ser precária. Segundo dados do Instituto Trata Brasil para 2019, cerca de 35 milhões de brasileiros não tinham acesso à água tratada e 100 milhões, ou 46% dos brasileiros, viviam em lugares sem acesso à coleta de esgoto (Saneamento, 2020). A crise sanitária agravada pela Covid-19 denunciava o abismo social no qual os brasileiros vivem.

O acesso à alimentação diária deu espaço para a insegurança alimentar durante o governo Bolsonaro e a pandemia. Ela cresceu exponencialmente no Brasil nos últimos anos. Entre 2019 e 2021, 61 milhões de brasileiros enfrentaram dificuldades para se alimentar, sendo que 15 milhões lidaram com insegurança alimentar grave. Entre 2014 e 2016, este número era menos de 4 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar grave⁸⁶. Segundo a avaliação da ONU, a pandemia não foi a maior culpada pelo aumento destes números, mas sim o aumento das desigualdades sociais e a redução ou extinção de políticas públicas de segurança alimentar durante o governo Bolsonaro. Desde 2018, o Brasil retornou para o Mapa da Fome organizado pela pelas Nações Unidas (Brasil, 2022; Mais, 2022).

Em Cuiabá, uma cena ganhou repercussão nacional em 2021, revelando a grave situação de milhões de pessoas desesperadas por alimentos. Centenas de pessoas fazendo filas em um açougue para pegar a doação de ossos com retalhos de carne. A proprietária disse que há dez anos distribuí os ossos, mas que foi a primeira vez que viu se formar uma fila: “Tem gente que pega e já come cru, ali mesmo”, revela. A inflação dos alimentos neste período teve uma grande alta. Grãos de segunda linha, como o arroz fragmentado e o feijão brandinho, produtos que vêm quebrados e com mais impurezas, passaram a ser mais procurados (Fila, 2021).

⁸⁶ A insegurança grave significa pessoas que ficaram sem comida por um dia ou mais.

Figura 15. Pessoas disputando carcaças bovinas, Rio de Janeiro, 2021



Fonte: Viceli *et al.* (2021), 30 set. 2021.

Em 2021, em meio a um dos piores momentos de pandemia no Brasil, com mais de 600 mil pessoas mortas pela doença, o governo Bolsonaro encerrou o Programa Bolsa Família, referência mundial de programa de transferência de renda condicionada, para implementar o Programa Auxílio Brasil (lei n. 14.284, de 29 de dezembro de 2021) (De Sordi, 2023). A alteração dos programas significou a mudança de um paradigma. Enquanto o objetivo do Programa Bolsa Família era minorar a pobreza a partir de ações sociais focalizadas junto a uma gama de condicionalidades, o Programa Auxílio Brasil tinha como objetivo dar “estímulo ao esforço individual” e culpabilizava o pobre pela própria situação. O Auxílio Brasil se organizou em torno da desresponsabilização do Estado na gestão da pobreza (De Sordi, 2023).

O programa Auxílio Brasil atendia a uma agenda neoliberal e reformas macroeconômicas já estabelecidas pelo teto de gastos do governo de Michel Temer, desmanchou os mecanismos de gestão da pobreza implementados anteriormente e visou trazer a marca do governo Bolsonaro ao tentar enterrar o Bolsa Família, assim como fez com o Programa Minha Casa Minha Vida, lançando o Programa Casa Verde e Amarela no lugar.

Ainda que Bolsonaro tenha desmanchado a rede de proteção social construída nas últimas décadas, o governo e a grande mídia buscavam construir narrativas que apontavam que o crescimento da pobreza era efeito da pandemia, descolando a responsabilidade do Estado e do seu governo. O resultado deste conjunto de ações provocou um processo de empobrecimento

acelerado e histórico, promovendo a privação de acesso a bens materiais e à própria dignidade humana (De Sordi, 2023).

A entrada na década de 2020 foi marcada pela presença de dois vírus, produzindo um verdadeiro governo da morte. É neste cenário de rebaixamento das condições mínimas de sobrevivência e da própria dignidade humana que a ocupação “Em busca de uma moradia” surgiu, caracterizando um dos momentos mais dramáticos das “lutas de emergência” (Mouriaux, 2002). Uma vez que a “Em busca de um sonho” havia congelado sua lista de beneficiários, a nova demanda precisou buscar um novo lugar para se instalar, criando a terceira ocupação naquela região.

3.2 A regularização fundiária como horizonte: seguindo os passos da “Em busca de um sonho”

Em 2019, um grupo de pessoas ocupou um terreno em frente à ocupação “Em busca de um sonho”. Passado pouco tempo, a Prefeitura os notificou que seria necessário deixar a área, uma vez que esta era particular. Sabendo que seria mais difícil conseguir a posse do terreno privado, uma vez que o proprietário não estava em dívida com o Estado, os acampados sofreram um processo de desapropriação de posse pacífico e se mudaram alguns metros para baixo, em um terreno público. Nas palavras de Felipe, uma das lideranças:

Thalles: Você contou que a ocupação começou num [terreno] privado, né, aí vocês foram retirados?

Felipe: Isso, fomos retirados. (...) Isso. Aí esse povo que tava tudo ali [apontando para o terreno antigo], saiu tudo, removemos tudo. (...)

Thalles: Aí o Estado veio notificar vocês pra sair, como foi?

Felipe: Veio, veio a notificação pra que a gente possa sair do local, aí dá uns prazos. Aí dá um prazo pra gente, pra gente poder sair. Aí dá um prazo pra gente, e a gente saiu.

Thalles: Aí vocês pularam pra cá?

Felipe: Aí viemos pro lado.

A partir daquele momento, foi se estruturando a ocupação “Em busca de uma moradia”. Logo no início, as lideranças e membros do PSOL relataram que a Prefeitura ofereceu um auxílio aluguel no valor de R\$ 450 para apenas algumas pessoas, durante 6 meses. Na leitura deles, o auxílio seria apenas utilizado para desmobilizar a ocupação, uma vez que não estava claro como funcionaria e nem tinham previsão de continuidade. A política não é institucionalizada no município e aparece de tempos em tempos. Assim como ocorreu na primeira ocupação, ela funcionaria como uma ferramenta de desmobilização.

Algumas pessoas pegaram o auxílio aluguel e se mudaram. Outras, decidiram ficar e lutar. Desta vez, a dinâmica seria diferente. A Prefeitura havia se adiantado e indicado que seria possível fazer um processo de regularização fundiária via Reurb-Se e que ela mesma já estava desenvolvendo um projeto com 80 lotes. A desafetação de áreas públicas começava a se tornar uma regra, e não uma exceção. Nas palavras das lideranças, em fevereiro de 2021:

Elena: A gente teve acesso ao projeto da Prefeitura e tá incluído 80 terrenos, 80 lotes. Então, a gente colocou que seriam 80 famílias beneficiadas. (...) e o projeto é para essa área mesmo.

(...)

Felipe: Ontem, inclusive, mandaram realmente uma planta, um mapa, um mapeamento daqui, onde tem via, o que vai ser... aonde tem propriedade, as outras propriedades que tem, a parte da ocupação, a parte ambiental... Tudo o que a gente já tem neste espaço aqui, tudo mapeado com destinação. A pracinha que vai ser, a rua, enfim.

Thalles: Então eles têm a intenção de deixar vocês aqui mesmo?

Felipe: Eu creio que sim.

A área ocupada mescla duas finalidades — uso institucional e de bens dominicais⁸⁷. Ainda que ela seja passível de desafetação para uso habitacional nos termos do novo marco de regularização fundiária (2017), do PCVA e, mais recentemente, perante a Ação Direta de Inconstitucionalidade 6602⁸⁸ (2020/2021), ela se localiza muito próximo ao córrego Água Quente, em uma Área de Preservação Ambiental (APA).

O caso guarda semelhanças com a “Em busca de um sonho”, entretanto, a área encontra-se em um processo acelerado de degradação ambiental, tornando o caso mais complexo. A área foi desmatada ao longo de décadas e o córrego Água Quente encontra-se assoreado e poluído com esgoto sem tratamento. Há áreas com histórico de despejo de entulho de construção e processos avançados de voçorocas. O maior receio da ocupação é justamente que venha um pedido de reintegração de posse alegando que ela está colaborando para a degradação da área vizinha, mesmo que a degradação ambiental não seja recente.

⁸⁷ Áreas de bens dominicais constituem o patrimônio disponível, exercendo o Poder Público os poderes de proprietário como se particular fosse. São bens desafetados, ou seja, não possuem destinação pública.

⁸⁸ Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6602, de novembro de 2020, colocou em discussão os dispositivos da Constituição do Estado de São Paulo que impunham restrições aos municípios para alterar a destinação, os fins e os objetivos originários de loteamentos definidos como áreas verdes ou institucionais. Em setembro de 2021 foi a invalidado dos parágrafos 1º a 4º do inciso VII do artigo da Constituição Paulista. Em outras palavras, os municípios do Estado de São Paulo passaram a exercer sua competência para legislar sobre assuntos de interesse local, como o ordenamento territorial, o planejamento urbano e a fiscalização de áreas de uso e ocupação do solo. Agora, eles possam desafetar suas áreas públicas sem entrar em conflito com a legislação estadual.

Figura 16. Áreas públicas de São Carlos e localização das ocupações “Em busca de um sonho” (em amarelo) e “Em busca de uma moradia” (em vermelho).



Fonte: Google Maps e mapa da Prefeitura de São Carlos. Autoria própria, 2023.

O próprio processo de urbanização do lote da ocupação “Em busca de um sonho” colaborou com a degradação da área de baixo na medida em que a empresa privada abriu um rastro de destruição até o córrego com a finalidade de levar a rede de galerias de águas pluviais. Houve um grande desmatamento para a entrada do trator e as galerias abertas foram mal fechadas. Tudo isso sem um plano de manejo e recuperação. Em visita à ocupação, em maio de 2023, foi possível constatar o trabalho de plantio de mudas nativas — na área desmatada — pelos líderes da ocupação, uma indígena xamã e Vitor Camacho. Entretanto, o terreno arenoso

e o manejo inadequado há décadas continuam a produzir voçorocas. Neste mesmo dia, a Defesa Civil estava novamente lá para constatar a situação.

Mesmo com a Prefeitura se adiantando, as lideranças relataram que as negociações andam muito devagar. Já se passaram quase 3 anos e nada de concreto avançou. Em maio de 2023, durante uma audiência pública referente à atualização do Plano Diretor no Município, Elena questionou o Secretário de Habitação Municipal, Wilson Marques, sobre a demora do projeto de regularização fundiária da ocupação. O Secretário respondeu que:

Wilson Marques: (...) É uma área que tem a invasão que a Elena faz parte e nós já trabalhamos, desde o ano passado... A gente tem provocado eles para se organizarem em uma Associação para que a gente possa transformar esta área, que era uma rua que não vai mais existir, em lotes. Isso já está ocorrendo e o processo não é rápido, a gente sabe. É um processo lento, haja visto o movimento “Em busca de um sonho”, e o de vocês chama “Em busca de uma moradia”... É um pouco lento a gente conseguir verba para urbanizar, passar pelo Ministério Público para eles aceitarem. (...) Nesta semana o projeto final ficou pronto, com um funcionário nosso e a partir daí a gente vai começar a dar andamento na parte legal, tá ok? Mas eu não consigo te passar exatamente o prazo disso, por que às vezes a gente esbarra em problemas que não são nossos, tá bom? (Câmara Municipal de São Carlos, 2023a).

É importante destacar a frase do Secretário — “que tem provocado eles para se organizarem em uma Associação”. É possível que o principal motivo da necessidade da ocupação se organizar formalmente é justamente a questão que a Reurb-S pode ser implementada por uma Organização da Sociedade Civil ou empresas privadas, como tem ocorrido na “Em busca de um sonho”, via Maitá-Athis e Associação Veracidade. Novamente, a responsabilidade da regularização recaiu sobre a população vulnerável.

A “boa” vontade da Prefeitura logo de início pode ter tido algumas motivações. A primeira repousa no fato que a Reurb-S era o único instrumento disponível para se fazer política habitacional naquele momento e, então, eles seguiram os passos da “Em busca de um sonho”. O segundo motivo se deve ao congelamento do crescimento da ocupação. Uma vez que se tem um projeto com lotes delimitados, a ocupação não pode mais aceitar acampados. E o terceiro motivo é a intenção de finalizar de uma vez por todas com o movimento político que surgia das ocupações naquela região, evitando a aproximação do MTST, como relatou Elena:

Elena: A Prefeitura já fez o mapeamento dos lotes. O plano da Prefeitura é regularizar aqui mesmo, porque virou um ponto viciante [segundo a Prefeitura]. Se removerem a gente daqui, vai vir outras famílias e ocuparem este espaço. Aí eles vão sempre ter essa dor de cabeça. Aí a intenção deles é já fazer o lote, entregar, e aí acaba o problema (maio de 2023).

Um último ponto importante é o passivo ambiental daquela área — o mesmo motivo pelo qual a Prefeitura não prosseguiu com o processo de desapropriação da “Em busca de um sonho”. A advogada do PSOL que presta serviço jurídico gratuito para a ocupação me esclareceu, em maio de 2023, que não existe nenhum projeto de regularização fundiária oficializada para aquela área. Ainda que a ocupação não esteja dentro da APA, a região como um todo está fragilizada ambientalmente. A Prefeitura não tem forçado um processo de reintegração de posse, porque ela também teria responsabilidade em recuperar a área. Grande parte dos danos ambientais causados ali foi feito pelo despejo de entulho pela própria Prefeitura ou por empresas terceirizadas contratadas. Ao envolver a Justiça e o Ministério Público, tem-se a potencialidade de prejudicar a própria Prefeitura (ver o TAC citado anteriormente).

Nestes termos, ambas as ocupações serviram de pretexto para a Prefeitura não realizar um plano de recuperação ambiental na área, como prometido pelo TAC assinado em 2003 e 2004. A promessa da regularização fundiária é uma ferramenta que posterga a responsabilidade da Prefeitura e dos outros entes envolvidos. E vale ressaltar que o ente privado envolvido, que loteou a grande Cidade Aracy, é a Agro Pecuária e Administração de Bens Cidade Aracy S/C Ltda., propriedade de Airton Garcia — atual prefeito de São Carlos, em seu segundo mandato (2017 — 2024. Também foi vice-prefeito entre 1996–2000)⁸⁹.

É possível que com a volta do PMCMV, em 2023, o município não agirá, esperando as novas diretrizes do programa, com novos fundos e financiamentos. O terceiro governo de Lula reabre alguns horizontes, mas agora marcado pelo quadro legal produzido entre 2016 e 2022, como exploraremos a seguir.

3.3 A exceção transformada em política habitacional: desafetação de áreas de uso institucional para o mercado privado

Com o retorno do PMCMV e, conseqüentemente, de orçamento público para programas habitacionais, os agentes municipais, o setor privado e os movimentos sociais começaram uma corrida para se prepararem para contratar novos projetos, e isso envolve a busca por terras disponíveis e de baixo custo. Em São Carlos, a PROHAB enviou um ofício (n.º070/2023) no dia 12 de abril de 2023 ao COMDEMA⁹⁰, solicitando a elaboração de análise técnica de

⁸⁹ Airton Garcia foi responsável direto pela expansão da zona sul de São Carlos, popularmente conhecida como a grande cidade Aracy, nos anos 1980 e 1990. O processo envolveu loteamento e cooperativa habitacional irregulares, especulação imobiliária, compra de votos e produção de capital político. Ver Breda (2022).

⁹⁰ Conselho Municipal de Meio Ambiente de São Carlos foi criado para permitir a participação da sociedade civil (organizações não governamentais — ambientalistas, sindicatos e associações de moradores), universidades e institutos de pesquisa que, em conjunto com instituições públicas, participam da definição e acompanhamento das

viabilidade da desafetação de áreas públicas específicas para serem designadas para Habitação de Interesse Social:

O assunto demanda urgência, pois para o Município seja beneficiado por programas habitacionais do Governo Federal e Estadual faz se necessário que sejam apontados os desimpedimentos para habitação.

O programa Habitacional Minha Casa Minha Vida do Governo Federal está programado para iniciar em maio/23.

O atual presidente da PROHAB, Rodson Magno do Carmo, alega que o município de São Carlos possui aproximadamente 50 áreas de uso institucional ociosas, e por essa razão,

segundo o exemplo do Município de Ribeirão Preto/SP⁹¹, nasceu a ideia de elaboração de uma lei que autoriza o Município a alterar a destinação das áreas institucionais ociosas direcionando-as para habitação de interesse social.

Todavia, o assunto demanda urgência, pois para que o Município seja beneficiado por programas habitacionais do Governo Federal e Estadual é necessário que, através da PROHAB São Carlos, sejam apresentadas áreas/matrículas livres e desimpedidas para implementação de moradia popular.

Essa “urgência” em disponibilizar áreas para o programa habitacional é baseada no indicador de déficit habitacional no município. A PROHAB fez um chamamento para cadastro habitacional entre os dias 19 a 31 de março de 2023 com a finalidade de “obter o déficit habitacional do município e a partir dos dados programa a busca de novos programas habitacionais junto aos governos estadual e federal”. O atual presidente ressalta que o último levantamento do déficit foi realizado em 2014. Nota-se que a discussão do déficit habitacional se faz presente apenas quando há orçamento público para habitação, pois o déficit funcional como uma ferramenta de expropriação de recursos públicos para a iniciativa privada.

Para o cadastro precisava apenas levar o CPF e comprovante de endereço (Cadastramento, 2023). Em reportagem pelo site oficial da Prefeitura, em 19 de maio de 2023,

Rodson lembra que esta etapa faz parte de uma iniciativa já em andamento da PROHAB, que, no mês de março, efetuou o recadastramento habitacional no município e, agora, ganha em precisão quanto ao déficit habitacional para angariar recursos. “Foram 16 mil atendimentos realizados e assim pudemos atualizar os números do município. É importante que quem se cadastrou participe dessas audiências públicas para entender o processo do início ao fim. Durante as audiências, também teremos alguns prefeitos de outras cidades que

políticas de preservação e recuperação ambiental no território dos municípios. Ele é um órgão colegiado, deliberativo, consultivo, normativo, recursal e de assessoramento do Poder Executivo em assuntos ambientais.

⁹¹ Em 15 de maio de 2023, a Câmara Municipal de Ribeirão Preto realizou uma audiência para tratar da desafetação de áreas públicas. Aparentemente, a modificação não foi aceita. Dados disponíveis em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/JW34/noticia/6190> e <https://www.camararibeiraopreto.sp.gov.br/noticia/6208>. Acesso em: 18 set. 2023.

fizeram projetos similares e mostrarão a importância e o sucesso destes projetos para São Carlos”, finaliza (PROHAB, 2023).

Essa abordagem de aferição do déficit habitacional é altamente questionável, pois não considera nenhum recorte socioeconômico, com exceção se a pessoa já tiver um imóvel no nome dela e que more no município por mais de 3 anos. Neste sentido, é falacioso afirmar que este modelo de aferimento traz “precisão” e que o déficit habitacional da cidade gira em torno de 16 mil moradias. Busca-se oferecer terrenos públicos “sem uso” às empreiteiras privadas, radicalizando a abordagem corporativista do déficit habitacional a favor, mais uma vez, do mercado (Breda, 2018; 2021)

O suposto grande déficit habitacional funciona como um mecanismo de pressão, impondo uma “urgência”. Essa pressão justificaria a realização de audiências públicas de última hora para se discutir a alteração do Plano Diretor. Este mecanismo tem como intuito aprovar quaisquer modificações, desde que a bandeira seja a construção de moradia para pobres. Realizar uma crítica pública a este modelo em uma audiência pode ser facilmente mal compreendida pela população como sendo um argumento contra a construção de habitação social. A pauta se torna moral: todos a favor de mais habitações, ninguém contra. A crítica aberta e pública pode significar suicídio político.

Em mensagem da PROHAB para o COMDEMA, em 11 de abril de 2023, exemplifica essa “urgência” e o “vale tudo”:

Por essa razão, serve o presente documento para expor a questão e solicitar manifestação favorável tanto com relação à alteração da lei, como deferimento para que as áreas institucionais ociosas sejam desafetadas e doadas à PROHAB São Carlos até o dia 25 de abril de 2023.

O presidente da PROHAB requer que o processo de desafetação e transferência ocorra em menos de 15 dias, justificando isso a partir do déficit, das leis já citadas e da urgência de ter áreas disponíveis para poderem receber os programas habitacionais. Entretanto, ao mesmo tempo que se alega que é para HIS, inclui-se também a Faixa 2, de Habitação de Mercado.

Na audiência pública no dia 25 de maio, voltada para discutir o Plano Diretor de São Carlos, Rodson Magno comentou as expectativas para o futuro da habitação social no município. O principal foco agora é transformar áreas de uso institucional que “não farão falta ao município” — nas palavras dele — em área de uso habitacional. A partir disso, há duas opções: a construção de casas via programa habitacional (PMCMV ou Casa Paulista, programa estadual) ou a regularização fundiária e urbanização de lotes com financiamento de cesta de construção. Nas palavras dele:

Rodson: Se caso, o Minha Casa Minha Vida e o Casa Paulista (...). Se caso estes dois atrasarem, nós iremos fazer o lote. E como que vai funcionar os lotes habitacionais? A Prefeitura vai fornecer o lote a um preço bem irrisório e a gente vai atrás de uma cesta de material que chama-se “Crédito Associativo”. É uma modalidade que a secretaria Municipal de Habitação tem, aonde as pessoas que serão sorteadas, elas terão oportunidade de um tipo de um empréstimo e serão descontados em até 20% do salário. E com esse dinheiro, você pode construir a sua casa. Outro modelo que a gente pode fazer. A gente pode fazer que nem o governo do Estado está fazendo, usando as áreas institucionais na cidade de São Sebastião⁹²... se vocês pesquisarem, Sorocaba já fez e deu certo. São Sebastião, infelizmente por causa da tragédia... e as casas que estão sendo feitas lá são casas de *drywall*, são casas modernas, que dentro de 6 meses eles vão entregar mais de 1.400 casas lá em São Sebastião, porque teve aquela enchente e, infelizmente, devastou a vida de muita gente. Em São Sebastião é um modelo muito exemplar de uso de áreas institucionais e a cidade de Sorocaba⁹³. Tudo o que está sendo feito aqui... eu não sou vereador amador, eu estudei e estudo até hoje pra gente não vir aqui falar besteira. A gente vai fazer o que dá, o que está dentro da lei. A gente não vai infringir a lei.

(...)

Para que cada um de vocês possa ter moradia e para que vocês tenham a moradia de vocês com dignidade. E pra isso que a Prefeitura trabalha, para que cada um de vocês que fez a inscrição de vocês, futuramente possam ter a moradia de vocês. E não daqui a 1, 2, 3 anos. Não! Já nesse ano! Se não sair as casas, a gente vai partir pros lotes urbanizados. Peço a torcida de todos vocês, a oração de todos vocês! (Câmara Municipal de São Carlos, 2023a).

A fala de Rodson traz elementos importantes. O primeiro é que na ausência de programas habitacionais, há a opção do lote urbanizado. Nota-se que os instrumentos utilizados para a regularização fundiária da “Em busca de um sonho” e, possivelmente, para a “Em busca de uma moradia”, em um momento de ausência de política habitacional, abriu precedente para que a PROHAB buscasse desafetar no atacado outras áreas públicas para serem utilizadas na construção de habitação, com a diferença que não é mais preciso ter uma ocupação (ou Núcleo Urbano Informal) no terreno para realizar a desafetação. Portanto, é necessário alterar o Plano Diretor Municipal para autorizar a desafetação.

A segunda questão é que outras cidades passam a servir de exemplo como “melhores modelos” e “pioneiras” — São Sebastião, Sorocaba, Ribeirão Preto. Na terceira audiência sobre a alteração do Plano Diretor de São Carlos, o ex-prefeito de Votorantim foi convidado para dar seu testemunho de como foi aprovar uma lei em sua cidade a respeito da desafetação de área pública (Câmara Municipal de São Carlos, 2023c). Embora a desafetação de áreas públicas não

⁹² Embora a narrativa de Rodson atribua a desafetação das áreas públicas de São Sebastião em prol da catástrofe socioambiental que ocorreu na cidade no início de 2023, já existia uma lei de dezembro de 2018 que versava sobre a desafetação. Dados disponíveis em:

<https://www.saosebastiao.sp.gov.br/sistemas/oficialdocs/arquivos/09182594.pdf>. Acesso em: 18 de set. de 2023.

⁹³ Ver Lei Municipal de Sorocaba n.º 12.486, de 7 de janeiro de 2022. Art. 2, inciso III, parágrafo 2 e 3.

seja novidade, o quadro legal produzido no último desmanche alinhado com a alteração do Plano Diretor acelera a velocidade e a escala deste processo. Ainda que a princípio o argumento pareça favorável à população de baixa renda, o que parece estar em jogo é a disponibilização de áreas públicas para empreiteiras privadas, aprofundando o caráter neoliberal e privatista já presente no antigo PMCMV.

Se a nível local a ocupação “Em busca de um sonho” serviu como “precedente”, a nível estadual e federal, o relator do novo PMCMV também bebe na inspiração da formulação de uma política habitacional via desafetação de áreas públicas. Nas palavras de Rodson, na segunda audiência pública do Plano Diretor:

Rodson: Eu digo isso por que o governo de São Paulo, do ex-governador Rodrigo Garcia (2022–2023, PSDB), teve a excelente ideia junto com o ex-secretário de habitação, Fernando Marangoni, que hoje é deputado federal, foi eleito deputado federal que teve uma ideia de usar as áreas institucionais para fazer moradias populares. (...) e como que a gente vai construir casa e moradias populares e dar dignidade para as pessoas? Veio a questão das áreas institucionais. Fui a São Paulo, junto com, hoje o atual deputado federal Fernando Marangoni, fui estudar como que a gente ia fazer para usar as áreas institucionais. A gente precisa de todo um processo (Câmara Municipal de São Carlos, 2023b).

O deputado federal Fernando Marangoni (União Brasil) se tornou o relator do novo PMCMV. Ele sempre trabalhou em torno da pauta de regularização fundiária, rendendo o título de “pai da moradia”. Em sua descrição de perfil do *Instagram* ostenta a frase “Mais de 100 mil títulos de regularização entregues”⁹⁴. Marangoni já foi Secretário de Habitação e Regularização Fundiária de Santo André (SP, 2017–2018), Presidente do Comitê de Regularização Fundiária na Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo (2019–2022), e Secretário Executivo de Habitação do Estado de São Paulo (2019–2022). Também foi presidente do programa “Cidade Legal”, focado em regularização fundiária do estado de São Paulo.

Como colocado por Marangoni em entrevista, está se “incentivando e trazendo a participação dos municípios, que é o principal ente, que é o ente constitucional para tratar o uso e ocupação de solo para dentro do Programa [PMCMV]... exigindo do município que ele traga áreas para a produção habitacional dentro da malha urbana” (Band Jornalismo, 2023). Seguindo nesta linha, São Carlos prepara uma modificação no Plano Diretor para entregar terrenos públicos razoavelmente bem localizados na mão de empreiteiras privadas, via o novo PMCMV.

⁹⁴ Dados disponíveis em: <https://www.instagram.com/marangoni.official/> e <http://www.progoverno.com.br/conteudo/fernando-marangoni/>. Acesso em: 14 set. 2023.

Observando a movimentação da PROHAB e das audiências, fica a questão se estas áreas serão utilizadas de fato para habitação social. O cadastro aberto foi realizado também para o grupo de Habitação de Mercado, atingindo uma parcela da classe média baixa. A questão de imposto progressivo e desapropriação de terrenos privados que não cumprem a função social não entrou na discussão em nenhum momento como instrumento possível, perdendo sua centralidade. O foco, novamente, recaí na construção de novas unidades e não em outras formas de promoção de moradia, como o aluguel social ou utilização de prédios públicos.

As ocupações em São Carlos funcionaram como um laboratório para a institucionalização de uma política da exceção. A constituição de banco de terras para HIS, que se baseavam na compra ou desapropriação de terrenos sem função social, se deslocou para a desapropriação de terrenos do próprio Estado. Ao assistir as três audiências públicas em torno do Plano Diretor em São Carlos, a ideia colocada de que estes terrenos públicos não têm mais utilidade para o Estado e para a população, pois não há mais necessidade de se construir equipamentos públicos, alegando que a demanda por estes serviços já está sanada, beira o cinismo e o desprezo pela população vulnerável.

A ocupação “Em busca de uma moradia” surgiu em um contexto pandêmico, de rebaixamento das condições de vida. O horizonte de luta tornou-se o acesso à terra parcialmente urbanizada e regularizada. A moradia se dissolve no horizonte. Do lado da Prefeitura, há diversos motivos para a ocupação permanecer da maneira que está — apenas com a promessa da regularização, um por vir. Neste sentido, as ocupações têm sido instrumentalizadas pelo poder público para evitar o tratamento do passivo ambiental naquela região.

As ocupações serviram como laboratório para as políticas habitacionais no último desmanche. Mais recentemente, a discussão se deslocou dos “Núcleos Urbanos Informais” como instrumento para desafetação, para o “déficit habitacional”, utilizado como instrumento de pressão e urgência, construído a partir do campo moral e não técnico. A desafetação de áreas públicas para uso habitacional vai se tornando uma regra, e não exceção de urgência. Gradualmente, os instrumentos gestados na era do desmanche passam a ser institucionalizados, agora sob o manto do governo “progressista” de Lula. A política da exceção torna-se parte da política habitacional pós-desmanche.

O campo de ação foi reconfigurado a partir do ciclo de ocupações. A entrada do MTST na cidade não é trivial e a disputa pela gestão da demanda habitacional fica entre o Estado, os movimentos sociais e os partidos políticos que não necessariamente estão no cargo executivo,

como o PSOL. O conflito também se desloca do nível local para o regional, estadual e nacional a partir da constituição de uma rede de movimentos sociais, na qual o MTST tem se colocado como o elo mais forte.

O MTST fortaleceu a luta pela moradia através das ocupações, mesmo que não tenha entrado na terceira ocupação, colocando-se como um ator de grande influência e poder de mediação em São Carlos. O movimento visa se fortalecer localmente, e para isso almeja uma nova ocupação na cidade. Isso significa uma ocupação com menos interferência de atores externos, como o próprio PSOL local, e uma maior hegemonia do movimento.

Uma lista com a demanda já está sendo preparada na ocupação “Em busca de um sonho”. A demanda tem chegado através da Cozinha Solidária instalada no local em 2022, como constatei pessoalmente: pessoas que vão lá se alimentar, perguntavam se ainda tinha espaço na ocupação e, quando a negativa vinha, eram convidadas a deixar o nome em uma lista para a futura ocupação. Neste sentido, a instalação da Cozinha Solidária não só tem o objetivo de fornecer alimentação gratuita, como significa uma demarcação simbólica e a capilarização do movimento no território, controlando a gestão habitacional.

É importante pontuar que o movimento teve em vista capturar a demanda produzida pós 2013, com a emergência de um “ativismo urbano” (Frúgoli Junior, 2018), como será explorado nos capítulos 4 e 5. Entretanto, a expansão se deu com bastante intensidade no estado de São Paulo por ser o lugar de fundação e desenvolvimento do MTST, possibilitando a extensão de seus braços e pernas. Em outros estados, a dinâmica das ocupações pode apresentar características diferentes na ausência de um movimento centralizado.

No próximo capítulo discutiremos os principais atores políticos que compõem o campo de ação e rede de movimentos sociais no último desmanche, e disputam a gestão da demanda habitacional a partir da cidade de São Carlos. Dar-se-á destaque para o PSOL de São Carlos e a atuação do grupo Pitá/Maitá-Athis em parceria com a Associação Veracidade, assim como dois outros atores que ainda não foram citados: as lideranças religiosas e o crime organizado. Em relação ao MTST, por ganhar uma grande centralidade nesta pesquisa, será tratada da sua atuação nos últimos dois capítulos, a partir de diferentes escalas e temporalidades.

Capítulo 3

Atores e redes “fora” do Estado na gestão da demanda habitacional

Não sei por onde
entram e saem
tantas bocas;
muitas com fome
de feijão
gentilezas,
eu te amo!

Um desgosto sujo
me decretou solidão.

Minha palavra
foi engaiolada,
quero as que estão soltas.

Eu preciso das
chaves que aprisionam
os verbos.

(Lene, 2021, p. 39)

No capítulo anterior foi discutido o ciclo de ocupações na cidade de São Carlos, privilegiando um olhar sobre a conjuntura política e às estratégias da população de baixa renda, dos atores de mediação e movimentos sociais na luta por moradia. Foi apontado uma ampla atuação de outros atores “por fora” do Estado.

Estas modulações foram possíveis através do quadro legal e normativo pós-2016, que tem operado por meio de uma política de balcão e privatização do público, com ampla discricionariedade dos agentes. No momento em que se desmancham os mecanismos institucionais promovidos pelo PMCMV, opera-se uma desregulamentação nas formas de acesso à moradia, produzindo um embaralhamento na legislação no campo habitacional, permitindo a criação de espaços dinâmicos, de disputa e recriações institucionais.

As fronteiras entre o público e o privado, o papel dos atores e o próprio enquadramento dos beneficiários são borrados, criando uma zona cinzenta, alargando as margens de manobra existentes na própria regulação legal. Por meio das zonas cinzentas, o controle ou poder de regulação de atores não-institucionais ganham espaço (Bureau; Dieuaide, 2018). Em nosso caso, referimos ao controle ou poder da regulação das relações sociais que permeiam a gestão da demanda habitacional por atores “fora” do Estado.

A zona cinza se desenha a partir da dissolução dos limites normativos, com contornos menos definitivos, misturando práticas indistintas entre as dobras do legal e ilegal, do institucional e do não-institucional (Minassian, 2011; Azaïs, 2012). A gestão do social se encontra, portanto, neste espaço de indefinição, em disputa por diversos atores.

É por meio desta zona cinza que se criam e/ou se fortalecem redes de poder para além do Estado e do mercado. Estas redes são espaços para se obter recursos. Atualmente, podemos destacar ao menos três redes de influência poderosas, constituindo-se um mundo próprio: o mundo do crime, o mundo estatal e o mundo religioso. Elas buscam dar significado e ordenar a vida cotidiana nas periferias, apresentando-se como um regime normativo. Induzem um “deve ser”, um ideal de conduta esperado para todos (Feltran, 2018).

Neste cenário, as lideranças e acampados buscam estes atores e redes para dar respostas a problemas específicos. Quando é preciso resolver problemas ligados à municipalidade, o PSOL ou o MTST são acionados; quando se discutem detalhes técnicos do projeto urbanístico e arquitetônico, o Pitá/Maitá-Athis é procurado; problemas relacionados aos conflitos internos (violentos ou não), o crime organizado é ativado para resolver. Pastores e missionários são muitas vezes chamados para cuidar de problemas de saúde ou oferecer uma

palavra de conforto. Todas estas lógicas de ordenamento⁹⁵ do mundo material e simbólico atravessam a ocupação, e ainda que possam ter fronteiras demarcadas (física e simbolicamente), elas coexistem no mesmo território, hora em confluência, hora em negação.

É importante pontuar que não se trata de redes e atores isolados. Estes atores apresentam uma transversalidade entre os grupos, eles se relacionam de modo complexo, planejado ou não, sob coerção violenta ou adesão “voluntária”, e que tem potencialidade de influenciar umas às outras, em busca de benefícios, prestígios, proteção ou lucro, produção de legitimidade, etc. Neste sentido, há um pluralismo normativo nas periferias urbanas brasileiras, onde o Estado, a religião e o crime atuam como autoridades em redes complexas de poder (Maldonado; Beraldo, 2024; Côrtes, 2005).

Este capítulo visa olhar mais atentamente para a trajetória destes atores e redes de poder no município de São Carlos e a relação com as ocupações. Destacamos quatro: o PSOL, o grupo Pitá/Maitá-Athis, a igreja evangélica e o crime organizado. A disputa sobre a gestão da demanda habitacional pode revelar convergências de estratégias e ideologias, ao mesmo tempo em que podem se revelar conflitos. Estes grupos obtêm ganhos a partir desta gestão, como a produção de capital político⁹⁶ e legitimidade social. Com a disputa pela gestão da demanda habitacional, revelam-se também disputas em torno do ordenamento social. Vale pontuar que devido à densidade de dados e a centralidade que o MTST tem ganhado na gestão da demanda habitacional, foram reservados os dois próximos capítulos para discutir o movimento.

1. PSOL e Djalma Nery: acúmulo de militância e capital político

Partidos políticos locais, especialmente o PSOL, desempenharam um papel significativo na organização e conquistas das três ocupações analisadas anteriormente. Nesta seção, exploraremos a trajetória do PSOL de São Carlos e de sua principal liderança, Djalma Nery, na gestão da demanda habitacional.

Se por um lado, o PSOL colaborou com a trajetória das ocupações, o oposto também é verdade. As ocupações desempenharam papel central no acúmulo de experiência dos

⁹⁵ Por ordenamento social compreende-se um complexo orgânico de práticas, não apenas um conjunto de comportamento isolado, que produz uma disposição de conduta, hierarquias e códigos organizados e complexos, caracterizando a própria ordem social. Também entendemos que embora o Estado se apresente como agente central no ordenamento social, não cabe somente a ele a produção da ordem (Silva, 2004).

⁹⁶ “O capital político é, portanto, uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido” (Bourdieu, 2011, p. 204). Em outras palavras, o capital político é o reconhecimento social que torna alguns indivíduos aceitos como atores políticos e com possibilidades de agir politicamente.

militantes do partido, possibilitaram a criação de capital político e o próprio crescimento da legenda. Os dados discutidos baseiam-se em entrevistas formais e informais conduzidas com o vereador Djalma Nery e seu assessor, Vitor Camacho⁹⁷, e Lucas Beco, militante do PSOL.

Nacionalmente, o PSOL surgiu em 2004 a partir de um grupo de parlamentares e militantes expulsos do PT. A crítica do grupo dissidente direcionava-se para a política de conciliação de classes do partido e sua guinada ao centro. Segundo Lucas Beco, o PSOL de São Carlos foi fundado na mesma época:

Lucas: A presidente do partido aqui em São Carlos, até a última gestão, ela foi vereadora do PT por muitos anos, aqui na cidade. Foi uma das primeiras expulsas do PT, que é a... Então, ela foi uma das fundadoras do partido (PSOL) e fundou localmente. (...) Isso foi lá em 2005, mas eu fui me filiar em 2012, junto com uma leva mais jovem que entrou depois.

Localmente, o partido iria eleger o seu primeiro vereador apenas em 2020, 15 anos depois de sua fundação. Em 2016, Djalma Nery concorreu ao cargo de vereador e, em 2018, candidatou-se a deputado estadual, angariando cerca de 13 mil votos. Em 2019, foi o vereador mais votado, obtendo aproximadamente 3 mil votos, representando o Mandato Popular Coletivo, que atualmente reúne 12 pessoas. Em 2022, Djalma voltou a se candidatar a deputado estadual, dessa vez por meio de um mandato coletivo com ativistas do estado de São Paulo. Ele recebeu um total de 21.380 votos, não se elegendo.

1.1 Djalma Nery: do “acúmulo de militância” a vereador

Djalma Nery, 36 anos, é formado em Ciências Sociais e possui mestrado em Ciências. Ele foi um dos fundadores da Associação Veracidade, entidade do terceiro setor estabelecida em São Carlos em 2012, que tem como propósito promover a permacultura e a agroecologia como instrumentos de transformação social. A sua trajetória política e de militância está atrelada às ocupações em São Carlos, como ele me relatou em uma entrevista online em maio de 2021:

Djalma: é... o envolvimento, o engajamento com as ocupações **se deram num momento de início da minha militância política** aqui em São Carlos, 2012, 2013, que foi mais ou menos uma época que eu voltei para São Carlos. Eu estudei em Araraquara, fiz ciências socais na UNESP, né, enfim, eu não estava muito presente aqui na cidade. Mas no final de 2011 que eu voltei, meio, final de 2011, aí me fixei aqui de novo, né! Comecei a dar aula no estado, enfim, né! E nas eleições de 2012, eu me aproximei muito do PSOL, eu já tinha uma identidade política muito grande com o partido, mas não era filiado nem nada. Nas eleições de 2012 eu conheci a galera do PSOL daqui de São Carlos (...) e me aproximei muito deles. E eu

⁹⁷ Assessor parlamentar, geógrafo (UNESP), Especialista em Geoprocessamento (PUC), Mestre em Ciências Ambientais (UFSCar). Divulgador científico no Projeto Meios.

cheguei até a ocupação através do pessoal do PSOL, do Flávio Lazzarotto, do Dante.

Em 2012, Djalma Nery se filiou ao PSOL, marcando o início de sua trajetória na militância política. Através da colaboração com os membros locais do partido, ele estabeleceu conexões com a ocupação “José Luís e Rosa Sundermann” (2014–2014). Flávio Lazzarotto prestou assistência jurídica para as ocupações, conforme discutido no capítulo anterior. Ele é filiado ao PSOL e concorreu à prefeitura de São Carlos em 2012. Naquele ano, Flávio “realizou ali algumas atividades com a moçada ali da região [sul]. Ficou conhecido ali também por conta disso”. A legenda já tinha uma inserção na região sul da cidade e a partir da inserção de Flávio na ocupação como advogado-militante, os militantes da legenda ganharam espaço como mediadores.

Djalma: E a partir deste meio tempo a gente começou a fazer o acompanhamento, e a gente começou inclusive, a fazer reuniões, a ajudá-los a assessorá-los nessa organização coletiva. (...) Então, uma vez por semana eu ia lá, levava dois microfones, uma caixa de som, chegava lá e a gente fazia assembleia. A gente fazia assembleia na rua, juntava 60, 80, 100 pessoas, porque começou a aumentar o número de procura. O Flávio continuou prestando a consultoria, a assessoria jurídica gratuita, militante. (...)

E aí, um início da minha militância política.

(...)

E aí, começou um ciclo. A gente começou a organizar ali a ocupação com metodologia de cadastro. E aí, começou a pensar as casas, pessoas, famílias. A lista e toda aquela tecnologia social ali de organização da ocupação urbana (...). A gente fez uma série de atividades formativas, filiamos uma galera no PSOL na ocupação, uma galera, principalmente as lideranças ali. (...) Levou para encontros, levou para atividades, a gente fez esse acompanhamento.

O engajamento do PSOL na ocupação “Sundermann” teve um impacto na maneira como a ocupação foi estruturada, levando à implementação de uma “tecnologia social” que abarcava a organização e o registro da demanda habitacional. O partido também promoveu atividades de formação, focadas principalmente nas lideranças. Esse mesmo padrão se repetiu no contexto da ocupação “Em busca de um sonho”:

Djalma: Isso, participei desde o começo dessa segunda ocupação. Ela de fato já nasceu muito mais articulada, porque ela, de certa forma, vem como herdeira da primeira. **Inclusive, nessa [ocupação] eu atuei, até a luz do acúmulo de militância, de maneira mais próxima, mais incisiva ali.**

(...)

A gente fez um processo parecido de articulação, de chegar junto, de filiar algumas pessoas ao partido, de criar vínculos organizados ali mesmo com lideranças e partido para ter uma coisa ali a mais... E a mesma metodologia, reuniões semanais, assembleia, caixa de som, junta o povo, cadastro... (...) tanto que toda essa interlocução também teve com a academia [Universidade], também com grupos de extensão, etc. Foi a gente que trouxe um monte de grupos ali, da arquitetura, do Enactus, de empreendedorismo para fazer atividade, para pensar coisas ali dentro.

A participação do PSOL na primeira ocupação resultou em um acúmulo de militância tanto para Djalma, quanto para os acampados e líderes que mantiveram um diálogo com a segunda ocupação. O partido também foi uma ponte para uma série de interações, particularmente entre as universidades presentes em São Carlos — a USP e a UFSCar — e seus respectivos estudantes, acionando lógicas antagônicas de enfrentamento das questões sociais, escalas e financiamentos, como o grupo Enactus⁹⁸, o qual é financiado a partir de grandes corporações nacionais e internacionais, e aposta no empreendedorismo como saída para superação das desigualdades estruturais.

Djalma enfatizou que “o PSOL era a força organizacional mais ativa na ocupação [Em busca de um sonho]”, embora os membros do partido, “individualmente, também estabeleciam contatos e interações, não necessariamente em nome do partido”. A partir destas relações, foi-se reconfigurando o campo de ação local e uma rede de movimentos sociais (Scherer-Warren, 2006) em torno da pauta habitacional, como discutido no capítulo anterior.

Na terceira ocupação, “Em busca de uma moradia” (2020), com Djalma já eleito vereador, a relação de militância deslizou-se para uma relação de institucionalidade, conforme descreve:

Djalma: Então, estes foram alguns aprendizados nesses 3 ciclos [das ocupações] ali. E agora tem um novo aprendizado, que é aquela da ocupação “Em busca de uma moradia”. (...) **Enfim, nós estamos num outro processo de aproximação com eles** (...) eu tenho ido lá quase que semanalmente, nas duas ocupações. Na “Em busca de um sonho” eu vou para acompanhar a demarcação de lotes que está atrasada, estamos cobrando a habitação para resolver isso logo. O SAAE que precisa começar as ligações ali nos lotes, estamos acompanhando o asfaltamento da via ali que iniciou na semana passada. **Então, eu vou fazer uma visita ali de acompanhamento, de monitoramento enquanto parlamentar.**

(...)

A gente deu uma assessoria técnica para eles [ocupação “Em busca de uma moradia”] ocuparem os locais corretos, porque eles já tinham tido que desocupar um lote, depois tiveram que desocupar outros barracos por causa da via que passou. Então, a gente fez todo esse trabalho de pegar o mapa do [bairro] Cidade Aracy, ir na [Secretaria de] Habitação e tal, escolher um local e falar “galera, vocês vão ocupar este lugar aqui”, garantir que eles vão ter o mínimo de impacto ambiental, de corte... **Então, a gente está fazendo esse trabalho, são dois trabalhos diferentes, né! Um mais de acompanhamento e monitoramento, o outro mais de militância e orientação, assim.**

(...)

⁹⁸ “Fundada em 1998 no Brasil com o nome SIFE (*Students in Free Enterprise*) e conhecida desde 2012 como Enactus, a organização internacional sem fins lucrativos dedica-se a inspirar jovens universitários a transformar vidas por meio da Ação Empreendedora. A Enactus Brasil é um dos 33 países ao redor do mundo que opera o programa Enactus, unindo estudantes, líderes executivos e líderes acadêmicos em rede para o desenvolvimento de iniciativas empreendedoras com viés social, econômico e ambiental”. O grupo é financiado por grandes corporações, como Unilever, Bentley, Sumitomo Chemical – Latin America, Ford, Cargill, Instituto Sabin, Irko, dentre outros. Dados disponíveis em: <https://enactus.org.br/quem-somos/sobre/>. Acesso em: 31 out. 2023.

Hoje, assim, eu tenho uma relação muito... não é assim que é mais distante, mas é mais cuidadosa, porque a gente se jogava mesmo, sabe. E aí dava treta, por que a galera começa a pedir muita coisa que não tinha a ver com aquilo lá, e aí se você não fazia, criava frustração... então, hoje a gente demarcou melhor aqui qual que é o nosso papel, sabe? “pô, galera, legal, nós tamo juntos, nós somos parceiros, a gente ta na mesma luta, mas ó, eu vou contribuir até aqui!”.

As ocupações desempenham um papel essencial na construção da trajetória de Djalma, tanto como militante, quanto como vereador. Em um nível pessoal, seu envolvimento na primeira ocupação assinalou sua iniciação na militância; na segunda ocupação, indicou um amadurecimento e sua entrada na esfera política partidária. Por fim, a terceira ocupação revela uma abordagem mais ponderada de sua militância, que se alinha com sua posição como parlamentar.

1.2 Eleições e capital político

A atuação do PSOL na região sul de São Carlos e nas ocupações produziu uma imagem positiva para o partido, como revela o depoimento de uma das lideranças da ocupação “Em busca de uma moradia”, em 2021:

Liderança: Eles vieram domingo aí [Djalma e Vitor]. Eles vêm aí pra ajudar, fora de série. Pela credibilidade, que fala, que deu pra eles, pra ele, pro Ronaldo [militante do PSOL]. Por mais que seja, não é só eleição, né, tá fora [da época] da eleição e eles tão lutando por nós.

A ideia de que eles atuam em prol da população fora de período eleitoral é bastante valorizada. Além disso, a inserção do partido nas ocupações permitiu um processo de filiação das lideranças e de alguns acampados, como relatado nas falas anteriores. Entretanto, é preciso relativizar as potencialidades do processo de filiação, visto que muitos acampados estão irregulares perante a justiça eleitoral. O PSOL tem feito um esforço em regularizar os acampados e, posteriormente, filia-los ao partido. Ainda assim, este processo resultou em um saldo positivo de eleitores:

Djalma: E aí eu fui candidato nessa eleição [2016] pela primeira vez e eu tive na ocupação [“Em busca de um sonho”] pontos de apoio muito grande, muita gente ali votou em mim (...) e muitos votos vieram dali, vieram do nosso trabalho na ocupação, que existiu uma expectativa também que a gente continuasse contribuindo.
(...) Eu acho que boa parte da galera ali também acabou votando em mim [em 2020], é pela votação que foi expressivíssima ali né, inclusive naquela região.

Djalma relata a produção de um capital político fruto das interações entre o partido e as ocupações. Conforme a legenda crescia, surgiu um processo de competição por este capital entre os militantes que se candidataram a cargos legislativos nas eleições de 2020.

Djalma: (...) quando o Ricardo [nome fictício] se dispôs a ser candidato, e o Ricardo tem uma certa referência na ocupação pelo trabalho dele (...), a gente [do PSOL] decidiu, falou “galera, nós não vamos disputar a ocupação, deixa a ocupação pro Ricardo. Deixa o Ricardo pegar a ocupação, no final a gente conta voto pra legenda do mesmo jeito...”.

Durante das eleições de 2018, 2020 e 2022, diversos candidatos do PSOL fizeram campanha política na ocupação “Em busca de um sonho”. Tive a oportunidade de presenciar estas visitas algumas vezes. Através das páginas do *Facebook* e *Instagram* também foi possível constatar esta movimentação. Guilherme Boulos, Ediane Maria, Djalma Nery, Ricardo, entre outros, estiveram presentes lá.

Assim como houve uma disputa entre os membros locais do PSOL pelo capital político, também existiu atrito entre candidatos do PSOL que são membros do MTST e o PSOL de São Carlos. Segundo narrativa de um informante, durante as eleições de 2022, o MTST pressionou para que os territórios no estado de São Paulo onde existiam suas ocupações e Cozinhas Solidárias votassem no Guilherme Boulos e na Ediane Maria, ambos militantes do MTST. Por conta desta recomendação, houve um atrito na disputa pelo território da ocupação em São Carlos entre as partes envolvidas. Naquele pleito, tanto Djalma quanto Ediane concorriam para a posição de deputado estadual. A dupla de São Paulo não quis nem dividir palanque com Djalma e, segundo a narrativa, não houve um tratamento cordial. Isso acabou colaborando para o afastamento da militância local do PSOL da ocupação “Em busca de um sonho”. Ainda que todos concorriam pela mesma legenda, ficou claro que os territórios organizados pelo MTST deveriam focar nas candidaturas de seus militantes e não necessariamente nas candidaturas de seus colegas de legenda.

É importante ressaltar que a ocupação “Em busca de um sonho” tem uma particularidade específica. Usualmente, as ocupações do MTST são erguidas desde o início por eles, resultando em uma hegemonia do movimento. Neste caso, o MTST entrou depois dois anos, ou seja, já havia outros atores organizando a demanda habitacional e gozando da legitimidade, como o caso de Djalma Nery. Este fato implicou numa disputa mais intensa pelo capital político. A ocupação já foi rotulada de “problemática” por uma coordenadora estadual, justamente pelo fato de terem diversos atores disputando a gestão da demanda habitacional e seu capital político.

1.3 Disputas internas do PSOL

Além da disputa do capital político produzido a partir das ocupações visando as eleições gerais, há também disputa para definir os rumos internos do partido. Existe uma *recomendação* para que os acampados e militantes do MTST filiados ao PSOL votem na tese⁹⁹ que interessa ao movimento.

Djalma: (...) a ocupação [“Em busca de um sonho”] já era do MTST... A gente falou com a maior liderança do MTST na época que era o J., o braço direito do Boulos lá em São Paulo (...) E eu falei: “J., a situação é essa”, ele também é do PSOL, “ó, vai ter Congresso, você sabe a importância, a gente queria que você nos ajudasse a mobilizar a galera da ocupação para eles irem no Congresso e votaram conosco, né”. E aí o Josué foi falar com eles [líderes da ocupação], “ó, então, é importante o Congresso, vocês participarem” ...

No trecho citado, tanto Djalma (PSOL), quanto Josué (MTST) concordavam que deveriam orientar os filiados da ocupação a votarem na tese que beneficiaria o MTST dentro do PSOL. Naquele momento o movimento ainda não tinha uma corrente para chamar de sua. Somente em março de 2021 o MTST apresentou a sua própria corrente, chamada “Revolução Solidária”:

Sobre a Revolução Solidária

Somos um movimento social e político que se referencia no trabalho popular e periférico do MTST, na luta dos trabalhadores e trabalhadoras, dos camelôs, feirantes, precarizados, informais. Na luta das mulheres, negros e negras, LGBT, povos indígenas e da floresta. Na combatividade de mandatos que resistem nos parlamentos tão dominados pelo atraso. Na luta pela ciência, pela cultura, educação e saúde. No combate às desigualdades, a fome e em defesa do meio ambiente”¹⁰⁰.

Este movimento representa o esforço em consolidar a presença do MTST dentro do partido. Boulos, recém-chegado ao PSOL, tem se tornado uma de suas principais figuras (Tavares, 2021). No final do mês de agosto de 2021, a corrente Revolução Solidária venceu a eleição nacional entre os filiados do PSOL, com aproximadamente 60% dos votos, contra 40% do grupo concorrente liderado pelo deputado federal Glauber Braga (RJ) e a deputada estadual Luciana Genro (RS). Assim, o grupo de Boulos passou a ter prioridade na distribuição de postos e definição de rumos da legenda (Zanini, 2021).

⁹⁹ O PSOL pode ser compreendido como um partido de correntes e tendências, com a finalidade da construção coletiva plural. As correntes têm diferentes processos de formação, organização, reivindicações, pautas e teorias. A cada dois ou três anos, o partido realiza seu Congresso, onde as correntes apresentam suas teses para serem votadas. Também é possível realizar mudanças no estatuto. Este processo passa pelas etapas municipais, estaduais e a nacional. Dentro deste processo, ocorrem as Plenárias Municipais, que é um momento importante do Congresso aonde os filiados ao partido votam na tese que achar adequada. A tese vencedora guia os rumos do partido nos próximos anos e a composição das diferentes instâncias de direção. Dados disponíveis em: <https://psolrj.com.br/partido/organizacao> e <https://psol50.org.br/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-8o-congresso-nacional-do-psol/>. Acesso em: 07 ago. 2023.

¹⁰⁰ Dados disponíveis em: <https://www.revolucaosolidaria.net/quem-somos>. Acesso: 07 ago. 2023.

Entre os membros da Executiva Nacional do partido que tomaram posse em setembro de 2021, por exemplo, figuram ao menos duas militantes do MTST. Natália Szermeta, integrante do quadro nacional do MTST e esposa de Guilherme Boulos, foi empossada presidente da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco — fundação do PSOL. Ela também foi uma das organizadoras do 8º Congresso do PSOL, que ocorreu no segundo semestre de 2023. Isadora Britto assumiu a posição de Secretária de Movimentos Sociais¹⁰¹.

Em 2023, ocorreu o 8º Congresso do PSOL. Dentre as 3 teses apresentadas para o Estado de São Paulo¹⁰², a 3ª tese, “PSOL Popular, democrático e de todas as lutas”, foi apoiada pelo MTST. Entre os nomes de apoiadores, é possível observar Djalma Nery. O 8º Congresso elegeu Eduardo Borges, coordenador nacional do MTST, para a Secretaria de Movimentos Sociais no PSOL-DF; Maria do Socorro, coordenadora do MTST, como vice-presidente do PSOL-DF. Em São Paulo, Débora Lima, coordenadora nacional do MTST, assumiu a presidência estadual do PSOL — anteriormente ela era presidente do PSOL na cidade de São Paulo. A Revolução Solidária foi a bancada que mais cresceu neste último Congresso, dobrando de tamanho em dois anos e formando a segunda maior delegação do Congresso. A bancada compôs o campo vencedor — PSOL de Todas as Lutas¹⁰³.

Durante a minha experiência como brigadista na Escola de Trabalho de Base do MTST, em 2023, os coordenadores solicitaram com uma certa insistência que os brigadistas e acampados filiados ao PSOL fossem votar na tese 3. As plenárias ocorreram entre final de julho e começo de setembro de 2023. As ocupações do MTST tornam-se instrumentos de disputa política para definir os rumos do partido e os cargos na burocracia partidária.

Apoiado pelo atual presidente do partido, Juliano Medeiros, a corrente do MTST tem crescido e se legitimado dentro do PSOL. Em 2021, a corrente defendeu que o PSOL não deveria lançar candidatura à presidência em 2022, privilegiando uma frente ampla de oposição a Jair Bolsonaro. Seria a primeira vez na história do partido que a legenda não apresentaria um candidato à presidência (Zanini, 2021). Em setembro do mesmo ano, foi confirmada a adesão a esta estratégia, respaldada na votação de 402 delegados (Ohana, 2021).

Parte do acordo em não lançar candidato para presidência envolvia o fato do PT ter sinalizado que apoiaria a candidatura de Boulos para a prefeitura de São Paulo, em 2024, o que se concretizou recentemente (PSOL, 2022). Após as eleições, o PSOL decidiu que faria parte da base do novo governo Lula (PT, 2023).

¹⁰¹ Dados disponíveis em: <https://psol50.org.br/partido/executiva-nacional/>. Acesso em: 07 ago. 2023.

¹⁰² Ver teses em: <https://psol50.com.br/congresso2023/teses-estaduais-2023/sao-paulo/>. Acesso: 07 ago. 2023.

¹⁰³ Dados disponíveis no perfil de Instagram “ronaldomansur09”, “mtstdf” e “revolução solidáriadf”, no mês de outubro de 2023.

As decisões de apoiar o PT nas eleições presidenciais e, posteriormente, em seu governo, desagradou a corrente fundadora do PSOL — Socialista dos Trabalhadores —, que justamente é composta por membros expulsos do PT (Vassallo, 2022). Mais recentemente, em junho de 2023, a corrente abandonou o PSOL fazendo críticas ao apoio ao governo Lula. Alegou que o partido “rasgou” suas principais bandeiras e que o partido deveria rejeitar governos que promovem conciliação de classe e não se integrar a eles (Carmo, 2023).

As filiações em massa no PSOL dos militantes e acampados do MTST têm sido um instrumento fundamental para a construção da hegemonia da corrente do movimento no partido (ver próximos capítulos). Diversos relatos em São Carlos e em São Paulo tem apontado que o MTST está “engolindo” o PSOL por dentro e há uma pretensão de massificar o partido a partir do MTST. A principal ferramenta para esta estratégia parece ser as ocupações do movimento. É importante ressaltar que o PSOL é um partido de correntes e esta característica pode ter sido fundamental para a estratégia do MTST.

Se olharmos para o contexto histórico do final do século XX, a discussão sobre a relação entre movimentos sociais e partidos políticos se pautava na possibilidade de perda de autonomia dos movimentos sociais frente aos partidos. Os partidos de esquerda, que acabavam de sair da clandestinidade devido à Ditadura Militar, começavam a se rearticular. Havia um trânsito de lideranças dos chamados “novos movimentos sociais” (fruto da década de 1970) que se engajavam nos partidos políticos de esquerda, caracterizado como dupla militância. Por outro lado, militantes partidários também investiam nos movimentos sociais, buscando alcançar algum nível de influência política sobre eles (Ferreira, 1994).

A maioria dos movimentos sociais, especialmente os de bairros, estabelecia relações e vínculos com partidos políticos, assessorias e mediadores. De modo geral, os partidos políticos que tinham uma proposta de trabalhar junto com os movimentos sociais adotavam uma concepção instrumental dos movimentos sociais. Acreditavam ser peças fundamentais na condução e direção política dos movimentos. Havia-se um risco muito grande do movimento perder sua identidade política, uma vez que não eram considerados os atores principais no interior das instituições políticas, e naquele momento de redemocratização, a posta se fazia na arena institucional (Ferreira, 1994).

O quadro apresentado nesta seção inverte esta equação e coloca em xeque a autonomia partidária do PSOL, que parece perder espaço para as fileiras do MTST. Se anteriormente os movimentos sociais orbitavam em torno dos partidos políticos, agora o PSOL parece ser uma das organizações sociais que orbitam em torno do MTST. Nos últimos anos, o movimento tem constituído e feito parcerias com uma série de organizações sociais, cada uma com uma

finalidade específica, constituindo o que Gabriel Simeone (coordenador nacional do MTST) chamou de “ecossistema de organizações populares” (ver cap. 4). Assim, o PSOL serve a um dos objetivos do MTST — a disputa no campo político partidário e institucional.

Neste sentido, o MTST não permite a dupla militância, ou seja, não permite a militância em outras organizações ou partidos políticos que não fazem parte do seu “ecossistema de organizações populares”. Militar no PSOL não caracteriza dupla militância, uma vez que lutam pelo mesmo projeto de país.

As ocupações são lugar de representação física e territorial das necessidades habitacionais. Em torno desta demanda, orbitam atores e redes de influência, dentre elas, os militantes e políticos do PSOL. Disputa-se não apenas o futuro da política habitacional, mas os votos da massa espoliada ali presente, que na ótica do PSOL e do MTST, pode ser traduzida em filiados e eleitores que disputam os rumos internos do partido, como também eleições gerais.

Em São Carlos, o ciclo de ocupação guarda relações próximas com o desenvolvimento do PSOL, seus militantes e o seu único vereador, Djalma Nery. Por um lado, elas ofereceram um campo de experiências e acúmulo de militância, por outro, produção de capital político e votos. Djalma passou de militante a vereador — de “fora” para “dentro” do Estado —, respaldado pelas ocupações. O ganho da luta pela moradia não se restringe apenas aos acampados, mas também à toda a rede de atores e movimentos sociais que orbitam ao seu redor.

2. Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS) no interior paulista

Desde 2017, um grupo de profissionais tem prestado assessoria técnica nas ocupações “Em busca de um sonho” e “Em busca de uma moradia”. Inicialmente, o grupo intitulado “Pitá — Assessoria Técnica em Habitação Popular” era formado por estudantes da graduação e pós-graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP) de São Carlos. Posteriormente, ele se formalizou, passando a se chamar “Maitá-Athis”. Atualmente, ele é composto por uma equipe multidisciplinar. A formalização permitiu que os profissionais sejam remunerados e concorram a editais de fomento para realização de projetos, assim como realizem parcerias com o poder público.

A organização de grupos de assessoria técnica se dá mediante duas leis publicadas durante a gestão do governo do Partido dos Trabalhadores. A primeira, refere-se à Lei Federal n.º 11.888/2008, conhecida como a lei da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), que visa garantir que famílias com renda de até três salários mínimos recebam assistência técnica pública e gratuita para a elaboração de projetos, acompanhamento e execução de obras necessárias para a edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária de suas moradias. A segunda, a Lei Federal 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as Organizações da Sociedade Civil.

Estas duas leis dão o arcabouço para que grupos de profissionais, em sua maioria arquitetos e urbanistas, possam prestar serviço de assistência técnica na área de arquitetura e urbanismo para a população de baixa renda. É importante destacar que para que a lei da ATHIS seja implementada localmente e seja possível estabelecer parcerias entre o poder público e grupos de assistência técnica, as prefeituras devem regulamentar a lei mediante um programa de assistência técnica local. Também é necessário ter uma previsão orçamentária; mapear e selecionar famílias que atendem os requisitos; propor parcerias com ONGs ou Associações de bairros; e criar cadastro de profissionais locais interessados em atuar na assistência técnica, de modo remunerado¹⁰⁴.

Outra opção de atuação é concorrer a editais de fomento. Desde 2015, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)¹⁰⁵ incentiva a prática de ATHIS por meio de seus editais. Assim, mesmo que as prefeituras não possuam profissionais para oferecer assessoria técnica ou a regulamentação da lei ao nível local para contratar os profissionais, Organizações da Sociedade Civil podem concorrer a editais de fomento do CAU e oferecer o serviço remuneradamente para a comunidade, como é o caso da Maitá. É importante pontuar que o CAU fomenta projetos e não obras.

Há um esforço do Conselho em incentivar a regulamentação da lei de ATHIS a nível municipal, uma vez que a aderência tem sido baixíssima. Segundo mapa do CAU/BR, apenas 27 prefeituras no Brasil tem a regularização da lei ATHIS, sendo 6 no estado de São Paulo¹⁰⁶. Também há um esforço em colaborar com a constituição de grupos organizados através da figura de Organizações da Sociedade Civil, para que estes possam acessar seus editais em todo o Brasil.

¹⁰⁴ Dados disponíveis em: https://caubr.gov.br/moradiadigna/?page_id=279. Acesso em: 31 ago. 2023.

¹⁰⁵ O Conselho de Arquitetura e Urbanismo é o conjunto autárquico federal que possui a função de “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo”.

¹⁰⁶ Dados disponíveis em: https://caubr.gov.br/moradiadigna/?page_id=286. Acesso em: 02 set. 2023.

Na conjuntura de desmanche das políticas de habitação social, a ATHIS tem se tornado um dos caminhos viáveis para mitigar a crise habitacional apresentando projetos técnicos que permitam a implementação da regularização fundiária, tentando suprimir as deficiências técnicas e orçamentárias do Estado. No caso de São Carlos e de outras cidades do interior paulista¹⁰⁷, a ATHIS tem se desenvolvido a partir das demandas das ocupações. A seguir, discutiremos a criação do grupo Pitá em torno de uma demanda local e a sua formalização.

2.1 Surgimento do grupo Pitá (2017) em torno da demanda habitacional

Em meados de 2017, um grupo de estudantes da graduação e pós-graduação do IAU-USP estavam interessados em atuar com assessoria técnica em São Carlos. Ao mesmo tempo, a ocupação “Em busca de um sonho” buscava novas estratégias de luta quando percebeu que o acesso ao PMCMV não era mais um horizonte possível. Nas palavras de Camila¹⁰⁸:

Camila: [as lideranças] procuraram primeiro algum contato que eles tinham lá de São Paulo mesmo, mas a assessoria de São Paulo não tinha perna pra atuar aqui em São Carlos, e aí orientaram eles a procurar a Universidade... “às vezes a Universidade tem alguma coisa”. E aí quando eles vieram buscar na universidade [IAU-USP], um professor que recebeu essa notícia, esse contato, sabia do interesse desse grupo de alunos de atuar, e fez esse contato. E aí que começou. Então, esse grupo de arquitetos falou: temos uma demanda, vamos começar a atuar. Então, começou junto. E isso foi o grupo Pitá, a gente se denominou como grupo Pitá. E a gente foi acompanhando, também tentando entender qual que era o contexto (...).

O desejo dos estudantes, alinhado com as necessidades dos acampados uniram os dois grupos. No início, o apoio oferecido pelo grupo à ocupação ficou bastante centrado na defesa contra a reapropriação de posse:

Camila: E ali naquele começo, o apoio técnico nosso era muito ainda do poder público tá tentando remover os moradores, com o argumento de que aquela área não podia ser ocupada por moradia... Então, a todo tempo a Prefeitura tentando fazer o processo de remoção, e a gente trazia o argumento técnico: “se vamos remover daqui, mas então realmente precisa encontrar, então, qual vai ser a outra área da cidade que esses moradores vão ser alocados?”. Então, a gente até, num primeiro momento, encontrou áreas em que poderiam ser executados prédios ou casas. Já tinha toda essa discussão atrás, pros moradores. Porque o processo

¹⁰⁷ Ver experiências descritas na coletânea “Formas precárias de habitação em cidades do interior paulista” (Barros, 2022). A publicação visa registrar e dar continuidade às ações da rede formada por arquitetos urbanistas no curso “Estudos e Práticas em Assessoria e Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social – EPAATHIS” e no Projeto “Práticas em ATHIS – Constituição de um campo profissional no interior do Estado de São Paulo – Ocupação Jardim Esperança (Araras/SP)” – ambos desenvolvidos pela OSC Projeto Gerações em parceria com o CAU/SP entre 2020 e 2021. Ver também o site “Rede Athis no interior paulista”. Disponível em: <https://linklist.bio/redeathisnointeriorpaulista>. Acesso em: 04 set. 2023.

¹⁰⁸ Camila participou do grupo Pitá e compõe atualmente o grupo Maitá-Athis. Entrevista realizada no dia 30 de maio de 2023, de modo online, com duração de uma hora. Meu contato com a Camila ocorre desde 2018. Além desta entrevista, diversas conversas informais ocorreram nestes 6 anos.

judicial já dizia que a Prefeitura tinha que resolver a questão ali na área, mas com uma resposta aos moradores, não podia simplesmente tirar eles de lá sem ter uma solução de moradia adequada pra aquelas pessoas que estavam naquela ocupação. Então, a gente começou nesse meio campo.

Segundo o processo judicial, a Prefeitura precisava achar uma solução de moradia para os acampados, não poderia apenas realizar o processo de reintegração de posse. Em 2016, a Prefeitura solicitou aos órgãos públicos competentes que mapeassem a existência de uma eventual área pública que pudesse alocar aos acampados. Entre agosto e setembro, algumas áreas de domínio da PROHAB e de finalidade dominicais adequadas à implementação de HIS foram apresentadas. Após este levantamento, a Prefeitura não realizou mais nenhuma ação. No processo, alega-se que não havia necessidade de pressa por entender que as famílias não se encontravam em situação de vulnerabilidade (São Carlos, 2014, p. 221–229).

O grupo Pitá decidiu realizar um estudo das áreas levantadas como objetivo discutir as possibilidades de construção de HIS para as 134 famílias da ocupação nos dois possíveis terrenos e pressionar a Prefeitura a buscar solução. Foi elaborado um “Estudo de Potencial de Ocupação de Terrenos” de 22 páginas, entregue para o poder público em janeiro de 2018 (São Carlos, 2014, p. 381–397). O estudo considerou aspectos técnicos, jurídicos, financeiros, arquitetônicos e urbanísticos, além de contar com uma metodologia participativa, que levou em conta os desejos dos campados. Foi recomendado que o município criasse uma regulamentação local para a lei federal da ATHIS, indicando que o Fundo Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano (FMH DU) teria a capacidade legal e financeira para remunerar os prestadores de serviço. Entretanto, até hoje o município não regularizou a ATHIS.

Em março de 2018, o estudo foi discutido em uma reunião junto ao poder público, indicando que ambos os terrenos apresentavam entraves. Um mês depois, a possibilidade da realização da implementação da Reurb-S já apareceu citada nos documentos da Prefeitura como possibilidade. A partir deste momento, a regularização fundiária do terreno ocupado se tornou prioritária. Para o grupo Pitá, a regularização via Reurb-S também foi uma grande vitória dentro daquele contexto.

Camila: E aí, o primeiro ganho, assim, foi que os nossos estudos mostraram que ficar na área era possível. A Prefeitura aceitou isso, fazendo a compensação na área, porque era uma área institucional, tinha uma questão de preservação de resquício de cerrado..., mas aí ela conseguiu que aquela área mesmo ficasse pra loteamento ali daquelas famílias que estavam cadastradas. Então, o movimento [MTST] ficou a cargo de fazer esse cadastro dessas famílias, que não crescesse a ocupação. (...) Mas aí a Pitá ficava nessa de: “vamos fazer um projeto que seja o que as famílias querem, também não vai chegar aqui e...”.

O estudo apresentado pelo grupo serviu como subsídio técnico para tomada de decisões, mas também como ferramenta de pressão contra o poder público. Lendo o processo, fica evidente como o município não tinha vontade política em avançar com a discussão. Também é interessante notar a fragmentação deste processo de conquista da regularização, que envolve uma assessoria técnica voluntária externa ao Estado e a gestão da demanda, ou da lista de beneficiários, pelo MTST. “Conquistado” o terreno, o próximo passo seria a discussão do projeto do terreno e das unidades habitacionais.

2.2 Do grupo Pitá para a Maitá-Athis: formalização da assessoria

Uma vez acordado que o terreno ocupado seria regularizado via Reurb-S, um novo ciclo de demandas começou. Um projeto de loteamento simples já havia sido entregue para o poder público por um colaborador da ocupação. Por meio de chamamentos públicos, foram contratadas empresas para cuidar das galerias de água e esgoto, asfaltamento das ruas, calçamento e implementação de uma rede de energia elétrica. Por outro lado, estudos sobre as áreas institucionais, de lazer, área verde e os projetos para as unidades habitacionais foram negligenciados, seja pela ausência de capacidade técnica pública, pela abertura e pelo encerramento de um edital que ninguém atendeu ou pela falta de vontade política (ver cap. 2). Abriu-se, então, uma possibilidade de atuação do grupo:

Camila: O grupo Pitá estava ali naquele momento ainda como voluntário de atuação. Então, a gente ficava muito no limite do “até que ponto a gente consegue atuar?”, porque os arquitetos que estavam ali precisavam ter outras atuações pra se manter, e as demandas vão crescendo nesse tipo de atuação. Então, a gente ficava sempre nessa disputa de como que a gente vai trabalhar. Então, pressionando inclusive a Prefeitura, também. Então, a Prefeitura não tem uma equipe técnica pra fazer um projeto, vamos fazer um processo de contratação de quem tem a equipe. Mas não tinha como viabilizar isso.

(...)

Então, aí o Pitá voltou. Então tá bom, se a infraestrutura “tá feita”, o loteamento vai ser esse, a gente quer dar continuidade no projeto das casas, porque essas famílias com renda zero não tem como você dar um lote pra ela e achar que ela tá contemplada com uma habitação digna, que era o que o processo exigia, né. Só a terra pra ela não vai resolver nada. Então, a gente tem que fazer o projeto habitacional pra conseguir brigar de novo com a Prefeitura pra ela executar as unidades.

O grupo Pitá viu uma janela de oportunidade para atuar a partir dos projetos das unidades habitacionais, entretanto, com o crescimento da demanda, ficou claro que o equilíbrio entre vida acadêmica, trabalho remunerado e trabalho voluntário estava começando a ficar insustentável. Uma das propostas seria a Prefeitura contratar o grupo Pitá para realizar

o projeto ou dar andamento nas demandas da Reurb-S, mas naquele momento o grupo não era formalizado. Isso implicava na impossibilidade de prestar serviços remunerados para qualquer entidade pública.

É neste momento que surgem duas estratégias combinadas: buscar um parceiro que se enquadrasse na figura de “Organização da Sociedade Civil”, ou seja, que já tivesse um arcabouço formal; ao mesmo tempo em que o grupo buscava se formalizar. Nas palavras de Camila:

Camila: E aí, foi que o grupo Pitá conseguiu se movimentar e fazer parcerias, porque até então nós não éramos formalizados... pra conseguir concorrer edital tem que ter uma formalização, tem que ter um histórico de atuação também, não é partir do zero que você consegue concorrer a esse tipo de edital. Mas aí, a gente participou de um projeto que foi com esse edital, em São José dos Campos, que foi uma parceria com a Universidade aqui, com um grupo de pesquisa, e foi bem bacana. O grupo se fortaleceu nisso e começou a entender melhor as questões dos editais. E aí, a gente conseguiu fazer uma parceria com uma ONG daqui de São Carlos, a “Veracidade”.

O projeto referido ocorreu em São José dos Campos, entre 2018 e 2019, com fomento via CAU/SP. Naquele momento, quem concorreu oficialmente ao edital foi a Associação Veracidade¹⁰⁹. A partir deste “ensaio”, o grupo Pitá começou a se organizar para se formalizar, o que aconteceu oficialmente em fevereiro de 2022, a partir da criação do grupo Maitá-Athis.

Camila: A Maitá conseguiu... a Pitá conseguiu ter um corpo e reunir pessoas que conseguissem andar com a formalização da assessoria técnica paralelamente. E aí nesse processo de formalização nosso que a gente mudou pra Maitá, por uma questão de nome jurídico, que não podíamos ser Pitá. (...) E aí, enquanto grupo, a gente se renomeou pra Maitá, pra fazer a formalização mesmo, a Organização da Sociedade Civil, associação, tal... E isso aconteceu no começo do ano passado, 2022. E aí, também pra começar a ter esse arcabouço pra concorrer a editais independente de outras proponentes. Mas dentro desse [edital] do CAU a gente ainda não pode, mesmo estando formalizado, ainda não podemos. Tem que ter uns 3 anos de atuação, e a gente tá provando isso.

A parceria com a Associação Veracidade se deu inicialmente por que o grupo precisava de uma organização formalizada nos moldes da Lei Federal 13.019/2014, o que possibilitaria concorrer aos editais do CAU ou estabelecer parceria com órgãos públicos. Posteriormente, o fato de a Veracidade ter um foco de atuação nas questões ambientais foi um fator importante para a Maitá. Por exemplo, o edital do CAU/BR de 2022 teve como temática

¹⁰⁹ A Associação Veracidade foi formada no ano de 2012, na cidade de São Carlos – SP. Djalma Nery foi um dos seus fundadores. Ela visa transformar a realidade urbana a partir da permacultura, agroecologia, educação ambiental crítica e econômica solidária, apontando para a construção de sociedades sustentáveis através de ações que promovem o acesso às necessidades materiais básicas à vida humana. Dados disponíveis em: <https://veracidade.eco.br/a-veracidade/>. Acesso em: 02 set. 2023.

a recuperação de áreas degradadas por desastres ambientais vinculados a projetos habitacionais. Nas palavras de Camila:

Camila: Eles [Veracidade] são mais ligados às questões ambientais, mas a gente construiu essa parceria por ter as questões ambientais, inclusive na ocupação “Em busca de um sonho”. Então, a gente fez a parceria com eles, porque eles tinham já a formalização pra serem proponentes de um projeto pra área. E aí a gente escreveu esse edital juntos, mandamos e fomos contemplados com o CAU... em 2021, pra fazer o projeto das unidades habitacionais.

A parceria Maitá-Athis e Associação Veracidade possibilitou o acesso a diversos editais e a reestruturação do grupo. Agora, com a possibilidade de remunerar os técnicos que atuam na Maitá, é viável agregar pessoas de outras áreas que podem colaborar, como foi o caso da contratação de uma advogada que tem sido imprescindível para o andamento do processo e a relação com a Prefeitura:

Camila: E essa advogada ela tem uma atuação... fez a graduação e o mestrado dela muito ligados a movimentos de moradia, à questão jurídica, a assessoria dela era jurídica, movimentos de moradia em Ribeirão Preto. Então, ela trouxe já muito desse conhecimento pra cá. Ela levantou muito essa questão de a gente conseguir discutir judicialmente, principalmente por conta da atuação dela nos processos, pra conseguir forçar a Prefeitura a andar com essa Reurb-S. Então, a gente consegue ter uma equipe técnica que vai realmente conseguir entregar todos os produtos que precisam pra formar essa Reurb-S.

O grupo Pitá contava anteriormente com 7 arquitetos, o atual grupo conta com 7 arquitetos (3 ainda da formação original), um engenheiro civil e uma advogada. A formalização do grupo e o acesso aos editais não só possibilitou a assistência técnica para as duas ocupações, como também possibilitou a remuneração dos técnicos, abrindo um nicho de trabalho. Este movimento acontece em um momento de vácuo de políticas habitacionais que acaba por promover o fortalecimento do campo da Athis via editais de fomento.

2.3 Trabalhando a partir dos editais do CAU

A negociação entre o grupo Maitá e a Prefeitura para uma possível contratação dos profissionais técnicos foi frustrada, possivelmente pela ausência de uma regulamentação local da ATHIS¹¹⁰. Uma das saídas para continuarem oferecendo assistência técnica para a ocupação “Em busca de um sonho” e serem remunerados, foi o acesso aos editais de fomento do CAU/BR e CAU/SP. A parceria entre o grupo e a Associação Veracidades rendeu o acesso a vários editais. A maioria destes projetos extrapolaram a função de realizar estudos técnicos

¹¹⁰ Anexado ao processo judicial há um documento oficial da Maitá-Athis manifestando interesse em realizar uma parceria com a Prefeitura para dar andamento no processo de regularização fundiária da ocupação “Em busca de um sonho” (São Carlos, 2014, p. 737).

necessários à implementação da Reurb-S, funcionando como instrumento de pressão contra a Prefeitura, visando dar andamento na regularização.

Camila: O que a Prefeitura não tem equipe para executar, para entregar os estudos ambientais, os estudos de urbanismo, e todo processo jurídico que se envolve, a Maitá agora consegue fazer esses estudos para entregar junto a Prefeitura.

(...)

Thalles: Então, é como se vocês tivessem fazendo o produto todo técnico, aí vocês entregam pra Prefeitura, aí pressionam eles a realizar a formalização via Reurb-S.

Camila: Isso, porque é a Prefeitura que tem que fazer a Reurb-S, só que ela tem que ter todos os estudos pra conseguir viabilizar a Reurb-S. E a Prefeitura sempre argumenta que não tem a equipe pra fazer, então esse é o papel da assessoria ali que tá entregando.

É importante lembrar que antes da lei do Novo Marco da Regularização Fundiária (2017) e a criação do Programa Casa Verde e Amarela (2020), estas etapas para a regularização eram de obrigação do poder público (ver cap. 1). Agora, fica a cargo da iniciativa privada ou de Organizações da Sociedade Civil. A seguir, listo os projetos realizados pela Maitá-Athis em parceria com a Veracidade.

O primeiro projeto ocorreu entre 2018 a 2019, na cidade de São José dos Campos (SP), especificamente no Jardim Nova Esperança, conhecido também como “Banhado”. Foi realizado um “Plano Popular de Regularização Fundiária e Urbanização”, focado na elaboração de estudos preliminares para a infraestrutura e para a regularização fundiária. O projeto foi realizado junto à Universidade do Vale do Paraíba e o fomento veio por um Edital do CAU/SP, com um orçamento de R\$ 50.800 (Chamamento Público n.º 004/2018)¹¹¹.

Um segundo projeto ocorreu entre 2021 e 2022, na ocupação “Em busca de um sonho”, em São Carlos. Intitulado “Habitação social digna e diversificada pela e para a comunidade: moradias expansíveis a partir de um módulo hidráulico na Ocupação em Busca de um Sonho”, teve como objetivo realizar o projeto básico das unidades habitacionais por meio de um módulo hidráulico expansível, de modo participativo com a comunidade. O projeto também contou com o apoio do MTST-SP e o fomento foi viabilizado através do CAU/SP, em um chamamento público específico para ATHIS (003/2021 — ATHIS). Neste chamamento foram selecionados 6 projetos para o estado de São Paulo.

Um breve relatório intitulado “Relatório Síntese — Anteprojeto Maitá ATHIS das casas da Comunidade em Busca de Um Sonho”, datado de 20 de maio de 2022, pode ser encontrado no processo judicial (São Carlos, 2014, p. 734–739).

¹¹¹ Dados disponíveis em: <https://veracidade.eco.br/projetos/plano-popular-de-regularizacao-fundiaria-e-urbanizacao-do-jardim-nova-esperanca/>. Acesso em: 02 set. 2023.

Ainda por meio deste projeto, foi realizado um “Fórum de Assistência Técnica para o enfrentamento de riscos: atuação e arranjos institucionais frente a questão socioambientais, à remoção e à insalubridade”, entre final de março e começo de abril de 2023. O fórum teve como objetivo compartilhar, discutir e propor alternativas frente às limitações e potencialidades da atuação da ATHIS, assim como aprofundar e democratizar o conhecimento; fomentar e aprimorar a atuação profissional em ATHIS no país; compartilhar experiências dentro dos temas de risco de remoções, riscos socioambientais e riscos em função da insalubridade¹¹².

Em 2022, um terceiro projeto foi contemplado por um edital de fomento do CAU/BR. Intitulado “Abordagem Sistêmica e Participativa: Estudos técnicos transdisciplinares para REURB-S nas Ocupações ‘Em busca de um sonho’ e ‘Em busca de uma moradia’ para fins de prevenção e mitigação de riscos socioambientais e recuperação de áreas degradadas na Bacia Hidrográfica do Córrego Monjolinho” ou “Em Busca da Regularização Fundiária”, o projeto visou a produção de laudos técnicos para a colaboração com o poder público municipal para dar continuidade à Reurb-S dos dois Núcleos Urbanos Informais, apresentando estudos, propostas jurídicas, urbanísticas e ambientais de forma participativa com a comunidade. O prazo de execução foi entre dezembro de 2022 a novembro de 2023¹¹³.

Outros dois projetos foram realizados por meio do fomento do CAU/SP (Chamamento Público n.º 005/2022)¹¹⁴. O primeiro projeto intitulado “Habitar Sustentável com a OEBUS: Plano Popular Integrado das Unidades Habitacionais ao Sistema de Lazer e à Mobilidade Urbana a partir do Sistema de Espaços Livres” ou “Em busca de um bairro mais verde”, ocorreu durante oito meses ao longo de 2023, com um fomento de 150 mil reais. O projeto objetivou projetar um sistema de lazer para a ocupação “Em busca de um sonho”.

O segundo projeto intitulado “Diagrama Sinóptico e Produção Audiovisual de Workshop sobre a Lei de ATHIS e o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: apreensão e aplicabilidade da Lei Federal n. 13.019/2014 para a viabilização da Lei 11.888/2008 nos municípios paulistas”, foi executado entre dezembro de 2022 e maio de 2023, com aporte de 50 mil reais. A partir deste projeto, foi promovido o *Workshop* “Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil”, difundindo conteúdos sobre ATHIS, especialmente para agentes públicos municipais do interior do Estado de São Paulo e de

¹¹² Dados disponíveis em: <https://sites.google.com/veracidade.eco.br/forum-athis/resultados?authuser=0>. Acesso em: 02 set. 2023.

¹¹³ Dados disponíveis em: <https://veracidade.eco.br/abordagem-sistemica-e-participativa/>. Acesso: 02 set. 2023.

¹¹⁴ Dados disponíveis em: <https://transparencia.caupr.gov.br/wp-content/uploads/Edital008-2022.pdf>. Acesso em: 02 set. 2023.

membros de Organizações da Sociedade Civil, capacitando-os para a operacionalização da Lei Federal n.º 13.019/2014¹¹⁵.

Figura 17. Postagem no Instagram “maitha.athis”, fevereiro de 2023.



Fonte: perfil no Instagram “maitha.athis”, postado em 08 de fev. de 2023. Dados disponíveis em: https://www.instagram.com/p/Coa39rZAweY/?img_index=1. Acesso em: 31 out.2023.

A Maitá também realizou parcerias com outras associações. Em 2023, através da Associação Amigos do Memorial da Classe Operária, o grupo foi contemplado em edital do CAU/SP (Termo de Fomento 009/2022-CAU/SP/2022) para o projeto “Replanejar Nazaré Paulista e João Pessoa”. A proposta é criar um anteprojeto de planejamento urbano-ambiental participativo para a realização de intervenções no local e dar suporte ao processo de regularização fundiária¹¹⁶.

Junto com o Instituto Angelim, o Viva Centro Montessori, a UNICEF de São Carlos e a Secretaria de Educação de São Carlos, a Maitá propôs o projeto “Cidade Escola”, cujo objetivo é construir uma ação propositiva para formação dos alunos e da comunidade escolar no exercício do urbanismo como um conhecimento interdisciplinar, com foco na discussão de espaços de qualidade no entorno das escolas, no bairro e na construção de redes educadoras; integrando bairro, cidade, e territórios (urbanos e rurais). O fomento é do CAU/SP (Projeto

¹¹⁵Dados disponíveis em: <https://veracidade.eco.br/workshop-mrosc/>. Acesso em: 02 set. 2023.

¹¹⁶ Dados disponíveis em: <https://www.instagram.com/p/Cn1ya6Dgl1H/>. Acesso em: 02 set. 2023.

“Cidade — Educação: Cidade, bairro e território: a escola como mediadora na construção da cidadania”. Edital de chamamento público CAU/SP 008/2022)¹¹⁷.

O grupo também organizou o I Seminário de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social: desafios e perspectivas no interior paulista, em outubro de 2017. No mesmo ano também estiveram presentes no Seminário “ATHIS: caminhos do CAU”, organizado pelo CAU/SP. Em março de 2019 foi realizado o “II Seminário ATHIS Urbanização, meio ambiente e conflitos: estratégias e permanências”, em São Carlos. O Seminário é resultado da parceria com o CAU/SP, com a participação do IAU/USP, da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, da Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade do Vale do Paraíba, do grupo Práticas de Pesquisa, Ensino e Extensão em Urbanismo e da associação Veracidade.

A participação, o fomento e a organização de eventos, assessorias, projetos e ações educacionais coloca o grupo Maitá-Athis como um importante indutor da ATHIS no interior paulista, via editais do CAU. A estruturação e atuação do grupo se iniciou em torno da demanda local por habitação, através das ocupações. A partir da demanda habitacional, o grupo disputa a própria produção do espaço urbano. Estes projetos permitem a remuneração dos profissionais e a criação de um nicho de emprego voltados para a atuação na ATHIS.

2.4 O CAU, a ATHIS e a política habitacional

Embora não seja papel do CAU atuar diretamente na promoção de políticas públicas de habitação, desde 2015, o Conselho tem promovido ações de apoio e divulgação da Lei de ATHIS (Balbim *et al.*, 2023). As ações focam em editais de apoio, capacitações, palestras, seminários, cursos, projetos, atuação e publicações. Além disso, os editais não se restringem apenas aos arquitetos, ainda que tenha que ter um número mínimo, mas é possível contratar outros profissionais, como engenheiro civil, advogado, biólogo, engenheiro ambiental, etc.

Em 2015, o CAU/BR lançou um edital de 150 mil reais para financiar ações para o desenvolvimento e socialização da arquitetura e do urbanismo no país¹¹⁸. Em 2016, o CAU/BR definiu que todos os CAUs estaduais destinassem 2% do seu orçamento anual para apoiar e incentivar ações de ATHIS a partir de 2017 (CAUBR, 2019, p.6). A ação está subsidiada pelo Planejamento Estratégico elaborado em 2013, com horizonte de 10 anos. A gestão de 2021–2023 tem feito um esforço de desenvolver um Fundo que amplie as ações do CAU em relação à ATHIS, visando reduzir as disparidades regionais (Balbim *et al.*, 2023).

¹¹⁷ Dados disponíveis em: https://www.instagram.com/p/CvvSZs5guPT/?img_index=1. Acesso em: 02 set. 2023.

¹¹⁸ Dados disponíveis em: <https://revistaprojeto.com.br/noticias/conteudo-caubr-arquitetura-e-urbanismo-para-todos/>. Acesso: 04 set. 2023.

O CAU/SP, por meio da Comissão de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (CATHIS-CAU/SP), está desenvolvendo uma pesquisa sobre as experiências a partir da produção habitacional de interesse social com assistência técnica no Estado de São Paulo, com o objetivo de valorizar a função social do arquiteto urbanista e fomentar a aplicação da Lei Federal n. 11.888/2008 nas diferentes instâncias de governo¹¹⁹.

No site do CAU/BR há dois editais de fomento específicos para ATHIS. O primeiro edital, “ATHIS — 2021”, foi lançado no valor de um milhão de reais dividido em 40 cotas de 25 mil reais para fomentar o “desenvolvimento e execução de projetos de apoio à assistência técnica em habitação de interesse social (ATHIS) em consonância com o desenvolvimento e execução das diretrizes indicadas no Manifesto em Defesa da Moradia Digna para Todos, divulgado pelo CAU Brasil em julho de 2021 no Congresso Mundial de Arquitetos — UIA Rio 2021”.

O segundo edital, “ATHIS — 2022”, lançado com um aporte de um milhão e quinhentos mil reais para projetos ATHIS, com foco em “prevenção e mitigação de riscos e ações que visem a recuperação de áreas degradadas por desastres ambientais ocorridos no território brasileiro nos últimos 5 anos, entre 2018–2022”¹²⁰. Para acessar os editais, é necessário que os grupos estejam organizados através da figura da Organização da Sociedade Civil, conforme a Lei 13.019/2014.

É possível afirmar que desde 2015, o CAU fortalece o campo da ATHIS por meio de editais de fomento que visam tanto o desenvolvimento de projetos, a remuneração dos técnicos, como *workshops* em torno da lei da ATHIS e do marco das Organizações da Sociedade Civil. A destinação de 2% do orçamento dos CAUs foi um marco importante para o fortalecimento dos editais, refletindo no aumento dos valores ofertados.

O campo de prática da ATHIS no interior paulista tem se moldado por meio das demandas das ocupações por moradia em um momento de desmanche dos mecanismos institucionais. A responsabilidade do Estado desliza para grupos de universitários que trabalham, muitas vezes de modo voluntário, destacando o papel da universidade pública. A remuneração das assessorias técnicas, que ocorriam via PMCMV-Entidades, ocorre quase que exclusivamente via CAU. A ATHIS se coloca como uma das escassas possibilidades no

¹¹⁹ Dados disponíveis em: <https://causp.gov.br/athis/>. Acesso em: 02 set. 2023.

¹²⁰ Dados disponíveis em: <https://caubr.gov.br/edital-athis-2022-conheca-os-projetos-vencedores/>. Acesso em: 02 set. 2023.

campo da política habitacional na era do último desmanche. Ganha as ocupações, mas ganha também a categoria, que agora fortalece um campo de atuação remunerada, apresentando-se como uma possibilidade de carreira.

Há um fortalecimento do campo de práticas da ATHIS nos últimos anos no “vácuo” das políticas habitacionais, ainda que sua lei tenha sido estabelecida em 2008. A partir das zonas cinzas, estes profissionais e o Conselho da categoria ganham espaço e uma certa autonomia para remodelar e legitimar as práticas de assessoria técnica. Em outras palavras, observa-se uma institucionalização e a criação de uma reserva de mercado por meio da atuação nas zonas cinzentas, nestes espaços do indistinto.

A figura da ATHIS, na conjuntura analisada, tem assumido um processo de mitigação das ausências de uma política habitacional no interior paulista. Nacionalmente, tivemos uma ausência de subsídio e financiamento para construção ou reforma de unidades habitacionais. Localmente, a prefeitura não tem capacidade técnica para dar andamento no único instrumento de política habitacional presente nos últimos anos — a Reurb-S —, deixando a cargo do terceiro setor ou sociedade civil organizada. Sem juízo de valores, a produção e ordenamento do espaço urbano, nestes casos, ficam a cargo das Organizações da Sociedade Civil, desresponsabilizando o Estado.

O caso do PSOL e da Maitá-Athis representam grupos que mediaram a demanda habitacional das ocupações junto aos órgãos públicos e às entidades privadas. A seguir, iremos explorar dois grupos sociais que disputam as formas de ordenamento social e as sociabilidades urbanas — a igreja evangélica e o crime organizado.

3. Lideranças evangélicas: luta pelos planos de Deus

A presença religiosa nas ocupações não é nada discreta. Em São Carlos e em São Paulo, de modo geral, a vertente que mais saltou aos olhos foi a evangélica. A percepção de diversos coordenadores da Escola de Trabalho de Base do MTST (2023) indica que cerca de dois terços dos acampados do MTST pertençam a alguma matriz de religião evangélica. Nas ocupações em São Carlos, para além das práticas religiosas exercidas em âmbito privado, duas lideranças evangélicas — um pastor e uma pastora profetiza — se destacaram e

disputavam o reconhecimento como liderança local. Dentre eles, o pastor chegou a ser um dos líderes de uma ocupação¹²¹.

Ambas as trajetórias trazem em seu discurso a vida antes da conversão — vida mundana, da carne, dos desejos; posteriormente, o momento de queda — normalmente atrelada às drogas, ganância e bebidas; e o renascer para Cristo por meio de uma experiência transformadora. As narrativas apontam que foi justamente este processo que os prepararam e os guiaram para que chegassem nas ocupações e liderassem, tanto espiritualmente, quanto para as conquistas materiais.

Neste contexto, a ausência de políticas habitacionais ou canais institucionais de acesso à moradia permitem que a gestão da demanda habitacional e as questões sociais ligadas à moradia possam ficar à mercê das cosmovisões religiosas. Em nenhuma das narrativas das lideranças há a presença do léxico de luta por direitos sociais, politização ou acesso à habitação social — conforme presente no MTST, por exemplo. O léxico presente é sobre fazer cumprir os “planos de deus”.

Na conjuntura analisada é importante lembrar que o desmanche dos mecanismos de acesso à HIS ocorrem em um momento de explosão de templos religiosos e sua expansão para as periferias urbanas. Os templos evangélicos no Brasil tiveram um ciclo de crescimento entre os anos de 2000 e 2016, como exploraremos a seguir.

3.1 Matrizes evangélicas no Brasil contemporâneo

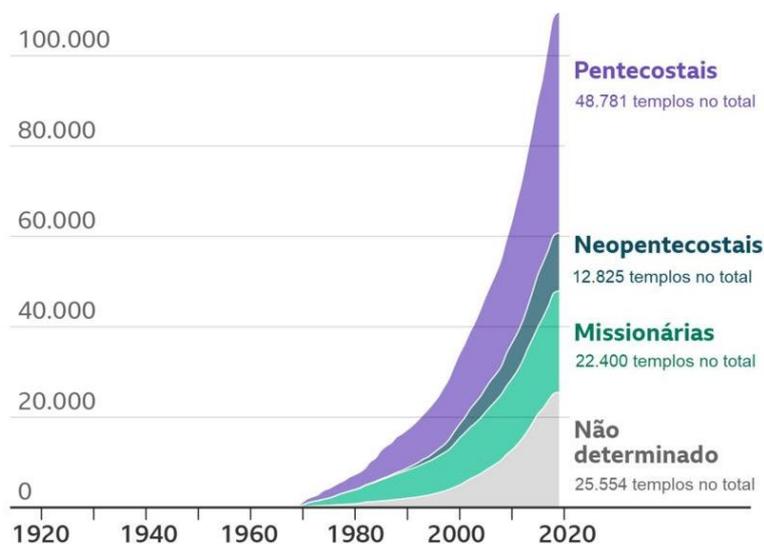
Segundo pesquisa do Centro de Estudos da Metrópole (CEM-USP), realizada pelo pesquisador Victor Augusto Araújo Silva, há quatro grandes grupos evangélicos no Brasil: os Missionários, que incluem igrejas batistas, presbiterianas, metodistas, entre outras; as Pentecostais, como a Assembleia de Deus, Deus é amor, Igreja Quadrangular, dentre outras; as Neopentecostais, que representa uma tradição mais recente do pentecostalismo; e, por fim, a categoria que mais cresce são as igrejas de classificação não determinada (Igrejas, 2023), que é o caso das duas lideranças analisadas.

A vertente evangélica chegou ao Brasil no início de 1900, entretanto, o maior avanço ocorreu a partir de 1990. No final do século XX, haviam cerca de 17 mil templos evangélicos. Em 2019, 6.356 novos templos evangélicos foram abertos, uma média de 17 por dia, atingindo um total de 110 mil templos. O levantamento foi feito com base em dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), que qualquer empresa, incluindo as igrejas,

¹²¹ A ausência de identificação da origem das lideranças religiosas e em quais ocupações atuaram foram propositalmente para que não houvesse a identificação.

precisa ter no país para operarem, o que indica que este número possa ser subnotificado (Carvalho, 2023).

Gráfico 6. Expansão dos templos evangélicos de 1920 a 2019, por denominação religiosa



Fonte: CEM/Cepid

Em termos absolutos, o Brasil foi o país que registrou o maior crescimento da população evangélica em todo o mundo. Em 2000, 15,4% da população se declarava evangélica, 20 anos depois este número dobrou. Por outro lado, o catolicismo vem encolhendo — em 1970, 91% da população se declaravam católica, em 2010, caiu para 64% (Queiroz, 2019; Carvalho, 2023).

Nos últimos 30 anos, lideranças evangélicas também têm aumentado sua participação na vida pública, ocupando espaços na mídia, na cultura e na política. Em 1990, 23 parlamentares da Câmara dos Deputados eram declarados evangélicos e, em 2018, este número alcançou 82, revelando o crescimento paulatino deste grupo social na política nacional (Queiroz, 2019; Carvalho, 2023; Machado, Paz; Assis, 2022).

Alguns pontos podem explicar esta acelerada transição religiosa. Historicamente, a forte urbanização em meados do século XX e a Constituição de 1988, que valorizou o pluralismo religioso, colaboraram para a proliferação e expansão de diferentes doutrinas religiosas. Contemporaneamente, a criação da Lei n.º 10. 825/2003 pelo primeiro governo Lula facilitou a abertura de templos ao desobrigar as igrejas de uma série de responsabilidades estatutárias. Com a aprovação desta lei, organizações religiosas e partidos políticos foram definidos como pessoas jurídicas de direito privado. Isso garante que instituições de qualquer

religião sejam criadas, sem que o Estado possa negar seu registro (Igrejas, 2023; Carvalho, 2023).

O crescimento econômico e de bem-estar social ocorrido durante os governos do Partido dos Trabalhadores também colaborou para a expansão. Em tempos de prosperidade econômica, há maior incentivo e arrecadação para a abertura de novos templos. Conseqüentemente, o próprio aumento e fortalecimento econômico destes grupos possibilitaram investimento em telecomunicações que passou a atrair maior número de fiéis (Igrejas, 2023; Carvalho, 2023).

Outro fator importante é a capacidade de adaptação das igrejas evangélicas ao território brasileiro, tanto no sentido de expansão de novos dos templos e lideranças, quanto no uso de uma linguagem mais simples e de fácil interpretação — são igrejas menos hierarquizadas e elitistas (Carvalho, 2023). Para uma igreja evangélica ser aberta, basta um simples registro em cartório e, a depender da denominação, como a Universal ou Igreja Quadrangular, uma autorização prévia da instituição central. A formação de líderes religiosos evangélicos pode durar semanas ou meses, sendo bem mais rápido que a católica, por exemplo. A facilidade de abrir novas unidades favorece a presença das organizações evangélicas nas periferias e fronteiras agrícolas (Queiroz, 2019). É importante pontuar que entre as quatro vertentes destacadas, há diferenças substanciais. Por exemplo, as igrejas pentecostais tiveram um avanço nas periferias e grandes centros urbanos, enquanto a vertente missionária perdeu fôlego a partir dos anos 2000 (Carvalho, 2023).

Por outro lado, a igreja católica tem se distanciado dos jovens e da população de baixa renda, em partes devido ao seu funcionamento hierárquico centralista e às regras rígidas. Isso se reflete na organização territorial rígida, ausência de flexibilidade e adaptação aos novos contextos. A abertura de novas igrejas não ocorre com rapidez. Além disso, a formação de um padre católico costuma demorar cerca de 8 anos e inclui sacrifícios e o celibato (Queiroz, 2019).

As igrejas evangélicas apresentam um discurso pragmático sobre a possibilidade de o sobrenatural interferir diretamente na realidade, como auxiliar os fiéis a arrumarem emprego ou largarem os vícios. Elas têm se organizado em torno do sucesso individual de seus adeptos, chamando de “teologia da prosperidade”, especialmente entre as igrejas neopentecostais. As igrejas evangélicas desempenham um papel central na organização da vida comunitária, especialmente em regiões mais pobres. Nos cultos de pequenas igrejas, os fiéis estão mais perto dos pastores, que doam cestas básicas, oferecem assistência social e serviços espirituais. A Igreja Universal, por exemplo, tem 15 programas sociais, que incluem ajuda a pessoas em

situação de rua, a dependentes químicos, amparo a mulheres vítimas de violência, ressocialização de egressos do sistema prisional. Em 2018, quase 11 milhões de pessoas foram atendidas por esses projetos (Queiroz, 2019).

A partir da análise de duas trajetórias de lideranças religiosas no ciclo de ocupações, observemos como o avanço das religiões de matriz evangélica dialogam com a gestão da demanda habitacional e a luta por direitos sociais.

3.3 Felipe: das drogas para a liderança da ocupação

A primeira vez que vi Felipe ele vestia calça e sapato social. Pela janela, era possível observar uma pasta de couro ao lado de um blazer pendurados em um prego na parede de dentro de seu barraco. Imaginei que poderia ser de alguma religião evangélica, uma vez que os “irmãos” costumam se vestir assim para frequentar os cultos. Naquele dia, conversamos brevemente e marquei uma nova visita à ocupação para entrevistá-lo. Retornei à ocupação no dia combinado. Ele vestia sapatos e calça social, com uma camiseta branca. Tudo muito surrado e velho.

Antes de chegar até a ocupação, Felipe teve uma trajetória de queda e redenção. Ele nasceu em São Paulo. Sua família não “tinha nada financeiro”, “vivia de trabalhar. As mulheres trabalhavam em casa de família, nós homem trabalhava em roça”. Seu pai foi para Porto Ferreira cobrir as férias de um colega, gostou e transferiu-se para lá, aonde Felipe passou sua infância e adolescência. Aos 20 anos, ele se mudou para São Carlos.

Felipe: Eu cheguei aqui em São Carlos em 2003, 2002 [com 20 anos]. Casei, morei aqui, morei no Gonzaga, trabalhei numa empresa aqui, aí depois eu tive uma separação na minha vida, onde eu caí nas drogas, fiquei muitos anos nas drogas, depois me recuperei.

(...)

Samba e música, eu queria só samba e música, e futebol também eu gostava, mas era mais música. E aí, eu comecei a ir pra noite, onde me envolvi com droga, bebida, enfim... (...) comecei a trabalhar com iluminação de show, essas coisas. É minha condição, sou técnico de luz, trabalho com isso. **E nesse meio comecei a usar droga, bebida, nesse meio de trabalhar na noite com bandas. Aí me afastei, comecei a usar muita droga mesmo, até que eu pedi pra me internar, pedi a internação.** Minha família no fim ficou um pouco em Porto Ferreira, um pouco veio pra cá. Aí eu abandonei minha família, eu abandonei tudo pra viver nesse mundão: droga, bebida, shows. E não foi bem isso que eu queria, **mas foi tudo isso pra que eu tirasse um aprendizado. Hoje eu to com 40 anos, tenho 3 filhos,** tenho uma filha de [inaudível], tenho uma filha de 20 anos.

A separação de sua primeira esposa e o trabalho noturno foram eventos que levaram Felipe para o mundo das drogas, segundo ele. Estes elementos da “vida mundana” aparecem constantemente em seus relatos antes da conversão. Tudo isso ocorreu para que ele “tirasse

um aprendizado”, para que ele estivesse preparado para liderar a ocupação. No momento em que percebeu que perdera o controle de sua vida, pediu para ser internado. O lugar escolhido foi uma “comunidade evangélica” no bairro Aracê de Santo Antônio¹²²:

Felipe: Entrei em comunidade, então é uma comunidade evangélica. Deus me transformou, mudou minha vida, mudou hoje, transformou no cara que eu sou hoje para liderar esse pessoal aí. A expectativa de vida é isso aí. (...).

Depois que passou pela comunidade, Felipe tentou reatar o seu casamento, o que acabou não dando certo. Neste período, ele teve uma recaída.

Thalles: E como foi esse encontro seu com deus? De você sair de um buraco e encontrar forças pra...?

Felipe: Foi lindo essa parte. (...) Como eu disse, eu estava dentro de uma comunidade, eu queria que deus restituísse meu casamento. Mas não foi necessário nessa época, nesse momento. Porque ainda tinha vestígio, tava com coisa de mim mesmo que ainda tinha que ser transformado, mudado... e sempre brigando com deus. Saí dessa comunidade, falei “ah, vou tentar voltar”, e não dava, “vou voltar para as drogas e fazer as coisas que tinha que fazer”. Aí chegou em um momento, minha mãe já tinha falecido, eu já tinha voltado pro mundo, fiquei mais 2 anos mesmo, onde que eu me entreguei mesmo de vez... me entreguei, me entreguei. Foi onde que eu comecei a comer lixo e viver mesmo na rua.

Foi neste momento em que Felipe teve sua experiência pessoal com deus, que transformaria sua vida para sempre.

Felipe: Morava na rua [em São Carlos]. Recebi um dinheiro... tava num lugar assim, no meio do mato, na linha do trem lá em cima, num barraquinho também, de lona. Fazia dias que eu tava ali, tinha recebido um bom dinheiro... usando droga ali. (...) Usava crack, né (...). Foi onde eu saí pra buscar, se refrescar, tomar uma água. (...) Eu vi a moça com uma mangueira de água, falei “ah, a hora de...”, tava tudo sujo, mão preta, tudo sujo... eu pedi a água e ela falou que não tinha, pelo estado que eu tava. Eu tava um lixo ali, ela não viu um ser humano. Então, ela saiu entrando, correndo. Aí eu encostei na árvore, sentei, olhei pro alto e falei “já levou meu casamento, já levou minha mãe, tô nessa vida aqui, até negando água”... mas isso é pensamento. Sentei no chão, [apoiei] numa parede, (...)... no segundo que eu abaixei a cabeça, eu recebi uma garrafa no meu peito, uma garrafinha de água. Aí eu olhei e não consegui ver o rosto, mas escutei uma voz “você acha que eu tô te negando água? Você tá assim porque você quer”. E uma garrafinha de água. Peguei a garrafinha de água e comecei a tomar, e aquilo ali mexeu comigo... Eu já tinha passado por comunidade [evangélica]... Mas aquilo ali... eu fiquei alguns dias... eu comecei a não usar mais droga com frequência, comecei a diminuir. E naquele dia eu... “tô assim porque eu quero...? eu quero mudar minha vida, minha história”. Aí pedi ajuda, fui pra uma comunidade, fiquei 2 anos lá. (...) La no Aracê de Santo Antônio, lá naquelas chácaras lá em baixo. Antigamente era chamada de Efraim, a comunidade. Fiquei 2 anos lá. La eu fiz a minha entrega, realmente conheci deus, a qual minha mãe servia, os outros serviam. Aquela voz que falou comigo... E hoje eu tô aí, 10 anos. Ainda é pouco, dos 30 anos dos estragos que eu fiz, é pouco...

¹²² Localizado na zona rural de São Carlos, na região norte. O bairro é formado por diversas chácaras e algumas comunidades de internação para pessoas com dependência química e comunidades terapêuticas religiosas.

Apesar de Felipe ter passado na comunidade evangélica antes, foi quando ele estava em seu pior momento, na rua, com fome, com sede, que ele teve seu momento de transformação com deus. Depois disso, ele voltou novamente para a comunidade, por dois anos, e então foi direto para a ocupação. Quando pergunto como foi o processo de se tornar líder da ocupação, ele responde com confiança:

Felipe: Eu tenho uma coisa comigo, por que todos os lugares que eu vou, eu sempre me torno líder. (...) eu acho que pelas experiências, não só experiência de vida, mas experiência de tudo.

Felipe se refere às suas experiências mundanas e de conversão que fizeram com que ele “tirasse um aprendizado”. A sua trajetória de queda e redenção foi necessária para limpar seu espírito das coisas mundanas para que ele pudesse “liderar esse pessoal aí”. Na leitura de Felipe, é preciso experimentar as dificuldades da vida e lutar pelas suas conquistas – somente desta maneira você irá merecê-las. Nas suas palavras:

Felipe: A bíblia diz que o reino de deus é tomado a força, se você não lutar, como que você vai entrar? Então é a mesma coisa aqui [na ocupação], se deus preparou esse espaço aqui do nada pra fazer o tudo, então você tem que tá lutando aqui pra fazer esse tudo acontecer.

Neste sentido, a luta pela moradia colocada em marcha por Felipe passa primeiramente por sua lente religiosa:

Felipe: Em primeiro lugar é ele, segundo lugar é ele também, e terceiro lugar é ele. Então, se eu não postar ele em primeiro lugar aqui [na ocupação], como é que eu tô aqui de pé lutando por ele? Sendo que é o único que me dá força. Tirou longe dos meus familiares, me pois uma mente muito pra frente, pra olhar e ajudar. Do que eu era, do que eu tô hoje, transformou! Eu posso dizer que eu sou transformado da água, porque ele transformou a minha vida. Então, se eu não por ele em primeiro lugar aqui... Eu nada seria, tava tudo em vão, já tinha passado por cima, muita coisa tinha acontecido aqui. Então, graças a ele, tudo pra ele. É isso que eu penso. Sei que somos pouco, pequeno, mas nós temos tudo, que é deus, e tendo ele...

A conquista da moradia é uma consequência da adesão aos planos de deus, da realização de sua visão. A missão de Felipe é auxiliar as pessoas, especialmente na esfera espiritual. Quando perguntei qual foi a motivação para ter escolhido aquele terreno para ocupar, a resposta está novamente relacionada aos planos de deus e a transformação daquelas pessoas.

Felipe: Bom, eu vejo assim num lado espiritual (...) Então, da forma que eu vivia, e da forma olhando aqui eu falei “nossa, me lembrou como eu era”, eu sei que deus vai transformar esse lugar, da mesma forma que me transformou, vai transformar esse lugar. Porque deus usa as coisas mais loucas, né!? As coisas que não tem mais sentido, não tem nada, pra dar sentido em muitas coisas. Então, esse lugar ao qual o senhor me trouxe aqui, eu vi e falei “esse lugar vai ser transformado”, a visão que

eu vi, que deus me deu, esse lugar vai ser transformado (...). Então, da onde deus me tirou, da forma que eu pedi pra ele realmente me transformar, é o que eu peço pra ele aqui, se ele me trouxe aqui, vai ter que mudar, transformar, da forma que ele me transformou. (...) É isso, o que o senhor pode fazer nas nossas vidas aqui (...).

O desejo de Felipe é que deus opere uma transformação na ocupação do mesmo modo que operou na vida dele, tirando-o das drogas e da rua. Para ele, a ocupação não é uma ferramenta para pressionar o Estado a fornecer moradia, mas uma ferramenta de transformação espiritual para auxiliar as pessoas a “não entrar no mundo errado”, como foi com ele:

Felipe: Por que a gente não tá ocupando aqui que a gente quer acabar com a vida do Prefeito. Não! É só ajudar as pessoas que tão carente, que não tem nada. As crianças que estão crescendo e podem virar marginal, bandido, usar drogas... tem as escolhas, mas mesmo assim, se ela tiver um suporte para não entrar nisso, vai mudar totalmente a ideia dela lá na frente – “opa, vou pegar um caminho errado sendo que já passei por isso. E minha família? Me deram oportunidade, passaram por necessidade me ajudando”. Então, se a pessoa ter esse suporte, ajuda. É uma chance de ela não entrar no mundo errado. (...) A gente não quer brigar, manchar o nome do Prefeito. Não, não é isso o intuito, o intuito é se unir pra que eles possam nos enxergar, ver que não é um bando de vagabundo ocupando. (...) Então não é porque briga que é pra manchar o nome do Prefeito, jamais, não é esse o intuito.

A vontade de liderar e ajudar os “irmãos” parte da sua cosmovisão religiosa, constantemente reafirmada por ele. Existe uma moralidade bastante consolidada atravessada pela lógica religiosa e sua experiência pessoal sobre o que é o “mundo errado” e o que não é. Ele quer oferecer “suporte” para evitar que as pessoas vão para este mundo carnal. Esta lógica é aplicada por Felipe na ocupação. Em nenhum momento está presente em seu discurso um léxico de conquista de direitos sociais ou acesso às políticas públicas. Também é interessante notar que Felipe evita a estratégia do conflito com o Prefeito, apostando em uma política de conciliação, estratégia oposta de alguns atores e redes que estão presentes nas ocupações.

Felipe realizava pequenos cultos em seu barraco na ocupação. A Figura 18 revela a estética de uma igreja – a mesa onde se sentam os pastores, as cadeiras à frente para os fiéis. Na época, ele alegava que a ocupação era uma “colmeia” e que todo “tipo de religião” é bem-vinda. Na prática, não parece ser exatamente assim. Quando retornei à ocupação, cerca de dois anos depois da entrevista, soube que Felipe havia se afastado da liderança, justamente por que tentava impor sua visão religiosa na organização da ocupação. Segundo meu informante, ele tinha umas “ideias messiânicas que ele vai salvar o povo”, tentando “aplicar a lei da igreja”. Além disso, ele beneficiava primeiramente “seus irmãos”, as pessoas próximas a ele que compartilhavam uma afinidade religiosa. Outro ponto de conflito ocorreu a partir de

um projeto liderado por mulheres que visa discutir relações de gênero e feminismo na ocupação. Felipe “batia de frente com as meninas”, o que desagradou as outras lideranças da ocupação com uma visão mais politizada.

Figura 18. Barraco de Felipe e espaço para culto religioso



Fonte: autoria própria.

Figura 19. Barraco transformado em igreja



Fonte: autoria própria.

Atualmente, Felipe mantém uma igreja no lugar onde era seu barraco e aparece para realizar seus cultos. Aparentemente, ele não mora mais lá, mas também não conseguiram expulsá-lo. Ele passou cerca de 2 anos compartilhando a liderança da ocupação. Durante este período, a gestão da demanda habitacional era disputada pelo plano religioso. Muitas pessoas que buscaram a ocupação como forma de enfrentar a falta de moradia, acabaram sendo submetidas à cosmovisão de Felipe, e ao seu “empreendedorismo moral” (Becker, 2008). A forma de organização e as moralidades na ocupação passavam pelos preceitos do pastor. Justamente este fator levou aos conflitos internos e ao seu afastamento.

3.3 “Profetiza”: disputa pela liderança, caridade e gestão de conflitos

Quando comecei a frequentar a ocupação e buscava pelas lideranças, surgia constantemente o nome da Profetiza ou Pastora, seja como referência de liderança, ou como uma pessoa bastante polêmica. Embora ela não ocupasse nenhum posto no quadro de lideranças, ela disputava simbolicamente esta posição, como relatado por um informante:

Informante: Eu sei que nesta [ocupação] tem uma bispa ou pastora. (...) E assim, ela é, de certa forma, pleiteia uma certa liderança, assim. Já teve conflitos com o próprio líder. Tipo, uma coisa de quem domina.

Em uma das minhas visitas a campo, tive a oportunidade de realizar uma entrevista com ela. Logo da rua, era possível ver uma faixa grande colocada na cerca em seu pequeno pedaço de terra, a qual indicava o nome da igreja, os dias e horários de culto e de refeições gratuitas. Ela e seu marido me receberam. No quintal, um fogão à lenha bastante improvisado no qual eram preparadas as refeições comunitárias. Dentro de seu pequeno barraco, materiais religiosos, bancos para culto, poucas mobílias e sua cama. Durante as quase 3 horas de conversa, relatos da vida sofrida, da pobreza, das diversas tentativas de perseguição e ameaças de morte sofridas por espalhar a palavra de deus, se misturavam com tentativas explícitas de me converter. A Profetiza se emocionou várias vezes e dizia que eu havia sido enviado por deus para contar a sua história. Ao fundo, tocavam incessantemente músicas gospel.

Profetiza, pastora, parda, 40 anos, casada com seu ex-marido, cuida de 5 crianças, 2 suas e 3 do atual marido. Na época, vivia de doações e da Bolsa Família de 150 reais. Sua trajetória é muito semelhante com a de Felipe: os caminhos mundanos, as dificuldades, a vida pecadora, a queda e a redenção.

A sua experiência com deus remonta à sua infância e adolescência. Ela veio de uma família católica praticante, “mas eu não me encontrava”. O primeiro ponto de mudança foi quando seu irmão entrou para as drogas aos 22 anos. “Quando isso aconteceu, ele não

conseguia ajuda ali [na igreja católica]”. Tentaram diversas “abordagens”: espiritismo, macumba, candomblé. Até que a família se encontrou com um pastor evangélico que prometeu ajudá-los. Entre melhoras e recaídas, por que “o diabo luta com você. Quando ele vê que ele está perdendo, aí ele vem com mais força”, seu irmão abandonou as drogas e começou a “ganhar pessoas para Jesus”. Sua mãe, percebendo isso, se converteu ao evangelismo junto com suas duas irmãs, “eu fui a última!”.

No final da década de 1990, com cerca de 20 anos, ela se mudou da Bahia para São Paulo. Neste momento, relatou que era empresária, “ganhava mais de 100 mil reais por mês”, fazia faculdade de Direito, a qual não terminou. O espírito santo havia falado através da sua irmã que ela iria ter uma reviravolta em sua vida que a guiaria para o caminho do senhor.

Profetiza: Aí fui pro carnaval [na Bahia], dancei, tomei todas. Aí, antes de eu vir embora [para São Paulo], minha irmã falou: “deus manda te dizer uma coisa” (...). Eu vi no rosto dela que não era ela quem estava falando comigo. Ela olhou para mim e falou assim: “se prepara, quando você chegar em São Paulo, sua vida vai virar de cabeça para baixo. Você não vai entender nada e não é para entender. Você vai perder tudo, mas você vai ganhar a graça de deus em sua vida”.

E, então, sua vida desabou de uma hora para outra. Perdeu tudo, entrou em depressão. Uma das explicações para sua queda era que a babá contratada para cuidar de sua filha era “macumbeira”. Foi então que Deus colocou “uma vizinha da congregação cristã” em frente ao seu apartamento, que insistia que tudo aquilo estava acontecendo para que deus fizesse “uma obra em sua vida”. Ela então começou a frequentar uma igreja evangélica com sua vizinha, apesar das tentativas do diabo – representada pela sua babá – para que isso não ocorresse. Com o tempo, ela sentiu um chamado de deus para que se batizasse.

Profetiza: (...) nisso, deus mandou outra serva de deus, de outra igreja, que tinha me conhecido há dois dias. Chegou e falou: você vai comigo para a igreja. Quando chegou, falei: “você não veio aqui só para me ver, você veio aqui para dormir aqui. Por que você vai me levar pro batismo, por que eu vou ser batizada”. Ela falou: “é isso mesmo, eu estava em casa e deus mandou eu vir aqui por que o diabo ia tentar matar você hoje para você não ser batizada, por que ele sabe que você vai ganhar muitas almas para Jesus, por que deus quer muito te usar”. Aí ela dormiu lá. Não consegui dormir. Aí nós fomos para a igreja, chegando lá, eu fui a última. Já tinham sido batizadas 200 almas. Eu fui a última. E eu relutando. “eu só vou se cantar o hino por que eu vou saber que é deus”. (...) e eu relutando, era o inimigo, e deus ali, naquela guerra. E ela falou: vá logo, não está vendo que deus não vai te dar mais oportunidade. É hoje, deus quer te salvar. E detalhe, eu estava jurada de morte por que eu havia batido em três jovens dentro de uma balada. E aí elas me juraram de morte. (...) E deus falou assim: eu estou guardando a sua alma, se você não vir, você vai descer a sepultura.”. Senti aquela vontade, mas tinha o inimigo lutando ali também. Ai nisso peguei e falei “deus, se o senhor vir em formato de espírito santo, de uma pomba e entrar aqui dentro desta igreja e entrar dentro do meu coração, eu levanto daqui correndo. Nossa, não fechei a boca... (...) E eu senti isso de uma forma extraordinária. Quando eu falei “venha espírito santo em

formato de pombo”, entrou dentro de mim, entrou batendo as asas. Era um pássaro branco e entrou assim. Saí gritando, chorando, corri e entrei nas águas. Entrei ali, eu sentia, eu tremia, minhas carnes tremiam. A minha pele... caindo aquela sujeira da minha pele e nascendo outra pele. Eu olhava no espelho, passava a mão no rosto: não é a mesma pessoa, não se tratava da mesma pessoa. Então, eu vi, eu palpei isso. Morreu aquela pessoa e nasceu outra pessoa ali. E ali é quando você anula as coisas do mundo e nasce pra Cristo. Aí deus começou a me colocar em missões. Imagina só: eu dentro de casa e eu ouvia a voz do criador falando comigo. “Eu estou maluca?!”. (...) Eu escutava, eu ouvia vozes, via vultos. Falava “deus, que que é isso?”. (...) aí deus me mostrou o céu, um pedaço do céu. Me mostrou o inferno, dizendo “oh, existe o inferno, você vai falar pro meu povo que existe o céu, mas que existe o inferno”. Deus mostrou, abriu assim dentro da minha casa. Coisa horrível, os demônios tudo lá gritando, berrando. Aqueles gritos horrorosos. Então, foi uma experiência assim.

Assim como a trajetória de Felipe, os pecados mundanos antes da conversão aparecem na forma de bebida, drogas, música e balada. O seu momento de queda também está ligado às tentações do diabo, sempre representado por religiões de matrizes africanas¹²³. A sua trajetória apresenta uma particularidade interessante, quase todas as vezes que ela se voltou para deus, era porque ela estava jurada de morte por algum motivo. Isso ocorreu em São Paulo e em São Carlos. É bastante claro em sua trajetória que existe um cálculo de ganhos e benefícios, que é feito a todo momento.

Depois do seu batismo, ela passou três anos pregando em transporte público em São Paulo. Em 2012, ela se mudou para São Carlos por conta de seu marido. Eventualmente, acabaram se divorciando e ela “perdeu tudo para ele”. Em São Carlos, ela pregou em algumas igrejas da região da Cidade Aracy. Chegou a dividir uma igreja com outro pastor, depois teve que sair por um conflito de estratégia. Neste momento ela começou uma peregrinação pelas cidades próximas, até o Rio de Janeiro. Participou de muitos programas de rádio, de televisão, dos quais fez questão de me mostrar as gravações.

Em sua trajetória, todas as dificuldades da vida foram postas para que ela pudesse se tornar a pastora que é hoje. São momentos em que deus testou a sua fé e a ajudou a se tornar uma pessoa que fará a “diferença”. Assim como Felipe, ela foi preparada para transformar a ocupação:

Profetiza: E aí foi minha trajetória de vida, foi assim. Foi passando por todo esse processo. Então, nunca foi fácil. Isso daí é como uma lapidação. Deus já fazendo uma lapidação comigo. Deus já tinha um propósito comigo, de deixar eu passar por tudo aquilo. Por que eu era a caçula da família de 5 irmãos. De sair de casa, com 15 anos para morar sozinha já foi um trabalhar de deus. Por que a caminhada não ia ser fácil. Por que se eu tivesse muito mimo, muito paparico ali, qualquer dorzinha de dente eu ia estar “mãe, pai”. Mas ele não poderia me ajudar, por que a própria

¹²³ As religiões de matrizes africanas são historicamente estigmatizadas no Brasil e muito comumente relacionadas ao diabo, ao pecado, à tentação ou coisas mundanas.

mãe de Jesus... com 12 anos Jesus foi na sinagoga para pregar e a Maria procurando ele, quando chegou lá “Aonde que está meu filho?” ele estava pregando para doutores, para mestres. E ela não podia impedir aquele chamado. Os meus pais podiam me ver sofrendo, mas eles não poderiam fazer nada.

(...)

Quando eu vim para cá [ocupação], não foi o meu querer, foi o querer do próprio Deus. Deus, ele sonha com algo e põem na sua vida. Nós somos um instrumento dele.

(...)

Então, em todos os momentos aqui [na ocupação] eu fui humilhada. Mas a palavra de deus diz que os humilhados serão exaltados. Eu estou neste lugar aqui por uma missão. Eu morava em São Paulo, tinha uma estabilidade. Deus permitiu eu perder tudo, para mim vir para este lugar fazer a diferença. E todas as pessoas que querem fazer a diferença, ela é criticada. Então, você tem que ter as costas largas para apanhar. Tem que estar preparada.

(...)

Deus me colocou aqui como um ato de humilhação, dentro de um barraco. Mas o proposito dele é resplandecer dentro deste barraco. Para ter uma história, para ter uma origem. Para dizer: olha aí, ela cavou o poço. Ela não virou pastora de uma hora para outra. Ela tem um histórico, ela apanhou na cara. Ela passou por tudo isso.

A profetiza chega a comparar sua história com a de Jesus, apontando as semelhanças das superações e desafios. Apesar dela ser permeada pela humilhação, sofrimento, ausência de dinheiro e bens materiais, para que ela pudesse se tornar pastora, tudo era provido por deus para que ela pudesse realizar “a sua obra”:

Profetiza: E eu falava: “não tenho dinheiro, senhor, pra pagar...”, por que, ou você se dedica a obra 100%, ou você trabalha e não tem força para cuidar das ovelhas. Vamos supor, se eu for expulsar o demônio. Eu não posso ir com a cara lavada. Eu tenho que estar no jejum, eu tenho que estar subindo o monte, lendo a palavra de deus, para que eu tenha ali instrumentos contra o inimigo. Se não, eu não consigo. Então eu tive que abrir mão de serviço e de tudo. E fui fazer a obra de deus.

(...)

Deus começou a colocar dinheiro na minha conta. Sem ter um centavo, de uma hora para outra aparece 9 mil reais na minha conta.

(...)

Chegando lá, o rapaz que conserta eletrônicos falou: deus está mandando eu te dar esse codificador.

A sua atuação na ocupação se dava a partir de quatro pontos principais: o religioso, realizando cultos e se opondo abertamente à “forças ocultas” – e aqui ela cita de modo geral as religiões de matriz africanas; oferta de alimento, por meio dos sopões; a gestão de conflito, buscando apaziguar brigas entre familiares; e a cura de doenças, atendendo pessoas enfermas, especialmente com doenças mentais, muitas vezes associadas à presença de demônio no corpo. Estas ações eram planos de deus:

Profetiza: Igual eu estava falando, eles perguntaram, “por que você faz essa sopa?”. “Por que antes de eu sonhar em fazer essa sopa, deus sonhou”.

(...)

Mas aqui [na ocupação] era para ser um centro de candomblé. A moça enlouqueceu na época. Quando eu vim e fiz este barraco aqui, a moça veio e falou “era para ser o centro”. E deus escolheu nas trevas, a luz. Traz a palavra do senhor, a palavra genuína.

Então era isso, o amor de Cristo. As almas vinham aqui... marido querendo matar mulher, homem batendo nos filhos, espancando e eu entrava na frente. Homem querendo matar a esposa, espancando ela. Eu entrei na frente e ele com a faca para me matar. De tudo aqui. Então, eu entrei na frente para fazer a diferença, eu trouxe a luz de deus para este lugar. (...) Tinha pessoa que chegava aqui doente e foi curada. Tinha uma pessoa com problema mental e hoje ela está bem.

(...)

Deus tem me usado com cura. Ali na rua 9, um senhor foi curado, eu entrei dentro do quarto dele, ele estava morto. Entrando em óbito. (...) quando eu entrei, pus a mão nele (...) na hora ele levantou.

(...)

Desde o princípio eles [da ocupação] não aceitava essa obra aqui. (...) deus tinha um propósito de eu fazer essa obra aqui. Tanto que, quando eu orava aqui, muita obra de bruxaria, macumbaria foi quebrada. Aqui todo dia era marido querendo matar mulher aqui. Depois que eu comecei a orar, acabou. Agora você vê até tranquilo.

Se por um lado os coletivos, as lideranças, os grupos políticos e outros atores instituíram uma série de regras e metodologias de organização na ocupação para gerenciar conflitos internos, na leitura da Profetiza foi a sua presença que afastou a violência. Mais especificamente, foi “quebrar” obras de “bruxaria, macumbaria” que resolveu a situação. Por diversas vezes ao longo de sua entrevista, ela colocava as religiões de matrizes africanas relacionadas às trevas, ao diabo, à violência, ao uso de drogas – coisas “mundanas”, relacionadas ao pecado e aos desejos carnis. Com algum alcance, ela promoveu na ocupação tanto um conforto imaterial, do reino espiritual, quanto material, oferecendo alimentos para a população vulnerável. O que pode ter colaborado para um ganho de legitimidade. Ela assumia um papel de liderança simbólica e estava constantemente em conflito com as lideranças e alguns acampados.

O ciclo de ocupações em São Carlos coincidiu com o crescimento exponencial de religiões de matrizes evangélicas. Os templos avançam sobre as periferias e as ocupações. A religião está presente, seja no âmbito privado ou no âmbito público. De modo geral, as religiões evangélicas apresentam um discurso pragmático sobre as possibilidades de o sobrenatural interferir diretamente na realidade (Queiroz, 2019), como ficou evidente na trajetória da Profetiza. Os sacrifícios realizados em vida, são recompensados aqui mesmo.

Ambas as trajetórias apontaram para os momentos de vida mundana, a queda, a rendição e a vida em Cristo como um propósito. Neste caso, seria guiar os acampados, não apenas na conquista da moradia, mas nas questões espirituais, de saúde, gerenciar conflitos violentos e as precariedades, como a fome. Por fim, é importante ressaltar que este cenário se tornou possível devido à ausência de mecanismos institucionais de promoção de habitação social, que provoca mais ocupações. Estes espaços podem ser um local para atrair líderes religiosos e expandir sua influência por meio de prestação de serviços sociais à população vulnerável. A ausência de mecanismos sociais deixa a população vulnerável à mercê da cosmovisão de líderes religiosos, que operam a partir de suas próprias regras e moralidades.

4. Crime organizado: ilegalidades que fortalecem a luta pela moradia

Assim como a Igreja, grupos de crime organizado estão cada vez mais presentes nas periferias urbanas e têm se tornado atores importantes. No estado de São Paulo, particularmente, a facção nomeada Primeiro Comando da Capital (PCC) tem se apresentando como uma força hegemônica nas periferias paulistas, com poder de ordenamento social. Para além do controle da venda de drogas, o PCC tem capacidade organizativa para interferir nas mais diversas questões da vida cotidiana.

O PCC foi fundado em 1993, na Casa de Custódia em Taubaté. Ele surge em reação à política de encarceramento em massa e a violência prisional. Posteriormente, por meio da própria política de segurança do Estado, ele se organizou e se espalhou pelas cadeias do estado de São Paulo. Após ganhar legitimidade dentro dos presídios paulistas, a facção começou a atuar nas periferias das cidades. Atualmente, eles atuam em todo o território nacional e também em algumas áreas internacionais (Feltran, 2018).

Ainda que não seja possível afirmar que o PCC tem um monopólio econômico no mercado ilegal, a facção “tem a hegemonia política nas cadeias e no mundo do crime das quebradas de São Paulo”. A hegemonia aqui é entendida como a luta ideológica e cultural pelo consentimento ativo de parte significativa da população ao modelo de gestão do PCC, somada à coerção das parcelas que fazem oposição sistemática (Feltran, 2018, p. 89). Na prática, isso significa dizer que as cadeias “do PCC” são lugares onde a política da facção é respeitada pela maioria dos encarcerados, portanto, a facção regula a ordem local. Nas quebradas ou periferias que são consideradas “do PCC”, não significa que todos os criminosos sejam batizados na facção, mas que todos eles devem agir conforme o “proceder” que se espera de

um ladrão. Significa seguir a política do mundo do crime estabelecida pela facção. De modo geral, a hegemonia do PCC não se refere necessariamente à quantidade ou visibilidade dos membros da facção nos territórios e prisões, mas sim que estes territórios

acatam, aceitam, concordam ou ao menos toleram as políticas do PCC. O que se afirma sem margem de dúvida é que não há oposição aberta às políticas do Comando, que se tornam, por isso mesmo, hegemônicas. Um território PCC é, portanto, um local politicamente hegemônico pela facção (Feltran, 2018, p. 91).

A hegemonia política do PCC se apoia na regulação econômica, reivindicação do monopólio do uso da força e da justiça aos moldes do mundo do crime. Feltran (2018) destaca que o papel regulador da facção é um dos seus principais pilares. O pesquisador destaca as três faces da facção: uma empresa com objetivos financeiros; um comando militar, a fim de enfrentar os inimigos, opressores e dominar territórios; e uma irmandade que visa construir apoio mútuo entre os “irmãos”. A facção opera como uma sociedade secreta, a partir de células autônomas, chamadas de “sintonia”. Não há uma figura do chefe do tráfico ou dono do morro, como em outras facções criminosas brasileiras.

Acima das sintonias, há a Sintonia Final Geral que cuida de assuntos vedados às Sintonias dos Estados e Países (em todos os estados brasileiros e países em que há irmãos atuando, há uma sintonia). Cuida também do Sistema (cadeias com presença do PCC), da Rua (quebradas), do Paiol (armas da facção), dos Gravatás (advogados da facção), do Cadastro (integrantes batizados – inclusão e exclusão) e do Progresso (responsável pelo dinheiro da facção obtido por formas associativas, como rifas e mensalidades.). A Sintonia Geral do PCC seria um conjunto de doze ou quatorze posições políticas, e não pessoas, responsáveis pelas decisões e políticas de toda a irmandade. Ainda que o número seja motivo de discussão, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal afirmaram haver cerca de 30 mil integrantes batizados da facção vivendo em todo o Brasil. Feltran estima que podem haver cerca de 750 mil ou mais pessoas “atuando no mundo do crime no ritmo PCC” (Feltran, 2018, p. 91).

Se anteriormente foram discutidas “saídas” ou planos de melhoria de vida individual e coletiva por meio da ação de partidos políticos, Organizações da Sociedade Civil, movimentos sociais, políticas públicas ou pela religiosidade evangélica, o PCC também se apresenta como uma saída para uma parcela dos mais pobres entre os pobres, e, nas últimas décadas, construiu legitimidade entre parte dos moradores da periferia.

Em 2017, durante a minha pesquisa etnográfica em bairros de habitação social produzidos pelo PMCMV em São Carlos, no âmbito do mestrado, houve relatos sobre a presença dos “irmãos” na gestão dos conflitos das mais diversas naturezas, como roubo, furto

ou violência doméstica. No caso das três ocupações estudadas, muitos dos meus interlocutores e informantes negaram ou evitaram o assunto a respeito da presença do crime organizado.

Em um determinado momento¹²⁴, Robson, um acampado evangélico, me relatou de modo espontâneo sobre a presença do PCC na gestão dos conflitos de uma das três ocupações¹²⁵. Naquele mesmo dia, fui apresentado para um dos “companheiros” do PCC – pessoas que não são batizadas, mas que *correm* com a facção e seguem suas regras. As pessoas batizadas – membros da facção – podem ser chamadas de “irmão”.

4.1 Organização da ocupação e a função dos paralelos

Em mais uma das visitas à ocupação na busca de acampados que pudessem me oferecer outras perspectivas, tive a oportunidade de conversar com Robson. Apesar de ele não fazer parte da liderança da ocupação, ele mantinha uma relação bastante próxima com os líderes e uma presença assídua nas assembleias e reuniões. Logo de início perguntei como a ocupação estava se organizando, quem decidia as regras e ordenamentos internos. A espontaneidade de sua resposta me surpreendeu.

Robson: Temos as regras de não brigar, de uso de entorpecente, de droga, bebidas... Aí a gente já entra, já pede ajuda pros “paralelos”... Bom, a gente tenta levar, porque aqui é uma ocupação, se acontecer alguma coisa com ele, afeta o outro. Então, a gente, pra evitar isso, a gente conversa, os líderes chegam pra conversar. Se não levou a uma concordância, alguma coisa pra ficar satisfeito, a pessoa é convidada pra se retirar da ocupação, porque ainda é uma ocupação que não é fixa.

Existe um conjunto de regras que deve ser seguido por todos dentro da ocupação, inclusive regras sobre o que pode ser ou não ser feito dentro do barraco. Quando uma pessoa começa a descumpri-las, a liderança faz uma mediação do conflito. Se não for resolvido, os “paralelos” são acionados. A lei do mundo do crime entra em cena. Eles são referenciados pelo Robson como os seguranças da ocupação.

Robson: Aí tem a parte do paralelo também, que é a parte de segurança. Paralelo são os “irmãos”, que a gente fala, eles são... Porque as vezes, não só pelos irmãos, mas com a polícia também. (...) Então, a polícia vai pra atrapalhar um pouco o nosso andamento aqui. Então, a gente pede esse segurança aos paralelos, a gente chama de paralelo. Por quê? Pra droga, bebida, assalto, roubo, pra não acontecer isso.

(...)

É, porque a maioria hoje a gente tem dividido, polícia e os outros lados, bandidagem. E a gente tem essa parceria com eles, e nos ajuda nessa parte de segurança, nada a mais, nada além, só na parte de segurança. Se acontecer alguma

¹²⁴ As datas, a ocupação em questão e os nomes foram alterados para proteger as ocupações, os informantes e o pesquisador.

¹²⁵ Sobre as relações entre o mundo do crime e os evangélicos, ver Côrtes (2005).

coisa, desses imprevistos, polícia, roubo, essas coisas que roubam... até mesmo pra não trazer polícia, a gente já “ó, tem fulano, ciclano”, se eles já conhecem, tão no meio de tudo, eles já bloqueiam pra parar de fazer essas coisas aqui dentro.

(...)

Se aparecer alguma coisa, a polícia tem que fazer sua ronda, mas se aparece aqui, a gente se comunica com eles [paralelos] “opa, preciso de ajuda, tá acontecendo isso”... pra não intervir na nossa luta.

(...)

Thalles: E eles moram aqui na ocupação também?

Robson: Não, eles não moram na ocupação, eles moram nas casas...

Thalles: Ah, é o pessoal aqui do bairro?

Robson: Isso, tem as casas deles aí.

Uma das principais preocupações da ocupação é que os conflitos internos atraiam a polícia. A sua presença traz uma imagem negativa para a ocupação, como um lugar de violência, bandidagem, tráfico de drogas e crimes. De modo geral, no Brasil, movimentos sociais e ocupações são criminalizadas pelo Estado, pela polícia, pela grande mídia e setores conservadores da sociedade. Portanto, há um esforço muito grande para construir uma imagem positiva da ocupação e ganhar apoio da sociedade. Este processo é fundamental para a conquista dos direitos sociais. Para evitar a vinda da polícia, os paralelos são acionados para resolver estes conflitos. Eles são os “irmãos” ou os “companheiros” do PCC.

É interessante notar que Robson articula três categorias: a polícia de um lado, a bandidagem do outro e “eles” – o crime organizado, que faz essa gestão do conflito. Em sua leitura, os paralelos não fazem parte da “bandidagem”, eles apoiam a luta da ocupação e regulam a violência local. Isto demonstra como a facção goza de uma certa legitimidade no território.

Segundo Robson, os paralelos que procuraram a ocupação no primeiro momento e foram conferir quem eram as lideranças para, então, dar uma carta branca para atuarem. Eles participam eventualmente das assembleias, mas Robson insistiu que a parte deles é apenas segurança, não interferem nos outros assuntos.

Robson: Então, aí onde que a gente teve assembleia com os líderes nossos. Paralelo entram, eles só dão a opinião deles através do líder. O que o líder comentar, ele foi lá e dá o apoio (...). A parte dele é segurança, não interfere.

Não é claro a natureza exata da relação entre a ocupação e o crime organizado. O que podemos extrair da entrevista é que houve uma imposição da participação dos paralelos na ocupação. Se por um lado a gestão dos conflitos da ocupação recebe o apoio deles a fim de evitar a polícia, isso também é positivo para a facção que não precisa lidar com policiais em seu território.

Este movimento revela uma contradição bastante interessante. A presença de policiais na ocupação colabora para a sua estigmatização e, portanto, dificulta a luta por direitos sociais. Para evitar a sua presença, o crime organizado é acionado a fim de gerenciar conflitos que não são possíveis de serem resolvidos internamente. Neste sentido, a ocupação depende de atores que atuam no mercado ilegal – o crime organizado – para evitar ser criminalizada e estigmatizada. Em outras palavras, por meio das relações com o mundo do crime, se reivindicam direitos sociais.

É preciso esclarecer que não estamos advogando por estas relações que ocorrem na zona cinzenta, mas sim demonstrando os mecanismos postos em prática pela população desassistida por políticas de habitação. Também é válido pontuar, como já mencionado anteriormente, que o PCC produz hegemonia tanto pelo consentimento ativo, como através de práticas de coerção e violência. Neste sentido, ainda que não esteja clara a relação entre a ocupação e o PCC, é possível que ambos os instrumentos de hegemonia foram acionados ou funcionam como um lembrete do que pode acontecer em caso de desentendimento entre ambos os grupos. Também não se afirma que há uma relação ou acordo entre o PCC e os outros grupos estudados, como o MTST, o PSOL e o Maitá. O que se observou em campo foi uma relação próxima e relativamente harmoniosa entre o PCC e os evangélicos (cf. Côrtes, 2005).

4.2 Creiton – o “paralelo” que corre com o PCC

Ao final da minha conversa com Robson, ele me acompanhou até o local aonde eu chamaria um Uber para ir embora. Próximo à ocupação, havia um homem com aproximadamente 35 anos. Robson e ele se cumprimentaram amistosamente, revelando um bom relacionamento. Ele falou baixo para mim: “este é um dos colaboradores, um dos paralelos” e me apresentou. Creiton abaixou a música gospel que tocava alta em seu rádio – “Galhos secos — para nossa alegria” – e começou a puxar assunto.

Logo de cara ele não escondeu sua função: “Vou ser transparente, aqui é o Primeiro Comando da Capital”, e fez questão de mostrar que mantém o contato com as lideranças da ocupação: “Deixar claro, o *fulano* [líder] tá aí, tá acompanhando nosso dia-a-dia.”. Após uns 15 minutos, Robson se retirou e eu continuei lá. Creiton revelou que já havia me observado de longe e logo perguntou se eu era policial. Disse que era estudante da UFSCar e expliquei a minha pesquisa. Ele ficou contente e disse que estudo para ajudar o pessoal igual a ele a conseguir moradia. O ritmo da conversa foi ditado por ele, enquanto eu tentava fazer algumas

perguntas, me sentindo bastante inseguro e vulnerável. Durante este período presenciei Creiton traficando.

Creiton: Pra deixar bem claro pra você, eu não sou “comandeiro” não. Tenho vários convites, fecho com os “irmãos”, fecho no “quadro” junto com os “irmãos”. Mas tenho minha autonomia que muito “irmão” não tem. Tem muitos “irmão” que pra fazer parte da organização não tem autonomia. Eu, por ser “companheiro”, tenho. (...) Depois que eu conheci o Comando, 98, 2000. Se é louco, aquela época lá atrás...

(...)

O Comando não admite falha, se eu errar aqui eu vou ser cobrado. E a mesma cobrança que tem pro “irmão”, tem pro “companheiro”. A única fita que o “irmão” tem, um compromisso a mais, é que ele tem o papel, ele é batizado.

Creiton conheceu o comando no final da década de 1990 e me confidenciou todas as funções pelo qual já passou dentro do Comando – censurados aqui por questões de anonimato e segurança. A terminologia utilizada por ele, as explicações detalhadas sobre o funcionamento do PCC, as instâncias de debate correspondem as apresentadas por Gabriel Feltran, em seu livro “Irmãos: uma história do PCC” (2018). O “irmão” é um integrante da facção que foi batizado, os “companheiros” são aqueles que *correm* com o PCC, mas não são batizados. Em outras palavras, seguem os princípios da facção no seu cotidiano e podem colaborar com ela.

O PCC tem uma hegemonia dentro de muitas cadeias, assim como nas periferias urbanas. Creiton já desempenhou a função nas duas situações. Por dentro da cadeia, ele já foi responsável por buscar e levar informações dentro do sistema prisional, auxiliando as outras sintonias. É uma função de baixo escalão no sistema prisional (Viana, 2022). Ele já “passou” por alguns presídios no interior paulista.

Fora da cadeia, as posições político-administrativos do PCC são colocadas em práticas e fiscalizadas pelas “disciplinas” de cada quebrada. Acima deles, há as “sintonias” de cada região, estado e países (aonde há a presença de irmãos, há a presença de sintonias). Estas sintonias, ao menos no estado de São Paulo, são organizadas pelo DDD de cada região. Os códigos e gírias utilizadas por Creiton indicam a sintonia que ele atua e em qual região. As sintonias funcionam de modo autônomo, uma não necessariamente tem acesso à outra. Ainda assim, elas respondem a uma lógica centralizada de princípios e ações da facção. Elas são colegiadas, conselhos voltados para a escuta, debate, deliberação e execução (Feltran, 2018). As funções desempenhadas por ele provavelmente se referem às mais altas instâncias da hierarquia dentro do estado de São Paulo. O companheiro continuou me explicando o alcance e o funcionamento do PCC:

Creiton: Na verdade, na verdade, a cidade inteira é nós que, fora a polícia, é nós que pilota. Na verdade, na verdade, cuzão, o Comando tá expandido, o Comando no Brasil tá enorme, é a maior facção do Brasil, parceiro. Depois vem o CV [Comando Vermelho], que é os nossos inimigos do Rio de Janeiro¹²⁶.

Thalles: Aqui em São Carlos é só o Comando?

Creiton: Aqui em São Carlos é só o Comando.

(...)

Creiton: (...) fora os 27 estados do Brasil que nós ta, nós ta em mais 5 país. Já tá em 5 país. Tá expandindo, velho. Por quê? Por que é que nem eu falei, tá ligado? É que tem pessoa que fica de longe, não conhece ou não tá ligado no que é o Comando. Nego fica com medo, não sabe que é o Comando. Vamos por um: os caras tão trabalhando ali, tá ligado. Aí os moleques vêm aqui e rouba aqui. Ai se os caras encostam em nós aqui, nós vai tentar localizar. (...) Vem aqui e aí nós vai pergunta as características, como que é, se viu alguma tatuagem, *piriri*, *pororó*. Depende da forma que eles passarem pra nós, se for conhecido nosso, que é meio próximo, nós já vai detectar quem foi, tá ligado? Se eles pá ali, não consegui detectar nada, não ver nada, o cara tudo encapuzado, não vê nada, nos vai fazer o que? Nós vai pedir pro cara ter uma cautela, uma paciência que, infelizmente, tá ligado? Nós não vai sair aí, ali na esquina e pegar um cara e trazer e dizer que é ele. Jamais o Comando vai fazer isso, tá ligado. Nós vai pedir uma cautela pra ele e vai comunicar os irmãos e o disciplina. Tudo o que você faz vem à tona. (...) A gente vai esperar, se nós pegar o cara, vai chamar ele e o cara que foi lesado da situação, vai fazer as perguntas pra ele e ele vai ter que falar com a boca dele o jeito que ele fez, se tinha mais alguém com ele. (...) É salve não roubar em quebrada. (...) Não chamou os caras, não fez nada, veio aqui e procurou nós, nós vai dar uma atenção para ele. Só que se ele foi lá e chamar os caras [polícia] e depois vem aqui pra pedir uma atenção nossa, aí ele já vai escutar: vai filho, some daqui, vai lá atrás dos cara lá, liga pros caras lá, entendeu? Firmeza, da hora?! (...) Aí vem a pergunta pro [cara que foi] lesado, se ele vai querer alguma coisa com ele. Aí vamos lá, aí ele fala “eu quero uma cobrança”, quem somos nós? Nos só vai fazer os tramites do que tem que ser feito e vai deixar na mão do lesado pra ele cobrar. Só que também não vai tirar a vida do moleque, não por que roubou ali, a não ser que é um cara que venha 3, 4, 5 vez fazendo o mesmo ato só em quebrada. Aí é analisado e aí a cobrança já é mais nas alturas. Mas quando é caso de uma ou segunda vez e o lesado quer uma cobrança, é cobrança física, só de soco e chute.

Pode-se dizer que o PCC opera, ao menos, a partir de duas lógicas. Uma ideológica: de enfrentamento ao sistema, de que não devem se curvar àqueles que os oprimem. Também opera a partir da lógica de que o conflito não pode ser resolvido de qualquer maneira. É preciso haver uma tentativa de mediação, acordo, e, se necessário, o uso da violência. O “disciplina” de cada quebrada é chamado, em primeira instância, para fazer essa mediação. Nesta linha de atuação, os ciclos de vinganças pessoais, com assassinatos sem fim, foram reduzidos, assim como o número de homicídios nas prisões e periferias – o que acabou conferindo legitimidade à facção e um papel importante no ordenamento cotidiano e gestão de conflitos (Feltran, 2018).

¹²⁶ Segundo Feltran (2018, p. 44), o PCC e o CV, as duas principais facções brasileiras, atuaram lado a lado, com independência, mas em auxílio mútuo por cerca de 23 anos, até agosto de 2016, quando se tornaram inimigas.

A passagem hipotética descrita por Creiton revela os mecanismos de gestão do conflito e das ilegalidades. Em 2017, um casal beneficiário do PMCMV-1, no Jardim Zavágli (bairro vizinho) me relatou em entrevista a legitimidade do PCC e suas formas de atuação, inclusive mediadas pelo Estado.

R. Ninguém mexe com a gente... Falar pra você, de certa forma aí... não que eu seja a favor, mas... de certa forma, eles [o PCC] dão mais atenção do que o próprio governo...

K. Que a própria polícia...

R. Por que se acontecer, que nem aconteceu, de nego mexer nas coisas dos outros. Que a gente ouve falar muito, “ah, mexeram na casa de fulano”. Aí os caras falam assim, “Avisa *beltrano*”. Aí *fulano* vai na casa de *beltrano*, e vai ali, conversa... Já acharam televisão, já acharam tanquinho de lavar roupa. E fizeram devolver pra pessoa que foi lesada. Então, isso aí, de certa forma, a gente acha até bacana, porque... já que a polícia não faz a parte deles...

(...)

R. A própria polícia fala pra você, “você procura os *irmãos* do seu bairro, procura *fulano* do seu bairro, procura o *beltrano*...”¹²⁷

A sensação de que a justiça foi feita é um sentimento importante que sustenta a legitimidade¹²⁸ da ação do PCC no território. Ao mesmo tempo, parte da população não vê a polícia como uma instituição eficaz. A questão da polícia também aparece no depoimento de Creiton. O Comando se coloca no papel da resolução de conflitos até o momento em que a polícia não está envolvida. Uma vez que a pessoa lesada aciona a polícia, ela passa a ser vista com maus olhos, sendo deixada à mercê da sorte. Resgatando o depoimento de Robson, nem a ocupação e nem o PCC têm interesse no envolvimento da polícia naquele território, ainda que os motivos dos dois grupos sejam distintos. É preciso pontuar também que o crime organizado também mantém os seus acordos com a polícia, não atua apenas a partir da lógica do conflito.

Perguntei para Creiton qual é o papel do PCC junto à ocupação, naquele território:

Thalles: Fala uma coisa pra mim, qual que é a relação do Comando com a ocupação aqui?

Creiton: Aqui é o seguinte, aqui... Na verdade, na verdade, nós apoia eles aí, véio. Pra que? É que nem eu falei pra você, tem muita gente aí que desacreditava, bate de frente com os caras, bate de frente com o pessoal, não respeita o pessoal [lideranças da ocupação] (...) por exemplo, tem uma regra: ele vai ali e te doa o terreno, seu terreno tá ali, 4 mês e você não fez nada. “oh, fio”, ele vai encostar em você, “ah, vou passar seu terreno pra frente, faz 4 mês que você não se posicionou, não fez nada”. Aí você vai e debate com ele: “ah, não vou sair não, ah!”; “não vai sair? Tá bom!”. Aí traz aqui, chega aqui... Aí, chega aqui a pessoa, fica até...Se entendeu, tá ligado? Nós apoia. Na verdade, quebrada, de verdade, o Comando tá

¹²⁷ Entrevista realizada com K. e R., beneficiários do PMCMV-1, no Jardim Zavágli, maio de 2017.

¹²⁸ É importante destacar que outro ponto de legitimidade do PCC nos territórios são os milhares de postos de trabalho gerados a partir do mercado ilegal, que remunera pessoas que dificilmente seriam absorvidas pelo mercado de trabalho “formal” ou “flexível” (Feltran, 2018).

aí pra apoiar qualquer um, menos as oposições nossa aí, que é as facções aí que não cola com nós, e a Justiça e a lei. Isso aí não dá não. Agora, qualquer tipo de pessoa, seja branca, seja preta, seja pobre, seja rico, tá ligado, cuzão? O tratamento vai ser igual, tá ligado? Vai ser igual.

(...)

Só que como nós não tava aqui, o bagulho tava louco aqui. Cara batendo em mulher aí, um se pegando o outro. O povo da graças a deus que nós voltou. O povo fala, “nossa, que paz que tá, velho”. Não, o bagulho é louco, velho. Onde o Comando chega, nego respeita. Nego respeita por que sabe a força que tem.

(...)

De verdade, cuzão, de verdade, a população aqui ama nós, velho. Mano, eu mesmo, filho, trago todo mundo perto de mim, eu sou transparente, velho. Independente da vida que eu sigo, pode ter certeza. Roubar? Não roubo. Traficar? Trafico, com força ainda. Cada um na sua, velho.

A resposta de Creiton vai ao encontro do que me foi relatado por Robson anteriormente. A principal função é gerenciar os conflitos dentro do território e produzir uma imagem de segurança e legitimidade para a ocupação. Segundo ele, “a população aqui ama nós”, convergindo com o depoimento dado pelo casal residente do Jd. Zavaglia, de 2017. Estas passagens ilustram o argumento apresentado por Feltran, onde o PCC constrói sua hegemonia a partir do consentimento ativo e por meio da coerção.

A lógica de atuação do PCC se diferencia da lógica de atuação do PSOL, do MTST, do grupo Pitá-Maitá e da lógica religiosa. Isso não implica que não existam diálogos entre estes “mundos”, muito pelo contrário. Lógica, fluxos e pessoas transitam entre estes mundos e produzem estes espaços e redes. A vida de Creiton é um exemplo desta lógica e pode ser traduzida pela expressão “vida loka”. Isso significa dizer que são pessoas que apostam em “uma vida intensa de prazer e dor, adrenalina e risco, de curto prazo”. O crime oferece o pertencimento a uma guerra, e não na integração da “sociedade” via direitos sociais ou na aposta da cidadania. Para parte de uma parcela da população, este horizonte de integração já se desmanchou há décadas (Feltran, 2018, p. 163). Em outras palavras, o crime não oferece ao sujeito uma integração social, projeto de nação ou futuro comum, como é a proposta dos movimentos sociais ou políticas públicas.

A partir dos relatos trabalhados, é possível dizer que a atuação do PCC no território refere-se à gestão do conflito violento e ilegal. O desejo de afastar a polícia destes territórios partem tanto da ocupação, como da facção – cada um por um motivo diferente. Sem um agente da lei para mediar estes conflitos, os paralelos são acionados. As soluções são buscadas internamente visando construir uma imagem legítima da luta por moradia. As

alavancas acionadas do mundo do crime, também acabam operando no campo da luta pelos direitos sociais.

O quadro normativo relativo à habitação social produzido pós-2016 desmanchou os mecanismos institucionais promovidos pelo PMCMV, operando uma desregulamentação nas formas de acesso à habitação social, permitindo a criação de espaços dinâmicos, de disputa e recriações institucionais por meio de uma zona cinzenta (Bureau; Dieuaide, 2018; Minassian, 2011; Azaïs, 2012). As fronteiras do público e privado, o papel dos atores e o próprio enquadramento dos beneficiários são borrados. Abre-se espaço para a atuação de outros atores não institucionais, que buscam regular as relações sociais e, em nosso caso, as relações referentes ao universo da gestão da demanda habitacional.

O ciclo recente de ocupações na cidade de São Carlos é um caso bastante revelador desta dinâmica, acomodando a atuação de diferentes agentes, com distintas racionalidades e visões de mundo. As redes de poder e influência (Feltran, 2018) que se tecem ou se fortalecem a partir das ocupações se embaralham e podem ser colaborativas ou conflitivas.

As ocupações foram fundamentais para a produção de capital político para o PSOL, o MTST e seus militantes, colocando-se como um lugar intenso de disputa política pelos votos de seus acampados, seja para as eleições gerais ou para os rumos do próprio PSOL, possibilitando a alteração de uma equação, na qual historicamente os partidos políticos eram o elo de maior poder na relação com movimentos sociais.

O *boom* das ocupações tem remodelado o próprio campo da assessoria técnica, ao deslocar as formas de financiamento gestadas no PMCMV-Entidades para o CAU, que embora seja uma autarquia, atua de modo cooperativo. Este movimento fortalece a figura da ATHIS e das Organizações da Sociedade Civil. Estes grupos mitigam a ausência de uma política habitacional, ao mesmo tempo em que respondem aos interesses de sua classe, demarcando uma reserva de mercado de atuação. A partir das demandas políticas e dos critérios dos editais dos CAUs, alinhada aos grupos de ATHIS, a produção do espaço urbano é tecida.

Em uma situação mais radical, a gestão das ocupações fica à mercê de “empreendedores morais” religiosos, que estão preocupados em “salvar” os acampados do pecado e evitam o conflito como estratégia política. O aumento da precariedade no campo da saúde e da alimentação, também, abrem caminhos para a atuação da caridade religiosa.

A relação do PCC com o território é bastante flagrante. Eles interferem na ocupação sem pedir licença, ao mesmo tempo em que são responsáveis pela resolução de conflitos e promovem “segurança”. A legitimidade da ocupação, muitas vezes, tem que contar com a atuação do crime organizado, tecendo relações nas dobras entre o legal e o ilegal, visando alcançar direitos sociais.

Estas relações não estão isentas de contradições, conflitos e concorrências, como o caso de candidatos políticos pelo PSOL, que revelam as divergências internas ao próprio partido. Ou mesmo o medo da população, que não pode acionar nenhum outro meio de resolução de conflitos que não seja as lideranças da ocupação e os paralelos do PCC.

Olhados de fora, aparentemente estes grupos oferecem auxílio às ocupações, sem nenhum ganho. Ao colocarmos uma lupa, podemos ver redes de influência e poder sendo tecidas, extraindo capital político, assim como produzindo legitimidade. A partir da atuação destes grupos, redefine-se a política habitacional e os modos de ordenamento do espaço urbano e social. A cada conjuntura, atores e estratégias ganharam contornos e pesos diferentes, expandindo sua rede de poder e territorialidade por meio de articulações entre a população, a sociedade civil organizada, o Estado e o mercado.

Nos próximos capítulos, será explorado mais detalhadamente o papel do MTST na gestão da demanda habitacional, seu desenvolvimento e estratégias relacionados com as mudanças de conjuntura política e social.

Capítulo 4

O MTST e a conjuntura pós-2013: ocupações, movimento-partido e “ecossistema de organizações populares”

No maior espetáculo da Terra
trabalhador não foi convidado,
burguesia tem camarote,
trabalhadores sem teto,
lá longe,
do outro lado,
por que o perímetro Fifa
foi muito bem pago.

(...)

Às custas de despejos violentos,
mães e crianças
nas pistas,
tendo na calçada fria
moradia.

(...)

(Lene, 2021, p. 43)

No capítulo anterior foram discutidos os principais atores envolvidos no ciclo contemporâneo de ocupações em São Carlos a partir do “associativismo local” e da construção de “redes de movimento social” (Scherer-Warren, 2006). Atuando a partir de zonas cinza (Minassian, 2011; Azaïs, 2012; Bureau; Dieuaide, 2018) e inseridos em uma rede de poder e influências (Feltran, 2018), estes atores foram centrais para as estratégias das ocupações, ao mesmo tempo que eles se (re)configuraram através delas. A cada conjuntura, atores e estratégias ganharam contornos e pesos diferentes, expandindo sua rede de poder e territorialidade por meio de articulações entre a população, a sociedade civil organizada, o Estado e o mercado.

Nos capítulos 4 e 5, a atenção será voltada para o MTST. O movimento ganhou destaque nesta tese a partir de dois pontos. O primeiro se refere à própria abordagem metodológica da etnografia multi-situada (Marcus, 1995) e multi-escalar (Lepetit, 1998), onde optamos por seguir as pistas colocadas a partir da ocupação “Em busca de um sonho” e acompanhamos o MTST e seus militantes na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), ao longo do ano de 2023. O segundo ponto refere-se à centralidade que o movimento tem adquirido nas últimas duas décadas na produção e gestão da demanda habitacional e, cada vez mais, no campo dos direitos sociais de forma ampla.

O MTST surgiu no final da década de 1990 e atingiu a sua nacionalização na década de 2010, sob o marco do lulismo e do PMCMV-Entidades. Por meio do programa, houve a possibilidade de captar recursos públicos, oferecer um retorno material — moradia — para a sua base, expandir-se territorialmente, adquirir visibilidade política e se massificar. Com o esgotamento do lulismo a partir de 2013, significando a redução abrupta dos financiamentos para as construtoras e para os movimentos sociais, o MTST precisou repensar a sua estratégia. Como manter a base do movimento sem oferecer nenhum retorno material? Como politizar e trazer esta nova base para o campo ideológico do movimento? Quais foram as novas estratégias para manutenção, captação de recursos e a produção de capital político?

Frente a ascensão de governos conservadores no cenário pós-golpe, o MTST investiu em ao menos três novas frentes de atuação. A primeira refere-se à constituição de “redes de movimentos sociais” (Scherer-Warren, 2006) em diversas escalas — locais, estaduais, nacional e internacional, que impulsionou o movimento como ator político e colocou-o na arena internacional. Portanto, observa-se um processo de mudança enquanto um movimento de moradia com ações mais focalizadas para um movimento com projeto político mais bem definido, internacionalizado, que visa disputar o projeto de nação e a hegemonia (ainda que como horizonte). O MTST se coloca cada vez mais como um ator de organização da classe

trabalhadora. Como argumentado por Braga e Santana (2015), a ação coletiva das forças sociais do trabalho se deslocou, em partes, para coalizões com novos movimentos sociais, uma vez que os sindicatos tem paulatinamente perdido sua capacidade de organização.

A segunda frente de atuação está conectada com o projeto político de transformação da sociedade e a busca pelo chamado “acúmulo de forças” (Cartilha, 2013) do MTST. O movimento ampliou ainda mais o seu escopo de atuação, colocando-se em defesa de um sujeito plural em detrimento de um sujeito singular, abrindo um campo de atuação que inclui a defesa da diversidade (raça, gênero, etnia, etc.), até pautas ambientais, de sustentabilidade, do mundo do trabalho, etc. O novo *slogan* do movimento adotado em 2023, no âmbito das comemorações de 25 anos — Teto, Trabalho e Pão — revelam a elasticidade e abrangência da luta do movimento que se considera hoje o maior movimento social urbano do Brasil. Esta abrangência de pautas é uma tendência crescente em redes de movimentos sociais (Scherer-Warren, 2006).

Dentro desta perspectiva e em resposta ao desmonte das políticas sociais em um cenário pandêmico, o movimento também investiu em ações de caráter humanitário, que agora tendem a se institucionalizar por meio da atuação parlamentar de Guilherme Boulos¹²⁹ — como a Cozinha Solidária, o que nos conecta com a terceira frente de atuação.

O MTST tem se inserido no campo institucional político-partidário e chega na década de 2020 com feições de movimento-partido. Desde 2018, o movimento tem lançado candidatos a cargos executivos e legislativos, elegendo ao menos 3 militantes, Jô Cavalcanti, Guilherme Boulos e Ediane Maria. Para além das eleições, o MTST tem transformado o PSOL “por dentro” a partir da corrente Revolução Solidária e do acesso a cargos-chave na burocracia partidária. Observamos um trânsito entre a pretensão de serem movimento social autônomo de pressão e a participação através do Estado para a formulação e implementação de políticas públicas.

No centro de todas estas estratégias e modulações que buscam responder às mudanças conjunturais, estão as ocupações urbanas¹³⁰. Quando olhadas por fora, as ocupações parecem que permaneceram as mesmas ao longo das últimas três décadas, entretanto, seus conteúdos mudaram radicalmente entre a fundação do movimento e o contexto atual. Neste sentido, nos perguntamos quais foram as modificações relativas à forma e conteúdo das ocupações no

¹²⁹ Guilherme Boulos é o líder nacional mais conhecido do MTST. Oriundo da classe média alta, branco, 40 anos, com graduação em filosofia e pós-graduação em psicanálise, entrou no movimento há cerca de 20 anos.

¹³⁰ Os terrenos ocupados são majoritariamente abandonados, em áreas de ZEIS, com problemas com documentação ou impostos atrasados, perto da base e com tamanho razoável. Na leitura do movimento, atacar a questão habitacional significa atacar a hegemonia da classe dominante que é resistente à Reforma Urbana. A estratégia, portanto, é disputar a hegemonia do nível da narrativa, da política e do projeto de país.

contexto do último desmanche? E quais as práticas sociais e possibilidades extraídas a partir delas?

Segundo o próprio MTST, suas estratégias e ações partem de uma leitura conjuntural baseadas em três pontos principais. “Tempo da política geral” — o quadro político que envolve quais os partidos que estão no poder e quais os horizontes de ação política, legal e institucional possíveis. “O tempo da política habitacional” — os instrumentos e as possibilidade de acesso à moradia postas institucionalmente, a possibilidade de interferir ou operar a política habitacional e também as ações realizadas na ausência dela. Por fim, o “tempo da fé das pessoas” — a capacidade de mobilizar as pessoas para lutar e como fazê-la.

Neste capítulo privilegiaremos uma leitura conjuntural (Georges; Giraud, 2022), analisando as principais mudanças do movimento referentes à constituição de redes de movimento, abrangência das demandas sociais atendidas pelo movimento e atuação na esfera institucional e político-partidária no contexto do desmanche e como elas se relacionam com o projeto político e a disputa de hegemonia proposta pelo MTST. Estamos interessados em compreender os novos contornos do movimento e como isso se expressa em sua territorialidade. Nos questionamos, também, em que medida as reconfigurações do movimento reflete e, ao mesmo tempo, modula a conjuntura do desmanche.

As informações apresentadas são resultadas das minhas incursões etnográficas e observações participante realizadas em ocupação organizadas pelo MTST, tanto em São Carlos, quanto em São Paulo desde 2018. Em 2023, participei ativamente da Escola de Trabalho de Base do MTST de janeiro a setembro¹³¹. A recuperação histórica do MTST foi realizada com base na tese de Goulart (2011), que propõe uma investigação histórica entre 1997 até 2011, e o trabalho de Miagusko (2012), que discutiu os movimentos sem-teto em São Paulo na virada do século, incluindo o MTST. Ambos os autores fundamentaram suas pesquisas em entrevistas com militantes, notícias da grande mídia, informações disponíveis no próprio site do MTST e pesquisas de campo.

Antes de entrarmos propriamente na discussão do MTST e as formas de ação coletiva contemporânea, é importante fazermos um balanço da virada do século para sustentar os argumentos apresentados.

¹³¹ Foram realizadas atividades teóricas e práticas aos finais de semana e atividades online durante a semana. Houve aulas sobre a história e as estratégias do movimento. Tive a oportunidade de visitar ao menos quatro ocupações na RMSP, algumas mais de três vezes, o que me proporcionou a oportunidade de realizar conversas informais com coordenadores, militantes, acampados e apoiadores.

1. Movimentos sociais e ação coletiva no final do século XX

Os movimentos sociais urbanos brasileiros se consolidaram no período da ditadura militar (1964-1985), especialmente na década de 1970. As pautas giravam em torno das lutas pela moradia, regularização fundiária, saúde, saneamento. Neste período, setores progressistas da Igreja Católica desempenhavam um forte papel, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)¹³² (Figueiredo; Moreira, 2018).

Na década de 1980, esses movimentos desempenharam um papel crucial na luta pela redemocratização do país. Passaram a se articular com outras organizações da sociedade e ampliaram o sentido da luta em torno do direito à moradia em direção ao direito à cidade, criando, assim, uma rede de reforma urbana (Miagusko, 2012; Figueiredo; Moreira, 2018). Neste período houve um aumento significativo da participação popular nos processos de gestão das políticas públicas e uma maior inclusão em canais políticos que antes eram vetados pelo contexto autoritário. Graças à pressão exercida, direitos relacionados à moradia foram incorporados à Constituição de 1988 (Miagusko, 2012; Sader, 2001).

A conjuntura econômica e social da década de 1990 apresentou mudanças significativas, impactando as formas de organização dos movimentos sociais e suas bases. A implementação da Constituição se deu sob o contexto do desmanche neoliberal, onde houve o desmonte do aparelho produtivo estatal, a desnacionalização da economia, desregulação dos direitos sociais e privatizações do sistema produtivo estatal (Schwarz, [1999] 2014; Oliveira; Paoli, 1999).

No campo do trabalho, desmontaram as instituições de regulação e direito trabalhistas, houve um encolhimento e fragmentação das negociações coletivas, ausência de políticas de produção e geração de emprego e uma concentração crescente de recursos nas mãos de grandes corporações, escanteando sindicatos e movimentos sociais (Paoli, 1999; Oliveira, 1999). O que estava em jogo no final desta década foi o “roubo da fala”, a “exclusão do discurso reivindicativo e, no limite, a sua destruição como classe” (Oliveira, 1999, p. 79).

A precarização do trabalho se acentuou, resultando em um aumento expressivo do desemprego estrutural, enfraquecendo os sindicatos ou fazendo com que eles passassem a apoiar as políticas vigentes. Esse cenário levou ao declínio das experiências de base nas organizações dos trabalhadores. A Força Sindical surgiu e cresceu como uma ferramenta de

¹³² São comunidades ligadas principalmente à Igreja Católica, incentivadas pela Teologia da Libertação. Se espalharam principalmente nos anos 70 e 80 no Brasil e na América Latina. Consistem em comunidades reunidas geralmente em função da proximidade territorial, das precariedades e misérias em comum. Nestas comunidades, a leitura bíblica se articula com a vida, a realidade política e social, e as misérias cotidianas que se deparam na matriz ordinária de suas vidas comunitárias.

apoio à política neoliberal, enquanto a CUT também mudou sua postura, saindo do sindicalismo de oposição para adotar uma abordagem mais participativa (Miagusko, 2012; Oliveira, 2007).

Na segunda metade da década de 1990, os movimentos de moradia passaram a se autodenominar “sem-teto”. Essa mudança teve como objetivo definir a identidade dos movimentos com base na ausência de um direito ou bem, buscando criticar o encolhimento das políticas públicas e o enfraquecimento ou flexibilização dos direitos trabalhistas (Miagusko, 2012). Entre 1995 e 2004, houve uma grande redução nos gastos sociais, especialmente no setor de habitação e saneamento (Pochmann, 2005).

Se por um lado ocorria o processo de “privatização do público” e a “destituição da fala” (Oliveira, 1999), por outro lado, houve uma abertura institucional para os movimentos de moradia, permitindo maior acesso a espaços públicos, fóruns, representações e conferências. Eles passaram a fazer parte dos mecanismos de gestão das políticas públicas. Entretanto, aqueles que não se alinhavam com a lógica da institucionalidade eram vistos pelo Estado como “fora da lei”. A virada do século foi marcada por um pêndulo oscilante entre a gestão e a criminalização dos movimentos sociais (Miagusko, 2012; Scherer-Warren, 2006).

Esta configuração resultou em uma diminuição da legitimidade das ações dos movimentos sociais. A lógica dominante sugeria que os pobres deveriam resolver suas questões habitacionais por meio de programas habitacionais delimitados e segmentados, com a demanda tratada de forma técnica e direcionada a públicos específicos. Aqueles considerados “maus pobres” que não aguardavam os mecanismos institucionais e se organizavam fora do Estado eram punidos com a criminalização.

Frente ao esgotamento do modelo de organização sindical, o esgotamento da inclusão social pela cidadania salarial (Cabanés *et al.*, 2011) e o empobrecimento da população, a luta popular via “novos” movimentos por moradia encontrou terreno fértil para ações reivindicativas. Nas cidades, a luta foi centrada na questão da moradia, já que as instituições sindicais haviam se transformado e o mercado formal diminuía diante das medidas neoliberais. A década de 1990 marca a inflexão nas lutas urbanas a partir das mudanças nas condições de trabalho e moradia (Falchetti, 2022).

A base composta por trabalhadores informais e precários se tornou o foco de atuação do MTST e outros grupos (Goulart, 2011). Os movimentos sociais emergentes passaram a atuar em meio ao contexto do desmanche, onde as relações entre a sociedade e o Estado foram alteradas com base nas condições econômicas e sociais. Essa reorganização acarretou mudanças nas práticas políticas, nas formas de organização e nas ações dos movimentos sociais. Qual o papel dos movimentos sociais e de moradia na organização da classe trabalhadora?

2. Breve história do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto

2.1 Origens do MTST

No decorrer da década de 1990, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) percebeu que o processo de urbanização estava deslocando a luta pela reforma agrária para as grandes cidades. A unidade de luta entre os trabalhadores do campo e da cidade já se mostrava como um elemento imprescindível. Durante Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária de 1997, a base para o surgimento do MTST foi lançada como um desdobramento urbano do MST (Miagusko, 2012; Simões *et al.* 2017).

Houve um “destacamento de alguns militantes para construir um momento social urbano a partir da luta pela moradia. Assim, militantes do MST que viviam na região de Campinas passaram a participar mais ativamente das ocupações que já vinham ocorrendo” (Simões *et al.* 2017, p. 25). O MTST emergiu como um movimento social de classe, autointitulado anticapitalista e em oposição ao neoliberalismo representado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (Miagusko, 2012; Goulart, 2011).

O movimento ganhou forças a partir da ocupação “Parque Oziel”¹³³, organizada em 1995 ainda pelo MST, localizada em Campinas. A cidade contava com uma atuação sindical proeminente e a presença de muitos militantes e ativistas. Nessa época, Campinas enfrentava um elevado déficit habitacional e um rápido crescimento nas áreas periféricas — um terreno fértil para a atuação de movimentos sociais (Simões *et al.*, 2017). A ocupação rapidamente cresceu, chegando a 4.500 famílias em uma área de um milhão de m². As condições eram precárias e para suprir as necessidades, foram criados canteiros com agricultura de subsistência e pequenas lavouras, seguindo o modelo do MST. Em 2001, o movimento já não estava mais presente e a ocupação foi se transformando em um bairro periférico com 6 mil famílias e mais 10 mil famílias nos arredores (Goulart, 2011).

O “Parque Oziel” foi uma experiência crucial para o MTST, permitindo ao movimento lançar suas bases e testar estratégias no contexto urbano. Entretanto, logo percebeu-se que cidade demandava abordagens diferentes das utilizadas pelo MST no meio rural. Foi necessário dar um passo atrás e repensar suas ações, como afirmou um militante do MTST em entrevista concedida a Miagusko, em dezembro de 2015 (2012, p. 258).

Num primeiro momento — e isso nós avaliamos como um erro — talvez um erro necessário, mas que não pode ser reproduzido, o MTST buscou ser o MST urbano, buscou reproduzir, repetir as formas de luta e de organização do MST no espaço

¹³³ Homenagem à Oziel Alvez Pereira, liderança do MST que foi preso e assassinado durante o massacre em Eldorado dos Carajás (PA, 1996). Naquela ocasião, 19 trabalhadores rurais foram assassinados por policiais.

urbano. Deu errado. Quer dizer, uma base social completamente diferente, um espaço completamente diferente, o espaço urbano é loteado, tem concentração de poder político e econômico. É muito diferente fazer uma ocupação num espaço rural e no espaço urbano. As pretensões têm que ser outras, as formas de organização têm que ser outras e a forma de militância tem que ser outra. O MTST teve alguns tropeços no início por causa da pretensão de repetir a experiência do MST.

Em outros estados também ocorreu a liberação de militantes do MST para atuarem na construção de um núcleo urbano, mas sem muito sucesso, como foi o caso de Pernambuco (Rodrigues, 2002), Rio de Janeiro (Lima, 2004), Pará e Rio Grande do Norte (Simões *et al.*, 2017). Essa primeira tentativa de nacionalização acabou por fracassar devido a várias fragilidades, desarticulações e falta de uma estratégia centralizada. Foi na RMSP, no início da década de 2000, que o movimento se desenvolveu.

2.2 Rumo à Região Metropolitana de São Paulo

As lições aprendidas no “Parque Oziel” foram de extrema importância para o amadurecimento do MTST como um movimento social urbano. Elas definiram a sua base social, a população pobre das periferias das grandes e médias cidades, e o seu projeto político, a busca pela transformação social por meio da reivindicação por moradia e reforma urbana, utilizando as ocupações urbanas como ferramenta de pressão (Goulart, 2011).

Na década de 2000, o MTST concentrou seus esforços na RMSP, visando estabelecer-se como um movimento social legítimo, com capacidade de diálogo e respeito político. Essa escolha foi feita em detrimento da cidade de São Paulo por alguns motivos. Na capital, já existiam diversos movimentos consolidados, o que significava que lideranças e vereadores já tinham um certo monopólio do cadastro das famílias sem-teto. Além disso, a estratégia herdada do MST de ocupar grandes lotes de terra, se traduziu para o MTST como a ocupação de “latifúndios urbanos ociosos”, demandando grandes áreas de terra encontradas com mais facilidade na região metropolitana (Goulart, 2011; Miagusko, 2012).

Outro fator importante foi o fechamento de postos de trabalho industriais, principal fonte de emprego na região, na década de 1990 (Moura, 2010). Este cenário resultou em um crescimento acelerado da precarização social na área, agravado pelas políticas neoliberais vigentes durante o governo FHC. Diante dessa conjuntura, o MTST encontrou um terreno fértil para atuar, apresentando-se como um agente de organização das demandas sociais e uma força de transformação (Lima, 2004). Segundo o MTST (2005),

Agora, em maior número, vendo e vivendo os problemas urbanos, compreenderam que era muito importante iniciar um trabalho abrangente na região da Grande São Paulo. Fizeram então um plano, de realizar grandes ações nas regiões do ABC

Paulista, de Guarulhos e de Osasco, criando um cinturão de lutas. A cada ação crescia o número de militantes que desejavam lutar conosco e levantar a mesma bandeira que nós e depois do Acampamento Anita Garibaldi, já eram em números suficiente para se dividir e atuar nas outras duas áreas de importância para o movimento.

A primeira investida ocorreu em 2001, em Guarulhos. A ocupação “Anita Garibaldi”, ainda com membros do MST, contou com um forte apoio das Comunidades Eclesiais de Base. Antes da ocupação, o movimento já vinha realizando um trabalho de base com a comunidade local, promovendo reuniões com a população, associações por moradia e outras organizações sociais para mapear a demanda habitacional (Lima, 2004). Este trabalho de base, realizado até hoje, permite que o movimento se apresente, difundam suas ideias e conquistem apoiadores.

Com aproximadamente 2 mil famílias, a ocupação chamou a atenção da opinião pública. Duas questões merecem destaque. A primeira é a parceria realizada com os estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), resultando em um processo de reorganização espacial, com a modelagem de lotes, quadras, abertura de ruas, criação de espaços para equipamentos coletivos, áreas sociais, biblioteca, cozinha, salas de reunião, ensino e lazer. A parceria possibilitou o acesso a serviços básicos, como água, luz, trânsito de veículos e coleta de lixo, contribuindo para a estabilidade dos acampados no local e favorecendo-os durante o embate jurídico pelo terreno (Goulart, 2011; Miagusko, 2012).

A segunda questão diz respeito à relação do MTST com outras organizações políticas. Durante os atos públicos contra a reintegração de posse e reivindicação da regularização fundiária do terreno, o movimento contava com a presença de partidos como o PT, bem como do sindicato dos professores da rede pública e privada de Guarulhos, sindicatos de advogados e outras entidades, ilustrando que o movimento estava angariando apoio e solidariedade de outras organizações (Goulart, 2011; Miagusko, 2012).

A localização estratégica da ocupação, próxima à Rodovia Presidente Dutra, que liga São Paulo ao Rio de Janeiro, não foi por acaso:

Atuar com ocupações próximas a grandes e importantes rodovias passou a ser um dos objetivos táticos da luta, para tornar visível o problema de moradia a partir da ameaça à circulação e à reprodução do capital (força de trabalho e mercadorias). Tanto é que, nos anos seguintes, o travamento de rodovias tornou-se uma das principais táticas de luta (Simões *et al.*, 2017, p. 27).

A ocupação “Anita Garibaldi” foi um marco histórico. Ela não sofreu despejo e favoreceu os objetivos do MTST de expansão para RMSP. Em 2002, o movimento decidiu ocupar Osasco, no entanto, a ocupação “Lamarca” enfrentou falsas promessas do governo estadual e acabou sendo despejada. Este foi um dos piores despejos que o movimento sofreu, caracterizado por um alto grau de arbitrariedade e violência. Pertences foram queimados pela

PM, agressões físicas foram registradas e uma criança de 12 anos foi algemada e presa, revelando a crescente criminalização contra o movimento (Goulart, 2011).

Em 2003, no início do governo Lula, o MTST realizou uma ocupação em São Bernardo do Campo. A ocupação “Santo Dias”¹³⁴, também conhecida como ocupação da “Volks”, aconteceu em uma área de 170 mil m² em frente à Fábrica da Volkswagen do Brasil Ltda., localizada na Via Anchieta. Em poucos dias, a ocupação atingiu 4 mil famílias, muitas delas fugindo da “crise do emprego”¹³⁵ que marcou o início do governo Lula (Simões *et al.*, 2017).

A ocupação teve um forte teor simbólico. São Bernardo do Campo foi o berço da indústria automobilística do país desde a década de 1960, quando as montadoras se instalaram ali, desenvolvendo junto um forte sindicalismo operário, que marcou os anos de 1970 com greves contundentes dos metalúrgicos, contribuindo para a queda da ditadura militar e dando origem ao PT e a CUT. Foi deste cenário que emergiu Lula (Oliveira, 2007). Nos tempos áureos da década de 1970, a planta da Volkswagen empregava 45 mil trabalhadores. Em 2003, todas as plantas no Brasil somavam 25 mil trabalhadores, sendo 11 mil em São Bernardo do Campo. Esses números ilustram a decadência do setor, que afetou os empregos em toda a região (Miagusko, 2011; Rodrigues; Ramalho, 2007).

Com a ascensão de um partido de esquerda ao poder federal, embora desprovido de radicalismo, os conservadores e a grande mídia passaram a monitorar as ações do presidente e sua relação com os movimentos sociais, temendo que Lula os tratasse de maneira “especial”. Em julho de 2003, a imprensa condenou a forma “festiva” como Lula recebeu os líderes do MST no Palácio do Planalto. A narrativa da grande mídia insistia em retratar esses movimentos como fora da lei e, agora, com o aval de Lula (Miagusko, 2011).

Quanto à ocupação da Volks, o então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e o prefeito de São Bernardo do Campo uniram-se para atacá-la. A reação dos conservadores diante da eleição de Lula, alimentada pelas narrativas da mídia hegemônica, contribuiu para a criminalização da ocupação. Um episódio violento selaria o seu destino (Goulart, 2011).

Enquanto a equipe de reportagem da Revista *Época* se preparava para entrar no terreno da ocupação, um fotógrafo foi assassinado. Duas hipóteses foram levantadas: dois assaltantes em fuga passaram pela ocupação e, ao avistarem o fotógrafo com seu equipamento, tentaram roubá-lo por medo de terem sido fotografados e, na confusão, acabaram matando-o e fugindo.

¹³⁴ A ocupação homenageava o operário assassinado em um piquete em 1979, em São Paulo, e denunciava o enfraquecimento das lutas operárias do ABC paulista. Ver Moura (2010) e Oliveira (2007).

¹³⁵ Entre dezembro de 2002 e junho de 2003, o IBGE apontou para um crescimento da precarização do trabalho e a queda da renda média do trabalhador. O desemprego cresceu de 10,5% para 13% neste período.

A segunda hipótese acusava os acampados pelo assassinato. Ainda que a primeira hipótese tenha sido confirmada, a segunda foi explorada pela mídia, criminalizando o movimento.

Se por um lado, o MTST explorava o forte simbolismo da ocupação da “Volks”, do outro, a ideia de que os movimentos sociais atuavam fora da lei e contavam com o respaldo do governo, se concretizava. A presença policial na ocupação tornou-se mais intensa, e o governo estadual e o prefeito passaram a acusar o movimento de ser “profissional” e que a ocupação era “politicamente importada”, portanto, não havia demanda a ser atendida (Miagusko, 2018).

O despejo ocorreu repentinamente no início da manhã, desabrigoando 4 mil pessoas em menos de 5 horas. O MTST solicitou a intervenção do governo, por meio do Ministério das Cidades, mas nada foi feito. Os acontecimentos vivenciados na “terra do Lula”, redefiniram os personagens e as lutas (Miagusko, 2008). Segundo Gabriel Simeone¹³⁶, o conflito de estratégia entre o MST e o MTST nesta ocupação provocaram o rompimento final entre os dois movimentos (ETB-MTST, 2023¹³⁷). O MTST perseguiria a dimensão principal da sua luta — a questão da moradia, enquanto o MST continuaria a focar na esfera do trabalho (Scherer-Warren, 2009). Além disso, o MST¹³⁸ seguia como base de apoio do governo Lula, enquanto o MTST passou a atuar como oposição de esquerda.

Em 2004, a ocupação “Rosa Luxemburgo” foi erguida entre São Paulo e Osasco, durando apenas doze dias antes do despejo. Essas quatro ocupações marcaram um ciclo de desarticulação, impulsionado pelos processos de reintegração de posse. A militância foi desgastada e o trabalho de base se perdeu. O movimento precisou se rearticular (Goulart, 2011). Essa passagem é descrita pelos próprios militantes:

Em 2004, após uma tentativa frustrada de ocupar uma área no município de São Paulo, o MTST viveu um dos seus piores momentos, sendo cogitado inclusive o encerramento das atividades do Movimento, devido a tantas derrotas e repressões. (...) Animados por Silvério [de Jesus], os militantes do MTST prepararam uma nova ocupação, que pode ser considerada com um “corte” histórico dessa trajetória: a ocupação Chico Mendes, em Taboão da Serra (Simões *et al.*, 2017, p. 28).

Os primeiros anos do MTST foram formatados a partir de três eixos. (1) A oposição ao neoliberalismo implementado por FHC, configurando o projeto político do movimento. (2) A partir dos despejos violentos e forte criminalização sofrida pelo governo do Estado e prefeitos

¹³⁶ Membro da coordenação nacional do MTST e do núcleo de tecnologia. Técnico em automação pelo Senai/SP.

¹³⁷ As informações coletadas durante a minha experiência na Escola de Trabalho de Base do MTST, em 2023, serão referenciadas como “ETB-MTST, 2023”.

¹³⁸ Fundado em 1984, o MST luta pelo acesso à terra rural para a produção de alimentos. O movimento foi gestado no ciclo de democratização e pertence ao chamado campo democrático-popular, organizado em torno do Partido dos Trabalhadores. Apostava-se nas instituições democráticas e na inserção pela cidadania, que orientou a ação coletivo deste campo. No cenário de redefinição da ação sindical e dos movimentos de moradia no final do século XX, o MST já figurava com seu próprio campo gravitacional e se destacava na cena política (Falchetti, 2022).

da RMSP. A questão do despejo foi tão central que as ocupações futuras passariam a se organizar em torno desta categoria e não em torno da possibilidade permanência. Protocolos de despejo foram criados, por exemplo. E, por fim, (3) pela herança MST que refletiu na forma de organização dos acampamentos, dos cursos oferecidos para a base e coordenação, bem como na mística¹³⁹. Houve um esforço para participar das lutas urbanas, configurando uma formação política e concebendo a ideia de “latifúndios urbanos improdutivos”.

Esse primeiro período foi caracterizado pela relação de interdependência entre os movimentos, conflito de estratégias e compreensão de que a luta urbana era distinta da luta rural, exigindo ações diferentes. Os desafios urbanos se empilhavam: a concentração de pobreza, a criminalização das ocupações e dos movimentos sociais, a questão do tráfico de drogas e a presença constante da polícia, bem como a influência de atores locais consolidados. O movimento alcançou sua autonomia em 2004, consolidando-se como uma força de luta pelos direitos das pessoas sem-teto na RMSP (Miagusko, 2012; Goulart, 2011).

2.3 Um novo começo: autonomia e reorganização

O ciclo de ocupações no início da década de 2000 foi marcado por despejos, violência policial e a criminalização do movimento, o que afastou antigos militantes e atraiu outros, incluindo ex-petistas desiludidos com a guinada ao centro do PT ou os rumos da ação sindical, jovens de esquerda, universitários e outros indivíduos que buscavam um canal de expressão.

Após a ocupação da Volks, o MTST reavaliou sua forma de atuação. Foi criado um programa, uma cartilha e um site para disponibilizar informações produzidas pelo próprio movimento. Além disso, repensaram as estratégias territoriais, educacionais e culturais. Este novo ciclo marcou total autonomia em relação ao MST (Miagusko, 2012; Goulart, 2011).

O ponto de virada foi a ocupação “Chico Mendes”, estabelecida em outubro de 2005, em Taboão da Serra, alcançando rapidamente a marca de 1.300 famílias logo nas primeiras semanas. Nos primeiros dias, foram construídos barracos, cozinhas coletivas, “ciranda” (espaço dedicado às atividades educacionais), e um barracão coletivo para reuniões. Posteriormente, foram eleitos coordenadores para diferentes setores de atuação coletiva: Infraestrutura, responsável pela estrutura física, acesso à água e luz; Cultura, Educação e Formação Política, encarregado das atividades educacionais, cursos, reuniões e assembleias; Disciplina (atualmente denominado Autodefesa), responsável pela portaria, acesso ao acampamento,

¹³⁹ A mística se situa no campo do simbólico e se manifesta através de rituais, símbolos do movimento, música, dança, expressões culturais com potencialidade de produzir pertencimento, engajamento, mobilização, politização e solidariedade entre os militantes, assim como também promover momentos relaxantes, de reflexão e descanso.

construção e cumprimento das regras coletivas; e Negociação, que realizava os contatos externos e as negociações com o governo (Goulart, 2011; Miagusko, 2012).

Esse novo modelo de organização atuava em diversas frentes de ação coletiva e trouxe inovações em relação aos modelos anteriores. Aqui estão presentes as sementes da estrutura contemporânea do movimento, que exploraremos no capítulo seguinte. O setor de cultura, recém criado, já desempenhava um papel crucial para (re)construir a identidade periférica e dos sem-teto como uma ferramenta de ação e mobilização política, elevando a moral do movimento e fortalecendo sua luta. A princípio, foi criado como Brigada de Guerrilha Cultural do MTST, em 2004, e já apresentava uma força organizativa ao produzir sete filmes¹⁴⁰, que eram projetados em saraus, acampamentos e festivais de cultura. O setor promovia diversas atividades, como rodas de capoeira, peças de teatro encenadas pelos acampados, apresentações de maracatu, rodas de viola e festivais de hip-hop (Goulart, 2011; Miagusko, 2012).

Os eventos culturais desempenharam um papel importante junto à comunidade local, conquistando novos acampados e apoiadores. Estas ações possibilitaram o diálogo com setores das universidades e um vínculo com a Associação Periférica Ativa (APA)¹⁴¹, ampliando a atuação do movimento entre a população pobre e aumentando sua legitimidade nessas regiões. A relação do MTST com a APA foi além da luta pela moradia, unificando as demandas das comunidades pobres. Esses eventos culturais foram repetidos em outras ocasiões, como na ocupação “João Candido”, erguida em 2007 em Itapeverica da Serra, onde foi abrigado o “I Seminário da Associação de Comunidades Periféricas Ativas” (Goulart, 2011). As atividades culturais se fortaleceram e permanecem até hoje no movimento. Durante minhas incursões em 2023, pude observar cartazes de filmes que seriam exibidos nos barracões, como o filme *Marighella* (2019) e peças de teatro produzidas pelos acampados.

Na segunda metade da década de 2000, o MTST realizou outra iniciativa importante, que foi a criação de “núcleos territoriais”, visando manter a organização da base mesmo quando uma ocupação sofria um despejo ou deixava o espaço. A ideia “era manter a organização da base mesmo fora dos territórios ocupados, através de reuniões periódicas em locais públicos. A partir dessas reuniões, várias mobilizações poderiam ocorrer, revelando o início de um enraizamento territorial ...” (Simões *et al.*, 2017, p. 31).

¹⁴⁰“Chico Mendes: a dignidade não se rende” (2005); “Direitos Esquecidos” (2005); “Vídeo-Informe 1, 2 e 3” (2007) e “Construindo o poder popular” (2008).

¹⁴¹ A APA é um espaço de unidade que reúne dezenas de associações militantes comunitários na grande São Paulo. Seu objetivo é organizar e unificar as lutas da comunidade (Goulart, 2011, p. 47).

As ocupações “Chico Mendes” e “João Candido”¹⁴² representaram uma nova etapa em relação à organização interna, estratégias, prioridades, formas de negociação e pressão sobre os governos. Do lado do Estado, houve uma mudança no tratamento com os movimentos sociais, passando abrindo espaço para mesas de negociações. Isso não necessariamente significou conquistas, mas resultou em uma dinâmica de avanços e recuos (Goulart, 2011).

As negociações muitas vezes se arrastavam entre as instâncias de poder. Os entraves “técnicos” em cada etapa da conquista, que vão desde o cadastro da demanda, compra/desapropriação do terreno, projeto e liberação de verba, mostravam-se morosos. A ocupação “Chico Mendes”, por exemplo, formou-se em 2005, e mesmo com atos públicos de pressão, passeatas, acorrentamentos em órgãos públicos, trancamento de rodovias com pneus em chamas, mesas de negociações e acordo firmado com o Estado, tinha previsão para começar a construir as casas apenas em 2011 (Goulart, 2011). Informações atualizadas na página do Instagram no MTST Brasil indicam que o empreendimento começou a ser construído em 2023.

A estruturação de setores internos permitiu também o fortalecimento das alianças políticas com entidades trabalhadoras e a radicalização das manifestações. Ainda em 2005, o movimento se juntou ao Dia Nacional de Luta pelo Passe Livre e, em 2007, participou do Ato contra a Reforma da Previdência, junto a sindicatos e partidos em Brasília. O MTST passou a planejar sua projeção nacional no final da década de 2010.

Neste momento, o movimento prezava por sua autonomia em relação a outros movimentos, partidos políticos, e formas de institucionalização, conforme apontado em sua cartilha: “O MTST quer ser uma alternativa para aqueles que já perceberam que só o voto nada resolve” (MTST, 2005). A Cartilha também apresenta os três princípios do movimento e explica por que ele se diferencia dos demais movimentos de moradia e sem-teto:

1º Nunca colocar a luta e o poder político institucional (partidos políticos, eleições, voto, cargos no governo e etc.) como parte principal do movimento. Nós devemos estabelecer alianças e apoios com partidos e políticos que possam colaborar com o avanço da nossa luta, sem nunca perder nem subordinar os nossos objetivos e as nossas formas de luta direta.

2º O MTST nunca cobrará nada de nenhum lutador sem-teto. (...) A colaboração maior que pedimos é o compromisso com a luta, a responsabilidade e sinceridade. São as únicas coisas que cobramos. (...)

3º O coletivo fala sempre mais alto que individual e deve ser respeitado como a decisão legítima do movimento e todos aqueles (com critério) desejarem e provarem ser capazes de contribuir nestes coletivos terão espaço político para isso (...).

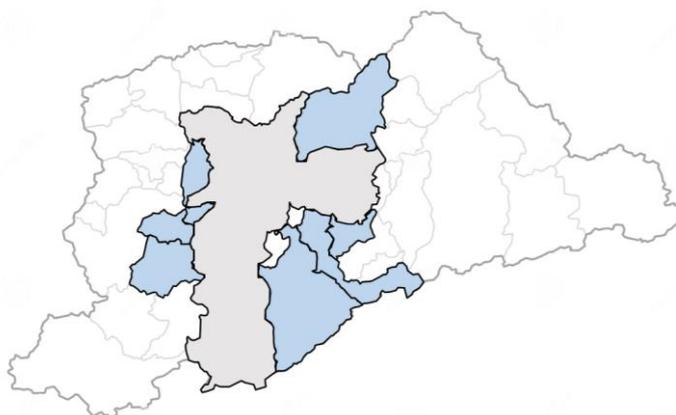
¹⁴² Embora tenha durado apenas 2 meses, ela produziu experiências intensas a partir de mobilizações, como a “marcha dos 5 mil” e o acorrentamento de 20 dias na igreja catedral de Itapeverica da Serra (Simões *et al.*, 2017).

Ainda que em 2005 o movimento indicasse ser contra a institucionalização, ao final da década de 2000 essa questão se alterou: primeiro, sob a égide do Programa Minha Casa Minha Vida — Entidades e, posteriormente, com a aliança com o PSOL e o lançamento de candidaturas para concorrer a cargos no legislativo e executivo no final da década de 2010.

2.4 Da estadualização para a nacionalização: final da década de 2000

Entre 2001 e 2007, o movimento realizou seis ocupações. Em 2008, decidiu realizar 3 ocupações simultaneamente em cidades diferentes, em uma ação orquestrada que demonstrou a sua capacidade organizativa. As áreas ocupadas foram em Campinas, Embu das Artes e Mauá, nomeadas respectivamente como “Frei Tito”, “Silvério de Jesus” e “Terra e Liberdade”. Esse processo consolidou um “cinturão” de lutas na RMSP e o processo de estadualização do movimento. O movimento divulgou publicamente suas ações, pressionou as diferentes esferas de governo, promoveu marchas, caminhadas, acampamentos e acorrentamento de militantes em áreas públicas, greves de fome e trancamento de rodovias (Goulart, 2011; Miagusko, 2012).

Figura 20. Cinturão de ocupações do MTST na Região Metropolitana de São Paulo, 2001–2010



Legenda: Em azul, cidades que contaram com ocupações do MTST. Em cinza, cidade de São Paulo.
Fonte: Goulart (2011, p. 53–54). Imagem produzida pelo autor, 2023.

Essas ocupações permitiram ao MTST se enraizar nas periferias da grande São Paulo. Foram promovidas ações localizadas de emergência, como auxílio a outras comunidades que enfrentavam problemas de despejo, luta por equipamentos públicos (creches, postos de saúde e transporte público adequado), gestão de conflitos em casos de violência policial e auxílio a população periférica em negociação com o Estado (Goulart, 2011; Miagusko, 2012).

Este ciclo de ocupações auxiliou o movimento a construir “uma forma de viver em ocupações” e desenvolver estratégias para ocupar e reivindicar “os latifúndios urbanos”. A ocupação se tornou o instrumento central de luta, sendo um recurso de ação coletiva com potencialidade na construção de identidades coletivas, relações subjetivas e formação de militantes (Goulart, 2011; Miagusko, 2012; Breda, 2023).

A partir desses territórios e de suas ações, o movimento demandava o envolvimento das três instâncias de governo para superar os obstáculos impostos pelos processos de burocratização e criminalização. Perceberam, então, a necessidade de colocar em marcha o processo de nacionalização do movimento. Em maio de 2009, durante o Encontro Estadual do MTST, foi oficializado o objetivo da nacionalização a partir da promoção de grupos de atuação em estados diferentes sob uma única organização que seguissem os mesmos princípios políticos e formas de atuação (Goulart, 2011; Miagusko, 2012).

A nova fase foi inaugurada com o acorrentamento de militantes nos portões do prédio onde Lula tem um apartamento, em São Bernardo do Campo, em 2009. A ação durou 8 dias, até que o Ministério das Cidades abriu negociação. Entre as demandas, estava a inclusão do MTST como Entidade Organizadora de projetos habitacionais no PMCMV, a urbanização da ocupação “Anita Garibaldi” e uma complementação orçamentária nos projetos das ocupações em Itapeverica da Serra, Embu das Artes, Taboão da Serra e São Paulo (Miagusko, 2012).

Junto à nacionalização do MTST, surgiu uma nova reconfiguração das lutas urbanas em caráter nacional a partir da Jornada Nacional de Lutas, que mobilizou seis estados. A jornada foi organizada pela Frente Nacional de Movimentos Urbanos, formada em 2009, e reuniu movimentos sociais urbanos, conselhos populares, ocupações e fóruns por moradia, incluindo o MTST, em oito estados. A frente reivindicava o fim da criminalização dos movimentos por moradia, uma política de regularização fundiária das ocupações, desapropriação de imóveis que não cumpriam a função social, subsídio para moradia, entre outras demandas. Em março de 2010, outra jornada foi lançada, intitulada “Minha Casa, Minha Luta”, visando fazer frente ao recém-lançado PMCMV. Em setembro do mesmo ano, ocorreu o I Encontro Nacional do MTST, reunindo representantes de sete estados (Goulart, 2011). Estes eventos indicavam uma nova rearticulação dos movimentos sociais de luta por moradia e a constituição de uma rede de movimentos sociais.

Os anos de 2008 a 2012 foram marcados por um estreitamento com organizações à esquerda do PT e pelo apoio a iniciativas institucionais. Foi um momento de crescimento organizativo e político. O movimento percebeu que o campo institucional poderia render frutos.

Neste momento, o MTST já havia se estabelecido como um movimento social e contava com uma maior carga de militantes.

3. Estratégias contemporânea: institucionalização, partidos políticos e massificação das bases

A década de 2010 foi um momento de reconfigurações para o MTST, especialmente a partir da relação com o PMCMV-Entidades e, posteriormente, a construção do movimento como um ator político, inserindo-se na arena institucional político-partidária em um momento de acirramento das forças conversadoras. Estas mudanças implicaram na institucionalização do movimento, assim como a mudança na própria estrutura das ocupações. Através da institucionalização, visou aumentar as possibilidades de interferência nas políticas públicas, tanto ao nível de desenho institucional, quanto operacional.

3.1 Rumo à institucionalidade: o MTST e o PMCMV — Entidades

Quando o programa Minha Casa Minha Vida foi lançado em 2009, foi criada a modalidade Entidades para atender grupos historicamente vinculados à luta pela reforma urbana e à tradição da produção autogestionária do final dos anos de 1980 e da década de 1990 — realizada em alguns lugares do país por organizações comunitárias, movimentos populares locais, envolvendo a participação dos futuros moradores no processo de conquista e construção da moradia (Rizek; Georges, 2018; Rizek *et al.*, 2015).

Na faixa Entidades, previa-se o credenciamento de associações, provenientes de movimentos de moradia ou não, que poderiam concorrer a financiamentos e subsídios habitacionais. O seu funcionamento era baseado na autogestão habitacional (ou pelo menos o seu discurso) e na autonomia das Entidades Organizadoras para contratar projetos, obter assessoria técnica e escolher a demanda a ser atendida. A maioria da produção desta faixa ocorreu na RMSP, aonde concentram-se grupos e movimentos com certa tradição na luta por moradia. Os empreendimentos produzidos foram alocados, de modo geral, nas periferias urbanas (Rizek *et al.*, 2015; Rizek; Georges, 2018; Camargo, 2020).

Se por um lado, o programa possibilitou que os movimentos de moradia atendessem parte de sua base, por outro lado, houve uma redução da agenda política ampla no campo da

reforma urbana. Nas palavras de Camargo¹⁴³ (2020, p. 10), “as entidades habilitadas articularam-se diretamente a um conjunto de estratégias e de modos de atuação que parecem deslizar de um campo mais reivindicativo para a operação do programa”. Se de fato não tiveram capacidade de interferir no processo decisório da política habitacional, os movimentos sociais foram incluídos na lista de contemplados com os investimentos públicos (Camargo, 2020).

Para Guerreiro, a faixa Entidades significou a profissionalização e institucionalização das organizações sociais, que precisavam seguir uma série de rituais burocráticos, possuir recursos financeiros próprios e apresentar um corpo técnico para acessar o programa. O Estado “amoldou” certos movimentos populares por meio de uma política de “conformação”. Ou seja, “ao invés de trazê-los para dentro da instituição, potencializa sua ação de maneira controlada e subsumida na medida em que estimula formas (dinâmicas) similares à sua — a *forma* Estado, simétrica à *forma* Capital” (Guerreiro, 2016, p. 54)¹⁴⁴.

A modalidade transformou movimentos sociais e associações de moradores em operadores do PMCMV e possibilitou novos padrões de governança nos territórios periféricos. Embora os resultados quantitativos desta faixa foram poucos, as conquistas políticas foram significativas. Os movimentos que não aderiram ao programa enfrentaram um problema de reconhecimento e visibilidade (Rizek; Georges, 2018; Camargo, 2020).

Essa conformação reconfigurou as ações dos movimentos sociais populares, transformando elementos antes conflituosos em negociáveis, o que modificou a própria luta de classes. Os movimentos deixaram de questionar as relações de produção, concentrando suas ações nos possíveis ganhos materiais e políticos resultantes da disputa por terra sob o marco do capital. O desejo do Estado, do capital e dos movimentos sociais se alinharam, colocando em movimento a engrenagem da produção habitacional, justificada pelo chamado déficit habitacional ou pela demanda popular gestada pelos movimentos sociais. Quanto mais casas fossem construídas, melhor para todos (Guerreiro, 2016; Camargo, 2020).

De movimento social à Entidade Organizadora: institucionalização “por fora” do Estado

O MTST foi um dos grandes beneficiários da modalidade Entidades, por meio do acesso a recursos públicos e produção de moradia. Em última instância, a entrega de apartamentos para os acampados significaria o retorno de anos de luta. O final dos anos de 1990 e a década de

¹⁴³ Um dos empreendimentos estudados pela autora foi o João Cândido A e B, em Taboão da Serra, geridos pelo MTST e pelo MST (movimento de origem e atuação local).

¹⁴⁴ A autora se baseou em dois empreendimentos gerenciados pelo MTST: João Cândido e Chico Mendes.

2000 mostraram as dificuldades da conquista da casa própria. As ocupações se envolviam em negociações que se estendiam por anos, quando não resultavam em despejos. As estratégias estavam se esgotando.

O empreendimento João Cândido, construído com recursos do PMCMV-Entidades, se tornou um cartão de visitas do MTST, conforme relatam os próprios militantes no livro comemorativo de 20 anos do movimento:

É preciso dar um destaque para o principal modelo e referência de construção de moradia popular no Brasil, o Condomínio João Candido, em Taboão da Serra. Inaugurado em 2015, o Condomínio João Candido é resultado expresso das lutas do MTST na região. Tornando-se um paradigma na construção de moradias populares por conta da forma como foi construído, a partir da modalidade “Entidades” do programa Minha Casa, Minha Vida. O tamanho dos apartamentos (cerca de 63 m²), a qualidade do empreendimento e, sobretudo, a participação dos moradores na totalidade do processo fazem dessa a principal experiência de conquista econômica desses 20 anos. Até agora... (Simões *et al.*, 2017, p. 33).

Este empreendimento teve um significado estratégico para nacionalização do movimento. O MTST tinha pressa no lançamento e optou por deixar de lado projetos mais sofisticados apresentados pela assessoria técnica Usina CTHA, escolhendo um modelo padronizado ao estilo CDHU¹⁴⁵. Essa escolha teve como objetivo acelerar as negociações burocráticas e a própria construção, proporcionando um retorno mais rápido à base. Isto implicou em uma baixa participação dos beneficiários nos processos decisórios (Guerreiro, 2016; Camargo, 2016; Camargo, 2020).

Na comemoração de 25 anos do movimento, em 2023, os empreendimentos construídos via Entidades voltaram a ser exaltados. O condomínio João Candido, entregue entre 2014 e 2015 em Taboão da Serra/SP, foi destacado por ser o “primeiro projeto habitacional do MTST com elevador e sacada”. O condomínio Novo Pinheirinho e Santo Dias, inaugurado em 2019 em Santo André/SP, foi mencionado como “sendo uma das maiores entregas do Programa Minha Casa, Minha Vida — Entidades”, contando com 910 unidades. E o condomínio Dandara, inaugurado em 2021 na Zona Leste de São Paulo/SP, foi reconhecido como “o primeiro e único projeto do Minha Casa, Minha Vida entregue com horta coletiva”¹⁴⁶.

¹⁴⁵ Segundo Camargo (2020), a assessoria técnica Usina CTHA tinha um comprometimento com a agenda ligada à autogestão habitacional e previa soluções urbanísticas baseadas em estudos prévios. Do outro lado, o governo estadual, por meio da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo), apresentou um projeto bastante problemático, mas com a promessa de uma rápida aprovação, o que conquistou a adesão dos movimentos envolvidos. A dificuldade das assessorias técnicas, de modo geral, em navegar pelas complexas burocracias do estado acabava favorecendo a aprovação de plantas tradicionais, como o modelo “H”, amplamente implementada pela CDHU.

¹⁴⁶ Informações retiradas do Instagram MTST Brasil, em postagens comemorativas de 25 anos do movimento, intitulada “Conheça os diferenciais das conquistas habitacionais do MTST em São Paulo”, publicada em 7 de jun. de 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CtMVEb0Oqh/>. Acesso em: 06 jul. 2023.

É importante pontuar que a contratação de alguns empreendimentos se deu no começo da década de 2010, quando a conjuntura política e social começava a se alterar. Outros projetos que já estavam engatilhados foram congelados pelo governo Temer. Somente em 2023, com a volta de Lula à presidência, houve um retorno dos subsídios e das negociações de empreendimentos já aprovados. Neste sentido, o “retorno” à base ficou congelado por anos, e a “fé” das pessoas entrava em um processo de desgaste.

Ainda assim, foi através das Entidades que o movimento se massificou e alcançou sua projeção nacional, conforme planejado nos anos anteriores. Segundo Guerreiro (2016), a massificação desses movimentos durante o lulismo não pode ser entendida apenas como uma expansão da consciência de classe ou radicalização política, mas sim como uma sincronização com a “forma dominante socialmente, o próprio capital, na especificidade brasileira”. Em outras palavras, a autora argumenta que a massificação do MTST está diretamente relacionada com sua participação (institucionalização) via Entidades e isso não significou necessariamente a politização de sua base. Segundo Guerreiro (2016, p. 57), sob o marco do PMCMV, a estratégia do MTST se baseou no:

domínio do território e na mobilização da massa espoliada como instrumento político, a ser utilizado em negociações dentro do Estado como meio de expansão. O “poder popular”¹⁴⁷, nestes termos, é poder territorial, sem que isso signifique a produção de um espaço próprio dos trabalhadores. Partindo do déficit habitacional, o MTST usa como instrumento de luta as ocupações de terras ociosas nas periferias, sem uma demanda organizada prévia. O caráter dessas ações é de mobilização de grandes contingentes de famílias por meio da ocupação territorial.

Segundo a autora, houve uma preocupação quase exclusiva com a conquista da moradia, sem que o processo significasse a formação política da base. Em última análise, isso transformaria a base em meros consumidores e não sujeitos políticos ativos. Em contraponto, Carvalho-Silva e Tomizaki (2021) argumentam que a politização da base pode ocorrer por intermédio da dimensão da experiência da luta, como a participação em assembleias, protestos, na vivência na própria ocupação, ainda que não existia um processo teórico-metodológico propriamente desenvolvido naquele momento dentro do MTST (Santos; Goulart, 2016). Neste sentido, reduzir a politização da base do movimento apenas durante o processo de autogestão da produção da moradia parece um tanto limitante.

¹⁴⁷ O MTST define poder popular como “a realização efetiva do princípio de que só os trabalhadores podem resolver os problemas dos trabalhadores. Na prática, isso significa estimular e valorizar as iniciativas autônomas, construir formas de organização e de decisão coletivas, lutar por nossas reivindicações e direitos; enfim, não esperar nada de ninguém a não ser só de nós mesmos. Assim, podemos dizer que nosso objetivo maior é a construção do poder popular, contra o capital e seu Estado” (Cartilha, 2013).

Camargo (2020) aponta que por meio das modulações propostas pelo programa, que alteram a relação entre Estado, movimentos sociais e mercado, produzindo uma “confluência perversa” (Dagnino, 2004), as práticas de mercado colocadas em marcha pelos movimentos de moradia incitam a construção de mercadorias políticas (Misse, 2002) e a autogestão como possibilidade de democratização das decisões ou de formação política se desmancham.

Guerreiro (2016) sinaliza que essa conjuntura traz uma diferença significativa em termos de trabalho de base e constituição material e subjetiva da classe trabalhadora. Anteriormente, na década de 1990, a classe trabalhadora produzia sua identidade por meio das relações de produção, na esfera do trabalho e do sindicalismo. Com o enfraquecimento destas esferas, o MTST visa produzir a subjetividade de classe por meio das experiências do território periférico e da luta por moradia. Contudo, a partir da relação do movimento com o PMCMV, a experiência produzida se aproxima de um sujeito consumidor¹⁴⁸.

Os movimentos que mais se massificaram e conquistaram apoio foram aqueles que se voltaram à produção de unidades habitacionais via PMCMV-Entidades. Grupos ligados à reforma urbana, que levantaram questões sobre urbanização de favelas, locação social e o uso de edifícios e terrenos ociosos, não tiveram a mesma repercussão. Assim, a crítica feita ao PMCMV pelos movimentos beneficiários sempre adota um tom da necessidade de seu “aperfeiçoamento” (Guerreiro, 2016). Isso pode ser visto nas redes sociais do MTST e de seus militantes, que defenderam o retorno do PMCMV utilizando o tom mencionado.

Mudanças nas ocupações a partir do PMCMV — Entidades

No início da década de 2010, houve uma mudança estratégica na construção e gestão das ocupações do movimento. Nos primeiros anos do movimento, as ocupações tinham como objetivo acomodar os acampados e lutar pela urbanização do espaço, como exemplificado pelas ocupações “Parque Oziel” (1997) e “Anita Garibaldi” (2001). Posteriormente, as ocupações passaram a servir tanto como moradia para os acampados, quanto como forma de pressionar o poder público a abrir negociações. A luta não era mais necessariamente pela urbanização daquele espaço específico, mas sim pelo acesso às políticas habitacionais.

A partir da reorganização das ocupações por meio da questão do despejo¹⁴⁹ e com a chegada sistemática de subsídios através do PMCMV-Entidades, as ocupações passaram a ser

¹⁴⁸ A tensão entre o sujeito político *versus* o sujeito consumidor aparece em outras esferas e programas sociais ao longo de todo o período lulista, não sendo exclusivo do campo habitacional.

¹⁴⁹ Quando o acampado muda para uma ocupação com todos os seus pertences e logo em seguida a ocupação sofre o processo de despejo, costuma-se perder quase tudo. Um dos casos mais emblemáticos de despejo violento foi a ocupação “Pinheirinho”, em janeiro de 2012, na cidade de São José dos Campos (SP).

espaços quase que exclusivamente de pressão para acesso aos recursos públicos. Na ocupação “Chico Mendes” (2005), o acampado ainda era obrigado morar na ocupação. A “João Cândido” (2007) já foi pensada a partir da questão do despejo e passou a ser um lugar de luta. Morar na ocupação só foi autorizado a partir do momento que se sabia que não haveria despejo. A partir da década de 2010, tornou-se regra a impossibilidade de morar nas ocupações. Atualmente, apenas famílias sem nenhum outro recurso podem morar nas ocupações (ETB-MTST, 2023).

As ocupações deixaram de cumprir uma função de moradia e passaram a cumprir uma função simbólica e imagética. Em seus primeiros meses, elas são compostas por uma infinidade de barracos bambu e lona preta, de 2 m × 2 m, em formato piramidal. Os barracos pré-montados chegam prontos na noite em que ocorre a ocupação. Com a sua consolidação, estes barracos começam a ser trocados por outros de madeira e lona mais resistentes e maiores. Assim, os oportunistas, curiosos ou mesmo aqueles que não querem continuar a luta e acabam abandonando o barraco, não dificultam a remoção do mesmo. Esta estratégia visa massificar as ocupações, agregando mais demanda, tornando-as maiores e com mais impacto frente à mídia e o Estado (ETB-MTST, 2023). A ocupação se torna uma expressão física do chamado déficit habitacional. Nas palavras de Guerreiro (2016, p. 58):

Imageticamente é criado um cenário impressionante, que referência famílias a estruturas precárias de lona preta. A conhecida fila da prefeitura (o cadastro do déficit habitacional feito pelo Estado) tem aqui sua lógica estrutural repostada pela presença material do cadastrado por meio de seu representante abstrato: a unidade territorial de lona preta. O sujeito político é caracterizado como aquele que se apresenta, de corpo presente ou representado, porém como unidade abstrata material, sem voz própria.

Cria-se uma forma padrão de expressar a demanda habitacional, que será moeda de troca para acessar o subsídio público. Essa estratégia permite que o movimento forme ocupações bem maiores, causando um grande impacto visual e, conseqüentemente, pressionando o Estado com maior eficácia. Isso também permitiu o crescimento da base do movimento. Como colocado por diversos coordenadores do MTST, a ocupação passa a representar a luta simbólica, e o movimento passa a ocupar as “mentes e corações” dos acampados (ETB-MTST, 2023).

Ainda que as ocupações não sejam mais um lugar de moradia, elas são um espaço central para o movimento, os coordenadores, militantes e a base. Elas abrigam eventos culturais, formação política, mutirões de saúde e de amparo jurídico. Estruturalmente, existe a ciranda, hortas comunitárias, bibliotecas, além de espaço para a realização de grandes assembleias e reuniões, cozinhas comunitárias e a oferta de alimentação diária, entre outras atividades. As

ocupações funcionam como um ponto de apoio para os trabalhadores, pois frequentemente estão localizadas entre os polos de trabalho e os chamados bairros “dormitórios”¹⁵⁰.

Na Cartilha de Princípios do MTST (2013), encontra-se a definição de ocupação:

Nossa forma de ação mais importante são as **ocupações de terras** urbanas. Com elas pressionamos diretamente os proprietários e o Estado, denunciando o problema social da moradia e construímos um processo de organização autônoma dos trabalhadores. As ocupações são sempre acompanhadas de uma pressão focada nos órgãos do Estado, com marchas e ocupações de prédios públicos. Entendemos também que as ocupações de terrenos nas periferias devem ser potencializadas como uma porta para o trabalho comunitário nos bairros próximos. Não podem ser uma ilha de lutadores; mas devem avançar para uma integração com as demandas dos trabalhadores que não participam diretamente dos acampamentos, ampliando nossa referência.

(...)

... precisamos buscar fazer da ocupação muito mais do que uma luta por moradia, mas sim uma ferramenta para o acúmulo de forças do MTST rumo aos nossos objetivos.

(...)

[a ocupação] é uma forma de formarmos novos militantes para a luta, de construir referência nos bairros de periferia e mostrar para os trabalhadores que — com união e organização — temos poder de enfrentar este sistema. Nossas ocupações devem ter sempre este horizonte.

Neste sentido, eu discordaria da leitura de Guerreiro que aponta para a construção de um sujeito “sem a própria voz”, como se as ocupações fossem espaços abandonados, uma vez que não há moradores. Entretanto, é preciso fazer um contraponto, pois a autora escreve sobre a primeira metade de década de 2010. Com o avanço da Escola de Trabalho de Base (2015), tem sido possível realizar atividades com maior capilaridade junto aos acampados. Anteriormente, a formação política se restringia aos coordenadores ou adotava um modo de assembleia junto aos acampados (ETB-MTST, 2023).

A ideia da ocupação “simbólica” está atrelada com o próprio entendimento do conceito de “sem-teto” utilizado pelo movimento. Em seu pequeno livro “Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto” (2012, p. 14), Guilherme Boulos esclarece:

É preciso, primeiramente, deixar de lado a visão equivocada de que sem-teto são somente aqueles que moram na rua, em situação de extrema miséria e mendicância. Esse grupo é aquele que chegou no limite da degradação causada pela falta de moradia, pelo desemprego e outros males do sistema capitalista. A maioria dos sem-teto, no entanto, não está em situação de rua e trabalha, ainda que muitas vezes na informalidade e sem direitos assegurados.

¹⁵⁰ Esta noção de bairro “dormitório” costuma considerar apenas o universo do trabalho fabril, ignorando uma oferta de serviços que existem nos bairros. Adotamos a perspectiva que há um embaralhamento entre o lugar de trabalho e moradia (Rizek, 2012).

O conceito utilizado pelo movimento se aproxima do conceito oficial do déficit habitacional adotado pela Fundação João Pinheiro¹⁵¹. Esta questão está no centro da disputa de narrativa da legitimidade das próprias ações do movimento, mesmo entre a base. Um pequeno trecho do depoimento de uma militante no livro lançado nos 25 anos do movimento ilustra:

Ouvi falar do MTST pela primeira vez na internet. [...] Vi uma entrevista do Guilherme Boulos, comecei a seguir a página do Movimento e depois vi uma entrevista falando mal do MTST. Era uma jornalista falando que nos barracos não moravam gente, aquilo causou uma confusão no meu pensamento, porque eu entendia que o que ele [Boulos] estava fazendo era certo, lutar por moradia para quem precisa, mas eu não entendia a simbologia de uma ocupação até eu precisar chegar em uma (Silva, 2023, p. 20).

A regra atual do MTST é clara. Conquista a casa o acampado que mantêm o seu barraco em ordem, participa das atividades e atos propostos pelo movimento, independente de aderir sua ideologia ou não. Este controle da participação é realizado através da lista de presença coletada em todas as atividades propostas pelo movimento. Cada participação, uma presença e uma pontuação, que pode variar conforme a atividade. São cadernos e cadernos com listas de presença em assembleias, atos, protestos, mutirões, etc., controladas pelos coordenadores de G¹⁵² e das ocupações. É essa pontuação que vai inserindo o acampado em uma posição “boa” ou “ruim” na lista de beneficiários.

O mecanismo de presença/pontuação não é exclusivo do MTST e surgiu da necessidade de selecionar os beneficiários em meio a uma oferta muito reduzida de políticas de habitação. De acordo com Giaquinto (2016)¹⁵³, o critério de pontuação é o primeiro a ser considerado para indicar um acampado para ser um beneficiário de um programa habitacional. O segundo critério é a condição de moradia, ou seja, a ausência ou precariedade das condições habitacionais. Esse mecanismo de controle da “participação na luta” também serve como uma ferramenta para “mobilizar” a base. Mesmo que os acampados possam não concordar com todas as pautas do MTST, comparecer aos atos garante uma boa pontuação (Giaquinto, 2016).

Neste sentido, a própria pergunta colocada por Boulos – “Por que ocupamos?” – adquire diferentes respostas ao longo dos anos do movimento. Ocupam para morar; ocupam para pressionar; ocupam para transformar grandes terrenos vazios em espaços para educação,

¹⁵¹ A Fundação João Pinheiro, órgão que fornece os dados relativos ao déficit habitacional para o Estado, define o conceito a partir de “domicílios precários” (improvisados e rústicos); “coabitação” (unidades domésticas déficit e domicílios formados por cômodos); “ônus excessivo com aluguel urbano” (domicílios com elevados custos com aluguel). Ver a nova metodologia em: https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/10.03_Apresentacao_Lancamento-Deficit.pdf. Acesso em: 16 out. 2023.

¹⁵² Cada ocupação é dividida em grupos de barracos, os “Gs”. Cada G tem um ou mais coordenador(a).

¹⁵³ A autora realizou sua pesquisa na ocupação Chico Mendes.

alimentação e cultura (e não como espaço de moradia mais); ocupam para representar a demanda habitacional e; como veremos mais a diante, ocupam para ressignificar e produzir identidades periféricas; ocupam para gerar engajamento político e politização dos acampados; ocupam para formar lideranças sociais e partidárias e ocupam para produzir capital político

Sob o marco do lulismo, as organizações e movimentos sociais passaram a desempenhar uma função de gestão dos conflitos de classe, resultando em uma extensão de domínio territorial e de demandas. O crescimento e fortalecimento da base, ou do “poder popular”, ocorreu em sintonia com os mesmos interesses do capital privado e do Estado. A partir de 2013, com o esgarçamento do lulismo, o declínio das contratações do PMCMV e as Jornadas de Junho, a conjuntura política se modificou, assim como as estratégias dos movimentos sociais. Neste momento, o MTST se viu diante de, pelo menos, dois desafios.

O **primeiro**, diante da sua massificação — o crescimento de sua base — sem que isso significasse o crescimento dos seus quadros de militantes e coordenadores, resultou em uma crise de gestão e de formação política. O movimento contava com pouquíssimos coordenadores no começo da década de 2010. Como organizar os novos acampados e apoiadores? E como formá-los politicamente sob a ideologia do movimento? Uma das respostas será traduzida na criação da Escola de Trabalho de Base, em 2015, voltada para a formação política da base e de quadros internos, como também a cooptação e organização sistemática dos apoiadores externos.

O **segundo** desafio foi colocado a partir das Jornadas de Junho de 2013 e o “festival de ocupações” autônomas que surgia a partir do clima reivindicativo. Antes das manifestações de rua de 2013, o MTST se configurava como um importante movimento social, ocupando as ruas em manifestações. A partir daquele momento, com dezenas de milhares de pessoas na rua recusando à mediação de partidos políticos, movimentos sociais e sindicatos como gestores desta demanda, o “acúmulo de forças” construídos até então pelo MTST, evaporou.

Em maio de 2014, uma reportagem da Folha de São Paulo revela que “de agosto [de 2013] para cá, São Paulo está vivendo um boom de ocupações de sem-teto como há mais de três décadas não se via”. Na leitura de Boulos, entrevistado na reportagem:

Aí vem junho de 2013, e mobilizações pelo país todo. Qual foi o recado deixado? Na nossa avaliação, foi que quando o povo se mobiliza e vai pras ruas, tem resultado. Afinal, a passagem abaixou. A partir de julho e agosto começavam a pipocar ocupações nas cidades brasileiras de forma espontânea. Não foram os movimentos que previam isso. Os movimentos foram levados, inclusive. (...) Acontece que teve uma convulsão social e abriram-se as comportas das ocupações. Só na cidade de São Paulo são mais de 100 ocupações de julho de 2013 pra cá. Na capital, em torno de

12 estão sob nossa coordenação. Tem outros movimentos que fazem, principalmente no centro de São Paulo, mas o MTST é o maior. Só nas ocupações do MTST são cerca de 15 mil famílias.

Como apontado por Boulos, o movimento precisou se readequar a partir do quadro conjuntural posto pelas Jornadas de Junho. O clima da possibilidade da luta autônoma estava posto e a imagem das organizações tradicionais que organizavam as demandas da população, como partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais, estava desgastada. Ao passo que centenas de ocupações autônomas se espalhavam pela RMSP, o desafio estava em capturar esta demanda habitacional e trazer para dentro do movimento, sob sua ideologia. Neste momento, apostando na “politização natural” através do processo de ocupação, nas palavras de Gabriel Simeone, o movimento decidiu abrir cerca de 30 ocupações, buscando capturar a demanda e produzir quadros internos por meio da experiência empírica da ocupação (ETB-MTST, 2023).

Ainda que exista uma dimensão pedagógica nas vivências, práticas, passeatas, reuniões, assembleias e tantas outras atividades coletivas (Carvalho-Silva; Tomizaki, 2021), a ausência de um “educador” ou um “guia” pode tornar o processo um tanto quanto difuso. O que Simeone está chamando de “politização natural” pode ser lido na análise de Santos e Goulart (2016, p. 153), que apontam que na primeira metade de década de 2010, o movimento apostava na dimensão prática da luta como forma de politização. Os autores argumentam que

o movimento tem caminhado de maneira cuidadosa na construção de um programa mais bem definido para pensar a formação sistematizada dos meus militantes. Observamos, no entanto, que ainda não existe uma orientação teórico-metodológica claramente definida, que poderia auxiliar na construção de um programa de formação mais preciso e que não corra o risco de cair em um espontaneísmo vazio.

O modelo de luta do movimento configurado entre 2009 e 2013, por meio do Entidades, se esgotava com o lulismo, abria-se caminho para a emergência de um novo “ativismo urbano” (Frúgoli Junior, 2018). O retorno para a base novamente parecia mais longe no horizonte. O clima conservador que se instaurava no Brasil pós-2013 e, mais profundamente, pós-golpe, em 2016, empurrava o movimento a abrir mais um flanco de luta, agora no campo partidário.

3.2 Institucionalização “por dentro” do Estado: Eleições, partido político e cargos públicos

As formas de atuação do MTST estão centradas na luta direta contra nossos inimigos. Isto é importante porque nos diferencia da maioria dos movimentos urbanos, que optaram por focar suas ações na participação institucional: negociações de projetos com o Estado, participação em Conselhos (conselho de habitação, das cidades, orçamento participativo, etc.) e parcerias com os governos. Embora, o MTST

também saiba negociar, para nós esta parte do processo está sempre em função das mobilizações e ações de pressão (Cartilha, 2013).

A Cartilha do MTST de 2013 rejeitava a institucionalidade como forma de ação, ainda que o movimento tenha se tornado um operador do programa, se institucionalizando “por fora” do Estado. Na segunda metade da década de 2010, o movimento apostará suas fichas também na institucionalização “por dentro” do Estado. Observa-se aqui um deslizamento importante. Até este momento, as ocupações eram a principal forma de construir a demanda habitacional e influenciar os rumos das políticas habitacionais. Agora, o movimento aposta também na disputa na arena partidária. O ponto de virada para a mudança de estratégia foi a conjuntura de 2013, aprofundada em 2016.

O MTST e a articulação do campo de esquerda: tornando-se ator político

Segundo os militantes do MTST, Guilherme Boulos e Vítor Guimarães, a conjuntura pós-2013 representou a impossibilidade de sustentar a política do “ganha-ganha” do lulismo, dos avanços sociais sem mudanças estruturais e da conciliação de interesses opostos (Boulos, Guimarães, 2016). O governo Dilma Rousseff passou a adotar uma postura mais à direita, tentando agradar setores do empresariado, realizando ajuste fiscal, redução de gastos públicos, elevação de carga tributária, política de juros altos e alterando as regras de concessão de benefícios trabalhistas e previdenciários. Nas palavras de Guilherme Boulos:

Na ocasião em que o MTST se nacionalizava, a conjuntura se acirrou. E passou a ser muito difícil pra qualquer movimento social ficar só no seu quadrado. (...) Nessa hora decidimos assumir o papel de contribuir na unidade da esquerda, impulsionando a criação da Frente Povo Sem Medo, bastante eclética em sua composição, combatendo o golpe, mas igualmente as medidas de Joaquim Levy no governo Dilma. Desse modo, o MTST tornou-se um ator político. E eu também, como representante do movimento (Paiva, 2018).

Foi esse cenário que, segundo Boulos, impulsionou o movimento a assumir um papel de ator político. A crítica à agenda do governo pode ser vista na Carta Convocatória de Lançamento da Frente Povo Sem Medo, em 2015, assinada por 24 movimentos e entidades, entre eles, o MTST:

No momento político e econômico que o país tem vivido se torna urgente a necessidade de o povo intensificar a mobilização nas ruas, avenidas e praças contra esta ofensiva conservadora, o ajuste fiscal antipopular e defendendo uma saída que não onere os mais pobres.

A conjuntura desenha momentos desafiadores para o movimento social brasileiro. Precisamos apostar na unidade nas ruas e nas lutas. Esta é a motivação maior de criar uma frente nacional de mobilização, protagonizada pelos movimentos sociais, a Frente Povo Sem Medo (Carta, 2015).

A Frente Povo Sem Medo é “um espaço de agregação de lutas e resistências ao golpe, mas apontando sempre para a necessidade de construir um novo ciclo da esquerda brasileira” (Boulos; Guimarães, 2016, p. 144). Ela é caracterizada como uma organização política brasileira de esquerda que se posiciona contra o conservadorismo, tendo como um dos objetivos “recuperar as ruas”, uma vez que o protagonismo da direita nas manifestações de rua cresceu desde 2013 (Bedinelli, 2015; Declaração, 2017).

Nesse primeiro momento, houve a articulação de grupos à esquerda buscando formar uma unidade política. Posteriormente, com a queda da presidente Dilma Rousseff por “um golpe parlamentar”, sua substituição pelo presidente Michel Temer, um governo marcado por “retrocessos em direitos sociais e democráticos”, a condenação “política” de Lula e a “ascensão de ideias de extrema-direita”, foram momentos decisivos para que o MTST decidisse entrar na política partidária, segundo Boulos (Guilherme, 2018).

No pós-golpe, dois grandes desafios se colocaram. O primeiro, fortalecer a resistência contra o governo “ilegítimo” que se instalou no país. O segundo, a constituição de uma ampla unidade das organizações de esquerda e movimentos populares para resistir ao governo. Na leitura dos militantes, a esquerda seria incapaz de enfrentar a onda conservadora se não se voltasse imediatamente para as periferias, “as quais a maioria das organizações deixou há longos anos para cuidar das disputas institucionais” (Boulos; Guimarães, 2016, p. 142). Uma das estratégias foi apostar em candidaturas para o legislativo e executivo.

Lançando candidatos a cargos executivos e legislativos

Em 2018, a primeira participação em eleições do MTST ocorreu quando Guilherme Boulos lançou-se à Presidência da República pelo PSOL, tendo como vice Sônia Guajajara, liderança indígena. Sua candidatura foi apoiada por 70% do partido durante o processo de conferência eleitoral (Canofre, 2018). Boulos afirmou que a motivação da sua candidatura foi a falta de representatividade de pessoas ligadas às organizações sociais de esquerda:

É preciso ocupar a política com uma voz que o sistema político, em geral, finge que não ouve. A nossa candidatura, minha e da Sonia Guajajara, numa aliança de movimentos sociais, com o PSOL, com o PCB [Partido Comunista Brasileiro], expressa um processo que vem debaixo, que vem da sociedade, que vem de lutas de resistência, com setores do movimento feminista, negro, LGBT, Mídia Ninja (Canofre, 2018).

A disputa eleitoral representou uma oportunidade de debater o projeto político da sociedade e contrapor-se ao discurso hegemônico e conservador. A campanha presidencial

também foi uma maneira de combater preconceitos e estereótipos que muitas pessoas tinham em relação ao MTST. Nas palavras de Boulos:

Essa campanha é uma oportunidade para quebrar preconceitos (...) de pessoas que acham que quem ocupa é vagabundo, quem faz manifestação é terrorista, que quer levar vantagem, que é oportunista, mas que não se preocupam em ver ou questionar, quem está por trás da lona e por que foi para lá (Canofre, 2018).

Participar das eleições permitiu ao movimento apresentar suas propostas, ideais e visão de sociedade de forma mais ampla, contribuiu para que mais pessoas conhecessem o movimento. O MTST entrava na arena político-partidária para disputar a narrativa que era produzido acerca de si. Nesse momento, tanto Boulos quanto o MTST estavam ganhando mais espaço nas mídias tradicionais e nas mídias sociais. A sua campanha atingiu a 10ª colocação no primeiro turno, com 617.122 votos (0,58% dos votos válidos).

No mesmo ano, Jô Cavalcanti, uma militante do quadro nacional do MTST, concorreu a uma vaga no legislativo de Pernambuco e foi eleita deputada estadual com pouco mais de 39 mil votos. Ela integrou o “Mandata Coletivo Juntas Codeputadas”¹⁵⁴ com outras quatro mulheres. A pauta do mandato baseou-se no enfrentamento ao racismo, educação, comércio informal, pauta LGBTQIA+, moradia, direito à cultura e por uma nova política de drogas (Valadares, 2018). Jô Cavalcanti foi a única das cinco mulheres a assumir oficialmente a cadeira de deputada, sendo ela a única militante do MTST na sua chapa.

Nas eleições seguintes, a estratégia persistiu. Em 2020, o movimento publicou um artigo em seu site intitulado “Ocupar a Política: Conheça as candidaturas do MTST para disputar e vencer as eleições” (2020), no qual indicou que:

O MTST reconheceu, já há algum tempo, que para avançar na luta pelos direitos do povo mais pobre é importante ocupar não apenas terrenos vazios e improdutivos, mas também ocupar a política institucional. E, uma vez dentro desses espaços, lutar com ainda mais força por moradia, saúde, educação e transporte. Em 2018 já havíamos lançado a primeira candidatura sem-teto à presidência na história do Brasil. Em 2020 vamos seguir na disputa, agora concorrendo à prefeitura de São Paulo e vagas nas Câmaras Municipais da capital paulista, Santo André, São Bernardo e Guarulhos. Para isso, é fundamental que a nossa militância e todos e todas que fazem parte do MTST também estejam engajados na batalha.

Naquele ano, Guilherme Boulos, com Luiza Erundina como vice, concorreu à prefeitura de São Paulo pelo PSOL. A candidatura representou um momento importante para confrontar o projeto de Bolsonaro, João Dória e do então prefeito Bruno Covas (Ocupar, 2020). A chapa

¹⁵⁴ Os mandados coletivos encontram amparo legal na resolução 23.548 do Tribunal Superior Eleitoral, que exige um número na urna para cada candidatura, sem qualquer tipo de impedimentos a iniciativas neste formato.

chegou ao segundo turno das eleições e obteve uma votação surpreendente — mais de 2 milhões de votos (40,62% dos votos válidos), perdendo para Bruno Covas (PSDB). Esses números refletiram o crescimento político de Boulos e do MTST, colocando-os ainda mais em evidência.

Em 2020, outro mandato coletivo pelo PSOL se lançou na disputa eleitoral. Desta vez, três mulheres negras, militantes da base do MTST, formaram a chapa “Juntas — Mulheres Sem Teto” para concorrer ao cargo de vereadora na cidade de São Paulo. A narrativa era a mesma: “Eleger o MTST na Câmara é derrotar o bolsonarismo em SP” (Basso, 2020). A chapa composta por Jussara Basso, Débora Lima e Tuca, representando cada zona da cidade de São Paulo, trouxe a pauta da moradia vinculada às pautas identitárias.

Elas destacaram que as mulheres, mães e negras periféricas foram as mais afetadas pelo Covid-19 devido à situação de vulnerabilidade em que se encontram. Jussara afirmou: “Para transformar essa realidade, é urgente superar a exclusão das mulheres, negros e negras, e dos movimentos sociais dos espaços de representação política” (Basso, 2020). A narrativa também enfatizou a importância de intervir na formulação das políticas públicas, disputar o orçamento e garantir a participação popular nas decisões públicas (Bittencourt, 2020): “Eleger as Juntas Mulheres Sem Teto é mais do que tirar a cadeira de um especulador imobiliário, é trazer para o centro do debate e da formulação política a experiência de quem foi formada na luta coletiva pela moradia. Suas vidas carregam as vidas de milhares” (Basso, 2020).

O mandato obteve uma votação expressiva, ficando muito próximo de ser eleito. As integrantes da chapa ocuparam a posição de primeiro suplente do partido. Em 2022, Jussara Basso assumiu como vereadora, mas sem a bandeira do MTST e o mandato coletivo, indicando um rompimento com o movimento. Ainda em 2020, em Santo André, Andreia Barbosa, coordenadora estadual do MTST, concorreu ao cargo de vereadora pelo PSOL, ficando como primeiro suplente. Outras duas candidaturas de pouco destaque também ocorreram¹⁵⁵.

As eleições de 2022 foram marcadas por duas vitórias expressivas para o MTST. Guilherme Boulos foi eleito deputado federal pelo estado de São Paulo, obtendo mais de um milhão de votos, tornando-se o deputado federal por São Paulo mais bem votado naquele pleito (Bronze, 2022). Ediane Maria, coordenadora estadual do MTST que veio da base, foi eleita deputada estadual de São Paulo. Ambos pelo PSOL.

¹⁵⁵ O coordenador estadual do MTST, Anderson Dalecio, concorreu a uma vaga na Câmara dos Vereadores em São Bernardo do Campo. Zelídio Barbosa, que coordenou algumas ocupações do MTST, concorreu à Câmara Municipal de Guarulhos. Ambas as candidaturas sem sucesso ocorreram pelo PT e a simbologia do MTST não foi amplamente utilizada como nas candidaturas citadas anteriormente (Ocupar, 2020).

Ediane é uma mulher negra, bissexual, pernambucana, com 38 anos (2022) e mãe solo de 4 filhos. Sua campanha apresentou pautas antirracistas, de acesso à moradia, cidade, saúde e educação. Assim como a narrativa de “Juntas — Mulheres Sem-teto”, Ediane acredita que “as mulheres negras precisam ocupar espaços de poder, de decisão, que sempre nos foram negados” (Basilio, 2022). Para ela, é fundamental ter a “caneta” para tomar decisões e influenciar políticas públicas de dentro para fora da máquina estatal (Hoffmann, 2022). Boulos destacou que Ediane desempenha um papel fundamental na construção de uma bancada de esquerda para enfrentar o bolsonarismo no estado de São Paulo (Basilio, 2022).

As candidaturas tiveram um impacto para além da tentativa de interferência nas políticas públicas. Durante a Escola de Trabalho de Base de 2023, diversos brigadistas relataram que conheceram o movimento por meio das campanhas eleitorais realizadas pelo MTST. O impacto da eleição de Boulos e Ediane Maria também é notável nas ocupações. Muitos acampados e militantes sentem que o movimento ganhou mais legitimidade e força com os companheiros eleitos. Por vir da base, Ediane se tornou um símbolo de força e resistência na percepção de muitos acampados. Diversas mulheres negras relataram que se sentem mais fortalecidas na luta sabendo que Ediane Maria foi eleita e as representa. Mais do que vencer as eleições, a estratégia de colocar o movimento em destaque e usar a campanha para impulsionar a bandeira do movimento surtiu efeito.

A estratégia de lançar ativistas e militantes para disputar espaços institucionais se insere em um contexto maior. De acordo com um levantamento feito em uma reportagem pelo portal de notícias Brasil de Fato, vários movimentos sociais apostaram em candidaturas coletivas nas eleições de 2020 em São Paulo (Bernardes, 2023). Vale o destaque para a organização “Ocupa Política”, que surgiu a partir de experiências de formação popular e mandatos coletivos eleitos, como As Muitas (BH), Marielle Franco e Talíria Petrone (RJ), Marquito (Florianópolis) e Ivan Moraes (Recife). A articulação nacional visa inspirar e fortalecer a candidatura de ativistas e coletivos sociais, preparando-os para ingressar na política institucional. Atualmente, eles contam com 16 mandatos, a maioria pelo PSOL (Santos, 2019).

A primeira reunião do Ocupa aconteceu em 2017, quando vários movimentos que já buscavam uma inserção institucional se juntaram aos mandatos eleitos, abordando temáticas como agroecologia, feminismo, LGBTQIA+ e negritude. Em 2018, o encontro aconteceu em São Paulo, com o lançamento de 70 candidaturas, resultando em 12 delas eleitas, incluindo a Mandata Coletiva Juntas Codeputadas (PE), liderada por Jô Cavalcanti. Em 2019, o evento foi realizado em Recife, contando com financiamento coletivo e apoio das fundações Open Society e Oak, em parceria com o Instituto Update. Além disso, há a participação de ativistas e políticos

de vários países da América Latina e dos Estados Unidos. Destaca-se a presença de representantes da *Movement School*¹⁵⁶, uma escola de formação de candidatas (Santos, 2019).

Atuação do MTST nos espaços institucionais e na arena político-partidária

Nos espaços institucionais, os militantes-parlamentares do MTST abordam diversas pautas caras o movimento. Ediane é coordenadora da “Frente Parlamentar pela Defesa da Habitação e do Direito à Cidade” e participa da “Frente Parlamentar de Apoio ao Programa Minha Casa Minha Vida”¹⁵⁷. Boulos ocupa o cargo de 2º Vice-Presidente da “Comissão de Desenvolvimento Urbano” e atua na “Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua”¹⁵⁸.

Boulos transformou uma iniciativa do MTST em uma política pública, por meio do Projeto de Lei 491/23. O projeto instituiu o Programa Cozinha Solidária, destinado à distribuição de alimentação gratuita para a população em situação de vulnerabilidade e incentivar a produção de alimentos por meio da agricultura familiar e dos pequenos agricultores (Haje, 2023). Por meio desta política pública, o MTST deve lançar dezenas de Cozinhas Solidárias ainda este ano (ETB-MTST, 2023)

O deputado federal desempenhou um papel importante como coordenador da campanha de Lula e participou do governo de transição entre 2022 e 2023 na frente de “Cidades e Habitação”, juntamente com Juliano Medeiros, presidente nacional do PSOL. No início de 2023, ele assumiu o cargo de vice-presidente da comissão mista do “novo” PMCMV, fazendo críticas específicas ao programa, mas defendendo sua continuidade.

Boulos está se preparando para disputar novamente a prefeitura de São Paulo em 2024, e as projeções são bastante positivas. Ele assumiu esse compromisso em 2022, quando abriu mão de disputar o cargo de governo do Estado de São Paulo em favor da candidatura de Fernando Haddad (PT). Ele contará com o apoio político de Lula, e o PT não deve apresentar um candidato (Chaib, 2023). Notícias recentes indicam que Marta Suplicy, recém refiliada ao PT, será a vice-prefeita na chapa com Boulos.

¹⁵⁶ A escola de formação de candidatas apoiou a campanha da deputada democrata Alexandria Ocasio-Cortez nos EUA; a jornalista Beatriz Sánchez, candidata à presidência do Chile em 2017; Alheli Partida, da organização internacional LGBTI Victory Institute; o fenômeno feminista Estamos Listas, que reúne mais de duas mil mulheres para enfrentar as eleições na Colômbia (Santos, 2019). Acesse o Guia “Ocupa Política” de 2020 no site <https://micropolis.com.br/Guia-ocupa-politica>. Acesso em: 05 jul. 2023.

¹⁵⁷ Dados disponíveis no site da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo: <https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300667>. Acesso em: 04 jul. 2023.

¹⁵⁸ Dados disponíveis em: <https://www.camara.leg.br/deputados/220639>. Acesso em: 04 julho 2023.

Outra novidade para o MTST foi a nomeação de Guilherme Simões, de 38 anos, professor de sociologia, educador popular, militante do movimento e um dos autores do livro comemorativo dos 20 anos de história do MTST (Simões *et al.*, 2017), para assumir a Secretaria Nacional de Políticas para Territórios Periféricos (conhecida como Secretaria das Periferias). A secretaria está alocada no Ministério das Cidades, que foi reinaugurado em 2023, durante o governo de Lula. A nomeação dele para esse cargo gerou debates internos no movimento sobre se ele aceitaria ou não o convite para compor o governo. Nas palavras dele:

A gente discutiu muito internamente no movimento o quanto isso era um desafio e ao mesmo tempo o quanto era necessário. A gente está diante de uma oportunidade histórica de reconstrução do nosso país, de retomada de políticas públicas inclusivas, de política de reparação. E a gente não tem muita opção, seria muito prejudicial a gente dizer “não quero, não vou fazer parte” ... Nós estamos diante da oportunidade de ajudar a reconstruir o país sob a ótica dos movimentos populares, da periferia, das mulheres, da negritude. Eu vejo isso como, claro, um desafio muito complexo, porque não é fácil, mas sobretudo como uma oportunidade (Ribeiro, 2023).

A Secretaria tem como atribuição reduzir as desigualdades sociais e articular soluções para urbanização de favelas e combate aos desastres de origem climática a partir da articulação das três esferas de governo e movimentos sociais das periferias. Outra meta é integrar o conhecimento produzidos nas periferias às políticas públicas, fornecendo meios para que os movimentos sociais e agentes locais coloquem em prática suas próprias soluções. Ainda que a Secretaria tenha um orçamento bastante enxuto, ela se tornou fundamental para o movimento aprender a operar a máquina pública por dentro. No início de 2023, Simões iniciou o projeto “Caravana das Periferias”, visitando diversos territórios periféricos em todo o Brasil para levantar demandas e produzir um diagnóstico.

A inserção dos militantes “dentro” do Estado, seja por meio das eleições, de cargos comissionados ou em cargos ministeriais demonstra um processo de institucionalização do movimento que vem desde o início da década de 2010. Uma das principais estratégias foi “ocupar” o PSOL, um partido de correntes que favorece o crescimento da Revolução Solidária (corrente do MTST). Nota-se uma institucionalização na arena político-partidária mais ampla, e uma institucionalização por dentro da burocracia partidária do PSOL.

As candidaturas destacaram a importância da representação de pessoas ligadas a movimentos sociais de direito à cidade e de pautas identitárias. Os militantes agora atuam como produtores de políticas públicas voltadas para as demandas dos movimentos sociais. O contexto político da metade da década de 2010 também contribuiu para projetar o movimento internacionalmente, como veremos mais adiante.

Relações entre o MTST e o PSOL

As relações entre o MTST e o PSOL vão além das candidaturas. Durante a campanha de 2022, Boulos foi eleito presidente da federação partidária formada pelo PSOL e da Rede Sustentabilidade. Ele teve participação decisiva no apoio do PSOL a pré-candidatura de Lula (Bronze, 2022). Após a eleição, a corrente interna do PSOL liderada por Boulos defendeu a continuidade do apoio à Lula, o que foi ratificado em uma plenária do PSOL. Boulos também se tornou o líder do partido na Câmara dos Deputados, em 2023.

Outras relações também podem ser observadas. Militantes e coordenadores do MTST ocupam postos estratégicos dentro do PSOL. Em setembro de 2021, entre os integrantes da Executiva Nacional do partido que tomaram posse, figuram ao menos duas militantes do MTST. Natália Szermeta, integrante do quadro nacional do MTST e esposa de Guilherme Boulos, foi empossada presidente da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco — fundação do PSOL. Ela também foi uma das organizadoras do 8º Congresso do PSOL, que ocorreu no segundo semestre de 2023. Isadora Britto assumiu a posição de Secretária de Movimentos Sociais¹⁵⁹.

A partir dos Congressos do partido há a disputa pelos cargos-chave e o direcionamento das ações partidárias a médio prazo. O 8º Congresso elegeu Eduardo Borges, coordenador nacional do MTST, para a Secretaria de Movimentos Sociais no PSOL-DF; Maria do Socorro, coordenadora do MTST, como vice-presidente do PSOL-DF. Débora Lima, coordenadora nacional do MTST, foi eleita presidente do PSOL da cidade de São Paulo em 2021 e presidente do estado de São Paulo em 2023. Andréia Barbosa, militante do MTST, foi eleita presidente do PSOL de Santo André em anos anteriores (Primeira, 2022),

Vale destacar que a Revolução Solidária, liderada por Boulos e o MTST, foi a bancada que mais cresceu neste último Congresso, dobrando de tamanho em dois anos e formando a segunda maior delegação. A bancada compôs o campo vencedor — PSOL de Todas as Lutas¹⁶⁰. Essas nomeações destacam o grau de influência e participação do MTST dentro do partido, fortalecendo a sua presença e representatividade na política institucional.

As ocupações do MTST com presença de filiados do PSOL tornam-se instrumentos de disputa política para definir os rumos do partido e os cargos na burocracia partidária. Os acampados, militantes e apoiadores do MTST filiados no PSOL, são direcionados a votar na corrente do movimento durante as plenárias locais. Este movimento coloca em xeque a autonomia do PSOL e tem aberto espaço para uma hegemonia do MTST, invertendo uma

¹⁵⁹ Dados disponíveis em: <https://psol50.org.br/partido/executiva-nacional/>. Acesso em: 07 ago. 2023.

¹⁶⁰ Dados disponíveis no perfil de Instagram “ronaldomansur09”, “mtstdf” e “revolução solidáriadf”, no mês de outubro de 2023.

equação tradicional do final do século XX, aonde alguns movimentos sociais eram submetidos à lógica do partido, e não o oposto (Ferreira, 1994) (ver mais detalhes também no cap. 3).

As campanhas políticas de militantes do MTST também contribuíram para o crescimento do próprio PSOL. Em 2021, o PSOL foi o único partido político a ter um saldo positivo de filiados. Entre janeiro e setembro daquele ano, o partido registrou um saldo positivo de 1,3 mil filiações, alcançando a marca de 220 mil filiados (PSOL, 2021). De acordo com reportagem, esses números refletem o bom desempenho do partido nas disputas eleitorais, especialmente com a candidatura de Boulos para a prefeitura de São Paulo, em 2020. Metade das novas filiações do PSOL vieram dos estados do Pará e São Paulo (Pitombo; Garcia, 2021).

Outro resultado das eleições foi a ampliação das estratégias financeiras para a manutenção de militantes e coordenadores que atuam diariamente no movimento. Um exemplo disso é o do gabinete Ediane Maria, que emprega uma coordenadora estadual do MTST e uma das coordenadoras do Coletivo Raiz da Liberdade (coletivo que surgiu dentro do MTST) como Assistentes Parlamentares. Da mesma forma, entre os Secretários Parlamentares de Guilherme Boulos, também é possível identificar ao menos um militante do MTST¹⁶¹.

Abre-se um caminho para a construção de uma “carreira militante”, aonde a militância torna-se gradativamente um campo de possibilidade de emprego e renda (Araújo Filho, 2023). Neste caso, por dentro da política partidária. A profissionalização de militantes ocorre tanto através de cargos no legislativo, como de funções de assessores e secretários. Esse mecanismo permite a sustentabilidade financeira para os militantes que se dedicam inteiramente ao movimento, ao mesmo tempo, possibilita o trânsito de militantes entre as esferas do Estado e dos movimentos sociais, permitindo uma maior conexão e influência dentro das estruturas políticas e governamentais.

O MTST chega na década de 2020 com feições de partido-movimento ou, nas palavras de Simeone, “movimento-partido” (ETB-MTST, 2023). Segundo Boaventura de Sousa Santos (2021), o “partido-movimento” combina a ação institucional, legal e mobilizações institucionais (tribunais, parlamento e administração pública), oriundas do campo partidário e a ação direta, como protestos, manifestações públicas, expressões artísticas do campo dos movimentos sociais. Resta-nos saber como esta configuração se dará nos próximos anos. Se haverá um equilíbrio entre o PSOL e o MTST, se o movimento dominará “por dentro” o partido, se haverá rompimentos, dentre tantas outras possibilidades. Neste momento, é possível indicar

¹⁶¹ Dados disponíveis no site da Câmara dos Deputados: <https://www.camara.leg.br/deputados/220639/pessoal-gabinete?ano=2023> e no site da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo: <https://www.al.sp.gov.br/servidor/lista/?idUA=20426>. Acesso em: 4 jul. 2023.

que a corrente de Boulos — Revolução Solidária — conquista um grande espaço dentro do PSOL e nas eleições de 2024 mais candidatos do MTST devem concorrer pelo PSOL. A possível vitória de Boulos como prefeito na maior capital da América Latina poderá colaborar para a construção da hegemonia do movimento dentro do PSOL.

4. Mega eventos e internacionalização do MTST

O ciclo de Mega Eventos, representado pela Copa do Mundo de Futebol da FIFA, em 2014, e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, em 2016, fez com que o mundo inteiro voltasse sua atenção para o Brasil. A Copa do Mundo aconteceu em 11 estados e no Distrito Federal, sendo o jogo de abertura em São Paulo e a final no Rio de Janeiro. Já as Olimpíadas ocorreram apenas na cidade do Rio de Janeiro. Diversos setores da sociedade, incluindo movimentos sociais, criticaram os altos investimentos em estádios e denunciaram o uso do PMCMV para promover remoções de comunidades no Rio de Janeiro, abrindo espaço para a Vila Olímpica. Nos meses de maio e junho de 2014, o MTST realizou quatro manifestações, reunindo milhares de pessoas. Esses protestos, intitulados “Copa sem povo, tô na rua de novo”, reivindicavam moradia digna e direitos básicos, deixando evidente a insatisfação dos setores populares com a priorização de investimentos públicos no megaevento esportivo (Mekari, 2014).

Um mês antes da abertura do torneio de futebol, o MTST ergueu a ocupação “Copa do Povo”, com cerca de 4 mil pessoas, em um terreno de 150 mil m² de propriedade da Viver Incorporadora. A ocupação, localizada a 3,5 km da Arena Corinthians de Futebol (onde ocorreu a abertura da Copa), na zona leste de São Paulo, serviu como uma forma de denunciar os gastos públicos bilionários e o aumento da especulação imobiliária¹⁶² decorrentes dos megaeventos (Costa, 2014). A ocupação durou aproximadamente 4 meses, sendo desmontada depois de um acordo firmado entre o MTST, a construtora Viver, as três esferas do governo e a Caixa Econômica Federal, prevendo o cadastro dos acampados e a construção de 3,5 mil unidades habitacionais até 2016 (Valle, 2014).

As ações em torno dos Mega Eventos colocaram o MTST como um importante ator político nacional e também projetaram o movimento internacionalmente, uma vez que o mundo voltava sua atenção para o Brasil. A ocupação Copa do Povo recebeu a visita de jornalistas de

¹⁶² Os dados do Índice FipeZap indicam que entre 2009 até 2014, o valor do metro quadrado em Itaquera aumentou 165%, denunciando a relação intrínseca entre os megaeventos e a supervalorização de imóveis (Mekari, 2014).

mais de 50 países, por exemplo¹⁶³. Estes acontecimentos impulsionaram uma política de expansão internacionalista do movimento.

Em 2017, no âmbito das comemorações dos 20 anos do MTST, movimentos urbanos da América Latina se reuniram em São Paulo com o objetivo de continuar e aprofundar a criação de uma unidade no continente. O contexto, segundo o MTST:

Estamos diante de um novo momento de correlação de forças em nosso continente, há uma contra-ofensiva do imperialismo diante dos povos de nossa América. Nesse sentido, a chegada da Organização Mundial do Comércio (OMC) à Argentina fortalece os laços da direita e o capital internacional.

O avanço econômico, político, ideológico, repressivo e cultural manifesta-se na tentativa de acabar com nossas liberdades e direitos refletidos na fraude eleitoral que nega a vontade popular em Honduras, deixando para trás a repressão, perseguição e assassinato de irmãos e irmãs perpetradas pelo regime.

O capitalismo está a avançar a passos largos, com as suas cidades mercantilizadas onde tudo funciona em relação ao valor do m², onde um novo modelo de destruição e deslocamento que expulsa os setores populares é vivido. Mas o modelo das cidades está em disputa. Frente a essas metrópoles de expulsão, os setores populares criam o modelo da revolução urbana: cidades onde o protagonismo popular é a solução para os problemas que enfrentamos hoje, onde construímos uma vida digna, para um bem viver, cidades que contemplam novas formas de produção, comercialização, habitação, educação, cultura, trabalho (Frente, 2017).

Durante o encontro realizado em 2017, foi fundada a Frente de Resistência Urbana Latino-Americano, com o objetivo de articular um projeto comum baseado em princípios de socialismo, feminismo e soberania popular (Frente, 2017). O MTST ingressava de fato na esfera internacional. De acordo com Rud Rafael¹⁶⁴, a organização sistemática do setor Internacional do MTST tem cerca de 6 anos. As ações têm se concentrado principalmente na região da América Latina, mas também existem iniciativas de caráter mais global.

A partir de diálogos construídos nos últimos anos, o MTST passou a compor vários espaços de articulações políticas internacionais. Essas articulações permitem a troca de experiências em diferentes contextos. A saber:

O Diálogo dos Povos é um espaço de articulação entre movimentos sociais, redes e organizações da América Latina e África. O principal foco desse espaço é a resistência à expansão do modelo agro-minero exportador e das grandes corporações mineradoras. Há uma

¹⁶³ Informações retiradas do Instagram MTST Brasil, em postagens comemorativas de 25 anos do movimento, intitulada “Ocupação Copa do Povo, conheça esta história”, publicada em 26 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cst6EgHvBIB/>. Acesso em: 06 jul. 2023.

¹⁶⁴ A maioria das informações desta seção foram retiradas da aula pública dada por Rud Rafael, “Trabalho de base na América Latina”, no âmbito da Escola de Trabalho de Base do MTST — 2023. Rud Rafael é coordenador nacional do MTST, integrante da *TELAR - Territórios Latino Americanos en Resistência*, educador social e professor universitário. Foi um dos autores do livro comemorativo de 20 anos do MTST (Simões *et al.*, 2017).

ênfase na participação das mulheres, estimulando sua auto-organização e a compreensão dos conflitos sob uma perspectiva de gênero. O MTST ingressou nesta rede em 2017.

A **Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara** reúne organizações que trabalham com princípios do Papa Francisco. Este movimento tem um diálogo com a Igreja Católica, assentando no tripé teto, terra e trabalho.

A **TELAR — Territórios Latino Americanos em Resistência** é o principal espaço estratégico do movimento, construído em conjunto com movimentos territoriais da América Latina, como *Ukamau* (Chile), *Congreso de los Pueblos* (Colômbia) e *Frente Popular Dario Santillan* (Argentina). Além disso, há um diálogo com a *Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador* (Equador) e a *Organización Popular Francisco Villa de Izquierda Independiente* (México). Em geral, o objetivo é articular movimentos da cidade, do campo e da floresta, fortalecendo a resistência na América Latina.

A **Internacional Progressista** é uma iniciativa criada em 2018, com o objetivo de articular figuras públicas da esquerda de todo o mundo. Entre os impulsionadores da iniciativa estão Bernie Sanders, Yanis Varoufakis, Jeremy Corbyn, entre outros. Boulos faz parte do seu conselho político. Essa articulação tem projetado Boulos a um nível internacional¹⁶⁵.

A **Red Regeneracion Democracia** é uma articulação que surgiu durante a pandemia, envolvendo partidos, movimentos e figuras públicas da América Latina e Europa.

A **Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo** é uma aliança formada por sindicatos e movimentos sociais que visam analisar a conjuntura da América Latina, especialmente em relação à retomada do neoliberalismo e aos ataques contra a democracia. O lançamento dessa iniciativa aconteceu durante o Fórum Social Mundial das Migrações, realizado na cidade de São Paulo, em 2016.

O **Washington Brazil Office** é uma instituição criada entre 2021 e 2012. Tem como objetivo conectar, apoiar e realizar atividades de *advocacy*, conhecimento e cooperação para fortalecer a sociedade civil, proteger os direitos humanos, promover o desenvolvimento sustentável e socioeconômico e defender a democracia e o Estado de Direito no Brasil.

A **Grassroots Global Justice Alliance** é um espaço de internacionalismo de base que contribui para ações de lobby de movimentos sociais em todo o mundo. O MTST possui representantes no GGJ, mas atualmente não participa de modo sistemático.

¹⁶⁵ Vale destacar que em 2021, Boulos foi eleito um dos 100 líderes emergentes globais pela Revista Times. Segundo a revista, seu desempenho na eleição para prefeito de São Paulo o estabeleceu como uma figura ascendente na política brasileira e ofereceu à esquerda um novo caminho a seguir (Boulos, 2021; Zanini, 2021).

O Llamamiento de los pueblos originarios, afrodescendientes y las organizaciones populares de América Latina é uma rede entre povos organizados da América Latina para combater as desigualdades exacerbadas pela Covid-19, as crises agudas do capitalismo, a dilapidação dos direitos dos trabalhadores, o encolhimento das políticas públicas, o neoliberalismo, o imperialismo e a asfixia de organismos internacionais.

Foi destacado por Rud Rafael que a participação ou organização dessas iniciativas é uma resposta para as crises e conflitos causados pelo capitalismo e o neoliberalismo, tendo como objetivo enfrentar o avanço da extrema-direita. O movimento compreende que a construção de projetos alternativos e a reorganização da esquerda precisam ser pensadas ao nível regional, nacional e internacional.

As Cozinhas Solidárias são consideradas um dos casos de maior visibilidade e sucesso dentro desta rede de trocas internacionais. A partir do Diálogo dos Povos, a experiência foi replicada na África do Sul. A própria criação da cozinha nos moldes do MTST foi inspirada no caso argentino, dos *Comedores y Merenderos* da Frente Popular Darío Santillán¹⁶⁶. A primeira Cozinha Solidária do MTST foi inaugurada durante a pandemia, em março de 2021, na região de Brasilândia, zona norte de São Paulo.

A “Campanha Despejo Zero” também buscou inspirações internacionais. De acordo com Rud Rafael, a campanha foi uma iniciativa da *International Alliance of Inhabitants* (IAI)¹⁶⁷. Em março de 2020, o site da IAI lançou uma chamada internacional intitulada “Zero Evictions for Coronavirus”, que listava uma série de ações de solidariedade local e mundial por parte de organizações de base, com o objetivo de proteger a população mais vulnerável. A campanha apelava para os governos disponibilizarem moradia para as pessoas em situação de rua, congelassem os despejos, a execução de hipotecas e a requisição de moradias, além de promover instrumentos para redução do custo de aluguéis (IAI, 2020).

A estratégia tradicional do MTST que consiste em bloquear rodovias visando interromper a circulação de bens e mercadorias, impactando os interesses capitalistas, foi inspirada pelo movimento dos *Piqueteros*, da Argentina, cujo objetivo era lutar contra demissões e o desemprego (Boulos, 2022).

¹⁶⁶ A Frente Popular Darío Santillán é um movimento social de extrema-esquerda. Foi fundada em 2004, a partir da confluência de diferentes organizações, principalmente piqueteros, mas também estudantes, trabalhadores, camponeses, intelectuais, artistas, etc.

¹⁶⁷ A IAI é uma rede mundial de organizações de base fundada em 2003, que atua em todos os continentes, em particular com a Campanha Despejo Zero. Criou o Tribunal Internacional de Despejos, que até agora realizou nove sessões e conta com a colaboração do Relator das Nações Unidas sobre o Direito à Moradia (IAI, 2020).

Por meio do militante e Secretário das Periferias, Guilherme Simões, há um plano para realizar um encontro Latino Americano das Periferias. O secretário também tem planos de visitar o México e o Chile para conhecer experiências sociais nesses países. Dessa forma, podemos observar que o movimento está utilizando a estrutura do Estado como uma estratégia de internacionalização.

Através das redes sociais é possível observar o trânsito cada vez mais frequente de militantes do MTST que participam de congressos e encontros na América Latina, além de receberem pesquisadores e militantes de diferentes partes do mundo. Esse intercâmbio e cooperação com outros movimentos sociais e ativistas internacionais têm contribuído para fortalecer e ampliar a luta por moradia digna e direitos sociais.

Rud Rafael destacou que uma das maiores barreiras à internacionalização do MTST é a questão linguística, já que o Brasil é o único país da América Latina que fala português e não domina o espanhol. Outro ponto importante é a “disputa” do espaço internacional com o MST, que detém uma hegemonia, sendo um dos maiores movimentos sociais do mundo. Apesar de serem considerados movimentos “irmãos”, suas diferentes estratégias às vezes os colocam em competição por visibilidade e articulações.

As projeções de internacionalização do movimento incluem a construção do poder popular com esquerdas mais plurais, considerando também a pauta identitária. Além disso, busca-se o alinhamento das novas formas de fazer política territorial com a “disputa institucional”, visando uma atuação tanto nas bases como nas instituições. Para isso, é importante ampliar as articulações com outros países e consolidar as redes existentes, fortalecendo a troca de experiências e apoio mútuo. Contudo, a construção de confiança política e alinhamento estratégico demanda tempo e recursos. Nas palavras de Rud Rafael, pode se dizer que o MTST está “na vitrine do mundo dos movimentos muito recente”.

5. Bolsonaro e a pandemia: criminalização do movimento e ações humanitárias

Durante o governo de Jair Bolsonaro (2019–2022), os movimentos sociais enfrentavam uma forte onda de deslegitimação e criminalização. Ainda em 2018, durante a campanha eleitoral, Bolsonaro chamou os militantes do MTST de “marginais que devem ser tratados como terroristas” e afirmou que “A propriedade privada é sagrada. Devemos tipificar como terroristas as ações desses marginais. Invadiu? É chumbo”, defendendo o uso de lança-chamas em ações

contra movimentos sociais (Pennafort, 2018). Em 2022, o MBL¹⁶⁸ acionou o Ministério Público, solicitando que o movimento fosse enquadrado como “organização criminosa”, acusando-o de “praticar os crimes de violação de domicílio” (Medeiros, 2022).

Somado à forte criminalização, a pandemia do Covid-19 que se propagou no Brasil a partir do início do ano de 2020, forçou o isolamento, o distanciamento social e rituais de higiene. Dessa forma, organizar e manter ocupações, assim como promover atos de protesto, tornou-se desafiador. A manutenção e mobilização da base tornou-se um grande desafio, seja pelo viés ideológico ou material. Nas palavras do movimento, “mudamos várias estratégias para respeitar o isolamento social e as medidas de prevenção à COVID e desenvolvemos uma série de ações para garantir direitos, como auxílio emergencial, e a segurança das pessoas em situação de vulnerabilidade”¹⁶⁹.

O movimento denunciou as condições precárias em que viviam os moradores das periferias, exigindo políticas públicas emergenciais e promovendo de forma sistemática ações de cunho humanitário. Uma das primeiras ações foi a arrecadação financeira por meio da criação do “Fundo de Emergência para Sem-Tetos afetados pelo coronavírus”, chegando a mais de um milhão de reais em sua primeira fase da campanha¹⁷⁰. Com esse dinheiro, foram distribuídas 200 toneladas de alimentos, 15.000 kits de higiene e limpeza, 290 litros de álcool em gel, 200 kits para gestantes, sendo produzidas cerca de 110 mil máscaras.

A partir do Fundo Solidário, o MTST desenvolveu uma importante rede de apoio social, criando a “cesta cultural”, que distribuía livros doados juntamente com a cesta básica de alimentos. Foi criado o “Zap da Saúde”, onde médicos e enfermeiras voluntários orientavam pessoas com sintomas de Covid-19. Nos bairros, foram criados grupos de WhatsApp “S.O.S. Corona” com o objetivo de identificar quem precisasse de ajuda (Boulos, 2022). O movimento também realizou ações de geração de renda, como a criação da cooperativa de mulheres sem-teto em 5 estados (São Paulo, Ceará, Rio de Janeiro, Sergipe e Goiás), que confeccionaram e distribuíram mais de 50 mil máscaras de tecido, acompanhadas de um panfleto informativo¹⁷¹.

¹⁶⁸ Movimento Brasil Livre, é uma organização política brasileira criada em 2014 de viés liberal economicamente e conservador moralmente. Seus membros são conhecidos por serem críticos ao PT. A organização ganhou destaque principalmente durante o processo de *impeachment* de Rousseff, quando o MBL mobilizou de protestos de rua em diversas cidades do Brasil.

¹⁶⁹ Informações retiradas do Instagram MTST Brasil, em postagens comemorativas de 25 anos do movimento, intitulada “Fizemos o que o governo não fez na Pandemia”, publicada em 18 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CsZT6OAPIJd/>. Acesso em: 06 jul. 2023.

¹⁷⁰ Dados disponíveis em: <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/ajude-os-sem-teto-a-enfrentar-o-coronavirus>. Acesso em: 05 jul. de 2023. Ver também Boulos (2022, p. 61).

¹⁷¹ Informações retiradas do Instagram MTST Brasil, em postagens comemorativas de 25 anos do movimento, intitulada “Fizemos o que o governo não fez na Pandemia”, publicada em 18 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CsZT6OAPIJd/>. Acesso em: 06 jun. 2023.

Entretanto, a entrega das cestas básicas proporcionava ao movimento um contato muito breve com a comunidade. Na segunda onda de pandemia, em 2021, a partir do Fundo Emergencial, nasceram as Cozinhas Solidárias, um espaço para produzir e distribuir refeições para a população. No início de 2021, o MTST contava com 16 Cozinhas Solidárias em 11 Estados brasileiros. As Cozinhas promovem um enraizamento no território. Esse contato foi fundamental para disputar as narrativas produzidas sobre a crise sanitária, combater as *fake news* e promover uma rede de solidariedade.

Segundo o site oficial das Cozinhas Solidárias, “A falta de políticas públicas voltadas à **Segurança Alimentar**¹⁷² e nutricional fez com que os movimentos sociais no Brasil tivessem que se organizar para o combate à fome e à carestia que atinge a população”. O levantamento apresentado pelo site aponta que em dois anos de funcionamento, foram servidos mais de 1,3 milhão de marmitas ou 1,5 milhão de quilos de comida distribuídos. Em fevereiro de 2023, por exemplo, foram distribuídas cerca de 80 mil marmitas e 55 mil quilos de alimentos. As cozinhas funcionam todos os dias no almoço e contam com doações de pessoas e entidades¹⁷³.

Atualmente, o movimento conta com 45 Cozinhas Solidárias distribuídas em 14 Estados¹⁷⁴. Para além da alimentação, elas são utilizadas como um espaço importante para acolhimento, formação, rodas de conversa, atendimento jurídico, psicológico, saraus, curso de alfabetização de adultos, clubes de leitura, dentre outras atividades. Também são uma fonte de geração de emprego, remunerando as cozinheiras. Um exemplo é uma das lideranças da ocupação em São Carlos, que conseguiu se mudar de seu barraco precário para uma casa de aluguel depois que se tornou cozinheira.

Em 2022, as Cozinhas Solidárias foram uma das vencedoras do prêmio “Desafio da Infância Saudável”, promovido pela Unicef, o fundo das Nações Unidas para a Infância. Os vencedores receberam 100 mil dólares para expandir suas ações (Sakamoto, 2022). Em 2023, o projeto ficou entre as 20 melhores ações sociais premiadas pelo iBest!. Neste ano, acontecerá

¹⁷² Segundo dados divulgados pela Rede Penssan, mais da metade dos brasileiros conviveram com alguma insegurança alimentar no final de 2020, e 9% passaram fome — um salto de 28% em relação a 2018. Esse percentual foi maior em lares de pessoas pretas e pardas (10,7%), chefiados por mulheres (11,1%) ou cujos moradores tinham grau de escolaridade até o Ensino Fundamental incompleto (14,7%). Muitas famílias dependiam da doação de alimentos ou refeições para se alimentarem (Terra, 2021). O agravamento da insegurança alimentar não pode ser creditado apenas à pandemia. Um dos principais fatores foi o desmonte da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), somados ao corte de verbas para o Programa de Aquisição da Agricultura Familiar (PAA) durante o governo Bolsonaro. A política foi instituída pelo governo Lula em 2010, sendo tida por muitos especialistas como uma das responsáveis por tirar o país do “Mapa da Fome” da ONU em 2014. Ver Monteiro (2022) e Boulos (2022, p. 123).

¹⁷³ Informação de Junho de 2023, no Instagram das Cozinhas Solidárias. Dados disponíveis em: <https://apoia.se/cozinhasolidaria>. Acesso em: 05 jul. 2023.

¹⁷⁴ Dados disponíveis em: <https://www.instagram.com/cozinhasolidariasmtst/>. Acesso em: 05 jun. 2023.

o primeiro festival das Cozinhas Solidárias do MTST, em São Paulo, com bandas de rock ao vivo, e os valores do ingresso serão revertidos para as Cozinhas.

O MTST atuou em outras frentes durante a pandemia. Em 2021, o movimento promoveu bloqueio de avenidas e rodovias em oito estados brasileiros, reivindicando o aumento do Auxílio Emergencial para R\$ 600 reais, a retomada dos investimentos em moradia e a suspensão imediata de despejos durante a pandemia. O Auxílio Emergencial foi interrompido em dezembro de 2020 e retornado em abril com valores bem inferiores (Sakamoto, 2021).

Especificamente sobre a questão do despejo, o PSOL e o MTST juntos a outras entidades, protocolaram a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n.º 828/DF no dia 14 de abril de 2021, solicitando a interrupção dos despejos, desocupações ou remoções forçadas, judiciais ou administrativas, de ocupações em situação de disputa judicial ou não, com o objetivo de proteção à moradia durante a pandemia. A medida foi parcialmente deferida pelo Ministro Barroso, em 03 de junho de 2021.

Posteriormente, a Lei n.º 14.216/2021, conhecida como PL dos Despejos (PL 827/2020), foi promulgada em 08 de outubro de 2021, após o Congresso Federal derrubar o veto integral do presidente Jair Bolsonaro ao texto da lei. A nova Lei Federal e a ADPF se complementam. A ADPF se destaca pela resposta ágil frente à situação de absoluta emergência, uma vez que o Congresso demorou para aprovar o PL dos Despejos¹⁷⁵.

Diversas entidades, incluindo o MTST, promoveram a Campanha Despejo Zero¹⁷⁶ – ação nacional com apoio internacional visando a suspensão de qualquer atividade como finalidade desabrigar famílias e comunidades. Conforme os dados divulgados pela campanha, em fevereiro de 2022, existiam mais de 132 mil famílias ameaçadas de despejo. Esse número representa um aumento de 602% em comparação com o início da pandemia. Cerca de 30 mil famílias foram despejadas durante a pandemia, mesmo com liminares. Entre março de 2020 e fevereiro de 2022, houve um aumento de 333% de famílias despejadas. Sem a liminar, esse número poderia ser exponencialmente maior (Movimentos, 2022).

O MTST atuou a partir de duas frentes. Uma frente aonde o próprio movimento se articulou como intuito atender necessidades emergenciais da população periférica e à própria base do movimento. E uma segunda frente de ação que pressionou os governos a tomarem

¹⁷⁵ Mais informações sobre a ADPF e a Lei citada podem ser encontradas em: <https://www.campanhadespejozero.org/quadro-comparativo-lei-adpf> e <https://www.campanhadespejozero.org/aprovada-a-lei-federal>. Acesso em: 05 jun. 2023.

¹⁷⁶ Mais informações e a lista de entidades integrantes da campanha, dentre eles o MTST, pode ser consultado neste link: <https://habitatbrasil.org.br/despejozero/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

medidas urgentes. Para a manutenção da base e o contato com os processos formativos, as mídias sociais foram fundamentais e amplamente utilizadas.

Cursos de formação política foram oferecidos por meio de grupos fechados no Facebook. Pequenas pílulas informativas eram disparadas pelo WhatsApp, contendo figuras, textos e áudios curtos. Cursos de fotografia e produção de vídeo foram realizados com os coordenadores e com a base, para que eles mesmos pudessem produzir materiais para circular nas mídias sociais. Panfletos e brochuras foram produzidos, impressos e distribuídos.

A pandemia e o governo Bolsonaro impuseram desafios ao movimento, levando-o a se rearticular e pensar em novas estratégias. As ocupações e os protestos de rua, principais instrumentos de pressão do MTST naquele momento, se encontravam parcialmente suspensos devido aos protocolos sanitários. A criminalização e o isolamento trouxeram dificuldades na manutenção da base, tanto na esfera material quanto ideológica. A utilização das mídias sociais foi fundamental para manter o diálogo com a base e os militantes, assim como foi uma forma de construir uma imagem legítima do movimento perante outros setores da sociedade. Ao mesmo tempo, o movimento promoveu condições de reprodução social por meio de ações de caráter emergenciais e humanitário.

6. Ecosistema de organizações populares

Ao longo deste capítulo foram destacadas as inúmeras redes nas quais o MTST tem participado, desde parcerias a nível local, como sindicatos de professores, até a constituição de redes nacionais como a Frente Nacional de Movimentos Urbanos ou a Frente Povo Sem Medo. Desde meados da década de 2010, o movimento também tem integrado redes internacionais. O ingresso ou constituição destas redes tem sido uma resposta do movimento aos desafios postos pela conjuntura do desmanche.

Como apontado por Scherer-Warren (2006, p. 113), na sociedade de redes, os movimentos sociais percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social e política. Estas redes de movimentos sociais resultam de um processo articulatório que pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetos ou projetos comuns. O objetivo é construir a legitimidade destes grupos, ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e conquistar direitos sociais. É importante pontuar que estas redes não estão livres de contradições, conflitos ou estruturas de poder. Existem elos mais fortes, como lideranças, mediadores, agentes estratégicos e organizações de

referência que podem deter maior influência e direcionar suas ações (Scherer-Warren, 2006). Um olhar mais focalizado poderia revelar qual a posição que o MTST ocupa nas distintas redes.

As redes de movimentos sociais e suas articulações tem feito emergir temas transversais, relacionados as diversas facetas da exclusão social e a demanda de novos direitos. Neste sentido, os movimentos sociais vêm se abrindo para acomodarem sujeitos com demandas plurais. Nas sociedades globalizadas, multiculturais e complexas, as identidades se apresentam de maneira múltipla, valorizando as dimensões de gênero, étnica, racial; assim como as opções políticas e de valores pela igualdade, liberdade, sustentabilidade social e ambiental, respeito as diferenças culturais, dentre outras (Scherer-Warren, 2006).

Esta agenda plural também é resultado das políticas sociais focalizadas das últimas décadas, que fragmentaram o atendimento a partir das diversas facetas da exclusão social (Lautier, 2014), como o programa Bolsa Família, o programa Minha Casa Minha Vida e as políticas de cota. Estes programas foram resultados do alargamento da esfera do “reconhecimento”, configurando o “neoliberalismo progressista” (Fraser, 2018). É justamente esta esfera que esteve sob ataques no último desmanche.

Ao olharmos para os conteúdos dos movimentos sociais nos quais o MTST tem estabelecido redes, é possível notar a abertura para pautas que vão desde feminismo, racismo, questões agrárias, questões humanitárias, dentre tantas outras. Entretanto, os grupos, movimentos e associações conectadas a estas redes são autônomas ao MTST.

Concomitantemente, nos últimos anos o movimento tem construído uma rede de movimentos e coletivos de dentro para fora, aonde ele se coloca como o elo mais forte. Estes novos grupos foram gestados dentro do movimento e se tornaram mais ou menos autônomos, existindo um trânsito intenso de militantes entre eles. Nas palavras de Gabriel Simeone, o MTST está produzindo um “ecossistema de organizações populares”, aonde cada grupo desempenha uma função específica, visando o fortalecimento do MTST, ainda que muitas vezes, estrategicamente ou não, não sejam reconhecidas como grupos conectados ao movimento¹⁷⁷. Cada organização pode estabelecer uma relação específica com o Estado, movimentos sociais, partidos políticos e mercado, conforme as demandas e com a conjuntura.

A **Cozinha Solidária**, por exemplo, é uma frente de ação do movimento para tratar, a princípio, da questão da fome. Destaque também para o “**Cursinho Popular Tereza de**

¹⁷⁷ Um exemplo pode ser ilustrado a partir de uma atividade de observação participante que realizei no final do ano de 2023. Durante uma campanha de arrecadação de alimentos para as Cozinhas Solidárias que fizemos na Av. Paulista, na cidade de São Paulo, fomos orientados a não vinculá-la ao MTST, pois muitas pessoas não doariam alimentos devido à estigmatização do movimento. Neste sentido, a escolha foi estratégica.

Benguela” em São Paulo, sendo um preparatório para vestibular gratuito e tem como objetivo o ingresso dos jovens de periferia na universidade.

Recentemente, o núcleo de tecnologia do movimento desenvolve um aplicativo — “**Contrate quem luta**” — “para conectar nossos militantes a pessoas que precisam de alguma prestação de serviços”¹⁷⁸. O aplicativo funciona na RMSP. Esta frente é uma das ações do Núcleo de Tecnologia do MTST, que tem criado várias estratégias com foco na soberania digital. O setor tem participado das últimas edições do Campus Party¹⁷⁹ e, mais recentemente, do TED Talk — Guarulhos¹⁸⁰, eventos populares que atraem ampla participação da classe média.

O MTST tem construído coletivos que se tornaram mais ou menos autônomos em relação ao movimento, embora mantenham alinhamento estratégico e um trânsito intenso de militantes entre eles. São eles:

O **Coletivo Fogo no Pavio** é um movimento de juventude que nasce enraizado na luta pelo poder popular através da organização dos trabalhadores das periferias em várias cidades brasileiras. Além de atuar na luta dentro do movimento estudantil, defendendo uma educação popular, a Fogo no Pavio também se destaca pelo importante trabalho de base nas lutas territoriais, buscando melhorias na reforma urbana, lazer, cultura, saúde, moradia e trabalho. Em 2017 ocorreu o 1º Encontro da Juventude Fogo no Pavio (Conscientização, 2018). A primeira publicação no perfil do Instagram do Fogo no Pavio foi feita em novembro de 2019, exibindo o logo do MTST com a inscrição “Juventude” na base¹⁸¹.

O **Coletivo Raiz da Liberdade** tem sua origem no MTST e é constituído majoritariamente por mulheres e homens negros, uma vez que a luta por moradia é uma das reivindicações do povo negro brasileiro historicamente excluído de diversas esferas sociais, como moradia e trabalho, e do direito à dignidade. A militância do MTST na periferia levou ao reconhecimento da centralidade da questão racial, tornando-o também um movimento antirracista. O coletivo foi fundado em junho de 2019, inicialmente como um coletivo restrito

¹⁷⁸ Mais informações em: <https://contratequemluta.com/>. Acesso em: 16 out. 2023.

¹⁷⁹ A Campus Party Brasil é um dos maiores eventos de tecnologia, inovação, cultura digital e empreendedorismo do país. Inspirada na Campus Party original, criada na Espanha em 1997, a edição brasileira começou em 2008 e acontece anualmente. O evento reúne milhares de entusiastas, profissionais, estudantes, startups e empresas do setor de tecnologia e internet para uma semana de imersão em diversas atividades, palestras, workshops, hackathons, competições e exposições. A proposta é criar um ambiente propício para o compartilhamento de conhecimento, networking e o desenvolvimento de projetos inovadores.

¹⁸⁰ TED Talks são uma série de conferências realizadas sob o lema “Ideias que merecem ser compartilhadas”. Essas conferências são organizadas pela organização sem fins lucrativos TED (Tecnologia, Entretenimento, Design), que foi fundada em 1984. Os TED Talks apresentam palestras curtas, inspiradoras e poderosas de especialistas, pensadores, inovadores e artistas renomados em diversas áreas de conhecimento.

¹⁸¹ Dados disponíveis em <https://www.instagram.com/p/B4z5VmplXCn/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

aos militantes do MTST e, posteriormente, tornou-se um movimento nacional aberto a todos os negros antirracistas. Em novembro de 2019, realizou-se o primeiro encontro estadual em São Paulo, reunindo aproximadamente 200 militantes. Atualmente, o movimento está presente também em Pernambuco, Sergipe e Distrito Federal¹⁸².

O coletivo **Mulheres em Movimento** surgiu em 2019 “por necessidade da luta”. Ele atua nas ocupações do MTST, engajando-se fortemente no combate à desigualdade de gênero, especialmente na prevenção da violência contra mulheres. São promovidas rodas de conversa para mulheres e homens, além de espaços de acolhimento e escuta¹⁸³.

Coletivo **LGBT — MTST**. Em 2017, a 1ª Roda de Conversa “LGBT” ocorreu com “dezenas de ativistas, militantes e interessadxs” na Ocupação Povo Sem Medo de Guarulhos. Em 2018, uma 2ª Roda de Conversa “LGBT” aconteceu na Ocupação Povo Sem Medo em São Bernardo¹⁸⁴. Ambos os encontros abordaram temas como aceitação familiar, preconceitos e a questão da “cura gay”, etc. (Após, 2018). Embora não haja confirmação, é possível que essas tenham sido as primeiras atividades voltadas para essa temática promovidas pelo MTST. No Facebook, a página “Movimento Revolução LGBT” fez sua primeira publicação em abril de 2020, apresentando o logo de duas mãos se segurando, uma delas com as cores do arco-íris, com a inscrição “Coletivo LGBT MTST”. Atualmente, o logo mudou e consiste na figura de uma mão negra segurando a bandeira do arco-íris, com a escrita “Revolução LGBT”, sem fazer menção ao MTST¹⁸⁵.

Em maio de 2022, o coletivo **Trabalhadores Sem Direito** foi criado em resposta à necessidade de lutar pelos direitos básicos, incluindo o direito ao trabalho, combatendo a discriminação enfrentada diariamente pelos trabalhadores informais e buscando acabar com sua invisibilidade. O coletivo parece ter surgido com autonomia em relação ao MTST, embora as relações e o trânsito de militantes entre ambos são intensos, conforme relatado em uma reportagem sobre a fundação do movimento (Trabalhadores, 2022).

A fundação deste coletivo revela que o MTST se volta para o campo do trabalho, ponto de partida de sua fundação via MST. A ação coletiva das forças sociais do trabalho tem se deslocado para dentro do movimento de moradia. A manutenção da moradia está diretamente vinculada com a capacidade de inserção no mercado de trabalho, assim como a localização da

¹⁸² Dados disponíveis em: disponíveis em: <https://raizdaliberdade.com.br/sobre-o-raiz/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

¹⁸³ Dados disponíveis em: <https://www.instagram.com/mulheres.emmovimentos/>. Acesso em: 06 jul. 2023.

¹⁸⁴ Um trabalho de TCC desenvolvido sobre a temática LGBT nesta ocupação pode ser consultado em Carvalho (2019). Relatos de LGBTs Sem-teto podem ser encontrados no perfil do Instagram “Monas da Lona Preta”. Disponível em: <https://www.instagram.com/monasdalonapreta/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

¹⁸⁵ Dados disponíveis em: <https://www.facebook.com/RevolucaoLGBT>. Acesso em 05 de jul. de 2023.

moradia também está relacionada com as possibilidades de acessar o mercado de trabalho. A ausência de uma fonte de renda pode implicar em despejo, uma condição precária de moradia, como explorado no capítulo dois desta tese. Neste sentido, são dois campos imbricados historicamente¹⁸⁶.

Neste contexto, o MTST não só tem construído e ingressado em redes com grupos autônomos, como tem produzidos uma rede gerida pelo próprio movimento, chamado de “ecossistema de organizações populares”, aonde ele se coloca como o elo mais forte. É válido nos perguntarmos se o PSOL seria mais um dos grupos constituintes do “ecossistema”. Como apontado por Simeone, militar no PSOL não caracteriza dupla militância, uma vez que lutam pelo mesmo projeto de país. O movimento não permite a dupla militância, ou seja, não permite militar em outras organizações ou partidos políticos que não fazem parte do seu “ecossistema”. Neste sentido, o PSOL parece servir a um dos objetivos do MTST.

Vale destacar que dentro do movimento existem aproximadamente 10 setores, aonde atuam a base interna e externa. Estes setores representam uma ampla gama de trabalhos técnicos, como arquitetura, jurídico, formação política, arte e cultura, dentre outros (ver próximo cap.). Como apontado por Miagusko (2012), o MTST sempre teve esta característica de trazer para dentro das estruturas do movimento o conhecimento técnico e não conformam necessariamente um campo autônomo através de ONGs.

De modo geral, existem níveis de autonomia por parte destes grupos que compõem este ecossistema. Existem os **setores**, inserido dentro do movimento; existem as frentes de ação, como a Cozinha Solidária e o Cursinho Popular; e existem os **coletivos** gestados dentro do movimento que ganharam alguma autonomia, mas mantem um alinhamento estratégico e um trânsito de militantes.

O MTST iniciou a sua trajetória ainda no final da década de 1990, sob a influência do MST, em um contexto marcado pelo neoliberalismo do FHC. A partir da RMSP, o movimento se autonomizou e construiu as suas bases para a estadualização e nacionalização, durante a década de 2000. A centralidade que São Paulo tem para o desenvolvimento do MTST se deve

¹⁸⁶ As relações entre trabalho e moradia no Brasil urbano remontam o século XX, especialmente durante o período da industrialização. Durante este período, o capital industrial se reproduziu sem cobrir os custos de moradia dos trabalhadores, uma vez que o salário mínimo não era suficiente para a reprodução social. Nas palavras de Chico de Oliveira, “a industrialização estava se fazendo, com base na autoconstrução, como um modo de rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho” (Oliveira, 2006, p. 68). Sobre as imbricações entre moradia e trabalho, ver Rizek (2012), Araújo Filho (2021; 2023).

à criação e decadência do setor industrial nas últimas décadas do século XX e, conseqüentemente, o encolhimento da experiência de classe gestada pelas fábricas e pelos sindicatos. Abre-se, portanto, a possibilidade da organização da classe trabalhadora via movimento social de moradia, (re)territorializando o conflito de classes a partir da periferia (Scherer-Warren, 2009).

O movimento alcançou sua nacionalização e massificação a partir do contexto do lulismo e do PMCMV-Entidades, ao acessar financiamento público por meio da autogestão. Ainda que a produção habitacional desta categoria tenha sido ínfima se olharmos para as outras faixas, ela possibilitou ganhos políticos para o movimento. Neste momento, foi colocado um grande desafio: como politizar a nova base sob a ideologia do MTST, frente a um pequeno contingente de militantes? Uma das respostas é a criação da Escola de Trabalho de Base, que será explorada no próximo capítulo.

A partir do esgarçamento do lulismo, as estratégias colocadas em curso até aquele momento começam a se desmanchar. A demanda também se difunde a partir das Jornadas de Junho de 2013. Naquele momento, duas saídas foram apresentadas: a promoção de dezenas de ocupações buscando capturar a demanda, apostando na “politização natural” dos coordenadores, e a construção e fortalecimento de redes de movimentos sociais.

O início da década de 2010 marca a virada do MTST como um movimento social que se coloca como ator político, apresentando um projeto político. Dá-se o início ao processo de institucionalização do MTST, tanto por fora, quanto por dentro do Estado, alterando de maneira irreversível a sua estrutura. A arena institucional torna-se uma estratégia de ação, ao lado das ocupações urbanas, que sempre foram a principal ferramenta do movimento.

A entrada do movimento na arena institucional apresenta algumas inflexões. A partir do capital político gestado nas ocupações, o MTST fortalece a sua participação das plenárias e congressos do PSOL ao colocar seus acampados e militantes para votar. Cada vez mais o MTST ocupa cargos-chave na burocracia partidária e a corrente Revolução Solidária disputa a hegemonia partidária. O MTST chega na década de 2020 com feições de movimento-partido, atuando a partir da arena institucional e da ação direta. A relação movimento social e partido político gestada ainda no século passado parece ter sido invertida. As campanhas políticas também colocam o movimento em destaque.

A chegada de militantes na arena parlamentar possibilita um caminho para a militância profissional, assim como a remuneração de outros militantes via cargo de assessoria e um trânsito maior de militantes entre as esferas do movimento e do Estado. Por dentro do Estado, os militantes atuam diretamente no desenho de políticas habitacionais.

A conjuntura do desmanche não só influenciou a mudança de escala de atuação do movimento, como também alterou os seus conteúdos. Novos temas transversais começam a aparecer, desde pautas de diversidade dos sujeitos às pautas ambientais e do mundo do trabalho, resultando no respeito e valorização de sujeitos plurais. Novas frentes de ação foram abertas dentro desta perspectiva. Em um contexto de acirramento do conservadorismo, desmanche das políticas sociais e da Covid-19, o MTST passou também focar sistematicamente em ações humanitárias. O principal resultado são as Cozinhas Solidárias, agora como política pública.

O novo *slogan* do movimento adotado em 2023 no âmbito das comemorações de 25 anos — Teto, Trabalho e Pão — revelam a elasticidade e abrangência da luta do movimento que se considera hoje o maior movimento social urbano do Brasil. O movimento atua junto ao maior contingente populacional brasileiro — a população urbana periférica —, e constrói a sua centralidade tanto a partir do espaço aberto com a decadência de outras formas de organização social (o sindicalismo, por exemplo), como a partir de suas demandas internas.

Figura 21. Imagem vinculada às comemorações de 25 anos do MTST, 2023



Artista: Paulo Kalvo (militante do MTST), 2023.

Para além das redes estabelecidas, o movimento tem produzido um “ecossistema de organizações populares”, aonde o elo mais forte é o próprio movimento. Estas organizações são mais ou menos autônomas ao movimento e desempenham funções específicas dentro do objetivo maior do MTST, atuam em diferentes escalas e em interface com distintos atores.

As ocupações por moradia se transformaram ao longo desta última década. Ainda que quando olhadas por fora a sua forma parece ter se mantido a mesma, os seus conteúdos

mudaram radicalmente. Elas passaram a se organizar em torno da possibilidade do despejo e passaram a exercer um papel simbólico da representação do chamado déficit habitacional. Ainda que elas não se apresentem mais como um lugar de moradia, continuam sendo um espaço central para o movimento e a base. Elas abrigam eventos culturais, formação política, mutirões de saúde e de amparo jurídico. Estruturalmente, existe a ciranda, hortas comunitárias, bibliotecas, além de espaço para a realização de grandes assembleias e reuniões, cozinhas comunitárias e a oferta de alimentação diária, entre outras atividades. As ocupações funcionam como um ponto de apoio para os trabalhadores.

Mais do que isso, elas funcionam como instrumento de pressão para os acampados acessarem serviços públicos essenciais (Miagusko, 2012). Se apresentam como uma ferramenta para a produção do espaço urbano segundo as demandas da população de baixa renda, funcionam como um espaço crucial para produção de identidades múltiplas (Helene, 2019; Caldwell, 2007), engajamento político, politização dos acampados (Carvalho-Silva; Tomizaki, 2021; Breda, 2023). Recentemente, são espaço para formação de líderes políticos partidários a partir do quadro da base (Breda, 2023). Mais recentemente, elas tronaram-se centro de disputa de capital político entre partidos e movimentos sociais.

Neste capítulo, foi privilegiado a abordagem conjuntural e histórica do movimento, elencando mudanças de estratégias tanto por forças endógenas quanto exógenas. No capítulo seguinte, será privilegiado a abordagem etnográfica, discutindo os processos de produção da demanda habitacional — a base interna — e a captura da base externa, assim como os processos de politização sob a ideologia do movimento.

Capítulo 5

Por dentro do MTST: expansão das bases, politização e política identitária

Quando avistei meu corpo terra,
entendi minha forma carne.

Deixei o porto
que estaca,
represa
espanca.

Meus horizontes
são infindos,
os meus passos
eu domino.

Minha pele
já vestiu vários mundos.

(...)

Nas fogueiras
que morri
renasço
a cada instante.

Mulher!

(Lene, 2021, p. 37)

No capítulo anterior, analisamos as reconfigurações das estratégias do MTST voltadas para o “acúmulo de forças” sob o marco do lulismo, destacando a massificação do movimento e sua expansão territorial, a constituição de alianças e redes de movimentos sociais e a construção de um “ecossistema de organizações populares”. Esse processo foi marcado pela preocupação em fornecer bens materiais à base interna, em detrimento de um processo de consciência crítica (Guerreiro, 2016). Esta configuração ocorreu especialmente entre 2009 e 2014, junto ao surgimento e declínio das verbas do PMCMV.

Os números atuais revelam a dimensão que o movimento alcançou ao longo dos seus 25 anos de luta. Presente em 14 estados e no Distrito Federal, o MTST mobilizou mais de 150 mil famílias entre ocupações, comunidades e núcleos territoriais. Aproximadamente 58 mil famílias foram mobilizadas na luta por moradia e 25 mil conquistaram a casa própria. Em relação à composição, 72% do movimento é constituído por mulheres e 78% por pessoas negras. O movimento também construiu 40 Cozinhas Solidárias espalhadas pelo Brasil, onde 10 mil famílias são alimentadas diariamente¹⁸⁷.

A massificação do movimento não só atraiu mais pessoas para a base interna — os acampados/o povo, como também apoiadores oriundos das classes médias. A entrada destes apoiadores se deve tanto à crescente visibilidade do MTST, como a conjuntura pós-2013, aonde diversas pessoas buscavam meios para canalizar as suas angústias e desejos de mudar o país. Este rápido crescimento fez com que o movimento desenvolvesse estratégias para multiplicar o número de seus militantes de modo a ter mais forças para organizar as suas bases, visando construir o “poder popular”, que se expressa em duas questões fundamentais — autonomia e formação política.

Autonomia significa que as decisões do MTST são tomadas pelo MTST, sem interferência de qualquer outra organização ou do Estado. A formação política — como princípio — significa a proposta de formar continuamente militantes na base do movimento para assumirem responsabilidades políticas e participarem das decisões. Ou seja, o MTST deve ser conduzido pelos trabalhadores e deve haver um esforço organizativo para preparar cada vez mais trabalhadores para dirigirem a organização (Cartilha, 2013).

A dimensão da autonomia foi tratada no capítulo anterior. Neste capítulo, focaremos nos processos de formação política. Na última década, o MTST tem feito um esforço para politizar¹⁸⁸ a base, os coordenadores de G e de ocupações. Nas palavras de Gabriel Simeone,

¹⁸⁷ Informações retiradas do Instagram MTST Brasil, em postagens comemorativas de 25 anos do movimento, intitulada “MTST em números”, publicada em 22 de maio de 2023. Disponível em <https://www.instagram.com/p/Csj4YYIvU5I/>. Acesso em: 06 jul. 2023.

¹⁸⁸ Politizar no sentido do avanço de uma perspectiva individualista em direção a uma perspectiva coletiva de enfrentamento das questões sociais e econômicas por meio de atitudes e práticas (Ait-Aoudia *et al.*, 2011).

trata-se de “povoar o imaginário de nossa gente” sob a ideologia¹⁸⁹ do movimento. Um dos principais desafios é transformar acampados em militantes e engajá-los a continuar na luta mesmo após a conquista da moradia¹⁹⁰.

Uma das estratégias utilizadas foi a criação da Escola de Trabalho de Base, em 2015. Ela visa organizar a entrada de apoiadores nas estruturas do movimento e politizá-los. A chamada base externa é composta, portanto, por apoiadores e militantes que não ingressaram no movimento por meio de uma ocupação — a “entrada legítima”. Nem todas as pessoas inscritas na Escola se tornam militantes; muitos entram por curiosidade, com o interesse de aprender mais sobre o movimento, realizando apenas o primeiro módulo e seguem como eventuais apoiadores. Por outro lado, há aqueles que prosseguem em toda a formação, que na edição de 2023, teve a duração de 9 meses. Ao final, tornam-se militantes e continuam atuando no movimento. Durante a formação, os participantes são denominados brigadistas.

A base externa oferece trabalho voluntário e conhecimento técnico, fundamental para a expansão do movimento. Em 2023, cerca de 4.500 pessoas de todo o Brasil se inscreveram na Escola. Os brigadistas e militantes atuam em 10 setores, em colaboração com a base interna, abrangendo diversas áreas temáticas, proporcionando suporte e promovendo educação política para os coordenadores e a base, entre outras atividades.

Outro produto da Escola é o controle da narrativa sobre o movimento. Ainda que nem todos brigadistas sigam como militantes, muitos conheceram o MTST por intermédio da Escola, ouvindo sobre o movimento por ele mesmo. Agora, estão munidos minimamente para defendê-lo em grupos de WhatsApp, almoços de família, rodas de amigos e universidades. O resultado é a disputa de narrativa nas camadas médias da população sobre o papel do MTST. Mais do que isso, atrair estas pessoas para o campo da esquerda.

O processo de politização oferecido pelo MTST para ambas as bases, não ocorre sem conflito e contradições. Argumentamos neste capítulo que a identidade, especialmente a “política de identidade” e o “ativismo identitário neoliberal” desenvolvidos na última década via esfera pública técnico-midiatizada¹⁹¹ (Miskolci, 2021) desempenha um papel fundamental,

¹⁸⁹ Ideologia como uma concepção de mundo que se expressa nas ações, no sentido Gramsciano.

¹⁹⁰ Nem todos os acampados são militantes; muitos participam das ocupações, atividades e eventos com o único objetivo de conquistar uma moradia própria. Contudo, há também aqueles que se envolvem de forma mais profunda na luta, tornando-se militantes e até mesmo coordenadores (cf. Carvalho-Silva; Tomizaki, 2021).

¹⁹¹ Para Habermas (1999), a esfera pública é a dimensão em que assuntos coletivos são discutidos, resultando no que usualmente chamamos de opinião pública. Com o advento da comunicação em massa, emergiram formas de manipulação política, que trocaram o debate esclarecido pelos meios de persuasão que viabilizam a construção do consenso. Miskolci (2021) argumenta que a luta por reconhecimento, igualdade, direitos humanos e justiça social passam pela esfera pública e, atualmente, se inserem também dentro do contexto técnico, midiático e comercial das plataformas online, configurando o que ele chamou de “esfera pública técnico-midiatizada”. A partir desta esfera, produzem-se uma perspectiva moral sobre questões públicas.

mediando o processo de politização dos brigadistas, legitimando ou não a participação de determinados perfis identitários. A política de identidade também desempenha um papel crucial em separar os “legítimos sujeitos da transformação social” — a base interna/os sem-teto —, dos sujeitos auxiliares — a base externa. A identidade também é componente fundamental para formar lideranças internas e ingressá-las em “carreiras militantes” (Araújo Filho, 2023).

Nestas modulações, vão se produzindo uma economia ou mercado moral das identidades baseado no gênero, sexo, classe, raça e local de moradia/nascimento, marcando posições de quem pode falar, sobre o que pode falar e quem pode conferir legitimidade às informações e categorizações, criando hierarquias e disputas. Como, então, politizar esta nova base de acampados e apoiadores que formaram sua consciência política mediada pelo ativismo identitário neoliberal? Qual é o papel das bases no processo de reprodução e expansão do movimento?

Neste contexto, este capítulo visa discutir a estrutura contemporânea do MTST, o papel da Escola de Trabalho de Base e as formas de reprodução e politização de ambas as bases. Será dada um destaque para o papel dos marcadores sociais, explorando as questões de raça, gênero, classe e do sujeito periférico, que emergiram ao longo da pesquisa etnográfica e estão ligadas diretamente às formas e estruturas contemporâneas do MTST.

1. Estrutura contemporânea do MTST: base interna e base externa

Segundo a Cartilha de Princípios do MTST (2013), o movimento se organiza em 3 tipos de coletivos, cada um com sua função bem estabelecida. São eles:

Coletivos Políticos (Coordenações Estaduais e Coordenação Nacional) — tem a função de tomar as decisões políticas gerais do movimento, no estado ou no país.

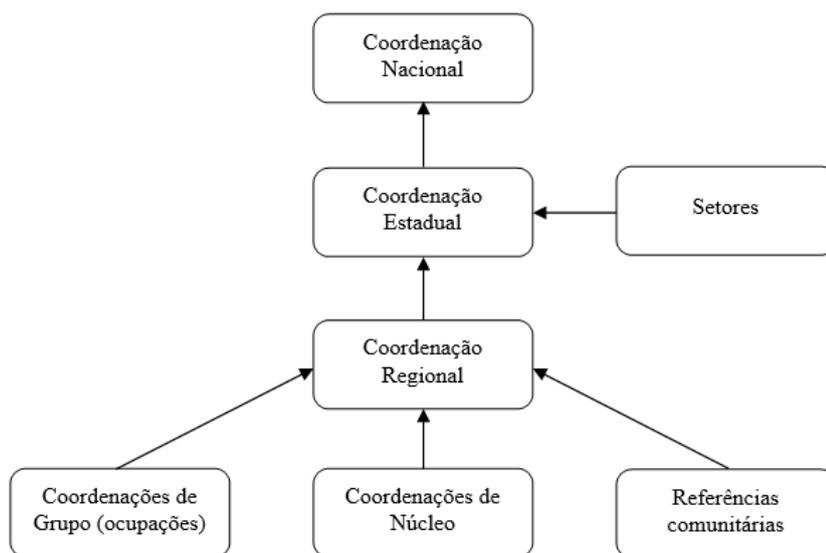
Coletivos Organizativos (Setores) — tem a função de tomar a decisão e executar tarefas em relação a diversas questões necessárias para a construção do MTST.

Coletivos Territoriais (Coordenações de Acampamento, de Núcleos e Coordenações Regionais) — tem a função de organizar o trabalho territorial do MTST, na relação com a base, decidindo e realizando as tarefas referentes ao seu espaço de atuação, seja a ocupação, o núcleo ou a região mais ampla.

Territorialmente, cada ocupação é composta pela **Coordenação da Ocupação** e pelos **Coordenadores de Grupo** ou **G**. Os Gs são organizados territorialmente e correspondem a um grupo de mais ou menos 50 barracos dentro da ocupação. As ocupações podem ter 10, 15 ou

mais Gs. Todos eles contam com uma cozinha comunitária¹⁹², espaço importante para a alimentação, para reuniões e sociabilidade de modo geral. Há uma hierarquia de comando: os acampados dialogam com os Coordenadores de G e, estes, respondem à Coordenação da Ocupação.

Figura 22. Organização do MTST, 2013



Fonte: Figura adaptada da Cartilha de Princípios do MTST (2013).

Os **Núcleos Comunitários** são frutos de uma ocupação que sofreu o despejo ou que conquistou a moradia. Assim, na ausência da ocupação — território de organização dos acampados e da luta — os núcleos fazem este papel, permitindo que o movimento continue atuando nas comunidades mesmo sem uma ocupação territorial.

Os **Setores** ou **Coletivos Organizativos** são desterritorializados, sendo responsáveis por organizar uma gama de atividades que colaboram com o andamento do movimento. Em 2013, os setores destacados na Cartilha eram:

Formação Política — responsável pela formação dos militantes.

Articulação — responsável pela relação com o Estado e aliados.

Organização — responsável em garantir o funcionamento político.

Segurança — responsável pela autodefesa da organização.

Autossustentação — responsável em desenvolver propostas de financiamento.

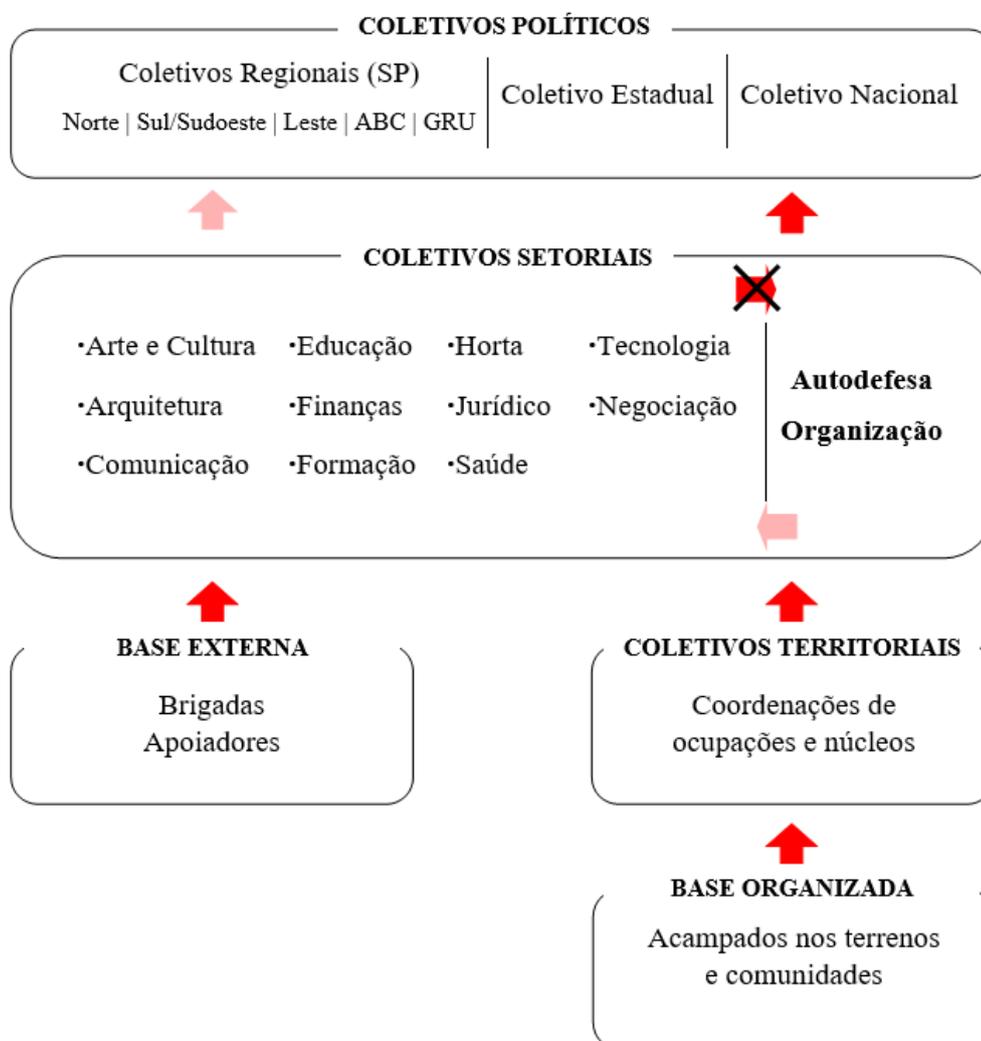
Finanças — responsável pela organização dos recursos e prestação de contas (pode estar junto com a autossustentação)

Comunicação e Simbolismo — responsável pelos canais de divulgação do MTST e pelo fortalecimento de identidades simbólicas próprias.

¹⁹² Não é permitido ter fogão dentro dos barracos por uma medida de segurança.

Cada estado aonde o MTST se faz presente, os setores são desenvolvidos conforme as demandas e possibilidades, em um ritmo diferente. Ainda assim, esta construção ocorre por meio de uma referência centralizada e uniforme. Alguns destes setores ou formas de organização tem suas raízes nas ocupações relatadas ao longo do capítulo 4, revelando o desenvolvimento e complexificação do movimento ao longo das últimas décadas. A partir de 2015, com a abertura da Escola de Trabalho de Base, os setores aumentaram. A organização atual do movimento pode ser representada pela figura a seguir.

Figura 23. Organização do MTST, 2023



Fonte: Escola de Trabalho de Base do MTST, 2023. Imagem adaptada pelo autor, 2023.

A Figura 24 ilustra como o movimento se estrutura e se reproduz atualmente. Pela direita, vemos a “entrada legítima”. A base organizada (ou interna) é constituída por acampados

das ocupações e pelas bases comunitárias, formado majoritariamente pela população pobre e negra. A população LGBTQIA+ também se faz presente nas ocupações e muitos(as) ocupam cargos de coordenadores(as). Estrangeiros também são bem vindos. Pode constatar a presença de pessoas trans em cargos de liderança, assim como a presença de estrangeiros, especialmente latino americanos. Como já mencionado, os acampados não necessariamente são militantes.

O uso do termo “entrada legítima”, repetida diversas vezes por militantes e coordenadores da base interna, parece estabelecer uma linha de legitimidade de atuação, algo que os brigadistas e militantes da base externa terão muita dificuldade para alcançar. Esta mediação, a partir da minha experiência, parece ocorrer por intermédio do trabalho. É preciso conquistar a confiança através do tempo e do trabalho contínuo, demonstrando que você é um companheiro de luta e não uma andorinha¹⁹³. E este trabalho, a princípio, se relaciona com o trabalho braçal — colocar a mão na massa, na expressão popular — como cozinhar, limpar, mutirão, etc. O trabalho intelectual, de refletir sobre o que é melhor para o povo, por exemplo, deve ser feito por aqueles que vivenciam as dificuldades do cotidiano.

A ideia de “entrada legítima” pressupõe uma base legítima — a base interna. Há uma ideia de que esta base seria os “representantes autênticos do povo”, uma “espécie de sujeito político original” que mediará a política que molda a organização coletiva. Algo como um novo sujeito histórico, construído por meio de uma política identitária, que substituiria o proletário (cf. Miskolci, 2021). Este sujeito seria a população periférica, pobre, preta e feminina. Neste sentido, a base externa jamais alcançaria um lugar 100% legítimo justamente por não compartilhar desta mesma identidade periférica. A base externa seria uma base auxiliar, uma mão de obra que daria as condições técnicas para os sujeitos “legítimos” realizarem a luta.

A própria definição de “poder popular” do movimento centra a atuação a partir deste sujeito legítimo: o poder popular é “a realização efetiva do princípio de que só os trabalhadores podem resolver os problemas dos trabalhadores”. A cartilha do início da década de 2010 ainda aponta para um sujeito singular — o trabalhador. Nos últimos dez anos, este sujeito foi sendo deslocado para a figura de um sujeito plural, que engloba as questões de gênero, sexualidade, raça e a condição periférica. Para a construção deste poder popular, a formação política, ou seja, “a proposta de formar continuamente militantes na base do movimento para assumirem responsabilidades políticas e participarem das decisões”, é fundamental (Cartilha, 2013).

Neste sentido, é da base interna que saem os coordenadores de ocupações e núcleos, compondo os coletivos territoriais. A partir das minhas incursões etnográficas em São Carlos e

¹⁹³ Termo utilizado para se referir aos militantes que não participam ativamente do movimento.

em São Paulo, observei que este grupo é composto majoritariamente por mulheres negras. Pessoas LGBTQIA+ também se destacam, apesar de não serem a maioria. Destes coletivos, saem as pessoas que vão compor os setores de autodefesa e organização. Apenas pessoas da base organizada podem compor estes dois coletivos, chamados de “coração do movimento”. A justificativa repousa no fato que este espaço só pode ser ocupado pelos militantes da base interna, o sujeito legítimo, para não descaracterizar o MTST como um movimento popular. São destes dois setores que saem a maioria das pessoas que vão compor os coletivos regionais; coletivos estaduais e, por fim, o coletivo nacional. Há um sistema de representatividade e rotatividade nestes fluxos, segundo o movimento.

Do lado esquerdo da Figura, encontra-se a base externa representada, majoritariamente, por pessoas oriundas da classe média e média baixa, com escolaridade completa, muitos com ensino superior, brancos, entre 18 a 40 anos aproximadamente (baseado nas minhas percepções visuais). Desde 2015, esta entrada é organizada por meio da Escola de Trabalho de Base que, em seu segundo módulo, direciona os brigadistas para os 10 setores à esquerda da barra (excluindo o setor de negociação). Estes setores são coordenados por militantes mais antigos da base externa, com apoio da base interna. Como indica a seta, o trânsito de brigadistas para os setores de autodefesa e organização raramente acontece, o oposto, não. A subida da base externa para os coletivos políticos é menor do que da base organizada (a seta “vermelha clara” indica fluxo baixo).

A criação da Escola está atrelada aos reflexos da conjuntura pós-2013. Naquele momento muitas pessoas buscavam um canal de expressão de seus anseios e descontentamentos, encontrando no MTST uma possibilidade de atuação. Por outro lado, o movimento havia se massificado, se tornado mais visível e atraindo mais apoiadores das classes médias, ao mesmo tempo, em que precisavam de mais braços para organizar, gerenciar e fornecer formação política para a base. Os setores, então, se diversificaram e expandiram para atender a nova demanda, como também para acomodar os novos apoiadores em suas áreas de formação universitária, embora nem todos os brigadistas necessariamente atuam dentro de sua área de formação.

Richard Miskolci (2021) chama a atenção para as características da militância formada nas últimas décadas. As redes sociais digitais se tornaram um espaço hegemônico de discussão política no Brasil, contribuiu decisivamente para a emergência de uma nova esfera pública onde são produzidas perspectivas morais sobre questões públicas e configuram a militância tanto de esquerda, quanto de direita. Segundo o autor, as Jornadas de Junho de 2013 marcaram a chegada às ruas da primeira geração de jovens nascidos e socializados nas plataformas digitais.

Estas plataformas incentivam práticas competitivas por meio de *posts*, *reposts*, curtidas, comentários, números de seguidores, dentre outros indicadores, criando um “*ranking*” social de popularidade e legitimidade. Para tanto, constroem-se perfis, que se confundem com identidades, os quais operam a partir da “economia da atenção” (Goldhaber, 1997; Davenport; Beck, 2001 *apud* Miskolci, 2021), aonde os usuários são reconhecidos e legitimados a partir da sua capacidade de atrair seguidores e *likes* (Miskolci, 2021, p. 39). A “qualidade” do conteúdo ou a legitimidade do perfil-identidade é quantificada por meio destes indicadores. Perfis populares tornam-se fontes “confiáveis” e únicas de informação, ainda que estes não necessariamente tenham compromisso com os fatos.

Neste contexto, promovem-se formas de ensinamentos padronizados, afeitas à fácil assimilação e disseminação. Por meio deste suposto conhecimento adquirido em perfis populares e o acionamento constante da chave vítima-algoz, se produzem oposições binárias, simplistas e moralizantes, como a luta do bem contra o mal. Acionando as alavancas do empreendedorismo de si, busca-se permanentemente construir uma identidade singular, em uma arena competitiva. Por meio de ações diretas e o acionamento de um léxico resumido à “experiência” individual e “lugar de fala”, promovem-se escracho, humilhações e cancelamentos, produzindo um sentimento de superioridade moral. Esta geração experimentou um processo de descoberta política por meio da compreensão de si, que segue uma lógica neoliberal e se opõem à coletividade. Quando transferido para a área de demanda de justiça social, os usuários atuam a partir desta formatação (Miskolci, 2021).

Quer seja à esquerda ou à direita, estes sujeitos formatados por meio das mídias sociais digitais tem uma tendência de rejeitar mediadores no debate, como jornalistas profissional, advogados, cientistas, trazendo consigo impulsos anti-institucional, anti-partidário e anti-intelectual. A esfera pública técnico-midiatizada tende a priorizar respostas rápidas, simples e diretas, colocando em xeque instituições e profissionais cujo trabalho especializado segue normas que envolvem a checagem de fatos e evidências, o que exige mais tempo para ser concluído e tende a apresentar resultados mais complexos e nuançados. As formas de pensar reflexivas e mais difíceis de serem incorporadas ou popularizadas, desaparecem (Miskolci, 2021).

Este processo configura o que o autor chamou de “ativismo identitário neoliberal”, uma vez que ocorre a adesão a formas mercadológicas de agir e subjetivar, em especial o empreendedorismo de si, que transforma “identidades” ou a “experiências” dos sujeitos em plataformas de competição e produzem hierarquia, status e moralidades. As formas

mercadológicas de subjetivação através das mídias digitais são o engajamento na competição por atenção, reconhecimento midiático e condição de “protagonismo”, dentre outros.

Dentro deste contexto, as identidades desempenham um papel central na militância. Constitui-se uma economia moral, atribuindo legitimidade à determinadas identidades em detrimento de outras. A partir de um ativismo identitário neoliberal gestado na última década por meio das redes sociais digitais, como politizar os novos militantes da base externa sob a ideologia do MTST, que preza pela luta de classes e pelo coletivo?

Na edição de 2023, quase cinco mil pessoas em todo o Brasil se inscreveram na Escola de Trabalho de Base. Até o final do curso, este número se reduziu para aproximadamente 100 pessoas que permaneceram e se tornaram militantes. Analisaremos mais atentamente os mecanismos de reprodução e expansão do movimento na base externa e interna, atrelado aos marcadores sociais e à identidade.

2. Escola de Trabalho de Base: expansão e capacitação mediada por marcadores sociais

A Escola de Trabalho de Base é uma iniciativa do MTST que surgiu em 2015. Seu objetivo é abordar de modo sistematizado a experiência de luta do movimento, proporcionando conhecimento e desconstruindo “lugares comuns na cabeça da maioria das pessoas da classe média”, criando “um espaço para dividirmos esse aprendizado com quem pretende lutar junto ao povo”. A edição de 2022 ofereceu 246 cursos territoriais, 413 horas de aulas, impactando mais de 5.160 pessoas. Soma-se a isso 153 atividades de formação *online* ou digital, que alcançaram 180 mil pessoas. A proposta da Escola visa superar o conhecimento da “sala de aula, entre livros ou palestras”, por meio da “experiência de vida”. Assim, os cursos são sempre articulados entre o “discurso” e a “vivência”¹⁹⁴.

As atividades da Escola de Trabalho de Base foram realizadas entre janeiro e setembro de 2023, distribuídas em 3 módulos. Nesta seção apresentaremos a Escola e aprofundaremos em algumas temáticas. Não seria possível descrever todas as atividades, uma vez que foram realizadas cerca de 30 a 40 encontros. Com exceções, sempre ocorreu um encontro *online* ao longo da semana e um encontro presencial aos finais de semana. Os dados discutidos referem-se à minha experiência na Escola de Trabalho de Base de 2023, mais especificamente aos inscritos na região metropolitana de São Paulo (RMSP). Nem todas as atividades e setores que

¹⁹⁴ Dados disponíveis em: trabalhodebase.com. Acesso em 2 de jul. de 2023.

existem no estado de São Paulo, ocorrem ou existem nos outros estados, resultando em dinâmicas distintas.

Realizei a minha inscrição ainda em novembro de 2022, após ver um anúncio nas mídias sociais do MTST. As inscrições foram abertas para todo o Brasil e, posteriormente, os inscritos foram organizados em grupos de WhatsApp de acordo com sua região e disponibilidade de horário. Após a inscrição, recebi um número de matrícula via WhatsApp.

Ainda em 23 de novembro de 2022, antes de começarmos oficialmente as atividades, houve um encontro híbrido para apresentar os fundamentos da Escola. A forte chuva em São Paulo naquela tarde acabou fazendo com que a audiência *online* fosse maior. Ediane Maria, na época já eleita deputada estadual, foi um dos destaques. A transmissão *online* ocorreu para o Brasil todo. No início do mês de dezembro, foi oferecida uma visita à ocupação “Lélia González” para os inscritos de São Paulo, buscando conectá-los com o território aonde o movimento atua.

Em janeiro de 2023, com as inscrições encerradas, foi criado um perfil para cada inscrito dentro da plataforma *online* do MTST, desenvolvida pelos próprios militantes. Ao realizar o *login*, é possível observar o calendário de aulas e atividades, realizar tarefas e assistir aulas que foram realizadas *online* e ficaram gravadas. No site também é possível ver futuros cursos que estão sendo elaborados, como “Moradia e Revolução”; “Como funciona o Estado” e “Para cima deles”. Há um espaço dedicado para a divulgação dos podcasts do movimento, como o “Hoje na Luta”, já no ar, e “Conjuntura”; PodOcupá” e “Barraco”, em construção.

O MTST não é a única organização a promover uma escola de formação com o objetivo de atrair e moldar apoiadores e militantes. No campo conservador, o MBL¹⁹⁵ lançou uma iniciativa chamada “MBL Estudantil”, em 2018. Essa iniciativa visa “Formar um exército de estudantes com pensamento liberal-conservador e disputar eleições de centros acadêmicos para ‘quebrar a hegemonia de esquerda’ em escolas e universidade”. Pedro D'eyrot, um dos coordenadores do MBL, afirmou que a ideia é disseminar o pensamento de direita, dominando o maior número possível de entidades. Segundo Fernando Holiday¹⁹⁶, a proposta é “construir

¹⁹⁵ Movimento Brasil Livre, é uma organização política brasileira de viés liberal e conservador criada em 2014. O movimento se tornou conhecido por suas ações de mobilização política, principalmente nas redes sociais e manifestações de rua. Seu ideário é baseado no livre mercado, redução do tamanho do Estado, reformas estruturais, combate à corrupção e posicionamentos conservadores em pautas morais e sociais. Seus membros são conhecidos por serem críticos ao PT. A organização ganhou destaque principalmente durante o processo de *impeachment* de Rousseff, quando mobilizou protestos de rua em diversas cidades do Brasil.

¹⁹⁶ Vereador por São Paulo e um dos expoentes do MBL. Holiday é um grande defensor da chamada “Escola sem Partido”, um programa que, segundo ele, visa combater a “doutrinação de esquerda” em escolas e universidades.

um movimento estudantil, mas que não seja apenas de militância, um movimento também de formação”, que visa atrair jovens liberais na economia e conservadores em pautas morais.

A “MBL Estudantil” recebeu mais de 11 mil alunos e 8 mil instituições cadastrados em sua plataforma no ano de lançamento, conforme informado pelos coordenadores. Em 2021, o MBL lançou a “Academia MBL” com o objetivo de preparar uma nova geração de porta-vozes, líderes e intelectuais capazes de enfrentar os desafios do Brasil pós-*impeachment*. É oferecida uma formação teórica e prática em áreas como debates, gestão, liderança, marketing, história e filosofia política. Membros do MBL, como Arthur do Val¹⁹⁷ e Kim Kataguirí, atuam como professores para transmitir o que aprenderam sobre política ao longo dos anos.

Nesse contexto, tanto a Escola de Trabalho de Base do MTST como a Academia MBL surgem em um momento de reorganização do campo político, pós Jornadas de Junho de 2013, e buscam atrair membros das classes médias para os campos progressista e conservador, respectivamente, com o objetivo de disputar narrativas e ideologias. Ambas as estratégias têm como meta multiplicar o número de apoiadores e militantes em seus respectivos campos.

2.1 Módulo 1: apresentando o movimento e peneirando os brigadistas

O Módulo 1 ocorreu entre os meses de janeiro a abril, oferecendo “uma visão panorâmica sobre a organização popular no contexto urbano, passando pelas religiosidades, dilemas da organização concreta e fechamento com um histórico das formas de organização de base”. O principal objetivo foi apresentar o movimento para os brigadistas e separar aqueles que gostaria apenas de conhecê-lo, daqueles que gostariam de se engajar na militância. Para este último grupo, a continuação no módulo 2 e 3 foi fundamental.

Foram realizadas 9 atividades principais, alterando entre o formato presencial, *online* e híbrido. Além destas atividades, no meio da semana ocorria encontros *online*, em pequenos grupos chamados G’s¹⁹⁸, para refletir sobre a atividade que havia ocorrido no final de semana anterior. Algumas aulas híbridas ocorreram presencialmente em São Paulo e no Distrito Federal, por exemplo, sendo transmitidas ao vivo para os outros estados. Em alguns estados, os brigadistas se reuniam em uma ocupação ou cozinha solidária para assistiram à transmissão.

Ao longo destas atividades, tivemos algumas aulas com discussões um pouco mais expositivas, como a aula realizada com Nancy Cardoso (doutora em Ciência da Religião), sobre

¹⁹⁷ Arthur teve o seu mandato de deputado estadual (SP) cassado em 2022, ficando 8 anos inelegível, devido à quebra de decoro parlamentar ao proferir frases sexistas sobre mulheres refugiadas ucranianas (Rodrigues, 2022).

¹⁹⁸ O meu grupo era o G 13, com cerca de 30 pessoas. Nos encontrávamos *online* toda quarta-feira, por exatamente uma hora. Estes pequenos grupos serviam para organizar os brigadistas no primeiro módulo, uma vez que havia muitos inscritos. Eles foram separados conforme a região e horários disponíveis para as reuniões.

religião e religiosidades populares, tão presentes nas periferias e ocupações; e a aula realizada por Caio Santo Amore (professor da FAU/USP), sobre a questão urbana e onde o trabalho de base do MTST acontece.

Também tivemos aulas com militantes, como Guilherme Boulos, sobre trabalho de base e estratégia polícia, e com Rud Rafael sobre o trabalho de base na América Latina. A aula de Boulos foi pública e ocorreu na Quadra dos Bancários (próximo à Igreja da Sé, São Paulo). Naquele dia houve distribuição de fichas de filiação do PSOL e a banquinha de vendas de acessórios do MTST. A última aula do ciclo, intitulada “Por que as pessoas não se revoltam?”, foi realizada pelo educador popular Emílio Gennari (educador popular e teólogo), explorando os desafios da luta popular e reflexões sobre a militância. Após a exposição, houve a fala de militantes da base interna e a presença de Ediane Maria, seguida de uma confraternização e a entrega dos certificados.

Duas atividades foram realizadas em territórios. Nestas atividades, os grupos de brigadistas eram separados entre algumas ocupações de modo que no mesmo dia ocorriam atividades semelhantes em territórios diferentes. Tive a oportunidade de visitar a ocupação Nova Canudos e a ocupação Luiza Mahin. Uma terceira atividade territorial aconteceu fora da programação — a Ocupa Centro¹⁹⁹.

Realizo um breve relato da atividade ocorrida na ocupação Nova Canudos, elencando a metodologia utilizada pelo MTST nos processos de formação dos brigadistas e da base interna, assim como algumas considerações sobre raça, gênero e classe que apareceram ao longo das atividades como categorias mediadoras de legitimidade dos brigadistas.

Ocupação Nova Canudos — marcadores sociais como categorias de mediação e legitimidade

Em meados de março foi realizada a primeira atividade em território. Parte dos grupos foram designados a comparecer na ocupação Nova Canudos. Relato minha experiência.

Nos encontramos em um sábado pela manhã na estação de trem de Pirituba. Pegamos um ônibus e fomos em direção a Taipas. O dia nublado, levemente abafado com previsão de chuva. Chegamos na ocupação, um terreno bastante íngreme. Na parte de cima, em um espaço mais ou menos plano, vários barracos coletivos colados uns aos outros — espaço para crianças, uma pequena biblioteca, um palanque coberto

¹⁹⁹ Entre os dias 14 a 29 de março de 2023, o MTST acampou em frente à sede da Prefeitura de São Paulo, no Vale do Anhangabaú. O ato denominado Ocupa Centro teve como objetivo pressionar o prefeito Ricardo Nunes (MDB) a cumprir as promessas de construção de moradias populares feitas ao movimento ainda durante a gestão do prefeito Bruno Covas (Quaresma, 2023). A principal reivindicação foi a desapropriação do terreno onde está localizada a ocupação Vila Nova Palestina, situada na Zona Sul de São Paulo. Em 2019, o então prefeito Bruno Covas emitiu um decreto para desapropriar o terreno. Em outubro de 2021, o prefeito Ricardo Nunes reafirmou o compromisso, porém, nenhuma ação foi realizada desde então.

para dias de assembleia, cozinha coletiva e o um barracão para atividades formativas e reuniões. O café da manhã foi servido neste último barracão. Ainda neste primeiro platô, duas cabines de banheiro feitas de madeira, rústicas, com água corrente — uma delas interditada. Lá de cima podia se ver os barracos no terreno inclinado, uma horta e uma escada esculpida no barranco, com um corrimão no meio que indicava o caminho para acessar a outra parte da ocupação.

Durante o café, tivemos a oportunidade de conversar com as coordenadoras da ocupação. Três mulheres negras se apresentaram e contaram um pouco de suas trajetórias. Posteriormente, fomos divididos em pequenos grupos de 10 a 15 pessoas e cada grupo foi alocado nas cozinhas comunitárias espalhadas pela ocupação.

Os coordenadores de cada grupo lançaram um desafio hipotético para os brigadistas, que se resumia a questão: “havia uma ocupação recém feita, com 1.000 pessoas. Dentre elas, 300 pessoas fizeram um ato de pressão na Prefeitura. Em contrapartida, a Prefeitura ofereceu 300 casas já prontas para morar. Quais seriam as pessoas que teriam direito a estas moradias?”. A situação buscava fazer com que os brigadistas questionassem e entendessem a metodologia de luta do movimento.

As primeiras respostas indicavam que teriam preferências mulheres, idosos, deficientes, mães solas, pessoas negras, etc. As justificativas giravam em torno que as pessoas mais vulneráveis talvez não puderam estar presentes no ato de pressão, e não seria justo excluí-las da lista de beneficiários. No extremo, o grupo debatia se uma mulher branca, mãe solo, com mais filhos que uma mulher negra, mãe solo, teria prioridade ou não no acesso à moradia. A focalização do atendimento dito prioritário chegava ao extremo e alguns brigadistas que questionavam essa ideia acabavam sendo desaprovados.

Um contraponto foi levantado por um brigadista branco: “quem definiria a raça das pessoas da ocupação nesta situação? No Brasil, a definição racial utilizada pelo IBGE é baseada na autodeclaração, por exemplo. Haveria uma banca de heteroidentificação ao estilo dos vestibulares universitários? A discussão de ‘quem é negro de fato’ ou ‘quem é branco’ deveria ser colocado em uma assembleia de mil pessoas para definir quem teria acesso à moradia? Ainda que a população pobre branca seja menor que a negra, então ela não teria possibilidade de acessar a moradia?”. No momento em que o brigadista, homem branco, levantou este ponto, logo ganhou a antipatia de algumas pessoas presentes. Acusações e indiretas sutis começaram a ocorrer. Uma brigadista, especificamente, ficava repetindo que homem não prestava, que muitos ali eram oportunistas, “esquerdo-macho”²⁰⁰, etc. Toda vez que algum homem branco “padrão” abria a boca para comentar, a brigadista revirava os olhos²⁰¹.

Este pequeno fragmento revela duas questões importantes, para além da questão metodológica do movimento. A “identidade” como forma de acesso à moradia e a “identidade” como legitimação de quem pode falar a respeito de uma pauta política. A primeira se refere ao modelo de distribuição de casas proposta pelos brigadistas. Pode se dizer que o ativismo identitário neoliberal dos últimos dez anos (Miskolci, 2021) e as políticas sociais focalizadas das últimas décadas (Lautier, 2014), formataram as respostas da maioria dos brigadistas. As

²⁰⁰ Popularmente, o esquerdo-macho é entendido como um homem que se apresenta com ideias progressistas, que apoia as causas sociais e feministas, mas, na prática, é desrespeitoso e objetifica as mulheres.

²⁰¹ É importante ressaltar que não se tratar de dizer que este processo configuraria um “racismo reverso” ou um “machismo invertido”, especialmente por que estes processos não existem. Estas “categorias” são constantemente utilizadas por grupos conservadores para deslegitimar pautas progressistas. Trata-se de compreender como os marcadores sociais são mediadoras nestes espaços, conferindo ou retirando a legitimidade daquele que fala.

vulnerabilidades de gênero, sexual, classe e raça, que caracterizariam a identidade do indivíduo, gerariam “pontuações” no acesso à moradia. Quanto mais vulnerável, mais direito à moradia aquela pessoa teria. Em dado momento, até “brincou-se” que “homem branco” não necessitaria a moradia, por ser “privilegiado”.

Miskolci (2021) chama a atenção que a tese da “gradação da subalternidade social” visibiliza algumas violências e sujeitos em detrimentos de outras violências e sujeitos. Neste sentido, não é tão simples atribuir pontuações através da “identidade”. Uma política baseada essencialmente na identidade, formatada por meio da esfera pública técnico-midiatizada, tem como eixo principal uma chave moral e individualista. Ela se torna uma política autoritária da diferença, uma vez que se sustenta a partir de contornos rígidos, reforçando fronteiras e oposições. Esta política revela uma batalha moral em torno de valores, crenças e práticas.

Figura 24. Ocupação “Nova Canudos”, 2023



Fonte: autoria própria, 2023.

As tensões identitárias naquele momento giravam em torno da questão de gênero e racial. Detendo-se especificamente sobre a última, colocando a pergunta: quem é “negro” e quem é “branco” no Brasil? O cientista social Evandro Cruz Silva argumenta que existe uma maleabilidade na performance da identidade racial na disputa política em sociedades colonizadas nas quais a mestiçagem forçada produziu uma massa populacional que está distante dos dois polos raciais — o branco e o negro. Ainda que o preto retinto será dificilmente enxergado enquanto branco caucasiano, e vice-versa, há identidades que se situam em um

espaço de diversidades inter-raciais, dentro deste universo de traços, tonalidades de pele e origens, muitas vezes representadas pela palavra “parda”. As bancas de heteroidentificação para o acesso à universidade pública são uma prova da complexidade desta temática (Silva, 2019). Caberia a quem, então, identificar a população negra com a finalidade de gerar uma pontuação para o acesso à moradia?

Um exemplo empírico sobre a diversidade inter-racial e performatividade pode ser observado em uma série de três publicações no Instagram de um(a) coordenador(a) do MTST que veio da base. Na primeira publicação, o(a) coordenador(a) relata que se auto identificava como branco(a), mas outra ativista de longa data, trans, preta, o(a) identificou como pardo(a). O subtexto indicava que o fato de outra pessoa reconhecida no meio do ativismo identitário identificar ele(a) como pardo(a) foi muito importante para o seu autorreconhecimento. Algumas semanas depois, a segunda publicação trazia o conceito de “parditude”^{202e}, por fim, em uma última postagem, o(a) coordenador(a) se auto reconheceu como “pardo(a) euroindígena”.

Este exemplo não apenas revela a complexidade de quem é negro ou não, assim como exemplifica a performatividade racial operada pelo(a) coordenador(a) da base. Há um processo de se aproximar da identidade da base interna — que veio pela “entrada legítima” e, por extensão, compõem a base “legítima” do movimento, que é pobre, periférica e negra — ao mesmo tempo que suaviza a “herança” europeia, representada pelo homem, branco, colonizador e opressor. A categoria produzida para se situar no mundo e para a própria identificação — parditude ou pardo(a) euroindígena — confere uma legitimidade à pessoa e a sua militância. Neste contexto, o apontamento de quem é negro veio por meio de alguém que se situa na base da “gradação da subalternidade social”, partindo da sua “experiência” e “lugar de fala”, que moralmente conferem legitimidade ao sujeito.

As identidades desempenham um papel muito importante, conferindo um protagonismo na militância e na política. Não por acaso, por vezes se referem à Guilherme Boulos como “filho da luta” (cf. Basso, 2020; Xavier, 2023), buscando colar a maior liderança do MTST, que é branco e oriundo da classe média, às lutas populares e a base. Na ausência de uma identidade subalterna, criaram um “título” simbólico, indicando os limites e a elasticidade da performatividade da identidade.

²⁰² “1. Agrupamento de pessoas que vivem situações de ambiguidade racial, advindas principalmente de mistura afro/euro/indígena. 2. Conceito que busca categorizar a racialidade de pessoas fenotipicamente mestiças nos estudos das relações étnico-raciais brasileiras. 3. Termo que visa abranger, investigar e enquadrar experiências de não pertencimento sociorracial de pessoas pardas” (informação retirada da postagem).

Nestas modulações, vão se produzindo uma economia ou mercado moral das identidades baseado no gênero, sexo, classe, raça e local de moradia/nascimento, marcando posições de quem pode falar, sobre o que pode falar e quem pode conferir legitimidade as informações e categorizações, o que nos leva para a segunda questão levantada pelo fragmento do meu campo — a reação às falas do homem branco presente.

Para alguns brigadistas, o conteúdo da fala poderia ser legitimado ou não segundo o sujeito que as expressassem. Em outras palavras, o conteúdo era ressignificado em detrimento dos marcadores sociais de classe, raça, gênero, sexualidade, etc. O debate é cessado, dando lugar para as reviradas de olhos, cochichos e risadinhas. Miskolci (2021) aponta que o escracho, o deboche e o cancelamento fazem parte do repertório de ações dos ativistas identitários neoliberais. São mecanismos que vieram das redes sociais digitais, ganhando alguns contornos no mundo *offline*, e tem como objetivo desqualificar a perspectiva política e monopolizar a autoridade da fala, buscando alocar o adversário no polo de poder ou dominação.

No momento em que a discussão entre os brigadistas foi tensionada, emergiu a ideia de “lugar de falar”, “experiência” e “cisgeneridade”, indicando que aquele homem branco não teria legitimidade de falar sobre o assunto. Este novo léxico gerado nas redes sociais digitais torna a compreensão do conhecimento e da política em algo pessoal, da ordem das escolhas individuais e, no limite, moral. A política baseada na experiência individual e local de fala encerra discussões coletivas e abre um processo de despolitização, ignorando papel do Estado, políticas públicas, dentre outros atores, na promoção dos direitos sociais. Como resultado, a discussão se volta para o campo da moralidade e dos costumes. Ao invés de se educar, dialogar, convencer, criar alianças, a política de identidade sob o marco neoliberal disseminou práticas punitivistas, como a vigilância comportamental e ideológica, cancelamentos, provocações (Miskolci, 2021).

Este contexto borra as fronteiras entre o trabalho militante e o trabalho acadêmico, legitimando o argumento baseado na visão individual da sociedade, em nome da vivência pessoal, os quais só a pessoa tem acesso, e desqualificando pesquisas científicas. Neste sentido, há uma desvalorização das universidades, dos professores universitários e a produção científica como fonte de conhecimento legítimo (Miskolci, 2021).

Entre alguns brigadistas, uma certa repulsa aos processos de intelectualização também se fez presente, pois representariam os valores da classe média. Acusações que acadêmicos e intelectuais apenas sabiam da teoria e nada tinham a oferecer na “prática” foram recorrentes em quase todos os encontros, a ponto de os próprios coordenadores do MTST intervirem para pontuar que o movimento não é contra a intelectualização e não acredita na separação entre

teoria e prática. Foi dito várias vezes pelos coordenadores que não importava a sua origem, mas sim a sua vontade de colaborar e que lá não seria um lugar para se livrar da *culpa burguesa*.

As categorias de raça, gênero, sexualidade, classe e lugar de nascimento/moradia apareciam constantemente como mediadoras da legitimidade dos brigadistas — julgamento que partia majoritariamente dos próprios brigadistas, conformando uma arena competitiva aonde é preciso empreender para vencer. No extremo, homem, branco, “cis”, “heterossexual” da classe média seria um sujeito completamente descolado daquela militância, sem qualquer legitimidade. Por outro lado, quanto mais subalterno fosse o sujeito, mais legitimidade de atuação teria.

A partir desta chave de leitura simplificada de vítima *versus* algoz, aqueles que apresentam a si mesmos como vítimas, buscam construir uma moral superior no campo de luta pela justiça e fazem de sua identidade uma plataforma política. A luta por direito realizada apenas pelas vítimas que encarnam uma injustiça social enfraquece os meios para a organização coletiva. A vitimização como modo de subjetivação leva a individualização das demandas (Pecheny, 2010) e é um poderoso gerador de identidade, produzindo uma imunização contra qualquer crítica, alocando todo o mal do mundo no outro (Giglioli, 2017).

Nesta primeira etapa da Escola foi comum observar tentativas recorrentes dos brigadistas se despirem daquilo que consideram estereótipos que lembram o sujeito “opressor”: homem, branco, “cis”, “heterossexual”, de classe média. As vestimentas, as narrativas de que vieram de famílias humildes, ainda que não tão pobres como os acampados, que os pais são trabalhadores, que sempre gostaram de causas sociais, dentre outros tópicos, apareciam constantemente entre os brigadistas. O anseio de provar que estava junto com o povo e apto para realizar qualquer tarefa manual²⁰³ também se fez presente ao longo do primeiro módulo. Havia até uma certa disputa entre quem queria entrar na cozinha para lavar a louça ou realizar serviços manuais para mostrar saberem realizar tarefas domésticas. Estavam expostos os processos de performatividade da identidade, buscando se aproximar do “povo”.

Como apontado por Miagusko (2012), as camadas médias em situações de militância buscam desincorporar os trejeitos de classe para “mergulhar no povo”. Com o avanço do ativismo identitário neoliberal, o processo de se afastar-se dos “trejeitos de classe” ganham novos contornos, chegando à performatividade de gênero, sexualidade, racial, dentre outros.

²⁰³ A ideia de que sabe executar trabalhos manuais, como carpir, cozinhar, lavar louça e roupas traz consigo a ideia de alguém que não é da classe média. O oposto, representaria alguém que sempre teve tudo na mão, nunca precisou realizar tarefas domésticas, pois possivelmente tinha uma empregada doméstica em casa.

Nota-se não só suavização de traços de classe, como também de branquitude e de gênero. Símbolos que remetam ao sujeito opressor, ao patriarcalismo e à colonização são indesejados.

Se por um lado, é verdade que houve um fortalecimento das demandas por reconhecimento e igualdade nos grupos sociais historicamente marginalizados, como mulheres, negros e minorias sexuais; por outro lado, intensificou-se um conjunto de representações e práticas políticas e morais com o potencial de enfraquecer as normas de convivência democrática, que tem como base a tolerância, convencimento e a livre troca de ideias.

Retornando ao dilema inicial do exercício, para a surpresa de boa parte do grupo, a resposta dada pelos coordenadores apontava para o oposto do que foi discutido: conquista a casa quem participou da luta. Naquela situação hipotética, a luta era representada pelo ato de pressão na prefeitura. Não havia critérios raciais e de gênero, por exemplo. Em situações reais, a luta é medida (e mediada) pela lista de presença e pontuação, discutida no capítulo anterior.

Ao longo de todo o debate, os coordenadores questionavam nossas respostas, independentemente de quais eram. O método da “contradição”, amplamente utilizado nos processos de politização, tem como objetivo explorar todas as possíveis facetas da questão, revelando a sua complexidade e garantindo que não sobre dúvidas.

Um dos principais desafios do MTST é politizar a base externa, que foi moldada por meio do ativismo identitário que carrega valores neoliberais de empreendedorismo de si, e atuando por meio da “experiência” de vida, “lugar de fala”, “economia da atenção” e “protagonismo”, ignorando mediadores legítimos, como a universidade e jornalismo profissional. Como construir o chamado “acúmulo de forças” e o “poder popular” por meio desta base despolitizada?

2.2 Módulo 2: conhecendo os setores

Encerrado o primeiro módulo, os brigadistas aptos a continuarem, preencheram um formulário *online* indicando dois setores que gostariam de compor e um coletivo que gostaria de conhecer. Era necessário justificar a escolha. Assim como os acampados, os brigadistas da Escola foram avaliados pelos coordenadores de grupo constantemente. A contagem de presença, realização de atividades, leitura de texto, fichamentos e comentários são registrados e necessários para o avanço da próxima etapa.

O módulo ocorreu durante o mês de abril, somando quatro encontros no total, além de mais quatro encontros *online* durante a semana. Intitulado “Mão na massa”, esta etapa insere preliminarmente os brigadistas nos setores do movimento. Para a realização da escolha, cada

setor foi apresentado por meio de um pequeno vídeo e uma descrição no site da Escola de Trabalho de Base²⁰⁴. São eles:

Setor de Saúde: O setor atua politicamente na prevenção, promoção e educação em Saúde, a partir dos territórios onde o MTST realiza o trabalho de base. Este coletivo tem como compromisso defender a saúde pública e gratuita, bem como o acesso ao direito às políticas sociais em todas as esferas governamentais. Além disso, atuamos junto ao povo nas ocupações e comunidades, com atendimentos, mutirões de saúde e assistência social. Buscamos atuar de forma multidisciplinar, garantindo que o direito à saúde seja capilarizado.

Setor de Arquitetura: O setor de arquitetura atua no suporte técnico, acompanhamento e desenvolvimento de projetos habitacionais, apoio nas intervenções de infraestrutura em espaços do movimento, buscando soluções alternativas de forma coletiva e participativa, e contribui com o debate sobre políticas habitacionais e sobre o direito à cidade, dentro e fora do movimento.

Setor de Arte e Cultura: O Setor de Arte e Cultura tem como papel, fundamentalmente, a construção coletiva de uma arte militante que esteja conectada com a luta do MTST. Entre suas diversas responsabilidades, o Setor atua com: simbologia visual e oral para os espaços do movimento e atos de rua; a Mística; atividades culturais nas ocupações, cozinhas e comunidades; o resgate da cultura hip-hop e periférica como parte da cultura sem-teto; o aprendizado e a denúncia social por meio da arte; e a construção conjunta e sensível das nossas utopias.

Setor de Comunicação: O setor de comunicação é o megafone do MTST. É o setor responsável por apresentar a luta, os ideais e a própria cara do MTST para a sociedade, assim como comunicar de forma orgânica com a nossa própria base de militantes. Fazemos disputa política dentro das redes e criamos uma alternativa de comunicação popular contra a mídia hegemônica e burguesa.

Setor de Educação: O Setor de Educação é formado por pessoas que participam da jornada de ensinar e aprender na luta com o povo. Para isso, propomos atividades que partam da experiência vividos educandos em sua luta diária, à qual nos unimos. Construimos desde rodas de leitura à reforços escolares, mas temos como eixo principal as atividades socioeducativas com as nossas crianças. Não é necessário ser professor para participar: basta ter disposição para, como educador, ser também um educando, que se forma em sua prática reflexiva com o povo.

Setor de Finanças: A atividade coletiva de movimentos sociais de esquerda tem sido uma maneira de sustentar a luta do povo e ações que garantam a sobrevivência de enormes parcelas que foram abandonadas pelo Estado. A autossustentação e ações coletivas cumprem um papel na construção de laços de consciência entre aqueles que estão sendo oprimidos neste momento. É por isso que o MTST tem um setor responsável por organizar as finanças e buscar, de forma independente, fontes de financiamento.

Setor de Formação Política: O MTST é mais que um movimento de moradia, é uma organização de trabalhadores que compreende a necessidade de uma profunda transformação. Atacar as causas da falta de moradia até eliminá-las. Nesse sentido, o papel do setor de formação é ligar a prática cotidiana aos seus aspectos mais gerais, denunciando as causas e, sobretudo, os causadores de tanto mal. Para isso, fazem os

²⁰⁴ Dados disponíveis em: <https://trabalhobase.com/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

curso de formação, podcasts, vídeos, materiais de agitação, grupos de estudo, voltados para a base, militância e apoiadores da luta do movimento.

Setor de Horta: O setor de Cozinhas Solidárias, Horta Urbana e Segurança Alimentar do MTST é composto por militantes dispostos a literalmente colocar o pé no barro, somando na construção das hortas, assim como na prática da escuta e troca de ideias com nosso povo. O setor não exige conhecimento prévio de plantio, mas disposição para se envolver e cuidar dos espaços junto com os nossos companheiros de luta. Nosso foco principal é a segurança e soberania alimentar, que é colocada em diversos territórios, dentre eles as ocupações e cozinhas solidárias.

Setor Jurídico: O Setor jurídico reúne juristas comprometidos com uma prática contra-hegemônica e orientada pela luta social. Sem romantizar o Direito ou a atuação, membros vindos das mais diversas especialidades acreditam e constroem um uso tático e inovador da Lei, aliado e orientado pela luta popular. Se a estratégia do MTST é a realização das transformações por meio da construção do poder popular, o Setor Jurídico se orienta por ela e constrói um direito insurgente — uma prática jurídica voltada ao fortalecimento das lutas do nosso povo.

Setor de Tecnologia: O Núcleo de Tecnologia é o mais recente dos setores no MTST. Ele procura oferecer alternativas populares em relação às tecnologias — muitas vezes alienantes — que gerenciam a vida do trabalhador brasileiro. Para tanto, grosso modo, o grupo trabalha nas frentes a seguir: -Frente de projetos: realiza o desenvolvimento de projetos que facilitem a organização e a convivência da nossa base; -Frente de cursos: conduz cursos profissionalizantes que tornem o manejo das técnicas que permeiam nossos cotidianos menos alienantes. Não é necessário ter experiência prévia com programação nem com trabalho no setor de tecnologia e informática para ingressar no setor.

O setor de negociação não estava descrito no site, mas trata-se de um setor que negocia as demandas do MTST com o poder público e a iniciativa privada. O setor de autodefesa é responsável pela segurança da ocupação, pela *trilha*²⁰⁵ e segurança dos atos. O setor de autodefesa, negociação e organização são compostos majoritariamente pela base interna.

Diferente de outros movimentos sociais²⁰⁶, o MTST traz para dentro de suas estruturas técnicos e agentes de mediação. Esta estratégia tem origem ainda no MST (Miagusko, 2012). O mecanismo proposto pela Escola de Trabalho de Base é um amadurecimento de uma política que está no movimento desde sua fundação. O objetivo é operar um encontro da classe média, que detém o saber técnico, com a classe dos despossuídos – os sem-teto. Neste sentido, estes técnicos e agentes de mediação não se colocariam como sujeitos políticos populares, mas mediadores (Miagusko, 2012, p. 283).

²⁰⁵ A trilha é uma atividade que ocorre todas as noites na ocupação e envolve direta ou indiretamente todos os acampados. Refere-se a caminhadas estratégicas dentro do território com finalidade de proteção observação.

²⁰⁶ Muitos movimentos sociais e de moradia contam com a colaboração de assessorias técnicas e especialistas de fora do movimento. Este tipo de conformação se configurou ainda nos anos de 1980, a partir dos mutirões como política de visibilidade e as assessorias técnicas que ofereciam suporte (Miagusko, 2012).

A minha primeira escolha foi o setor de Formação Política. Este setor trabalha tanto com o público interno, quanto externo. Internamente, é oferecida formação para a base e coordenação, formação de militância e de quadros internos. Externamente, o setor dialoga com a comunidade, atendendo convites para realizar falas ou cursos específicos em escolas, sindicatos e outros movimentos sociais. Também se ocupa da organização da Escola de Trabalho de Base e tem planos para oferecer formação para outros setores. Segundo o movimento, a formação política é “um processo de aulas, debates, leituras, atividades e reflexões para os militantes terem mais autonomia e consigam participar ativamente do debate político, com argumentos, conceitos e, claro, fé na luta”.

O setor é responsável por produzir roteiros e materiais de formação, como brochuras, panfletos, vídeos, áudios, etc., em formato físico e digital. Ele atende tanto uma demanda da base, como a demanda dos coletivos políticos. Por exemplo, durante as eleições de 2022, percebeu-se a necessidade da criação de um curso sobre as eleições, o papel do executivo, do legislativo e dos políticos, enfatizando a importância do voto.

Figura 25. “Lambe-lambe” colado nas ocupações no âmbito das eleições de 2022



Fonte: autoria própria, 2023.

O setor oferece uma gama de cursos e temáticas, envolvendo as estratégias do MTST, função social da propriedade, noções históricas e contemporâneas de “esquerda” e “direita”, sobre o mundo do trabalho, lutas territoriais relacionadas à habitação, lutas populares na América Latina. Os cursos são desenhados a partir de uma metodologia e discussão teórica sistematizada, com uma linguagem de fácil acesso.

Há um trabalho de produção, aplicação, reflexão e lapidação dos roteiros. Eles são desenhados de maneiras diferentes para cada público alvo, variando em relação ao tema, profundidade, duração do curso e cronograma de atividades. Assim, para os acampados que são mais itinerantes, as formações podem ser curtas e bastante sistematizadas; para as coordenações, elas podem ter a duração de vários encontros sobre a mesma temática. Materiais impressos também são produzidos para serem exibidos e entregues durante as formações. Neste módulo, tivemos contato com o principal roteiro de formação, “Por que ocupamos?”, que será explorado posteriormente.

2.3 Módulo 3: a passagem entre brigadista para militante

O módulo 3 ocorreu entre os meses de maio e setembro e teve como principal objetivo aprofundar o conhecimento dos brigadistas sobre os setores e o movimento, bem como realizar a transição final entre brigadista e militante. Neste momento, espera-se que o brigadista conheça profundamente os princípios e regras do movimento, compreendendo que suas atitudes precisam estar em sintonia com o mesmo. Espera-se um brigadista mais ativo, ainda que respeite as hierarquias de decisões e comandos. Apresento em três tópicos as principais experiências deste módulo.

Encontrão das brigadas: auto-organização e conhecimento aprofundado

A atividade que inaugurou este módulo foi o Encontrão das Brigadas, no Casarão, sede do movimento localizada em Taboão da Serra. A atividade se iniciou sexta-feira à noite e terminou no domingo de manhã, dia das mães.

Logo quando chegamos ao Casarão, os brigadistas foram separados em novos grupos, mesclando os setores. Cada grupo ficou responsável por tarefas específicas, como manter o local limpo e organizado, limpar os banheiros, cozinhar, comprar mantimentos, etc. Passamos de brigadistas que recebiam papéis delimitados para brigadistas que precisavam se auto-organizar dentro das demandas estabelecidas.

No sábado, as discussões foram pautadas pelo tópico “o que é ser um militante?”, tendo como inspiração os conselhos de Frei Beto. Também foram discutidos os princípios do militante do MTST. Nesta nova etapa, os coordenadores forneceram mais detalhes sobre o histórico do movimento e suas atuais estratégias. A cada degrau subido, tínhamos acesso a informações mais valiosas para o movimento.

Na parte da tarde de sábado, fomos novamente separados em grupos. Lemos e discutimos a peça “A decisão — peça didática” de Bertolt Brecht²⁰⁷. Ao final da

²⁰⁷ “A decisão — peça didática”, é uma peça escrita por Bertolt Brecht, em 1930. Ela retrata uma situação em que um grupo de jovens comunistas se encontra numa encruzilhada. Eles precisam decidir se devem eliminar um de seus camaradas, Ernst, que é considerado um traidor do partido. A peça é dividida em duas partes. Na primeira parte, vemos o treinamento dos jovens revolucionários, enfatizando a disciplina e o espírito coletivo. Na segunda parte, o dilema moral se desenvolve, a possibilidade de execução de Ernst como uma medida necessária para proteger o movimento e a revolução. Os jovens precisam tomar essa decisão difícil, confrontando questões éticas

leitura, deveríamos votar sobre o desafio proposto: mataríamos ou não o “jovem camarada” que estava colocando em risco a revolução socialista ao desobedecer às ordens coletivas? Se matássemos, a revolução poderia ocorrer; se não matássemos, os companheiros seriam descobertos e mortos, e a revolução falharia.

Novamente, uma situação hipotética e extrema estava posta para nós refletirmos. O dilema colocado era os limites da ação individual dentro de um coletivo. A lição final refletia um dos princípios do movimento: as ações devem ser debatidas, mas uma vez decidida a estratégia, os indivíduos devem seguir a vontade coletiva.

Aquele momento foi permeado de angústias entre os brigadistas. Alguns começavam a se dar conta sobre os significados de estar dentro de um movimento social e que seguir ordens que vem de cima consiste na maior parte do trabalho. Muitos entram imaginando que suas ações individuais teriam grandes impactos imediatos e quando se dão conta que são uma pequena parte na engrenagem, o sentimento de passividade aparece.

(...)

Um segundo Encontro das Brigadas ocorreu em meados de julho. Neste encontro, que durou apenas um dia, os brigadistas tinham que apresentar a função de sua brigada. Este exercício permitiu aos coordenadores compreender se os brigadistas estavam sintonizados com o papel da sua brigada. Também foi uma oportunidade para conhecermos melhor o que as outras brigadas estavam fazendo. Na parte da tarde, fomos separados em grupos misturados para discutir “como a minha brigada colabora com a ação geral do movimento?” e “qual o meu papel na brigada e no movimento?”. Neste segundo momento, relatos de diversas pessoas apontaram para uma sensação de passividade e frustração, justamente por que apenas atendiam as demandas vindas da coordenação ou instâncias superiores.

As atividades que compuseram a abertura do módulo e, posteriormente, o segundo encontro das brigadas, tinham um objetivo muito claro: ter certeza que os brigadistas que chegaram até a etapa final e pretendem adentrar ao movimento compreendam o que é militância nos termos do MTST. O respeito às decisões coletivas acordadas a partir do diálogo e o respeito às hierarquias pareciam se confrontar com as expectativas de uma militância forjada por meio do ativismo identitário neoliberal (Miskolci, 2021).

Para muitos ali, a Escola de Trabalho de Base foi a primeira experiência dentro de alguma organização coletiva. A frustração de seguir ordens e realizar pequenas atividades, que parecem descoladas da estratégia geral, se chocam com o ativismo neoliberal que prevê ações diretas, sem mediações e hierarquias. Nestes termos, a “horizontalidade” aparece como sinônimo de democracia, falácia promovida pelos serviços comerciais de rede social, aponta Miskolci (2021). O autor enfatiza que a democracia não prescinde de hierarquia e mediações e, na verdade, é a ausência delas que permite a instalação de autoritarismo.

Não por acaso, o sentimento de passividade, de cumprir demandas vindas da coordenação ou instâncias superiores, sem direito à opinião, se traduzia em sentimento de

e políticas. A peça aborda temas como o sacrifício individual pelo bem do coletivo, a obediência à liderança política e a natureza complexa do ativismo revolucionário.

frustração, impotência ou falta de sentido nas atividades propostas. A ideia de operar mudanças reais, em grandes escalas e de modo instantâneo é fruto de uma militância formada, em primeiro lugar, por meio das redes sociais digitais que oferece respostas rápidas. A dimensão da mudança estrutural, complexa e a longo prazo se perde.

Outro ponto importante é que o empreendedorismo de si tem a atenção focada para as demandas dos indivíduos. Já no MTST, as demandas e as estratégias não são frutos das demandas da base externa, mas sim da base interna e dos coletivos políticos. Em última instância, os brigadistas e militantes da base externa estão lá para oferecer o apoio técnica e mão de obra voluntária para as estratégias do movimento. Novamente, a frustração vem.

A politização no sentido do avanço de uma perspectiva individualista em direção a uma perspectiva coletiva de enfrentamento das questões sociais e econômicas por meio de interesses, atitudes e práticas (Ait-Aoudia *et al.*, 2011) se confrontava com o ativismo identitário neoliberal. O MTST aposta em uma leitura de politização para o conflito de classes, onde não haveria espaço para “protagonismo” ou “individualidade”. A peça de Brecht é bastante ilustrativa sobre o que o movimento espera de seus militantes: o cumprimento de ordens em uma hierarquia e a dissolução da identidade singular neoliberal em prol de uma identidade coletiva.

Como se produz um roteiro: as demandas da base e dos coletivos políticos

Em um dos finais de semana, os brigadistas acompanharam os militantes do setor de formação durante uma visita na ocupação “Lélia González”. O objetivo era permitir que observássemos na prática como a formação política era ministrada para a base. Em outro final de semana, nós nos reunimos na sede do movimento no centro para discutir um trecho do livro “Quarto de Despejo”, de Carolina Maria de Jesus. Em seguida, os participantes foram instigados a pensar nos desafios que ela enfrentou e como, hipoteticamente, poderíamos conduzir uma formação política em diálogo com os acampados que possuíssem o mesmo perfil que ela, a fim de superar esses desafios.

Estas atividades introduziram os brigadistas no processo de criação de um roteiro, o qual envolve a observação das demandas da base, os desafios diários, as ferramentas disponíveis (tanto materiais, quanto intelectuais) e as metodologias de formação e ensino em si. Toda a formação oferecida é cuidadosamente planejada para não ser apenas uma aula expositiva, mas sim uma troca de conhecimentos e a construção do argumento central em conjunto com os acampados, explorando as diversas facetas da questão através do método de contradição.

Os roteiros também atendem os interesses dos coletivos políticos. Em meados de 2023, por exemplo, a revisão do Plano Diretor de São Paulo estava em disputa e o MTST se colocou como um forte protagonista contra as reformulações que visavam beneficiar as empreiteiras privadas. No dia 20 de junho, o movimento convocou parte dos seus militantes para um protesto na rua (Manifestantes, 2023; Moncau, 2023). Mas, dias antes, o setor de formação política recebeu a tarefa de criar um roteiro de formação que discutisse a reformulação do Plano Diretor e este roteiro deveria ser aplicado nas ocupações convocadas para o ato.

No final de semana que antecedeu o ato, as atividades dos brigadistas do setor de formação política foram canceladas e nós auxiliamos os militantes do setor a ministrar a nova formação. No meu caso, acompanhei a formação na ocupação “Lélia Gonzales”, que teve como temática os conceitos de esquerda e direita e a discussão do Programa Minha Casa Minha Vida e do Programa Casa Verde e Amarela. Na ocupação “Carolina Maria de Jesus”, que foi convocada a participar do ato, foram discutidos os conceitos de esquerda e de direita, junto à discussão da revisão do Plano Diretor. Esta formação foi demandada com urgência dos coletivos políticos e teve como objetivo preparar os acampados para participar do ato e ter argumentos para discutir o assunto.

Depois que a formação foi dada, os coordenadores e os brigadistas se reuniram no barracão principal e discutiram os erros e acertos, o que funcionou e o que poderia ser melhorado, em um processo constante de aprimoramento das metodologias. Segundo informação da coordenação, naquele final de semana ocorreram 16 formações de G, uma formação de coordenação de ocupação, mobilizando 21 formadores, mais a brigada de formação política quase completa (21 pessoas), alcançando 1.110 acampados em 4 territórios diferentes. Este processo revela que as formações têm uma organização dinâmica e buscam também se adequar as conjunturas. Também ilustra a importância da Escola de Trabalho de Base, que prepara militantes para oferecerem estas formações, possibilitando uma maior capilaridade dos processos de politização.

No mês de agosto, o MTST direcionou suas energias para a disputa das teses no 8º Congresso do PSOL. Dessa forma, toda a militância concentrou seus esforços na eleição da tese de número 3, da corrente do MTST. Em meio a essas circunstâncias, as atividades nos territórios foram congeladas, e o setor de formação voltou-se para um processo de autoformação e para a produção de material para formação política por meios digitais. Recebemos dois roteiros já prontos: “Por que ocupamos?” e “A função social da propriedade” e tínhamos o desafio de transformar esses roteiros em dois vídeos curtos de um minuto cada. Eles seriam

compartilhados nos grupos de WhatsApp dos acampados, garantindo que o processo de formação política continuasse mesmo na ausência física do setor nos territórios.

Nesta etapa, os brigadistas se tornam mais ativos, participando da construção conjunta com os coordenadores. É importante enfatizar que os brigadistas atuam dentro das demandas propostas e não têm autonomia fora dessas diretrizes. A hierarquia interna é bem definida, o que pode surpreender aqueles que imaginam uma abordagem mais horizontal. De modo geral, os roteiros são criados pelo próprio setor, considerando tanto as demandas da base quanto as do coletivo político, que está no topo da hierarquia. Busca-se assegurar que as formações sejam relevantes e estejam alinhadas com as necessidades do movimento como um todo.

Aplicando o roteiro “Por que ocupamos?” — tornando-se formadores

No início de junho, os brigadistas tiveram a oportunidade de aplicar a sua primeira formação política junto à base interna.

Deslocamo-nos para a ocupação Carolina Maria de Jesus. Recebemos o roteiro “Por que Ocupamos?” um dia antes para nos prepararmos. Esse roteiro é ministrado logo nos primeiros dias da ocupação e também é oferecido meses depois, devido à constante rotatividade de acampados, com a chegada contínua de novas pessoas.

Na ocasião, éramos 14 brigadistas acompanhados por duas coordenadoras. Devido a uma manutenção em uma das linhas do monotrilho, chegamos à ocupação com atraso, o que nos deixou com pouco tempo para nos preparar adequadamente. No entanto, mesmo diante desse imprevisto, conseguimos revisar o roteiro e dialogar com as coordenadoras da ocupação. Posteriormente, fomos divididos em 9 grupos, permitindo que algumas pessoas realizassem a formação sozinhas, enquanto outras se apresentaram em duplas, como foi o meu caso.

Cada grupo ficou responsável por um ou mais Grupos (Gs) da ocupação, cada um contendo, em média, 50 barracos. Recebemos o material impresso que seria distribuído juntamente com a dinâmica e nos dirigimos aos espaços específicos. Alguns grupos foram para as cozinhas comunitárias, enquanto outros se dirigiram aos barracões localizados no meio dos Gs. Os coordenadores dos Gs acompanharam os brigadistas em suas áreas designadas. A formação estava programada para durar cerca de 45 minutos. Os acampados não tinham conhecimento prévio que haveria formação sendo surpreendidos, uma ocorrência comum.

No caminho para o barracão, Tais [outra brigadista] e eu dividimos as tarefas e organizamos rapidamente uma dinâmica. Descendemos pela ocupação, passando por alguns barracos, até chegarmos a um barracão maior, com dimensões de aproximadamente 5×5 metros. Havia uma porta e uma janela voltada para uma pequena ruela, onde somente duas pessoas podiam passar lado a lado. O chão era de cimento recém-construído, e o pé direito do barracão era relativamente alto.

No barracão, encontramos uma mesa redonda no canto, com uma térmica de café e copos de plástico. Nos acomodamos, organizamos o material na mesa e nos pediram para aguardar o pessoal, pois haviam acabado de almoçar. Dentro de 10 minutos, as pessoas foram chegando. Algumas se organizaram no barracão, apoiando-se nas paredes, enquanto outras ficaram do lado de fora, apoiando-se na janela. A ruela ficou rapidamente lotada. Aproximadamente 50 pessoas acompanharam a formação.

A coordenadora do G nos apresentou, sem nos identificar como brigadistas do MTST, e explicou que queríamos conversar um pouco com eles.

Tais iniciou a fala, fazendo perguntas e instigando os acampados. Sem nenhuma demora, eles começaram a interagir conosco. Logo em seguida, quando perguntamos se era certo ocupar, a maioria respondeu afirmativamente, enquanto alguns já explicavam a diferença entre ocupar e invadir. O desafio do método de contradição estava lançado; tivemos que instigá-los a pensar o oposto, suscitar dúvidas e indignação, para depois apresentarmos o argumento sobre a legalidade da ocupação. Não foi uma tarefa fácil, e por vezes algumas pessoas pareciam prestes a perder a paciência com nossos argumentos contrários.

Continuamos com a dinâmica e entregamos o trecho da Constituição. Alguns indicaram que não sabiam o que era a Constituição brasileira, então fizemos uma breve explicação e discutimos as diferentes formas de propriedade. Debates o motivo pelo qual era legal [juridicamente] ocupar um terreno sem função social e a necessidade de exercer pressão para que o governo e o judiciário atendessem às demandas populares. No final, lemos todos juntos o texto de Guilherme Boulos, “Quem são mesmo os invasores?”. A cada parágrafo, mais vozes se uniam ao coro. Ao término, encerramos com o grito de luta: “MTST, a luta é pra valer” e “Fé na luta, venceremos”, repetido em coro alto e forte pelos presentes.

Depois da formação, os brigadistas se reuniram no barracão da ocupação, onde conversamos por quase uma hora sobre nossas experiências, receios, acertos e frustrações. Após toda atividade, uma roda de conversa é realizada para que melhorias possam ser feitas nas próximas vezes. Em seguida, passamos na cozinha comunitária de um dos grupos para comer e fomos embora no final da tarde ensolarada de domingo.

O principal objetivo desta formação é esclarecer para o novo acampado que a ocupação é um espaço legítimo e uma ferramenta legal. É muito comum as ocupações se massificarem nas primeiras semanas e depois ver muitos acampados se retirarem. Muitas pessoas se juntam à ocupação por necessidade de moradia, mas não concordam necessariamente com a estratégia. O sentimento de que se está fazendo algo moralmente errado ou até mesmo ilegal, “*tomando o que é dos outros*”, ocorre com frequência. Familiares, conhecidos e amigos também podem discordar da ação do movimento e estigmatizar o novo acampado. Isso reflete em muitas desistências da luta logo no início.

O papel da formação tem em vista fornecer argumentos e materiais para o acampado poder “tirar a angústia do seu próprio peito” e dialogar com as pessoas que discordam dele. A luta por moradia possibilita aos acampados e militantes enxergarem o mundo de outra forma e a reivindicação por moradia adquire contornos mais fluidos, abrindo caminho para uma luta mais ampla de mudança da sociedade. O setor de formação política se esforça para formar sujeitos capazes de transformar o mundo por meio da reforma urbana e da quebra hegemônica das classes que se opõem a ela.

Figura 26. Formação “Por que Ocupamos?”, ocupação “Carolina Maria de Jesus”, 2023.



Fonte: Instagram “formação.mtst”, publicada em 6 de junho de 2023. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CtKkgS-PJdj/?img_index=3. Acesso em: 25 jul. 2023.

Vale destacar, pelas imagens, a presença majoritária de mulheres negras. Este modelo de formação, baseado em pequenos grupos, é relativamente recente. Anteriormente, a formação política alcançava apenas os coordenadores. Para a base, as formações ocorriam por meio de grandes assembleias, tornando-se uma atividade mais expositiva e sem uma troca de conhecimento significativa. Esta mudança foi possível devido ao crescimento de militantes e formadores através da Escola de Trabalho de Base.

De modo geral, a formação oferecida tem como objetivo gerar um processo de politização por meio da socialização política, isto é, a formação de opiniões, valores e práticas relacionadas à política (Tomizaki; Carvalho-Silva; Silva, 2016). No MTST, este processo parte de duas dimensões: a dimensão prática da luta e a dimensão teórica metodológica, ambas se complementando.

A dimensão prática da luta ou da experiência concreta de mobilização coletiva ocorre no por meio da participação em assembleias, mutirões, protestos, apreensão do funcionamento do movimento, suas pautas e estratégias, atividade diárias (como cozinhar, realizar a trilha), assim como a criação de laços de solidariedade, afeto e apoio mútuo com os integrantes. Estas atividades têm o potencial de gerar um engajamento político, dando corpo para os sentimentos de injustiça e revolta já presentes no indivíduo (Carvalho-Silva; Tomizaki, 2021).

Por muito tempo, esta dimensão prática da politização da base foi a principal estratégia e talvez a única possível. Entretanto, ela encontra algumas limitações. A ausência de um mediador, “educador” ou “guia”, que direcione o processo de politização sob a ideologia do movimento. Sem mediador, é possível que este processo se direcione para práticas autoritárias, violentas e repressiva do uso do poder. Neste sentido, é preciso pensar uma orientação teórica-metodológica, representada aqui pela Escola de Trabalho de Base.

Dentro da dimensão teórica metodológica, a propostas de roteiros, cursos, materiais digitais (fotos, vídeos, memes, áudios, podcasts, canal no YouTube, X, etc.) tem como objetivo oferecer processos educativos não-formais (fora de ambientes institucionais), que possibilite o aderir aos valores do MTST. Busca-se construir um ambiente aonde o acampado tenha acesso à informação e análises de conjuntura, de modo direto, simples, objetivo e claro, em linguagem acessível, oral e escrita. No caso das formações em territórios a partir de pequenos grupos, busca-se promover um ambiente de debate e discussão sem o monopólio da fala.

Em meados da década de 2010, Santos e Goulart (2016) apontavam para o caráter incipiente da dimensão teórica-metodológica da construção de um programa de formação claramente definido. Nestes últimos 8 ou 9 anos, podemos observar um avanço no desenho deste eixo. A sistematização das experiências coletivas, a construção de um programa bastante detalhado e com objetivos claros, a articulação entre a esfera da prática, da teoria e da técnica, a riqueza de temática e o surgimento de outros setores demonstram a complexidade que o movimento vem ganhando. Esta dimensão tem ganhado fôlego por meio da Escola de Trabalho de Base.

Um dos maiores desafios do movimento é multiplicar os militantes na medida em que a própria base interna cresce. Oferecer formação política capilarizada demanda pessoas formadas

sob a ideologia do movimento e este processo é bastante longo e árduo. Como pudemos observar, os brigadistas passaram por uma formação de 9 meses e, dos quase 5 mil inscritos, restaram cerca de 100. Ainda assim, no último encontro foi possível ouvir comentários dos coordenadores que alguns setores dobraram de tamanho devido à entrada destes novos militantes. Mas, assim como crescem os setores e o movimento, crescem as demandas. Quanto mais pautas o movimento abraça, mais braços e pernas ele precisa.

Há entraves bastante claros para o crescimento da militância da base externa: muito desistem por falta de tempo, motivação, dinheiro para pagar o transporte público, por discórdia da ideologia do movimento ou dos mecanismos centralizados de decisão, por brigas internas, dentre tantos outros fatores. Ceder um, dois ou três dias por semana torna-se bastante exaustivo, esgarçam-se as relações familiares e pessoais, o cansaço pesa, há também o estigma de atuar em um movimento de esquerda. Neste sentido, existe um investimento de energia, tempo e recursos muito grande na politização dos brigadistas, apostando que se reverta em novos quadros de militância.

De modo geral, foi discutido nesta seção as formas de reprodução da militância da base externa. Em um primeiro momento, focou-se no desafio do movimento em lidar com uma militância moldada por meio do ativismo identitário neoliberal. Posteriormente, discutimos os processos de politização tanto para os brigadistas, como para a base interna. A seguir, será discutida a reprodução da militância da base interna a partir das incursões etnográficas realizadas em São Carlos e São Paulo, entre 2018 a 2023, destacando também o papel da politização e das identidades.

3. Base interna: como coordenadoras e lideranças são moldadas

Uma das bases do “poder popular” defendida pelo MTST tem como princípio “formar continuamente militantes na base do movimento para assumirem responsabilidades políticas e participarem das decisões. Ou seja, o MTST deve (...) preparar cada vez mais trabalhadores para dirigirem a organização” (Cartilha, 2013). Anteriormente, foram lançadas algumas pistas para compreendermos como ocorre a formação e preparação dos militantes da base para assumirem posições de liderança — por meio da experiência concreta de mobilização coletiva e do ensino não-formal dentro da dimensão teórica-metodológica. Além disso, a identidade desempenha um papel importante, como veremos.

Nesta seção acompanharemos a trajetória de mulheres negras periféricas que vieram da base interna e ascenderam a distintos cargos dentro da estrutura do MTST. Durante a minha etnografia, foi possível observar que as mulheres negras ocupam majoritariamente os cargos de liderança, desde as coordenações de G até a coordenação de ocupações. Embora não se possa afirmar que sejam a maioria nas coordenações regionais, estaduais e nacionais (por ausência de dados), muitas delas estão presentes nessas instâncias. Nos setores da Escola de Base também é notável a presença de mulheres que vieram da base externa coordenando os brigadistas, embora a maioria delas são brancas. Em relação à base interna, 72% são mulheres e 78% são pessoas negras, diferenciando-se radicalmente da base externa.

A forte presença de mulheres em movimentos sociais e por moradia não é recente. Pelo menos desde a década de 1970, mulheres tem participado e liderados movimentos sociais, especialmente a partir de duas demandas, direito à cidade (especialmente acesso à educação, creche e transporte público) e a luta pela busca de crianças e filhos desaparecidos durante a ditadura militar (1964 – 1985). Desde então, elas têm sido maioria nos movimentos que lutam por melhores condições de vida (Garcia, 2012; Gohn, 2007; Helene, 2019).

Helene (2019) aponta que as mulheres estão na vanguarda da maioria dos movimentos de moradia por dois motivos principais: o primeiro reflete um histórico de exclusão das camadas mais pobres no que diz respeito ao acesso à terra, à moradia e ao mercado de trabalho. O segundo, é a “feminização da pobreza”. Segundo dados do IBGE (2019), as mulheres negras são a população com o menor rendimento mensal, seguidas pelos homens negros (R\$ 1.471 e R\$ 1.710, respectivamente); no topo estão os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas (R\$ 3.388 e R\$ 2.526, respectivamente). Os lares chefiados por mulheres e mães solteiras têm aumentado nos últimos anos. Segundo o censo do IBGE (2010) para São Paulo, 44,1% dos lares são chefiados por mulheres (15% a mais do que em 2000). Dentro dessa amostra, 34% são famílias monoparentais com filhos (em comparação com 3,6% na amostra masculina) (Prefeitura, 2012).

Embora o espaço doméstico seja predominantemente das mulheres, isso não significa que seja um espaço de força feminina. O lar pode ser um espaço muito perigoso, com altas taxas de feminicídio, violência doméstica e casos de abuso sexual cometidos por maridos ou parentes próximos. Por exemplo, 50,3% das mortes violentas de mulheres são cometidas por parentes e 33,2% por parceiros ou ex-parceiros das vítimas (Waiselfisz, 2015). Tanto os espaços públicos quanto os privados são marcados por hierarquias de gênero que reconhecem os homens como os mais poderosos. Nesse cenário precário, a necessidade de moradia é um fator unificador para

as mulheres. Posteriormente, a participação em movimentos de moradia abre um caminho para sua educação política, engajamento e transformação de vida (Helene, 2019).

Gohn (2007, p. 55) ressalta que alguns analistas têm usado duas terminologias para discutir a participação das mulheres nos movimentos sociais: o “movimento feminista” e o “movimento de mulheres”. O primeiro refere-se à luta focada em demandas centradas nas mulheres, como câncer de mama, discriminação na força de trabalho, salários, aborto e sexualidade. O segundo termo refere-se aos movimentos liderados por mulheres que exigem melhorias sociais que afetam toda a população. Nesse caso, as mulheres como atores políticos são invisíveis para a sociedade e para a grande mídia. Nos últimos anos, elas ganharam mais destaque por meio de lutas feministas dentro do “movimento de mulheres”, como na luta por moradia. Anteriormente, essa questão não era considerada uma prioridade na luta anticapitalista ou de classes. A valorização dessa agenda aponta para o crescimento de novas formas de engajamento, debate e atuação ativista (Gohn, 2007; Helene, 2019).

Ainda que recentemente vários estudos têm dado a atenção para o papel da mulher nos movimentos sociais, poucos consideram o recorte racial. O papel de liderança, intelectuais e políticas das mulheres negras não tem sido reconhecido por parte dos políticos, dos funcionários públicos, setores dominantes da mídia e acadêmicos, levando a cabo um processo de invisibilidade (Perry, 2016, 2012; Garcia, 2012).

Neste contexto, esta seção se dedica a compreender como essas mulheres da base interna se tornam militantes e acessam posições de liderança, como coordenadoras e líderes da base, e cargos na política institucional. Serão exploradas as trajetórias cruzadas de mulheres negras no MTST, destacando a importância da agenda racial, de gênero e periférica no movimento na luta pelo direito à cidade.

3.1 Entre a casa e a ocupação: gênero e raça na trajetória de Juliana

Em junho de 2018, conheci Juliana²⁰⁸ pela primeira vez durante a reunião do COMDUSC²⁰⁹. Na ocasião, a discussão girava em torno do uso dos 6 milhões de reais do Fundo Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano. O fundo era objeto de disputa entre

²⁰⁸ Nome fictício. Coordenadora da ocupação “Em busca de um sonho”, em São Carlos. Ver capítulo 2.

²⁰⁹ O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Carlos é um órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo que atua no município de São Carlos (São Paulo). Esse conselho tem como objetivo discutir, planejar e propor políticas, diretrizes e ações relacionadas ao desenvolvimento urbano do município. Ele é composto por representantes do poder público municipal, de entidades da sociedade civil organizada e de segmentos da população, como universidades, movimentos sociais, associações de bairro, entre outros.

diversos membros da sociedade. Naquele dia, a ocupação “Em busca de um sonho” estava representada por Camila²¹⁰, Juliana e o as duas principais lideranças.

Camila se levantou para explicar as reivindicações da ocupação, com o objetivo de conseguir parte da verba para a ocupação. Vinte e nove anos, branca, formada em arquitetura e urbanismo com mestrado em andamento, dominava a linguagem técnica e formal. Alegou que, por lei, o fundo deveria priorizar recursos para habitação social e regularização fundiária e destacou que a ocupação tinha demandas legítimas. Após Camila, Juliana também se manifestou, destacando a vulnerabilidade enfrentada pelas famílias na ocupação e ressaltando a importância dos recursos do fundo para garantir o direito à moradia. No entanto, a resposta em tom de deboche dada por vários homens presentes — funcionários da prefeitura e agentes do mercado imobiliário — foi envolvida por termos técnicos e jurídicos, tentando desqualificar o conhecimento de Camila e Juliana.

Na reunião, ficaram evidentes as diferenças de classe, raça, sexo, idade e moradia entre os participantes. Apesar de outras lideranças estarem presentes, foi Juliana, uma mulher negra de 21 anos e sem diploma do ensino médio, quem se posicionou como a voz da ocupação diante de uma plateia de homens brancos, de meia-idade, bem vestidos e com influência política, que buscavam obter parte do fundo para seus empreendimentos imobiliários. Juliana estava enfrentando uma disputa com os grandes promotores imobiliários pela produção do espaço urbano e pela utilização do dinheiro público. Seu posicionamento diante foi um ato de coragem.

Como apontado por Keisha-Khan Perry (2012; 2016), as mulheres negras estão no centro da luta por terra, moradia e recursos para as comunidades no Brasil. Elas são as principais interlocutoras políticas entre as comunidades e o Estado, mas são constantemente vistas como desprovidas de conhecimento ou sofisticação política para organizar movimentos de massa. Em geral, elas são vistas como tendo pouca educação formal, como trabalhadoras domésticas ou como hipersexualizadas. Por outro lado, os ativistas brancos obtêm mais empatia ao comunicarem suas demandas.

Um mês depois desse episódio, encontrei Juliana durante minha primeira visita à ocupação, quando fui convidar as lideranças para participarem de um evento organizado pelo grupo de pesquisa do qual faço parte. A Escola de Inverno SAGEMM²¹¹ teve como objetivo promover a interação entre estudantes, professores, pesquisadores e lideranças comunitárias em

²¹⁰ Na época, membro do Pitá, grupo formado por estudantes de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Ver cap.3.

²¹¹ Ver mais em: <https://sagemm.ird.fr/wp-content/uploads/2018/07/escola-inverno-2018-4.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2023.

discussões contemporâneas. Quando perguntei a Juliana quem da ocupação poderia participar do evento, ela respondeu prontamente:

Juliana: ... eu e João [líder], porque todas as reuniões eu sempre vou com ele, porque (...) ele tem um pouco de dificuldade de tá conversando com o pessoal, aí eu sempre to, eu to desde o início (...) quando ele não tá, eu fico no lugar dele (...).

Juliana reconhece suas habilidades em comunicação e compreende que é ela quem responde na ausência do João. Durante a sua participação em nosso evento, foi possível ver suas habilidades em ação. Pela manhã, ela conduziu a visita à ocupação com 30 pessoas, mostrando cada canto e respondendo às dúvidas. À tarde, na universidade, junto com João, Juliana novamente se posicionou e conduziu a discussão sem se intimidar com o público. Sua atuação foi notável durante todo o evento.

Embora atue como porta-voz e líder, naquele momento Juliana estava alocada na coordenação na ocupação, abaixo das duas lideranças. Ela era responsável por organizar as famílias, distribuir doações, controlar a participação dos acampados nas assembleias e protestos. Ela também negociou o uso da creche e do posto de saúde públicos locais para os moradores da ocupação. Esse papel parece ser uma extensão das responsabilidades que ela tem assumido ao longo da vida.

Vindo de uma família desestruturada, suas cinco irmãs mais novas eram frequentemente recolhidas pelo Conselho Tutelar devido à deficiência cognitiva de sua mãe, que não tinha capacidade de cuidar delas. Além disso, seu padrasto, pai de suas irmãs, “virou nóia de pedra e sumiu no mundo”. Desde muito jovem, Juliana assumiu a responsabilidade por toda a família, cuidando da organização, do orçamento familiar, lidando com assistentes sociais e buscando acesso às políticas sociais. Ela também cuidou do processo de aposentadoria por invalidez de uma de suas irmãs, que também possui deficiência cognitiva.

Juliana: Eu sou a estrutura da minha mãe, eu sou a única pessoa que corre com ela pra cá, corre com ela pra lá, e tô ajudando ela, e... É bem difícil, é bem difícil. (...) a gente que não nasce com uma família estruturada, a gente tem que ter uma cabeça bem forte mesmo, porque senão a gente não aguenta.

Quando mudou para a ocupação junto com seu marido, ela estava grávida de 6 meses e teve que construir seu próprio barraco. Com muito orgulho, ela apontava para as partes de seu barraco e me contava:

Juliana: Aí fiz essa parte aqui, preguei... Eu fui eu que fiz a minha fossa (...) Dois metros e meio de fundura. Eu fiz a fossa, porque meu marido trabalhava e meus parentes tava tudo trabalhando, não tinha como ninguém me ajudar. (...) meus vizinhos tudo me ajudou a (...) fazer o barraquinho.

Estes cuidados que aprendeu na esfera doméstica refletem na construção de seu barraco e na organização da ocupação:

Juliana: Eu não posso tá saindo da ocupação (...). Eu fico dividida, eu tenho que me dividir aqui na minha família, pra ocupação, pra minha mãe, e é bem complicado. É uma coisa bem estressante porque você tem que estar na liderança, na coordenação aqui, explicando pro pessoal, conversando com o pessoal, muitas vezes aquilo que você faz não é entendido. É muito difícil. E a gente não ganha nada pra isso, né. A gente está porque a gente gosta de ajudar mesmo o pessoal, porque se não fosse nós, eu não sei o que seria dessa ocupação ainda. De vez em quando eles [as pessoas] vêm aqui em casa “aí Juliana, você não pode ajudar a gente? Você não consegue um pessoal aí que pode estar ajudando a gente?”, até se estabilizar né. Porque é bem difícil.

Tal como outras mulheres líderes, Juliana está mais presente no cotidiano da ocupação do que seu marido. Isso ocorre devido à divisão tradicional de gênero na qual os maridos são os responsáveis por trazer o sustento para casa, o que os mantém fora trabalhando ou em busca de emprego. Enquanto isso, cabe às mulheres cuidar das tarefas domésticas, realizar o trabalho do *care* (cf. Hirata, 2016; Guimarães; Hirata; Sugita, 2011). Nesse contexto, o trabalho e as responsabilidades de Juliana na ocupação podem ser vistos como uma extensão desse universo doméstico, onde ela continua exercendo um papel de liderança, organização e *care*, garantindo o bem-estar das famílias e coordenando as atividades da ocupação.

O prefácio “A história do MTST é a história da mulher da periferia”, assinado pelas “Mulheres da Coordenação Nacional do MTST” (Simões *et al.*, 2017, p. 11), aborda explicitamente a questão de gênero e a divisão do trabalho:

Por tudo isso [pela condição da mulher na sociedade], a luta por moradia tem um imenso potencial libertador para as mulheres. Somos a maioria: não temos direitos iguais, mas temos os mesmos deveres legais e, além disso, os deveres socialmente construídos.

Muitas vezes abandonadas por seus “companheiros”, essas mulheres trabalham em jornada dupla ou tripla, fora e dentro do lar, e ainda cuidam dos filhos e de parentes idosos. No caso das sem-teto, depois de tudo isso, elas ainda vão para o acampamento, onde assume tarefas e responsabilidades no projeto coletivo que é a ocupação: reunião de coordenação e grupos, cozinhas coletivas, mutirões, entre outras atividades.

Quando mencionam os “deveres socialmente construídos”, estão se referindo à divisão do trabalho “tradicional” e aos papéis que se espera que as mulheres desempenhem na sociedade. O exemplo de Juliana é ilustrativo: além de cuidar da ocupação e da casa, ela também tem a responsabilidade de cuidar de sua mãe deficiente, suas cinco irmãs e seus dois filhos. Na esfera doméstica, Juliana é responsável por atender às necessidades de oito pessoas, além do seu marido. Para complementar o rendimento familiar, ela realiza trabalhos eventuais, como a

produção e venda de bolos para seus vizinhos, algo que ela pode fazer em casa. Tudo isso exige que ela trabalhe em turnos “duplos”, “triplos” ou “quádruplos”, dependendo das demandas.

Segundo o IBGE (2019), as mulheres gastam mais que o dobro de tempo por semana do que os homens, sobrecarregando-as: 21 horas contra dez horas, respectivamente. A atribuição do trabalho reprodutivo às mulheres resulta da divisão sexual do trabalho forjada pelo capitalismo (Federici, 2017), pelo patriarcado (Kergoat, 2003) e pela colonização (Garcia, 2012). Elas realizam trabalho não remunerado e estão situadas à margem do mundo do trabalho. O acesso à moradia, que já é difícil para muitas, torna-se ainda mais difícil para elas (Helene, 2019).

Quando conversei com Juliana em 2018, ela tinha 21 anos. Ela começou a atuar como coordenadora por volta dos 19 anos. Todas essas adversidades na vida de Juliana moldaram parte do seu perfil de liderança: a maturidade precoce forçada, a urgência de lidar com assistentes sociais e o cuidado com a família. Na esfera pública, a crise econômica, o aumento do desemprego e o desmanche dos mecanismos sociais e habitacionais nos últimos anos a levaram a se envolver com a ocupação e o MTST.

Atualmente, Juliana é uma das principais lideranças da ocupação e militante do MTST. Ela também é uma das cozinheiras na Cozinha Solidária, inaugurada em 2022, recebendo um pequeno salário que possibilitou deixar seu barraco e morar de aluguel nas proximidades. O envolvimento de Juliana com o movimento não apenas colaborou com sua formação política, como relatarei mais adiante, mas também lhe ofereceu uma saída profissional. Sua atuação na ocupação tem sido fundamental para a conquista dos direitos.

3.2 Organização, politização e conquistas: Débora e o MTST

A ocupação “Em busca de um sonho” surgiu de modo espontâneo e autônomo em São Carlos, em 2015. Após dois anos lutando pelo acesso à moradia, sem nenhum retorno concreto devido à conjuntura política, as lideranças buscaram o apoio do MTST. Débora²¹², na época coordenadora estadual do MTST, era responsável por cuidar de várias ocupações no estado de São Paulo, incluindo a de São Carlos. Sua função era organizar internamente as ocupações e mediar as demandas da ocupação junto ao poder público (Guilhermina, 2021). Assim que chegou à ocupação em São Carlos, estabeleceu um conjunto de regras do MTST:

Débora: (...) a gente tem regimentos dentro da ocupação (...) a gente não aceita nenhum tipo de agressão, (...) é proibido drogas dentro dos nossos espaços, respeitar horário de silêncio depois das 10, 11 horas... Então o movimento é bom pra isso,

²¹² 30 anos (2018), negra, mãe solteira de três filhos, formada em matemática e reside em São Paulo. Atualmente é coordenadora nacional do MTST e presidenta do PSOL no estado de São Paulo.

porque antes não se tinha regra. [O MTST] ajudou a reforçar a importância de não ter esse tipo de coisa assim, porque tem toda uma criminalização pra eles [pessoas de fora da ocupação] falar que a ocupação não é legítima e é um lugar do crime... (...), a luta é digna por moradia, [mas] ai de repente alguém vai lá e agride uma pessoa (...) se vem polícia, isso traz uma imagem negativa da luta das famílias. Então pela experiência a gente já não permite esse negócio de agressão, de drogas, de venda...

Estas regras tem em vista proteger a ocupação para “dentro” e para “fora”. Para dentro, o movimento atua como mediador para evitar conflitos e violência doméstica, tornando a ocupação um espaço mais seguro, especialmente para mulheres e transexuais, que frequentemente são alvos de violência. Nesta ocupação, um episódio de violência física cometido por um homem contra uma mulher resultou em sua expulsão do local.

A preocupação com a violência doméstica e de gênero iniciou-se no MTST em 2016, após ocorrer um episódio de violência doméstica em uma de suas ocupações (Helene, 2019). Desde então, tem realizado rodas de conversa sobre gênero e raça, além da promoção do Encontro Estadual de Mulheres, que teve sua primeira edição em 2019, em São Paulo, reunindo 600 mulheres. O movimento também criou o Coletivo Mulheres em Movimento, entre outras iniciativas, voltado para a promoção da igualdade de gênero e a luta contra a violência doméstica.

Para fora, o MTST visa evitar um processo de criminalização e deslegitimação das ocupações. Historicamente, os movimentos sociais no Brasil têm sido alvo de criminalização e estigmatização por parte do poder público, da mídia e de setores da sociedade (Plataforma, 2019). Em entrevista a rádio local, o prefeito de São Carlos chegou a descrever os acampados como “vagabundos” e “bandidos” (A cidade on, 2019). A adoção de regras ajuda a evitar a presença policial e a construir uma imagem positiva da ocupação, distante da ideia de bagunça, violência e criminalidade.

Débora também desempenha um papel fundamental ao intermediar as demandas da ocupação junto ao poder público. Com o apoio do setor jurídico do MTST, ela assegura que não ocorram abusos por parte das autoridades.

Débora: (...) mediar o movimento com a Prefeitura. Porque quando a Prefeitura veio com essa proposta absurda, eles achavam que estavam lidando com pessoas leigas, né... “você tem que sair, pronto, acabou” [se referindo aos diversos pedidos de remoção realizados pela Prefeitura], ou seja, chamou os coordenadores da ocupação, como se tivesse... se a gente não entendesse mesmo dos direitos (...) Essa sensação aconteceu com eles aqui, “opa, a gente vai ter que sair, e agora, o que eu vou fazer? vou ter que morar numa quadra? eu não tenho pra onde ir”. Então, a Prefeitura usa muito disso, do pobre... da falta de conhecimento das pessoas mesmo pra impor, pressionar, e conseguir as coisas no grito. Então, o movimento tem um papel fundamental nessa mediação de negociação, né, da gente entender de fato o que é o papel da Prefeitura, e que não é assim, do jeito que eles querem.

Muitos acampados têm pouca escolaridade, muitas vezes não conheçam plenamente seus direitos e podem ser facilmente enganados pelas autoridades. Débora desempenha um papel importante garantindo que essas pessoas não sejam manipuladas pelo Estado ou ludibriados por termos técnicos e legais. Junto a mediação, o MTST tem o compromisso de realizar uma formação política com os coordenadores e a base. Como explorado anteriormente, esta formação visa capacitar os acampados para que eles compreendam os mecanismos políticos e sociais envolvidos nas suas lutas, bem como fortalecer ou construir seus próprios argumentos, desenvolver suas habilidades de liderança e negociação.

Débora: Mas aí vem um setor de Formação do MTST que dá uma formação mais detalhada para vocês que é coordenador. Explicar por que a gente ocupa, que não é ilegal. O que a gente está fazendo é verídico... está na Constituição que toda propriedade tem que cumprir uma função social. (...) Que também está na constituição o direito à moradia. Então, vocês estão de certa forma questionando e reivindicando o direito à moradia. Então a ocupação não é algo ilegal. A gente está pressionando o poder público para que ele de fato use esse recurso que está na Constituição...Então é uma formação que a gente dá mais embasada sobre o que é essa luta por moradia, para defesa mesmo, ter argumento...

Débora revela o quanto o movimento foi importante para a formação dela, que possibilitou a compreensão dos marcadores sociais que a atravessam:

Debora: Eu antes de entrar no MTST, por ser mulher, negra, da periferia. Eu era uma pessoa que assim.[...] A sociedade coloca para gente que o nosso lugar é os subempregos, é a escravidão, é ser humilhado. A sociedade coloca isso pra gente. E aí você fica acreditando nisso. “nossa, eu não posso falar. Nossa, eu não posso ocupar nenhum espaço de poder, de fala”. Só que a sociedade só coloca isso por que tem pessoas que realmente acredita que esse é nosso espaço. E o nosso trabalho é justamente conscientizar que esse não é o nosso espaço. Nosso espaço é o de poder, de fala, onde a gente quiser. De luta pelos nossos direitos (jan. 2021).

Os efeitos positivos do treinamento podem ser observados também nos acampados da ocupação “Em busca de um sonho”, como me relatou Cássia:

Cássia: (...) E a gente não sabia que a gente tem o direito de ocupar o que é nosso, nós temos direito de moradia, nós temos direito de várias coisas e a gente não sabia. (...) Aí a gente aceitou o MTST vir ajudar a gente (...) E a gente não vai sair daqui, porque aqui é nosso também. A gente tá lutando por moradia, os órgãos competentes do município, do estado, do Brasil, têm que se mover por nós, é obrigação deles dar moradia pra gente, isso daqui a gente não tá pedindo esmola não, é um direito nosso, e a gente tem que fazer valer esse direito, e eles tem que olhar pra gente.

O léxico utilizado por Débora e Cássia é compartilhado por outros acampados. A educação não-formal oferecida pelo movimento é muito importante para a politização da base. Essa educação possibilita que os cidadãos sejam mais conscientes de seus direitos, tornando-se uma ferramenta fundamental para sua defesa e para participar de reuniões, protestos e conversas

cotidianas, como relatado na seção anterior. Ele também pode ser muito importante para transformar um acampado em um militante, por meio do engajamento político. Muitos acampados entram no movimento buscando apenas acessar a casa própria e cumprem as tarefas necessárias. Outros, acabam se engajando na luta e transformando-se em militantes. Uma parcela menor, mesmo depois da conquista da casa própria, continua atuando na militância (Carvalho-Silva; Tomizaki, 2021). A transformação de um acampado em militante é um dos maiores objetivos e desafios do movimento.

Débora e o MTST foram e continuam sendo fundamentais para as conquistas da ocupação “Em busca de um sonho” e a politização dos acampados e coordenadores. Há cerca de sete anos ela visita à ocupação quase todos os meses, organiza assembleias e protestos, lidera reuniões com o poder público, pressiona a prefeitura e mantém comunicação com advogados, militantes, apoiadores e vereadores.

3.3 Se tornando militante por dentro das ocupações: caminhos cruzados, identidade e estratégias do movimento

Débora e Juliana têm algo em comum em suas trajetórias: ambas se tornaram militantes através das ocupações do MTST. Os cargos de liderança que ocupam hoje são uma combinação da luta pessoal e coletiva, além da formação política e do projeto político do MTST. Débora explica como conheceu o movimento:

Débora: Eu fui pro movimento [em 2012] na necessidade mesmo de querer minha moradia, né. [...] morava com meus pais, tinha os meus filhos, mas eu não tinha a minha casa, né. [...] E aí aconteceu de ter uma ocupação perto da minha casa e aí eu conheci o movimento e comecei na luta por moradia.

A necessidade de moradia é um fator unificador para a população vulnerável, a ocupação funciona como uma aglutinação devido à demanda por habitação (Helene, 2019). Posteriormente, à medida que os acampados vivenciam a luta coletiva, surge o sentimento de pertencimento e o desejo de fazer mais pelos outros.

Débora: Quando a gente conquista alguma coisa, que nem lá [na ocupação “Novo Pinheirinho”], quando a gente conquistou nosso terreno e saímos com a nossa vitória, eu falei “opa, se eu consegui, então eu posso ajudar outras pessoas que estavam na mesma situação que a minha a conseguir [uma casa]”. Então eu entrei pra militância e esse foi o meu papel dentro do movimento.

Juliana está seguindo o mesmo caminho. Em 2018, quando iniciei minhas incursões etnográficas, ela auxiliava na coordenação e não concordava com algumas estratégias do movimento. Posteriormente, com a conquista do terreno, as estratégias começaram a fazer sentido e um sentimento de pertencimento e desejo de ajudar os outros a florescer. Em janeiro de

2021, quando visitei a ocupação, havia a possibilidade de Juliana se tornar coordenadora de uma ocupação vizinha, caso aceitassem a entrada do MTST. Assim como Débora, o momento de vitória fez com que Juliana desenvolvesse um sentimento de pertencimento. Agora, ela deseja utilizar sua experiência para ajudar outras pessoas.

Com base em entrevistas com militantes do MTST na Grande São Paulo, Carvalho-Silva e Tomizaki (2021) apontam que, após a conquista da moradia pelo movimento, algumas pessoas desenvolvem um sentimento de compromisso e solidariedade que as motiva a continuar colaborando, como Juliana e Débora. Os autores argumentam que a luta por moradia através das ocupações é longa e exige um engajamento contínuo por anos, tendo o potencial de transformar princípios e valores políticos individuais, gerando formas duradouras de engajamento. Na visita de janeiro de 2021, ouvi Débora conversar com Juliana sobre como a experiência na ocupação foi crucial para sua formação política:

Débora: [...] Você viu que foi lá [na ocupação] que [você] teve a formação [...] Você vê que a sua prática aqui foi uma formação que aqui você aprendeu bastante.

Juliana: Aprendi bastante, muita coisa. [...].

O conhecimento prático que Juliana adquiriu e os ensinamentos proporcionados pelo MTST foram fundamentais para moldar seu engajamento político e seu perfil de liderança. Débora desempenhou um papel essencial na trajetória de Juliana, levando-a para o próximo nível. Em São Paulo, em 2023, encontrei outro caso semelhante.

Thatiana²¹³, a principal liderança de uma ocupação na zona norte de São Paulo, ingressou no movimento há dois anos e logo assumiu uma posição na coordenação. Atualmente, além de coordenar sua ocupação, também é responsável por outras ocupações na grande São Paulo, compondo o coletivo regional da zona norte. Ela trabalha em conjunto com Débora, a quem carinhosamente chama de “mãe Débora”. Recentemente, foi convidada para liderar a criação de uma ocupação em Curitiba (PR), onde passou um mês.

O setor de formação do movimento desempenha um papel importante na capacitação de lideranças e na sua distribuição estratégica. Nas palavras de Felipe, militante do setor de formação (Santos; Goulart, 2016, p. 150):

Felipe: (...) a gente aplica esse curso formativo neles [coordenadores] pra que quando a gente saia do terreno, eles possam ser aproveitados dentro dos setores do movimento e eles serão convidados a compor, né? Por exemplo: ela tem perfil pra ser do setor de organização, ele tem perfil pra ser do setor de negociação, conforme o caso de cada um. O esforço formativo do movimento está mais nesse nível da coordenação de acampamento pra coordenação do movimento, coordenação dos setores.

²¹³ Nome fictício. 27 anos, negra, casada e sem filhos, “porque a prioridade é a luta”.

É importante pontuar que a fala de Felipe se refere à experiência anterior à 2016, quando a formação ainda não chegava com maior qualidade a base. A estratégia é convidar coordenadores de ocupações que apresentam um perfil de liderança para trabalhar em outros setores e oferecer um curso de formação. Isso permite que os ocupantes alcancem diferentes posições dentro da estrutura do movimento, como o caso de Débora e Thatiana.

As estratégias do movimento para formar quadros, ou multiplicar coordenadores, vão além da educação política e do aprendizado pela luta. Elas incluem a circulação de lideranças que vieram da base com o objetivo de difundir conhecimentos e experiências, formando assim outras lideranças e colaborando com o espraiamento territorial do MTST. As dimensões identitárias e as relações de afeto também são fundamentais, como, por exemplo, quando Thatiana chamou Débora carinhosamente de “mãe”. Uma narrativa secundária de uma mulher ilustra esse argumento (Carvalho-Silva; Tomizaki, 2021, p. 5-6):

Aí todo mundo quieto madrugada adentro, uns ajudando a montar os barraquinhos pra gente dormir. Aí na madrugada a Marília [nome fictício] fez uma assembleia. O que me incentivou foi aquela assembleia. Precisa de ver que mulher forte. Que palavra que ela deu. Acho que era umas quatro horas da manhã e ela fez essa assembleia. Aquela fala dela não sei se é eu que vi como especial pra mim, porque não era um homem que tava falando naquele dia. Achei que era um homem, porque pra levar três ônibus e ocupar um terreno... Aí veio aquela voz daquela mulher na escuridão da noite. A mulher trazendo aquela força, que ela fala assim: “Hoje, apesar...”. Porque a polícia jogou bomba assim que nós entramos e a gente em vez de fugir, deu risada e todo mundo ficou parado, normal. Aí ela falava: “apesar da recepção que nós tivemos por parte da polícia militar...” foi mais ou menos assim a palavra dela: ‘a gente mostrou, vocês mostraram, nós mostramos a nossa força’. [...] Por isso que eu abracei mesmo o movimento, porque às vezes eu esqueço que é pra moradia, entendeu? Porque às vezes tem alguém que você vai conversar, tem um problema que é pra resolver. Então, na verdade, esse é o trabalho da ocupação, do MTST, é de levar a ter voz. Então, são mulheres prontas a escutar o que você tem pra falar também, têm sempre uma palavra. Elas só te ouvem, daqui a pouco elas falam e dá aquela palavra pra gente. [...] (Depoimento de Marilda, 56 anos, cabeleireira)

Em recente coletânea de depoimentos de acampados e militantes do MTST lançado por Silva (2023, p. 26), traz estas dimensões também.

Andreia: A companheira Maria, primeiro que já reparei que era uma mulher (...). Quando eu vejo aquela mulher negra baixinha, porreta, com uma força que arrepiava a gente, eu falei: “quero ficar”. Eu resolvi ficar por causa dessa fala (...).

Um dos principais desafios do MTST é atrair acampados e quebrar o estigma em relação ao movimento e suas estratégias, que muitas vezes pode ser vista como moralmente errada ou

ilegal. Nos dois casos relatados, as identidades das coordenadoras desempenharam um papel crucial. Ao ver mulheres liderando ocupações, o desejo de permanecer e lutar foi acionado.

Com o passar do tempo, ao desempenhar atividades dentro do movimento, o engajamento político pode se desenvolver, como no caso de Bruna, semelhante ao de Juliana. Bruna começou como acampada e depois se tornou coordenadora da ocupação “Dandara”: “Então, apoiando os coordenadores, ajudando na cozinha, fui conhecendo um pouco de cada vez até que me tornei coordenadora e comecei a participar das reuniões e das formações, o que mudou todos os meus pensamentos” (Santos; Goulart, 2016, p. 151).

Carvalho-Silva e Tomizaki (2021) argumentam que esses processos de educação não-formal e engajamento político ocorrem de forma mais intensa durante as experiências e práticas no cotidiano da ação coletiva, estimulando novas formas de agir e pensar. O engajamento político é sustentado pelo acesso à informação e pela compreensão dos valores do movimento. O MTST desempenha um papel importante ao dar forma aos sentimentos de injustiça e revolta que muitos ocupantes já carregavam. Além disso, o movimento fornece ferramentas para a compreensão das origens e dos mecanismos da desigualdade social na luta coletiva.

As trajetórias relatadas apresentam momentos de “bifurcação biográfica” (Bidart, 2006) a partir da inserção em uma ocupação do MTST. Os processos de aprendizado através da luta, as formações políticas e a conquista do terreno são momentos que promovem uma mudança significativa ou até mesmo radical na orientação da trajetória destas mulheres, podendo até representar uma ruptura. Para algumas delas, abre-se o caminho para a construção de uma “carreira militante”, aonde a militância torna-se gradativamente um campo de possibilidade de emprego e renda (Araújo Filho, 2023).

Juliana se tornou coordenadora e cozinheira remunerada em uma Cozinha Solidária. Débora foi além e chegou à coordenação estadual e nacional. Hoje ela é também presidenta estadual do PSOL-SP. Ela deu um passo ainda mais significativo em direção à política partidária ao se candidatar a vereadora de São Paulo em 2018. Se por um lado, o MTST deu um novo sentido à vida destas mulheres, tanto no âmbito privado quanto no profissional, por outro lado, o movimento utiliza este conhecimento acumulado pelos/nos militantes e as identidades de suas lideranças para aumentar seu alcance político e territorial. É possível imaginar que para os militantes da grande São Paulo, sede do movimento, existam mais possibilidades de crescimento, por haver uma concentração de ocupações, informações, pessoas e fluxos, o que abre mais oportunidades e visibilidade.

3.4 Mulher, negra e periférica: da militância para a política partidária

Desde 2018, o MTST entrou para a política partidária. Parte dessa estratégia é justificada pela conjuntura política pós-2016, com o fortalecimento das alas conservadoras da sociedade. Outro argumento para essa incursão política se baseia na falta de representatividade de grupos subalternos, como a população periférica, negra, mulheres e LGBTQIA+ (ver cap.4).

Em 2018, Jô Cavalcanti, autodenomina mãe, trabalhadora doméstica, feminista, negra, moradora da periferia do Recife e coordenadora nacional do MTST, foi eleita para a cadeira de deputada estadual de Pernambuco. Jô concorreu por meio do “Mandata Juntas co-deputadas de Pernambuco”. Cinco mulheres integravam o mandato (três negras — uma transexual — e duas brancas). Entre elas, uma é lésbica e outra é bissexual. Os termos utilizados para descrever o mandato foram: feminista, mãe, negra, marginal e identidade sexual (Juntas Codeputadas, s/d).

A candidatura de Débora Lima, em 2020, à Câmara Municipal de São Paulo por meio de um mandato coletivo, composto por três mulheres negras periféricas, denominado “Juntas — Mulheres sem teto”, tinha como pauta o acesso à moradia e o direito à cidade a partir da perspectiva de mães negras, periféricas e solteiras. Elas denunciavam a falta de representatividade das mulheres negras periféricas na política institucional. Em São Paulo (2019), das 55 cadeiras, apenas 9 mulheres eram vereadoras e nenhuma delas era negra. A coordenadora nacional do MTST e responsável pela campanha em 2020 afirmou na que o “O MTST tem um trabalho de base para fazer a disputa dos espaços de poder que têm pouca representatividade da pauta da maioria, mulheres e pobres” (Galvani, 2019).

O vídeo da campanha começa com a frase: “Nós somos as Juntas, mulheres sem teto. Uma chapa coletiva de três mulheres negras da periferia, lideranças do maior movimento urbano na luta por moradia no país, o MTST”, e apresenta a trajetória das três mulheres. Seus discursos enfatizam suas transformações dentro do movimento: “A luta periférica e coletiva do MTST mudou o nosso caminho e agora nós queremos transformar a vida de muitas pessoas”. A perspectiva de ocupar espaços de poder aparece também no vídeo: “A nossa história de vida é a história de várias mulheres da periferia de São Paulo.”; “Nós somos a voz que não vai se calar, somos corpos negros que combinaram de não morrer, somos a periferia e vamos ocupar a câmara municipal de São Paulo” (Juntas, 2020). O mandato obteve uma votação expressiva, ficando muito próximo de ser eleito.

Em 2022, Ediane Maria, coordenadora estadual do MTST, foi eleita deputada estadual de São Paulo, tornando-se a primeira trabalhadora doméstica²¹⁴ a ocupar esse cargo. Há 20

²¹⁴ Um dos trabalhos menos reconhecidos e mal remunerados no Brasil é o trabalho doméstico, exercido principalmente por mulheres negras. A PEC das Domésticas, que regularizou a profissão, foi criada apenas em

anos, ela migrou de Pernambuco para São Paulo para trabalhar como doméstica e foi vítima da escravidão contemporânea (Sakamoto, 2023). Ediane sempre se preocupou com a desigualdade social e encontrou apoio no MTST, onde iniciou seu processo de politização. Ela ingressou no movimento através da ocupação Povo Sem Medo na Grande São Paulo, em 2017.

Ediane passou a olhar para o direito à cidade sob a perspectiva das lutas de raça, gênero e classe ao perceber que a maioria dos moradores da periferia são mulheres negras e trabalhadoras sem acesso a recursos. Para ela, “As mulheres negras precisam ocupar espaços de poder, de decisão, que sempre nos foram negados” (Basílio, 2022), sendo necessário trazer “o povo e as periferias para o centro dos debates” (Stabile, 2023).

As militantes do MTST utilizam frequentemente a categoria de identidade “periférica” ou “da periférica” para se autodefinirem. Essa categoria nativa pode ser encontrada no livro “MTST 20 anos de história” (Simões *et al.*, 2017, p. 8-9), assim como em perfis na mídia digital e na campanha política das candidatas citadas. Ediane, por exemplo, descreve-se como “negra, periférica, LGBT, nordestina e mãe de 4 filhos” em seu perfil no Instagram.

A identidade “mulher da periferia” é usada para descrever a condição feminina em diferentes aspectos. Por um lado, ela aponta para a situação espacial e social dessas mulheres, que muitas vezes são despossuídas de direitos e bens, vivem em condições de extrema desigualdade, são “continuamente exploradas”, “sofrem o ciclo de violência sistemática”, têm “salários mais baixos”, e “sua capacidade intelectual” é questionada. Além disso, essas mulheres são sub-representadas e sofrem assédio sexual (Simões *et al.*, 2017).

Por outro lado, há uma tentativa de potencializar e valorizar essa identidade de “mulher lutadora/guerreira”. A identidade torna-se capital político e instrumento de luta. Ao se apropriarem dessa identidade, as mulheres da periferia buscam reafirmar sua resistência, força e capacidade de enfrentar as adversidades. A identidade de “mulher da periferia” é, portanto, uma construção social que carrega consigo tanto a denúncia das desigualdades, como o potencial de transformação e resistência (Simões *et al.*, 2017).

Essas mulheres reinventaram suas carreiras profissionais ao ingressar na política partidária, utilizaram suas identidades, capital simbólico e político, redes de contatos, engajamento em movimentos sociais, lutas pessoais e coletivas para se tornarem militantes e atores políticos. Ao trazerem pautas periféricas para o debate político, elas ressignificaram positivamente a periferia e as questões das mulheres negras. Não é possível negar os impactos positivos que estas ascensões produziram: mais engajamento político, a construção de

2013. Essa lei sofreu grande resistência das classes média e alta. Apesar da lei, três em cada quatro domésticas trabalham informalmente, impedindo o acesso a direitos sociais e aposentadoria (Vieceli; Gavras, 2023).

“carreiras militantes” delas e de seus assessores, uma maior legitimidade para o movimento, o acesso aos fundos públicos e possibilidades de intervenção em políticas sociais, dentre outras citadas anteriormente.

Figura 27. “Mona Crespa” — representação de Ediane Maria, 2023



Artista: Paulo Kalvo (militante do MTST), 2023.

A categoria “periférica” é central para o MTST, que tem uma base territorial periférica, para essas militantes dialogarem com esse segmento da população. O movimento compreende que o direito à cidade só pode ser efetivado considerando as demandas das mulheres, dos negros e dos moradores da periferia. Nesse sentido, a figura da mulher negra periférica ganha mais visibilidade, assim como o movimento. Observa-se, assim, um processo de racialização e generificação inseridos na pauta do direito à cidade e moradia.

Neste contexto, ainda que exista uma ênfase bastante grande do MTST em utilizar-se do termo “trabalhador” para descrever a sua base, um novo léxico começa a ganhar espaço: um sujeito plural periférico, mães solas, mulheres negras, população LGBTQIA+. A ampliação de um sujeito singular para um sujeito plural (Scherer-Warren, 2006). Há uma ideia de que estes novos sujeitos, situados territorialmente, seriam os “representantes autênticos do povo”, uma “espécie de sujeito político original” que mediará a política que molda a sua organização

coletiva. Algo como um novo sujeito histórico, construído por meio de uma política identitária, que substituiria o proletário (cf. Miskolci, 2021).

Nos últimos dez anos, o MTST enfrenta um grande desafio: como expandir, manter e politizar as suas bases. Desde a sua nacionalização no início da década de 2010, o movimento se massificou, ao mesmo tempo, em que não possuía muitos militantes para gerir e politizar a base. A Escola de Trabalho de Base surgiu em 2015 como uma resposta para estes desafios. Seu objetivo é capturar os apoiadores externos e politizá-los sob a sua ideologia para poderem compor os quadros de militantes, tornando-se a principal mão de obra voluntária na organização de diversas tarefas. Entretanto, há uma grande dificuldade em politizar uma geração de ativistas identitários neoliberais, moldados por meio das plataformas digitais, que compreendem a política através da sua identidade, a partir de uma arena competitiva de empreendedorismo de si. Este tipo de ativismo provoca rupturas até mesmo nos menores grupos de atividades dentro do movimento. Legitima-se ou invalida-se o conteúdo a partir da identidade daquele que fala.

Ser ou tornar-se militante, para a base externa, também constitui parte desta identidade e pode ser mais um dispositivo moralizante em debates e discussões, validando o conteúdo da sua fala ou atuação a partir da concepção que se “luta com o povo”. Em outras palavras, estar próximo do sujeito “legítimo” — os sem-teto —, confere também legitimidade. Alguns brigadistas, logo no início da Escola, colocaram em seus perfis *online*: “militante do MTST”. Inclusive, coordenadores pediram para se retirar este tipo de identificação e enfatizaram para que os militantes não se posicionam em nome do movimento nas redes sociais.

Ainda que exista todo um esforço do movimento em politizar a base interna e externa a partir da gramática da luta de classes, respeito às decisões coletivas e a hierarquia do movimento, há também a reificação do léxico da política identitária de “experiência” e “lugar de fala”, ao atribuir à base interna a exclusividade do “protagonismo” da reforma urbana, da derrubada das classes hegemônicas, da própria revolução. Um novo sujeito histórico construído por meio de uma política identitária, “representante autêntico do povo”, parece lentamente substituir proletário, no MTST.

Se por um lado a base externa tem utilizado da performatividade da identidade para legitimar a sua militância e se construir como um sujeito mais próximo do povo; por outro lado, a base interna capitaliza a identidade subalterna para acessar a política partidária, os fundos públicos e o desenho das políticas habitacionais. Cada uma das bases parte de lugares, substratos e objetivos distintos, tendo como ponto em comum a performatividade da identidade, ainda que

a apresente como fixa. Nestas modulações, vão se produzindo uma economia ou mercado moral das identidades baseado no gênero, sexo, classe, raça e local de moradia/nascimento, marcando posições de quem pode falar, sobre o que pode falar e quem pode conferir legitimidade às informações e categorizações.

Entretanto, o movimento não aposta apenas na política identitária, pois parece entender que o local de nascimento e o conjunto de características de um indivíduo não garantem um processo de politização. Neste momento entram em cena os processos formativos colocados em marcha pelos distintos setores, buscando politizar e engajar. Além disso, e dentro de suas limitações, os diversos setores possibilitam a atuação do MTST em diferentes frentes, não se limitando apenas à questão da moradia, mas também engajando-se em segurança alimentar, saúde, questões jurídicas, cultura, construindo hortas e cisternas, entre outras frentes, com profissionais técnicos atuando nas estruturas do movimento. A gestão da demanda habitacional ampliou-se para abranger a gestão da precariedade, vulnerabilidade e carências de diversas naturezas, especialmente após 2016 e com o advento da pandemia de Covid-19.

A dimensão prática da luta e o processo guiado de aprendizado garantem que parte da base se engaje politicamente e tornem-se militantes. Um passo à frente, mulheres negras periféricas constroem uma “carreira militante” a partir dos impulsos e experiências individuais e coletivas, baseada também na dimensão da identidade, como no caso de Débora, Ediane e Jô Cavalcanti. Estas dimensões estão obrigatoriamente entrelaçadas, uma vez que a construção da identidade — ou o “descobrir-se” mulher, negra e periférica — ocorre também por meio da inserção no MTST. São dimensões indissociáveis.

Imerso em contradição e conflitos, a expansão das bases e a luta do MTST acontece, contemporaneamente, a partir da cooptação sistemática da classe média e da capacitação da base interna. As barreiras simbólicas construídas entre os brigadistas e os sujeitos “legítimos” parecem se tornar mais fluídas a partir do trabalho a longo prazo e a construção de confiança. Basta perceber as relações afetuosas e respeitadas entre militantes mais antigos da base externa com militantes da base interna. Ainda assim, a ideia do protagonismo repousa sob os sujeitos subalternos.

O último desmanche

Considerações finais

Nesta manjedoura,
acolhimento aconteceu,
o sono alimenta
o que é negado
todos os dias.

No sonho,
canoa e carro se transformam
em foguete,
transportados
para onde a infância
não seja tratada
com covardia.

(...)

Moradia tenha
quartos amplos,
camas macias,
a mesa repleta
de pratos fartos,
de saúde,
escola,
parques,
frutas no quintal.
(Lene, 2021, p. 21)

No dia 17 de junho de 2013, tomamos uma van de São Carlos em direção à São Paulo. Eu e meus colegas do 5º semestre do bacharelado de Ciências Sociais da UFSCar estávamos animados para participar do 5º Grande Ato contra o aumento das passagens. Por dias acompanhávamos de longe, pelas mídias sociais e televisão, as grandes manifestações por todo o Brasil. Havia uma ânsia em fazer parte daquele momento histórico. Chegara a vez da nossa geração se manifestar por um país melhor. As mídias sociais estavam inundadas de hashtags como “o Brasil acordou” e “o gigante acordou”. A participação nas manifestações provocava diferentes sentimentos: animação, medo, desorientação. Fomos andando com a grande massa formada por milhares de pessoas. Quando atingimos a ponte Estaiada, diversos gritos de ordem começaram: “sem partido, sem partido”, “oportunismo, oportunismo” e “povo unido, governa sem partido”. Fui uma destas vozes, talvez pela ânsia de fazer parte de um momento de mudança histórica, talvez por não acreditar mais na política partidária ou por pura ingenuidade. Difícil saber o que se passava na cabeça de um jovem de 20 anos que cresceu em um ambiente conservador e a pouco havia saído da casa dos pais no interior de São Paulo e ido para uma universidade pública — um mundo de possibilidades, conflitos e contradições. Estávamos todos um pouco extasiados e apreensivos sobre os rumos que as Jornadas de Junho de 2013 poderiam tomar. Talvez ainda estamos, as narrativas permanecem em disputa.²¹⁵

As Jornadas de Junho de 2013 podem ser interpretadas como um ponto de virada na conjuntura (Georges; Giraud, 2022) produzida sob os sucessivos governos do Partido dos Trabalhadores, dando origem ao social lulista. A indignação coletiva (Barreira, 2014) que explodiu não tinha uma pauta definida de reivindicação e aglutinava grupos com interesses distintos e demandas divergentes, trazendo em seu bojo impulsos anti-institucionais e anti-partidários que formatariam a vida política brasileira na última década (Miskolci, 2021).

No campo político partidário e econômico, o ensaio neodesenvolvimentista fracassara, o choque dos *commodities* desgastava ainda mais o governo e a popularidade de Dilma derretia conforme o avanço das manifestações na rua. Cada vez mais o governo era engolido pelas alas conservadoras. Após a sua apertadíssima reeleição, iniciou um período de ajuste fiscal e recessão. As Jornadas indicavam uma primeira fissura, que se traduziria em uma ferida aberta no ano de 2016, a partir do golpe de Estado contra a primeira mulher democraticamente eleita no Brasil.

O governo ilegítimo de Michel Temer preparou as bases para a destruição radical que Bolsonaro operaria contra o social, a população de baixa renda e as minorias sociais. Implementou-se um “neoliberalismo hiper reacionário” (Fraser, 2018), encolhendo as políticas

²¹⁵ Retomo este pequeno fragmento como ponto de partida para uma reflexão sociológica. Seguindo as pistas da historiada Joan Scott (1988 *apud* Miskolci, 2021), não são os sujeitos que têm experiência, mas sim as experiências que constituem os sujeitos. Ao invés de partimos sobre o que somos, buscamos compreender o que nos trouxe até aqui, quais foram as circunstâncias culturais e históricas que nos constituem enquanto sujeito. Trecho recuperado e adaptado de uma “experimentação” etnográfica realizada no âmbito da disciplina de Sociologia Urbana, no 5º semestre do curso em Ciências Sociais da UFSCar, ministrado pelo prof. Dr. Gabriel Feltran em 2013.

de reconhecimento colocadas em marcha nas últimas décadas, assim como instituíram-se práticas punitivistas contra o “mau” pobre — aquele que reivindica seus direitos ou está inadimplente.

O desmanche do social lulista (cf. Georges; Rizek, 2016; Rizek; Georges, 2018) modificou as relações entre o Estado, o mercado e a sociedade, estabelecendo uma equação na qual o mercado não se opõe ao Estado, mas sim à própria sociedade. Neste contexto, o mercado ameaça a existência do social ao transformar em mercadoria coisas que precisam se manter enquanto bem comum (Polanyi, 2000). Operou-se uma radical privatização do público (Oliveira, 1999), alinhada a uma pauta conversadora no campo dos costumes e da moral. Os fundos públicos, bens da união e as políticas sociais tornaram-se exclusivamente um instrumento do mercado, sem visar nenhum ganho social. Os mecanismos de participação social, transparência e reinvidicação também foram destruídos, operando a “destituição da fala” (Oliveira, 1999) e a criminalização de movimentos sociais. Em outras palavras, trocou-se o modelo de privatização do financiamento público e privatização da gestão do social, que configurou o social lulista, pela privatização do público no atacado, operando uma destruição do social através do mercado.

A última década foi marcada por uma instabilidade quase permanente no campo político, jurídico e institucional, tornando a crise um dispositivo de gestão. Na esfera da política habitacional institucional, a lógica da destruição do social ocorreu a partir de uma cascata de alterações no quadro programático e normativo por meio do Novo Marco de Regularização Fundiária, em 2017, ainda no governo do Michel Temer, e foi coroada com a criação do Programa Casa Verde e Amarela, em 2020, pelo governo Jair Messias Bolsonaro.

No que se refere à provisão habitacional de interesse social, houve um esvaziamento dos subsídios voltados para Habitação de Interesse Social e a inserção de famílias de baixa renda em financiamentos a longo prazo com juros, aprofundando a financeirização já posta em marcha pelo PMCMV. Foi alterado o sentido do Fundo de Desenvolvimento Social, anteriormente voltado para a construção via associativismo, agora inserido em uma lógica individual e privatista. Em relação à regularização fundiária, o PCVA visou transformar os territórios de informalidade em área de expansão do mercado, impulsionada por investimentos públicos, simplificação normativa e regulatória, e regularização cartorial custeada pelas famílias. A combinação do Reurb-S e do PCVA promoveu a insegurança de posse e excluiu do processo de regularização a urbanização local. O acesso à cidade tornou-se o acesso exclusivo à propriedade privada, ainda que seu entorno continue precário. Estas mudanças desresponsabilizaram o Estado como agente de planejamento, de gestão, execução e

financiador, e permitiu a entrada da iniciativa privada como gestora e executora, onerando as famílias de baixa renda.

No campo da alienação de imóveis públicos, houve a tentativa de transformar o estoque imobiliário público em ativo econômico privado. A partir da figura do Fundo Imobiliário, propôs-se uma mudança de escala sem precedentes, de mercantilização do mercado imobiliário de domínio público, permitindo a entrada de *global players*. Houve um deslizamento de escala, pavimentando uma larga avenida para a ação especulativa a nível global relacionada ao estoque imobiliário público. As tentativas de privatização do público se estenderam até terrenos da marinha e áreas litorâneas. De modo geral, alguns instrumentos foram ressignificados, e outros novos foram introduzidos, com a finalidade de mercantilizar no atacado bens públicos, promovendo radicalmente a privatização do público (Oliveira, 1999).

O desmanche dos mecanismos de participação social e transparência deram lugar para uma política de balcão e decisões internas ao próprio governo. O PCVA representou um reposicionamento de marca, um programa *fake*, com uma casca nacionalista e um conteúdo esvaziado socialmente, focado apenas no benefício do capital privado. O PCVA subtraiu todos os contratos em andamento ou empreendimento prestes a serem lançados ainda pelo PMCMV, carimbando-os com o nome do novo programa. A política habitacional também foi instrumentalizada em favor da base popular do governo, através do Habite Seguro e da alienação de imóveis públicos com um super desconto para templos evangélicos.

Como destacado no capítulo 1, as políticas habitacionais são essencialmente políticas de desenvolvimento territorial e urbano (Balbim, 2022). As diretrizes propostas por meio das leis, das regulamentações, das portarias, dos fundos orçamentários têm potencialidade de moldar as formas como a população, as associações, empresas privadas, os movimentos sociais, dentre outros atores, acessam e produzem estas políticas, configurando a própria produção do espaço urbano e ordenamento social. Esta cascata de alterações promoveu o desmanche de direitos sociais conquistados nas últimas duas décadas. O horizonte de direitos sociais de modo geral se encolheu, dando espaço para o crescimento das precariedades, vulnerabilidades e emergências.

A partir deste contexto, houve a emergência de um “ativismo urbano” (Frúgoli Junior, 2018), composto por um conjunto de coletivos, redes de movimentos sociais, práticas de ocupação voltadas para a luta pelo direito à cidade e o próprio direito à vida. Isso significa a produção de uma nova constelação de iniciativas, o alargamento de um repertório de luta e formas de organização, em uma nova escala de atuação. No contexto da sobreposição de

governos conservadores junto ao cenário pandêmico, houve a instauração das “lutas de emergência” (Mouriaux, 2002) atreladas à sobrevivência e ao plano imediato da vida.

Estes deslocamentos podem ser observados através das três ocupações por moradia na cidade de São Carlos e dos fios que escolhemos seguir até a região metropolitana de São Paulo. Buscamos mostrar empiricamente como as modulações produzidas entre as duas conjunturas analisadas alteraram um horizonte de possibilidades da ação coletiva, forçando a busca por novas estratégias e modificando o acesso à moradia e terra, confirmando a hipótese inicial desta pesquisa.

A primeira ocupação se insere justamente no ponto de virada da conjuntura política, representando ainda a última janela de oportunidade de acesso ao PMCMV. A segunda ocupação, iniciada em 2015, buscou seguir o mesmo caminho, encontrando restrições. A partir do cenário posto, foi necessário superar o “ativismo local”, em busca da construção de “redes de movimentos sociais” por meio de outras escalas e agentes (Scherer-Wareen, 2006). Foi acionado o MTST para fortalecer e diversificar os instrumentos de luta. Ainda assim, o acesso à moradia encontra-se em suspensão. O horizonte possível, a partir da flexibilização das normas de regularização fundiária, foi o acesso ao terreno parcialmente urbanizado. Os acampados continuam morando em barracos, sem acesso formal à água, luz e rede de esgoto.

A terceira ocupação nasce dentro deste horizonte encolhido, em 2020, formando um cenário de sobreposições de precariedade, vulnerabilidade e emergências a partir do quadro do desmanche dos direitos sociais gestados desde o final da década de 1990, do “neoliberalismo hiper reacionário” (Fraser, 2008) e o quadro imposto pela Covid-19, agravada pelo governo da morte de Jair Messias Bolsonaro. Ela encontra-se em um limbo, suspensa, sem definição, sem um por vir, lutando pela sobrevivência diária.

O desmanche dos mecanismos institucionais de acesso à moradia e do social lulista promoveram uma prolongação das precariedades. Se a primeira ocupação acessou a moradia dentro de dois anos (entre ocupar e a entrada na casa), a segunda ocupação está há 8 anos vivendo em condições precárias e a terceira ocupação encontra-se há 3 anos em situação de vulnerabilidade social e ambiental, sem uma perspectiva de acesso à terra ou habitação.

As duas últimas ocupações por moradia em São Carlos encontram-se em um limbo de possibilidades também porque a resolução do problema não interessa aos agenciadores públicos e privados. Elas se encontram na periferia da periferia, em áreas degradadas tanto pelo poder público, quanto privado e representam baixo retorno em termos de capital político — seja por que se encontram no curral eleitoral do prefeito Airton Garcia (Breda, 2022), seja porque já

existem outros agentes mediando a demanda habitacional e colhendo os frutos políticos, como o PSOL, o MTST, os coletivos autônomos, a igreja evangélica e o crime organizado.

Com o retorno do PMCMV, em 2023, volta-se a discussão do chamado déficit habitacional. A recuperação do indicador de déficit habitacional enquanto mecanismo que remunera generosamente o capital privado só faz sentido em um cenário com subsídio e financiamento público via política habitacional. No cenário do último desmanche, a categoria mobilizada foi o “núcleo urbano informal”, que promoveu a desafetação de áreas públicas via oneração das famílias e gestão de grupos privados.

Em 2023, em São Carlos, o índice foi “aferido” mediante um chamamento público, produzindo um número extremamente alto e artificial, não compatível com a realidade. O déficit inflado artificialmente torna-se interessante para estes agentes, pois é possível operar a partir dele em larga escala — tanto na justificativa de desafetação de áreas públicas, que potencializam a construção de milhares de unidades habitacionais, quanto no atendimento ao beneficiário final — gerando ganho de capital político (Bourdieu, 2004; 2011) e de reprodução do capital privado. O “déficit” funciona como um instrumento de pressão e urgência, construído a partir do campo moral e não técnico. Qualquer ator que argumente contra tais instrumentos mercadológicos oferecidos pelo próprio Estado pode cometer um suicídio político.

A partir da eleição do Lula, em 2023, os agentes públicos e privados tentam recuperar o social lulista a partir de um quadro legal e normativo gestado nos governos Temer e Bolsonaro. Com o retorno dos subsídios, correm para desafetar áreas públicas no atacado, justificado por um suposto déficit habitacional inflado devido ao uso de metodologias de diagnóstico altamente questionáveis. Estes agentes buscam oferecer terrenos públicos “sem uso” às empreiteiras privadas. A partir do quadro posto, radicaliza-se a abordagem corporativista do déficit habitacional a favor, mais uma vez, do mercado (Breda, 2021), como explorado no capítulo 2.

O cenário de 2023 indica uma sobreposição de um social transformado pelo mercado e, se é possível falar nestes termos, uma sobrevida do social lulista. Apenas um distanciamento histórico e um acúmulo de evidências científicas poderão desembaralhar analiticamente os sentidos produzidos depois do último desmanche. Gradualmente, os instrumentos gestados na era do desmanche passam a ser institucionalizados, agora sob o manto do governo “progressista” de Luiz Inácio Lula da Silva. A política da exceção torna-se parte da política habitacional pós-desmanche. O caso de São Carlos e de outras cidades que têm seguido este modelo de desafetação de áreas públicas baseado no Novo Marco De Regularização Fundiária

e a Ação Direta de Inconstitucionalidade 6602, oferece algumas pistas deste social pós-desmanche.

O quadro legal e normativo proposto nos últimos anos opera por meio de uma política de balcão, de uma discricionariedade dos agentes públicos e da privatização do público, em que não fica claro o papel dos agentes e o próprio enquadramento dos beneficiários. Observa-se uma desregulamentação nas formas de acesso à moradia, produzindo um “vácuo” de lei no campo habitacional, permitindo a criação de espaços dinâmicos, de disputa e recriações institucionais, configurando uma “zona cinzenta”. Estas zonas se caracterizam pelo alargamento das margens de manobra existentes na própria regulação legal, e aumenta-se também o controle ou poder de regulação de atores não-institucionais nestes espaços (Bureau; Dieuaide, 2018). As “zonas cinzentas” se desenham a partir da dissolução dos limites normativos, ganham contornos menos definitivos, misturando práticas indistintas entre as dobras do legal e ilegal, do institucional e do não-institucional (Minassian, 2011; Azaïs, 2012).

É por meio desta zona cinzenta que se criam e/ou se fortalecem outros atores para além do Estado e do mercado na gestão da demanda habitacional, resultando no fortalecimento ou criação de redes de poder (Feltran, 2018). No caso analisado no capítulo 3, trata-se do fortalecimento do PSOL de São Carlos (militantes e vereador); da criação de um campo de atuação da ATHIS que nasce face à demanda das ocupações e se fortalece profissionalmente via editais da CAU; da legitimação e atuação de líderes religiosos, assim como a atuação do crime organizado.

Estas redes de poder são espaços para se obter recursos e cada uma delas é acionada de acordo com a necessidade e os tipos de mediações que oferecem. Quando é preciso resolver problemas ligados à municipalidade, o PSOL ou o MTST são acionados; quando se discutem detalhes técnicos do projeto urbanístico e arquitetônico, o Pitá/Maitá-Athis é procurado; para resolver problemas relacionados a conflitos internos (violentos ou não), o crime organizado é acionado. Pastores e missionários são muitas vezes chamados para cuidar de problemas de saúde ou oferecer uma palavra de conforto. A gestão da demanda habitacional por meio das zonas cinzas abre espaço para práticas sociais que mobilizam distintos significados, visões de mundo e moralização.

Entre encontros e desencontros, vão se produzindo lógicas de ordenamento do mundo (Silva, 2004), material e simbólico, que se unem através das ocupações ou da gestão da demanda habitacional por “fora” do estado, a partir das zonas cinzentas. E ainda que possam ter fronteiras demarcadas (física e simbolicamente) elas coexistem no mesmo território, hora

em confluência, hora em negação. Muitos destes atores atuam de modo transversal entre os grupos, especialmente entre os grupos religiosos e criminosos.

Seguindo os fios da ocupação “Em busca de um sonho”, acompanhamos a atuação do MTST e de seus militantes na região metropolitana de São Paulo. O MTST ganhou cada vez mais centralidade na gestão da demanda habitacional e na luta por direitos sociais de forma geral. A partir do esgotamento do lulismo, sobreposto ao esgotamento do sindicalismo no final do século passado e das desregularizações no campo trabalhista promovidas pelo governo Temer, a proposta do MTST indica para a reorganização da classe trabalhadora por meio de seu local de moradia – as periferias urbanas, indicando um processo de (re)territorialização (Scherer-Warren, 2009) do conflito de classes. É possível destacar ao menos quatro dimensões importantes de atuação contemporânea do MTST.

A **primeira** refere-se à constituição de “redes de movimentos sociais” (Scherer-Warren, 2006) em diversas escalas – locais, estaduais, nacional e internacional, que impulsionou o movimento como ator político. Portanto, observa-se um processo de mudança enquanto um movimento de moradia com ações mais focalizadas para um movimento com projeto político mais bem definido, que busca disputar o projeto de nação e a hegemonia. Para além das redes estabelecidas, o movimento tem produzido um “ecossistema de organizações populares”, no qual o elo mais forte é o próprio movimento. Estas organizações são mais ou menos autônomas ao movimento e desempenham funções específicas dentro do objetivo maior do MTST.

Conectado com seu projeto político de transformação da sociedade, uma **segunda** dimensão refere-se à ampliação do escopo de atuação do MTST, colocando-se em defesa de um sujeito plural em detrimento de um sujeito singular, abrindo um campo de atuação que inclui a defesa da diversidade (raça, gênero, etnia, etc), até pautas ambientais, de sustentabilidade, do mundo do trabalho, etc. O novo *slogan* do movimento adotado em 2023 no âmbito das comemorações de 25 anos – Teto, Trabalho e Pão – revela a elasticidade e abrangência da luta do movimento que se considera hoje o maior movimento social urbano do Brasil. Dentro desta perspectiva e em resposta ao desmonte das políticas sociais em um cenário pandêmico, o movimento também investiu em ações de caráter humanitário, que agora tendem a se institucionalizar por meio da atuação parlamentar de Boulos – como a Cozinha Solidária, o que nos conecta com a **terceira** dimensão.

O MTST tem se inserido no campo institucional político partidário e chega na década de 2020 com feições de movimento-partido. Desde 2018, o movimento tem lançado candidatos à cargos executivos e legislativos, elegendo ao menos 3 militantes – Jô Cavalcanti, Guilherme Boulos e Ediane Maria. Para além das eleições, o MTST tem transformado o PSOL “por dentro”

a partir da corrente Revolução Solidária e do acesso a cargos-chaves na burocracia partidária. Observamos um trânsito entre a pretensão de ser movimento social autônomo de pressão e a participação através do Estado para a formulação e implementação de políticas públicas.

No centro de todas estas estratégias e modulações que buscam responder às mudanças conjunturais, estão as ocupações urbanas, representando a **quarta** dimensão. As ocupações sempre foram a principal ferramenta de mobilização e pressão do MTST, visando lutar pelo acesso à moradia e pela reforma urbana. Elas têm se transformado ao longo desta última década e adquirem sentidos polissêmicos. Ainda que quando olhadas de fora a sua forma pareça ter se mantido a mesma, os seus conteúdos mudaram radicalmente. As ocupações passaram a se organizar em torno da possibilidade do despejo e passaram a exercer um papel simbólico da representação do déficit habitacional. Ambos movimentos ocorrem em um momento de nacionalização do movimento e de acesso aos fundos públicos via PMCMV – Entidades, na virada para a década de 2010.

O início da década de 2010 marca a virada do MTST como um movimento social que se coloca como ator político, apresentando um projeto político. Dá-se o início ao processo de institucionalização do MTST, tanto por fora, quanto por dentro do Estado, alterando de maneira irreversível a sua estrutura. A arena institucional torna-se uma estratégia de ação, ao lado das ocupações urbanas, que sempre foram a principal ferramenta do movimento.

Ainda que as ocupações não se apresentem mais como um lugar de moradia, continuam sendo um espaço central para o movimento e a base. Elas abrigam eventos culturais, formação política, mutirões de saúde e de amparo jurídico. Estruturalmente, existe a ciranda, hortas comunitárias, bibliotecas, além de espaço para a realização de grandes assembleias e reuniões, cozinhas comunitárias e a oferta de alimentação diária, entre outras atividades. As ocupações funcionam como um ponto de apoio para os trabalhadores.

Mais do que isso, elas funcionam como instrumento de pressão para os acampados acessarem serviços públicos essenciais (Miagusko, 2012), são uma ferramenta para a produção do espaço urbano segundo as demandas da população de baixa renda, funcionam como um espaço crucial para produção de identidades múltiplas (Helene, 2019; Caldwell, 2007), engajamento político, politização dos acampados (Carvalho-Silva; Tomizaki, 2021) e para a formação de líderes políticos partidários a partir do quadro da base (Breda, 2023). Mais recentemente, elas tonaram-se centro de disputa de capital político entre partidos e movimentos sociais, embaralhando as relações entre ambas instituições. Também operam a distinção entre os “novos sujeitos legítimos da transformação social” e os sujeitos auxiliares – setores progressistas da classe média, por meio da política identitária (Miskolci, 2021).

A partir do capital político gestado nas ocupações, o MTST tem fortalecido a sua participação das plenárias e congressos do PSOL ao colocar seus acampados e militantes para votar. Cada vez mais o movimento ocupa cargos-chaves na burocracia partidária e a corrente Revolução Solidária tem crescido e se tornado hegemônica. O MTST chega na década de 2020 atuando a partir da arena institucional e da ação direta. A relação movimento social e partido político gestada ainda no século passado parece ter sido invertida. As campanhas políticas também têm colocado o movimento em destaque.

Se por um lado, o movimento se massificou e se popularizou na década de 2010, as Jornadas de Junho colocaram três grandes desafios para o movimento – (1) recuperar o “acúmulo de forças” que se evaporou com a difusão da demanda a partir de ocupações autônomas e da legitimidade de outros atores que passaram a atuar na zona cinzenta; (2) fortalecer o “poder popular”, ou seja, politizar e multiplicar a base interna sob a ideologia do movimento; e, por fim, (3) cooptar os apoiadores externos e inseri-los dentro das estruturas do movimento. E isso significa lidar com uma geração de militantes gestados no bojo do ativismo identitário neoliberal (Miskolci, 2021).

Para tanto, uma sequência de ocupações fora promovida na RMSP para capturar essa demanda difusa, apostando na chamada “politização natural”. Posteriormente, em 2015, foi criada a Escola de Trabalho de Base com o objetivo de organizar a entrada de apoiadores nas estruturas do movimento e politizá-los. Essa base externa oferece trabalho voluntário e conhecimento técnico, fundamental para a expansão do movimento.

As variedades de setores promovidos pela entrada de apoiadores externos possibilitam a atuação do MTST em diferentes frentes, não se limitando apenas à questão da moradia, mas também engajando-se em segurança alimentar, saúde, questões jurídicas, cultura, entre outras áreas, com profissionais técnicos atuando internamente no próprio movimento. A gestão da demanda habitacional ampliou-se para abranger a gestão da precariedade, vulnerabilidade e carências de diversas naturezas, especialmente após 2016 e, posteriormente, com o advento da pandemia de Covid-19.

A politização oferecida pelo MTST, para ambas as bases, não ocorre sem conflito e contradições. A “política de identidade” e o “ativismo identitário neoliberal” desenvolvidos na última década, via esfera pública técnico-midiatizada (Miskolci, 2021), desempenha um papel fundamental mediando o processo de politização dos brigadistas, legitimando ou não a participação de determinados perfis identitários. A política de identidade também desempenha um papel crucial em separar os legítimos sujeitos da transformação social – a base interna/os sem-teto –, dos sujeitos auxiliares – a base externa. Nestas modulações, vai se produzindo uma

economia ou mercado moral das identidades baseado no gênero, sexo, classe, raça e local de moradia/nascimento, marcando posições de quem pode falar, sobre o que pode falar e quem pode conferir legitimidade às informações e categorizações, criando hierarquias e disputas. O MTST vai buscando capturar e produzir as oportunidades políticas postas a partir do mercado identitário.

Assim, a base externa tem utilizado da performatividade da identidade para legitimar a sua militância e se construir como um sujeito mais próximo do povo; ao mesmo tempo em que a base interna tem capitalizado a identidade subalterna para acessar a política partidária, os fundos públicos e o desenho das políticas habitacionais. A identidade se torna um componente fundamental para formar lideranças internas e ingressá-las em “carreiras militantes” (Araújo Filho, 2023). Observa-se um processo acelerado de profissionalização dos militantes inseridos nas estruturas mais altas do movimento. Mulheres negras periféricas têm construído uma “carreira militante” a partir dos impulsos e experiências individuais e coletivas, e baseada na identidade, como é o caso de Débora Lima, Ediane Maria e Jô Cavalcanti.

Imersas em contradição e conflitos, a expansão das bases e as formas de luta do MTST acontecem a partir da cooptação sistemática da classe média, que detém um conhecimento técnico, e da capacitação da base, aqueles que têm a vivência e a “legitimidade” do “lugar de fala”. A marcação de uma base e de um sujeito histórico de transformação social legítimo construído por meio de uma política identitária, aponta para um “representante autêntico do povo”, que lentamente parece substituir a categoria do proletário.

Neste contexto, o MTST – que hoje representa o maior movimento social e de moradia urbano no país, produto e produtor da conjuntura do último desmanche – parece operar um arranjo entre a população periférica e os setores progressistas da classe média, mediados por uma política de identidade e processos de politização que mesclam experiência de luta e ensino não-formal, onde o conflito é reterritorializado a partir das periferias urbanas e por meio de um do sujeito periférico plural.

Bibliografia

Lavradora
de palavras,
aprendi com juás
jaqueiras
cantigas de roda.

Colhendo verbos
de semear:
afetos, alteridade,
justiça,
pertencimento.

As palavras,
se assemelhando
aos frutos do cajueiro,
às vezes amarelo
outras
vermelho,
fazem do meu ofício
moinho d'água.

Aprendo no tecer,
cozer,
casear,
garimpo palavras.

As páginas contadas
à boca e escritas no chão
me conquistam.
(Lene, 2021, p. 44)

1. Artigos, teses, livros, capítulos de livros e relatórios

AALBERS, Manuel. Corporate Financialization. *In*: CASTREE, N. (org.). **The International Encyclopedia of Geography: people, the earth, environment, and technology**. Oxford, Wiley, 2014.

ABREU, Maurício. Sobre a memória das cidades. *In*: CARLOS, Ana Fani *et al.* (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2017, p. 19 -40.

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. **MANA** 21(3), p. 483-498, dez. 2015. DOI: 10.1590/0104-93132015v21n3p483. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/wJfG33S5nmwjb344NF3s8s/>. Acesso em: 04 out. 2023.

AÏT-AOUDIA, Myriam; MOUNIA, Bennani-Chraïbi; JEAN-GABRIEL, Contamim. Indicateurs et vecteurs de la politisation des individus: Les vertus heuristiques du croisement des regards. **Critique Internationale**, n. 50, p. 9-20, jan./fev., 2011. DOI: 10.3917/cii.050.0009. Disponível em: https://www.academia.edu/15051209/Indicateurs_et_vecteurs_de_la_politisation_des_individus_les_vertus_heuristiques_du_croisement_des_regards. Acesso em: 26 out. 2023.

ALONSO, Angela. **Treze: a política de rua de Lula a Dilma**. 1 ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2023, 403 p.

AMORE, Caio Santo.; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (Orgs.). **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, 428 p.

AMORE, Caio Santo; LEITAO, Karina. O espaço existe, o espaço importa: impactos da austeridade fiscal na provisão de habitação social e na urbanização de favelas. *In*: ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M. (Org.). **Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil**. 1ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2018, p. 215-241, p. 215-241.

AMORE, Caio Santo; MORETTI, Ricardo de Sousa. “Gelo não é pedra!” – informalidade urbana e alguns aspectos da regularização fundiária de interesse social na lei 13.465/2017. **Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo**, v. 1, n. 17, p. 73-83, 2018.

ARAÚJO FILHO, Tarcísio Perdigão. Lutas populares urbanas: interseções entre trabalho e militância em perspectiva sociobiográfica. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 57, p. 69-94, set./dez. 2023. DOI 10.17771/PUCRio.OSQ.63636. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/63636/63636.PDF>. Acesso em: 31 out. 2023.

ARAÚJO FILHO, Tarcísio Perdigão. **Viver na tora: trabalho ambulante e estratégias de vida nas encruzilhadas da gestão contemporânea do comércio popular**. 2021. 330 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

AZAÏS, Christian. As zonas cinzentas no assalariamento: proposta de leitura do emprego e do trabalho. *In*: AZAÏS, Christian; KESSLER, Gabriel; TELLES, Vera da Silva (orgs.). **Ilegalismos, cidade e política**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 167-198.

BALBIM, Renato Nunes. **Do Casa Verde e Amarela ao Banco Nacional de Habitação, passando pelo Minha Casa Minha Vida**: uma avaliação da velha nova política de desenvolvimento urbano – Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2022.

BALBIM, Renato, KRAUSE, Cleandro. Produção social da moradia: um olhar sobre o planejamento da Habitação de Interesse Social no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 16, n. 1, p. 189-201, maio, 2014. DOI10.22296/2317-1529.2014v16n1p189. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4905>. Acesso em: 22 out. 2023.

BALBIM, Renato; KRAUSE, Cleandro; SANTIAGO, Cristine Diniz; BENEDETTO, Cristiane; NUNES, Antonio Couto; BERTOL, Caroline; MARINHO, Sandra; BIANCHI, Julia; FARIAS, João; MONTEIRO, Beatriz. **Relatório de Pesquisa**. Projeto “Modelagem lógica para estruturação programática da Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS)”. IPEA, Brasília, 2023, 134 p.

BARREIRA, Irllys. Ações direta e simbologia das “jornadas de junho”: notas para uma sociologia das manifestações. **Contemporânea**, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 145-164, 2014.

BARROS, Mariana Cicuto (Org.). **Formas precárias de habitação em cidades do interior paulista**: contexto, ações e desafios para o campo de athis. São Paulo: Associação Projeto Gerações, 2022. 251 p.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 231 p.

BELLO, Carlos Alberto. Percepções sobre a pobreza e condicionalidades do Programa Bolsa Família. *In*: CUNHA, Márcia Pereira; GEORGES, Isabel Pauline Hildegard; OTA, Nilton Ken (Orgs.). **Tempo do social e da política**. 1. Ed, São Paulo: Alameda, 2018. p. 275- 299.

BIDART, Claire. Crises, décisions et temporalités: Autour des bifurcations biographiques. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, v. 120, n. 1, p. 29-57, 2006. DOI 10.3917/cis.120.0029. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-cahiers-internationaux-de-sociologie-2006-1-page-29.htm>. Acesso em: 26 out. 2023.

BONDUKI, Nabil. **Os pioneiros da habitação social**: cem anos de política pública no Brasil. São Paulo: Editora UNESP: Edições Sesc SP, 2014, 400 p.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?** Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Scortecci, 2012. 128 p.

BOULOS, Guilherme. **Sem medo do futuro**. São Paulo, SP: Editora Contracorrente, 2022. 155 p.

BOULOS, Guilherme; GUIMARÃES, Vítor. Resistir ao golpe, reinventar os caminhos da esquerda. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1. Ed., São Paulo: Boitempo, 2016. p. 139-144.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 193-216, jan./jul. 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004. 86 p.

BRAGA, Ruy. Reforma Trabalhista: menor autonomia do trabalhador sobre o tempo social, maior concentração de renda e desigualdade social. Entrevista especial com Ruy Braga, realizada por Patrícia Fachin. **IHU On-line**, 1 maio 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/578329-reforma-trabalhista-menor-autonomia-do-trabalhador-sobre-o-tempo-social-maior-concentracao-de-renda-e-desigualdade-social-entrevista-especial-com-ruy-braga>. Acesso em: 31 out. 2023.

BRAGA, Ruy. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. *In*: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (Orgs.) **As contradições do lulismo**: a que ponto chegamos? 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2016. p. 55-92.

BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco Aurélio. Dinâmicas da ação coletiva no Brasil contemporâneo: encontros e desencontros entre o sindicalismo e a juventude trabalhadora. **Caderno CRH**, v. 28, n. 75, p. 529-544, set./dez. 2015. DOI: 10.1590/S0103-49792015000300006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/dZjxdcwTYb98bJtkphP9Z4L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 nov. 2023.

BREDA, Thalles Vichiato. A economia política da terra: as elites e a produção das periferias pobres. *In*: GEORGES, Isabel Pauline Hildegard; RIZEK, Cibele Saliba; BREDA, Thalles Vichiato (Orgs.). **Produção e Reprodução das formas de sociabilidade**: dimensões territoriais e multi-escalares. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2022. p. 357-395.

BREDA, Thalles Vichiato. **Articulações entre a produção do espaço urbano e a gestão do social**: agentes e escalas na produção do PMCMV em São Carlos/SP. 2018. 296p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2018.

BREDA, Thalles Vichiato. Produzindo Estatísticas, produzindo cidades: Uma análise dos indicadores de déficit e demanda habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 27, p. 130-151, jul./dez., 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revsocio/article/view/258577>. Acesso em: 22 out. 2023.

BREDA, Thalles Vichiato. The role of Black women in urban housing struggles in Brazil: From land occupations to the institutional policy. **Radical Housing Journal**, v. 5, n. 1, p. 53-73, jul. 2023. DOI: 10.54825/MAJR9896. Disponível em: https://radicalhousingjournal.org/wp-content/uploads/2023/07/RHJ_Issue-5.1_04_Long-Read_Breda_53-73-1.pdf. Acesso em: 04 out. 2023.

BUREAU, Marie-Christine; DIEUAIDE, Patrick. Institutional change and transformations in labour and employment standards: an analysis of 'grey' zones. **Transfer**, v. 24, n. 3, p. 261-277, 2018.

CABANES, Robert; GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele; TELLES, Vera (org.). **Saídas de emergência**: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo: Boitempo, 2011.

CALDWELL, Kia Lilly. Mulheres negras, militância política e justiça social no Brasil, **Revista Gênero**, 8 (1), p. 53-69, 2007. DOI: 10.22409/rg.v8i1.161. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30960>. Acesso em: 04 out. 2023.

CAMARGO, Camila Moreno de. **Minha Casa Minha Vida Entidades**: entre os direitos, as urgências e os negócios. 2016, 295 p. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016.

CAMARGO, Camila Moreno. Minha Casa Minha Vida Entidades: Novos arranjos para a operação da política habitacional no Brasil. **RBCS**, v. 35, n. 102, e3510219, 2020.

CARVALHO, Matheus Gomes Oliveira de. **Monas da Lona Preta**: As Memórias de LGBTQs dentro do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. 2019. 74 p. (Trabalho de Conclusão de Curso) Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, 2019.

CARVALHO-SILVA, Hamilton Harley de; TOMIZAKI, Kimi. Os aprendizados da luta política: trajetórias militantes das mulheres no MTST. **Linhas Críticas**, v. 27, p. 1-19, 2021.

CAUBR. ATHIS. **Guia da assistência técnica para habitação social**: o passo a passo. Como fazer? Brasília, CAUBR, 2019, 180p.

CHAVES, Ramos Léo. Desempenho Péssimo. **Pesquisa Fapesp**, Edição 301, mar. 2021. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/desempenho-pessimo/>. Acesso em: 18 set. 2023.

COHN, Amélia. As políticas sociais na atualidade: perspectivas draconianas. *In*: CUNHA, Márcia Pereira; GEORGES, Isabel Pauline Hildegard; OTA, Nilton Ken (Orgs.). **Tempo do social e da política**. 1. Ed, São Paulo: Alameda, 2018. p. 261-274.

CORTÉS, Alexis. The Touraine Boys and the pobladores' impossible social movement. **Revista Mexicana de Sociología**, Ciudad de México, v. 84, n. 2, p. 477-506, abr./jun. 2022. DOI: 10.22201/iis.01882503p.2022.2.60285. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0188-25032022000200477&script=sci_abstract&tlng=en. Acesso em: 04 nov. 2023.

CÔRTEZ, Mariana Magalhães Pinto. **O bandido que virou pregador**: a conversão de criminosos ao pentecostalismo e suas carreiras de pregadores. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, participação e cidadania**: do que estamos falando? Brasiliense, 2004.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal. São Paulo: Boitempo Editora, 2016. 402p.

DAVENPORT, Thomas; BECK, John. **The Attention Economy**: understanding the new currency of business. Boston: Harvard School of Business, 2021, 272 p.

DE SORDI, Denise. Empobrecimento, fome e pandemia: o Auxílio Emergencial, o fim do Programa Bolsa Família e o Auxílio Brasil, 2019-2022. **História, Ciência, Saúde, Manguinhos**, v. 30, supl. E.2023032, 2023. DOI 10.1590/S0104-59702023000100032.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/Zz97SwmZnfrqSz4GSG6Q6Rx/>. Acesso em: 31 out. 2023.

DOBRY, Michel. **Sociologia das crises políticas: a dinâmica das mobilizações multissetoriais**. 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015. 296 p.

DONZELOT, Jacques. **La invención de lo social: ensayo sobre la declinación de las pasiones políticas**. [1984] Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 2007. 192 p.

EMERSON, Robert. Le travail de terrain comme activité d'observation. Perspectives ethnométhodologistes et interactionnistes. In: CÉFAÏ, Daniel. (Éd.), **L'enquête de terrain**. Paris: La Découverte/MAUSS, 2003.

FALCHETTI, Cristhiane. Entre dois ciclos políticos: o percurso do MTST e os caminhos das lutas urbanas. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 10, n. 25, p. 168-192, maio/ago. 2022. DOI 10.20336/rbs.888. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/888>. Acesso em: 31 out. 2023.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo, SP: Elefante, 2017.

FELTRAN, Gabriel. **Irmãos: uma história do PCC**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 318 p.

FERNANDES, Edésio. **Regularização de Assentamentos Informais na América Latina**. Lincoln Institute of Land Policy, 2011.

FERNANDES, Lorena Ismael; FERREIRA, Camila Alves. **O Movimento Escola Sem Partido: ascensão e discurso**. **Humanidades em Diálogo**, v. 10, p. 194-209, 2021. DOI: 10.11606/issn.1982-7547.hd.2021.159234. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/159234>. Acesso em: 04 nov. 2023.

FERREIRA, Ruth Vasconcelos Lopes. Movimentos sociais e partidos políticos. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 166-176, nov. 1994.

FIGUEIREDO, Soyani Tardioli; MOREIRA, Tomás. Ocupação em busca de um sonho: participação dos movimentos sociais na luta por moradia, na cidade de São Carlos-SP. In: **III Seminário Nacional Sobre Urbanização de Favelas – URBFavelas**, Salvador, BA, Brasil 2018.

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 17, n. 40, p. 43-64, set./dez. 2018. DOI: 10.5007/2175-7984.2018v17n40p43. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2018v17n40p43>. Acesso em: 04 out. 2023.

FRÚGOLI JR., Heitor. Ativismos urbanos. **Cadernos CRH**, 31(82), p. 75-86, jan./abr. 2018. DOI 10.1590/S0103-49792018000100005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/GY3wTHBHyBVbMwvy4b4vB4f/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 31 out. 2023.

FUNDAÇÃO João Pinheiro. **Déficit habitacional no Brasil** – 2016-2019 / Fundação João Pinheiro. – Belo Horizonte: FJP, 2021. 169 p.

GALVÃO, Andréia, *et al.* (orgs.). Contribuição Crítica à Reforma Trabalhista. **Relatório, CESIT/IE/UNICAMP**, Campinas, 2017. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/Dossie14set2017.pdf>. Acesso em: 19 set. 2023.

GARCIA, A. S. Las Mujeres Negras y el derecho a la ciudad: las relaciones raciales y de género. In: Santos, R. E. (Ed), **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis, RJ: DP *et al*; Brasília, DF: ABPN, 2012.

GEORGES, Isabel Pauline Hildegard; RIZEK, Cibele Saliba; BRENDA, Thalles Vichiato (Orgs.). **Produção e Reprodução das formas de sociabilidade**: dimensões territoriais e multi-escalares. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2022. 430 p.

GEORGES, Isabel, SANTOS, Yumi Garcia dos. Tessituras da mobilidade de mulheres: economias morais, mercados políticos e zonas de indistinção. In: GEORGES, Isabel; TIZZIANI, Ania (orgs.), **Dinâmicas do mundo do trabalho na Argentina e no Brasil**: transições, mobilidades e deslocamentos/Dinâmicas del mundo del trabajo en Argentina y Brasil: transiciones, movilidades, desplazamientos, São Paulo, Alameda, Coll. SAGEMM, 2020, pp. 301-338.

GEORGES, Isabel. **Le Brésil de l'ère luliste (2003-2016)**. Les politiques sociales à l'épreuve du travail. Paris, Éd. du Croquant, no prelo.

GEORGES, Isabel; GIRAUD, Olivier. Les conjonctures au crible de l'hégémonie. La place du politique en Amérique latine, et ailleurs. **Sociologies**, out. 2023. DOI: 10.4000/sociologies.19335. Disponível em: <http://journals.openedition.org/sociologies/19335>. Acesso em: 04 out. 2023.

GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele Saliba. Práticas e dispositivos: escalas, territórios e atores. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 6, n.1, p. 51-73, Jan./Jun., 2016. DOI: 10.4322/2316-1329.011. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/issue/view/16>. Acesso em: 22 out. 2023.

GIAQUINTO, Marina Ferreira. **Tornando-se um “acampado”**: a experiência das famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). 2016. 196 p São Carlos: UFSCar, 2016.

GIGLIOLI, Daniele. **Crítica de la víctima**. Madrid: Herder, 2017. 132 p.

GOHN, Maria da Glória. Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático, **Política & Sociedade**, 11, p. 41-79, 2007.

GOLDHABER, Michael. The Attention Economy and the Net. **First Monday**, v. 2 n. 4, p. 4-7, abr., 1997. DOI 10.5210/fm.v2i4.519. Disponível em: <https://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/519>. Acesso em: 26 out. 2023.

GOULART, Débora Cristina. **O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto - MTST**. 2011. 275 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2011.

GUERREIRO, Isadora de Andrade Helene. O MTST e o PMCMV: O “Poder Popular” Próprio ao Lulismo. **Dialektiké**, v. 1, p. 52-78, jun. 2016.

GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena Sumiko; SUGITA, Kurumi. Cuidado e cuidadoras: o trabalho de *care* no Brasil França e Japão. **Sociologia & antropologia**, v.01, n. 01, p. 151–180, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/kwYwJSWSd38BRbd5fCBGYmw/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 03 nov. 2023.

HABERMANS, Jürgen. **The structural transformation of the public sphere: an inquire into a category of Bourgeois Society**. Cambridge: The MIT Press, 1999.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Caderno Metropolis**, v. 21, n.46, p. 951-974. 2019.

HIRATA, Helena. O trabalho de cuidado. Comparando Brasil, França e Japão. **SUR 24**, v.13 n.24, p. 53 – 64, 2016. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/5-sur-24-por-helena-hirata.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2023.

IGREJAS evangélicas apresentaram crescimento vertiginoso no Brasil nas últimas décadas. **Jornal da USP**, São Paulo, 06 jun. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/igrejas-evangelicas-apresentaram-crescimento-vertiginoso-no-brasil-nas-ultimas-decadas/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

JINKINGS, Ivana. Apresentação – O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. 1 ed., São Paulo: Boitempo, 2016. p. 11-14.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. 1 ed., São Paulo: Boitempo, 2016.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: Emílio, M. et al. (Orgs.) **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas**. São Paulo, Sp: Coordenadoria Especial da Mulher, p. 55-63, 2003.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 202 p.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos**. 2ª edição. São Paulo: Editora 34, 2009. 144 p.

KREIN, José Dari; MANZANO, Marcelo; TEIXEIRA, Marilane Oliveira; LEMOS, Prática Rocha. **O Trabalho Pós-Reforma Trabalhista (2017)**. Vol. 1, São Paulo: Cesit - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2021.

KREIN, José; OLIVEIRA, Roberto; FILGUEIRAS, Vitor (orgs.). Dossiê: A Reforma Trabalhista no Brasil e no Mundo. **Cadernos CRN**, v. 32 n. 86, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/issue/view/1851>. Acesso em 19 set. 2023.

LACERDA, Marina. Contra o comunismo demoníaco: o apoio evangélico ao regime militar brasileiro e seu paralelo com o endosso da direita cristã no governo Bolsonaro. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v.42, n.1, p. 153-176, 2022. DOI 10.1590/0100-85872021v42n1cap07. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rs/a/Yvgm4T74KWZHN4vYttLrxVB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 out. 2023.

LAUTIER, Bruno. O governo moral dos pobres e a despolitização das políticas públicas na América Latina. Tradução: RIZEK, C. S. **Caderno CRH**. Salvador, v.27, n.72, set./dez, 2014. DOI: 10.1590/S0103-49792014000300002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/kxB3zn6rKqs4vNgxpDtwSwL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2023.

LAVAL, Christian. As duas faces do neoliberalismo contemporânea (trad. Cibele Rizek). In: GEORGES, Isabel Pauline Hildegard; RIZEK, Cibele Saliba; BREDÁ, Thalles Vichiato (Orgs.). **Produção e Reprodução das formas de sociabilidade: dimensões territoriais e multi-escalares**. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2022. p. 397-419.

LÉLIS, Marco Tadeu Caputi; CUNHA, André Moreira; LINCK, Priscila. O coque nos preços das *commodities* e a economia brasileira nos anos 2000. **Revista de Economia Política**, v. 39, n. 3, jul.-set., 2019, p. 427-448.

LENE, Souza. **Pé no Barro**. São Paulo: Editora Funilaria: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, 2021.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogo de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 77-102.

LIMA, Jacob Carlos. Une nouvelle génération de politiques sociales au Brésil. Néolibéralisme et participation populaire. In: DESTREMAU, Blandine; GEORGES; Isabel. (Org.). **Le care, face morale du capitalisme**. Assistance et police des familles em Amérique latine. 1ed.Bruxelas: Peter Lang, 2017, v. 1, p. 307-324.

LIMA, Sonia Lúcio Rodrigues de. **Metamorfoses na luta por habitação: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)**. 2004. 249 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

LOPES, José Sérgio Leite. Memória e Transformação Social: Trabalhadores de Cidades Industriais. **MANA** 17(3), p. 583-606, de. 2011. DOI: 10.1590/S0104-93132011000300004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/cBd9KxWpNjyXbL5j5smtYJt/?lang=pt>. Acesso em: 31 out. 2023.

LÖWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. 1 ed., São Paulo: Boitempo, 2016. p. 61-68.

MACHADO, Carly; PAZ, Sthefanye; ASSIS, Frederico de. “O mistério é mais profundo, acho bom ficar ligado”: música gospel, estética e política nas periferias urbanas do Rio de Janeiro. In: GEORGES, Isabel Pauline Hildegard; RIZEK, Cibele Saliba; BREDÁ, Thalles Vichiato (Orgs.). **Produção e Reprodução das formas de sociabilidade: dimensões territoriais e multi-escalares**. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2022. 297-328 p.

MALDONADO, Janaina; BERARDO, Ana. The law of God, the law of the State and the law of Crime: an anthropological account of the consolidation of multiple normative regimes in Brazilian urban margins. **Legal Pluralism and Critical Social Analysis**, 2024.

MARCUS, George. Ethnography in/of the world system: the emergence of multisited ethnography. **Annual Review of Anthropology**, n. 24, p. 95-117, 1995.

MIAGUSKO, Edson. **Movimentos de Moradia e Sem-Teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche**. São Paulo: Editora Alameda, 2012. 346p.

MINASSIAN, Gaïdz. **Zones grises: quand les états perdent le contrôle**. Paris: Autrement, 2011. 201 p.

MISKOLCI, Richard. **Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-midiatizada**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. 110 p.

MISKOLCI, Richard; BALIEIRO, Fernando. Sociologia Digital: balanço provisório e desafios. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, p. 132-156, jan./abr.2018.

MISSE, Michel. Rio como um bazar: a conversão da ilegalidade em mercadoria política. **Revista Insight-Inteligência**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 18, p. 68-79. 2002.

MOURA, Alessandro de. Movimento operário do ABC Paulista (1978-2010): Contestação, intermediação e colaborativismo. **AURORA**, ano IV, n. 6, p. 36-58, ago. 2010.

MOURIAUX, René. A esquerda e a reanimação das lutas sociais na Europa [Entrevista a Andréia Galvão]. **Crítica Marxista**, 14, p. 150-170. 2002. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/entrevista7entrevista2.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.

NAKAMA, Vinicius Kuboyama; RUFINO, Beatriz. Os Fundos de Investimento como movimento do complexo financeiro-imobiliário no Brasil. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v.24, e202233, 2022. DOI 10.22296/2317-1529.rbeur.202233. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/7103>. Acesso em: 22 out. 2023.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2003. 150 p.

OLIVEIRA, Francisco. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, p. 67-85, 74, mar., 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/NZdtrpkH99L4r4zfbTN3Pw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2023.

OLIVEIRA, Francisco. Prefácio. *In*: MIAGUSKO, Edson. **Movimentos de Moradia e Sem-Teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche**. São Paulo: Editora Alameda, 2012. P. 9-17.

OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (orgs.). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999. 336 p.

OLIVEIRA, Francisco. Privatização do público, destituição da fala: o totalitarismo neoliberal. *In*: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (orgs.). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 55-82.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. O sindicalismo e a questão democrática na história recente do Brasil: o que se pode esperar? *In*: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (Orgs.) . **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 49-70.

PADILHA, Felipe; FACIOLI, Lara. Pesquisa de campo com mídias digitais: desafios para a imaginação sociológica em tempos de pandemia. *Áskesis*, São Carlos - SP, v. 11, n. Edição especial, p. 107-122, dez. 2022.

PANTOJA, Igor. **Planejamento privado social**: práticas da CVRD (Vale S.A.) em municípios do Maranhão. 2012, 125 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

PAOLI, Maria Célia. Apresentação e Introdução. OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia. **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999. p. 7-23.

PAOLI, Maria Célia. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. *In*: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.), **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 221-256.

PAULANI, Leda Maria. Uma ponte para o abismo. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1 ed., São Paulo: Boitempo, 2016. p. 69-76.

PECHENY, Mario. Political Agents or Vulnerable Victims? Framing Sexual Rights as Sexual Health in Argentina. *In*: AGGLETON, Peter; PARKER, Richard (Eds.). **Handbook of Sexuality, Health and Rights**. New York: Routledge, 2010. p. 359-369.

PERRUSO, Marco Antonio. **10 anos de Junho de 2013**: da crise do Lulismo à derrota de Bolsonaro. Rio de Janeiro: Mauad, 2023. 208 p.

PERRY, Keisha-Khan. Geographies of Power: Black Women Mobilizing Intersectionality in Brazil, **Meridians: feminism, race, transnationalism**. 14(1), p. 94 –120, 2016.

PERRY, Keisha-Khan. Urban space and collective memory: Black women's knowledge in political struggles. *In*: Santos, R. E. (Org.) **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis, RJ: DP et Alli; Brasília, DF: ABPN, p. 164-215, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2012-2015). **Lua Nova**, São Paulo, 100, p. 119-153, jan./abr. 2017. DOI: 10.1590/0102-119153/100. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/yy7GFGFWK8tkCfLHM8TrFNM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 04 out. 2023.

PLATAFORMA Brasileira de Direitos Humanos. **Relatório sobre a criminalização de movimentos de moradia na cidade de São Paulo**. São Paulo, SP: Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, 2019.

POLANY, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POCHMANN, Márcio. **Evidências recentes na relação entre gasto social e desigualdade de renda no Brasil**. Campinas: Mimeo, 2005.

POLI, Mariana Naxara. **A Geografia do espaço vivido**: Análise do uso social do solo urbano – estudo de casa na cidade de São Carlos, SP. 2004. 232 p. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

PREFEITURA Municipal de São Paulo. **Informes Urbanos**: Domicílio chefiados por mulheres aumentam cerca de 50% na última década. Out. 2012. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Informes_Urbanos/13_domicilios_chefiados.pdf. Acesso em: 25 out. 2022.

QUEIROZ, Christina. Fé Pública. **Revista FAPESP**, ed. 286, dez. 2019. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/fe-publica/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996. 144 p.

RELATÓRIO de Avaliação. **Programa Minha Casa Minha Vida**. Ministério da Economia, Secretaria Especial da Fazenda, Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria, dez., 2020. 85p.

RIZEK, Cibele Saliba. Prefácio. In: CUNHA, Márcia Pereira; GEORGES, Isabel Pauline Hildegard; OTA, Nilton Ken (Orgs.). **Tempo do social e da política**. 1. Ed, São Paulo: Alameda, 2018. p. 9-12.

RIZEK, Cibele Saliba. Trabalho, moradia e Cidade: Zonas de indiferenciação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, p. 41-50, fev. 2012. DOI: 10.1590/S0102-69092012000100003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/QJj9jwcRBCbJsgmnKMfFqVq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 31 out. 2023.

RIZEK, Cibele Saliba; AMORE, Caio Santo; CAMARGO, Camila Moreno. Política social, gestão e negócio na produção das cidades: o Programa Minha Casa Minha Vida entidades. **Caderno CRH**. Salvador, v. 27, n. 72, set./dez., 2014, p. 531-546. DOI 10.9771/ccrh.v27i72.19741. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19741>. Acesso em: 22 out. 2023.

RIZEK, Cibele Saliba; GEORGES, Isabel Pauline Hildegard. Introdução: os primeiros sinais do último desmanche. In: GEORGES, Isabel Pauline Hildegard; RIZEK, Cibele Saliba; BRENDA, Thalles Vichiato (Orgs.). **Produção e Reprodução das formas de sociabilidade**: dimensões territoriais e multi-escalares. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2022. p. 9-31.

RIZEK, Cibele Saliba; GEORGES, Isabel Pauline Hildegard. Políticas sociais: tempos e territórios em disputa. CUNHA, Márcia Pereira; GEORGES, Isabel Pauline Hildegard; OTA, Nilton Ken (Orgs.). **Tempo do social e da política**. 1. Ed, São Paulo: Alameda, 2018. p. 219-260.

RIZEK, Cibele; *et al.* Viver na cidade, fazer cidade, esperar cidade. Inserções urbanas e o PMCMV – Entidades: Incursões etnográficas. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. (Orgs.). **Minha casa...e a cidade?** Avaliação do

programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 289-322.

RODRIGUES, Cibele Maria Lima. **Daqui não saio, daqui ninguém me tira**: estudo de caso do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), para além da dicotomia entre identidade e estratégia. 2002. 156 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, 2002.

RODRIGUES, Iram Jácome; RAMALHO, José Ricardo (orgs.). **Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos**: comparação entre o ABC Paulista e o Sul Fluminenses. São Paulo: Annablume, 2007. 364 p.

ROSA, Thaís Troncon. **Cidades outras**: pobreza, moradia e mediações em trajetórias urbanas liminares. 2014. 391p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2014.

ROSA, Thaís Troncon. Favelas, periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias. **33º Encontro Anual da Anpocs**, Anais, GT 01: A cidade nas ciências sociais: teoria, pesquisa e contexto, 2009.

ROY, Ananya. Urban Informality: towards an epistemology of planning. **Journal of the American Planning Association**, v. 71, n. 2, p. 147-158, Spring, 2005.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª edição 2001. 329 p.

SANTORO, Paula Freire; ROLNIK, Raquel. Novas frentes de expansão do complexo imobiliário-financeiro em São Paulo. **Cad. Metrópole**, 19 (39), maio/ ago., 2017. DOI 10.1080/01944360508976689. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01944360508976689>. Acesso em: 22 out. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Quinze teses sobre o partido-movimento. **Outras Palavras**, 14 jul. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/quinze-teses-sobre-o-partido-movimento/>. Acesso em: 16 out. 2023.

SANTOS, Henrique Alves dos Santos; Goulart, Cristina Goulart. Formação no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto: uma análise de seu projeto político. **Lutas Sociais**, 20 (37), p. 142-154, 2016. DOI: 10.23925/ls.v20i37.33120. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/33120>. Acesso em: 04 nov. 2023.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006. DOI: 1590/S0102-69922006000100007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/BF3dYyyqYgB7RX7fj7SrpQk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 31 out. 2023.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes para a (re)territorialização de espaços de conflito: os casos do MST e MTST no Brasil. **Interface**, v. 1, n.1, p. 105-124, jan. 2009.

SCHWARZ, Roberto. **Sequências brasileiras: ensaios**. [1999] São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 307 p.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. **Projeto História 16**, PUC, São Paulo, 1998.

SHIMBO, Lúcia. Zanin. **Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro**. 2010, 363 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2010.

SILVA NETO, Manuel Lemes da. **Extensores urbanos: o caso da cidade de São Paulo**. 1990. Dissertação (Mestrado em Planejamento territorial urbana) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1990.

SILVA, Evandro Cruz. Os negros e os universitários. **Le monde Diplomatique Brasil**, 19 nov. 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/os-negros-e-os-universitarios/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

SILVA, Hélio Alexandre da (Org.). **Sonhos e resistências: MTST e os testemunhos da luta popular urbana**. São Paulo: Autonomia Literária, 2023. 126 p.

SILVA, Machado. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses do nordeste do Brasil nos canaviais paulistas. In: **Seminário Memória, Ciência e Arte: Razão e Sensibilidade na Produção do Conhecimento – PREAC**, 5, 2007. Campinas, SP. Anais... Campinas, SP: Centro de Memória da Unicamp, Centro de Memória em Educação - FE. 2007.

SIMÕES, Guilherme; CAMPOS, Marcos; RAFAEL, Rud. **MTST 20 anos de história: luta, organização e esperança nas periferias do Brasil**. São Paulo/SP: Autonomia Literária, 2017. 127 p.

SINGER, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (Orgs.) **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2016. p. 21-54

SINGER, André. Brasil, Junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 97, p. 23-40, nov. 2013. DOI 10.1590/S0101-33002013000300003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/6WV7TBcKVrbZDdb7Y8mFVZp#>. Acesso em: 22 out. 2023.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. 1 ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 276 p.

SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. Apresentação – Elementos para uma cartografia do desenvolvimentismo lulista. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (Orgs.), **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2016. p. 9-19.

TELLES, Vera. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Editora Argvmentvm, 2010. 276 p.

THOMPSON, Edward P. **The making of the english working-class**. Harmondsworth: Penguin Books, 1968. 864 p.

VALLADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 63, p. 153-155, fev. 2007. DOI: 10.1590/S0102-69092007000100012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/H6CDBCRcfpPK3YmWcrrpw4K/?lang=pt>. Acesso em: 01 nov. 2023.

VIANA, Douglas Eustáquio as Silva. **A família, a empresa e o Comando: as faces do PCC em Minas Gerais**. 2022. 185 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2022.

WACQUANT, Loïc. **Corpo e Alma: Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. 294 p.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil, Brasília, DF, ONU Mulheres, 2015.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 390 p.

ZAMONER, Tatiana. A nova lei e os velhos desafios no contexto de atuação da Defensoria Pública em processos de regularização fundiária de interesse social. **Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo**, v. 1, n. 17, p. 21-32. 2018.

2. Notícias em portais eletrônicos

‘PEC da morte’ levou ao que vemos no sistema de saúde agora, diz Conselho. **CNN Brasil**, Brasília, 15 maio 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/pec-da-morte-levou-ao-que-vemos-no-sistema-de-saude-agora-diz-conselho/>. Acesso em: 04 out. 2023.

23 ANOS após o brutal assassinato, José Luís e Rosa Sundermann estão presentes!. **PSTU**, São Paulo, 12 jun. 2017. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/23-anos-apos-o-brutal-assassinato-jose-luis-e-rosa-sundermann-estao-presentes/>. Acesso em: 28 ago. 2018.

A CIDADE ON. Moradores protestam após prazo de 60 dias para deixarem área ocupada no Cidade Aracy. **A Cidade On**, São Carlos, 1 mar. 2018. Disponível em: <https://www.acidadeon.com/saocarlos/NOT,0,0,1310495,moradores-protestam-aposprazo-de-60-dias-para-deixarem-area-ocupada-no-cidade-aracy.aspx>. Acesso em: 1 jun. 2022.

A LUTA se faz com pressão popular: vitória do MTST em São Paulo. **Intersindical – Central da Classe Trabalhadora**, São Paulo, 14 jun. 2017. Disponível em:

<https://intersindicalcentral.com.br/luta-se-faz-com-pessao-popular-vitoria-do-mtst-em-sao-paulo/>. Acesso em: 25 set. 2023.

AGUIAR, Sofia; SOUZA, Matheus. Casa Verde e Amarela: Governo anuncia redução de juros e novo valor dos imóveis; veja o que muda. **Estadão**, Brasília, 15 set. 2021. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/casa-verde-e-amarela-governo-anuncia-reducao-de-juros-e-ampliacao-do-valor-dos-imoveis/>. Acesso em: 25 set. 2023.

ALESSI, Gil. Entenda o que é a PEC 241 (ou 55) e como ela pode afetar sua vida. **El País, Brasil**, Brasil, 13 dez. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html. Acesso em: 25 set. 2023.

AO MENOS 6200 famílias foram alvo de remoções durante a pandemia. **Veja São Paulo**, São Paulo, 24 ago. 2022. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/ao-menos-6-200-familias-foram-alvo-de-remocoes-durante-a-pandemia>. Acesso em: 25 maio 2023.

APÓS avaliação, MTST prepara a 2ª Roda LGBTT na Povo Sem Medo de São Bernardo. **MTST**, Brasil, 15 jan. 2018. Disponível em: <https://mtst.org/mtst/mtst-prepara-nova-roda-lgbtt-povo-sem-medo-saobernardo/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

BARBOSA, Bendito Roberto, et al. Mesmo com pandemia, remoções continuaram com força em São Paulo em 2020. **LabCidade**, São Paulo, 27 abr. 2021. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/mesmo-com-pandemia-remocoes-continuaram-com-forca-em-sao-paulo-em-2020/>. Acesso em: 25 maio 2023.

BASILIO, Ana Luiza. Boulos anuncia apoio a militante do MTST nas eleições estaduais em São Paulo. **Carta Capital**, Brasil, 27 abr. 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/boulos-anuncia-apoio-a-militante-do-mtst-nas-eleicoes-estaduais-em-sao-paulo/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

BASSO, Jussara. Eleger o MTST na Câmara é derrotar o bolsonarismo em SP. **Mídia Ninja**, São Paulo, 14 nov. 2020. Disponível em: <https://midianinja.org/jussarabasso/eleger-o-mtst-na-camara-e-derrotar-o-bolsonarismo-em-sp/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

BEDINELLI, Talita. Movimentos sociais lançam frente de esquerda anti-Levy e sem o PT. **El País**, Brasil, 08 out. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/07/politica/1444171412_797786.html. Acesso em: 06 jul. 2023.

BERNARDES, José Eduardo. Movimentos sociais de SP apostam em candidaturas coletivas para fortalecer democracia. **Brasil de Fato**, Brasil, 04 mar. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/04/movimentos-sociais-de-sp-apostam-em-candidaturas-coletivas-para-fortalecer-democracia>. Acesso em: 29 jun. 2023.

BITTENCOURT, Julinho. Mulheres negras ligadas ao MTST formam chapa coletiva para disputar vaga na Câmara de São Paulo. **Fórum**, São Paulo, 21 out. 2020. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2020/9/21/mulheres-negras-ligadas-ao-mtst-formam-chapa-coletiva-para-disputar-vaga-na-cmara-de-so-paulo-82895.html>. Acesso em: 29 jun. 2023.

BOLSONARO imitou paciente com falta de ar durante transmissão ao vivo na internet em 2021. **G1 Eleições**, Brasília, 22 ago. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/08/22/bolsonaro-imitou-paciente-com-falta-de-ar-durante-transmissoes-ao-vivo-na-internet-em-2021.ghtml>. Acesso em: 05 out. 2023.

BONATELLI, Circe. Governo eleva subsídios do Casa Verde e Amarela e prepara mudanças no financiamento para habitação. **O Estado de São Paulo**, Brasília, 26 maio 2022. Disponível em: <https://imoveis.estadao.com.br/casa-verde-e-amarela/governo-eleva-subsidios-do-cva-e-prepara-mudancas-estadao-imoveis/>. Acesso em: 29 set. 2023.

BORGES, Rodolfo. Acuado, Cunha acolhe pedido de impeachment contra Dilma Rousseff. **El País**, Brasília, 02 dez. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/02/politica/1449089233_244586.html. Acesso em: 05 out. 2023.

BOTTALLO, Ana. Lula erra ao dizer que o Brasil é o primeiro do mundo em mortes por Covid. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 jan. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2023/01/lula-erra-ao-dizer-que-brasil-e-o-primeiro-do-mundo-em-mortes-por-covid.shtml>. Acesso em: 30 out. 2023.

BOULOS é eleito um dos 100 líderes emergentes globais pela Revista Times. **IG**, Brasil, 17 fev. 2021. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2021-02-17/boulos-e-eleito-um-dos-100-lideres-emergentes-globais-pela-revista-time.html>. Acesso em: 03 ago. 2023.

BRANT, Danielle; FERNANDES, Anaís. Governo quer Minha Casa Minha Vida só para famílias que ganham até R\$ 6.986. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 jun. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/06/governo-quer-minha-casa-minha-vida-so-para-familias-que-ganham-ate-r-6986.shtml>. Acesso em: 25 set. 2023.

BRASIL bate marca de 4 mil mortes por Covid registradas em um dia pela 1ª vez e soma 33,6 mil na pandemia. **G1**, Brasília, 06 abr. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/04/06/brasil-bate-marca-de-4-mil-mortes-por-covid-registrados-em-um-dia-e-soma-3376-mil-na-pandemia.ghtml>. Acesso em: 05 out. 2023.

BRASIL volta ao Mapa da Fome das Nações Unidas. **G1**, Jornal Nacional, Brasil, 06 jun. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/06/brasil-volta-ao-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas.ghtml>. Acesso em: 26 maio 2023.

BRONZE, Giovanna. Eleições 2022: Boulos é escolhido presidente da federação PSOL-Rede. **CNN**, Brasil, 23 mai. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/eleicoes-2022-boulos-e-escolhido-presidente-da-federacao-psol-rede/>. Acesso em: 04 jul. 2023.

CADASTRAMENTO habitacional. **PROHAB**, 9 mar. de 2023. Disponível em: <https://www.prohabsaocarlos.com.br/2023/03/09/cadastramento-habitacional/>. Acesso em: 26 maio 2023.

CANOFRE, Fernanda. Boulos: ‘Num momento de crise, é preciso fazer com que a voz de indignação chegue à política’. **Sul 21**, Brasil, 20 abr. 2018. Disponível em: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-politica-areazero-2/2018/04/boulos-num-momento-de-cri-se-e-preciso-fazer-com-que-a-voz-de-indignacao-quegue-a-politica/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

CARMO, Wendal. Corrente fundadora do PSOL abandona o partido e critica apoio ao governo Lula. **Carta Capital**, Brasil, 06 jun. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/corrente-fundadora-do-psol-abandona-o-partido-e-critica-apoio-ao-governo-lula/>. Acesso em: 08 ago. 2023.

CARTA Convocatória de Lançamento da Frente Povo Sem Medo. **MTST**, Brasil, 25 set. 2015. Disponível em: <https://mtst.org/noticias/carta-convocatoria-de-lancamento-da-frente-povo-sem-medo/>. Acesso em: 06 jul. 2023.

CARTÃO Reforma. **Ministério do Desenvolvimento Regional**, Brasília, 20 jun. 2020. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/component/content/article/13034-cartao-reforma>. Acesso em: 25 set. 2023.

CARVALHO, Rone, O que explica multiplicação de templos evangélicos no Brasil. **BBC Brasil**, São José do Rio Preto, 12 jun. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/crgl7x0e0lmo>. Acesso em: 10 ago. 2023.

CASA Verde e Amarela vai financiar 1,6 mil imóveis, regularizar 2 milhões de moradias e reformar 400 mil até 2024. **Gov.br**, Brasília, 26 ago. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/casa-verde-e-amarela-vai-financiar-1-6-mil-imoveis-regularizar-2-milhoes-de-moradias-e-reformar-400-mil-ate-2024>. Acesso em: 25 set. 2023.

CHAIB, Julia. Lula reafirma a Boulos apoio em disputa por Prefeitura de SP em 2024. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 jul. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/07/lula-reafirma-a-boulos-apoio-em-disputa-por-prefeitura-de-sp-em-2024.shtml>. Acesso em: 03 ago. 2023.

CONSCIENTIZAÇÃO, debates e atividades: MTST realiza o 2º Encontro da Juventude Fogo no Pavio. **MTST**, Brasil, 18 jul. 2018. Disponível em: <https://mtst.org/mtst/conscientizacao-debates-e-atividades-mtst-realiza-o-2o-encontro-da-juventude-fogo-no-pavio/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

CONTÊINERES para armazenar corpos de vítimas de Covid-19 são instalados em hospital do ES. **G1**, Espírito Santo, 09 abr. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2020/04/09/conteineres-para-armazenar-corpos-de-vitimas-de-covid-19-sao-instalados-em-hospital-do-es.ghtml>. Acesso em: 05 out. 2023.

COSTA, Camilla. No acampamento Copa do Povo, não teve Copa. **BBC**, Brasil, São Paulo, 12 jun. 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/06/140612_ocupacao_copa_povo_cc_kb. Acesso em: 28 jun. 2023.

DECLARAÇÃO Política da Frente Povo Sem Medo – Março de 2017. **MTST**, Brasil, 14 mar. 2017. Disponível em: <https://mtst.org/noticias/declaracao-politica-da-frente-povo-sem-medo-marco-de-2017/>. Acesso em: 06 jul. 2023.

DESDE 2019, Governo Federal garantiu a casa própria a mais de 4,8 milhões de pessoas. **Gov.br**, Brasília, 24 mar. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/desde-2019-governo-federal-garantiu-a-casa-propria-a-mais-de-4-8-milhoes-de-pessoas>. Acesso em: 25 set. 2023.

DOCA, Geralda. Em gesto à base de apoio, Bolsonaro prepara programa para financiar casa própria de policiais, com aporte inicial de R\$ 100 milhões. **O Globo**, Brasília, 11 jun. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/em-gesto-base-de-apoio-bolsonaro-prepara-programa-para-financiar-casa-propria-de-policiais-com-aporte-inicial-de-100-milhoes-25057221>. Acesso em: 28 set. 2023.

EM GRAVAÇÃO, Jucá sugere ‘pacto’ para barrar a Lava Jato, diz jornal. **G1**, Brasília, 25 maio 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2016/05/em-gravacao-juca-sugere-pacto-para-deter-lava-jato-diz-jornal.html>. Acesso em: 03 out. 2023.

ENTREGUE cerca de 1,6 milhão de moradias em todo o país entre 2019 e 2022. **Gov.br**, Brasília, 27 dez 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/transito-e-transportes/2022/12/entregue-cerca-de-1-6-milhao-de-moradias-em-todo-o-pais-entre-2019-e-2022>. Acesso em: 25 set. 2023.

FALCÃO, Márcio. Barroso suspende despejo de vulneráveis e desocupação de áreas habitadas antes da pandemia. **G1**, Brasília, 03 jun. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/03/barroso-suspende-despejo-de-vulneraveis-e-desocupacao-de-areas-habitadas-antes-da-pandemia.ghtml>. Acesso em: 09 maio 2023.

FAMÍLIAS se dispersam após desocupação do Antenor, diz líder. **Primeira Página**, São Carlos, 1 jul. 2014. Disponível em: <https://www.jornalpp.com.br/noticias/familias-se-dispersaram-apos-desocupacao-do-antenor-diz-lider/>. Acesso em: 27 de abr. 2023.

FERNANDES, Sarah. Há cinco dias na Paulista, MTST pressiona Temer a liberar recursos para moradia. **RBA – Rede Brasil Atual**, 20 fev. 2017. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/ocupacao-do-mtst-completa-seis-dias-2018temer-nao-vai-passar-por-cima-do-nosso-sonho2019/>. Acesso em: 25 set. 2023.

FERREIRA, Fernando; ALHADAS, Ana Carolina; BURLINI, Pedro. Governo lança projeto para desestatizar imóveis a partir de Fundos de Investimento. **Bocater Advogados**, 03 fev. 2022. Disponível em: <https://www.bocater.com.br/publicacoes/governo-lanca-projeto-para-desestatizar-imoveis-a-partir-de-fundos-de-investimento/>. Acesso em: 29 set. 2023.

FILA para conseguir doação de ossos é flagrante da luta de famílias brasileiras contra a fome. **G1 Fantástico**, 25 jul. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/07/25/fila-para-conseguir-doacao-de-ossos-e-flagrante-da-luta-de-familias-brasileiras-contr-a-fome.ghtml>. Acesso em: 14 set. 2023.

FRAZÃO, Felipe. Igrejas ocupam 663 imóveis da União e pagam até 2% do valor. **Terra**, 5 abr. 2020. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/igrejas-ocupam-663-imoveis-da-uniao-e-pagam-ate-2-do-valor,d3265060405f2776dc8890b272a30d6617u742i8.html>. Acesso em: 25 set. 2023.

FRENTE de Resistência Urbana: um novo espaço de integração das lutas no continente. **MTST**, Brasil. 10 dez. 2017. Disponível em: <https://mtst.org/mtst/frente-de-resistencia-urbana-um-novo-espaco-de-integracao-das-lutas-no-continente/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

FURLAN, Mariana. Endividamento das famílias é de quase 80%. **Serasa**, 23 maio 2023. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/endividamento-no-brasil/>. Acesso em: 26 set. 2023.

GALLAS, Daniel. ‘Acabar com a Lava Jato’ tem impacto quase zero na popularidade de Bolsonaro, diz pesquisador. **BBC News Brasil**, Londres, 8 out. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54468361>. Acesso em: 11 out. 2023.

GALVANI, Giovanna. Militantes negras do MTST unem-se para as eleições em São Paulo. **Carta Capital**, Brasil, 14 dez. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/militantes-negras-do-mtst-unem-se-para-as-eleicoes-em-sao-paulo/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

GOMES, Pedro Henrique. ‘Não sou coveiro, tá?’, diz Bolsonaro ao responder sobre mortos por coronavírus. **G1**, Brasília, 20 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 05 out. 2023.

GOMES, Pedro Henrique; CASTILHOS, Roniara. SUS: Bolsonaro revoga decreto sobre privatização de unidades básicas de saúde. **G1 política**, Brasília, 28 out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/10/28/bolsonaro-anuncia-revogacao-de-decreto-sobre-privatizacao-de-postos-de-saude-do-sus.ghtml>. Acesso em: 05 out. 2023.

GOVERNO Federal lança programa Aproxima, que cede imóveis públicos desocupados para habitação social. **Gov.br**, Brasília, 9 jun. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2022/06/governo-federal-lanca-programa-aproxima-que-cede-imoveis-publicos-desocupados-para-habitacao-social#:~:text=A%20iniciativa%20vai%20oferecer%20a,a%20produ%C3%A7%C3%A3o%20de%20moradias%20populares>. Acesso em: 25 set. 2023.

GUILHERME Boulos, o líder dos sem-teto que quer chegar à Presidência. **Estado de Minas**, Minas Gerais, 6 jun. 2018. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/06/06/interna_internacional,964806/guilherme-boulos-o-lider-dos-sem-teto-que-quer-chegar-a-presidencia.shtml. Acesso em: 13 nov. 2022.

GUILHERMINA, Vitória. O movimento mudou a minha vida’: conheça a trajetória política de Débora Pereira, Desenrola e não me enrola. 9 mar. 2021. Disponível em: <https://desenrolaenaomenrola.com.br/raizes-perifericas/o-movimento-mudou-a-minhavidaconheca-a-trajetoria-politica-de-debora-pereira> . Acesso em 17 jun. 2022.

HAJE, Lara. Projeto cria programa Cozinha Solidária para distribuir alimentos à população em situação de vulnerabilidade social. **Câmara dos Deputados**, Brasília, 23 fev. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/940664-projeto-cria-programa-cozinha-solidaria-para-distribuir-alimentos-a-populacao-em-situacao-de-vulnerabilidade-social/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

HOFFMANN, Bruno. Como nova estratégia MTST lança coordenadora como pré-candidata. **Gazeta de S. Paulo**, São Paulo, 6 jul. 2022. Disponível em: <https://www.gazetasp.com.br/estado/com-nova-estrategia-mtst-lanca-coordenadora-como-pre-candidata-a/1112007/>. Acesso em: 13 nov. 2022.

IAI – International Alliance of Inhabitants. International Call: Zero Evictions for Coronavirus. **IAI**, 13 mar. 2020. Disponível em: [https://por.habitants.org/campanha_despejo_zero/despejo_zero_coronavirus/chamada_internacional_despejo_zero_coronavirus/\(language\)/eng-GB](https://por.habitants.org/campanha_despejo_zero/despejo_zero_coronavirus/chamada_internacional_despejo_zero_coronavirus/(language)/eng-GB). Acesso em: 29 jun. 2023.

INÁCIO, Magna; LLANOS, Mariana. Os riscos dos ‘outsiders’. **El País**, Brasil, 23 out. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/23/opinion/1540317261_318460.html. Acesso em: 04 out. 2023.

JUNTAS Codeputadas. **Mandata Juntas codeputadas Estaduais**. Sem ano. Disponível em: <https://www.juntacodeputadas.com.br/>. Acesso em: 1 jun. 2022.

KACHANI, Moris. O boom das ocupações. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 maio 2014. Disponível em: <https://blogdomorris.blogfolha.uol.com.br/2014/05/08/filosofia-lacan-e-mtst-no-campo-limpo/>. Acesso em: 15 set. 2023.

KAORU, Thâmara. Cartão Reforma de R\$ 9.646 está suspenso há 2 anos e só atendeu 3 pessoas. **UOL Economia**, São Paulo, 5 mar. 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/05/programa-cartao-reforma-suspenso.htm>. Acesso em: 25 set. 2023.

LIMA, Leanderson. Entenda como Manaus se tornou laboratório para “tratamento precoce” com cloroquina, defendida por Pazuello e Bolsonaro. **UOL**, Amazonia, 20 maio 2021. Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/saude/69817/entenda-como-manauas-se-tornou-laboratorio-para-tratamento-precoce-com-cloroquina-defendido-por-pazuello-e-bolsonaro>. Acesso em: 05 out. 2023.

LIMPEZA Urbana (São Carlos). **Radar PPP**, São Paulo, 23 ago. 2010. Disponível em: <https://radarppp.com/resumo-de-contratos-de-ppps/limpeza-urbana-sao-carlos/>. Acesso em: 27 abr. 2023.

MAIS de 60 milhões de brasileiros sofrem com insegurança alimentar, diz FAO. **G1**, Economia, Brasil, 06 jun. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/07/06/mais-de-60-milhoes-de-brasileiros-sofrem-com-inseguranca-alimentar-diz-fao.ghtml>. Acesso em: 26 maio 2023.

MANIFESTANTES protestam contra aprovação da revisão do Plano Diretor no Centro de São Paulo. **G1 SP**, 20 de junho de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/06/20/manifestantes-realizam-ato-contra-aprovacao-da-revisao-do-plano-diretor-no-centro-de-sp.ghtml>. Acesso em 25 de julho de 2023.

MARCHESAN, Ricardo. O caminho da reforma: bate-boca, recuos e polemicas – a trajetória da Previdência, bandeira do governo Bolsonaro. **UOL**, São Paulo, 23 out. 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/o-caminho-da-reforma-da-previdencia/#end-card>. Acesso em: 04 nov. 2023.

MATOSO, Filipe. Governo lança terceira fase do programa Minha Casa, Minha Vida. **G1**, Brasília, 30 mar. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/governo-lanca-terceira-fase-do-programa-minha-casa-minha-vida.html>. Acesso em: 25 set. 2023.

MEDEIROS, Davi. MBL aciona MP para que MTST seja enquadrado como ‘organização criminosa’. **UOL Política**, 09 jun. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/06/09/mbl-aciona-mp-para-que-mtst-seja-enquadrado-como-organizacao-criminosa.htm>. Acesso em: 02 ago. 2023.

MEKARI, Danilo. Ocupação Copa do Povo: “Estamos aqui pelo nosso direito à cidade”. **UOL**, São Paulo, 12 jun 2014. Disponível em: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2014/06/12/ocupacao-copa-do-povo-estamos-aqui-pelo-nosso-direito-a-cidade/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

MENEZES, Pedro. O desemprego bateu recorde – e essa não é a pior parte da notícia. **InfoMoney**, São Paulo, 4 out. 2020. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/colunistas/pedro-menezes/o-desemprego-bateu-recorde-e-essa-nao-e-a-pior-parte-da-noticia/>. Acesso em: 18 set. 2023.

MESMO após protesto, Prefeitura vai insistir na desocupação de terreno. **G1**, São Carlos e Araraquara, 1 mar. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2014/03/mesmo-apos-protesto-prefeitura-vai-insistir-na-desocupacao-de-terreno.html>. Acesso: 02 maio 2023.

MINHA Casa Minha Vida 3 terá nova faixa de renda. **Gov.br**, Brasília, 06 jul. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2015/julho/minha-casa-minha-vida-3-tera-nova-faixa-de-renda>. Acesso em: 25 set. 2023.

MINISTÉRIO da Economia lança projeto para criação dos primeiros fundos imobiliários da União. **Gov.br**, Brasília, 11 jan. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2022/janeiro/ministerio-da-economia-lanca-projeto-para-criacao-dos-primeiros-fundos-imobiliarios-da-uniao>. Acesso em: 25 set. 2023.

MONCAU, Gabriela. ‘São Paulo não está à venda’: MTST convoca ato contra o novo Plano Diretor nesta terça feira (20). **Brasil de Fato**, 19 de junho de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/19/sao-paulo-nao-esta-a-venda-mtst-convoca-ato-contra-o-novo-plano-diretor-nesta-terca-20>. Acesso em 25 de julho de 2023.

MONTEIRO, Rafael. O que é insegurança alimentar? Como ela explica a fome no Brasil? **ECOIA UOL**, Brasil, 02 ago. 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoia/ultimas-noticias/2022/08/02/o-que-e-inseguranca-alimentar-e-como-ela-explica-a-fome-no-brasil.htm>. Acesso em: 05 jul. 2023.

MORADORES de ocupação veem vitória em casa de 15m² feita pela Prefeitura de Campinas; professor critica: “extremamente precário”. **G1 Campinas e Região**, Campinas, 12 jun. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2023/06/12/professor-da-usp-critica-imoveis-de-15-m-construidos-em-campinas-mas-ocupacao-beneficiada-ve-casa-embriao-como-vitoria.ghtml>. Acesso em: 12 set. 2023.

MOVIMENTOS sociais vão às ruas em todo o Brasil por Despejo Zero. **Habitat para a Humanidade Brasil**, 2022. Disponível em: <https://habitatbrasil.org.br/movimentos-sociais-vao-as-ruas-em-todo-o-brasil-por-despejo-zero/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

MTST desocupa Av. Paulista após SP anunciar 170 mil novas casas. **Exame**, São Paulo, 09 de mar. 2017. Disponível em: <https://exame.com/brasil/mtst-desmonta-acampamento-na-avenida-paulista-em-sp/>. Acesso em: 09 de maio 2023.

NÚMERO de pessoas em situação de rua na cidade de SP ultrapassa 48 mil e bate recorde em 2022, diz pesquisa. **G1 São Paulo**, SP. 26 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/01/26/numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-na-cidade-de-sp-ultrapassa-48-mil-e-bate-recorde-em-2022-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 25 maio 2023.

O QUE foi a Operação Lava Jato. **CNN Brasil**, Brasília, 19 out. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/o-que-foi-a-operacao-lava-jato/>. Acesso em: 11 out. 2023.

OBSERVATÓRIO das Metrôpoles. Casa Verde e Amarela: pontos críticos do novo programa habitacional do Governo Federal. **Observatório das Metrôpoles**, 03 set. 2020. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/casa-verde-e-amarela-pontos-criticos-do-novo-programa-habitacional-do-governo-federal/>. Acessado em: 14 abr. 2023.

OCUPAÇÃO e luta por moradia e contra a repressão em São Carlos. **Juntos!**, São Paulo, 6 mar. 2014. Disponível em: <https://juntos.org.br/2014/03/ocupacao-e-luta-por-moradia-e-contra-a-repressao-em-sao-carlos/>. Acesso em: 02 maio 2024.

OCUPAR a política: Conheça as candidaturas do MTST para disputar e vencer as eleições. **MTST**, Brasil, 07 out. 2020. Disponível em: <https://mtst.org/noticias/ocupar-a-politica-conheca-as-candidaturas-do-mtst-para-disputar-e-vencer-as-eleicoes/>. Acesso em: 29 jun. 2023

OHANA, Victor. PSOL anuncia que não apresentará, neste ano, pré-candidatura à Presidência. **Carta Capital**, Brasil, 25 set. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/psol-anuncia-que-nao-apresentara-neste-ano-pre-candidatura-a-presidencia/>. Acesso em: 08 ago. 2023.

PAIVA, Frede Melo. Boulos sobe a rampa: coordenador do MTST vai disputar as eleições. **Carta Capital**, 20 mar. 2018. Disponível em: <https://mtst.org/noticias/boulos-sobe-a-rampa-coordenador-do-mtst-vai-disputar-a-presidencia/>. Acesso em: 13 nov. 2022

PEDALADAS fiscais: o que TRF-1 decidiu no caso Dilma? **BBC**, Basil, 28 ago. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn37z5v89d4o>. Acesso em: 04 out. 2023.

PENNAFORT, Roberta. Bolsonaro sobre MST e MTST: ‘Invadiu, é chumbo’. **Estadão**, Brasil, 21 maio 2018. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-e-melhor-perder-direitos-trabalhistas-que-o-emprego/>Acesso em: 12 jul. 2023.

PITOMBO, João Pedro; GARCIA, Guilherme. PSOL e Republicanos têm onda de novos filiados após avanço em eleições municipais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 jul. 2021.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/psol-e-republicanos-tem-onda-de-novos-filiados-apos-avanco-em-eleicoes-municipais.shtml>. Acesso em: 04 jul. 2023.

PREFEITURA inicia urbanização do assentamento “Em busca de um Sonho.” **Prefeitura de São Carlos, São Carlos**, 03 fev. 2020. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2020/174080-prefeitura-inicia-urbanizacao-do-assentamento-em-busca-de-um-sonho.html>. Acesso em: 16 maio 2023.

PREFEITURA libera aluguel social para famílias do bairro Antenor Garcia. **Prefeitura de São Carlos, São Carlos**, 07 jul. 2014. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2014/166587-prefeitura-libera-aluguel-social-para-familias-do-bairro-antenor-garcia.html>. Acesso em: 29 maio 2023.

PRIMEIRA mulher do PSOL assume cadeira na Câmara neste 8 de março. **Ricardo Alvares Vereador PSOL, Santo André**, 2022. Disponível em: <https://www.ricardovalvarez.com.br/2022/03/09/primeira-mulher-do-psol-sa-assume-cadeira-na-camara-neste-8-de-marco/>. Acesso em: 04 jul. 2023.

PROFISSIONAIS de segurança pública podem solicitar financiamento do Habite Seguro a partir desta quarta-feira (3). **Gov.br, Brasília**, 3 nov. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/profissionais-de-seguranca-publica-podem-solicitar-financiamento-do-habite-seguro-a-partir-desta-quarta-feira-3>. Acesso em: 11 out. 2023.

PROGRAMA Casa Verde e Amarela completa um ano com avanços no combate ao déficit habitacional. **Gov.br, Brasília**, 25 ago. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/programa-casa-verde-e-amarela-completa-um-ano-com-avancos-no-combate-ao-deficit-habitacional>. Acesso em: 25 set. 2023.

PROHAB: audiências públicas discutirão doação de áreas institucionais para a construção de casas populares. **Prefeitura de São Carlos, São Carlos**, 19 maio 2023. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2023/176905-prohab-audiencias-publicas-discutirao-doacao-de-areas-institucionais-para-a-construcao-de-casas-populares.html>. Acesso em: 26 maio 2023.

PSDB pede ao TSE auditoria para verificar ‘lisura’ da eleição. **G1, Brasília**, 30 out. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/psdb-pede-ao-tse-auditoria-para-verificar-lisura-da-eleicao.html>. Acesso em: 03 out. 2023.

PSOL decide na próxima semana se fará parte do governo Lula. **CNN Brasil, Brasil**, 05 dez. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/psol-decide-na-proxima-semana-se-fara-parte-do-governo-lula/>. Acesso em: 08 ago. 2023.

PSOL foi o único partido que ganhou filiados em 2021. **PSOL Brasil**, 18 out. 2021. Disponível em: <https://psol50.org.br/psol-foi-o-unico-partido-que-ganhou-filiados-em-2021/#:~:text=%E2%80%9CO%20PSOL%20foi%20%E2%80%93%20de%20novo,nacional%20do%20partido%20Juliano%20Medeiros>. Acesso em 03 jul. 2023.

QUARESMA, Camila. MTST acampa em frente à sede da Prefeitura de SP. **GI** – São Paulo, 15 de março de 2023. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/03/15/mtst-acampa-em-frente-a-sede-da-prefeitura-de-sp.ghtml>. Acesso em 20 de jul. de 2023.

RAMALHOSO, Welligton. Como surge uma ocupação: moradias irregulares crescem no extremo leste de SP e se aproximam dos limites da cidade. **Uol Notícias**, São Paulo, 16 maio 2018. Disponível em: <https://www.uol/noticias/especiais/nas-bordas-de-sao-paulo.htm#album-1>. Acesso em: 29 maio 2023.

RELEMBRE a polêmica criada pelo governo e por bolsonaristas sobre a Lei Rouanet. **G1**, Brasília, 03 jul. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/07/03/relembre-a-polemica-criada-pelo-governo-e-por-bolsonaristas-sobre-a-lei-rouanet.ghtml>. Acesso em: 03 out. 2023.

RELEMBRE ataques de Bolsonaro contra as vacinas em 2021. **O Globo**, Brasília, 30 dez. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/saude/epoca/noticia/2021/12/relembre-ataques-de-bolsonaro-contra-as-vacinas-em-2021-25334915.ghtml>. Acesso em: 05 out. 2023.

RELEMBRE vezes em que Jair Bolsonaro questionou o sistema eleitoral. **CNN Brasil**, Brasília, 26 abr. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/relembre-vezes-em-que-jair-bolsonaro-questionou-o-sistema-eleitoral/>. Acesso em: 03 out. 2023.

RIBEIRO, Raphaela. Do MTST para Brasília, Guilherme Simões quer ‘deixar as portas abertas para os movimentos’. **Pública**, São Paulo, 15 mar. 2023. https://apublica.org/2023/03/do-mtst-para-brasilia-guilherme-simoes-quer-deixar-as-portas-abertas-para-os-movimentos/?goal=0_069298921c-d0d4e0d5c6-288595965&mc_cid=d0d4e0d5c6&mc_eid=97864c06e1. Acesso em: 05 jul. 2023.

RODRIGUES, Rodrigo. Alesp aprova cassação de Arthur do Val, que perde os direitos políticos por oito anos; é o 1º mandato cassado em 23 anos. **G1**, São Paulo, 17 maio 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/05/17/alesp-aprova-cassacao-do-ex-deputado-arthur-do-val-que-perde-os-direitos-politicos-por-oito-anos.ghtml>. Acesso em 18 out. 2023.

SAKAMOTO, Leonardo. Doméstica vítima de escravidão toma posse como deputada estadual em SP, **UOL**, 16 mar. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardosakamoto/2023/03/16/domestica-vitima-de-escravidao-toma-posse-como-deputadaestadual-em-sp.htm>. Acesso em: 18 mar. 2023.

SAKAMOTO, Leonardo. MTST bloqueia vias em 8 estados por auxílio emergencial de R\$ 600 e moradia. **UOL Notícias**, Brasil, 07 mai. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2021/05/07/mtst-bloqueia-vias-em-8-estados-por-auxilio-emergencial-de-r-600-e-moradia.htm>. Acesso em: 05 jul. 2023.

SAKAMOTO, Leonardo. Projeto do MTST criado na pandemia ganha prêmio da ONU por combate à fome. **UOL Notícias**, Brasil, 15 dez. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2022/12/15/mtst-ganha-premio-da-onu-por-projeto-de-combate-a-fome-durante-pandemia.htm>. Acesso em: 05 jul. 2023.

SANEAMENTO básico no Brasil: conheça os números das regiões do país. **BRK Ambiental**, 2020. Disponível em: <https://blog.brkambiental.com.br/saneamento-basico-no->

brasil/#:~:text=Os%20principais%20dados%20do%20saneamento%20no%20Brasil&text=De%20acordo%20com%20o%20ranking,produzidos%20no%20pa%C3%ADs%20s%C3%A3o%20tratados. Acesso em: 25 maio 2023.

SANTOS, Maria Carolina. Ocupa Política chega ao Recife para inspirar candidaturas coletivas e de ativistas. **Marco Zero**, Brasil, 07 ago. 2019. Disponível em: <https://marcozero.org/ocupa-politica-chega-ao-recife-para-inspirar-candidaturas-coletivas-e-de-ativistas/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

SEM-TETO do Antenor Garcia garantem reunião com Prefeitura. **Jornal Primeira Página**, São Carlos, 06 maio 2014. Disponível em: <https://www.jornalpp.com.br/noticias/sem-teto-do-antenor-garcia-garantem-reuni%C3%A3o-com-prefeitura/>. Acesso em: 28 janeiro 2021.

SILVA, Célio Andrade. Manaus começa a enterrar em valas coletivas; sepultamentos quadruplicam na capital do AM. **Estadão**, Brasília, 29 abr. 2020. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/manaus-comeca-a-enterrar-em-valas-coletivas-mortes-quadruplicam-no-am/>. Acesso em: 05 out. 2023.

SIMÃO, Edna. Minha Casa Minha Vida sofre com inadimplência e avalanche de ações judiciais. **Valor**, Brasília, 27 ago. 2020. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/produtos/credito/noticia/2020/08/27/minha-casa-minha-vida-sofre-com-inadimplencia-e-avalanche-de-aco-es-judiciais.ghtml>. Acesso em: 25 set. 2023.

STABILE, Amanda. Ediane Maria: ‘o quarto da empregada te silencia e te torna apenas mais um’. **Nós**, Brasil, 24 mar. 2023. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/ediane-maria-oquarto-da-empregada-te-silencia-e-te-torna-apenas-mais-um/>. Acesso em: 25 mar.

TAVARES, Joelmir. Boulos busca ampliar espaço no PSOL, e debate sobre aliança com Lula causa incômodo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 mar. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/boulos-busca-ampliar-espaco-no-psol-e-debate-sobre-alianca-com-lula-causa-incomodo.shtml>. Acesso em: 08 ago. 2023.

TERRA, Adriana. Como cozinhas comunitárias têm atuado para aplacar a fome pelo Brasil. **ECOIA UOL**, Brasil, 27 abr. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoia/ultimas-noticias/2021/04/27/como-cozinhas-comunitarias-tem-atuado-para-aplacar-a-fome-pelo-brasil.htm>. Acesso em: 05 jul. 2023.

TERRENO invadido abriga cerca de 200 famílias em bairro de São Carlos, SP. **G1**, São Carlos e Araraquara, 15 fev. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2014/02/terreno-invadido-abriga-cerca-de-200-familias-em-bairro-de-sao-carlos-sp.html>. Acesso em: 02 maio 2023.

TOMAZELLI, Idiana. Economia quer facilitar venda de terrenos litorâneos da União pela metade do preço. **UOL**, Brasília, 14 abr. 2022a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/04/economia-quer-facilitar-venda-de-terrenos-litoraneos-da-uniao-pela-metade-do-preco.shtml#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20da%20Economia%20elabora,o%20valor%20venal%20do%20im%C3%B3vel..> Acesso em: 25 set. 2023.

TOMAZELLI, Idiana. Governo planeja transferir imóveis federais para fundo com sócio privado. **Folha de São Paulo**, Brasília, 23 ago. 2022b. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/08/governo-planeja-transferir-imoveis-federais-para-fundo-com-socio-privado.shtml>. Acesso em: 25 set. 2023.

TRABALHADORES Sem Direito: surge novo movimento social. **Outras Palavras**, 05 mai. 2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/trabalhadores-sem-direito-surge-um-novo-movimento-social/>. Acesso em: 06 jul. 2023.

VALADARES, João. Com coordenadora do MTST, Chapa coletiva com cinco mulheres feministas é eleita em Pernambuco. **MTST**, Brasil, 09 out. 2018. Disponível em: <https://mtst.org/mtst/com-coordenadora-do-mtst-chapa-coletiva-com-cinco-mulheres-feministas-e-eleita-em-pernambuco/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

VALFRÉ, Vinícius; FRAZÃO, Felipe. Bolsonaro cria ‘pacote de bondades’ por base eleitoral de PMs. **Estadão**, Brasília, 26 jun. 2021. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-cria-bondades-por-base-eleitoral-de-pms/>. Acesso em: 28 set. 2023.

VALLE, Caio. Milhares de família deixam ocupação Copa do Povo. **EXAME**, Brasil, 31 ago. 2014. Disponível em: <https://exame.com/brasil/milhares-de-familia-deixam-ocupacao-copa-do-povo/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

VASSALLO, Luiz. PSOL decide que ficará na base de Lula, mas não aceitará cargos. **Estadão**, Brasil, 17 dez. 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/psol-decide-que-ficara-na-base-de-lula-mas-nao-aceitara-cargos/>. Acesso em: 08 ago. 2023.

VENTURA, Manoel. Guedes diz que dólar alto é bom: ‘empregada doméstica estava indo para Disney, uma festa danada’. **O Globo**, Brasília, 12 fev. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/guedes-diz-que-dolar-alto-bom-empregada-domestica-estava-indo-para-disney-uma-festa-danada-24245365>. Acesso em: 03 out. 2023.

VIECELI, Leonardo; GAVRAS, Douglas. Dez anos após a PEC das Domésticas, 3 em cada 4 delas trabalham sem carteira assinada, **UOL**, 23 mar. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/03/dez-anos-apos-pec-das-domesticas-3-em-cada-4-delas-trabalham-sem-carteira-assinada.shtml>. Acesso em: 30 mar. 2023.

VIECELI, Leonardo; REZENDE, Constança; MACHADO, Renato. ‘Caminhão de ossos’ no Rio é disputado por população com fome. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 set. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/09/caminhao-de-ossos-no-rio-e-disputado-por-populacao-com-fome.shtml>. Acesso em: 14 set. 2023.

XAVIER, Cezar. Boulos recebe com orgulho apoio do Pcdob e reafirma compromissos com São Paulo. **Pcdob65**, 2 out. 2023. Disponível em: <https://pcdob.org.br/noticias/boulos-recebe-com-orgulho-apoio-do-pcdob-e-assume-compromissos-com-a-sao-paulo/>. Acesso em: 23 out. 2023.

ZANINI, Fábio. Grupo de Boulos vence eleição no PSOL e mantém vivo debate sobre união de partidos contra Bolsonaro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 ago. 2021. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2021/08/grupo-de-boulos-vence-eleicao-no-psol-e-mantem-vivo-debate-sobre-uniao-de-partidos-contrabolsonaro.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha. Acesso em: 08 ago. 2023.

ZANINI, Fábio. Revista Time escolhe Boulos um dos 100 líderes emergentes globais. UOL, Brasil, 17 fev. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2021/02/revista-time-escolhe-boulos-um-dos-100-lideres-emergentes-globais.shtml>. Acesso em: 28 jun. 2023.

3. Vídeos

BAND Jornalismo. **Fernando Marangoni**: “Falta para o governo entender que o congresso mudou”. BandNews TV, 2023. 1 vídeo (18:15 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Rpsu0nsEShc>. Acesso em: 19 set. 2023.

CÂMARA Municipal de São Carlos. **13ª Audiência Pública “Plano Diretor do Município”**. Câmara Municipal de São Carlos, 24 maio 2023a. 1 vídeo (1:23:52h). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=n9z0m6ENO_8&t=7s. Acesso em 19 set. 2023.

CÂMARA Municipal de São Carlos. **15ª Audiência Pública “Plano Diretor do Município”**. Câmara Municipal de São Carlos, 25 maio 2023b. 1 vídeo (1:02:10h). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cYqp_5f-tHQ&t=583s. Acesso em 19 set. 2023.

CÂMARA Municipal de São Carlos. **17ª Audiência Pública “Plano Diretor do Município”**. Câmara Municipal de São Carlos, 29 maio 2023c. 1 vídeo (1:40:43h). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gLpOrpCUJ6U>. Acesso em 19 set. 2023.

JUNTAS. Juntas - A história de várias mulheres da periferia. **Juntas – Mulheres Sem-Teto**, 2020. 1 vídeo (3:30 min.) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=q00LxAipswM&ab_channel=JuntasMulheresSemTeto. Acesso em: 1 jun. 2022.

PÉ DE MACACO S/A. **Reintegração de posse** - Ocupação José Luís e Rosa Sundermann. Pé de macaco S/A, 2014. 1 vídeo (7:01 min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lxHsTTZvSy8&ab_channel=P%C3%A9deMacacoS%2F. Acesso em 27 abr. de 2023.

YURIAN Carneiro. **Encontro de Ocupações e protesto Antenor Garcia São Carlos**. Yurian Carneiro, 2014b. 1 vídeo (4:34 min.) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XkkSpTPF_0s. Acesso em 19 set. 2023.

YURIAN Carneiro. **Movimento Sem Teto Antenor Garcia São Carlos**. Yurian Carneiro, 2014a. 1 vídeo (3:56 min.) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5x-ajeTXva4>. Acesso em 19 set. 2023.

4. Cartilhas do MTST

CARTILHA de princípios, MTST, 2013. Disponível em: https://issuu.com/mtsemteto/docs/mtst_cartilha. Acesso em: 05 ago. 2023.

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. Cartilha do militante. São Paulo, n. 1, 2005.

5. Processo jurídico

SÃO CARLOS, **Processo Jurídico** protocolado em 24 fev. 2014, sob o número 10016174120148260566, 2014.

BAUHAUS-UNIVERSITÄT WEIMAR
FACULTY OF ARCHITECTURE AND URBANISM

FEDERAL UNIVERSITY OF SÃO CARLOS
CENTER OF EDUCATION AND HUMAN SCIENCES
SOCIOLOGY DEPARTMENT
POSTGRADUATE PROGRAM IN SOCIOLOGY

THALLES VICHATO BREDA

**THE HOUSING POLICY FIELD IN
THE LAST DISMANTLING:
OCCUPATIONS, SOCIAL MOVEMENTS
AND IDENTITY ACTIVISM**

WEIMAR – GERMANY
2023

BAUHAUS-UNIVERSITÄT WEIMAR
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

THALLES VICHATO BREDA

**O CAMPO DA POLÍTICA HABITACIONAL
NO ÚLTIMO DESMANCHE:
OCUPAÇÕES, MOVIMENTOS SOCIAIS
E ATIVISMO IDENTITÁRIO**

WEIMAR – ALEMANHA
2023

THALLES VICHATO BREDI

**THE HOUSING POLICY FIELD IN THE LAST DISMANTLING:
OCCUPATIONS, SOCIAL MOVEMENTS AND IDENTITY ACTIVISM**

Thesis presented to the Postgraduate Program in Sociology, Department of Sociology, Federal University of São Carlos (UFSCar) and Bauhaus-Universität Weimar (BUW), Faculty of Architecture and Urbanism on a cotutelle regime, to obtain the title of Doctor in Sociology (UFSCar) and the title of Dr. Phil (BUW).

Supervisor: Dr. Isabel Pauline Hildegard Georges (UFSCar) and Dr. Frank Eckardt (BUW).

Weimar – Germany
2023

THALLES VICHATO BREDÁ

**O CAMPO DA POLÍTICA HABITACIONAL NO ÚLTIMO DESMANCHE:
OCUPAÇÕES, MOVIMENTOS SOCIAIS E ATIVISMO IDENTITÁRIO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e à Bauhaus-Universität Weimar (BUW), à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo em regime de cotutela, para obtenção do título de Doutor em Sociologia (UFSCar) e o título de Dr. Phil (BUW).

Orientação: Dra. Isabel Pauline Hildegard Georges (UFSCar) e Dr. Frank Eckardt (BUW).

Weimar – Alemanha
2023

BILINGUAL EDITION

EDIÇÃO BILÍNGUE

Breda, Thalles Vichiato

The housing policy field in the last dismantling:
occupations, social movements and identity activism /
Thalles Vichiato Breda -- 2023.
335f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos,
campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Isabel Pauline Hildegard Georges

Banca Examinadora: Isabel Pauline Hildegard Georges,
Frank Eckardt, Cibele Saliba Rizek, Caio Santo Amore de
Carvalho, Edson Miagusko

Bibliografia

1. Sociology. 2. Social movements. 3. Housing. I. Breda,
Thalles Vichiato. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



FEDERAL UNIVERSITY OF SÃO CARLOS

Center for Education and Human Sciences
Postgraduate Program in Sociology

Approval Form

Doctoral Thesis Defense of candidate Thalles Vichiato Breda, held on 15/12/2023.

Judging Committee:

Prof. Dr. Isabel Pauline Hildegard Georges (IRD)

Prof. Dr. Frank Eckardt (BUW)

Prof. Dr. Cibele Saliba Rizek (USP)

Prof. Dr. Caio Santo Amore de Carvalho (USP)

Prof. Dr. Edson Miagusko (UFRRJ)

I dedicate this thesis to all those who
struggle tirelessly for housing and social rights
in a country with abysmal social inequalities.

Dedico esta tese a todos e todas que
lutam incansavelmente pela moradia e pelos direitos sociais
em um país com desigualdades sociais abismais.

Acknowledgements

Writing a thesis may seem like an individual and solitary task, but this process only happens through collective work, which is often made invisible, whether in relation to the academic world - conversations with peers and field informants, research networks, congresses, the classroom, reading countless versions of the text by friends and advisors, among many other spaces for exchange and learning; or relating to the world of reproducing one's own life - financial and emotional support, the dishes washed, the clothes cleaned and the meals served, in other words, the invisible housework and permanent care that make it possible to stay focused on one's work, studies and writing. All these processes directly or indirectly involve dozens of people.

I'd like to start by thanking my advisor and friend Isabel Georges for her years of teaching, guidance and friendship, from the very beginning of my master's project in 2015, when I barely understood my first drafts. Her wisdom, patience and support during difficult times, both in academia and in my personal life, were fundamental to my academic performance. I would like to thank you for the endless hours devoted to reading, guidance and advice. Thanks to you, I was able to soar to greater heights.

I would also like to thank my colleagues and friends from our study group, LMI-SAGEMM (International Mixed Laboratory: social activities, gender, markets and mobilities from below - Latin America), who have enabled an intense exchange of knowledge over the years. As well as my colleagues in my doctoral program at UFSCar.

I would also like to take this opportunity to thank the members of the *Áskesis* journal, which I had the privilege of being editor-in-chief of for almost three years, along with a dedicated and attentive team. A special thanks to Aninha, a colleague and friend, who has always been by my side with a word of wisdom and comfort.

I would like to thank my advisor, Frank Eckardt, for promptly accepting my proposal for a co-tutorship doctorate and opening the doors of the Bauhaus-Universität Weimar to me, as well as trusting in my work and competence. I would like to thank Johanna Hoerning, at the time a professor at the Technical University of Berlin, for welcoming me as a visiting researcher at the collaborative research center "SFB 1265 Re-Figuration von Räumen" in 2019 and, subsequently, for putting me in touch with Frank.

At a time of apprehension and anxiety about the new, I would like to thank my colleagues who welcomed me so well in Weimar, starting with Dr. Elodie Vittu, manager of

the IfEU (Institute for European Urban Studies), and the faculty. I would also like to thank my doctoral friends from the Bauhaus, Dasha, Husain and Damla, and many others who are part of the IfEU research group. I would also like to thank my WG colleagues and so many other friendships that will remain in my memory forever and that were fundamental to my adaptation in Germany.

Furthermore, I would also like to thank Cibele Rizek, who has been following my work since my master's degree and took part in my doctoral qualifying exam, along with Caio Amore, whom I would also like to thank. Likewise, I would like to thank the members of my doctoral defense committee. Their comments were invaluable and fruitful for the development of this thesis.

I am extremely grateful to all of my interlocutors who were willing to take time out of their busy lives to talk to me and who contributed decisively to the direction of this research. I would like to thank the leaders of the "In search of a dream" occupation, who were always willing to receive me and answer countless questions. I would also like to thank Councillor Djalma Nery and his advisor, Vitor Camacho, for their patience and attention, for opening doors for me and taking me on several field visits. I would also like to thank Camila, from the Maitá group, for her availability throughout the years.

To my interlocutors in the MTST - the activists, coordinators, squatters and brigade members with whom I had countless conversations - I express my eternal gratitude. My experience at the School of Grassroots Work influenced the direction of this research and made me even more sensitive to social causes and the struggle for housing. I wish the movement and its militants long life.

I would also like to thank the professionals and professors at the Sociology Department of the Federal University of São Carlos and the Institute for European Urban Studies at the Bauhaus-Universität Weimar for their technical, material, financial and structural support. I would especially like to thank Professor Fábio Sanchez for his essential support during the final stretch of my doctorate and for inviting me to join the "Observatory of Inequalities, Conflicts, Democracy and Autonomy (ODE)" at UFSCar. I would like to take this opportunity to thank Capes for the scholarship, in partnership with the DAAD, which enabled me to stay in Germany for 16 months, doing my sandwich doctorate in the cotutelle modality.

A special thanks to my great friend Bill Moreira, for the conversations, support and contacts that enabled me to open doors in my field of research. I would also like to thank Nath, Pedrinho and Magê, friends that the Social Sciences and São Carlos have given me - so

important for the development of this thesis in the most diverse aspects and special in my personal life. As well as Edgar and Franca, who have been such important support points over the years, whether in Brazil or Germany. Your friendship means a lot to me.

Undertaking a doctorate in dark times poses obstacles that only the faith of the people around us can light our way and renew our hopes. I would like to thank my family immensely for their support throughout this journey, in countless ways. To my parents - Nirley and Garfildes, for their hard work, support and affection. To my siblings and their families, thank you for your support over the years. I would also like to express my sincere gratitude to my in-laws - Rosana and Moisés, for all their care, affection and attention during this final stretch, blindly trusting in my work. My special thanks go to my partner, Natasha Poliana, for all her love, patience and companionship over the years and for believing in my adventures.

Abstract

This thesis aims to understand the changes in the field of Brazilian housing policy in the context of the “last dismantling”, between 2013 and 2022. It seeks to map the shifts between the conjuncture produced by the Workers' Party governments, from 2003 to 2016; and the post-coup conjuncture, between May 2016 and 2022, represented by the governments of Michel Temer and Jair Bolsonaro. The specific objectives are to understand (a) the normative and programmatic framework in the field of institutional housing policy in the post-coup period, and (b) the forms of claim by those who have no part, i.e. organized civil society, social movements, political parties, among other actors, in the struggle for access to housing and land. The hypothesis of this research is that these milestones have updated the ways in which territories of poverty are produced, the dispute over urban space, the relationship with the state and different actors, and the very concept of social housing developed during Lulism. The methodology used was based on the analysis of documents and laws; a bibliographical review; participant observation; and multi-sited and multi-scalar ethnography. Empirically, we started by analyzing the cycle of occupations in the city of São Carlos, which began in 2014 and, based on the threads tied together in the “In search of a dream” occupation, we followed the Movement of Homeless Workers (MTST) in the metropolitan region of São Paulo, through my entry into the MTST's School of Grassroots Work in 2023. Some results can be pointed out. The dismantling of institutional mechanisms for access to housing represented by the PMCMV and the June 2013 Journeys, combined with the coup d'état in 2016, paved the way for a “new urban activism”, made up of a set of collectives, networks of social movements, occupation practices aimed at fighting for the right to the city and the right to life itself. This means the production of a new constellation of initiatives, the broadening of a repertoire of struggles and forms of organization, on a new scale of action. In the context of the overlapping of conservative governments with the pandemic scenario, “emergency struggles” were established due to the historical demotion in the conditions of social reproduction. Access to housing was replaced by access to partially urbanized land. Occupations took center stage and gained new contours. The normative framework proposed for the housing field operates through a gray zone, opening the way for different non-institutional actors to act in the housing field. The actors analyzed were social movements, political parties, technical assistance, the evangelical church and organized crime. Against this backdrop, social movements in the last decade, especially the MTST, have increasingly taken up social demands, both in the field of minority rights and in the field of sustainability, labor rights, etc. Identity politics has played an important role within this urban activism, through the identity construction of a “new” historical subject of legitimate social transformation - the peripheral subject with plural demands - which slowly seems to replace the proletariat. These modulations are producing a moral market in identities. The MTST has positioned itself as an important political actor from the vacuum produced by other collective organizations, such as the trade union, and operates an arrangement between the peripheral population and the progressive sectors of the middle class, in which the conflict is reterritorialized from the urban peripheries.

Keywords: Social Housing; Urban Occupations; Homeless Workers' Movement; Urban activism; Housing Policy.

Resumo

Esta tese tem como objetivo compreender as mudanças no campo da política habitacional brasileira no contexto do “último desmanche”, entre 2013 e 2022. Busca-se mapear os deslizamentos entre a conjuntura produzida pelos governos do Partido dos Trabalhadores, de 2003 a 2016; e a conjuntura pós-golpe de Estado, entre maio de 2016 a 2022, representado pelos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Como objetivos específicos, busca-se compreender (a) o quadro normativo e programático no campo da política habitacional institucional gestado no pós-golpe e, (b) as formas de reivindicação da parte daqueles que não têm parte, ou seja, das práticas da sociedade civil organizada, dos movimentos sociais, partidos políticos, dentre outros atores, na luta pelo acesso à moradia e à terra. A hipótese desta pesquisa indica que esses marcos atualizaram as formas de produção dos territórios de pobreza, a disputa pelo espaço urbano, a relação com o Estado e diferentes atores, e a própria concepção de habitação social gestada durante o lulismo. A metodologia adotada se baseou na análise de documentos e leis; revisão bibliográfica; observação participante; e etnografia multissituada e multiescalar. Empiricamente, partiu-se da análise do ciclo de ocupações na cidade de São Carlos, iniciado em 2014 e, a partir dos fios tecidos na ocupação “Em busca de um sonho”, acompanhamos o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) na região metropolitana de São Paulo, através do ingresso na Escola de Trabalho de Base do MTST, em 2023. Alguns resultados podem ser apontados. O desmanche de mecanismos institucionais de acesso à moradia representados pelo PMCMV, as Jornadas de Junho de 2013 e o golpe de Estado, em 2016, abriram caminho para um “novo ativismo urbano”, composto por um conjunto de coletivos, redes de movimentos sociais, práticas de ocupação voltadas para a luta pelo direito à cidade e o próprio direito à vida. Isso significa a produção de uma nova constelação de iniciativas, o alargamento de um repertório de luta e formas de organização em uma nova escala de atuação. No contexto da sobreposição de governos conservadores junto ao cenário pandêmico, houve a instauração das “lutas de emergência” devido ao rebaixamento histórico das condições de reprodução social. O acesso à moradia foi substituído pelo acesso à terra parcialmente urbanizada. As ocupações ganharam centralidade e novos contornos. O quadro normativo proposto para o campo habitacional opera por meio de uma zona cinza, abrindo caminho para a atuação de diferentes atores não-institucionais no campo habitacional. Os atores analisados foram os movimentos sociais, partidos políticos, as assessorias técnicas, a igreja evangélica e o crime organizado. A partir deste cenário, os movimentos sociais na última década, especialmente o MTST, têm acolhido cada vez mais demandas sociais, tanto no campo dos direitos das minorias, como no campo da sustentabilidade, dos direitos trabalhistas, etc. A política identitária tem desempenhado um papel importante dentro deste ativismo urbano, por meio da construção identitária de um “novo” sujeito histórico de transformação social legítimo – o sujeito periférico com demandas plurais –, que lentamente parece substituir o proletário. Nestas modulações, vai se produzindo um mercado moral das identidades. O MTST tem se colocado como um importante ator político a partir do vácuo produzido por outras organizações coletivas, como o sindicato, e opera um arranjo entre a população periférica e os setores progressistas da classe média, no qual o conflito é reterritorializado a partir das periferias urbanas.

Palavras-chave: Habitação Social; Ocupações Urbanas; Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto; Ativismo urbano; Política Habitacional.

Zusammenfassung

Titel. Der Bereich der Wohnungspolitik in der letzten Phase des Abbaus: Besetzungen, soziale Bewegungen und Identitätsaktivismus

Ziel dieser Arbeit ist es, die Veränderungen im Bereich der brasilianischen Wohnungspolitik im Kontext des „letzten Abbaus“ zwischen 2013 und 2022 zu verstehen. Es wird versucht, die Verlagerungen zwischen denen Umständen, die durch die Regierungszeiten der Arbeiterpartei von 2003 bis 2016 hervorgingen, und den Umständen nach dem Staatsstreich zwischen Mai 2016 und 2022, die durch die Regierungszeiten von Michel Temer und Jair Bolsonaro repräsentiert wird, zu erfassen. Die spezifischen Ziele bestehen darin, (a) den normativen und programmatischen Rahmen im Bereich der institutionellen Wohnungspolitik in der Zeit nach dem Putsch und (b) die Formen des Anspruchs derjenigen, die keine Rolle spielen, d.h. die organisierte Zivilgesellschaft, soziale Bewegungen, politische Parteien und andere Akteure im Kampf um den Zugang zu Wohnraum und Land zu verstehen. Die Hypothese dieser Forschungsarbeit ist, dass diese Meilensteine die Art und Weise, wie Armutsterritorien geschaffen werden, verbessert haben, den Streit um den urbanen Raum, die Beziehung zum Staat und zu verschiedenen Akteuren sowie das Konzept an sich des sozialen Wohnungsbaus während des Lulismus entwickelt haben. Die angewandte Methodik basiert auf der Analyse von Dokumenten und Gesetzen, einer bibliografischen Untersuchung, der Beobachtung von Teilnehmenden sowie einer multiskalaren und „multi-site“ Ethnographie. Empirisch wurde mit der Analyse des Zyklus der Besetzungen in der Stadt São Carlos ab 2014 begonnen, und verfolgten, ausgehend von den Fäden, die in der Besetzung „Auf der Suche nach einem Traum“ geknüpft wurden, die Bewegung der obdachlosen Arbeiter*innen (MTST) in der Metropolregion São Paulo durch meinen Eintritt in die Schule für Basisarbeit der MTST im Jahr 2023. Einige Ergebnisse können hervorgehoben werden. Der Abbau der institutionellen Mechanismen für den Zugang zu Wohnraum, verkörpert durch die PMCMV und die Proteste im Juni 2013 in Verbindung mit dem Staatsstreich von 2016, ebnete den Weg für einen „neuen urbanen Aktivismus“, der aus einer Reihe von Kollektiven, Vernetzung von sozialen Bewegungen und Besetzungspraktiken besteht, welche für das Recht auf die Stadt und das Recht auf Leben selbst kämpfen. Dies bedeutet die Bildung einer neuen Konstellation von Initiativen, die Erweiterung eines Repertoires an Kämpfen und Organisationsformen in einem neuen Handlungsspielraum. Im Kontext der Überschneidung von konservativen Regierungen mit der Covid-Pandemie kam es aufgrund der historischen Verschlechterung der Bedingungen für die soziale Reproduktion zu „Notfallkämpfen“. Der Zugang zu Wohnraum wurde durch den Zugang zu teilweise urbanisiertem Land ersetzt. Besetzungen rückten in den Mittelpunkt und gewannen neue Konturen. Der für den Wohnungssektor vorgeschlagene normative Rahmen bewegt sich in einer Grauzone, die verschiedenen nicht-institutionellen Akteuren den Weg zum Handeln im Bereich des Wohnens eröffnet. Die untersuchten Akteure waren soziale Bewegungen, politische Parteien, technische Beratung, die evangelische Kirche und das organisierte Verbrechen. Vor diesem Hintergrund haben die sozialen Bewegungen im letzten Jahrzehnt, insbesondere die MTST, zunehmend soziale Forderungen aufgegriffen, sowohl im Bereich der Minderheitenrechte als auch im Bereich der Nachhaltigkeit, der Arbeitsrechte etc. Die Identitätspolitik hat in diesem urbanen Aktivismus eine wichtige Rolle gespielt, und zwar durch die Identitätskonstruktion eines „neuen“ historischen Subjekts der legitimen sozialen Transformation - des peripheren Subjekts mit pluralen Ansprüchen -, das langsam an die Stelle

des Proletariats zu treten scheint. Diese Modulationen erzeugen einen moralischen Identitätsmarkt. Die MTST hat sich als wichtiger politischer Akteur in dem von anderen kollektiven Organisationen, wie beispielsweise der Gewerkschaften, geschaffenen Vakuum positioniert und betreibt ein Arrangement zwischen der peripheren Bevölkerung und den progressiven Sektoren der Mittelschicht, in dem der Konflikt von den städtischen Peripherien aus reterritorialisiert wird.

Schlagwörter: Sozialer Wohnungsbau; Urbane Besetzungen; Bewegung der Obdachlosen Arbeiter*innen; Urbaner Aktivismus; Wohnungspolitik.

List of Figures, Graphs and Tables

FIGURES

Figure 1. Mass graves in Manaus (AM) as a result of Covid-19 and the Bolsonaro administration, April 2020	48
Figure 2: Location of the southwest region and occupations, São Carlos, 2020	55
Figure 3: Bolsonaro government's housing policies	81
Figure 4: Logo changes: advertising from March and October 2020	84
Figure 5: Political, social and legal conjuncture and the cycle of housing occupations in São Carlos, 2013-2023	108
Figure 6. Military Police heavily armed on the public transportation bus of the Athenas Paulista Company, “Sundermann” occupation, 2014	110
Figure 7. Repossession of “Sundermann” occupation, 2014	111
Figure 8. Cleaning and occupying the land, February 9th, 2014	113
Figure 9. Political groups and residents of the “Sundermann” occupation	117
Figure 10. Meeting between occupations and network development	118
Figure 11. Project presented for urbanization and marking of plots, “In search of a dream” occupation	137
Figure 12. Street opened in the “In search of a dream” occupation, February 2020	137
Figure 13. Construction site in the “In search of a dream” occupation, mid-2020	138
Figure 14. Urbanization of the “In search of a dream” occupation site, January 2021	139
Figure 15. People fighting over beef carcasses, Rio de Janeiro, 2021	145
Figure 16. Public areas of São Carlos and location of the “In search of a dream” (in yellow) and "In search of home" (in red) occupations	147
Figure 17. Instagram post “maitha.athis”, February 2023	181
Figure 18. Felipe's shack and space for religious worship	186
Figure 19. Shack turned into a church	186
Figure 20. Belt of MTST occupations in the São Paulo Metropolitan Region, 2001 - 2010	216
Figure 21. Image linked to the MTST's 25th anniversary celebrations, 2023	250
Figure 22. Organization of the MTST, 2013	255

Figure 23. Organization of the MTST, 2023	256
Figure 24. “Nova Canudos” occupation, 2023	265
Figure 25. “Lambe-lambe” pasted on the occupations as part of the 2022 elections	272
Figure 26. “Why do we occupy?” training, “Carolina Maria de Jesus” occupation, 2023.	278
Figure 27. “Mona Crespa” - representation of Ediane Maria, 2023	294

GRAPHICS

Graph 1. Housing units contracted, PMCMV, 2009-2020 (in thousands)	72
Graph 2. Public budget available for the PMCMV between 2009-2021, by category (in billions of reais)	73
Graph 3. Annual average of housing units contracted by government, PMCMV, 2009-2020 (in thousands)	74
Graph 4: PCVA “Hires” between 2020-2021 (in thousands)	85
Graph 5. Evolution of the unemployment rate in Brazil, 2012-2020, in %	126
Graph 6. Expansion of evangelical temples from 1920 to 2019	180

TABLES

Table 1. Comparison of assistance by modality between PMCMV and PCVA	82
Table 2. Comparison of financing interest rates between PMCMV and PCVA	82
Table 3. Main laws, decrees, ordinances, regulations cited in chapter 1	101

Acronyms and Abbreviations

	Original name	Own Translation
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade	Direct Action for Unconstitutionality
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental	Argument for Failure to Comply with a Fundamental Precept
ANEL	Assembleia Nacional dos Estudantes Livres	National Assembly of Free Students
ANERMB	Associação Nacional de Entidades Representativas de Policiais Militares e Bombeiros Militares do Brasil	National Association of Representative Entities of Military Police and Military Firefighters of Brazil
APA	Área de Preservação Ambiental	Environmental Preservation Area
APA	Associação Periférica Ativa	Active Peripheral Association
APEOESP	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo	São Paulo State Teachers' Union
ATHIS	Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social	Technical Assistance in Social Interest Housing
BH	Belo Horizonte	Belo Horizonte
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	National Bank for Economic and Social Development
BNH	Banco Nacional de Habitação	National Housing Bank
BR	Brasil	Brazil
BUW	Bauhaus-Universität Weimar	Bauhaus University, Weimar
CAASO	Centro Acadêmico Armando de Salles Oliveira	Armando de Salles Oliveira Academic Center
CAJAR	Centro Acadêmico José Albertino Rodrigues	José Albertino Rodrigues Academic Center
CATHIS	Comissão de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social	Technical Assistance Committee for Social Interest Housing
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo	Council of Architecture and Urbanism
CCFDS	Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social	Board of Trustees of the Social Development Fund
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo	São Paulo State Housing and Urban Development Company
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base	Grassroots Ecclesial Communities
CEM	Centro de Estudos da Metrópolis	Center for Metropolis Studies
CENA	Centro de Energia Nuclear na Agricultura	Center for Nuclear Energy in Agriculture
CESIT	Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho	Center for Trade Union Studies and Labor Economics
Cf.	Confira	Check

CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica	National Register of Legal Entities
COMDEMA	Conselho Municipal de Meio Ambiente de São Carlos	São Carlos Municipal Environment Council
COMDUSC	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Carlos	São Carlos Municipal Council for Urban Development
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento	National Supply Company
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social	Social Assistance Reference Center
CUT	Central Única dos Trabalhadores	Central Workers' Union
CV	Comando Vermelho	Red Command
DCE	Diretório Central dos Estudantes	Central Directory of Students
DF	Distrito Federal	Federal District
ESALQ	Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”	Luiz de Queiroz College of Agriculture
ETB-MTST	Escola de Trabalho de Base do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto	School of Grassroots Work of the Homeless Workers' Movement
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial	Residential Leasing Fund
FAU/USP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo	Faculty of Architecture and Urbanism, University of São Paulo
FDS	Fundo de Desenvolvimento Social	Social Development Fund
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	Service Time Guarantee Fund
FHC	Fernando Henrique Cardoso	Fernando Henrique Cardoso
REIF	Real Estate Investment Funds	
FMH DU	Fundo Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano	Municipal Housing and Urban Development Fund
FNSP	Fundo Nacional de Segurança Pública	National Public Security Fund
G	Grupo	Group
IAI	International Alliance of Inhabitants	
IAU/USP	Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo	Institute of Architecture and Urbanism of the University of São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Brazilian Institute of Geography and Statistics
IMF	International Monetary Fund	
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	Institute for Applied Economic Research
IPI	Imposto sobre produtos industrializados	Tax on industrialized products
IRD	Institut de recherche pour le développemen	
LabCidades	Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade	Public Space and Right to the City Laboratory

LGBTQIA+	Lesbian, gay, bisexual, transgender, queer, intersex, asexual and other sexual orientations and gender identities	
LMI-SAGEMM	Laboratório Misto Internacional – Social activities, gender, market and mobilities from below (Latin America)	International Mixed Laboratory - Social activities, gender, market and mobilities from below (Latin America)
MBL	Movimento Brasil Livre	Free Brazil Movement
MCMV	Minha Casa Minha Vida	My House My Life
MDB	Movimento Democrático Brasileiro	Brazilian Democratic Movement
MH	Market Housing	
MP	Medida Provisória	Provisional Measure
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra	Landless Workers' Movement
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto	Homeless Workers' Movement
NGO	Non-governmental organization	
NUI	Núcleo Urbano Informal	Informal Urban Nucleus
OSC	Organizações da Sociedade Civil	Civil Society Organizations
PA	Pará	Pará
PAA	Programa de Aquisição da Agricultura Familiar	Family Farming Acquisition Program
PAC	Plano de Aceleração de Crescimento	Growth Acceleration Plan
PCB	Partido Comunista Brasileiro	Brazilian Communist Party
PCC	Primeiro Comando da Capital	First Capital Command
PCVA	Programa Casa Verde e Amarela	Green and Yellow House Program
PE	Pernambuco	Pernambuco
PEC	Proposta de Emenda à Constituição	Proposed Amendment to the Constitution
Peic	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor	Consumer Indebtedness and Default Survey
PL	Projeto de Lei	Bill of Law
PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social	Local Social Interest Housing Plan
PM	Polícia Militar	Military Police
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida	My House My Life Program
PMCMV-1	Programa Minha Casa Minha Vida Faixa 1	My House My Life Program Range 1
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	Brazilian Democratic Movement Party
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural	National Rural Housing Program
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	National Food and Nutrition Security Policy
PRN	Partido da Reconstrução Nacional	National Reconstruction Party

PROHAB	Progresso e Habitação de São Carlos S/A	São Carlos Progress and Housing S/A
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	Brazilian Social Democracy Party
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	Socialism and Freedom Party
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados	Unified Socialist Workers Party
PT	Partido dos Trabalhadores	Workers' Party
PUC	Pontifícia Universidade Católica	Pontifical Catholic University
Reurb	Regularização Fundiária Urbana	Urban Land Regularization
Reurb-E	Regularização fundiária urbana de interesse específico	Urban land regularization of specific interest
Reurb-S	Regularização fundiária urbana de interesse social	Urban land regularization of social interest
RJ	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo	Metropolitan Region of São Paulo
RS	Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto	Autonomous Water and Sewage Service
SEDEMM	Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, do Ministério da Economia	Special Secretariat for Privatization, Divestment and Markets of the Ministry of Economy
SH	Social Housing	
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social	National Social Interest Housing System
SP	São Paulo	São Paulo
STF	Superior Tribunal Federal	Superior Federal Court
TAC	Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta	Term of Commitment to Adjust Conduct
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso	Course Conclusion Work
TED	Technology, Entertainment, Design	
TELAR	Territórios Latino Americanos em Resistência	Latin American Territories in Resistance
TRF-1	Tribunal Regional Federal da 1ª Região	Federal Regional Court of the 1st Region
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos	Federal University of São Carlos
UNE	União Nacional dos Estudantes	National Union of Students
UNESP	Universidade Estadual Paulista	São Paulo State University
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas	State University of Campinas
UNICEP	Centro Universitário Central Paulista	Central Paulista University Center
USA	United States of America	
USP	Universidade de São Paulo	University of São Paulo
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social	Special Zones of Social Interest

Introduction **32**

1. Between two conjunctures: the time of the social and political and the governments of death **36**

- 1.1 The PT's constellation of social programs: the constitution of a social protection network under the sign of capital
- 1.2 Lulism's first cracks: June 2013 Journeys, the lack of a political base and the commodities shock
- 1.3 Post-2016 Brazil: the rise of conservatism, the emptying of the social sphere and the governments of death

2. Changes in the field of housing policy **49****3. The paths to the research object** **54****4. Methodology and the methodological challenges** **58****5. Introducing the chapters** **64**

Chap. 1 **Housing policy in the latest dismantling (2013-2022): privatization of the public and downgrading of social rights** **66**

1. My House My Life Program: from creation to dismantling **69**

- 1.1 Creation and ranges
- 1.2 Performance, discontinuity and emptying of the Social Housing range
- 1.3 Maintaining the Market Housing ranges

2. New Land Regularization Law (2017) and the loosening of rules **75****3. Trials for the PCVA: Reform Card and Social Rent** **77****4. Green and Yellow House Program: privatization of the public and deepening of financialization** **80**

- 4.1 Housing provision in PCVA
 - Reducing subsidies, deepening financialization and marketing*
 - Dismantling the subsidy from the inside - Social Development Fund*
 - Serving its own base – Habite Seguro program*
- 4.2 Cartorial and Market-driven Land Regularization
 - Public unaccountability and private control*
 - Land Regularization and Housing Improvement Program*
- 4.3 Destination of federal public property: mass privatization
 - Aproxima Program*
 - Incorpora, Brasil — Real estate funds*
- 4.4 Dismantling of transparency and social control mechanisms in the PCVA

Chap. 2 Land occupations in the era of dismantling: lower living conditions and prolonged precariousness 104

1. “José Luís and Rosa Sundermann” Occupation (2014-2014): the My House My Life Program on the horizon 109

- 1.1 São Carlos: a new time - May 2014
- 1.2 “Those who occupy want homes!” - February 2014
- 1.3 Identity, networks and resistance
- 1.4 Criminalization of the movement and legitimization of dispossession

2. Occupation “In search of a dream” (2015): dismantling the horizon of possibilities 124

- 2.1 Political and social conjuncture: “Jobs and housing in Brazil no longer exist”
- 2.2 Experiences that inspire: the My House My Life Program on the horizon
- 2.3 Internal restructuring and search for more influential players
- 2.4 Conquering the land: land regularization, urbanization and the formalization of precariousness

3. Occupation “In search of home” (2020): Pandemic, evictions and the institutionalization of precariousness 142

- 3.1 Two viruses: the COVID-19 pandemic and Bolsonaro’s government of death
- 3.2 Land regularization as a horizon: following in the footsteps of “In search of a dream”
- 3.3 The exception transformed into a housing policy: disaffection of public areas to the private market

Chap. 3 Actors and networks “outside” the state in the management of housing demand 156

1. PSOL and Djalma Nery: “accumulation” of militancy and political capital 158

- 1.1 Djalma Nery: from the “accumulation of militancy” to city councillor
- 1.2 Elections and political capital
- 1.3 PSOL’s internal disputes

2. Technical Assistance for Social Housing (ATHIS) in the São Paulo countryside 167

- 2.1 Emergence of the Pitá group (2017) around housing demand
- 2.2 From the Pitá group to Maitá-Athis: formalizing consultancy services
- 2.3 Working from CAU's public notices
- 2.4 CAU, ATHIS and housing policy

3. Evangelical leaders: fighting for God’s plans 178

- 3.1 Evangelical matrices in contemporary Brazil
- 3.2 Felipe: from drugs to occupation leadership
- 3.3 “Profetiza”: dispute over leadership, charity and conflict management

4. Organized crime: illegalities that strengthen the struggle for housing 192

- 4.1 Organization of the occupation and the role of the “paralelos”
- 4.2 Creiton - the “paralelo” who runs with PCC

Chap. 4	The MTST and the post-2013 conjuncture: occupations, movement-party and “ecosystem of popular organizations”	202
	1. Social movements and collective action at the end of the 20th century	205
	2. A brief history of the Homeless Workers’ Movement (MTST)	208
	2.1 The origins of the MTST	
	2.2 Towards the Metropolitan Region of São Paulo	
	2.3 A new beginning: autonomy and reorganization	
	2.4 From stateization to nationalization: the end of the 2000s	
	3. Contemporary strategies: institutionalization, political parties and grassroots massification	218
	3.1 Towards institutionalization: the MTST and the PMCMV - Entities	
	<i>From social movement to Organizing Entity: institutionalization from “outside” of the state</i>	
	<i>Changes in occupations in light of the PMCMV - Entities</i>	
	3.2 Institutionalization from “inside” of the state: elections, political parties and public office	
	<i>The MTST and the articulation of the left: becoming a political actor</i>	
	<i>Launching candidates for executive and legislative positions</i>	
	<i>The MTST’s activities in institutional spaces and in the political-party arena</i>	
	<i>Relations between the MTST and PSOL</i>	
	4. Mega-events and the internationalization of the MTST	236
	5. Bolsonaro and the pandemic: criminalization of the movement and humanitarian actions	240
	6. Ecosystem of popular organizations	244
Chap.5	Inside the MTST: grassroots expansion, politicization and identity politics	251
	1. The MTST’s contemporary structure: internal base and external base	254
	2. School of Grassroots Work: expansion and training mediated by social markers	260
	2.1 Module 1: introducing the movement and sifting the brigade members	
	<i>“Nova Canudos” Occupation - social markers as a category of mediation and legitimacy</i>	
	2.2 Module 2: getting to know the sectors	
	2.3 Module 3: the transition from brigade member to militant	
	<i>Brigades meeting: self-organization and in-depth knowledge</i>	
	<i>How to produce a script: the demands of the grassroots and political collectives</i>	

Applying the “Why do we occupy?” script - becoming educators

3. Internal basis: how coordinators and leaders are shaped	280
3.1 Between home and occupation: gender and race in Juliana’s trajectory	
3.2 Organization, politicization and conquests: Débora and the MTST	
3.3 Becoming a militant within the occupations: crossed paths, identity and movement strategies	
3.4 Woman, black and <i>periférica</i> : from militancy to party politics	

The last dismantling **297**

Final considerations	298
-----------------------------	------------

Bibliography **307**

1. Articles, theses, books, book chapters and reports	308
2. News on electronic portals	321
3. Videos	334
3. MTST booklet	334
4. Legal proceedings	335

Introduction

A fome não pensa,
não estuda,
não cria,
não trabalha,
não casa, não beija,
não ama!

Ela esconde o desejo,
escancara os instintos.

A saliva e a dor de cabeça
são as únicas companheiras
do corpo trêmulo,
se perdura por mais de um dia,
saliva e dor se misturam
em vertigem... vertigem de fome!

A justiça
desconhece a fome;

(...)

(Lene, 2021, p. 15)

Today, the Federal Senate took a decision that will go down in the history of great injustices. The senators who voted for impeachment chose to tear up the Federal Constitution. They decided to interrupt the mandate of a President who committed no crime of responsibility. They condemned an innocent woman and carried out a parliamentary coup.

With the approval of my definitive removal from office, politicians desperately seeking to escape the arm of justice will take power together with those defeated in the last four elections. They will not ascend to government by direct vote, as Lula and I did in 2002, 2006, 2010, and 2014. Instead, they will seize power through a coup d'état.

It's the second coup d'état I've faced in my life. The first, the military coup, backed by the truculence of weapons, repression and torture, hit me when I was a young activist. The second, the parliamentary coup unleashed today using a legal farce, overthrows me from the office to which the people elected me.

It is an unequivocal indirect election in which 61 senators replaced the will expressed by 54.5 million votes. It's a fraud, and we will appeal against it in every possible instance.

It is astonishing that the most significant anti-corruption action in our history, brought about by actions developed and laws created from 2003 onwards and deepened during my administration, should bring a group of corrupt people under investigation to power.

The progressive, inclusive and democratic national project that I represent is being interrupted by a powerful conservative and reactionary force, with the support of a biased and venal press. They will capture state institutions to put them at the service of the most radical economic liberalism and social regression.

They have just overthrown Brazil's first female president without there being any constitutional justification for this impeachment.

But the coup was not only committed against me and my party. This was just the beginning. The coup will hit any progressive and democratic political organization indiscriminately.

The coup is against the social and trade union movements and against those who fight for rights in all their meanings: the right to work and the protection of labor laws; the right to a fair pension; the right to housing and land; the right to education, health and culture; the right of young people to play a leading role in their history; the rights of black people, indigenous people, LGBT people, women; the right to demonstrate without being repressed.

The coup is against the people and the nation. The coup is misogynistic. The coup is homophobic. The coup is racist. It is the imposition of a culture of intolerance, prejudice and violence.

(...)

August 31, 2016, Dilma Rousseff's first speech after the Senate approved her impeachment.

In August 2023, Dilma was cleared by the Federal Regional Court of the 1st Region (TRF-1) (Pedaladas, 2023).

This study aims to understand the changes in the field of Brazilian housing policy in the context of the “last dismantling”¹ between 2013 and 2022. It seeks to map the slippages between two conjunctures, especially their forms of government and social management in the housing field. The first refers to the governments of the Workers’ Party (PT) from 2003 to 2016; the second is represented by the governments of Michel Temer and Jair Bolsonaro between May 2016 and 2022.

There are two meanings in the understanding of what housing policy is. The first refers to the institutional field, the laws and regulations, and the normative and programmatic framework produced and reconfigured by the respective governments. In this sense, housing policies are considered territorial and urban development policies (Balbim, 2022). The second understanding refers to politics in the terms of Rancière (1996), the claim of the part of those who have no part, the claim of speech. It is, therefore, about the practices of organized civil society², social movements, political parties and other actors in the struggle for access to housing and land.

We take Bourdieu’s notion of field as our starting point – “a field is a field of forces, and a field of struggles to transform the relations of forces” and “the conduct of agents is determined by their position in the structure of the relation of forces characteristic of that field at the moment in question” (Bourdieu, 2011, p. 201, own translation). Within the field, agents interact, vying for control and legitimization of goods and positions. In this sense, the field is relational, an object or phenomenon constantly moving, presupposing confrontation, position-taking, struggle, tension and power. Every field “is a field of forces and a field of struggles to preserve or transform this field of forces” (Bourdieu, 2004, p. 22-23, own translation).

The struggle for access to housing (and land) is a field of tension, of demanding access to rights, and is one of the oldest and most solid fields in Brazil. We are interested in analyzing the power relations, social repertoires, classes, groups and collectives that have been reconfigured between conjunctures. Dismantling means a transformation, both in the sense of the actions of the state and the market, and a change in the horizon of institutions and structures

¹ The term dismantling, inspired by Roberto Schwarz ([1999] 2014), was used to describe the neoliberalism underway in Brazil in the 1990s. See also the collection organized by Chico de Oliveira and Maria Célia Paoli (1999). This dismantling meant the dismantling of the state productive apparatus, denationalization of the economy, deregulation of social rights, privatizations of the state productive system, among others. Recently, the work of Rizek and Georges (2022) used the term “last dismantling” to describe the period after the 2016 coup as a time of institutional, social policies and rights destruction.

² Organized civil society is understood to be a field of heterogeneous forces, representing the multiplicity and diversity of social segments that make up society. It is preferably related to the sphere of defending citizenship and its respective forms of organization around public interests, and is not exempt from power relations and conflicts, disputes over hegemony and diverse and antagonistic social and political representations (Scherer-Warren, 2006).

through which it was possible to carry out a type of social practice (Miagusko, 2012). This implies a change in the strategies and actions of those questioning the state.

Therefore, analyzing the interaction between the state, social movements, the market, and other actors through housing policy is crucial. What shape has the housing field taken in the latest dismantling? Which actors and forms of social organization are valued or delegitimized? What policies, experiences, and social practices have been produced in the housing field? What are the continuities and ruptures?

Our empirical object of research is urban occupations. Although this struggle for the right to housing and survival is not new, occupations have taken on different forms in each situation, as we have argued throughout this thesis. They function as an instrument of pressure for the squatters to access essential public services (Miagusko, 2012) and are a tool for producing urban space according to the demands of the low-income population. They also function as a crucial space for the production of multiple identities³ (Helene, 2019; Caldwell, 2007), political engagement, the politicization of the squatters (Carvalho-Silva; Tomizaki, 2021), as well as for the formation of political party leaders from the grassroots (Breda, 2023). More recently, they have become the center of political capital disputes between parties and social movements, shuffling relations between the two institutions. They also shape the “legitimate subjects of social transformation” based on identity politics (Miskolci, 2021). In this context, occupations take on a polysemic meaning, and various actors dispute their meaning.

In other words, through the occupations, we can observe the field of housing policy in its latest dismantling, the construction of social movement networks, the production of the identity of the “new” historical subject of social transformation and the management of precariousness and vulnerability in an unprecedented context of lowering the conditions of social reproduction and human dignity. In the context under analysis, the occupations and social movements for housing accommodate diverse demands and subjects, broadening the classic meaning of the right to the city. At the same time, they have been the locus of working-class organizations in peripheral territories.

³ According to Scherer-Warren (2006), in globalized, multicultural and complex societies, identities tend to be increasingly plural and the struggle for citizenship, including the right to housing, tends to accommodate multiple dimensions of the self, such as gender, ethnic, racial, class and regional issues, etc. Thus, the demands and struggles in the most diverse aspects of citizenship have allowed social movements to move from the defense of a single identity subject to the defense of a plural subject.

1. Between two conjunctures: the time of the social and political and the governments of death

This section introduces the concepts of political conjuncture and neoliberalism and discusses the main characteristics of the Lulism and post-2016 periods, supporting the following debate in this thesis. The aim is not to exhaust the topics but to point out the main elements of the analysis.

According to Georges and Giraud (2022), the concept of political conjuncture comprises a relational notion in a historical “sequence” based on certain elements: ruptures and socio-political continuities that are striking and unique to an era, such as social mobilizations, electoral changes, economic, “natural” or health crises, international tensions, regime crises, among other elements that constitute turning points or ruptures.

Based on a Gramscian reading, the dynamics of political conjunctures are grounded in an intense competition between social, political and cultural forces to impose a hegemonic reading of a specific historical situation, (de)integrating different social groups and political positions, producing or maintaining normative and discursive orders. At the same time as producing articulations and alliances, cleavages and oppositions are emphasized. This movement makes it possible to include or exclude social actors in a given political field, configuring specific power structures and actors’ actions within a horizon of expectations. In general, political conjunctures are a socio-political construction based on a competition between social, economic and political actors seeking to impose their definitions, demands and strategies (Georges; Giraud, 2022).

In this sense, the notion of the political conjuncture can have an essential explanatory capacity when it comes to public action, especially in the field of social policies, as it acts as a guiding thread for understanding change and permanence. Social policies can be understood as the translation of hegemonic discourse, as an attempt to produce or reorganize power relations and political actors, favoring specific individuals, such as beneficiaries or implementing agents, specialists, and associative networks. There is the possibility of implementing political and moral agendas, social practices and experiences of various kinds, modeling, poverty management practices, production and management of demands, forms of organization, social technologies and justifications that make up the government agenda (Dobry, 2015).

It is necessary to map the trajectories of social policies and observe relations with the state, the market and social movements based on the notion of a “field under tension” produced

between conjunctures. It is important to emphasize that a situation change does not necessarily imply a total break with previous hegemonic practices. Thus, permanence, ruptures and reconfigurations must be observed.

The notion of neoliberalism adopted is related to the conjunctural analysis. Nationally, the turning point of the conjuncture is understood to be the June 2013 Journeys (Perruso, 2023) and the intensification of the coup d'état in 2016 (Jinkings; Doria; Cleto, 2016), along with the rise of the conservative governments of Michel Temer and Jair Messias Bolsonaro. It is essential to point out that the historical distance does not yet allow us to say whether the New Republic has ended or was merely suspended between 2016 and 2022 (cf. Rizek; Georges, 2022). Although the current Lula government is to the left of its predecessors, the “post-2023 conjuncture” and the legal framework left by the last two governments outline the new horizon for action and social management⁴.

The change in the national conjuncture follows a global shift from “progressive neoliberalism” to “hyper-reactionary neoliberalism”. The turning point can be read as the election of Donald Trump; Brexit in the United Kingdom; the decline in the legitimacy of the European Union and the disintegration of social democratic and center-right parties; the growing number of racist and anti-immigrant parties in northern and central-Eastern Europe, the rise of authoritarian and proto-fascist forces in Latin America, Asia and the Pacific. These changes point to the shrinking authority of the established political classes and political parties, making room for racist, anti-immigrant, authoritarian and proto-fascist parties (Fraser, 2018).

The author argues that the pillars of neoliberalism are based on “distribution” and “recognition”. The first refers to how society allocates wealth and goods between groups. The second refers to which groups society should accord respect, esteem and belonging, producing a structure of status and hierarchy. Progressive neoliberalism has meant an alliance between the most dynamic, highly symbolic and financial sectors with the liberal currents of the new social movements (feminism, anti-racism, LGBTQIA+, etc.). “Recognition”, in this case, extended to so-called minorities or parts of the population excluded from previous social policies.

Progressive neoliberalism didn't aim to abolish the social hierarchy but to “diversify” it, “empowering” “talented” women, black people and sexual minorities through meritocratic mechanisms to get them to the top. This “distribution” was carried out through financialization,

⁴ As a starting point, “social” can be understood as mechanisms, techniques and mediations adopted by the state to regulate the conflict between the market and democracy, with the aim of developing social justice in favor of liberal capitalism's socio-economic distortions (Donzelot, [1984] 2007). The social developed by Lulism distorts this formula, putting the state at the service of private initiative and not regulating it.

market promotion, the free movement of capital, deindustrialization, the weakening of unions, the spread of precarious and poorly paid work, etc. Parallels can be drawn with Lulism, as we shall see. Progressive social movements were drawn into this hegemonic bloc and gained visibility. Those who resisted were left on the sidelines.

The exhaustion of this model occurred precisely in the field of recognition. A whole discourse was rearticulated, based on nationalism and protectionism, strengthening an exclusionary vision from the point of view of race, immigration, and the rights of the LGBTQIA+ population, among others, focusing on a pro-Christian and patriarchal character. A bet was made on a reactionary policy, increasingly intensified and cruel, supporting socially unjust forms of hierarchy. Trump's government — and here we can draw parallels with Temer and Bolsonaro — represented what Fraser called “hyper-reactionary neoliberalism”. There was no attempt to regulate the market, nor were there investment and public infrastructure projects aimed at creating jobs on a large scale.

In this thesis, we are interested in the turning point between two conjunctures and the imposition of a new political agenda, producing a field under tension that reflects changes in the legislative framework and social dynamics. The first, between 2003 and 2016, was characterized by Lulism or progressive neoliberalism, which reduced poverty, inequality and the consolidation of democracy in line with the desires of the market and the reproduction of capital. Since 2016, we have seen the emergence and strengthening of authoritarian, repressive, anti-democratic governments that have sought to implement austerity policies, crossed by a profoundly conservative regime and morality. The hyper-reactionary neoliberalism set in motion in Brazil has attacked social rights achieved since the late 1990s and caused an unprecedented decline in living conditions and social reproduction — characterizing actual governments of death. The last decade has been marked by almost permanent political, legal and institutional instability, making the crisis a management device. Below, we will take a closer look at these two conjunctures, observing the ruptures and continuities between them.

1.1 The PT's constellation of social programs: the constitution of a social protection network under the sign of capital

The successive governments of the Workers' Party (2003 to 2016), represented by Luiz Inácio Lula da Silva and Dilma Rousseff, produced a set of transformations and modulations in the field of social policies, with significant advances in the fight against poverty and misery, while benefiting capital and the economic elites (Rizek; Georges, 2018; Georges; Santos, 2020; Georges, in press). The “gradual reformism and conservative pact” set in motion by a

conservative economic policy aimed to avoid confrontation with capital and established a “win-win” policy, characterizing Lulism. This period was marked by the sign of contradiction, representing conservation and change in the same movement. In the 2002 elections, Lula represented the remnants of the 1980s workers’ movement and the maintenance of the neoliberal order established under Fernando Collor (PRN, 1990-1992) and Fernando Henrique Cardoso (PSDB, 1995-2002) (Singer, 2012).

A “constellation of social programs and services” was created (Rizek; Georges, 2018; Rizek, 2018), such as Bolsa Família (cash transfer program), My Home My Life (Minha Casa Minha Vida), University for All (Universidade para todos — Prouni), More medical doctors (Mais medicos), Unified Social Assistance System (Sistema Único de Assistência Social — SUAS), as well as strengthening the Unified Health System (Sistema Único de Saúde — SUS) and integrating CadÚnico⁵ with other programs to manage data and control beneficiaries. Many of these programs have their roots in the late 1990s, under Fernando Henrique Cardoso (FHC), albeit with different content. Unlike FHC’s neoliberal approach, in which the watchword was privatization and cutting social spending (Paulani, 2016), Lula’s programs brought massive investments in the social area but operated through the privatization of funding and private social management mechanisms (cf. Georges; Rizek, 2016; Rizek; Georges, 2018).

Lula’s social policies have accommodated neoliberal rationality (Dardot; Laval, 2016; Laval, 2022), which is present in the conceptions, modes of implementation, operationalization and appropriation by the so-called “beneficiaries” at the ends of the programs and which makes use of the practices of the actors. This rationality blurs the boundaries between the public and private spheres, rights and commodities, in which the state operates in confluence with the market. Its implementation depends on the dispute over and appropriation of public funds. At the same time that rights were won, niche markets were created that modulated new services, funding, and social work (Rizek; Georges, 2018).

This model opened up fertile ground for the growth of private groups and enterprises, managing and promoting services, actions and practices in the field of social policies and assistance, shaping new ways of managing the daily lives of these populations and reconfiguring relations between the state, its services and the populations that inhabit these territories (Rizek, 2018). These elements combined powerful government and social order

⁵ CadÚnico, or the Unified Registry (Cadastro Único), was created in 2001 and, since 2003, its database has been integrated with other programs. It gathers data on the low-income population throughout the country, which is central to the design and management of social programs. CadÚnico contains data on family representatives, addresses and the income of all family members. Its creation made it possible for the population to access social programs, while at the same time allowing for the sophistication of social management and population control.

modes, forming networks and flows between popular associations, businesses and religious NGOs in their hybridism. The new social to the PT version conformed to new sectors of capital accumulation (Rizek; Georges, 2018).

Although contradictory, an articulated network of protection and social and economic recognition of historically discriminated segments was set up. It is also important to note that the PT governments represented an actual increase in the minimum wage and a significant increase in formal employment, but with high turnover, poor working conditions, and low wages (Singer, 2012; Singer; Loureiro, 2016). While it is true that this constellation of social programs improved the living conditions of the poor, there was also a process of incorporation into consumption that was devoid of politicization. Social rights were often read as favors and aid, disconnected from a public and collective process of rights (Singer; Loureiro, 2016).

The depoliticization of beneficiaries can also be understood within the framework of the absence of conflict between capital and labor promoted by Lulism and the “active consensus” of union leaders and movements linked to the PT and CUT; as well as a “passive consensus”, produced by agreement and the relatively small improvement in inequality indices and, more significantly, poverty reduction (Rizek, Georges, 2018; Bello, 2018; Braga, 2016).

In general, Lulism stopped a significant set of privatizations and the growth of inequality that occurred during the FHC era, through anti-poverty policies. In 2013, Lulism began to show signs of exhaustion. The crystallized relations between the state, the market and civil society moved towards a reconfiguration, especially in the coup’s aftermath, when the pact with financial capital made in the name of governability finally broke down.

1.2 Lulism’s first cracks: June 2013 Journeys, the lack of a political base and the Commodities shock

Ten years ago, Brazil was showing the exhaustion of Lulism, opening cracks in the current political model (Singer; Loureiro, 2016). The June 2013 Journeys represented a turning point in history. Since the struggle for re-democratization in the 1980s, the streets have been occupied mainly by groups with center-left and left-wing political positions. From 2013 onwards, and more markedly in 2014 and 2015, the street demonstrators tended to identify increasingly with center and right-wing political positions (Singer, 2013; Pinto, 2017). The Jornadas brought out a conservative character in society that had been under the surface since

re-democratization. Indeed, the content and its meanings are still in dispute, especially now that they are a decade old⁶.

The first demonstrations against the increase in public transport fares occurred in February 2013 in Porto Alegre. In June, the demonstrations took on significant proportions and were present in major cities nationwide. Amid the demand for transportation, agendas against corruption, politicians, parties, and the government began to appear (Singer, 2013; Pinto, 2017).

In 2014, the demonstrations revolved around the World Cup. They were led, on the one hand, by parties to the left of the PT and urban social movements that questioned the excessive spending on the event and, on the other hand, anti-PT demonstrators, mostly conservatives, who criticized social programs, public services and associated the party with communism. Although both sides presented an anti-government agenda, the content was quite different. The conservative discourse gained momentum, and in 2015, demonstrations across the country had the impeachment of President Dilma Rousseff as their specific target (Pinto, 2017). The collective indignation (Barreira, 2014) that followed from 2013 did not present a defined agenda of demands, bringing together groups with diverse interests and divergent demands, bringing with it anti-institutional and anti-party impulses that would shape Brazilian political life in the last decade (Miskolci, 2021).

The Jornadas also brought an innovative element — for the first time, the generation of activists shaped by the technical-mediated public sphere, the digital social media platforms, took to the streets. With them, a whole lexicon of the online universe, such as “positionality” (lugar de fala) and “experience” (experiência), triggered by “self-entrepreneurship” (empreendedorismo de si) in the construction of identity profiles, pointed to an understanding of politics through individual experience, configuring what Richard Miskolci (2021) called “neoliberal identity activism”.

The Jornadas irreversibly brought down Dilma’s popularity⁷ and paved the way for the growth of center and right-wing ideologies (Singer, 2013; Pinto, 2017). While the right was gaining ground on the streets, the government’s political base and the economic camp were beginning to show signs of weakening. Internationally, the environment from 2011 onwards became less favorable with the growing instability of the financial markets, low economic growth in the United States and the slowdown in China, which compromised the good

⁶ A series of books and reports were launched in 2023 to commemorate the 10th anniversary of the Journeys.

⁷ On March 1, 2013, Rousseff’s approval rating was 63%, but in July it fell to 35%. Until the end of 2014, she varied between 43% and 31%. From March 2015 onwards, she didn’t exceed 15% of good and excellent ratings. CNI/Ibope survey. <https://arte.folha.uol.com.br/graficos/zzXby/?>. Accessed on: Feb. 14, 2023.

performance of global commodities trade. In Brazil, from 2013 onwards, there was a deep recession in the economy, driven by the exhaustion of the “super cycle” of high commodity prices that had been going on since the 2000s. In this context, Lélis, Cunha and Linck (2019) argue that the post-2014 national economic slowdown cannot be explained solely by domestic policy, but also by global economic dynamics, especially the external commodities shock.

Regarding domestic policy, between 2011 and 2012, Rousseff opted for systematic state intervention in the economy in a way not seen when Lula was president. The main action focused on lowering interest rates and bank profits. The strategy, which seemed to have had an effect, ran into limitations in 2013, when the Central Bank again raised the Selic rate, giving the financial market fundamental control of economic policy (Singer; Loureiro, 2016; Singer, 2016).

Regarding domestic policy, between 2011 and 2012, Rousseff opted for systematic state intervention in the economy in a way not seen when Lula was president. The main action focused on lowering interest rates and bank profits. The strategy, which seemed to have had an effect, ran into limitations in 2013, when the Central Bank again raised the Selic rate, giving the financial market fundamental control of economic policy (Singer; Loureiro, 2016; Singer, 2016).

As Singer (2016, p. 33) pointed out, Dilma’s anti-liberal choices cost her dearly. The new matrix involved picking unprecedented fights and testing the Lula conservative pact. The so-called state activism rehearsed by Dilma received strong criticism from international risk agencies, official economic control institutions such as the IMF and the World Bank, foreign banks, multinational corporations and multiple voices in the media between 2013 and 2014. This reaction created an ideological climate necessary to force a turnaround based on the premise that it needed to cut “inefficient” and “uncontrolled” government spending and leave the market free to reorder the country and resume growth. The narrative at the national level was not significantly different (Singer, 2016).

Without international support, Dilma’s political base weakened, her popularity melted, and the shock of external commodities weakened her ability to push through her anti-liberal agenda. It is worth noting that although Dilma’s government was not on the demonstrations’ initial agenda, especially since she still enjoyed high popularity, a liberal vision of the state was already present (Singer, 2016; Singer, 2013; Pinto, 2017).

Rousseff then proposed “fiscal responsibility” as one of her goals and cut R\$10 billion from the annual budget at the end of 2013. Re-elected in 2014, with a speech against neoliberal policy, she did the opposite, leaving the left perplexed (Singer, 2016). The progressive advance

was paralyzed, and the siege in favor of neoliberal reversal was gaining more and more support from the bourgeoisie, the traditional middle class and sectors of the new working class. Defeated on the economic front and under pressure from the private sector, Dilma appointed Joaquim Levy to the Treasury, signaling a fiscal adjustment. An unparalleled recession began (Singer; Loureiro, 2016; Singer, 2016).

It should also be remembered that the corruption scandals weakened the government. The “Mensalão” trial took up a lot of media space between 2012 and 2013, wearing down the PT and the Dilma government. In March 2014, the Lava Jato Operation⁸ was unleashed, weakening the government. The PT returned to the center of another political-media scandal, and this time, it would spend a decade systematically exposed as the most corrupt party in the country. Deltan Dallagnol and then Judge Sérgio Moro, from Curitiba, would become heroes of the middle class, carrying the anti-corruption flag (Singer, 2016). The anti-PT, anti-interventionist climate, and even an anti-system climate in favor of reducing the size of the state were in place. It was no coincidence that Bolsonaro sold himself as a political outsider, becoming President of the Republic in 2019 (Inácio; Llanos, 2018).

The unprecedented dimensions constituted in Brazil from the experience of the Workers’ Party governments outlined a particular matrix of relations between the state, the market and organized civil society, in which the privatizations of the 1990s gave way to the privatization of social management and public funds. Since the 2016 coup, this relationship has changed.

Although it seems that social programs have been maintained or have undergone a “repositioning of brands”, such as Bolsa Família and the My House My Life Program (PMCMV) — which made way for Auxílio Brasil (cash transfer program) and the Green and Yellow House Program (Programa Casa Verde e Amarela — PCVA) — their social content has been emptied, giving way only to the remuneration of capital. This movement showed, on

⁸ Launched in March 2014, Lava Jato Operation (Car Wash) was one of the largest corruption investigations ever carried out in Brazil. The task force carried out more than a thousand search and seizure warrants, temporary arrests, pre-trial detentions and coercive conduct, and uncovered a mega corruption scheme at Petrobras involving politicians from different parties and other public and private companies. The operation arrested former president Lula between April 2018 and November 2019, and he was barred from contesting the 2018 presidential elections. In 2021, Lava Jato came to an end and the Federal Supreme Court annulled the convictions against Lula on the grounds that the legal process had not been respected. It was proven that Dallagnol, then the federal prosecutor, and the judge in the case, Sérgio Moro, jointly organized the operation and agreed on dates, procedures, witness summonses and political actions, practices considered illegal. The then judge Sergio Moro, who ordered Lula’s arrest, left the judiciary and became Bolsonaro’s Minister of Justice. It was becoming increasingly clear that Operation had taken on strong political contours and was placing itself above the law. More details can be found in the article “O que foi a Operação Lava Jato” (2022).

the one hand, the fragility of the social program created during the Lula period while at the same time revealing the impossibility of a total reversal.

1.3 Post-2016 Brazil: the rise of conservatism, the emptying of the social sphere and the governments of death

Machado: There has to be an impeachment.

Jucá: There has to be impeachment. There's no way out.

(...)

Machado: It's an agreement to put Michel [Temer] in a big national agreement.

Jucá: With the Supreme Court, with everything.

Machado: With everything, then everything would stop.

Jucá: Yes. It would stop where it is, that's it (March 2016)⁹.

In October 2015, the Brazilian Democratic Movement Party (PMDB) of then vice-president Michel Temer launched a programmatic document — “A Bridge to the Future” — signaling the party's intentions in a possible regime under Temer (Paulani, 2016). Three days after the launch, the then-president of the Chamber of Deputies, Eduardo Cunha (PMDB), opened impeachment proceedings against President Dilma Rousseff. In March 2016, the PMDB withdrew from the government, and between April and May, federal deputies and senators ratified the process. On May 12, Rousseff was suspended from office, and that same day, Michel Temer took over as interim president. On August 31, 2016, Dilma Rousseff was removed from office, and Temer took over as president until the end of 2018 (Jinkings, 2016).

Eduardo Cunha's lawsuit was based on the argument that Dilma had carried out “fiscal maneuvers”¹⁰, a move made by all previous governments. At the end of 2015, the PT and Eduardo Cunha were at war over a case against him in the Ethics Council. Hours after the PT withdrew its support for Cunha in the Council, the impeachment process was dropped. For months, Eduardo Cunha¹¹ blackmailed the PT with the possibility of impeachment (Borges, 2015).

The votes that followed in the Chamber of Deputies and the Senate revealed an actual horror show, with the exaltation of God, the family and Dilma Rousseff's torturer during the dictatorship (Löwy; 2016; Jinkings, 2016). The motivations rested almost exclusively in the ideological, anti-PT, and anti-government climate. They voted for Brazil, fabricating a non-

⁹ Telephone recording between the Minister of Planning, Romero Jucá, and the former president of Transpetro, Sérgio Machado, suggesting a “pact” to stop Lava Jato Operation, in March 2016 (Em gravação, 2016).

¹⁰ In Portuguese, “Pedaladas Fiscais”, it is when the National Treasury delays the transfer of money to banks that finance government spending.

¹¹ Cunha was involved in corruption scandals and was impeached in 2016, making him ineligible until 2027.

partisan and nationalist narrative, arguing that the country needed to expel (or even eliminate) the “communists” and “leftists”.

The main component of the alliance of right-wing parties that overthrew Dilma can be represented by the (non-partisan) parliamentary bloc known as the “BBB bench”: of the “Bala” (bullet), linked to the Military Police, death squads and private militias; of the “Boi” (bull), related to agribusiness and large landowners; and of the “Bíblia” (bible), represented by neo-Pentecostals, homophobes and misogynists (Löwy, 2016). There was no army presence or takeover like in 1964. The entire democratic and legal rite had been fulfilled through a “political process based on elastic readings of the Constitution and legal tricks with a mostly corrupt Parliament and a corporate media at the service of the financial elites” (Jinkings, 2016, p. 12). Overthrowing the government meant “delimiting where the investigations are” since dozens of parliamentarians were being investigated as part of the Lava Jato Operation, which began in 2014. The operation ended in 2021 under the Bolsonaro government, which declared, “I have ended Lava Jato because there is no more corruption in the government” (Gallas, 2020).

The coup d’état was built against a supposedly anti-liberal agenda of the Dilma government to stop the bleeding opened up by the Lava Jato investigations and in favor of shrinking the field of “recognition” (Fraser, 2018). In addition, misogynistic and sexist remarks were directed at the first elected female president in Brazil’s history.

The document “A Bridge to the Future” indicated the complete rescue of the neoliberal agenda, resuming the privatization process, which had been relatively halted during the Lula and Dilma administrations. It proposed a “true opening up of trade” and an increase in the participation of the private sector in all areas through the transfer of assets. An intense privatization process was planned. The PT’s social programs and public policies were targeted for destruction. More than that, the Constitution and its social rights were attacked under the pretext of a new fiscal and budgetary regime. The first package of measures was announced in May 2016 while Temer was still interim president (Paulani, 2016).

The Proposed Amendment to the Constitution (PEC) of the “Expenditure Ceiling”, or as it has become known, “PEC of Death”¹², was drawn up, establishing a ceiling on public spending for 20 years, representing one of the most significant fiscal changes in decades. According to Cohn (2018), there was a wholesale destruction of essential social rights, abruptly

¹² PEC 241/2016, when processed in the Chamber of Deputies, or PEC 55/2016, when processed in the Federal Senate, gave rise to constitutional amendment 95, of December 15, 2016 (PEC da morte, 2020).

reducing investment in social areas such as health¹³ and education. At the same time, the legal apparatus that regulated labor rights was deconstructed through the Labor Reform (2017) and the Social Security Reform (proposed in 2016 by Temer and carried out by Bolsonaro in 2019). These reforms would point to an exhaustion of the field of struggles around the world of work (Marchesan, 2019; Krein et al., 2021).

Post-coup Brazil represented the seizure of power by groups not at all committed to the democratic perspective, with strong attacks on freedom of artistic expression and education, disputing the field of cultural production and everyday behavior¹⁴ (Rizek; Georges, 2018). The voting system, especially the electronic voting machine, was gradually attacked, and the fraud narrative, which had been brewing since 2014, was widely used by the Bolsonaro government to delegitimize the 2018 and 2022 elections¹⁵.

In April 2018, Lula was arrested as part of the Lava Jato operation to crown the coup, “demonstrating the loyalty of the Brazilian judiciary to the continuity of the coup, since the arrest strictly obeyed the country’s electoral calendar”. This prevented him from running for president, even though he already had around 30% of the intention to vote (Rizek, Georges, 2018, p. 241).

The Bolsonaro government (2019-2022) was marked by the deepening of neoliberal measures and the dismantling of the Brazilian social protection network initiated by Temer. This dismantling involved not only individual social programs but also an entire interconnected social assistance network between programs. Added to this was contempt for the poorest during the Covid-19 pandemic.

During the pandemic, Bolsonaro ended Bolsa Família, replacing it with the Emergency Aid and, later, the Auxílio Brasil program, representing a paradigm shift. Bolsa Família, a world reference in conditional cash transfers, aimed to alleviate poverty through targeted social

¹³ The destruction of social security dates back to when it was created by the Federal Constitution. However, with the implementation of the SUS in the 1990s and the SUAS in 2004, social rights were gradually put into effect, building an institutional apparatus that would make it possible to offer services (Cohn, 2018).

¹⁴ See, for example, the School Without a Party Movement, founded in 2004, but which gained strength in 2014. The movement claimed to be concerned about “political-ideological contamination” in schools (Fernandes; Ferreira, 2021). Another example is the constant attacks by Bolsonaro and his supporters in recent years on the so-called Rouanet Law. Created in 1991, the Culture Incentive Law authorizes artistic producers to seek private investment to finance cultural initiatives (Relembre, 2022).

¹⁵ In 2014, defeated presidential candidate Aécio Neves (PSDB) already questioned the fairness of the election, calling for an audit (PSDB, 2014). In Bolsonaro’s case, at least since July 2021, he has questioned the fairness of the voting system. Throughout 2022, several attacks took place against the urns and the Superior Electoral Court (TSE), alleging the possibility of fraud in the 2018 and 2022 elections. It is worth highlighting July 18, 2022, during the electoral period, when Jair Bolsonaro used the government structure to call on more than 70 countries to question the electronic voting machine. In January 2023, already defeated, Bolsonaro again questioned the results of the elections that gave victory to Lula (Relembre, 2023).

actions and a range of conditionalities. In practice, the program has become universal (Lima, 2017). Auxílio Brasil, on the other hand, was organized around the state's lack of responsibility for combating poverty and aimed to "encourage individual effort" (De Sordi, 2023).

Bolsonaro also promoted the destruction of public food security policies. Between 2019 and 2021, 61 million Brazilians faced difficulties feeding themselves, with 15 million dealing with severe food insecurity. This number was less than 4 million between 2014 and 2016. According to the UN's assessment, the pandemic was not to blame for the explosive growth in these numbers but rather the increase in social inequalities and the reduction or extinction of public policies (Brasil, 2022; Mais, 2022).

The former president acted in a genocidal manner concerning the pandemic. He attacked the SUS, campaigned against vaccination and promoted the use of chloroquine to combat Covid-19 — a drug that has been proven to be ineffective (Gomes; Castilhos, 2020; Relembre, 2021). In Manaus, the city that became a government laboratory for testing the so-called "early treatment" via chloroquine, hundreds of people were buried daily in mass graves in 2020 (Silva, 2020; Lima, 2021). At the same time, hospitals in Espírito Santo had containers to store victims' bodies (Contêineres, 2020). In April 2021, more than 4,000 people died every day in Brazil as a result of Covid-19 without considering underreporting (Brasil, 2021). Brazil's performance in fighting the pandemic was considered the worst on a list of 98 countries, according to a survey by the Lowy Institute in Australia (Chaves, 2021). Bolsonaro had established an actual government of death.

As argued by Cohn (2018), it wasn't just a question of economics, fiscal adjustment or a reduction in social "spending". It was about contempt for the poor, about maintaining class privileges that seemed to have been lost under previous governments. The rise of sections of the poorer classes threatened the middle and upper classes of society. Complaints that airports looked like bus stations or even the speech by Bolsonaro's then Economy Minister, Paulo Guedes, who complained that even maids were going to Disney, revealed such contempt (Ventura, 2020). The thousands of deaths during the pandemic did not touch Bolsonaro and his government at all; on the contrary, they were a laughingstock — "I'm not a gravedigger, okay?", Bolsonaro mocked in a news interview (Gomes, 2020). On another occasion, during his usual broadcast, he debauched imitated patients with shortness of breath due to Covid-19 (Bolsonaro, 2022).

Figure 1. Mass graves in Manaus (AM) as a result of Covid-19 and the Bolsonaro administration, April 2020



Photo: Michael Dantas/AFP, April 2020.

While during the PT governments, in line with bilateral international agencies, the issue of inequality and poverty was considered an impediment to the country's economic development, post-2016 marked a rejection of any redistribution of wealth. Policies to combat poverty became disjointed, amounting to a kind of welfarism. Resources for social areas came to be considered social spending. The aim was not to achieve greater rationality and control in allocating public resources but to reduce the state's responsibility for guaranteeing social rights. Social policies became exclusively marked by market interests, emptied of any social content, and reproducing the subalternity of the poor and working classes (Cohn, 2018).

The dismantling of Lula's social system changed the relationship between the state, the market, and society, establishing an equation in which the market is opposed not to the state but to society itself. In this context, the market threatens the existence of the social by transforming into merchandise things that need to be maintained as a common good (Polanyi, 2000). There has been a radical privatization of the public (Oliveira, 1999), aligned with a conversational agenda in customs and morals. According to Chico de Oliveira (1999, p. 68, own translation),

The privatization of the public is a false awareness of the unnecessaryness of the public. It is objectified by the so-called bankruptcy of the state, by the mechanism of the internal public debt, where the apparent forms are those that the private bourgeoisie lends to the state; therefore, the state, in this appearance, only sustains itself as an extension of the private. The real process is the opposite: public wealth, in the form of a fund, sustains the reproducibility of the value of wealth of private capital.

The coup, “with the Supreme Court, with everything”, and its political, economic and social consequences resulted in the dismantling of an order and an invention of the Lulism social system. An accelerated deterioration of institutional politics, laws and social rights was observed. “New frontiers of dissolution and recomposition of a new framework are drawn, a new articulated social, more faithful to the precepts and formats of a hegemony purely and simply of the so-called ‘market’” (Rizek; Georges, 2018, p. 252, own translation).

2. Changes in the field of housing policy

In the latest dismantling, the field of housing policy has functioned as a social laboratory for the governments of death. Since 2013, the My House, My Life Program has already shown signs of exhausting its social content by reducing the Social Housing (SH) range, directly impacting the low-income population, while the Market Housing ranges maintained their performance.

The horizon of possibilities for access to social housing represented by the PMCMV was breaking. The predictability of the range was limited to two fronts: individually, you would register with the local public body responsible for the SH, wait for a development to be produced, and then hold a lottery to distribute the units. Social movements and organized groups competed for the Entities modality at the collective level¹⁶. Social movements acted as an instrument of housing management, co-opted by the state, in confluence with social policies and capital (Guerreiro, 2016). The horizon for action outside the institutional framework was reduced.

Following the coup d'état, a cascade of normative and programmatic changes modified various laws and regulations regarding territorial and urban development policies. Three main changes stand out: the emptying and closure of the PMCMV, the New Land Regularization

¹⁶ Aimed at institutionalizing self-construction and self-management practices stemming from the urban struggles of the late 20th century, the category was created to serve groups historically linked to the struggle for Urban Reform. It provided for the accreditation of associations, whether they came from housing movements or not. Although its results are few in numbers, the achievements have been made in the field of politics. The modality transformed social movements and residents' associations into PMCMV operators and opened up a field of action (Rizek; Georges, 2018).

Law (2017), and the creation of the Green and Yellow House program (2020). For the state of São Paulo, it is worth highlighting the consequences of ADI 6602¹⁷.

These changes reconfigured the normative and programmatic framework in housing policy in the last dismantling. The proposed guidelines modified laws, regulations, ordinances, budget funds, and beneficiary frameworks and shaped how the population, associations, private companies, and social movements, among other actors, access and produce these policies. The agents¹⁸ mediating housing demand have been displaced, and the housing policy field has been reconfigured.

There has been deregulation of the forms of access to housing, producing a “vacuum” of law in the housing field, creating dynamic spaces of dispute and institutional recreations, and configuring a “gray zone”. These zones are characterized by widening the margins of maneuver existing in the legal regulation itself and increasing the control or regulatory power of non-institutional actors in these spaces (Bureau; Dieuaide, 2018). The “gray zones” are drawn from the dissolution of normative limits, gaining less definitive contours, mixing indistinct practices between the folds of the legal and illegal, the institutional and the non-institutional (Minassian, 2011; Azaïs, 2012). In our case, we are referring to the control or power to regulate social relations based on the management of housing demand by non-institutional actors. Which actors and social practices gain ground by acting in this “indistinct” zone (Paoli, 2007)?

There has been the emergence of a post-2013 “urban activism” (Frúgoli Junior, 2018), which is characterized by a set of collectives, networks of social movements and occupation practices aimed at fighting for the right to the city and the right to life itself, through the grey zones, allowing the most diverse actors to act, from technical advisory collectives to organized crime. This means the production of a new constellation of initiatives and broadening a repertoire of struggles and forms of organization on a new scale of action.

As a result of this new regulatory framework, the budgets allocated to social movements via the Entities, private construction companies, and the municipal government ended. Several contracts were interrupted. Access to subsidized housing gave way to access to regularized,

¹⁷ Direct Action of Unconstitutionality (ADI) 6602, dated November 25, 2020, brought into question the provisions of the Constitution of the State of São Paulo that imposed restrictions on municipalities to change the destination, purposes and original objectives of allotments defined as green or institutional areas. The action was heard by the STF and the result released in September 2021 was the invalidation of paragraphs 1 to 4 of item VII of the São Paulo Constitution. This means that the municipalities of the State of São Paulo will now exercise their concurrent competence to legislate on matters of local interest, including territorial planning, urban planning and the supervision of land use and occupation areas.

¹⁸ The main agents mediating this demand were public or local authorities (such as PROHAB), Caixa Econômica Federal (as a financial and inspection agent), private contractors, owners of large urban or peri-urban plots and, on a smaller scale, social movements and organized groups.

partially urbanized land. The struggle for housing became more complex and dramatic as the governments of death were installed during the Covid-19 pandemic. It became increasingly shared by the struggle for food, water and personal and collective hygiene conditions. In this context, “emergency struggles” (Mouriaux, 2002) were established and linked to the immediate plane of life.

Historically, the struggle for housing in Brazil has never been restricted to access to land and housing. Demands for public transportation, access to daycare, and running water, among other demands, have always been linked to the struggle for housing. The argument here rests on the fact that recently, these demands have deepened, adding to others, such as the need for food, job creation, etc. In this sense, housing movements have come to deal with so many other demands, making them social movements broadly.

The scale of the struggle for housing has also changed due to the state of emergency and precariousness, moving from “local associations”¹⁹ to the constitution of a “network of social movements”²⁰ with links to various agents, movements and scales in the struggle for visibility and the conquest of social rights. These new mediation actors have connected through the land occupations — which have gained a significant role in the last decade—and have started to manage precariousness and vulnerabilities in line with housing needs.

Through overlapping demands in “social movement networks”, the movements have moved from defending a single subject to a plural subject, broadening the concept of the right to the city and expanding the mobilization base. Issues such as gender, ethnicity, race and class, as well as struggles for the environment, work and sustainability, are now part of the housing movements’ demands (Scherer-Warren, 2006). Of course, this process is not without conflicts and contradictions.

Through overlapping demands in “social movement networks”, the movements have moved from defending a single subject to a plural subject, broadening the concept of the right

¹⁹ “Local associations” are civil associations, community movements and social subjects involved in everyday social or cultural causes. They are expressions and local and/or community organizations of organized civil society (Scherer-Warren, 2006).

²⁰ According to Scherer-Warren (2006, p. 113-114, own translation), “In the network society (to use Manuel Castells’ terminology), localized associations (community NGOs and local associations) or sectoral associations (feminist, environmental, ethnic and other NGOs), or even local grassroots social movements (of residents, the homeless, the landless, etc.) increasingly perceive the need to articulate with other groups with the same social or political identity in order to gain visibility and make an impact on the public sphere.) are increasingly realizing the need to link up with other groups with the same social or political identity in order to gain visibility, have an impact on the public sphere and achieve citizenship gains. In this articulation process, they therefore attribute legitimacy to the spheres of mediation (forums and networks) between localized movements and the state, on the one hand, and seek to build networks of movements with relative autonomy, on the other. This gives rise to a permanent tension within the social movement between participating with and through the state in the formulation and implementation of public policies or being an agent of autonomous pressure from civil society”.

to the city and expanding the mobilization base. Issues such as gender, ethnicity, race and class, as well as struggles for the environment, work and sustainability, are now part of the housing movements' demands (Scherer-Warren, 2006). Of course, this process is not without conflicts and contradictions.

Finally, it's worth highlighting two notable events that drew national attention and put a strain on the field of housing policy in the 2010s. The first occurred in 2012, when the "Pinheirinho" occupation in the city of São José dos Campos (SP) suffered a violent eviction, with heavy police action and clashes, generating criticism from social movements and human rights defenders. Since 2005, it had been home to around 1,600 families on a 1.3 million m² plot of land belonging to the bankrupt Selecta company. The second occurred in 2018, when the Wilton Paes de Almeida building, located in Largo do Paysandu, in the center of São Paulo, collapsed after a fire, leaving people dead and injured. The Movimento Luta por Moradia Digna (Struggle for Decent Housing Movement) occupied the building and was home to around 150 families.

In an attempt to respond to this thesis general objective — to understand the changes in the housing policy field in the context of the latest dismantling, based on (1) the legal framework analysis and (2) the demands of those who have no part, we have listed a series of laws and social actors, which are materialized through land occupations.

About the laws, we analyzed the PMCMV performance until its extinction in 2020; the New Land Regularization Law (2017) instruments, highlighting the figure of "Informal Urban Settlements" (Núcleos Urbanos Informais) and the land regularization instrument — Reurb; the Green and Yellow House housing program creation (2020) and its mechanisms for privatizing the public and institutionalizing precariousness; and, at state level, we will discuss the consequences of ADI 6602, which authorizes municipalities to disaffection their public areas without conflicting with state legislation.

We want to highlight the actors who have gained prominence throughout this thesis. Although presented here separately, these groups are cross-cutting and act through the gray zone, seeking to build legitimacy and institutionality for their actions. Each actor or network operates on different scales and temporalities but meets through the occupations. They are:

Local and national housing movements: local housing movements are represented by the occupations contemporary cycle in the city of São Carlos, which began in 2014 with three land occupations. The first occupation (2014) can be understood within a framework of local activism, building networks, bringing together civil associations, community movements and the local PSOL (Socialism and Freedom Party); the second occupation (2015) began in the

same way and later partnered with the MTST, building a more complex local social movements network, while inserting itself into a national social movements network, whose strongest actor is the MTST; the third occupation (2020) rejected MTST's entry, but maintains a local activism network. From the second occupation onwards, it was possible to follow MTST's actions in the metropolitan region of São Paulo — the heart of the movement — observing the local, regional, state, national and international strategies and their reconfigurations throughout the changing conjuncture.

It's worth noting that there are other housing movements in Brazil with wide-ranging activities, such as the Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), the Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), the Movimento Nacional pela Luta por Moradia (MNLN), and the União Nacional por Moradia Popular (UNMP). However, this thesis focuses on the MTST due to its centrality during the ethnographic incursions.

PSOL: the Socialism and Freedom Party appear in two ways in managing housing demand. At first, its participation in the occupations was through the figures of its militants, and later, in the constitution of an institutional relationship, it was through the election of councilor Djalma Nery. The second way refers to the alliance built with the MTST in 2018. PSOL internal direction began to be disputed based on the MTST occupations. The movement started instrumentalizing the party to access the institutional political-party arena.

ATHIS: Technical Assistance for Social Interest Housing, legally supported since 2008, took on a more substantial form in the context of the latest dismantling in a housing policy absence. A whole action field was structured through the demands of the occupations that did not find technical and budgetary support from the state and through calls for proposals via CAU (Council of Architecture and Urbanism).

Church: the church, especially evangelical leaders and believers, are present in the occupations, disputing the meanings of the struggle for housing. In São Carlos, two evangelical religious leaders stood out in the occupations. For them, the struggle for housing is not confused with social rights but rather with realizing God's plans. These leaders can be understood as "moral entrepreneurs" (Becker, 2008). They symbolically compete for space with the occupation's leaders and collaborate in managing precariousness and vulnerability, whether by donating meals or offering spiritual comfort. In this sense, the housing demand management is crossed by the evangelical religion moralities.

Organized crime: organized crime, especially the PCC (First Command of the Capital), has also managed housing demand in the occupations. The "irmãos" or "companheiros" promote occupations security similar to the criminal world. In other words, they are responsible

for managing violent conflicts in that territory to avoid the police being called in, which would harm both their activities and stigmatize the occupations.

In this context, we are interested in understanding the multiple relationships between these actors in managing housing demand, whether in collaboration or competition. According to their plans or opportunities shaped by the situation, these groups gain more or less prominence. It is possible to observe the new contours of this “field under tension” (Bourdieu, 2011; 2004), certain actors valorization and configuration, the creation of a market for political opportunities, the social and political practices crossed by the market, institutionalization forms and the networks conformation of power and influence (Feltran, 2018). It also looks at the processes of producing political capital (Bourdieu; 2011) and social and urban planning forms.

3. The paths to the research object

At the beginning of 2018, I was preparing to defend my master’s thesis on the PMCMV and its relationship with producing urban space and housing indicators in São Carlos (Breda, 2018)²¹. A few meters away from my research field — the PMCMV social housing neighborhoods — I became aware of the “In search of a dream” occupation, with around 100 families living in precarious shacks since 2015, with clandestine water and energy connections, no access to the sewage system and struggling to access housing through the housing program in operation.

At the same time, the SAGEMM²² research group, of which I am a member, was organizing a Winter School in August 2018²³. The program aimed to dialogue with interlocutors, activists, and subjects in our knowledge field who were not academics. We

²¹ The dissertation addressed the combined forms of production of urban space (from “below” and from “above”) and their relationship with the forms of management of certain groups and the social ordering of the poor peripheral population - resulting from the action of the state, capital and different social actors in “public-private partnerships” - which give meaning to daily life, especially in the contemporary periphery of the city of São Carlos/SP. Some considerations can be pointed out: (i) the PMCMV presented an “overproduction by demand”, aiming to serve the real estate market rather than the so-called housing deficit; (ii) public and private agents work in confluence with the needs of the market; (iii) social policies are privatized and their actions outsourced, causing a “private management of the social” and “urban space” through private initiative bodies, such as contractors and NGOs; (iv) the private management of the social is imbued with a moralization, depoliticization of the state; (v) access to social rights is not understood in the “key of right” but of chance or individual merit.

²² International Mixed Laboratory “Social activities, gender, market and mobilities from below (Latin America)” coordinated at the time by Isabel Georges and Cibele Rizek (2016-2018), which gave rise to the Sagemm research network.

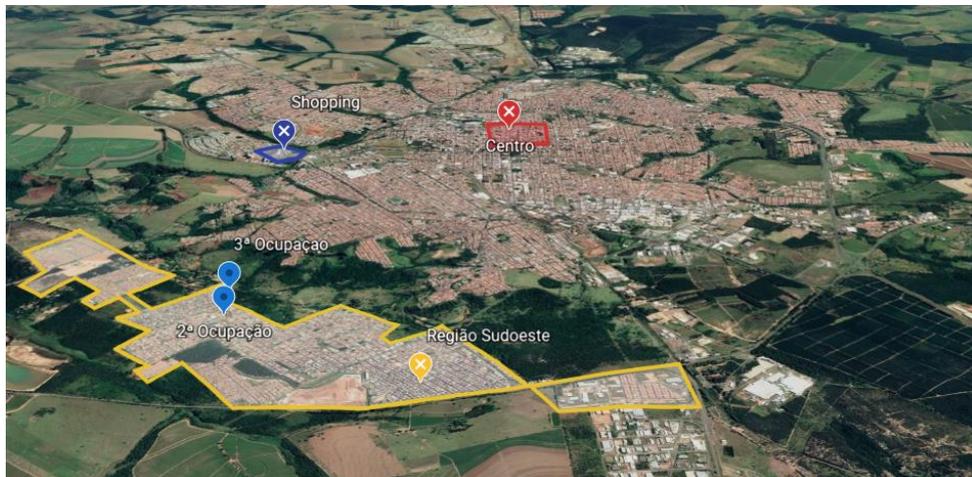
²³ Entitled “Production and Reproduction of Forms of Sociability - Territorial and Multi-scalar Dimensions of the Global South (Theoretical Approaches and Methodological Challenges)”, organized around the 3 axes of the LMI: transformations of work, social policies and forms of mobilization. See Georges, Rizek and Breda (2022).

thought getting to know the occupation and bringing its leaders to discuss their trajectories and challenges would be interesting. In July 2018, I first contacted Juliana and the occupation²⁴.

From this occupation, I discovered the existence of the “José Luís and Rosa Sundermann” occupation (2014-2014), which had settled on the same land years ago. Later, I noticed a third occupation emergence, “In search of a home”, configuring what I call the “contemporary cycle of occupations” in São Carlos. The third occupation emerged in 2020, a few meters from “In Search of a Dream”. Although it is impossible to say with complete certainty, no information was found on structured and politically organized land occupations in recent decades in the city, characterizing it as an unprecedented phenomenon.

The southern region, or the greater Cidade Aracy, where the occupations are located, can be considered the city’s most significant region of poverty and vulnerability. Just three access roads connect around 80,000 people to the so-called consolidated city. A geographical accident makes accessing the center and public and private facilities difficult, resulting in socio-spatial segregation.

Figure 2: Location of the southwest region and occupations, São Carlos, 2020



Source: Google Earth (2020). Final draft by the author, 2021.

Situated in the context of a peripheral capitalist country, São Carlos is a medium-sized city (250,000 inhabitants) located in the central region of the state of São Paulo, known as the national “technology capital”, home to two major public universities and a prominent technology business park. Data from 2017 shows it is among the 100 wealthiest cities in the

²⁴ I would like to thank Professor Dr. Marcel Fantin (IAU-USP) and the Pitá group for putting me in touch with the occupation.

country²⁵. The macro-region is marked by a conservative environment and the predominance of industrial and agricultural elites (especially sugar cane), who own much of the peri-urban land, dictating the development of the cities (Breda, 2022). In this sense, social movements and progressive groups face a hostile environment marked by various conflicts. The most influential city nearby is Ribeirão Preto, known as the agribusiness capital of Brazil. Its metropolitan region has almost 2 million inhabitants.

São Carlos is an example of this dynamic. The landowners and agents who urbanized the southern region of the city, for example, are descendants of the families who owned coffee plantations run by enslaved people, who founded the town in the 19th century; descendants of the industrial elite of the 20th century; local politicians and real estate speculators based on financial capital. The urban and social production of the southern region is directly linked to the maintenance of local elites and political figures, being a space for the extraction of political and monetary capital (Breda, 2022).

The southern region was irregularly promoted at the end of the last century by the current mayor, Airton Garcia (PSB), vice-mayor at the time (Poli, 2004). In the 2010s, this region expanded dramatically due to PMCMV investments, receiving almost 3,000 houses via PMCMV Range 1 and 2,000 units via Ranges 1.5 and 2. Notably, high-standard gated communities are concentrated in the north of the city and the Iguatemi Shopping Mall area. These are processes that reveal the strategic development of the town, which earmarks certain regions for the rich and others for the poor (Breda, 2022).

Therefore, there are elements of the region itself and the relationship between “local” politics that shift our field to a diachronic axis, as well as a synchronic one, when looking at the production of this territory. We couldn’t ignore the social and political process that surrounds the production of the southeast region or the Great Cidade Aracy, marked by political disputes, illegal allotments, legalization processes and the axis of expansion of the SH through the PMCMV, forming “the great territory of poverty” in the municipality.

Returning to the contemporary cycle of occupations, “In Search of a Dream” marks the turning point in the conjuncture, representing a reconfiguration of strategy in the struggle for housing. From this point, the threads for this thesis’s analysis are woven. From a sociological perspective, these three occupations offer “pictures” of their time, as seen below.

The “Sundermann” occupation settled on the land in 2014 and, through social and political pressure, managed to access the PMCMV, revealing the last gasp of Lulism’s policies

²⁵ Data available at: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_munic%C3%ADpios_do_Brasil_por_PIB. Accessed on: 09 Oct. 2023.

and the institutional predictability and possibilities for social action on that horizon. The “In search of a dream” occupation emerged in 2015 and followed the same path, but at that time, there were no more PMCMV Social Housing contracts, illustrating the exhaustion of Lulism. The strategy adopted was a leap from “local associativism” to the constitution of a “network of social movements” (Scherer-Warren, 2006) — and this implied a strong articulation with other scales and agents, especially the MTST. The partial victory was achieved by winning the occupied land via Reurb-S. The occupation still exists, but now on partially regularized and urbanized land. Finally, the strategies of the third occupation, “In search of a home”, were shaped from the context of the dismantling. The reality is the struggle for partially urbanized land. Housing has become more distant, resembling a utopia. By chronologically observing the actors, the normative instruments, the relationship with the state, the market and the strategies used by the three occupations, we can trace a genealogy of the latest dismantling in the housing policy field.

In pursuing the threads woven from “In search of a dream”, my field and my research object were reconfigured and shifted to the metropolitan region of São Paulo and the MTST. The MTST’s main instrument of struggle is the urban land occupation. Although they look the same from the outside over time, the occupations have changed to respond to the challenges posed by the different political situations and the movement’s strategies. Once again, from the occupation in São Carlos, it was possible to see this process and put it into perspective with the occupations in the greater São Paulo area.

Between December 2022 and September 2023, I participated in the MTST’s School of Grassroots Work. At this time, it was possible to visit several occupations and get in touch with the base, coordinators, militants, and politicians, among many other people, expanding the research universe of this thesis. Through participant observation combined with multi-sited (Marcus, 1995) and multi-scalar (Lepetit, 1998) ethnography, I participated as a brigade member at the School, making it possible to observe “from the inside” the ambiguities and contradictions of the movement and of the very idea of “being a militant” in the struggle for access housing. The identity dimensions were central to this “new” post-2013 activism.

The new data reaffirmed some findings in São Carlos and indicated a whole universe of collective and subjective experience generated through the occupations and the movement. If in São Carlos, it was already possible to observe the production of movement leaders from the grassroots through experience and the movement’s political and pedagogical project, in São Paulo, this became more latent. In this sense, I explored the reproduction of the movement’s

grassroots and the reconfiguration of strategies, relating it to the challenges posed by the conjuncture.

Based on these methodological shifts, the thesis took on a new shape. It begins by discussing the changes in the normative and programmatic framework of Brazilian housing policy, then moves on to the social practices of the low-income population, social movements, and political parties, among other actors in the struggle for housing; and ends by discussing the centrality that housing movements have acquired in the last decade, related to both the management of vulnerabilities and the diversification of their struggle and actors, discussing the experiences of organizing the peripheral population, collectively and subjectively.

4. Methodology and the methodological challenges

Studying the actions and strategies of social movements, organized groups and political parties in the context of the dismantling poses some challenges. Reports from leaders, militants and supporters can vary according to their perspectives and the context in which they are inserted. In addition, it is necessary to remember that these organizations tend to present an image they want us to have of them (Miagusko, 2012). In this sense, sources and information need to be constantly triangulated and analyzed from a critical perspective, as well as the multiplication of points of view and scales (Cf. Georges; Rizek, 2016). We used mixed methods, with the primary methodologies adopted being participant observation, multi-sited, multi-scalar and digital ethnography.

Based on the classic book by William Foote Whyte (2005), Licia Valladares (2007) lists 10 “commandments” of participant observation. Participant observation involves a long process of research, negotiations on entry, fieldwork and observations at different times. Caution is needed, as the researcher is inserted into a web of unknown relationships, hierarchies and power.

One of the main characteristics is the assumption of interaction between the researcher and the researched. The researcher is also always observed and often unaware of the image they convey to the group being researched. The information obtained results from the relationships established and the behavior of both. Self-reflection must be carried out constantly and should be made explicit in the research. An informant, a “Doc”, is essential to open doors and clarify some uncertainties. Participant observation is not a simple practice and presents theoretical, methodological, practical and moral dilemmas, as we shall see.

The ethnographic practice also requires recurring presence in the spaces of investigation at different times and from a plausible observation role for the population, as well as semi-structured interviews with residents and public/private agents (Telles, 2010; Rizek et al., 2015; Rosa, 2014).

Multisited ethnography allows us to move from the micro to the macro level of more general processes. According to the exponent of this approach, George Marcus (1995), multisited ethnography allows us to observe the “circulation of cultural meanings, objects and identities in diffuse space-time” (Marcus, 1995, p. 96). It can be practiced through several techniques, such as following people, narratives, biographies, stories, allegories, things or material objects. Thus, multi-sited ethnography is essential for describing and analyzing movements or flows in phenomena that manifest in different places but are related to each other through formed networks.

According to Marcus (1995), the researcher’s circulation presents a challenge involving renegotiating identity in different places. Each time I tried to enter a new space, my identity was read differently and had to be renegotiated. Therefore, the social and subjective place from which the researcher speaks must be considered (Agier, 2015; Wacquant, 2002; Emerson, 2003).

Different reactions marked my entry into the field in the São Carlos occupations. At first, I was read as an outsider. From the moment I was recognized by some children, including the sister of one of the leaders, as the “uncle”²⁶ of the NGO located in the neighboring district, the image of an outsider was diluted. When I conversed with the PCC’s “companheiro”, I was read as a policeman. It was necessary to activate my student identity for the conversation to continue. The party members consistently recognized my identity as a researcher/university student. This identity was also triggered by the MTST leaders when they asked me to speak on a platform about the inactivity of the local government or to accompany them to a meeting with the government in São Carlos — being presented as a professor from UFSCar. These negotiations took place sometimes for my benefit and sometimes for the benefit of my interlocutors.

Some negotiations were based on social markers such as race, gender and social class. When I did volunteer work at the NGO while still studying for my master’s degree, I was often read as a gay professor (Breda, 2018). In the occupations in São Carlos, the class component was more prominent — the UFSCar researcher from the middle class. In one of my last

²⁶ During my master’s research, I did voluntary work for a year at an NGO located in the Jardim Zavágia neighborhood, next to the occupation. It’s common for students to use “uncle” to refer to a teacher.

conversations with Juliana, the leader of “In Search of a Dream”, she asked about my life and said that she had always thought I was wealthy, mainly because I had lived in Europe (as part of my co-tutorship doctorate).

In São Paulo, in the context of my participation in the MTST’s School of Grassroots Work (January to September 2023), some friction began to occur because I was automatically read as a white, “cis-gendered”, straight, middle-class man who was doing my “little Undergraduate Thesis” in the occupations. Most of these comments came from the brigade members (people in training, not yet members of the MTST), primarily white, middle class, with or without a university degree.

These strangeness and negotiations reveal a lot about local sociability. The tensions in the occupations in São Carlos and São Paulo differed because the political agendas discussed in those spaces had greater or lesser roots, such as the identity agenda. Even though the occupation coordinators and the brigade members discussed the same issue, their repertoires and experiences differed profoundly.

And this was also reflected in the struggle for housing. The strategies and forms of organization used in São Carlos and São Paulo varied. Some of this can be explained by the issue of scalarity, flows and social processes — which in the metropolitan region of São Paulo is much more pronounced. In addition, it’s worth noting that the actors in the field produce knowledge through scales and contexts —for example, the MTST coordinators and militants who circulate between cities and occupations. So, it’s a two-way process of knowledge production. In this sense, this data reveals not only the richness of multi-sited ethnographic research but also the importance of multi-scalarity. The research object is reshaped by the researcher’s journey through different fields. As the Spanish poet Antonio Machado says, “Traveler, there is no path. The path is made by walking”.

The resource of multiscalarity, or the variation of scale, makes it possible to construct more complex objects, increasing the scope of the analysis and the (re)configuration of the research object itself. It’s not about hierarchizing scales but comparing them in an analytical exercise, not limited to the microscale of the object. Nor is it a question of increasing or reducing the object’s size but of shaping and signifying it through various webs. For Lepetit (1998), the construction of the research object takes place throughout the investigation. Changing the scales in an investigation modifies its reality: by adopting a scale, we choose a specific viewpoint of knowledge. In this sense, it is necessary to make an analytical effort to capture these multiplicities.

This was the direction adopted in this research when we followed the threads present, especially in the “In search of a dream” occupation. In exploring the contemporary cycle of occupations in São Carlos, we decided to follow the threads of the trajectories of MTST militants and coordinators, which ended up revealing the very transformation of the movement in the last decade and the centrality that the MTST has acquired in the organization of the peripheral population. Thus, the multi-scalar and multi-situated leap occurred based on the current situation, allowing us to follow the “new” actors from different scales and places triggered by the occupation.

In this context, the research took an unorthodox path. Usually, researchers start from models and findings from research in metropolitan regions or large cities and try to observe their modulations in other contexts. This research took the opposite route, starting from a case study in São Carlos and seeking more global explanatory elements anchored in the metropolitan region of São Paulo. A progressive theorization was proposed based on the data provided by the field and did not start from a framework established through studies in the major centers.

The ethnographic incursions took place with greater intensity in the “In search of a dream” occupation (2015 — present). In 2018, there were around 15 visits to the occupation or activities with leaders. In 2019, I kept in touch online as I spent part of the year as a visiting researcher at the Technical University of Berlin (3 months). In-person, there were around five visits that year. In 2020, due to the Covid-19 pandemic, I only made one face-to-face visit at the beginning of the year. During this period, contact was maintained via WhatsApp, Google Meet, Facebook and Instagram. In 2021, around six activities were carried out at the “In search of a dream” and “In search of a home” occupations, both in person and online. In 2022, I conducted an ethnographic incursion into the two occupations to complete a final update and confirm some information.

Concerning the “José Luís and Rosa Sundermann” occupation (2014-2014), I conducted interviews with PSOL members and residents of “In Search of a Dream,” who helped me reconstruct the occupation’s history. I also accessed the occupation’s Facebook page, where there was a lot of information about the movement. I retrieved some videos from YouTube to compose the narrative and searched the local newspapers for news that would contribute to constructing the occupation’s history. The other two occupations also have a Facebook page, which I accessed and collected a lot of information duly recorded by me (using a copy of the link, the day of access and a printout of the page). I also consulted the court case in which the first two occupations are included.

It is worth noting that during the Covid-19 emergency and my travels to Europe, personal interactions ceased, and part of the research was carried out using digital technologies. A set of procedures was mobilized to obtain research data in the online universe. Field research with digital media has been expanding since the late 1990s and allows for the diversification of approaches and theoretical-methodological orientations (Miskolci; Baleiro, 2018; Padilha; Facioli, 2022). In the context of the pandemic, using the internet as a communication resource has become one of the few options.

From a sociological perspective, the digital environment is a set of social practices produced through digital technology and acquires specific contours depending on the context. Therefore, it cannot be seen simply as a fixed entity or a set of commands employing technological devices. Digital interactions are mediated through their infrastructures. Each platform offers an architecture, resources and a communication interface that can affect both the research logistics and the strategies the researcher mobilized (Padilha; Facioli, 2022).

Access to the digital environment and the Internet involves a data package, a telephone or computer, digital literacy, etc., all occurring differently. In this sense, making video calls with my informants outside the occupations was possible. Exchanging messages via Facebook or WhatsApp was more commonplace with leaders and squatters.

In addition to direct interactions between the researcher and the researched, through conversations, online interviews, and voice and text messages, digital technologies, such as social platforms, serve as a source of data from posts. These posts functioned as pieces in a puzzle and as confirmation or contradiction of data, collaborating with triangulation. The Facebook and Instagram pages of the occupations, especially the first one, were fundamental in drawing up a timeline. The posts can function almost like a diary. However, it should be noted that, just as in a face-to-face interview, the interviewee can choose what and how to say and set the scene for you. These effects also occur on digital platforms. They are cut-outs of everyday life, often performed, sometimes spontaneously (Padilha; Facioli, 2022).

Like the face-to-face, the online field requires reflection on the ethical principles that guide good research practices. The analysis of photographs, texts, images, interactions or other types of personal information produced and shared online on network communication platforms lies on a threshold between the public and private spheres (Padilha; Facioli, 2022).

The ethnographic incursions began when I was finishing my master's degree and starting to write my doctoral project in 2018. The doctorate began in 2019, within the scope of UFSCar's Postgraduate Program in Sociology, and in 2021, as a co-tutorship with the Bauhaus-Universität Weimar at the Faculty of Architecture and Urbanism in Germany. Throughout my

stay in Germany, between August 2021 and December 2022, I maintained constant contact via digital platforms with the occupations' leaders, informants and supporters.

After returning to Brazil in December 2022 and the possibility of doing a “post-pandemic” offline camp, I came across a call on social media to take part in the MTST’s School of Grassroots Work and decided to sign up. The activities took place between the end of 2022 and September 2023. During this period of participant observation, I had theoretical and practical activities almost every weekend and visited at least four occupations in the Metropolitan Region of São Paulo. I visited some more than three times, allowing me to have informal conversations with coordinators, militants, squatters, and supporters. Throughout the school, we also had classes on the history and strategies of the movement. We received information dear to the movement as we progressed through the training.

This brings us to a crucial issue: the researcher’s responsibility as a new supporter of the movement concerning the information collected and exposed. Studying a social movement requires a great deal of responsibility. Many layers of information crisscrossing come from people with different backgrounds and training, with different narratives, often shaped by what they think the researcher/militant/supporter wants to hear. However, we must remember that, at the end of the day, we are dealing with a large section of the population, called the base, the squatters or “the people”. People of flesh and blood, with stories of suffering, overcoming, traumas, difficulties, etc. These people can be affected by the repercussions of what academic institutions analyze, narrate and publish. Cortés (2022) demonstrates, for example, the impact of scholarly studies on social movements, their relations with the government and the political situation itself²⁷.

In this meander, I chose not to expose some information, especially when it came to me quite informally, through whispers and internal reports. In some situations, the brigade members were asked for their cell phones to avoid any risk of recording or leaking information. I must stress that all my coordinators were aware of my role as a brigade member and researcher.

I see this ethical precaution as respect and protection for the movement and my interlocutors, recognizing that science should not be placed above everything and everyone. It is essential to understand that much information reveals crucial movement strategies. Brazil is

²⁷ The case studied starts with the “pobladores” movement in Chile, during the democratic transition at the end of the dictatorship. The argument rests on the fact that studies on the movement based on Alain Touraine’s methodological approach may have had an impact on the country’s own democratic transition process (Cortés, 2022).

recovering (?) from a strong wave of conservatism, overcoming a recent coup d'état in 2016 and facing the consequences of another coup attempt on January 8, 2023.

In general, through my ethnographic work in São Carlos and São Paulo, I had access to supporters, brigade members, squatters, occupation leaders, state and national coordinators, PSOL and MTST members and militants, as well as informants within the São Carlos civil service, as well as a councilor, an advisor, religious leaders and organized crime. In addition, we consulted local, state and national news sites, did bibliographical research and analyzed laws relating to the normative and programmatic framework of housing policy.

5. Introducing the chapters

In an attempt to respond to the general objective of this research, to understand the changes in the field of housing policy in the context of the latest dismantling based on (1) an analysis of the legal framework and (2) the demands of those who have no part, I present the chapters of this thesis. The presentation follows the chronological path of the empirical developments in the field.

Chapter 1, entitled “Housing policy in the last dismantling (2013-2022): privatization of the public and downgrading of social rights”, presents a technical analysis of the legal and normative framework produced after 2016. It primarily studies the dismantling of the My House, My Life Program, the creation of the New Land Regularization Law (2017), and the creation of the Green and Yellow House Program (2020). This chapter informs the debate in the following chapter.

Chapter 2, entitled “Land occupations in the era of dismantling: downgrading living conditions and prolonged precariousness”, offers an empirical analysis of the changes in the legal framework and points to the strategies of the low-income population, social movements and political parties in the struggle for housing. This chapter also offers some clues about the social gestation after the era of dismantling, which combines the legal framework produced by the governments of death, superimposed on Lula’s third “progressive” government, institutionalizing the politics of exception.

Chapter 3, entitled “Actors and networks ‘outside’ the state in the management of housing demand”, aims to map the actions of social groups that connect through their actions in the occupations and strengthen themselves through the gray zone produced by the legal framework of the last dismantling. These groups and power networks seek to legitimize their

practices and influence the direction of social and urban planning. These groups gain from this management, such as the political capital and social legitimacy.

Chapter 4, entitled “The MTST and the post-2013 conjuncture: occupations, movement-party and ‘ecosystem of popular organizations’”, discusses, based on a historical and conjunctural analysis, the main changes that have taken place in the housing movement and occupations since the urban struggle expanded to other fronts, through the constitution of networks of social movements on different scales, both “inside” and “outside”, as well as its process of institutionalization via party politics, gaining the outlines of a “movement-party”.

Chapter 5, entitled “Inside the MTST: grassroots expansion, politicization and neoliberal identity activism”, discusses the movement’s internal structure, the role of the sectors in expanding the fronts of action, and the forms of reproduction and politicization of the external base and internal base. We also address the crucial role of identity in building the legitimacy of militants from both bases and the moral market of these identities in politicization processes. We argue that the MTST operates the encounter between the subaltern classes and the progressive sectors of the middle class, mediated by identity.

We wish you a good reading!

Chapter 1

Housing policy in the latest dismantling (2013-2022): privatization of the public and downgrading of social rights

Na rua agora,
preciso escolher
entre o abrigo
e o pão.

Internou o diálogo,
gritou por socorro
em pleno sábado,
marcou no infame calendário
o dia da diáspora,

(...)

Morar é privilégio
dos que não conhecem salário,
só entendem
heranças e propinas,
nasceram em berços,
que nunca habitaram
as esquinas,
as usinas,
carvoeiros
ou canaviais.
(Lene, 2021, p. 18)

Housing policies are essentially territorial and urban development policies (Balbim, 2022). This means they cannot be understood as the isolated production of housing units or developments, housing improvements, land access instruments and land regularization. The guidelines proposed through laws, regulations, ordinances and budget funds can shape how the population, associations, private companies, and social movements, among other actors, access and produce these policies, shaping the production of urban space and social order.

Considering the historical relevance of the initial and final milestones that changed many political, economic, and social elements, four periods of Brazilian housing policy²⁸ can be identified (Balbim; Krause, 2014; Balbim, 2022; Bonduki, 2014).

The **first** refers to the creation of the National Housing Bank (BNH, 1964 - 1986) during the military dictatorship in Brazil (1964 - 1985). A central and technocratic state characterized this period, and housing production was aimed at the middle and wealthy classes. For the poor, the alternative was informality and self-building. Creating permanent funding sources also marked the period to guarantee long-term housing finance. In the context of the military dictatorship, social policies sought to gain the support of the urban masses, one of the main bases of support for the government before the 1964 coup d'état (Bonduki, 2014).

The **second** period began with the dictatorship's end and the BNH's extinction in 1986. The technocratic discourse was replaced by a period of low investment, economic crisis and the absence of a centralizing state in promoting housing policy. Neoliberalism developed then, and the state was dismantled (Oliveira; Paoli, 1999). Informality and self-building acquired a central role in the production of urban space, presenting themselves as a "temporary" individual alternative²⁹. However, they became the "solution" and the long-term collective condition for housing and city development in Brazil and the Global South, where the builder is a city-producing agent in spatial form, agency, and social organization. This period was also marked by pioneering local social housing production experiences, albeit in a restricted way (Bonduki, 2014).

In 2003, a **third** period was inaugurated with the arrival of the PT government. There was a new centralization of housing and urban policies with the creation of the Ministry of Cities and an effort to respond to the demands associated with the historic struggles for urban reform. The large availability of resources, the creation of the My House My Life Program

²⁸ For a historical perspective on Brazilian housing policy, see Bonduki (2014).

²⁹ See works by Chico de Oliveira (2003), Lúcio Kowarick (1979; 2009) and Fernandes (2011).

(PMCMV), and the production of market housing and “social market housing”³⁰ (Shimbo, 2010) marked this moment. It is worth highlighting the “Entities” modality within the PMCMV, which aimed to institutionalize the model of solidarity and associative housing production (Rizek; Amore; Camargo, 2014; Rizek et al., 2015).

With the coup d'état and the rise of the right-wing government in 2016, a **fourth** period began with a cascade of changes to the normative and programmatic framework in housing policy. The main changes are the emptying and extinction of the PMCMV (2009 - 2020), the New Land Regularization Law (2017), and the creation of the Green and Yellow House Program (PCVA, 2020).

There have been significant changes in the policy of housing provision, subsidies, land regularization and the sale of public properties owned by the Federal Government, especially since the PCVA. Although there have been some continuities with the PMCMV, the policies proposed by Michel Temer and Jair Bolsonaro have deepened its neoliberal, privatist and financialized character. The PCVA has transformed public policy into a market-only device while at the same time weakening the mechanisms for social participation and transparency. In general, some instruments have been re-signified, and other new ones have been introduced to commercialize public goods wholesale, radically promoting the privatization of the public³¹ (Oliveira, 1999).

Although the BNH, the PMCMV, and the PCVA were forged at different political conjunctures, they maintain continuities and ruptures to each other. They can be understood as programs that promoted “pioneering fronts” for the expansion of urban space or as “extension equipment” for urban borders (Silva Neto, 1990), and consequently for forms of urban sociability.

In this context, this chapter sets out to understand the changes in the regulatory framework that have taken place within the federal housing policy, especially since 2016. The aim is to analyze the changes between the political conjuncture produced in the years of Lulism (2003 - 2016), represented by the governments of Luiz Inácio Lula da Silva and Dilma Rousseff; and a political conjuncture of the “last dismantling”, which has as its focus the coup d'état (2016) and the rise of right-wing governments, represented by Michel Temer (2016 -

³⁰ Social market housing is the result of a specific articulation between the state and the market. Private companies produce housing, viewing it as a commodity, while relying on public funding.

³¹ “The privatization of the public is a false awareness of the unnecessaryness of the public. It is objectified by the so-called bankruptcy of the state, by the mechanism of the internal public debt, where the apparent forms are those of the private, the bourgeoisies lending to the state: therefore, the state, in this appearance, only sustains itself as an extension of the private. The real process is the opposite: public wealth, in the form of a fund, sustains the reproducibility of the value of wealth, of private capital” (Oliveira, 1999, p. 68, own translation).

2018) and Jair Messias Bolsonaro (2019 - 2022). The first conjuncture represents the development and strengthening of a set of social policies, albeit under the sign of neoliberalism; the second conjuncture points to dismantling these policies and the deepening of neoliberal and privatizing policies, emptying any social content.

This research hypothesizes that these milestones have updated how territories of poverty are produced, the dispute over urban space, the relationship with the state and different agents, and the very concept of social housing developed during the Lula government. We aim to investigate the main changes that have taken place in the legal framework for housing policies in Brazil over the last decade and how they can impact access to housing and land for low-income populations.

The approach adopted does not aim to establish a direct and absolute relationship between changes in the law and, consequently, changes in social practices. We seek to map the law's possibilities, interpretations and appropriations by those who demand social rights. In this sense, the proposed changes to the law serve as a reference point for understanding the strategies of social actors.

This chapter will conduct a technical analysis of the legal and regulatory framework. In the following chapter, we will discuss the strategies adopted by housing occupations and social movements in the face of this new framework. We will discuss three land occupations in the city of São Carlos (São Paulo), which, from an analytical and theoretical-methodological point of view, offer an empirical basis for understanding the inflections of housing policies in the context of dismantling. A table of the primary laws cited in this chapter can be found at the end (p.101).

1. My House My Life Program: from creation to dismantling

1.1 Creation and ranges

The My House My Life Program, created by then-president Lula in 2009, marked the return of a structured housing policy at the federal level, which had been absent since 1986 with the demise of the National Housing Bank. At the same time, it aimed to combat the quantitative housing deficit³². An innovation introduced was the granting of substantial subsidies for the purchase of housing by the low-income population.

³² An important discussion on the use of the housing deficit indicator to justify the use of public resources to produce housing stock can be found in Amore and Leitão (2018) and Breda (2021).

A portrait of Lulism (Singer, 2012), the PMCMV became a highly profitable policy for private construction companies, which drained public resources to build significant housing developments on the urban peripheries where the cost of land is lower. This movement, illustrated by Breda (2018) in São Carlos (SP), can be characterized by what Georges and Rizek (2016) called the private management of the social³³ (*gestão privada do social*) and the privatization of public funding. A vast consolidated literature is available on the program in its various dimensions.

The PMCMV focused on the construction of housing units in the urban space, with two main lines of service (2019 data):

Social Housing (SH), represented by **Range 1**, assisted families with incomes up to 1,800 reais³⁴. In this range, the state subsidy could be up to 90% of the property's value, while the beneficiary paid the rest in up to 120 monthly installments, with a limit of 270 reais per installment and no interest. In Range 1 there was also the **Entities** modality, in which private non-profit organizations could propose projects and manage the construction of the housing units. In the regular Range 1 ("Builders" mode), this responsibility fell to the private builders, and the municipality was then responsible for distributing the units that had already been completed.

Market Housing (MH) covered: **Range 1.5** (introduced in 2016), aimed at families with an income of up to 2,600 reais. The government offered a subsidy of up to 45,000 reais in this range, with an annual interest rate of 5%. **Range 2**, which catered to families with incomes of up to 4,000 reais, offered a subsidy of up to 27,500 reais, with interest rates ranging from 5.5% to 7% per year. **Range 3** was aimed at families with incomes of up to 9,000 reais and had interest rates of between 8.16% and 9.16% per year. In the market housing range, the buyer negotiated directly with the construction company or real estate agent and applied for financing with Caixa Econômica Federal or Banco do Brasil (public banks).

The program has contracted approximately 6 million houses and has delivered around 5 million. By 2019, investments in financial and tax subsidies totaled more than R\$129.8 billion, with an additional R\$98 billion in FGTS subsidies³⁵ (2019 values). These subsidies were mainly

³³ See also Pantoja (2012), who analyzes "private planning of the social" based on Companhia Vale do Rio Doce's practices in municipalities in Maranhão.

³⁴ Initially, Range 1 served families earning up to 3 minimum wages, representing R\$1,395 in 2009. In 2019, R\$1,800 represented a little less than two minimum wages. 2019 minimum wage: 998 reais.

³⁵ The Service Time Guarantee Fund (FGTS) comprises the balances of linked accounts formed by deposits made by employers on behalf of workers. The Fund was created in 1966 to guarantee workers an indemnity for their length of service in the event of unfair dismissal and to build up a reserve to be used when they retire or by their dependents when they die. It is a funding source for housing, sewage and urban infrastructure programs.

earmarked for Range 1 but were also directed at FGTS financing, contributing to lower interest rates and granting tax incentives to construction companies (Relatório, 2020).

These numbers reveal the importance of the program for the real estate market. Data from 2017 and 2018 show that the program was responsible for approximately 80% of all real estate launches in those years (Brant; Fernandes, 2019). Present in around 96% of Brazilian municipalities (Relatório, 2020), the PMCMV has changed the shape of cities, becoming a “new” model of urban development. Its pattern of social housing is characterized by its peripheral location, the architectural uniformity of the housing units and the lack of public or private facilities for collective use. On the other hand, market housing developments have better structure and architectural variation and are located in more valued and equipped areas (Amore; Shimbo; Rufino, 2015; Breda, 2018).

1.2 Performance, discontinuity and emptying of the Social Housing range

The program performed well between 2009 and 2013. From 2014 onwards, the social housing range shrank, while the market housing range remained stable, as illustrated in Graph 1 below. The average number of SH contracted between 2009 and 2014 (286,000) and 2015 to 2020 (32,000) reflects the program’s performance concerning the political conjuncture. The two contracting peaks (in 2010 and 2013) are related to the launch of Phases 1 and 2 of the PMCMV. The first phase occurred between 2009 and 2010 when 1 million homes were promised, 400,000 for social housing. The second phase occurred between 2011 and 2014, with a target of 2.4 million homes, including 1.6 million for social housing (Bonduki, 2014). This explains the significant production for this sector during Dilma Rousseff’s government.

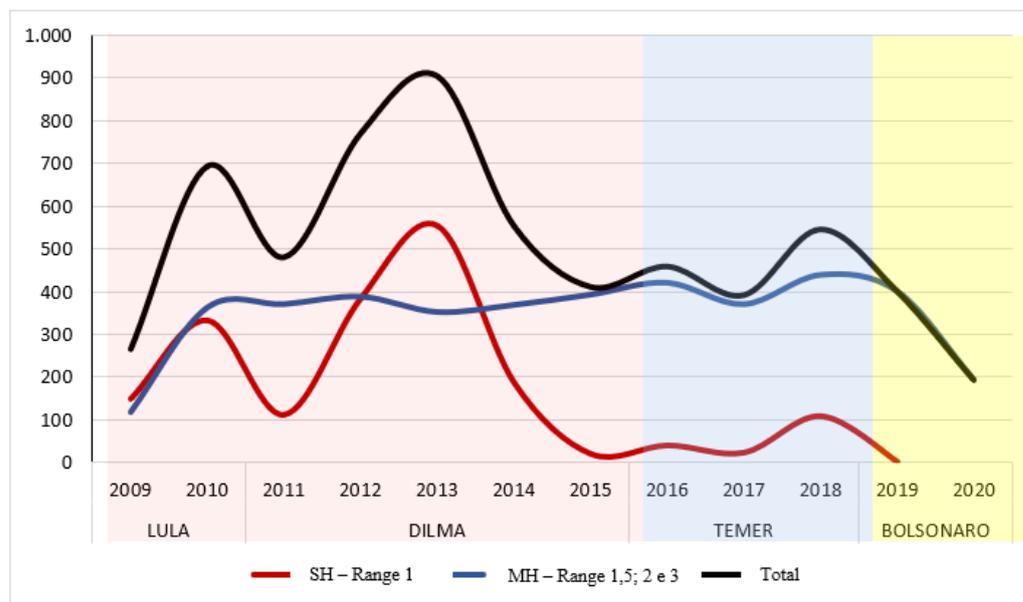
The program’s third Phase was launched in March 2016 after waiting more than a year (Matoso, 2016). Initially, the target was 3 million housing units by the end of 2018, but the economic crisis led the government to reduce the forecast to 2 million homes (Minha, 2015). Even with this reduction, the implementation of Phase 3 faced difficulties due to the institutional political rupture that occurred with the 2016 coup d’état.

On May 12, 2016, when Temer took over as interim president, he changed the command of the Ministry of Cities and, the next day, froze the PMCMV for a budget readjustment³⁶. Temer’s interim administration began just under 45 days after the launch of PMCMV Phase 3. The budget readjustment resulted in a significant reduction in subsidies and Range 1 never recovered. Only in 2018 was a small spike in hiring, partly due to the pressure exerted by

³⁶ See Ordinances (Portaria) No. 185 and No. 186, of May 13, 2016, Ministry of Cities.

housing movements during 2017 (A luta, 2017; Fernandes, 2017). However, in 2019, Bolsonaro's government contracted only 1,500 housing units, and in 2020, none.

Graph 1. Housing units contracted, PMCMV, 2009-2020 (in thousands)



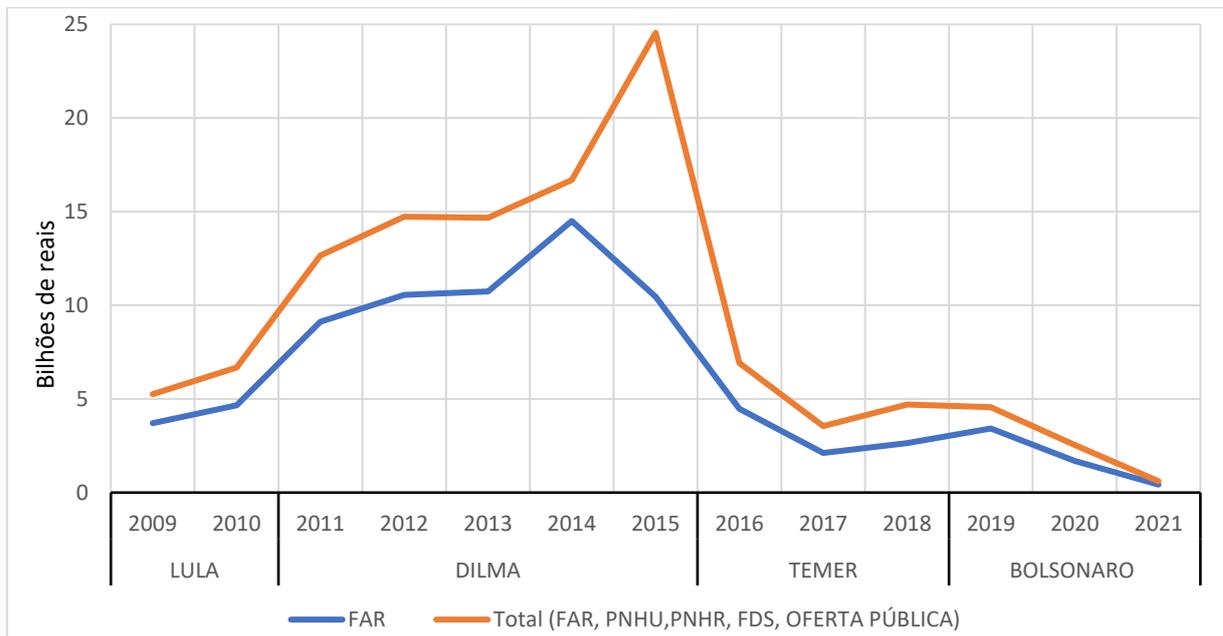
Source: Ministry of Regional Development, data up to April 2021. Elaborated by the author, 2023.

Another measure that impacted social programs' performance was Constitutional Amendment 95, which deals with the Public Spending Ceiling. Approved in December 2016, this amendment limits public spending for the next 20 years, affecting health, education, and various social programs (Alessi, 2016).

The Residential Lease Fund (FAR)³⁷, the primary budget fund for social housing, has also shown a downward trend since 2014. Other subsidy sources, such as the Social Development Fund (FDS), the Public Offer and the National Rural Housing Program (PNHR), registered a peak between 2014 and 2015, followed by an abrupt drop from that year onwards, as seen in Graph 2. The disappearance of the primary sources of subsidies for social housing has directly impacted the dismantling of social housing policy in recent years.

³⁷ According to a report by the Ministry of Economy, the Residential Lease Fund was responsible for 86% of the budget allocated to Range 1 of the PMCMV between 2009 and 2020. The other 14% was supplemented by Entities (4%), which received funds from the FDS (Social Development Fund); 4% from the Public Offer, focused on serving municipalities with a population of up to 50,000 inhabitants and 6% from the Rural Housing Offer (PNHR) (Relatório, 2020, p. 34).

Graph 2. Public budget available for the PMCMV between 2009-2021, by Range (in billions of reais)



Source: Ministry of Regional Development. Prepared by the author, 2021.

The deficient performance of Range 1 in the last six years of the program is justified by the PMCMV Evaluation Report carried out by the Ministry of Regional Development during Bolsonaro’s government. It points out that the “scenario of fiscal restriction experienced by the country since 2015, especially since the institution of the Spending Ceiling, has greatly affected the scale of the program...” (Relatório, 2020, p. 09, own translation), affecting “directly the transfer of funds to MCMV - Range 1 projects, starting in the second half of 2014. The delay in payments led to numerous works being delayed or paralyzed.” (Relatório, 2020, p. 64, own translation). Thus, the Bolsonaro government signaled that it would finalize the social housing projects already underway, and there is no provision for hiring for this modality.

The fiscal adjustment in the last two years of the Dilma government in the face of the commodities crisis may explain the delay in launching Phase 3 itself, producing a hiatus in hiring in 2015. Another destabilizing factor for the Rousseff government was the street demonstrations between 2013 and 2015, which irreversibly brought down her popularity³⁸. The Bolsa Família program and the Mais Médicos program were harshly attacked by conservative sectors during the street demonstrations of that period, for example. The political and economic

³⁸ See the analysis of the street demonstrations in Brazil between 2013 and 2015 in the introduction to this thesis. See also Pinto (2017), Singer (2013) and Alonso (2023).

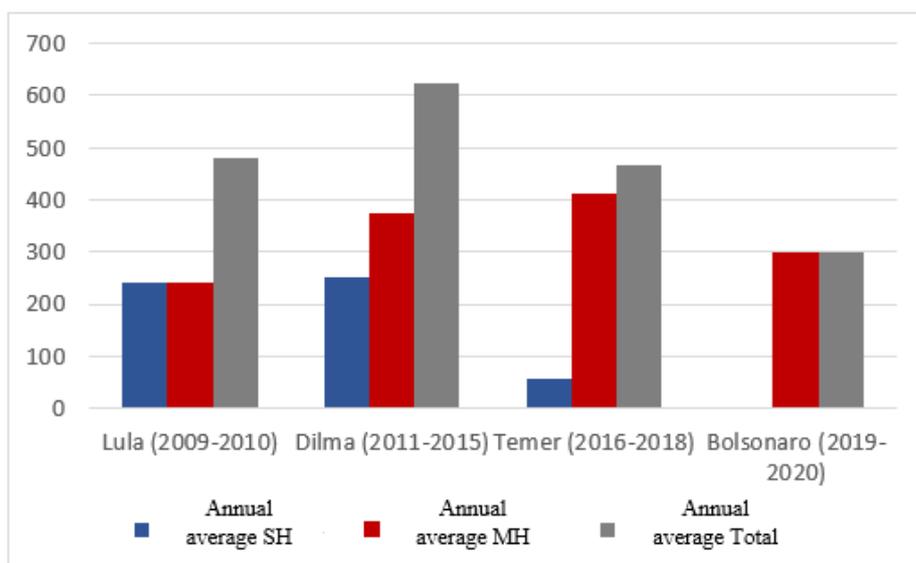
collapse associated with the lack of a parliamentary base impacted the performance of social programs, which began to shrink - the PMCMV was just one of them.

1.3 Maintaining the Market Housing ranges

While the SH and FAR drastically reduced, the Market Housing ranges grew slightly. Due to the performance of the market bands during the Temer administration, the program managed to maintain a level of contracting almost equal to that of the Lula administration. Under the Bolsonaro government, Market Housing continued to grow, with announcements of hiring between 400,000 and 500,000 units for the first two years.

Under the Temer and Bolsonaro governments, Phase 3 of the PMCMV focused mainly on producing market housing to the detriment of social housing. The budget for Range 2 has remained relatively stable over the years, with a peak in resource allocation between 2016 and 2018. Range 3 had a significantly higher than average budget allocation between 2016 and 2018 compared to previous years. The growth in the Market Housing Range is also due to the creation of Range 1.5, which resulted in 142,000 housing units contracted between 2016 and 2020, with a peak in 2018 (Relatório, 2020, p. 33). In fact, since 2015, Market Housing has been responsible for maintaining the program.

Graph 3. Annual average of housing units contracted by the government, PMCMV, 2009-2020 (in thousands)



Source: Ministry of Regional Development, data up to April 2021. Elaborated by the author, 2023.

The PMCMV's social content was gradually emptied to make way for a “new” program called the Green and Yellow House Program (PCVA), promoted by then-president Jair Bolsonaro (2019 - 2022). Bolsonaro reduced subsidies for SH and focused the program on land regularization and housing improvements. After 12 years of operation and significant results, the PMCMV ended in 2020. In other words, the social content was dismantled simultaneously as the market ranges were strengthened.

The measures taken by both the Temer and Bolsonaro administrations promoted a cascade of changes to the legal framework of housing policy. New access and housing production mechanisms have been created. We are interested in observing these new devices: i) the new Land Regularization Law, ii) the Reform Card and Social Rent Program, and iii) the creation of the Green and Yellow House Program. How can these devices be combined in how home ownership is acquired and produced? What is the meaning of these changes for the low-income population? What are the impacts on the production of urban space? Let's take a closer look.

2. New Land Regularization Law (2017) and the loosening of rules

The New Land Regularization Law (Law No. 13.465/2017), signed by Michel Temer, significantly changed how people access land and housing. One of the main instruments of this law is Urban Land Regularization (Reurb), “which encompasses legal, urban planning, environmental and social measures aimed at incorporating informal urban areas into urban land-use planning and titling their occupants” (Art. 9). Reurb comprises two types (Art. 13):

I - Reurb of Social Interest (Reurb-S) - land regularization applicable to informal urban nuclei occupied predominantly by low-income populations, declared as such by an act of the municipal executive branch; and

II - Reurb of Specific Interest (Reurb-E) - land regularization applicable to informal urban nuclei occupied by a population that does not qualify under item I of this article.

The main difference between the two modalities is that the first is aimed at the “low-income population” and the second at the general population. Ipea technicians criticize the definition of informal urban nuclei (NUIs) for being imprecise and exclusively formal³⁹.

³⁹ On the discussion of dichotomies such as formal/informal in academic production on cities, see Rosa (2009). On the discussion of urban informality, informality as an urban modality, informality as a product of state policies, see Roy (2005).

Categories such as vulnerability or precariousness are not taken into account. This imprecision in the field of public policy can lead to a loss of focus and opens up the possibility of being used to promote formal notary documentation in places that only serve the interests of the market (Balbim, 2022; Balbim, Krause, 2022).

Naming these precarious areas as informal gives them an aspect of clandestinity, of being outside the law, promoting stigma and delegitimizing these occupations. Such actions favor the historical process of criminalizing social movements. On the other hand, little is said about the illegal occupations of middle- and high-standard developments by the middle class and the elite, which make up more than 50% of irregular land nationally (Amore, Moretti, 2018).

According to experts, Reurb aims to “facilitate” access to the formalization and mass titling of land ownership - notarial titling. Now, informal urban nuclei and high-standard horizontal condominiums with access control (until then illegal under federal law) can be formalized without necessarily following the general rules of land allotment (Amore, Moretti, 2018; Zamoner, 2018).

The municipality has discretion in the regulatory process and is responsible for framing the requests for formalization; assessing the criteria for what would be informal urban nuclei, consolidated settlements and settlements that are difficult to revert; and being able to dismiss the requirements for the percentage of areas destined for public use; making the size of plots, urban and building parameters more flexible; and allowing (or not) regularization in permanent preservation areas, for all cases (Zamoner, 2018).

In other words, land regularization through Reurb can disregard urban, environmental and social issues, considering only registry issues. It opens up the possibility of making the rules for producing urban space more flexible through the discretionary powers of local authorities. Access to the so-called “consolidated city” is seen only as access to land or private property via titling, leaving aside other fundamental issues for the quality of urban life. Of course, security of tenure is a crucial instrument against the violent removal of settlers, but security of tenure is not necessarily to be confused with private property (cf. Fernandes, 2011).

From a historical perspective, Reurb proposes a paradigm shift. In Brazil, the broader land regularization programs sought to combine notary deeds with community support structures, job creation, and modernization of public service provision. With the recent change, the model is closer to the regularization programs implemented in Peru and inspired by Hernando de Soto, which involves the narrow legalization of ownership through public title

deeds. De Soto hypothesized that security of tenure was a trigger for development and access to credit, understanding housing as an asset (Fernandes, 2011)⁴⁰.

In this context, the mechanism aims to produce legal or formal lots for the real estate market, producing a market reserve on the outskirts or in consolidated urban areas containing irregular lots (Zamoner, 2018; Balbim, 2022). The new Land Regularization Law updated how urban space is produced and regulated through new instruments and nomenclatures. It reconfigured the scales of action and power of the agents involved, highlighting the role of public municipal agents. In its third chapter, it is worth noting that the PMCMV law already addressed the issue of land regularization in the social interest, although little has been done.

3. Trials for the PCVA: Reform Card and Social Rent

Michel Temer's government changed housing policy through two main actions: emptying subsidies for SH and flexibilization of the forms of land regularization through Reurb. However, it is worth highlighting two mechanisms that, although they didn't make it off the drawing board, may have influenced the political agenda of the two governments to come - Bolsonaro and Lula (in his third term, 2023): the Reform Card (Cartão Reforma) and the Social Rent (Aluguel Social), which can be considered rehearsals for the Green and Yellow House Program.

The **Reform Card** program was introduced in November 2016 as part of the Growth Acceleration Program (PAC) 2015 - 2018. Resulting from Provisional Measure No. 751/2016 and converted into Law No. 13,439 of April 27, 2017, the program's purpose was to subsidize the purchase of construction material for the renovation, expansion or conclusion of properties for low-income families to reduce the degree of inadequacy of homes in Brazil to boost local commerce, national industry and job creation. The general objective was to improve urban life quality by improving housing and promoting desirable housing conditions for low-income families (Cartão, 2020).

One of the general guidelines was to assist the population living in their own homes, which were considered inadequate according to the João Pinheiro Foundation's definition, in at least one of the following ways: inadequate sanitary sewage; excessive density of residents;

⁴⁰ Fernandes (2011) argues that despite the different approaches to land regularization in Latin America, it is possible to point to two main paradigms represented by the case of Peru and Brazil. On the limits and possibilities of each model, see the author's text.

inadequate roofing (the walls must be made of bricks or timber); absence of a household sanitary unit; a high degree of depreciation or unfinished work. Properties that needed to be rebuilt or replaced were not eligible.

The program was aimed at families living in areas that had been regularized or could be regularized according to the law. The families benefiting from the subsidy would “contribute” by providing all the labor to carry out the necessary interventions, and technical assistance would qualify the self-construction process. In other words, the program made the beneficiaries responsible for renovating their property.

According to a March 2020 report on the UOL news portal, the Reform Card only benefited three people (Kaoru, 2020) and barely got off the ground. In 2019, an ordinance was published revoking the proposal selection processes and in 2020, the program was discontinued “due to operating costs” (Cartão, 2020). Under the Bolsonaro government, in 2021, it was revoked through Law No. 14,118/2021, which instituted the PCVA. The Reform Card can be considered a trial run for the Land Regularization and Housing Improvement program, part of the PCVA. One of the main differences is that the Reform Card offered subsidies, while Bolsonaro’s program provided financing for projects presented by the private sector.

The **Social Rent** was the other proposal that didn’t get off the ground, despite being discussed and even propagated by the media and by then Minister Canuto⁴¹ as one of the possibilities of the PMCMV. Ordinance No. 544 of September 13, 2017, set up a Working Group to discuss, formulate and propose a new Federal Government program to enable housing developments for the preferential benefit of low-income families and those in situations of vulnerability in the form of social rent.

The proposal aimed to reduce Range 1 of the PMCMV to 1 minimum wage—the so-called very low-income category. In this new category, families would not have access to private property but only the right to use it. Minister Canuto argued that around 30% of PMCMV social housing properties were sold illegally. Therefore, the punitive solution would be to promote no longer legal property ownership (Brant; Fernandes, 2019).

The government would be responsible for building the properties and creating a real estate park in designing the possible program. Thus, the tenant would not receive the social rent in cash but would benefit from using the housing. The private sector could also build real estate parks for this purpose. In the future, the state could acquire the property - “in this case, the

⁴¹ He was Executive Secretary of the Ministry of National Integration between August and December 2018, under the Temer government, and served as Minister of State for Regional Development for the first 400 days of President Jair Bolsonaro's administration.

selection of families would be the responsibility of the private sector and the municipality, while management would be the responsibility of the private sector,” said the Minister. Canuto also proposed that the state donate public areas to the private sector to build social rental housing parks (Brant; Fernandes, 2019). In this way, the state would pay the beneficiary’s rent to the company that provides the services. The municipality’s role would be to assist in selecting and hiring a private company to manage the condominium, “without management, in a short time, the complexes turn into slums, tenements and precarious settlements” (Brant; Fernandes, 2019).

The creation of social rent is an urgent issue, given that the “excessive rent burden”⁴² (*ônus excessivo de aluguel*) category represents 42% of the Brazilian housing deficit (2017). However, the government’s proposal would deepen the privatization mechanisms of housing policy, already set in motion by the PMCMV, by indicating that the private sector should produce, manage, and control condominiums.

This discussion appeared “unprecedented” in the PCVA (Art. 5 and 8) since the PMCMV did not include anything related in the body of its 2009 law. According to official government news from August 2021, the modality was being studied, and the focus would be on structuring public-private partnerships:

Social rental is being thought of along three axes: support for the structuring of a municipal or state public park with housing units aimed at social rental; support for the structuring of a public-private partnership between the local entity and the private sector for this same purpose; or support for the local entity in structuring and/or subsidizing the operation of voucher policies aimed exclusively at paying the rent of the beneficiary public.

The MDR [Ministry of Regional Development], together with the Ministry of Economy, is working on developing a modality aimed at structuring public-private partnerships (PPP) based on the qualification of a proposal in the Council of the Investment Partnership Program of the Presidency of the Republic (PPI). The expectation is to start the action with three pilots in Brazilian municipalities that can test the program’s initial design (Programa, 2021, own translation).

Balbin (2022) states that since 2003, an effort has been made to develop a policy for social renting and rehabilitating properties in central areas. However, the lack of budget has always been an obstacle, given that significant resources have been earmarked for the PACs, the PMCMV, and the PCVA. In Article 3 of Provisional Measure 1,162 of February 14, 2023, which “reinstated” the My House My Life program, social renting appears as one of the objectives.

Although the two projects presented by the Temer government had no effect as public policy, they seem to have guided the debate around housing improvement projects and social

⁴² Excessive urban rent burden is made up of urban families with a family income of up to three minimum wages who spend more than 30% of their income on rent.

renting in recent years. They also promoted a transition between the PMCMV and the PCVA, deepening the character of private social management and individual accountability for improving housing conditions.

4. Green and Yellow House Program: privatization of the public and deepening of financialization

The Green and Yellow House Program was created by Provisional Measure No. 996 of August 2020 and transformed into Law No. 14,118 on January 12, 2021, by President Jair Bolsonaro. In its third term, the Lula government officially ended the program in February 2023 through Provisional Measure No. 1,162, which resumed the My House My Life Program.

The PCVA crowns the “logic of revision and transformation in the normative and programmatic framework of urban development” that has been taking place since 2017 with the New Land Regularization Law. Combining the two laws promoted ruptures that dismantled previously recognized rights (Balbim, 2022, p. 07). Based on the tripod of housing provision, land regularization and the reallocation of public lands, the mechanisms proposed by the PCVA transformed public policy into a market device while at the same time weakening the mechanisms for social participation and transparency. The result was a complete emptying of the social content of housing policy.

Regarding social housing provision, there was an abrupt reduction in subsidies and the introduction of interest-only financing for the low-income population. On the issue of land regularization, the program focused on assimilating informality as an economic opportunity for the expansion of formal economic circuits, deepening the logic of Reurb. In other words, informal territories became a reserve for market expansion, driven by public investment, simplifying rules and regulations, and land registry regularization paid for by the families (Balbim, 2022). The public land allocation programs sought to sell public properties wholesale to benefit real estate speculators. Real Estate Funds opened a new scale of intervention to the international market. Below, we will look at the creation and objectives of these mechanisms in detail.

Figure 3: Bolsonaro government’s housing policies



4.1 Housing provision in PCVA

Reducing subsidies, deepening financialization and marketing

When the PCVA was launched, the government set a target of financing 1.6 million properties, regularizing 2 million homes and renovating 400,000 housing units by 2024. The objective was clear: “The action will make it possible for at least 1 million people outside the **housing finance system** to access it - totaling 1.6 million low-income families benefiting from **housing credit contracts** by 2024” (Casa, 2020, emphasis mine). The announcement already set the tone that housing subsidies would be left aside, making room for the deepening of the financialization of housing in Brazil, especially for the final beneficiaries.

When we compare the two programs, we note that Range 1 of the PMCMV focused on producing subsidized housing of around 90% of the property’s value, with the rest being financed interest-free over up to 10 years; in Group 1 of the PCVA, a ceiling was set for the subsidy of up to R\$47,500, which is between 30% and 50% of the property’s value, depending on the beneficiary’s income and region (data from 2022). The rest can be financed for up to 35 years at an interest rate of around 4.5% per year (Bonatelli, 2022). Depending on the region, the property price ceiling was also increased to between 180,000 and 264,000 reais (Aguiar; Souza, 2021).

Table 1. Comparison of assistance by modality between PMCMV and PCVA

My House My Life			Green and Yellow House		
Range	Income range (R\$)	Type of service	Group	Income range (R\$)	Type of service
1	up to 1.800	Subsidized production	1	up to 2.000	Subsidized Production Land Regularization Housing Improvement Financed Production
1,5	up to 2.600	Financed production			
2	up to 4.000		2	2.000 to 4.000	Financed Production Land Regularization (up to R\$ 5.000)
3	up to 4.000 a 7.000		3	4.000 to 7.000	

Source: Ministry of Integration and Regional Development, August 2020. Adapted by the author, 2023.

In the PMCMV, even with more favorable conditions, around 45% of families benefiting from Range 1 were in debt (2020 data) (Simão, 2020). The PCVA proposal - a model with low subsidies - widens the path to debt for Brazilian families⁴³. Furthermore, under the PCVA law, the state could repossess the unit of a family in debt, using police force to do so.

At the time of the launch, several official government news reports emphasized that the program was promoting “the lowest interest rate in history for lenders” (Casa, 2020), but what they were trying to cover up with a marketing ploy was the fact that subsidies for the low-income population had been abruptly reduced and that this portion of the population would now be included in long-term financing.

Table 2. Comparison of financing interest rates between PMCMV and PCVA

My House My Life				Green and Yellow House					
Range	Income range (R\$)	Brazil		Group	Income range (R\$)	S – SE – CW		N – NE	
		Non-contributor	Contributor			Non-contributor	Contributor	Non-contributor	Contributor
1	up to 1.800	-	-	1	up to 2.000	5%	4,5%	4,75%	4,25%
1,5	up to 2.000	5%	4,5%			5,25%	4,75%	5%	4,5%
2	up to 2.000	5,5%	5%	2	2.000 to 4.000	5,5%	5%	5,25%	4,75%
	2.000 to 2.600	5,5%	5%			6%	5,5%	6%	5,5%
	2.600 to 3.000	6%	5,5%			7%	6,5%	7%	6,5%
3	3.000 a 4.000	7%	6,5%	3	4.000 to 7.000	8,16%	7,66%	8,16%	7,66%
	4.000 to 7.000	8,16%	7,66%			8,16%	7,66%	8,16%	7,66%

Source: Ministry of Integration and Regional Development, August 2020. Adapted by the author, 2023.

⁴³ According to April 2023 data from the Consumer Indebtedness and Default Survey (Peic), 8 out of every 10 Brazilian families are in debt. This is the highest figure since 2011, when the survey began (Furlan, 2023).

In fact, for families living in the north and northeast regions with incomes of up to R\$ 2,600 and for some families with incomes of around R\$ 2,000, interest rates were slightly lower under the PCVA (gray highlights in Table 2). However, this is not true for the other income groups. Range 1, which had no interest, now has at least 4.25%. In the official announcement of the comparative table of interest rates made by the Ministry of Regional Development, Range 1 was hidden, and consequently, it had 0% interest in financing.

Although it was announced that the housing provision for Group 1 Social Housing would continue, this did not happen in practice. In a report on the Estadão news portal on September 16, 2021, it was pointed out that in that year, the federal government had delivered only 20,000 units of social housing and the other works previously contracted were threatened by a lack of resources (Aguiar; Souza, 2021). Concerning the program's other actions, "so far, zero homes have been regularized or improved".

In the PMCMV Evaluation Report (2020, p. 80), published by the Ministry of Economy, the Special Secretariat for Finance and the Secretariat for Evaluation, Planning, Energy and Lottery in December 2020, it is pointed out that:

Given the budget restrictions, the Green and Yellow House Program should only prioritize completing works in progress, and families who are victims of calamity or PAC settlements, and there is no provision for new hires. For the Group 1 modality to start hiring again, it will be necessary to re-evaluate the levels of subsidies granted, as it is no longer possible to fund 90% to 100% of the housing units for families and still have a debt default rate of over 40% of the contracted installments (own translation).

The report also indicates that the PCVA "will tend to move away from Range 1, so that financing operations with FGTS resources will have a greater proportion of contracts." (Relatório, 2020, p. 14). Therefore, the only commitment made was to deliver the contracts already signed in previous years.

Although the PCVA did little or nothing in terms of contracting social housing, employing a marketing move, the PCVA law in its Art. 25 instituted that "As of August 26, 2020, all operations with housing benefits managed by the federal government will be part of the Green and Yellow House Program referred to in this Law". This means all contracts and ongoing construction carried out by the PMCMV will now be stamped with the PCVA seal. At least 200,000 units for Range 1 were contracted under the PMCMV. If the contracts were fulfilled, they would now have the PCVA stamp without the program signing a single contract. According to 2020 data from the Observatório das Metrôpoles, the PCVA could deliver almost 300,000 units for all income groups contracted under the PMCMV (Observatório, 2020).

One case observed in this research was the Ipê Mirim residential development in São Carlos. This market housing development was launched under the PMCMV, and as of August 2020, every piece of advertising had the PCVA logo on it. This action aimed to generate political capital for the then-Bolsonaro government.

Figure 4: Logo changes: advertising from March and October 2020



Source: Facebook page “Residencial Ipê Mirim”. Accessed on July 12, 2021.

The news published on the federal government’s official website in 2022, more like marketing and political propaganda in an election year, suggests that the PCVA has performed excellently in housing provision.

Headline of March 24, 2022:

Since 2019, the Federal Government has guaranteed homeownership to more than 4.8 million people
[...]
These and other reformulations of public housing policy have enabled the Federal Government, through the Ministry of Regional Development (MDR), to deliver more than 1.2 million homes in all regions of the country between 2019 and 2022 - an average of 1,100 per day. As a result, more than 4.8 million people will benefit from home ownership (Desde, 2022).

Headline of December 27, 2022:

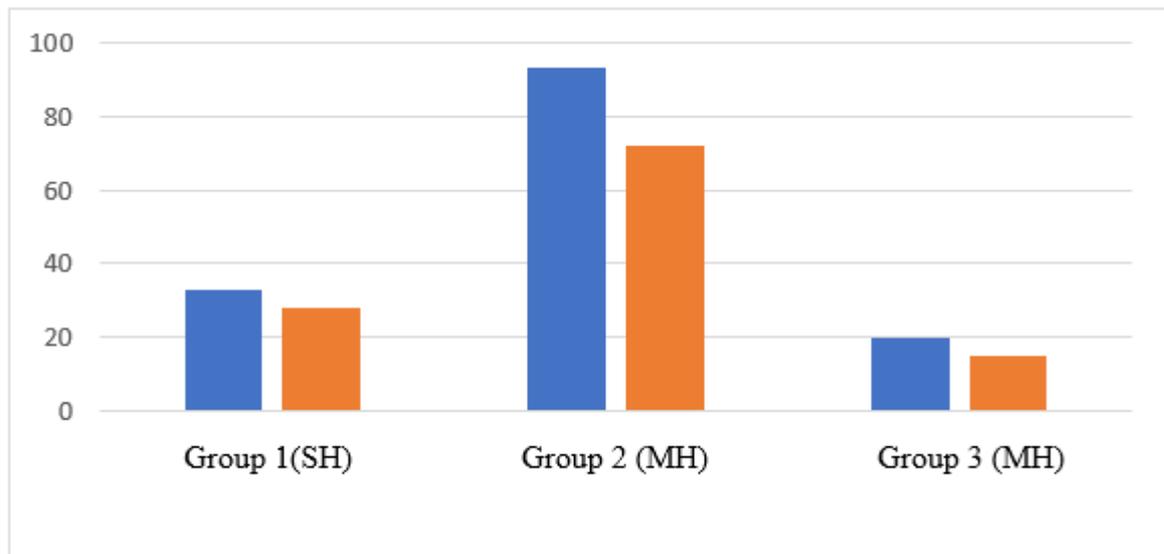
Between 2019 and 2022, around 1.6 million homes will be delivered across the country. Through the Green and Yellow House Program, more than 6 million people will have access to decent housing (Entregue, 2022).

Considering that the conception of a housing program and the contracting and delivery of housing units can take years, Bolsonaro’s administration’s numbers lead us to believe that the PCVA delivered houses already contracted through the PMCMV and stamped its label, reaping the political rewards.

Official data obtained in 2021 via a request from the “Transparency Portal” shows that contracting fell between 2020 and 2021, following the PMCMV’s downward curve in the final

years. However, the Ministry of Regional Development’s information is unclear enough to determine which contracts were made under the PCVA and which were rubber-stamped by the program. It is possible that these numbers are even lower than Graph 4 below indicates.

Graph 4: PCVA “Hires” between 2020-2021 (in thousands)



Source: Ministry of Regional Development, 2021. Prepared by the author, 2021.

Since 2015, the market housing groups have accounted for most contracts, following the PMCMV’s pattern. Regarding SH, the PCVA deepened the housing policy’s market-oriented and financialized nature by eliminating subsidies, including the low-income population in financing mechanisms with long-term interest rates and minimal contracting of new units. Furthermore, through marketing, the government has co-opted all the projects in progress and stamped its stamp on them, reaping the fruits planted at other times.

This marketing move may indicate the strength that the housing agenda and the PMCMV have gained over time. Ending a housing program could negatively impact the government since the launch of housing developments generously feeds private capital and produces a lot of political capital for politicians (c.f. Breda, 2018). The strategy adopted was repositioning the brand, resulting in a fake program with a nationalist shell⁴⁴ and no social content.

⁴⁴ The program’s name and its logo’s colors refer to the Brazilian flag. The patriotic and nationalist sentiments were widely exploited during the Bolsonaro administration.

Dismantling the subsidy from the inside - Social Development Fund

The law instituted the PCVA made essential changes within the Social Development Fund (FDS)⁴⁵, redefining questions about financing, regulations, and fees (Balbim, 2022). The FDS was created in 1991 to promote housing production for the low-income population based on the associative system. It was regularized in 1994, amended in 2001 and began to receive resources through the Crédito Solidário program in 2004. The FDS was fundamental in making the PMCMV - Entities⁴⁶ viable, through which organized families, associations, cooperatives or entities accessed the Fund to design and contract housing units of social interest.

With Bolsonaro's program, the fund's rationality has been transformed into an individualistic and mercantilist logic. Article 12 of the FDS legislation now states that it will "I—support the production, acquisition, upgrading and improvement of housing; II—promote land regularization; or III—grant economic subsidies to individual beneficiaries, provided that the FDS Board of Trustees authorizes this operation".

With the proposed changes, the FDS is no longer intended to provide housing associatively. Now, its focus is on individual financing, land registry regularization, individualization of registrations and housing improvements. The families contract the funds but through private companies. This reverses the logic in which families associate with organizations that are usually linked to housing movements. Now, private companies will be qualified to carry out this procedure (Balbim, 2022). In other words, association, cooperativism and family organization have been excluded from implementing the FDS.

Another critical point is that decisions on FDS resources are no longer made by the National Social Housing System (SNHIS) but by the Fund's so-called Board of Trustees. The Council is regulated by Decree No. 10.333 of April 29, 2020, and, according to Art. 5, it is now composed of two representatives from the Ministry of Regional Development, one from the Ministry of Economy; one from the Ministry of Citizenship; one from the Ministry of Women, Family and Human Rights; one from the Secretariat of Government of the Presidency of the Republic; three from employers, one from the National Confederation of Financial Institutions, one from the National Confederation of Services and one from the National Confederation of Industry; and, finally, three employees, one from each of the largest trade union federations with the highest worker representation index (Balbim, 2022). In other words, the Council is controlled almost exclusively by the government.

⁴⁵ See Federal Law No. 8.677, of July 13, 1993, which provides for the Social Development Fund.

⁴⁶ On the PMCMV - Entities, see Rizek, Amore and Camargo (2014).

The SNHIS law also changed. Before, the government had to consult the Council of Cities to establish rules and plan housing programs. The Ministry of Regional Development can now hold hearings through public consultation, ignoring the Council of Cities (Balbim, 2022). In general, mechanisms for social participation, cooperation between entities, control, and transparency were dismantled, and decisions were shifted mainly within the government itself.

Serving its base – Habite Seguro program

Concerning housing provision policy, Jair Bolsonaro's government has created the Live Securely program (Habite Seguro), which “contemplates public security professionals for the acquisition of their own home through subsidies, with resources from the National Public Security Fund (FNSP), and special financing conditions”⁴⁷. Active, inactive, retired, paid reserve and retired members of public security institutions who do not own property can apply. The grants will be used to purchase new or used properties and to finance individual construction projects with a value of up to R\$300,000.

According to official government news from November 2021:

The program's subsidies will target security agents with a gross monthly income of up to R\$7,000. According to the professional's income bracket, the National Public Security Fund will provide subsidies of up to R\$13,000 to finance up to 100% of the property's value. The program will also cover public security agents who earn more than R\$7,000 a month, and they will have access to different interest rates and benefits (Profissionais, 2021).

Provisional Measure No. 1,070, of September 13, 2021, created the program and converted it into Decree No. 10,793 on the same day as part of the PCVA. It is important to note that this Provisional Measure also changed the law on the Social Development Fund.

This program was a nod from Bolsonaro to one of his main bases⁴⁸, public security professionals. The program was part of a ‘package of goodies’ for the Military Police when they discussed his re-election in 2021. In addition to real estate loans, there was a car tax exemption for the category and the promise of a new organic law for the Military Police and Civil Police that could strip governors of their power over state contingents. The National Association of Representative Entities of Military Police and Military Firefighters of Brazil

⁴⁷ Data available at: <https://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/habite-seguro/Paginas/default.aspx>. Accessed on April 14, 2023.

⁴⁸ On Bolsonaro's popular base, especially evangelicals and public security professionals, see Lacerda (2022).

(ANERMB) was one of the central nuclei of the police network that supported Bolsonaro, with around 200,000 members (Doca, 2021; Valfré; Frazão, 2021).

4.2 Cartorial and Market-driven Land Regularization

Public unaccountability and private control

A second “innovation” that the PCVA brought was the promise of land regularization. Historically, land regularization of social interest has always been the sole responsibility of the public authorities. This included drawing up and paying for the land regularization project and implementing the main infrastructure (Balbim, 2022). Under the new land regularization law, this mechanism was maintained in Art. 33. Later, the PCVA law modified its wording and added paragraph 2:

§ 2º In Reurb-S, legitimized parties may undertake, at their own expense, the projects and other technical documents necessary for the regularization of their property, including essential infrastructure works as per § 1 of Article 36 of this Law.

As a result of this change, the costs of land regularization became discretionary for the local government. It allowed the legitimized parties - the residents - to promote land regularization by bearing the project’s costs and documentation through funding via the FDS. In the words of Balbim (2022, p. 44):

This means it removes the municipality’s obligation to carry out Reurb-S and allows private companies interested in the area, by bringing together beneficiary families of the loan, to be remunerated in offering a product that was legally recognized as a right of those who held possession and duty of the public authorities

Private companies have been encouraged to operate in a highly profitable niche. Families included in the logic of financing via private company projects risk defaulting and losing their newly regularized property. Article 17 of the PCVA law authorizes using police force in advance in cases of “turbulence or encroachment”. This results in tenure insecurity for low-income families who have to pay a mortgage.

As far as the actors are involved, there has been a change in the role played: the local government is now merely consenting to the actions of private agents. The processes of planning, participation and principles of transparency no longer exist and collective and social interests are reduced to market and private interests. The beneficiary, who used to be a subject of social interest, becomes financially responsible for the regularization of their plot through financing (Balbim, 2022).

Although it is said that the PCVA introduced land regularization as a novelty, this is not true. The law that instituted the PMCMV already included an exclusive chapter on the regularization of social interest, in which the absolute nature of land ownership rights was not recognized, linking it to social interests and recognizing the historical struggle that began in the 1970s. The proposed chapter resulted from six years of debate within the Ministry of Cities and the Cities Council (Balbim, 2022).

In the PMCMV, land regularization was integral to the housing policy. Still, few titles were given precisely because the legislation at the time required local urbanization as a prerequisite for titling. The lack of funds for both was a bottleneck. Other legal and urban planning instruments, such as the creation of ZEIS (Special Zones of Social Interest) at the federal level by the PMCMV, the City Statute (Estatuto da Cidade - 2003), legal improvements relating to public property and the creation of the Papel Passado Program (in 2003), already reveal an attempt to guarantee housing for a portion of the population living in irregular areas (Balbim, 2022).

This logic was revised after 2016. Under the PCVA, land regularization acquired an exclusively notarial and legal approach, disassociating the obligation from urbanization. This new form of land regularization places the regularized land as a guarantee in the credit market; in other words, once the formal property is constituted, the house on it is positioned as a guarantee. If the family can't pay the mortgage, they become debtors to the state and risk losing their home to the private company that did the regularization. The idea behind the program is that families can turn their homes into assets, extracting value from them (Cf. Fernandes, 2011).

This cascade of changes allows the Reurb-S project to be carried out by the private sector, with only the consent of the local public sector. This means that, in a single step, urban and environmental approval and integrated licensing are obtained, with almost the approval of the Habite-se (final license to live in the property). The program went against the previously proposed legislation, weakening the ZEIS and burdening low-income families, increasing tenure insecurity and promoting legal lots for the real estate market (Balbim, 2022).

Land Regularization and Housing Improvement Program

The Bolsonaro government launched the Land Regularization and Housing Improvement program through Resolution 225 of December 17, 2020, approved by the Board of Trustees of the Social Development Fund (CCFDS)⁴⁹. Remember that the Board of Trustees

⁴⁹ On January 21, 2021, the Normative Instruction regulating the program was launched, including the Instruction Manual in Annex I.

is comprised mainly of people from the government's base, and its actions do not need to be linked to other bodies. Thus, there was no transparency or public debate in creating these regulations.

According to CCFDS Resolution 225 of December 17, 2020, the program is aimed at families with a monthly income of up to two thousand reais. The area of operation is informal urban nuclei, classified as Reurb-S under items I and II of Article 11 of Law No. 13,465, of July 11, 2017:

Art. 11 For the purposes of this Law, the following are considered:

II - informal urban nucleus: that which is clandestine, irregular or in which it has not been possible, by any means, to obtain the title for its occupants, even if it complies with the legislation in force at the time of its implementation or regularization;

III - consolidated informal urban nucleus: that which is difficult to revert, considering the time of occupation, the nature of the buildings, the location of the circulation routes and the presence of public facilities, among other circumstances to be assessed by the Municipality;

In the resolution, "item 5. Participants and Attributions", attention is drawn to the role of Companies or private entities and Families:

d) **Companies or private entities**, as the Promoting Agent that signs the financing contract, propose the land regularization strategy to the Municipality(ies) or the Federal District, carry out the land regularization and housing improvement services and works, and transfer the financing to the beneficiaries.

(...)

f) **Families**, as beneficiaries of the Program, are responsible for adhering to the land regularization proposal, providing the necessary information to carry out the works and services, accepting the housing improvement services, as well as assuming the financing;

These responsibilities show that land regularization and housing improvement projects can only be carried out by a private company or entity that proposes a project to the municipalities. Families are responsible for signing up for the project and bearing the financing costs. For the proposal to be accepted by the managing body, private companies must prove that at least 50% plus 1 of the families served in that area have signed up for land regularization, and it is up to the local government to decide whether families who have not signed up for land regularization will receive titles to their plots. 50% minus 1 of the families who were against regularization may go through the process in a mandatory way. It is not clear what would happen if the local government decided not to give these families land titles.

The financing proposed by the program can cover legal, notary, administrative, urban planning, environmental and social expenses to promote land regularization, such as expenses

for construction materials, labor, and technical assistance for housing improvement works. The amounts for land regularization can reach up to 2,000 reais and for housing improvements, up to 23,000 reais. Only 20% of the homes included in the land regularization project can undergo housing improvements. These homes must have a stable structure and cannot require reconstruction or total replacement.

The regularized areas must be occupied “preponderantly” by low-income families and be subject to regularization without being the object of urban land conflicts. The municipality characterizes informal urban nuclei, so the guidelines leave room for interpretation.

The first actions relating to land regularization and housing improvements occurred through the open call for proposals at the end of 2021⁵⁰. The selection results were announced in March 2022. Balbim and Krause (2022), in a technical note for Ipea, analyzed this selection of approved projects and not the total universe of projects submitted since the government did not make the data available. Analyzing all the proposals would help understand the criteria used for the approved projects.

In this first call for proposals, the Board of Trustees of the Social Development Fund selected 245 areas in 156 municipalities, totaling around 102,000 beneficiary families and an estimated funding value of R\$ 415,000. The authors focused on analyzing 13 intervention areas with 20 NUIs. It’s worth noting that this is a preliminary analysis, which points to some indications.

According to the analysis, there are indications that the proposals accepted refer to areas that are easy to regularize, with no conflicts, risks or environmental impediments. It also seems that areas without significant urban intervention needs have been chosen since financing works of this nature are not part of the proposals. From the regions analyzed, one area in Porto Alegre raised suspicions that real estate interests were using the land regularization innovations proposed by the PCVA (Balbim; Krause, 2022).

The program provides housing improvements in up to 20% of the units in each intervention area. In other words, while financing construction materials and technical assistance can improve the housing quality in some cases, replacing it seems more feasible in others. Therefore, the housing conditions must be checked before the land regularization process (Balbim, Krause, 2022).

⁵⁰ On December 20, 2021, Ministerial Order No. 3,261 established a timetable for receiving, selecting and contracting under the program, with a deadline for registering proposals of January 30, 2022. On March 25, 2022, Ordinance No. 889 announced the results of the program’s proposal selection process.

In general, the PCVA proposal for land regularization and housing improvement has been limited to formalizing precarious areas without urbanization and without instruments to guarantee that the beneficiaries can continue to live there. On the other hand, it has the potential to significantly expel this population from formalized areas that may interest real estate developers. The PCVA program can potentially be a formalized expropriation instrument that inserts these informal lands into formal markets, transforming them into real estate assets.

We went from a situation in which the public authorities proposed a land regularization of social interest to a model in which private initiative became responsible for planning and execution, burdening families. The policy of social interest became embroiled in the market's interests, ending the modalities of cooperatives or social entities.

The fact that the FDS Board of Trustees makes regulations, financial contributions, and the choice of projects can also be understood as a counter-policy biased by the government's interests. The board is comprised of people appointed by the government itself, without any transparency or social control. This program deepened the logic present in Reurb and helped shift the historical paradigm of Brazilian land regularization.

4.3 Destination of federal public property: mass privatization

A third change proposed by the PCVA was how the state sells the Union's public properties. This change was inserted into the legislation by the Executive and the National Congress without any debate with society. It aimed to transform a large amount of "unused" public real estate into an economic asset. Now, public areas of the Union that interest the real estate market can be earmarked for urban requalification projects exclusively proposed and managed by the private market, with the local authority merely approving the proposals and adopting the necessary legislation. In return, there would be a percentage of housing units on the property or land (Balbim, 2022).

The instrument for allocating federal property is not new. Since 2007, with Law 11.481/2007, there has already been authorization to grant Union properties through the Union Patrimony Secretariat to promote a social housing policy. Article 7 of the PCVA law made three fundamental changes to the allocation of properties (my emphasis):

Art. 7 The Union may allocate real estate to private entities, **without specific legislative authorization**, to achieve the objectives of **public housing policies**, observing, where applicable, Art. 23 of Law No. 9.636, of May 15, 1998.
(...)

§ Paragraph 4 Once the counterparts have been met, the developer will be free to economically exploit the part of the property not affected by them

§ Paragraph 5 After the counterparts have been fulfilled, property ownership will be transferred to the contractor (...).

(...)

§ 11. An inter-ministerial decree, to be published jointly by the Ministry of Economy and the Ministry responsible for public housing policy, will regulate the allocation established in this article.

§ The counterparts to be made by the entrepreneur in compliance with the objectives of the public housing policy set out in the ordinance referred to in § 11 of this article and in the call for bids may, among other obligations, involve:

I - construction, maintenance and operation of buildings constructed on the property earmarked;

II - direct transfer of buildings or real estate units to beneficiaries;

III - provision of urban infrastructure to serve the area of the property and its surroundings; or

IV - the provision of public interest or public utility services involving the use of the buildings referred to in item I of this paragraph, free of charge or with a reduced charge to the beneficiaries.

The first point concerns that authorization from the Legislative Branch is not required when allocating federal assets, implying a counter policy lacking control and transparency mechanisms. The second point refers to the fact that at no point is it mentioned that the housing counterpart must be of social interest. It is vaguely referred to as “public housing policies”. This implies the third point: the property can be used as long as there is a counterpart, again defined extremely imprecisely in paragraph 12, that “achieves the objectives of public housing policies”.

In other words, properties with investment potential would enter the private market via a single national executive office without guaranteeing how and for whom the counterpart would be. Once the counterpart has been fulfilled, the property is legally transferred to the developer.

Aproxima Program

To regularize Article 7 of the PCVA, the government launched the Aproxima Program, which became part of it. According to the official announcement of June 2022,

The initiative will allow low-income families to access housing through vacant federal public properties in urban areas with extensive infrastructure.

In addition to social housing, the new program will make it possible to carry out projects in the same development that promote its economic use, such as the construction of shopping malls, parking lots and service establishments, promoting the occupied area (Governo, 2022).

Ministerial Order ME No. 1,683 created the program on March 16, 2022. Article 1 states that it has “the purpose of promoting the right to housing for low-income families living in urban areas, through the allocation of federal real estate under the terms of Article 7 of Law No. 14.118, of January 12, 2021”. The definition of a low-income family is set out in Article 7, item III:

III - the beneficiary families of the social interest housing units built on Union property must have a maximum gross monthly income of five minimum wages and meet the framework conditions defined in regulations by the National Housing Secretariat of the Ministry of Regional Development;

The PMCMV and PCVA’s social housing modality was defined based on economic criteria, including families earning around two minimum wages. This income bracket represents 75% of the Brazilian housing deficit (2019 data, Fundação, 2021). For both programs, up to five minimum wages would be considered market housing. “Social Housing”, in this case, is used to justify the privatization of public buildings, even though it has been distorted to enable housing production for the lower middle class.

Another issue raised by the Interministerial Ordinance is the regulation of the counterpart in Article 8:

Art. 8 The methodology for calculating the level of non-pecuniary counterparts to be offered by the private entity for the destination of the Union’s real estate, referred to in item IV of Art. 7, will be defined by modeling and economic feasibility studies prepared by the Infrastructure Development Secretariat of the Special Secretariat for Productivity and Competitiveness of the Ministry of Economy, considering the local conditions of the real estate market and urban planning incident on each property, observing the provisions of Art—7 of Law No. 14.118 of 2021.

The calculation of the counterpart is not regulated by law but is the responsibility of the Secretariat mentioned above. Once again, Bolsonaro’s administration’s rules and regulations are extremely generic and broad, opening the way for a counter policy.

Incorpora, Brasil — Real estate funds

In January 2022, the Special Secretariat for Privatization, Disinvestment and Markets of the Ministry of Economy (SEDEMM), within the Secretariat for Coordination and Governance of the Federal Government’s Assets (Ministry of Economy), started the *Incorpora, Brasil—Real Estate Funds* project. This project aimed to create and include public real estate owned by the Federal Government in Real Estate Investment Funds (REITs)⁵¹.

⁵¹ For information about Investment Funds in the Brazilian context, see Nakama and Rufino (2022).

The government would provide the quotas for the properties, while the shareholders would contribute their share in cash, which would be used for studies and asset development strategies. The expectation was that market agents would also contribute technical parameters for participant selection, structuring, administration, and management of the real estate funds, business modeling, and the list of government properties that could be included in the REITs. B3⁵² was consulted to provide advisory services for the project (Tomazelli, 2022b).

According to the government, there is a high demand for funding creation. Surveys were conducted with 14 representatives of financial institutions operating in this market, including Genial Investimentos, Itaú BBA, Santander Asset, and BTG Pactual, in early 2022. These funds would allow for a change in how the government sells Union properties, offering more flexibility to investors. For the direct sale of a Union property, payment must be made in total upfront without financing. With the REITs, properties can be divided, revitalized, or managed, becoming more attractive to the market. Supporters of this program argue that the Union does not have a “real estate vocation,” so it cannot manage the properties alone, making REITs a suitable option (Tomazelli, 2022b).

In January 2022, the government was preparing 237 assets to be integrated into the REITs. In the words of the then Special Secretary of SEDEMM, Diogo Mac Cord, “We are creating a wholesale solution. Instead of selling property by property, we can monetize through large lots, which guarantees us a sales scale compatible with the supply we have” (Ministério, 2022)

As public properties would become part of the real estate fund, the Union would assume the role of a shareholder. This operation effectively changes property rights ownership, classifying them as private assets. Therefore, the properties would no longer be owned by the Union - the Public Authority - and would become the private entity’s property - the fund itself. The fund administrator can renovate, sell, lease, develop, and exploit the property. In numerical terms, the Union owns approximately 800 thousand properties, totaling R\$ 1.34 trillion in real estate assets, and the Secretariat’s goal - through Incorpora - was to sell approximately R\$ 4 billion per year through the REITs (Ferreira, Alhadas, & Burlini, 2022). It is estimated that the universe of alienated properties could reach around 97 billion reais (Tomazelli, 2022b).

The issue of overseeing these potential REITs was not discussed. Ferreira, Alhadas, and Burlini (2022) point out that these funds have a private legal nature. Therefore, their administration, management, and assets are private, excluding public agencies from controlling

⁵² A B3 is one of the main financial market infrastructure companies in the world.

and overseeing these funds. This strategy of divestment through REITs is not new. The state of São Paulo was a pioneer in this initiative, creating REITs with public properties in 2018, with potential capital of around 1 billion reais.

REITs represent a way for international capital to enter Brazil by purchasing shares. It allows the entry of global players through investment funds and transnational real estate companies, which enter financial markets to diversify assets and mitigate risks. Consequently, city production becomes linked to financialization and these international actors. REIT shares are tradable on the Stock Exchange and offer several tax advantages and flexibilities capable of enhancing the profitability of their assets. Individuals are exempted from income tax in this modality. Another central point is the speed of asset transactions, which only consumes 0.5% of the property value (the typical sale process consumes 7 to 10% and can take between 60 to 90 days for the transaction) (Santoro; Rolnik, 2017).

The connection between financial and real estate capital is not new in Brazil, dating back to the 1990s. Some regulatory milestones were essential for forming real estate financial assets and structuring them to link them to international capital—the creation of Real Estate Investment Funds (REITs) in 1993 was one of them. REITs were created for fundraising, especially for pension funds. Later, they became targets of investments by other investors, whose practices have repercussions on urban space production (Santoro; Rolnik, 2017).

Over the last decades, financialization in Brazil has been supported mainly by significant pension funds and the FGTS. With the economic crisis, the actions of global players are currently undergoing a process of expansion and diversification of areas of operation, and the private sphere has gained more space (Santoro; Rolnik, 2017). The Incorpora, Brasil aims to strengthen the ties between financial and real estate capital at the international level and intensify the process of financialization.

The project was organized based on Article 20 of Law No. 13,240/2015⁵³, whose wording was modified entirely by the New Land Regularization Law (2017) and Law No.

⁵³This legislation deals with the administration, alienation, and management transfer of Union properties and their use for the constitution of funds. This legislation has undergone several adjustments, especially through the new land regularization framework (2017); Law No. 14,011, of June 10, 2020, which improves the procedures for management and alienation of Union properties; and Law No. 14,474, of December 6, 2022, resulting from a Provisional Measure, which amends Law No. 9,636, of May 15, 1998, to modify the method of adjusting Union patrimonial revenues resulting from the update of the value table and streamline procedures for alienation and registration of Union properties.

14,011/2020⁵⁴. It is interesting to note that this last one is signed, among others, by Damares Regina Alves⁵⁵. The reason might lie in a small paragraph (emphasis mine):

Art. 4 of Law No. 13,240, of December 30, 2015, shall be amended as follows:

Article 4.....

§ 5 Religious temples may, under the provisions of this article, be alienated to their occupants with a discount of 25% (twenty-five percent), as provided for in Article 11 of this Law.

Pastor Damares, known for her conservatism, her agendas against “gender ideology” and sex education in schools, made a nod to her and Bolsonaro’s base - the evangelicals (c.f. Lacerda, 2022) - by using a program that sought to privatize federal properties, offering discounts to religious temples. Around 700 federal properties are estimated to be occupied by churches of the most diverse orientations, which pay a derisory use fee. According to a report on the Terra portal, religious organizations own most of the federal properties. The Bolsonaro government has authorized the occupation of three properties by evangelical churches: Igreja Universal do Reino de Deus, Assembleia de Deus Ministério Bethel and Igreja Apostólica Restauração do Povo de Deus (Frazão, 2020).

The Bolsonaro government’s obstinacy in privatizing federal public areas didn’t stop there. At the beginning of 2022, the government was working on a proposal to demarcate navy land and facilitate the sale of the coastal regions with a 50% discount for private occupants. Bolsonaro has always been in favor of privatizing public areas on beaches to stimulate hotel investment and international cruises. The project’s coordinator, Diogo Mac Cord, even justified the action: “I understand the problem. It’s a callus that needs to be cured, the lack of property rights” (Tomazelli, 2022a).

It is possible to see that the proposals in the legislation concerning public properties owned by the Federal Government in recent years point to changes in mechanisms and greater openness to the entry of private investors and international capital. In the case of the Incorpora, Brasil project, there was no mention of any concern about these quotas being converted into investments in social housing. The Aproxima Programme and Incorpora, Brasil point to privatizing the public housing stock, in which private agents can manage federal properties with

⁵⁴ It improves the procedures for management and alienation of Union properties; amends Laws No. 6,015, of December 31, 1973, 9,636, of May 15, 1998, 13,240, of December 30, 2015, 13,259, of March 16, 2016, and 10,204, of February 22, 2001, and Decree-Law No. 2,398, of December 21, 1987; repeals provisions of Laws No. 9,702, of November 17, 1998, 11,481, of May 31, 2007, and 13,874, of September 20, 2019; and provides for other measures.

⁵⁵ Damares Regina Alves is a lawyer, evangelical pastor, and Brazilian politician affiliated with the Republicanos party. She currently serves as a senator for the Federal District. She was Minister of Women, Family, and Human Rights from 2019 to 2022, during the government of former President Jair Bolsonaro.

excellent market potential. They also point to a process of deepening the financialization of housing and the entry of foreign capital, impacting the production of urban space. These actions also appeal to the Bolsonaro government's base - public security and religious professionals.

4.4 Dismantling of transparency and social control mechanisms in the PCVA

It is important to remember that the PMCMV and the PCVA resulted from a Provisional Measure (MP), which weakens the most democratic and participatory ways of producing social policy. MPs presuppose relevance and urgency. In the case of the PMCMV, the justification was the need to deal with the global economic crisis of 2008, projecting a boost to the domestic market via the construction sector. The PCVA was created during the first wave of Covid-19 infections and deaths, which could justify creating or improving a housing policy with the potential to minimize the pandemic's effects. Besides, there was already a program in place.

The literature has already widely explored the contradictions surrounding the creation of the PMCMV. However, it is worth noting that the program still sought to align with the National Social Housing Policy and the National Housing Plan. Its Provisional Measure was debated in the Cities Council, demonstrating transparency and social participation before being converted into law. The "Entities" category emerged through these debates and pressure from social movements (Balbim, 2022).

In the case of the PCVA, according to the Observatório das Metrópoles (2020), the then Minister Rogério Marinho and the National Housing Secretary Alfredo dos Santos claim that the MP was created in conversation with agents from the private sector, and a possible discussion with specialists, universities and civil society organizations is mentioned diffusely. However, the Observatório pointed out that it had not heard from any of the partner universities or entities about any debate or consultations that may have taken place with experts in the field.

Another critical factor that differentiates the two political conjunctures is that the PCVA was created when the instruments that guided urban development policy at the federal level had already been formally or informally overturned, emptied or revoked by the Bolsonaro government. In 2019, the Ministry of Cities was revoked through Law No. 13,844. Its creation in 2003, in the first year of Lula's government, represented the unification of bodies and programs for urban development actions, as well as the elaboration of new programs, signifying the resumption of the role of the central state in defining urban policy.

Another attack on democracy came through Decree No. 9.759 of April 11, 2019, which extinguished and established "guidelines, rules and limitations for collegiate bodies in the federal public administration". This Decree revoked Decree No. 8,242 of May 23, 2014, issued

by Dilma, which had created the National Social Participation Policy (PNPS) and the National Social Participation System (SNPS). According to Balbim (2022), this meant the end of the Cities Council and another 700 collegiate bodies, affecting another 2,500 collegiate bodies at the federal level. The transformation of the FDS and its Council also significantly impacted the formulation and management of housing policies. In this sense, the PCVA meant a profound loss in transparency, participation and social control.

The creation of the PMCMV represented the return of a structured housing policy at the federal level that had been absent since the mid-1980s. One of its main merits was the high subsidies offered to the low-income population. On the other hand, the program was designed based on investments in multinational companies and construction consortia, resulting in the private management of the social and the outsourcing of public funding. Pioneering fronts for the expansion of urban space were opened up all over Brazil, reshaping urban space and its sociability.

In 2014, the social housing range began to show signs of exhaustion. From 2016 onwards, with the coup d'état and the rise of the right wing to the federal government, the range never recovered. Starting with Michel Temer's government, a cascade of changes reconfigured the normative and programmatic framework of urban development and the forms of access to housing and land for the low-income population. This cascade has led to dismantling social rights achieved over the last two decades. The horizon of social rights, in general, has shrunk, giving way to the growth of precariousness, vulnerability and emergencies.

Since the Public Spending Ceiling was approved in 2016, the program has focused on market housing, supported the real estate market, and remunerated private capital until its termination. The Temer government promoted emptying the subsidy funds and making the forms of land regularization more flexible.

The New Land Regularization Law (2017) introduced the Reurb instrument and the controversial definition of Informal Urban Nuclei. Combining these instruments made land regularization rules more flexible, focusing only on notary regularization and disregarding urban, environmental, and social issues. The law has also given discretion to the local government and allowed for more flexible rules for producing urban space. Access to the so-called "consolidated city" is seen only as access to land or private property via titling.

The PCVA crowns this cascade of changes to the normative and programmatic framework of urban development, combining with and modifying the Land Regularization

Framework. Based on the tripod of housing provision, land regularization, and public land allocation, what Chico de Oliveira (1999) called the privatization of the public was set in motion. The market logic, privatizing mechanisms, an abrupt reduction in subsidies, and the insertion of the low-income population into housing financialization circuits deepened.

Regarding housing provision, subsidies were reduced, long-term financing was introduced, and the PCVA stamp was applied to thousands of ongoing PMCMV projects. Concerning land regularization, the program focused on assimilating informality as an economic opportunity and a tool for expanding formal economic circuits. Informality became a reserve for market expansion, boosted by public investment and the regularization of land registry fees paid by the families.

About the sale of public properties, an attempt was made to transform public real estate stock into a private economic asset. With the Real Estate Fund, an unprecedented scale change was proposed in commercializing the public real estate market, allowing global players to enter. There is a slippage of scale, paving a broad avenue for speculative action at a worldwide level related to public real estate stock. Attempts to privatize the public domain have extended to navy land and coastal areas.

It's worth noting that dismantling mechanisms for social participation and transparency gave way to a counter-policy and internal decisions by the government itself. The PCVA represented a repositioning of the brand, a fake program with a nationalist shell and socially empty content focused only on the benefit of private capital. Housing policy was also instrumentalized in favor of the government's popular base through Habite Seguro and selling public properties at a super discount to evangelical temples.

The laws relating to housing and land after 2017 present broad definitions and parameters that allow the programs designed based on them to operate in a grey zone with no defined margin opening up possibilities for discretion and the benefit of private initiative. In this sense, the proposed changes in legislation serve as a guide for understanding the strategies of social actors.

It is important to remember that housing policies are territorial and urban development policies (Balbim, 2022). The creation or modification of programs means the creation and modification of a set of laws and regulations that govern urban space production. In the next chapter, we will look at three occupations in the city of São Carlos and see how these changes in practice alter the horizon of possibilities for collective action, force the search for new strategies and modify access to housing and land while also altering urban sociability.

Table 3. Main laws, decrees, ordinances, and regulations cited in Chapter 1

Year	Legislation	Subject
1993	Lei Federal n.º 8.677, de 13 de julho de 1993	Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e dá outras providências.
1998	Lei Federal n.º 9.636, de 15 de maio de 1998	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2.º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.
2005	Lei Federal n.º 11.124, de junho de 2005	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social — SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social — FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.
2007	Lei Federal 11.481, de 31 de maio de 2007	Dá nova redação a dispositivos das Leis nos 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 — Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências.
2009	Lei Federal n.º 11.977, de 7 de julho de 2009	Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida — PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
2014	Decreto n.º 8.242 de 23 de maio de 2014	Regulamenta a Lei n.º 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social.
2015	Lei Federal n.º 13.240, de 30 de dezembro de 2015	Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei n.º 9.636, de 15 de maio de 1998, e os Decretos-Lei n.º s 3.438, de 17 de julho de 1941, 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e revoga dispositivo da Lei n.º 13.139, de 26 de junho de 2015.
2016	Portaria n.º 185, de 13 de maio de 2016	Revoga a Portaria Ministerial n.º 178, de 11 de maio de 2016.
	Portaria n.º 186, de 13 de maio de 2016	Revoga as Portarias n.º 173, de 10 de maio de 2016, e n.º 180, de 12 de maio de 2016, da Secretária Nacional de Habitação.
	Portaria n. 326 de 18 de julho de 2016	Institui o Grupo de Trabalho “Rumos da Política Nacional de Regularização Fundiária”.
	Instrução Normativa n.º 25, de 28 de setembro de 2016	Dá nova redação à Instrução Normativa n.º 22, de 14 de dezembro de 2015, do Ministério das Cidades, que regulamenta o Programa Carta de Crédito Individual, e outras providências.

	Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.
2017	Lei Federal n.º 13.439, de 27 de abril de 2017	Cria o Programa Cartão Reforma e dá outras providências.
	Lei n.º 13.465, de 11 de julho de 2017	Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis n.ºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória n.º 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-Leis n.º 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar n.º 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei n.º 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências.
	Portaria n.º 544, de 13 de setembro de 2017	Constitui Grupo de Trabalho para discutir, formular e propor um novo programa do Governo Federal destinado a viabilizar empreendimentos habitacionais em benefício preferencial de famílias de baixa renda e/ou em situação de vulnerabilidade, na modalidade de Aluguel Social, a serem ofertados pela iniciativa privada.
2019	Decreto n.º 9.759 de 11 de abril de 2019	Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal.
	Lei Federal n.º 13.844, de 18 de junho de 2019	Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nos 13.334, de 13 de setembro de 2016, 9.069, de 29 de junho de 1995, 11.457, de 16 de março de 2007, 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 11.952, de 25 de junho de 2009, 10.559, de 13 de novembro de 2002, 11.440, de 29 de dezembro de 2006, 9.613, de 3 de março de 1998, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.346, de 10 de outubro de 2016; e revoga dispositivos das Leis nos 10.233, de 5 de junho de 2001, e 11.284, de 2 de março de 2006, e a Lei n.º 13.502, de 1º de novembro de 2017.
2020	Decreto n.º 10.333, de 29 de abril de 2020	Aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social.
	Lei Federal n.º 14.011 de 10 de junho de 2020	Aprimora os procedimentos de gestão e alienação dos imóveis da União; altera as Leis nos 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 9.636, de 15 de maio de 1998, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 13.259, de 16 de março de 2016, e 10.204, de 22 de fevereiro de 2001, e o Decreto-Lei n.º 2.398, de 21 de dezembro de 1987; revoga dispositivos das Leis n.º 9.702, de 17 de novembro de 1998, 11.481, de 31 de maio de 2007, e 13.874, de 20 de setembro de 2019; e dá outras providências.

	Medida Provisória n.º 996, de 25 agosto de 2020	Institui o Programa Casa Verde e Amarela.
	Resolução CCDFS n.º 225, de 17 de dezembro de 2020	Aprova o Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional, integrante do Programa Casa Verde e Amarela.
2021	Lei Federal n.º 14.118 em 12 de janeiro de 2021	Institui o Programa Casa Verde e Amarela; altera as Leis n.º 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.100, de 5 de dezembro de 1990, 8.677, de 13 de julho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 11.977, de 7 de julho de 2009, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 13.465, de 11 de julho de 2017, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979; e revoga a Lei n.º 13.439, de 27 de abril de 2017.
	Instrução Normativa n.º 2, de 21 de janeiro de 2021	Regulamenta o Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional, integrante do Programa Casa Verde e Amarela, destinado ao atendimento de necessidades habitacionais e a garantir a segurança de posse de moradia de famílias de baixa renda.
	Decreto n.º 10.793, de 13 de setembro de 2021	Regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública — Programa Habite Seguro, e altera o Decreto n.º 10.333, de 29 de abril de 2020, que aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social.
	Portaria n.º 3.261, de 20 de dezembro de 2021	Estabelece calendário de recepção, seleção e contratação e propostas do Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional, integrante do Programa Casa Verde e Amarela.
2022	Portaria ME n.º 1.683, de 16 de março de 2022	Cria o Programa Aproxima com a finalidade de regulamentar o disposto no art. 7º da Lei n.º 14.118, de 12 de janeiro de 2021.
	Portaria n.º 899, de 25 de março de 2022	Divulga o resultado do processo de seleção de propostas do Programa de regularização Fundiária e Melhoria Habitacional, integrante do Programa Casa Verde e Amarela, aprovado pela Resolução n. 225, de 17 de dezembro de 2020, do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimentos Social (CCFDS), e altera a Portaria MDR n. 3.261, de 20 de dezembro de 2021.
	Portaria SPU/ME n.º 3.723, de 27 de abril de 2022	Regulamenta os procedimentos de indicação, pelos Municípios e pelo Distrito Federal, de bens imóveis da União passíveis de destinação no âmbito do Programa Aproxima.
	Lei Federal n.º 14.474, de 6 de dezembro de 2022	Altera a Lei n.º 9.636, de 15 de maio de 1998, para modificar a forma de reajuste das receitas patrimoniais da União decorrentes da atualização da planta de valores e desburocratizar procedimentos de alienação e registro de imóveis da União, as Leis n.º 11.483, de 31 de maio de 2007, e 13.240, de 30 de dezembro de 2015, e os Decretos-Lei n.º 2.398, de 21 de dezembro de 1987, para dispor sobre as hipóteses em que se aplica o prazo de transferência de imóveis, e 9.760, de 5 de setembro de 1946, para dispor sobre regras de demarcação de terrenos de marinha; e dá outras providências.
2023	Medida Provisória n.º 1.162, 14 de fevereiro de 2023	Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, altera a Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a Lei n.º 8.677, de 13 de julho de 1993, a Lei n.º 9.514, de 20 de novembro de 1997, a Lei n.º 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, a Lei n.º 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei n.º 14.063, de 23 de setembro de 2020, e a Lei n.º 14.382, de 27 de junho de 2022.

Chapter 2

Land occupations in the era of dismantling: lower living conditions and prolonged precariousness

Ocupamos pelos
legítimos direitos
injustamente negados
sonogados

Ocupamos porque
plantamos,
mas não podemos comer
fabricamos,
mas não podemos comprar
construímos,
mas não podemos morar

(...)

Somos muitos
somos tantos e tantas
diversidades amplas
(Lene, 2021, p. 12)

At the beginning of 2018, I was preparing to defend my master's thesis on the My House My Life Program, its relationship with the production of urban space and the indicators of housing deficit and demand based on the case study of the southern region of the city of São Carlos⁵⁷. The actions “against” the so-called housing deficit allowed the construction of thousands of houses and apartments for the middle class via Market Housing. One of the latest surveys in the municipality revealed production of around 17,000 units for all income ranges under the PMCMV (Breda, 2018; 2021; 2022).

At the same time as this overproduction, I discovered the “In search of a dream” occupation, with dozens of families living in precarious shacks, in a situation of vulnerability and struggling to access decent housing. When I got in touch with the occupation through Marcel Fantin's professor (IAU-USP), I discovered that there had been a previous occupation on the same land, “José Luís and Rosa Sundermann”. Subsequently, in 2020, another occupation arose in the area, “In search of a home”, setting up a contemporary cycle of occupations. It was from my entry into “In search of a dream” that my research field took shape. The three occupations are located in the southern region of São Carlos, where most of the poor and vulnerable population is concentrated. This region has around 5,000 units produced by the PMCMV, 3,000 of which are for Social Housing. This entire population, around 80,000 people, is segregated from the so-called “consolidated city” and is connected to it by just three roads (Breda, 2022).

This cycle of occupations is part of the emergence of “urban activism” (Frúgoli Junior, 2018), which began in 2013. It brought together a set of collectives, social movements and occupation practices aimed at fighting for the right to the city during “emergency struggles” (Mouriaux, 2002), which are linked to survival and the immediate plane of life.

With the disintegration of the institutional mechanisms for access to social housing represented by the PMCMV, there is a reconfiguration of the actors fighting for housing and their relations with the state. The agents mediating housing demand have been displaced, and the housing policy field has been transformed. The scale of the struggle has also changed due to the state of emergency and precariousness, moving from “local associations”⁵⁸ to “social movement networks”⁵⁹ with links to various agents, movements and scales in the struggle for

⁵⁷ On the historical and contemporary development of the region, see Breda (2022).

⁵⁸ “Local associations” means civil associations, community movements and social subjects involved in everyday social or cultural causes. They are expressions and local and/or community organizations of organized civil society (Scherer-Warren, 2006).

⁵⁹ According to Scherer-Warren (2006, p. 113-114, own translation), the social movement network “presupposes the identification of collective subjects around common values, objectives or projects, which define the antagonistic actors or systemic situations that must be fought and transformed”, it “transcends the empirical,

visibility and the conquest of social rights. These actors, support networks, and action strategies are now connected through occupations that have played a significant role in the last decade.

In this context, Chapter 2 analyzes the cycle of land occupations that began in 2014 in São Carlos. The aim is to map the strategies for accessing home ownership from the perspective of what is possible in the “last dismantling” era. In other words, it’s about understanding how the political, social, economic and legal situation relates to the struggle for housing. We ask ourselves: what strategies did the population and social movements use to access housing in the context of the dismantling? What institutional predictabilities took shape during this period? How are these fields of action, networks of social movements and political actors configured? From a sociological point of view, the three occupations serve as photographs of this period, each representing a specific moment and different strategies of struggle in a sequence that allows us to observe these reconfigurations.

The “Sundermann” occupation, which began in 2014, was criminalized and suffered a violent repossession process a few months after it emerged. About a year and a half later, some of the squatters benefited from the latest Social Housing development produced by the PMCMV in the city.

The “In search of a dream” occupation began in 2015 on the same land as the previous occupation, seeking to follow in its footsteps. However, the horizon of possibilities was disintegrating and access to the PMCMV was no longer possible. A network of movements was created after the MTST (Homeless Workers’ Movement) was invited to join the occupation. Through the new legal framework produced in the era of dismantling, it was possible to carry out urbanization and land regularization of the land where the occupation is located via Reurb-S. However, access to housing has been suspended, and the gains have come in trickles, prolonging the precariousness.

The “In search of a home” occupation arose in the context of the pandemic, just a few meters from the second occupation. Its horizon is land regularization and no longer access to

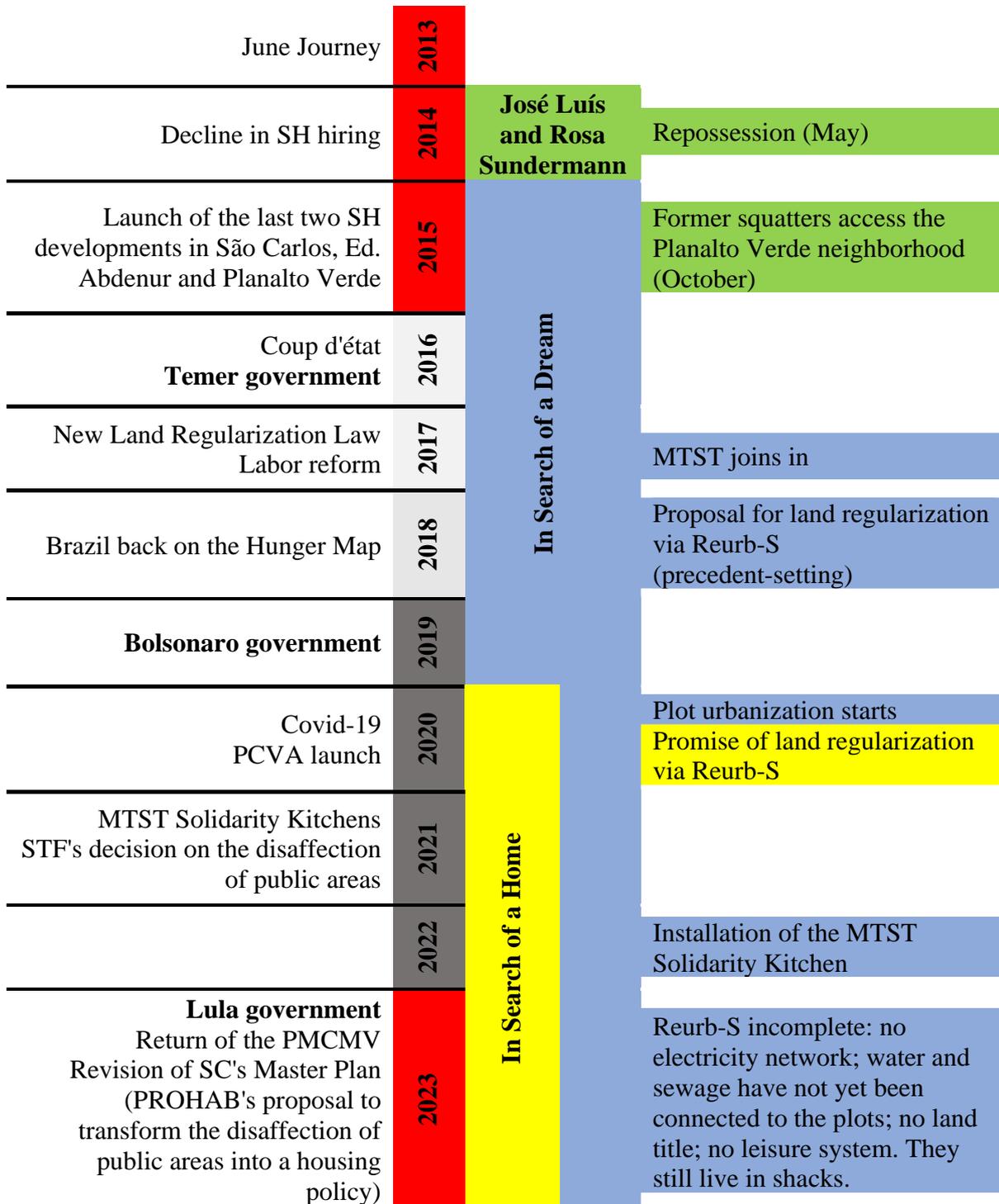
concrete, dated, localized experiences of the collective subjects/actors". (...) "In the network society (to use Manuel Castells’ terminology), localized associations (community NGOs and local associations) or sectoral associations (feminist, environmental, ethnic and other NGOs) or even local grassroots social movements (of residents, the homeless, the landless, etc.) increasingly perceive the need to articulate with other groups with the same social or political identity, to gain visibility, have an impact on the public sphere and achieve gains in citizenship. In this articulation process, they, therefore, attribute legitimacy to the spheres of mediation (forums and networks) between localized movements and the state, on the one hand, and seek to build networks of movements with relative autonomy on the other. This gives rise to a permanent tension within the social movement between participating as and through the state in formulating and implementing public policies or being an agent of autonomous pressure from civil society".

housing via a housing program. On the municipal side, Reurb-S has become the institutional predictability. These processes have set a local precedent for the municipality to discuss the mass expropriation of public areas to offer them to the private market in the race for funds for the “new” PMCMV, which was returned in 2023.

The historical distance does not yet allow us to say whether the New Republic ended or was suspended from 2016 to 2022 (cf. Rizek; Georges, 2022). Although the current Lula government is to the left of its predecessors, the situation and the legal framework left by the last two governments outline the new horizon for action. From the housing field, this chapter also allows us to reflect on What comes after the dismantling? What are the continuities and ruptures?

Next, I present the three occupations mentioned in chronological order, relating them to the changes in the conjuncture that have taken place over the last decade and the strategies implemented by the occupations and social movements. Below is a diagram to help the reader orient themselves chronologically.

Figure 5: Political, social and legal conjuncture and the cycle of housing occupations in São Carlos, 2013-2023



Source: organized by the author, 2023.

1. “José Luís and Rosa Sundermann” Occupation (2014-2014): the My House My Life Program on the horizon

1.1 São Carlos: a new time - May 2014

Giroflex, noise, a fire truck coming down the street. Then, a Military Police (PM) car and four more buses from the public transport company Athenas Paulista followed in a line. They are full of PMs. The scene cuts to large police vehicles. On the other side of the street are the squatters and supporters. In the background is a group from the outsourced urban cleaning company ReVita. It's cold, many are wearing sweatshirts. The PMs line up. They wear helmets, batons, heavy weapons, bulletproof vests and transparent shields - they seem to be preparing for war. A PM helicopter flies low. At the time of the repossession, many people were in the street: women, men and children, supporters of the occupation, residents, PMs, and City Hall employees⁶⁰.

São Carlos, Cidade Aracy neighborhood, “José Luís and Rosa Sundermann” occupation, May 26, 2014, Monday. The occupation awoke tense, with some squatters and supporters keeping vigil into the early hours of the morning. The gray, melancholy day set the tone for what was to come. A repossession order had been issued for that day. Fire trucks, ambulances, City Hall vans and around 100 police officers and 80 municipal guards began to arrive at the occupation (Ocupação, 2014). Djalma Nery was there and recounts his experience:

Djalma: We knew [the repossession] was coming the following day. We were basically up all night talking. And then in the first few minutes of the morning, 5 am, 6 am, helicopters start flying over, the cavalry comes, some shit I've never seen before, to repossess, you know, 80 impoverished families who don't have a fucking thing. The guys set up a fucking spectacular military police operation. There must have been 100 police officers, people on horseback, on foot, and in cars. It was wild. I'd never seen it before⁶¹.

Around 80 families lived in that small 20,000 m² block. According to the City Hall, the land was legally intended for institutional use and a green area. The whole argument to justify the repossession was based on environmental fragility. A large part of the south and southwest of the city is a recharge area for the Guarani Aquifer. However, this technical issue

⁶⁰ Descriptions based on the video “Reintegração de posse - Ocupação José Luís e Rosa Sundermann”, lasting 7 minutes and 1 second, posted on YouTube on June 2, 2014 (Pé de Macaco S/A, 2014).

⁶¹ Interview conducted virtually with Djalma Nery on May 7, 2021, lasting 1h36min. Djalma Nery is a state public school teacher with a degree in Social Sciences from Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2011) and a Master's degree in Science from the Interunit Postgraduate Program in Applied Ecology at CENA/USP - ESALQ (2017). Member of PSOL since 2012, member of the state ecosocialist sector. In 2020, he was elected councillor in São Carlos, receiving the most votes in that election, and was the first PSOL candidate to be a councillor in the city's history.

does not seem to have hindered the subdivisions in the 1980s, nor the production of almost 5,000 housing units via the PMCMV promoted in the 2010s (Breda, 2018; 2022).

Figure 6. Military Police heavily armed on the public transportation bus of the Athenas Paulista Company, “Sundermann” occupation, 2014



Source: Occupation Sundermann Facebook page. **Author:** Mídia Ninja, May 26, 2014.

If, on the one hand, the PM’s order is clear - to carry out the repossession according to the legal order, regardless of the situation of the residents or the torment of the supporters; on the other hand, the PM itself and the City Hall’s Social Assistance agency had no idea where the squatters who would be evicted would go, revealing a lack of organization:

Mídia Ninja reporter: Where are the families going?

PM Major: We don’t have precise information, but we got it through these families’ leadership and social assistance (Pé de Macaco S/A, 2014).

While this scene is taking place, a squatter, about 30 years old and black, appears, questioning: “The policeman said for sure that he was going to be there, that he was going to talk to family after family to find out where he was going to put these families. Then you arrive, and where are they?” The video cuts to a white social worker, about 35 to 40 years old.

Social worker: I didn’t participate in that meeting where they say a decision was made on where [the families] would go.

Reporter: So, you, the social worker, don’t know where they’re going?

Social worker: No, I came here to deal with cases with nowhere else to go. Only.

Reporter: What are you going to do with them?

Social worker: I’m listening to the first case.

Reporter: So, I want to know where they will go. If you've come to sort this out...

Social worker: I'm hearing her first case. I don't know the others.

Reporter: But there isn't a case. The case is that they have nowhere to go. Where do they go? That's my question.

Social worker: The cases are particular. Each person is in a different situation. Some families still go to the Social Service for a better case study. I work like this.

A squatter in the background: Particular? But they're coming to take everyone away! (Pé de Macaco S/A, 2014).

The action taken by a repossession order is not concerned with the vulnerable family's fate. They are not interested in why they occupied the land or how they will manage it from then on. The police major says that the municipality is responsible for dealing with the families, but the social worker has no idea what will be done. The statement - "the cases are particular" - reveals a lack of understanding of the housing problem as a collective problem and treatment on an individual basis weakens the movement as a whole. The indignant squatter made a precise reading of the situation - how can it be particular if they're going to remove everyone?

The Major signaled the police to move in. As the bulldozer invaded the occupation, people began to cry and despair. Shacks collapsed, and some caught fire. Some of the squatters took what they could — pieces of wood, cardboard, and cement tiles. Others got into the City Hall van, probably bound for the Department of Citizenship and Social Assistance. Police officers searched the shacks. Gray and black smoke mixed with dark clouds.

Figure 7. Repossession of "Sundermann" occupation, 2014



Source: Occupation Sundermann Facebook page. **Author:** Mídia Ninja, May 26, 2014.

There was an agreement on where the materials from the shacks would be stored for the families. Employees of the ReVita⁶² company were carelessly dismantling some of the shacks. One squatter complained angrily to a worker: “They said they were going to tear everything down and take it away intact, not like this!”. At the end of the video, a message appeared: “The families, after having their shacks destroyed, were sent to the City Hall, leaving without a guarantee of housing. (...) ‘São Carlos, a new time’” (Pé de Macaco S/A, 2014).

The “Sundermann” occupation lasted only a few months. It aimed to pressure the local government to access the PMCMV, representing the horizon of possibilities within the housing field. The squatters suffered a violent eviction that mixed the strategies and actions of the state and the private sector. About a year and a half later, some squatters benefited from PMCMV-Social Housing in São Carlos. Next, let’s explore the occupation’s chronology, organization, and struggle parallel to the political and social situation. This first occupation will serve as a parameter for understanding the changes over the last ten years.

1.2 “Those who occupy want homes!” - February 2014

There is disagreement⁶³ about the exact date the “Sundermann” occupation began. Based on the testimonies of two PSOL militants who supported the occupation, an analysis of the Legal Process (São Carlos, 2014) and newspaper reports, it is estimated that the occupation began in February 2014.

Official Letter No. 095/2014, issued on February 10, 2014, written by the Commander of the São Carlos Municipal Guard, reports that on February 8, 2014, around 40 people were cleaning and demarcating the territory to divide it into lots. At the time, PM vehicles were present, but they could do nothing, as the residents were clearing the area of undergrowth without harming the trees — which could lead to an environmental crime.

The then commander reported that “the leaders of the group of people [...] pledged not to invade the area and would wait for a statement from the City Hall on how and where they would have ‘houses to live in’”. However, one of the leaders said that “they were going to invade the area to force the City Hall into a negotiation, a negotiation aimed at ‘finding’

⁶² ReVita Engenharia Sustentável is a private environmental engineering and urban cleaning company. In 2010, the company won the municipal tender to carry out urban cleaning services and related activities under a 20-year concession (Limpeza, 2010).

⁶³ A Primeira Página newspaper report indicates that “The site has been invaded by several families since the end of last year [2013]” (Famílias, 2014). An article on the JUNTOS! website from March 2014 states that “Approximately six months ago, a new occupation emerged (...)” (Occupation, 2014). The police report attached to the lawsuit indicates that the occupation of the area took place on February 8, 2014 (São Carlos, 2014).

housing for them” (São Carlos, 2014, p. 11). On February 9, the Military Police found the presence of shacks. The letter ends by recommending repossession and the inspection of possible clandestine water and energy connections.

Figure 8. Cleaning and occupying the land, February 9th, 2014



Source: Photo taken from the lawsuit (São Carlos, 2014).

Unemployment, lack of housing and the failed attempt to access the PMCMV motivated the land occupation. In a report from February 22, 2014 (São Carlos, 2014, p. 36), the words of two leaders reveal the situation: “We’re not bandits, we just want a house to live in”; “Look, everyone here is poor. I’m out of work, my husband too. If they take us away, I don’t know what will happen”. In a report on the G1 portal, one of the squatters said: “I didn’t get anything from ‘My House My Life’” (Terreno, 2014).

The occupied area belonged to the municipality of São Carlos and was intended for “institutional use no. 6” and “leisure system no. 20”. The lawsuit states that no altered destination can be allowed, according to the terms of Article 17 of Law 6.766/79 (known as the Urban Land Parceling Law) and Article 180, VII of the São Paulo State Constitution. The argument of environmental preservation repeatedly appears to justify the request for repossession (São Carlos, 2014).

The “Report of the Military Police Authority” shows that one of the state’s first actions was to survey the *invaders* so that they could be included on the housing program list (São Carlos, 2014, p. 19):

An environmental preservation area owned by the City Council has been invaded by several people who claim they have nowhere to live and cannot afford to pay rent. The Environmental Police and a representative from the City Hall have already been on site, and several signatures have already been collected from the people who invaded to get on the housing program list.

At the time, two PMCMV-Social Housing neighborhoods were under construction in São Carlos - Eduardo Abdenur and Planalto Verde - totaling almost 2,000 housing units. Both were inaugurated in 2015. Subsequently, no social housing neighborhoods have been built in the city. This is due to the drop in contracts for Range 1 since 2014, as shown in Chapter 1. The squatters tried to pressure the municipality to be assisted by the program. Even with the promises of the City Hall's registry, they knew there was no guarantee of assistance because once the neighborhoods were inaugurated, thousands of people would participate in a lottery to access their homes. So, they decided to organize themselves and continue the struggle for housing.

1.3 Identity, networks and resistance

At the end of February, the courts issued a repossession order. Under pressure, the occupation began to organize itself to resist. It needed to strengthen itself internally and look for external supporters to help in the struggle. A demonstration⁶⁴ held by the squatters at City Hall caught the attention of PSOL activists, as Djalma Nery tells us:

Djalma: And then I remember that in 2013 [2014], there was a demonstration that caused quite a stir because the people weren't received [by the Mayor], there was a riot at the door [of City Hall], and so on, and I went to City Hall that day to meet the people in person. (...) And the people were all angry, and we went there to make contact, get to know them, and make ourselves available. (...) We exchanged phone numbers, and I said, "Oh, I'll go and meet them up close". So the next day I went there, I got the leaders' phone numbers. The next day (...) we went there, me, D. and Lucas Beco... (...). At the time, everyone from PSOL was in a very cohesive and organized group. At that moment, the occupation began to form a more organic link with the party, with legal advice from Flávio Lazarotto. (...) In the meantime, we started to follow up, and we even started to hold meetings to help and advise them in this collective organization. (...) We would hold assemblies in the street, gathering 60, 80, and 100 people because the demand increased. Flávio continued to provide free legal advice. Militant.

⁶⁴ Details of this moment can be seen in a local report (Mesmo, 2014) and in a video posted on Yurian Carneiro's YouTube channel, entitled "Movimento Sem Teto Antenor Garcia São Carlos" (Yurian Carneiro, 2014a). At the time, Yurian was studying Image and Sound at UFSCar.

The entry of PSOL militants was fundamental to structuring the occupation regarding social technologies and the legal support offered by the lawyer and PSOL militant, Flávio Lazarotto. Another PSOL activist, Lucas Beco⁶⁵, also points to the party's role in the organization:

Lucas: It happened already when we heard about [the occupation]. It was a spontaneous occupation with no leadership and no organized movement like MTST (Movement of Homeless Workers) or MST (Movement of Landless Rural Workers). The people involved were people who, for reasons that led people to move into an occupation, generally had run-up bills and didn't have the money to pay the rent. (...) We went there to show solidarity and (...) to provide legal support.

PSOL played an essential role in organizing and providing legal assistance. They collaborated with the assemblies in developing an identity for the occupation, organizing protests and promoting networks between other collectives and movements, as Lucas reports:

Thalles: And do you know when the name changed? It was "Homeless Movement" at first, and then it started to come with this name. Do you remember what this process was like and why it happened?

Lucas: It's very much this process because before it was a spontaneous occupation, there were ways no kind of organization or social movement helped to organize it. I think that putting a name on it with a historical reference is much more a result of the organization. So, we helped set up the occupation and said: "Well, it would be nice if we had a name if we had a page [on Facebook]". So, we started to help structure it. And one of the assemblies came up with the name. At first, it was the "Homeless of the Antenor neighborhood" occupation. The occupation wasn't born "Rosa and Zé Luís Sundermann" because it didn't have a structured organization.

(...)

We always give these suggestions so that the occupation has visibility, right! The occupation is a way of putting pressure on the government to give visibility because when you have visibility. It's much more challenging to get to City Hall and drive a tractor through, and nobody knows, nobody has seen. So, as an organization, we understand that having a Facebook page, sharing, making videos. Like the one I sent you on YouTube. It was a documentary produced by people from the Image and Sound undergraduate program [at UFSCar - Federal University of São Carlos] at the time. There's even a boy I recognized there who was from Image and Sound, Yurian. He helped make that video because it helps give visibility to the struggle and is, in a way, security. It's more political than legal but a security for the movement.

⁶⁵ Interview conducted with Lucas Beco on August 30, 2018, with the participation of colleague and researcher Fernanda Mallak, lasting 54 min. Lucas Beco, 30 years old (2021), environmental engineer (USP-São Carlos) with a specialization in environmental education. Member of PSOL since 2012, teacher and coordinator of Rede Emancipa in São Carlos. He was a Juntos! activist, director of CAASO (2011-2012, Academic Center Armando de Salles Oliveira) and DCE-USP (2012-2014, Central Directory of Students).

The name chosen is intended to create an identity for the occupation and strengthen its political position vis-à-vis society and public authorities. José Luís and Rosa Sundermann⁶⁶ were left-wing activists until they were murdered in São Carlos in 1994. All the circumstances point to a political crime that was never adequately investigated (23 Anos, 2017). The occupation's name is directly linked to struggles for social rights and confronting hegemonic groups.

Social media also proved essential in the struggle since hegemonic media tend to pay little attention to marginalized groups' agendas. More social movements are investing in social media as a channel for visibility and producing a counter-hegemonic narrative. The two other occupations have also followed this path to build the legitimacy of their demands, publishing their day-to-day struggles, articulations, and achievements. They also publicize events, partners, and ways the population can help the squatters.

Regarding networking and resistance, the Sundermann occupation has had relationships with various collectives, left-wing parties and university students. Although it's impossible to identify all the groups involved, some stand out in the interviewees' speeches or the Facebook posts on the occupation's page. They are PSTU, PSOL, Levante Popular da Juventude⁶⁷, Juntos!⁶⁸ and ANEL⁶⁹.

Although the university does not appear directly in an institutional way, it plays a fundamental role. Many of the militants in the parties and collectives are university students and use "public" structures for their political engagement, such as joining the DCE or CAASO. Thus, the creation, strengthening and maintenance of social movements in São

⁶⁶ José Luís and Rosa Sundermann were activists in the then newly-created PSTU party (Socialist Unified Workers' Party). Both were active in struggles in the São Carlos region, confronting political groups, rural oligarchies and leading strikes by sugarcane cutters. José Luís was a leader of the UFSCar Workers' Union and the Federation of Unions of Technical and Administrative Workers in Public Higher Education Institutions in Brazil. Rosa was a leader of the Socialist Convergence in the region (23 Anos, 2017).

⁶⁷ Levante Popular da Juventude is an organization of young militants - high school and university students - focused on the struggle of the masses in search of a structural transformation of Brazilian society. Their agendas range from the torture committed during the military dictatorship, to the struggle for black youth on the periphery, against police violence, for education, free passes, etc. They consider themselves to belong to the left and to the popular project. The group has been organized since the 2000s, with its official foundation in 2006 in Rio Grande do Sul. Between 2011 and 2012, Levante nationalized. Data available at: <https://levante.org.br/>. Accessed on: May 29, 2023.

⁶⁸ Juntos! is a youth collective that seeks social transformation and is located on the left. It was founded in 2011, inspired by the Arab Spring, Spain's Indignados and the Occupy Wall Street movement. It took part in the June 2013 Journeys. In 2014, it supported the presidential campaign of Luciane Genro (PSOL) and, in 2018, elected three federal deputies from Juntos! - Sâmia Bomfim, Fernanda Mechionna and David Miranda, all for PSOL. The collective is present in student directories, academic centers and school unions, among other spaces. Data available at: <https://juntos.org.br/quem-somos/>. Accessed on: May 29, 2023.

⁶⁹ The National Assembly of Free Students was created in 2009 by the PSTU, with the aim of confronting the UNE (National Union of Students). ANEL presents itself as an alternative national organization for the student movement, not subject to any government, as they accuse UNE of doing. Data available at: <https://www.pstu.org.br/anel-de-onde-veio-essa-ideia/>. Accessed on: May 29, 2023.

Carlos owes a lot to the thousands of young people who arrive every year from all corners of the country to study at USP and UFSCar. Lucas Beco, for example, was a USP university student affiliated with PSOL, took part in Juntos!, coordinated the Emancipa Network and was director of CAASO and DCE-USP.

This network of relationships can be seen through a series of posts on the occupation's Facebook page. On April 17, 2014, a post with a photo contained the following message: "Unity in the struggle for decent housing: PSOL, JUNTOS, PSTU and ANEL". Another post on March 21, 2014, illustrates the argument for the role of these groups in identity-building, networking and resistance:

In the struggle for housing, we have found fellow fighters who, with their experience in social movements, are helping us organize and politicize **actions and the debate on housing in the city**, living together, exchanging, teaching and learning. United, we are stronger. **We are no longer those forgotten people who live in the back of the Antenor but a movement with an identity** that goes beyond us and our demands. The fight for fair transport, decent health, quality education and a fairer society adds up and strengthens our struggle, organize, study and fight. This was the outstanding contribution of our comrades: JUNTOS, PSOL, PSTU, ANEL, APEOESP, Rede Emancipa, Transporte Justo, Servidores na Luta and now the DCE-UFSCar and CAJAR, let's go together until the final victory (emphasis mine).

Figure 9. Political groups and residents of the "Sundermann" occupation



Source: Facebook page "Ocupação José Luís and Rosa Sundermann". **Author:** unknown, 17 Mar. 2014.

In an act of resistance, on April 8, 2014, the occupation began building its headquarters with the help of the Nova Esperança settlement, which donated wood for

construction. In mid-April, the occupation welcomed comrades from the Anchieta Movement of Struggle - Grajaú (São Paulo) - to collaborate with the headquarters construction. PSOL activists from São Carlos organized this meeting according to reports⁷⁰ from a leader of the Grajaú movement and a supporter who was present that day. The leader of the Anchieta Movement was affiliated with PSOL at the time. Later, the “Sundermann” occupation leaders visited them in Grajaú (SP).

The meeting took place “to exchange forces, support and knowledge that was being sought between the occupations at the time to keep the occupation going, the people active, the people in the struggle”. The Grajaú occupation was recent and was also suffering from a repossession process. This idea is expressed in the speech made by the Anchieta Movement of Struggle leader, which can be seen in the video posted on the same day by Carneiro, entitled “Encontro de Ocupações e protesto Antenor Garcia São Carlos” (Yurian Carneiro, 2014b).

Figure 10. Meeting between occupations and network development



Source: Facebook page “Occupation José Luís and Rosa Sundermann”. **Author:** unknown, 12 Apr. 2014.

This meeting reveals more than a moment of material aid and socializing. It is marked by exchanging experiences, teachings, and methodologies for occupation and political pressure. It is a moment of strengthening struggles and overcoming “local associativism” toward constructing “networks of networks”, which seek to relate to each other to empower

⁷⁰ Transmitted to me in 2021, via WhatsApp, by Professor Caio Amore, to whom I express my gratitude.

these groups and their demands. Building these networks becomes more common as there are technical means, such as the advent of social media (Scherer-Warren, 2006).

Both the Grajaú and São Carlos occupations are very revealing in their context. They emerged autonomously in the so-called “occupation boom”. In just a few months, hundreds of spontaneous occupations sprang up in the capital⁷¹, for example, as a result of both the social upheaval triggered by the 2013 July Journeys and the rise in rents driven by real estate speculation (Kachani, 2014). To a lesser extent, this scenario seems to have been reflected in the countryside. The “Sundermann” occupation inaugurated a contemporary cycle of occupations in São Carlos.

1.4 Criminalization of the movement and legitimization of dispossession

On April 2, 2014, the court bailiff reported that

The means of resolving the problem in a friendly manner were exhausted, as PROHAB officials initially went to the area to register the people occupying the site and realized that, in addition to the “real” occupants, there were also several nearby residents, most of whom were already registered in a housing program.

Afterward, talks were held with the occupants, but no favorable decision was made. It was then decided that the City Council could not benefit those who had committed the act of trespass. So, on this day, Dr. J. M. declared that the measure would be carried out; all that was needed was to schedule the date and communicate it to him (...).” (São Carlos, 2014, p. 76).

The narrative presented by the bailiff aimed to legitimize the repossession based on three arguments. The first, illustrated by the phrase “The means of resolving the problem in a friendly manner were exhausted”, indicates that negotiations have ceased and the use of force to resolve the situation should be used.

The second argument suggests the presence of people to defraud the housing registration system based on the idea of the “real” occupants and those already enrolled in housing programs. However, it should be pointed out that the registration referred to by the bailiff was carried out in the surroundings of the occupation through a call to the population and not through an on-site, door-to-door visit (São Carlos, 2014), which may have attracted more people beyond the occupation, leading to the accusation of an attempt to defraud non-occupants. However, this was a methodology error for PROHAB and not the squatters.

Related to this idea, the third argument rests on the fact that the only legitimate channel for plausible demands for social housing is the housing registry system. The housing

⁷¹ Between 2011-2012, São Paulo had around 257 occupations, reaching 681 in 2014 (Falchetti, 2022).

register appears to appease claims and conflict. The official discourse makes it seem as if the simple fact that the homeless population is registered would solve the housing issue. Based on this set of arguments, the expropriation of possession was legitimized.

This narrative is part of a situation produced by the PMCMV. The program created a predictable way of accessing social housing that indicated two legitimate paths: I) individual registration at City Hall and, later, the lottery for units built by private contractors; II) access to the PMCMV-Entities through an Organizing Entity. Both paths are institutional, and neither provides for mobilization and social pressure “from below” or “from the outside”. In the eyes of the state, there was only one alternative for the “Sundermann” squatters - to register on the PMCMV waiting list.

Thus, the demands for housing organized by the population itself are delegitimized and criminalized. Miagusko (2012) showed how this mechanism for delegitimizing social movements also occurred at the end of the last century when movements that didn't join the institutional system through management mechanisms were condemned to criminalization. In this sense, even if the movements acted within the law, the social conjuncture, which reflects a horizon of action and expectations in which society or social movements can act, was unfavorable.

On April 15, 2014, a post on the occupation's Facebook page indicated that the City Hall had opened “a registry for the occupants of the land to sign up to receive aid such as a basic food basket and social rent. (...) and the occupants will not be moved to other properties during the waiting period for affordable housing, and the area will have to be vacated”. After reporting the statement, the post recalls that the occupants have already “registered in every possible corner of City Hall [which] could fill a book”. They also criticized the lack of details and criteria for the so-called benefits.

The local government often uses Rent assistance (or social rent) to demobilize the political struggle. Although it is rarely offered to all families, the aid cannot be discarded. Disputes among the squatters over the benefit can crack the occupation.

At the end of April, the occupation was informed that the repossession would come soon. On May 5, the lawyer Flávio Lazzaroto filed a request to suspend the repossession, arguing that the right to housing is provided for in the Constitution. He emphasized that the path of dialogue should guide the public administration and not by the use of police force and that “there is no concern for the fate of the homeless residents on the part of the public administration and neither was there on the part of the Judge” (São Carlos, 2014, p. 54-56).

At the end of April, the occupation was informed that the repossession would come soon. On May 5, lawyer Flávio Lazzaroto filed a request to suspend the repossession, arguing that the right to housing is provided for in the Constitution. He emphasized that the path of dialogue should guide the public administration and not by the use of police force and that “there is no concern for the fate of the homeless residents on the part of the public administration and neither was there on the part of the Judge” (São Carlos, 2014, p. 54-56).

On May 6, a post on the occupation’s Facebook page titled “Day of Struggle and Victory in the City Council” reported that, after months, they had managed to get the City Council to create a Parliamentary Negotiation Commission (Sem-Teto, 2014). On the same day, during the meeting at City Hall, there was a request to suspend the repossession injunction and for the municipality to ask the federal government for a percentage of the houses destined for the My House My Life program, according to the criteria established in Ordinance 595, of December 13, 2013, from the Ministry of Cities. This ordinance allows the local government to nominate families living in irregular settlements and risk areas to receive housing units without going through the lottery.

The plans for repossession were moving quickly. The only chance the squatters had was in Ordinance 595 - which ended up happening... about a year and a half after the violent repossession. However, there was no guarantee that the families would have access to the PMCMV, as Djalma says:

Thalles: Were the families guaranteed they would get the PMCMV on the day of the repossession?

Djalma: No. It was like this: leave, and we’ll see when you go.

(...)

A good number of the residents moved in with relatives. One or two received rent support, but most settled with friends or family.

In the “Decision-Mandate” document attached to the court case, the rush to reintegrate is evident:

In addition, there is a danger if we delay, as there is a risk that more families will move to the site, distorting its purpose into a disorderly occupation without any health infrastructure, harming the neighboring population, which is prevented from enjoying the site, as well as the possibility of disorder (São Carlos, 2014, p. 38).

The repossession aimed to clear the land and end the political articulation of the occupation, which was used as a form of political pressure to access housing policies. In the eyes of the courts, the City Hall and the Military Police, the action was successful. On July

1st, the Primeira Página newspaper reported that more than 30 days after the repossession process,

(...) most families who occupied the 150 shacks no longer keep in touch with the movement's leadership. "Some have stayed in the neighborhood, staying with relatives, but most of them we have no contact with," said Rita [fictitious name], the leader of the José Luis and Rosa Sundermann Occupation Movement. (...) She is staying in a precarious building at the back of her husband's uncle's house. "We did the screed and moved in" (Famílias, 2014).

On May 22, one of the last posts on Facebook before the repossession reflects the feeling of revolt and frustration of those people who had no guarantee of where they would live:

The real "Technology Capital"!
 No, it's unfair that people in the so-called Capital of Technology have nowhere to live!
 No, it's not fair that when people fight for their right to dignity, they are met with truculence from the City Hall and the Military Police.
 It's unfair that a plot of land abandoned by the municipality for years and has no use can't house these people who have nowhere else to go, even temporarily.
 It's unfair that all the families will have to scramble to find a new "roof" in three days.
 It's unfair that City Hall doesn't give in to prevent terrible scenes in our city against our people.
 It's not fair that the City Hall doesn't take responsibility and doesn't move so that these people have somewhere to live from Monday 26th onwards.
 Altomani, it's your fault.
 OUT ALTOMANI.

Subsequent posts are photos, especially the album "Our struggle is not over yet (Mídia Ninja photos)", posted on May 26, 2014. We then return to the beginning of this section, with the repossession scenes.

The Sundermann occupation began spontaneously, took shape, and was organized with the support of political parties and left-wing youth social movements. Despite all their efforts, the repossession arrived and achieved its specific purpose: to recover an area abandoned by the state and dismantle the occupation's political movement. However, the struggle was not in vain, and there were at least two important outcomes.

The first refers to that, at the end of 2015, most of the squatters were awarded houses in the Planalto Verde neighborhood, financed by the My House My Life Program - Social Housing Range, through Ordinance 595/2013. When consulting the "hierarchical list" of

beneficiaries in the Planalto Verde⁷² neighborhood, 137 beneficiaries appear in the first places with the observation “Risk/Vulnerability”. Among the beneficiaries, it is possible to find the name of leader Rita. From the beginning, the occupation’s goal was to obtain a house through the My House My Life Program, which ended up happening thanks to the pressure exerted by the squatters and the PSOL’s legal support.

Some families had access to social rent while waiting for the house, which lasted about a year and a half. According to the official website of São Carlos City Hall, after the expropriation, 45 families should have had their documents approved to receive a rent subsidy of between R\$140 and R\$622, valid for six months and with the possibility of an extension of up to a year (Prefeitura, 2014).

The second outcome refers to all the experiences that took place there, which inspired the two other occupations that were to be set up in the area: the “In search of a dream” occupation (2015), which was set up in precisely the same place; and the “In search of a home” occupation (2020), which was set up on land very close by. Even though the occupation as a struggle movement has ended, the actors, the networks, and the developing “network of social movements” present have accumulated fundamental lessons to the achievements of the occupations. As Scherer-Warren (2006, p. 113, own translation) points out, the idea of a social movement network is a “reference concept that seeks to grasp the future or the direction of actions and movements, transcending the empirical, concrete, dated, localized experiences of the collective subjects/actors”.

The construction of these networks reflects the lack of housing subsidies and funding at the federal level, which reverberates in a local institutional emptying, opening the way for the action of social actors and movements. These actors take the opposite route of the subsidy sources, starting at the local level and linking up with other actors and social groups at different scales in the struggle for housing, reconfiguring the housing policy field of action. In the context of the dismantling, the struggle for housing shifts from institutional and local mechanisms for access to housing, such as PROHAB, to other mediating actors at different scales.

⁷² Data available at: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/images/stories/pdf/Lista%20Habilitados%20-%20Residencial%20Planalto%20Verde%20-%20Final.pdf>. Accessed on: May 11, 2021.

2. Occupation “In search of a dream” (2015): dismantling the horizon of possibilities

The “In search of a dream” occupation arose spontaneously in mid-2015, about a year and a half after the first occupation was repossessed. The reasons for its emergence are commonplace - the choice between paying rent or eating, unemployment, family cohabitation, and eviction. The occupation can be divided into two cycles. The first refers to self-organization, the support of PSOL, the PMCMV as a horizon, and Pereira and his wife’s leadership. The second cycle is marked by the recognition of the decline of housing policies, the search for new strategies, the entry of the MTST and a relative loss of local autonomy, the reorganization of the leadership staff and, finally, the achievement of land regularization and urbanization already under the framework of Federal Law 13.465/2017 and the PCVA.

This trajectory reflects the transition from the expectations and institutional mechanisms for access to housing promoted under the Workers’ Party government to the context of dismantling promoted in the post-2016 period. It should be noted that during this period, there was an exponential growth in unemployment rates, added to another layer of dismantling of the forms of formal employment promoted by the Labor Reform (Federal Law No. 13,467 of 2017) under the government of Michel Temer (2016-2018)⁷³.

2.1 Political and social conjuncture: “Jobs and housing in Brazil no longer exist”

Cássia: My husband has worked a lot in formal jobs, a lot, he’s worked in companies, he’s been employed a lot. But nowadays, it’s gone down a lot. For a few years now, he’s never worked formally registered again. That’s why I came here [occupation] because I used to pay rent across the street, over there [sitting in her shack, she points to the house across the street where she used to live]. It’s right across the street. There weren’t as many people as there were here. Then I lived on rent, my husband became unemployed, and the owner asked for the house. I told my neighbor I would clear a piece of land and live here. So, I came to clear the land and move in. (...)
[Today] my husband works as a bricklayer’s assistant. (...) It’s a gig; he hasn’t worked for three years. Employment is difficult. Jobs and housing in Brazil no longer exist⁷⁴.

Cássia, 35, white, housewife, “amasiada” (married without official registration – living together) for 17 years to the father of her four children (16, 12, 10 and 4 years old) and

⁷³ In general, the labor reform has worsened working conditions, promoting even more forms of outsourcing, flexibilization, intermittent work, underemployment, underpayment and worker insecurity. Union dues have become optional, weakening unions. The reform exclusively served the interests of the employers’ sector. In general terms, it represented the dismantling of the horizon of labor protection (Braga, 2018). See more in Galvão et al. (2017) and Krein, Oliveira and Filgueiras (2019).

⁷⁴ Interview conducted with Cássia on August 17, 2018, lasting 44 minutes.

beneficiary of the Bolsa Família since 2010. In 2003, she moved from São Luís do Maranhão to São Carlos with her husband (36) and 1-year-old son, shortly after her mother and stepfather had moved to the same city. Their destination was the Cidade Aracy neighborhood - a hub for poor immigrants from various states, especially Minas Gerais, Paraná and the Northeast (Silva, 2007). Cassia was the first squatter in the occupation.

The drama experienced by Cassia's family is repeated among the squatters: dismissal from registered employment, the constant search for work, gigs, informality and precariousness. A survey carried out in July 2017 by the Municipal Department of Citizenship and Social Assistance of São Carlos with the families of the occupation revealed that out of a universe of 149 families/people, only 22 were in the formal labor market, and 127 were unemployed. Of the unemployed, 25 were unemployed for between 1 and 12 months, 23 were unemployed for between 12 and 24 months, and 79 were jobless for more than 24 months. Concerning income, of the 163 families/people who declared, 74 live on up to one minimum wage, 33 are between one and two minimum wages, and 56 are beneficiaries of emergency economic aid. Regarding the length of time the families have been living in the occupation, out of 130 families/people, 28 had been there for less than six months, 46 for between 6 months and a year, and 56 for more than a year (São Carlos, 2014, p. 368-380).

This data reveals how the housing situation is intertwined with forms of work⁷⁵. When unemployment began to rise in 2014 (see Graph 5), many people turned to squats for housing. The data cited shows that between July 2016 and July 2017, around 74 families moved into the occupation, surpassing the number of families who lived there before.

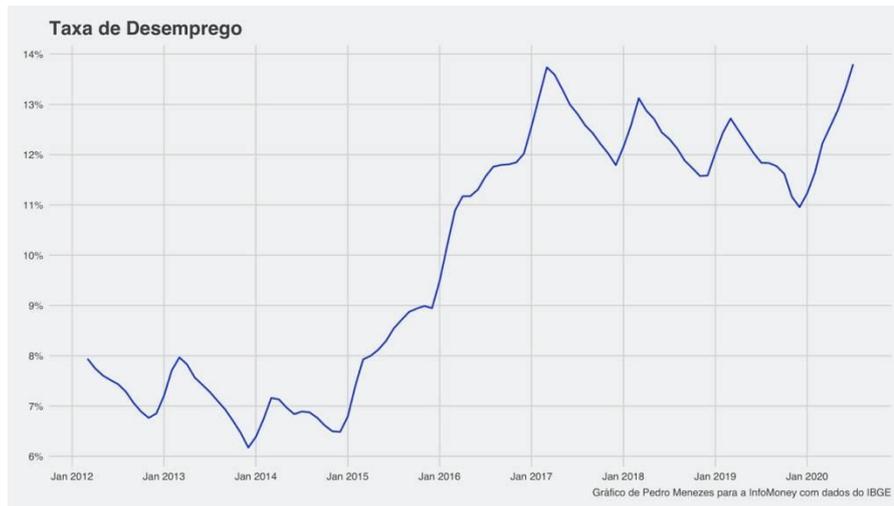
The precarious employment instability and the dismantling of social protection mechanisms after 2016 led hundreds of thousands of families to occupy land and build their shacks. According to data from São Paulo City Hall, in 2018, around 46,000 people lived in irregularly occupied places due to unemployment and rising rents (Ramalho, 2018).

At the time of the interview, Cássia had been living in the occupation for around three years. During this time, her housing registration for a social housing list had been updated at PROHAB: "I already have three housing registrations there [at PROHAB], but they haven't given me an answer yet". Just as happened in the first occupation, PROHAB and the municipality's social workers carried out several registrations of the squatters. Still, carrying out any housing project without federal funding is useless. Furthermore, the municipality uses

⁷⁵ On the imbrications between housing and work, see also Rizek (2012), Araújo-Filho (2021; 2023).

the idea of carrying out a registration to say that something is being prepared, but in reality, no concrete action is taken.

Graph 5: Political, social and legal conjuncture and the cycle of housing occupations in São Carlos, 2013-2023



Data: IBGE. **Source:** Menezes (2020).

We can see how the combination of high unemployment, the production and distribution of housing units management and the housing policies dismantling are directly related to the emergence and continuity of housing occupations in São Carlos. In other words, the changes in the world of work and the possibility of access to housing produce circumstances that push families into occupations. Cássia was the first. Later, other people arrived and organized themselves to pressure the municipality. Inspired by the “Sundermann” occupation, they began to mobilize to access the PMCMV.

2.2 Experiences that inspire: the My House My Life Program on the horizon

The region where the occupation is located is one of the most vulnerable in São Carlos. From the register kept by the City Council for the first occupation we can see that most squatters lived in rented accommodation or in houses lent by friends or family in the greater Aracy area, indicating a predominance of local demand (São Carlos, 2014, p. 64).

Local demand was a factor that contributed to the “In search of a dream” occupation springing up in precisely the same place as the “Sundermann” occupation through the successful experience of the previous squatters and the building of an incipient network of social movements. In Cássia’s words:

Cássia: (...) Before that, there was (another occupation), but they [the City Hall] took it away, and the people got a house in Planalto Verde. (...) Then they left the land free, and I came and moved in.

(...)

Thalles: And did you meet people from another occupation?

Cássia: several colleagues occupied and won [a house]. I know several people who lived there and won.

(...)

Cássia: In the first occupation, he helped [referring to a PSOL activist], and then the girl who was the leader of the first occupation asked us if we wanted help from them [PSOL]. We accepted. That was the first step, and then they drew up the paperwork, took it to the courts, and filed this and that with the courts because housing is a right, and we didn't know that, right? (...) Yes, right at the beginning, they [the PSOL] have been here since the beginning. (...) It's because of them that this got off the ground. Initially, they [the City Hall] already wanted to take us out. They [the PSOL] already got a lawyer and held up their pants.

(...)

Cássia: (...) João's son [leader of the "In search of a dream" occupation] lived [in the first occupation].

The network structured during the first occupation was fundamental to the permanence and resistance of "In search of a dream". The former squatters bridged the gap, especially with the PSOL militants. In Djalma's words:

Djalma: It [the "In search of a dream" occupation] was born much more articulate because, in a way, it is the heir to the first one. I even played a closer, more incisive role there. Then, the leaders of this second occupation already knew the leaders of the previous occupation.

(...)

The second occupation is linked to the first. The main leaders there are Pereira and his wife. They are friends of Rita and her husband [leaders of the first occupation], who were also homeless and went there to occupy the same place, etc., and continued that story with another group still there today. Now, the urbanization of the space is underway.

The expectations generated by the first occupation pointed to the horizon of access to the PMCMV. In the words of Débora Lima⁷⁶, MTST coordinator who has been working in the "In search of a dream" occupation since 2017:

Débora: So, the people who saw that the other people who were invading had succeeded said: "Oops! We've already seen the way the people invaded and succeeded there. We're going to invade too. But when this first group succeeded, the My House My Life Entities were working, and this new demand of people who entered already found it challenging.

The first occupation served as an example of political organization, the conquest of home ownership, and articulation with social movements and parties, creating a field of action

⁷⁶ Débora is the regional coordinator of the MTST, lives in São Paulo and coordinates the "In search of a dream" occupation alongside other leaders who live in the occupation. She ran for councillor for São Paulo in the last election, under the flag of the PSOL and the MTST. In 2023, she was elected state president of PSOL-SP.

and a crystallization of these experiences in the territory. This process can be understood within the concept of “social movement networks” (Scherer-Warren, 2006), already explored above, but also within the idea of “city memory” (memória da cidade), presented by Abreu (2017). It illustrates collective experiences and memories that are necessarily linked to a material base as references - a territory. This “stock of memories” directly relates to how identities and sociability are produced. For Lopes (2011), based on Thompson (1968)⁷⁷, social conflicts favor the production of collective memory, and past experiences can be put into motion for contemporary social transformation.

In the case analyzed, the experiences accumulated through the first occupation struggle are directly reflected in the strategies used to conquer home ownership in the second occupation: occupying the land, coordinating with left-wing collectives and parties, putting pressure on City Hall and winning a house via the PMCMV. These experiences and memories act as a success story and (re)shape the meaning of the search for housing in the greater Cidade Aracy area. This will also be repeated in the third occupation, mirrored in “In search of a dream”.

Records in the “Statement of information or declaration”, issued by the São Paulo State Public Prosecutor’s Office on June 1, 2016, confirm this narrative (São Carlos, 2014, p. 154):

[the leaders] declare that approximately six months ago, there was an invasion in a public area, (...), that at first, 14 families were living there, and today, there are 82 families. And that the declarants and their families are part of this invasion; **that the families who are there are waiting for a new My House My Life plan**; that approximately three months ago, the City Council notified the families who are there, many of them with small children, to vacate the invaded area within three days, but, to date, there has been no action on the part of the Municipality to solve the problem they face, and they continue to live there; (...) that the families who live there do not receive rent assistance, which the public authorities have not granted; that they need a solution to the issue, so that they can achieve the right to housing that they all have. (emphasis mine).

The second occupation hoped to access the PMCMV. The two occupations were configured around the housing access instruments available at the time. However, the post-2016 situation would not allow this. With no alternatives, the occupation sought other strategies to fight for housing.

⁷⁷ Thompson (1968) works with the hypothesis that the basis of the experience of the English industrial revolution was fundamental to the formation of a frame of reference that provided the conditions for workers to confront the new modes of social domination underway. In this sense, he explores the importance of the past, memory and history for present and future actions.

2.3 Internal restructuring and search for more influential players

Initially, there were four leaders in the occupation. Pereira stood out among them. His choice was not random. He was constantly described as someone who had accumulated previous experience, as Lucas Beco told me: “[he] had already participated in the MST (Landless Workers’ Movement) at another time. He already had some experience, contact with popular organization”. According to Cássia, “he came to live, and then we had a meeting there in Street Seven, and he started talking well because he’d lived through invasions, right! It seems he’s lived through invasion”.

He was a key figure at the organization’s beginning. He knew the leaders of the first occupation, articulated the entry of PSOL, MTST, and the Pitá group⁷⁸, and participated in meetings at City Hall. However, while some considered him a good leader, others considered him corrupt and unfit for leadership. In mid-2017, during an argument, he assaulted a woman inside the occupation and was removed. Joao and his wife took over the leadership, assisted by two internal coordinators, Juliana and Luana.

Between 2015 and 2017, there were meetings with the City Hall, reconciliation hearings, resistance to requests for repossession, protests, etc. However, negotiations were not moving forward. On the City Hall’s side, it is not clear why the repossession orders issued by the courts have not been carried out. The Public Prosecutor’s Office mentions several times the municipality’s slowness in dealing with the issue (c.f. São Carlos, 2014).

According to information from one of the PSOL’s militant lawyers, who has been following the occupation since 2015, the mayor’s office did not proceed with the repossession process for two reasons. Firstly, it was approaching an election year, and the repossession of the “Sundermann” occupation had worn down the mayor. Secondly, by building some public facilities for collective use in that block, the city caused a great environmental damage. Therefore, they avoided the repossession process because once the area was vacated, they would be responsible for restoring it environmentally⁷⁹.

After “Sundermann” was repossessed, the Public Prosecutor’s Office requested several times that the municipality fence off, remove the rubble and take care of the environmental preservation area. The municipality responded that the action would require

⁷⁸ Pitá was a group of volunteers formed by architects from IAU-USP, who offered technical advice to “In search of a dream”. Today, the group is called Maitá - Technical Assistance in Social Interest Housing. See chapter 3. For more information, visit www.maitaathis.org.

⁷⁹ This information can be found in the “Conduct Adjustment Commitment Term” (TAC) signed by the Public Prosecutor’s Office of the State of São Paulo with the City Hall and other parties involved in the environmental recovery of the region. The agreement was signed on December 16, 2003. See also the First Amendment and Re-Ratification of the TAC, signed on December 22, 2003, and another Amendment and Re-Ratification of the TAC, signed on August 23, 2004.

8,000 reais and had no budget. Subsequently, it was claimed that the area had been occupied again and that it was impossible to carry out these actions, making it necessary to find a solution for those families. The Public Prosecutor's Office replied, "It is clear that the City Council is using a delaying tactic" (São Carlos, 2014, p. 150). Everything indicates that the City Council was using the occupation to avoid fulfilling its responsibilities. Thus, they were in no hurry to find a solution.

In mid-2016, PROHAB suggested two options to City Hall. The first would be to make the remaining houses from the Range 1 neighborhoods in São Carlos available. However, this option proved unfeasible. Unlike the situation in the "Sundermann" occupation, where the houses were still under construction and had not yet been distributed, creating an access list for the vulnerable and at-risk population was possible. In the current case, the proposal was to make available houses that had already been drawn but, for some reason, were unoccupied. However, in a situation like this, the house is passed on to the substitute, who is decided by lottery⁸⁰.

Therefore, this proposal was unconstitutional, and no house could have been given to the squatters via a particular list. This idea was only discarded about a year later. It's interesting to note that the proposal came from PROHAB, the municipal body responsible for SH, which, in theory, should have mastery of the PMCMV's technical standards. The second alternative would be to allocate a possible public area to the residents so that they could carry out "some kind of collective construction". This document states that the occupied area is for institutional use and cannot be altered for the subdivision (São Carlos, 2014, p. 221).

In September 2016, PROHAB announced that an area was available in the Cidade Aracy neighborhood. After a year, under pressure from the Public Prosecutor's Office, the City Hall said that there was indeed land, but "we have no information about the existence of financing lines for housing programs in the shared housing system (...)" (São Carlos, 2014, p. 330). The Pitá group voluntarily carried out a study of this area for vertical development. Still, it was found that the area had received dumps of construction material over the years from the City Council itself, so it would not be possible to build any development for at least another two years.

⁸⁰ See PMCMV Ordinances 595/2023 and 21/2014, where there is a legal requirement for between 30% and 50% of substitutes in the event that some houses are taken back by Caixa Econômica Federal, the public bank responsible for the financing.

Looking at the history presented, it is possible that the municipality had no interest in resolving the housing issue of those families, reacting only when there was pressure from the Public Prosecutor's Office and a risk of a daily fine. In Juliana's words, in July 2018:

Juliana: We were waiting for an answer, and every time, they [the City Hall] kept giving us the runaround. (...) The Justice [Public Prosecutor's Office] is defending us, but the City Hall, they don't want to know anything. (...)

Because we go to a meeting, they tell us something, then it takes a month, two months, three months, four months, and then they come up with... it's not even an answer, right? It's a tell me, tell me. They're going to do this. In reality, they never do anything and keep winding us up.

The absence of alternatives presented by City Hall and the situation, the lack of a legal solution, the exhaustion of the occupation's strategies and the network of local actors led the occupation to seek other forms of struggle. In mid-2017, the MTST was invited to join the occupation to add more strength. It was necessary to go up a notch and look for more articulate and stronger actors fighting in higher spheres. In Débora's words:

Débora: But they tried, in a way... they never protested in the street. But they tried to solve the problem with a lawyer as far as possible. At the time, Pereira was the organizer of the occupation. It's just that he saw he came across this current situation that we're in: we're no longer being hired by My House My Life, which has effectively ended.

(...)

So Pereira heard about the MTST last year (...), and they went to São Paulo and asked for the MTST's support to help with this occupation, which they wanted to organize so that it would succeed because they had every interest... They went after it, but they saw it wasn't flowing, even because they always said, "The government has shut down, there's no more hiring in My House My Life, and there isn't, there isn't, there isn't." And then when they went after it, they saw that it wasn't flowing, even because they always said, "The government has shut down, there's no more hiring in My House My Life, and there isn't, there isn't, there isn't". And then when they went after it, we came to find out about the situation, and then... I'm the state coordinator of the MTST, and then it fell to me.

The search for the MTST was based on realizing that the mechanisms for accessing social housing via the PMCMV and the legal solutions the PSOL's lawyers tried had been exhausted. The movement then joined an ongoing and structured occupation, strengthening the network of social movements and positioning itself as the strongest link. The MTST usually promotes occupations from the outset, which means in this case that there were conflicts over management style and disputes over strategy, even though the MTST sought to build its hegemony and led the occupation.

The entry of the MTST meant a certain loss of autonomy for the local leadership, which began to play by the movement's rules. As Scherer-Warren (2006, p. 121) points out,

the power structures don't dissolve entirely within these networks of movements but presuppose power centers, whether in the form of leaders, mediators or reference organizations - as is the case with the MTST. Several times when I visited the occupation, the leaders would say, "We're waiting for Débora to come from São Paulo to see how things are at City Hall". In Juliana's words (in 2018), on an issue that needed to be dealt with at City Hall, "We're waiting for Débora to come back in August so that she can be talking to the people, to everyone".

Decisions have shifted from the local to the regional and national levels. The occupation now responds not only to its demands but also to the demands and strategies of the MTST. I sensed a more informative tone than consultative in some of the assemblies I attended. Two or three times, I witnessed Débora's arrival from São Paulo, followed by a meeting in the leader couple's shack with the main leaders and supporters, and then a general assembly of a more informative nature.

The entry of the MTST meant a restructuring of the occupation. In Cássia's words, the movement's entry was positive:

Cássia: The MTST is very strong. They win everything they enter, so we accepted the MTST's offer to help us. God willing, we're going to win. The MTST is good. They're strong and fighting for this, for us to win. They win every housing project they fight for.

Thalles: What has changed since the MTST became involved in the occupation?

Cássia: A lot, because we didn't leave. They wanted to take us out, but we didn't leave. They negotiated with the MTST... Débora negotiates with them.

Another squatter: She's influential, she talks...

Cássia: Yes, she's influential. She fights, really fights. They have more lawyers, too...

According to Débora, the MTST has brought a more efficient organizational technology to the struggle for housing and to negotiations with City Hall:

Thalles: How do you see the occupation before and after the MTST? What was it like when you entered? And how does the MTST contribute to it?

Débora: (...) In a mediating way, because it mediated between the movement and City Hall, because when City Hall came up with this absurd proposal, they thought they were dealing with lay people, you know... "you have to leave, that's it, it's over" (...). So, the City Council uses a lot of this, the poor... the lack of knowledge of the people themselves to impose, pressure, and get things by shouting. So, the movement plays a fundamental role in mediation and negotiation, right? We understand the role of City Hall and that it's not like that, the way they want it. (...) The MTST is now considered one of the largest housing movements, so the weight of having a serious movement that doesn't take money from anyone is a recognized movement that had a huge weight on São Carlos City Hall. Even in the first struggle we held, São Carlos, a tiny town, right, and here we had around 100

people in this demonstration, we stopped São Carlos. And that's something São Carlos has never had, a demonstration where the street was stopped. So, at that moment, the mayor was under pressure; there were journalists, and it was on television; in other words, bringing this new form of struggle here to São Carlos was important for the mayor to understand.

Pereira's withdrawal and the entry of the MTST meant a new cycle of leadership. João and his wife took over the leadership. Juliana and Luana took on the role of coordinators, and Débora, as an external coordinator, began to visit the occupation every month to implement a series of MTST rules, hold assemblies, organize actions, pressure and negotiate with the local government. As a result, the occupation increased its repertoire of struggles.

The figure of the movement brought greater weight to negotiations with the government, changing the very dynamics of the municipality, where local activism didn't have as much power. Despite PSOL's efforts, the traditionally conservative environment strangles progressive groups. It's important to mention that the PT ran city hall for three consecutive terms (2001-2012), and its decline began concomitantly with attrition at the federal level. In all my visits to the field, I never saw the presence of the PT or its militants. In this sense, despite all the PSOL's efforts, the group has limitations due to the very conservative environment and faces strong opponents.

Débora and the MTST's lawyers participated in meetings with City Hall, presenting proposals and putting pressure on the government. The occupation won the land through land regularization and urbanization. However, this process is long and has yet to guarantee individual title to the land and decent housing for the families.

2.4 Conquering the land: land regularization, urbanization and the formalization of precariousness

When the MTST entered the occupation, it was already known that Range 1 of the PMCMV was practically extinct, but there was still some hope that the Entities Range would have a few more contracts, especially in 2017, as Débora told me:

Débora: We had an achievement, and I say it's also the result of the movement's struggle to open a window for the PMCMV Entities this year [2017]. I don't know if you know, but the MTST was the movement that camped out for 22 days on Paulista Avenue (...) in front of the government headquarters on Paulista. And we made demands because they wanted to extinguish the MCMV. Range 1 - Social Housing, had already been extinguished, and the Entity... and we wanted them to take it back because they were only contracting Range 2, Range 3, which is the range that doesn't cover those who need housing. So it was through this struggle that we had last year that we opened up a horizon where the government took it and said: "No, we're going to hire". It happened at the beginning of the year; they

published an announcement and contracted some housing through the PMCMV Entities. From the MTST, we managed to contract one project, and we have several projects. There were going to be two, but there was a pending issue with an occupation, and we managed to contract one, which is Dandara. And we also managed to hire... and then they said that it was published in the Official Diary that they would hire another 10,000, but these 10,000 that they said they would hire, so far nothing. So, everything indicates that they will roll over and not hire anything. And that's what we got caught up in during this occupation. This was reflected here because they had lawyers and were fighting, but they always said they didn't have the money; they couldn't afford it.

Débora refers to the act that occurred between February and March 2017, in front of the President's office on Paulista Avenue (São Paulo), demanding the resumption of contracts for Range 1 and Entities of the PMCMV. The movement dismantled the camp after meeting with the then Minister of Cities, Bruno Araújo, in which it was promised to hire at least 170,000 more housing units⁸¹ (MTST, 2017).

The promise gave hope to the "In search of a dream" occupation. The MTST's strategy of occupying land, putting pressure on the government, and accessing the PMCMV-Entities was tried to be repeated in São Carlos, but without fruitful results since the contracts were not signed. Once again, the strategy had to be modified.

Débora: what are we negotiating with City Hall at the moment [in 2018]? Since My House My Life is kind of over, they're not hiring, so we thought of something with a quicker timeframe. So, as a movement, we proposed to City Hall that they present it, that they come in with... that we stay on the land, that they do all the basic infrastructure, subdivide it. With the subdivision of the families and the infrastructure, we, as a movement, are looking for other types of resources to build the house. Given the situation we were in, which was the City Hall saying, "You're going to have to leave", and this achievement that we've made, the City Hall is open to at least doing a project where there's basic infrastructure and the allotment to... That's what we have in principle; for these families, it was the best situation because once they have the land demarcated where they're going to live, we can see if we can... there are funds in the state government for housing on hold because they receive it; as there's no contracting for housing, it's on hold. So, we can put pressure on the government... In Brasilia, we also have a system. We have another system, which is why we opened one. I don't know what it's called... but for people who want to help finance people's houses, they donate, and we build. Still, it's the residents themselves, having the land and knowing that it's theirs, they can make their little house in a way... with a proper project, also correct, not a slum, and get something. That's where we are when the City Hall has to present this basic project and provide solutions. City Hall is stalling these residents, but we, as a Movement, are pressing them.

⁸¹ See the hiring curve in Graph 1 in Chapter 1.

At this point, expectations were lowered, and the horizon of the possibility of accessing housing became more distant. Now, the focus would be on fighting for the land, land regularization, and the urbanization of the plot, which is a process in stages. The new strategy can only be implemented based on the New Land Regularization Law, which makes it possible to change the legal use of land. Remember that in the “Sundermann” occupation, the justification was that the area had institutional and leisure purposes and environmental issues. This time, none of these factors would stand in the way.

In 2018, negotiations began for a project to be developed on the site and in April, it was the first time that Reurb-S appeared as a possibility in court:

(...) the municipality’s official position would be to enable community maintenance in the area. The Housing Department relies on Law 13.465/2017, the Reurb law, which authorizes such situations. In the meetings held, the community brought to the municipality a group specializing in this type of venture, the Pitá Group. The group suggested that it would be possible to conduct such a survey and presented a budget. The Municipality will consider the possibility of studying a waiver of public tender. However, before even seeking three quotes, opinion, justification process, in short, the entire bureaucratic procedure, it is necessary to know if the community, the Public Defender’s Office, and the Public Prosecutor’s Office can accept the feasibility of studying option 1, considering that despite the document presented by the group, it is not certain which option will be the subject of agreement (São Carlos, 2014, p. 408, own translation).

The proposal of the City Hall was “to promote a social plan with a housing program in the form of urban allotments with construction in a mutual aid scheme, with the permanence in the occupied area based on Law No. 13,465, of July 11, 2017” (São Carlos, 2014, p. 421). The Public Defender’s Office and the Public Prosecutor’s Office accepted the proposal of Reurb-S. From that moment on, the municipality requested a final list of squatters who would be beneficiaries. The list was frozen from that moment on. This implied that the occupation could not receive any more squatters or housing demands - which eventually led to the creation of the third occupation in 2020. Juliana confirms the narrative that the municipality would carry out the urbanization of the land:

Juliana: What happened that day when we met at the Housing Secretariat? They told us that they were going to present the project, that they were going to build the houses right here, and that they were going to do a sort of puzzle game. In the lower part, where there are fewer people, they would dismantle the shacks, right? They would start by building infrastructure, sanitation, sewage, and energy. Then, once the land was ready, they would transfer the people from here to there. But they didn’t say they would put us inside the house. They said they would build the infrastructure, and we would go there. But we can’t afford it. So, what’s the point? They’re going to develop an infrastructure there... The difference is that they’ll have it, but we’ll continue living in the shack, building another shack. We have to get the land and the

house on top of the land because we won't be able to make it. Even if some people develop with a lot of difficulty, what about other people, the other families, and what will happen? So, we're just trying to get the land and the house because not everyone can do it.

Juliana's story shows the drama of the struggle for housing, where achievements come, when they do, in trickles. While the first occupation managed to access the PMCMV, this occupation has only won the urbanized land and now has to bear the costs of a possible project for the house, the purchase of materials and the construction. The institutional predictability of the PMCMV fell apart, leaving room for endless negotiations with various state bodies.

A year later, the City Council still hadn't presented a subdivision and land regularization project. A PSOL activist and occupation supporter developed and presented the project at the Municipal Housing Secretariat meeting in August 2019. Since he is also a City Hall employee, his authorship was concealed for fear of retaliation. This militant was a key player throughout the negotiation process, as he brought information about the occupation that City Hall was trying to hide.

I was present at this meeting, and I was able to see that it was only at this point that the municipal secretary agreed to the urbanization project for the plot, promising that the water and sewage part would be carried out by SAAE (Autonomous Water and Sewage Service). The Municipal Housing and Urban Development Fund could carry out the urbanization part. A counterpart from some large local private enterprise could finance public leisure facilities. At this meeting, the leaders agreed to the proposal and the list of final beneficiaries was frozen at 109 families.

On February 3, 2020, the City Hall website reported that urbanization of the occupation had begun through the Departments of Housing and Urban Development and Agriculture and Supply (Prefeitura, 2020). On a visit on February 19, I saw that the occupation was very different. Internal dirt roads had been opened, although there was still no infrastructure. Many shacks had been removed. Pieces of wood, tarp, plastic and roof tiles were piled up everywhere. Most of the squatters had nowhere to go during the construction work and had to move their shacks within their plot of land and live on the construction site for years.

It looked as if the occupation was coming to an end. The land was not leveled and was left to the individual residents. The open dirt road had several craters carved out by rainwater. The scenario was highly discouraging and dramatic. It didn't look like the same well-organized, lively, and animated occupation I attended in 2018 and 2019.

Figure 11. Project presented for urbanization and marking of plots, “In search of a dream” occupation



Source: São Carlos (2014, p. 541).

Figure 12. Street opened in the “In search of a dream” occupation in February 2020



Source: author, February 19, 2020, São Carlos.

Figure 13. Construction site in the “In search of a dream” occupation, mid-2020



Source: São Carlos (2014, p. 627).

In September 2020, the company Commerce and Engineering Bandeirantes was contracted to execute rainwater galleries, gutters, asphalt and gabions to stabilize the slope. By this point, SAAE had already implemented the water and sewage network. In January 2021, I returned to the occupation. I noticed that the internal streets were already paved, with gutters and sidewalks, although two side streets remained dirt, with many holes and debris. The plots had not yet been divided, and there was widespread confusion about who would be where. That day, an assembly was to discuss how dividing up the plots and relocating the shacks was going. In May 2023, streetlights were installed, but there was no electricity supply. At the beginning of 2014, I found no house or shack connected to the water and sewage systems.

Urbanization is moving slowly, and the big obstacle is implementing Reurb-S. In September 2020, the City Hall justified that land regularization was underway, hindered by the pandemic and the election season. Both factors meant that civil servants had to be absent. The City Hall also justified that building houses for the squatters would only be possible if the government resumed Range 1 through the PMCMV or PCVA, “which is currently suspended” (São Carlos, 2014, p. 648).

Figure 14. Urbanization of the “In search of a dream” occupation site, January 2021



Source: author, January 19, 2021, São Carlos

On August 17, 2021, the Municipal Department of Housing and Urban Development presented a timetable for carrying out the topographical survey to demarcate the plots for hiring technical advice to draw up the basic and executive plans for the housing units for hiring an executive plan for the leisure system; and for regularizing the land registry (São Carlos, 2014, p. 687). At the end of December 2021, it was announced that the lot demarcations had been completed by the company Construmed Topography Services; however, regarding Reurb-S, the public works secretary clarified that the company had not yet completed the demarcations.

When hiring a company for Land Regularization through REURB-S, we had difficulty finding companies that would carry out the services. Federal Law 13.465/17 and its respective municipal regulations are very recent and little explored by engineering professionals. It took almost 120 days to get the average price, decide on the bidding method, and forward the information to the Bidding Department (São Carlos, 2014, p. 711).

It's important to remember that before the New Land Regularization Law (2017) and the creation of the Green and Yellow House Program (2020), these steps for regularization were the obligation of the public authorities. Now, it's up to private initiative or civil society organizations. On May 23, 2022, City Hall suspended the bidding process for Reurb-S, apparently due to a lack of interest from private companies since the location of the area is not attractive from the point of view of real estate speculation. In the same document, the City Council states that

we recently received, on April 19, 2022, an official expression of interest in entering into a partnership with the Municipality through Federal Law 13.019/2014 and Municipal Decree 315/2021 to complete all the remaining stages for the REURB-S in question through technical and legal advice from Maitá - Technical Advice on Social Interest Housing, as well as a first version of a Work Plan for this purpose (São Carlos, 2014, p. 733).

In November 2022, the City Hall reported that it had held a meeting with representatives of the Municipal Department of Housing and Urban Development, Maitá-Athis and the residents of the occupation to discuss the next steps for realizing Reurb-S. The following steps would be registering the land registry, installing public lighting and the electricity grid scheduled for the beginning of 2023, looking for funds to build the houses and adapting the leisure system project (São Carlos, 2014, p. 796).

In May 2023, Camila⁸² informed me that the City Hall did not have the technical or financial capacity to hire Maitá-Athis to continue the Reurb-S process. Even so, Maitá-Athis carried out the technical surveys and land regularization projects in partnership with Associação Veracidade, using funding from the CAU (Council of Architecture and Urbanism). The studies will be handed over to the City Council to finalize the land regularization process (see details in Chapter 3).

Concerning the design of the house and the institutional leisure area systems, Maitá-Athis, together with Veracidade, has also developed projects with funds from CAU public notices. The City Council did not provide funds or technical support for these operations. At first, Maitá proposed a hydraulic module project so that the population could add other rooms through self-construction. This proposal aimed to reduce the cost of building the house so that the municipality could afford the hydraulic module. However, the project failed due to a lack of funds and an agreement with the city. CAU only finances projects, not execution.

When acquiring building materials, Débora tried to negotiate with the São Paulo state government for a basket of building materials financed at zero interest, which didn't work out. As for the construction, it was decided at the assembly that they would not carry out joint efforts; each plot would go ahead independently. On the City Hall side, it was communicated in August 2022 that alternatives were being sought with the São Paulo State Government to include the occupation in one of the current housing programs. However, nothing was found in the process (São Carlos, 2014).

A similar case of a hydraulic project took place in Campinas in 2023. The City Council built a complex of 15 m² houses to house 116 families living in the Nelson Mandela

⁸² Founding member of Pitá. She currently works at Maitá-Athis.

occupation. Criticized by experts, the “embryo house”, which has one room and a bathroom, was seen as a victory by the squatters. The families will have to pay a mortgage equivalent to installments of less than 10% of the minimum wage and will have a 90 m² plot with water, electricity and a sewage system (Moradores, 2023). Both cases are symptomatic of the conjuncture, incorporating self-building as a fundamental element of housing policy. It should be pointed out that this modality is historical and structural in Brazil, as demonstrated by Chico de Oliveira (2006; 2012).

The “In search of a dream” occupation began in 2015 in the struggle for housing. It aimed to access the PMCMV. However, this horizon of possibilities fell apart due to the lack of new contracts. The local networks and actors were not enough to articulate new strategies. A new cycle of leadership and strategy began in 2017 with the inclusion of the MTST, which became the strongest link in the network.

Since then, the main struggle has been for the urbanization and land regularization of the occupied land. Achievements have come in trickles, prolonging the precariousness. The possibility of housing is still very remote. The lack of political will on the part of City Hall, the lack of interest on the part of the private sector and the absence of resources have shifted the responsibility for carrying out the Reurb-S project to Civil Society Organizations, such as Maitá-Athis and the Veracidade Association via CAU funding.

The horizon for access to housing has been lowered, and based on a new legal framework promoted by the new land regularization law and the PCVA, the possibility of reclassifying public land from institutional use to housing use has become the only possibility and seems to want to be consolidated as a “housing policy”. The exception has become the norm. This is the path that the “In search of a home” occupation, which originated in 2020, has been pursuing. What’s more, the municipality is now trying to use the precedent of “In search of a dream” to disqualify other plots of land in the city to promote more developments via the new PMCMV, as we’ll explore below.

3. Occupation “In search of housing” (2020): Pandemic, evictions and the institutionalization of precariousness

In February 2021, while visiting the “In search of a dream” occupation, I discovered a third occupation in a nearby area – “In search of a home”. Due to the pandemic, it had been about a year since I had visited the field. My interactions were limited to the online universe - social networks, WhatsApp, and video calls.

The new occupation emerged in the second half of 2020, in a pandemic scenario, with unemployment continuing to rise and social policies being dismantled. It is located one block from “In search of a dream”. At the time, the surrounding streets had been altered due to the occupation’s urbanization process, and the asphalt had been cut in several places to install sewage galleries. On the surface, it was possible to see a path leading from these galleries to the Água Quente stream. The sewage was leaking at some points, and the smell was strong.

The occupation has around 80 families. Among the squatters, 72.5% are female and 27.5% male. Regarding race and ethnicity, 58% are brown (pardo), 25% are black (preto), and 17% are white. Regarding family income, 67% earn less than the minimum wage. The figures reveal the massive presence of black women and single mothers⁸³.

The horizon of possibilities has shrunk to the struggle to regularize the land or to conquer another piece of public land without the possibility of housing. Even so, negotiations are moving slowly due to the pandemic and the environmental degradation of the land, located near the Água Quente stream in a highly silted area. In 2023, with the PMCMV horizon open again, strategies and plans may change.

3.1 Two viruses: the COVID-19 pandemic and Bolsonaro’s government of death

Elena: I used to pay rent, but at the beginning of the pandemic, there was a reduction in working hours and salary. With the decrease in working hours, I was earning 300 and a bit and paying 500 in rent. So, I couldn’t survive. I didn’t have a choice, either, so I ended up coming to the occupation that was starting⁸⁴.

The year 2019 was marked by the arrival of Jair Messias Bolsonaro as president and the first signs of Covid-19, with the first official case recorded in Brazil in February 2020. Bolsonaro has deepened the neoliberal measures initiated by Michel Temer, dismantling the entire social protection network put in place since the 1980s. About the pandemic, he has

⁸³ Data taken from the Facebook page of the “In search of housing” occupation, on May 11, 2023.

⁸⁴ Video posted on YouTube at 1:29 minutes in April 2023. Information withheld to preserve leadership.

acted in a genocidal manner - he has attacked the SUS (Unified Health System), campaigned against vaccination, debauched patients with shortness of breath, promoted the use of chloroquine to combat Covid-19 - a drug that has been proven to be ineffective - and even said that he was not a gravedigger when asked about the pandemic's death.

In April 2021, more than 4,000 people died every day as a result of Covid, not counting underreporting, in Brazil. In March 2020, hospitals in Espírito Santo had containers to store the bodies of victims. In Manaus, hundreds of people were buried in mass graves at the end of 2021. In 2023, the country reached the mark of 700,000 official deaths caused by Covid-19⁸⁵. Brazil's performance in combating the pandemic was considered the worst on a list of 98 countries, according to a survey by the Lowy Institute in Australia (Chaves, 2021).

Along with the pandemic and the economic, social, political, and health crisis came layoffs, bankruptcies, and reduced working hours and salaries. Social isolation and working from home were options for the middle and upper classes. Elena, the leader of the "In search of a home" occupation, did not fit into these strata of society. She suffered reduced working hours and wage cuts, which impacted her ability to pay rent. With no alternatives, she looked for an occupation to live in.

Evictions during the pandemic were only addressed in June 2021, when Supreme Court Justice banned evictions of vulnerable people and evictions from inhabited areas that began before the pandemic (Falcão, 2021). Even so, they continued. Data from the Evictions Observatory for 2020 indicates that at least 21 evictions were carried out in the metropolitan region of São Paulo, affecting around 3,000 families. Another 7,000 families were threatened by eviction (Barbosa et al., 2021).

Recently, LabCidades pointed out that between April 2020 and March 2022, there were at least 64 evictions in the greater São Paulo area, impacting around 6,238 families (Aomenos, 2022). Although there was an action by the Supreme Court to curb evictions during the pandemic, it only came to fruition about a year and a half after it began. The data collected refers only to collective evictions. Thousands of people may have suffered individual evictions, putting many on the streets or in permanent transitional situations.

The number of homeless people has also increased exponentially during the pandemic. According to data presented by the Brazilian Observatory of Public Policies with the Homeless Population, in 2019, Brazil had around 175,000 homeless people, 75,000 of whom

⁸⁵ At the beginning of 2023, Brazil was second only to the United States in absolute numbers of deaths from Covid-19. In terms of the rate of deaths per 100,000 inhabitants, it was in seventh place, behind Peru, Bulgaria, Hungary, the Czech Republic, Greece and the United States (Bottallo, 2023).

were in the state of São Paulo. In 2020, these numbers grew to 195,000 and 83,000, respectively. This number is estimated to be underreported, as it only considers CadÚnico data. The number is estimated to be 40% higher, reaching 300,000 homeless people. To have a reference with a longer time frame, in 2012, there were only 12,000 people in this situation throughout the country (Número, 2023).

Even for low-income people who have access to housing, the sanitary situation of the property can be precarious. According to data from the Trata Brasil Institute for 2019, around 35 million Brazilians did not have access to treated water and 100 million, or 46% of Brazilians, lived in places without access to sewage collection (Saneamento, 2020). The health crisis aggravated by Covid-19 denounced the social abyss in which Brazilians live.

Access to daily food gave way to food insecurity during the Bolsonaro government and the pandemic. Between 2019 and 2021, 61 million Brazilians faced difficulties feeding themselves, with 15 million dealing with severe food insecurity. Between 2014 and 2016, less than 4 million people were in severe food insecurity⁸⁶. According to the UN assessment, the pandemic was not the main reason for the increase in these numbers, but rather the increase in social inequalities and the reduction or extinction of public food security policies during the Bolsonaro government. Since 2018, Brazil has returned to the Hunger Map organized by the United Nations (Brasil, 2022; Mais, 2022).

In Cuiabá, a scene gained national repercussions in 2021, revealing the grave situation of millions of people desperate for food. Hundreds of people queued at a butcher to get donated bones with meat scraps. The owner said that she had been distributing the bones for ten years but that this was the first time she had seen a queue forming: “Some people take them and eat them raw, right there,” she said. Food inflation has soared during this period. Second-line grains, such as fragmented rice and white beans, which come broken with more impurities, have become more sought after (Fila, 2021).

In 2021, in the midst of one of the worst moments of the pandemic in Brazil, with more than 600,000 people dead from the disease, the Bolsonaro government ended the Bolsa Família Program, a world reference for a conditional cash transfer program, to implement the Auxílio Brasil Program (law n. 14,284, of December 29, 2021) (De Sordi, 2023). The change in programs meant a paradigm shift. While the Bolsa Família Program aimed to alleviate poverty through targeted social actions and a range of conditionalities, the Auxílio Brasil Program aimed to “encourage individual effort” and blamed the poor for their situation.

⁸⁶ Severe insecurity means people who have gone without food for a day or more.

Auxílio Brasil was organized around removing the state's responsibility for managing poverty (De Sordi, 2023).

Figure 15. People fighting over beef carcasses, Rio de Janeiro, 2021



Source: Vieceli et al. (2021), Sept. 30, 2021.

The Auxílio Brasil program met a neoliberal agenda and macroeconomic reforms already established by the spending ceiling of Michel Temer's government, dismantled the poverty management mechanisms previously implemented and aimed to bring the Bolsonaro government's brand by trying to bury Bolsa Família, just as it did with the My House My Life Program, launching the Green and Yellow House Program instead.

Even though Bolsonaro has dismantled the social protection network built up over the last few decades, the government and the mainstream media sought to construct narratives that pointed out that the growth in poverty was the effect of the pandemic, detaching responsibility from the state and its government. This set of actions has resulted in accelerated and historic impoverishment, promoting deprivation of access to material goods and human dignity (De Sordi, 2023).

The entry into the 2020s was marked by two viruses, producing a genuine government of death. It was against this backdrop of a decline in the minimum conditions for survival and human dignity that the "In search of a home" occupation emerged, characterizing one of the most dramatic moments of the "emergency struggles" (Mouriaux, 2002). Since "In search of a dream" had frozen its list of beneficiaries, the new demand had to look for a new place to settle, creating the third occupation in that region.

3.2 Land regularization as a horizon: following in the footsteps of “In search of a dream”

In 2019, a group occupied a plot of land across from the “In search of a dream” occupation. After a short time, the City Hall notified them that they would have to leave the area, as it was private. Knowing that it would be more difficult to get possession of the private land since the owner was not in debt to the state, the squatters underwent a peaceful process of expropriation of possession. They moved a few meters down the road onto public land. In the words of Felipe, one of the leaders:

Thalles: You said the occupation started on private land, right, and then you were removed?

Felipe: That’s right, we were removed. (...) That’s right. Then those people who were all there [pointing to the old plot] all left, and we removed them all.

(...)

Thalles: Then the state came to notify you to leave. What was that like?

Felipe: The notification came so that we could leave the place, and then it gave us some deadlines. It gave us a deadline to leave, and then they gave us a deadline, and we left.

Thalles: So, you jumped over here?

Felipe: Then we came to the side.

From that moment on, the occupation of “In search of a home” was set up. Right from the start, the PSOL leaders and members reported that the City Council had offered a rent allowance of R\$450 for six months to just a few people. In their view, the aid would only be used to demobilize the occupation since it wasn’t clear how it would work, and they didn’t expect it to continue. The policy is not institutionalized in the municipality and appears from time to time. As in the first occupation, it would function as a demobilization tool.

Some people took the rent and moved out. Others decided to stay and fight. This time, the dynamic would be different. The City Hall had indicated that it would be possible to carry out a land regularization process via Reurb-Se and that it was already developing a project with 80 plots. The disaffection of public areas was beginning to become a rule rather than an exception. In the words of the leaders in February 2021:

Elena: We had access to the City Hall project, which includes 80 plots of land. So, we said that 80 families would benefit (...), and the project is for this area.

(...)

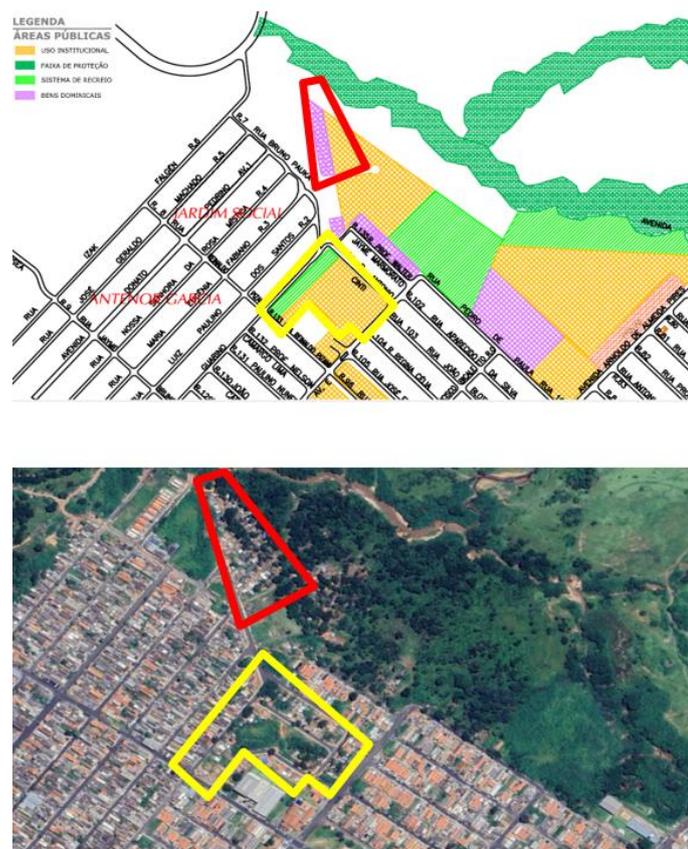
Felipe: Yesterday, they sent us a plan, a map, a mapping of where there’s a road, what’s going to be... where there’s property, the other properties there are, the occupation part, the environmental part... Everything we already have in this space here is all mapped out with a destination. The square it will be, the street, you name it.

Thalles: So, they intend to leave you here?

Felipe: I think so.

The area occupied mixes two official purposes - institutional use and dominical property⁸⁷. Although it can be reclassified for housing use under the new land regularization law (2017), the PCVA and, more recently, under Direct Action for Unconstitutionality 6602 (2020/2021)⁸⁸, it is located very close to the Água Quente stream, in an Environmental Preservation Area (APA).

Figure 16. Public areas of São Carlos and location of the “In search of a dream” (in yellow) and “In search of home” (in red) occupations



Legend (public areas): Yellow indicates institutional use; dark green indicates an environmental protection strip; light green indicates a recreational system; and purple indicates a dominical property.

Source: Google Maps and São Carlos City Hall map. Own authorship, 2023.

⁸⁷ Areas of dominical property constitute the available public patrimony, with the Public Authority exercising the powers of owner as if it were a private individual. They are disused assets, i.e. they have no public purpose.

⁸⁸ Direct Action of Unconstitutionality (ADI) 6602, of November 2020, brought into question the provisions of the Constitution of the State of São Paulo that imposed restrictions on municipalities to change the destination, purposes and original objectives of allotments defined as green or institutional areas. In September 2021, paragraphs 1 to 4 of item VII of the São Paulo Constitution were invalidated. In other words, the municipalities of the State of São Paulo began to exercise their competence to legislate on matters of local interest, such as territorial planning, urban planning and the supervision of land use and occupation areas. They can now de-allocate their public areas without conflicting with state legislation.

The case bears similarities to “In search of a dream”, however, the area is undergoing an accelerated process of environmental degradation, making the case more complex. The area has been deforested for decades, and the Água Quente stream is silted and polluted with untreated sewage. There are areas with a history of dumping construction debris and advanced gully processes. The occupation’s biggest fear is precisely that a repossession order will come claiming that it is contributing to the degradation of the neighboring area, even though the environmental degradation is not recent.

The urbanization of the “In search of a dream” contributed to the degradation of the area below, as the private company blazed a trail of destruction down to the stream to install a network of rainwater galleries. There was much deforestation in getting the tractor in, and the open galleries were poorly sealed. All this without a management and recovery plan. On a visit to the occupation in May 2023, it was possible to see that the leaders and supporters of the occupation were planting native seedlings in the deforested area, especially an indigenous shaman and Vitor Camacho. However, the sandy soil and decades of inadequate management continue to produce gullies. Civil Defense was there again that same day to check on the situation.

Even though the City Council has come forward, the leaders reported that negotiations are moving very slowly. Almost three years have passed, and nothing concrete has moved forward. In May 2023, during a public hearing on updating the Municipality’s Master Plan, Elena questioned the Municipal Housing Secretary, Wilson Marques, about the delay in the occupation’s land regularization project. The Secretary replied that:

Wilson Marques: (...) It’s an area with an invasion that Elena is part of, and we’ve been working on it since last year... We’ve been encouraging them to organize themselves into an association so that we can transform this area into lots, which used to be a street that will no longer exist. We know this is already happening, and the process is not quick. It’s a slow process, having seen the movement “In search of a dream”, and yours is called “In search of a home”... It’s a bit slow for us to get the money to urbanize, to go through the Public Prosecutor’s Office for them to accept it. (...) This week, the final project was ready with one of our employees, and from then on, we’ll start working on the legal part, okay? But I can’t give you an exact timeframe because sometimes we run into problems that aren’t ours, okay? (Câmara Municipal de São Carlos, 2023a).

It is essential to highlight the Secretary’s phrase - “We’ve been encouraging them to organize themselves into an association”. The occupation’s need to formally organize itself may be precisely the issue of whether Reurb-S can be implemented by a civil society organization or private companies, as has happened in “In search of a dream” via Maitá-Athis

and the Veracidade Association. Once again, the responsibility for regularization has fallen on the vulnerable population.

The City Hall's "good" will may have had a few motivations. The first lies in the fact that Reurb-S was the only instrument available to make housing policy at the time, so they followed in the footsteps of "In search of a dream". The second reason is due to the freezing of occupation growth. Once you have a project with delimited plots, the occupation can no longer accept squatters. The third reason is the intention to put an end once and for all to the political movement that arose from the occupations in that region, avoiding the MTST getting closer, as Elena said:

Elena: The City Hall has already mapped the plots. The City Hall plans to regularize it right here because it's become an addictive spot [according to the City Hall]. If they remove us from here, other families will occupy this space. Then they'll always have this headache. Then they intend to build the lot, hand it over, and that's the end of the problem (May 2023).

A last important point is the environmental liability of that area - the exact reason why the City Council didn't proceed with the expropriation process for "In search of a dream". The PSOL lawyer who provides free legal services for the occupation told me in May 2023 that there is no official land regularization project for that area. Although the occupation is not within the APA (Environmental Preservation Area), the region is environmentally fragile. The City Council has not forced a repossession process because it would also be responsible for recovering the area. Much of the environmental damage was caused by the dumping of rubble by the City Hall itself or by outsourced companies. Involving the courts and the Public Prosecutor's Office can harm the City Council (see the mentioned TAC).

In these terms, both occupations served as a pretext for the City Council not to implement an environmental recovery plan in the area, as promised by the TAC signed in 2003 and 2004. The promise of land regularization is a tool that postpones the responsibility of City Hall and the other entities involved. And it's worth pointing out that the private entity involved, which plotted the great Cidade Aracy, is Agro Pecuária e Administração de Bens Cidade Aracy S/C Ltda., owned by Airton Garcia - the current mayor of São Carlos, in his second term (2017 - 2024. He was also deputy mayor from 1996-2000)⁸⁹.

It is possible that when the PMCMV returns in 2023, the municipality will not act, waiting for the program's new guidelines with new funds and financing. Lula's third

⁸⁹Airton Garcia was directly responsible for the expansion of the southern zone of São Carlos, popularly known as the great Cidade Aracy, in the 1980s and 1990s. The process involved irregular allotments and housing cooperatives, real estate speculation, vote-buying and the production of political capital. See Breda (2022).

government reopens some horizons, but now they are marked by the legal framework produced between 2016 and 2022, as we will explore below.

3.3 The exception transformed into a housing policy: disaffection of public areas to the private market

With the return of the PMCMV and, consequently, the public budget for housing programs, municipal agents, the private sector and social movements have begun a race to prepare to contract new projects, which involves the search for available, low-cost land. In São Carlos, PROHAB sent a letter (No. 070/2023) on April 12, 2023, to COMDEMA⁹⁰, requesting that a technical analysis be carried out on the feasibility of disaffection of public areas to be designated for Social Interest Housing:

The matter demands urgency because the municipality must indicate the clearances for housing to benefit from federal and state government housing programs.

The Federal Government's My House My Life housing program will start in May/23.

The current president of PROHAB, Rodson Magno do Carmo, claims that the municipality of São Carlos has approximately 50 institutional areas sitting unused, and for this reason,

Following the Municipality of Ribeirão Preto/SP's example⁹¹, the idea of drafting a law authorizing the Municipality to change the designation of idle institutional areas to social housing emerged.

However, the matter demands urgency. For the Municipality to benefit from federal and state housing programs, it is necessary that, through PROHAB São Carlos, free and unencumbered areas/deeds be presented for the implementation of affordable housing.

This "urgency" to make areas available for the housing program is based on the municipality's housing deficit indicator. PROHAB issued a call for housing registrations between March 19 and 31, 2023, aiming to "obtain the municipality's housing deficit and, based on this data, the search for new housing programs with the state and federal

⁹⁰ The São Carlos Municipal Environment Council was created to allow the participation of civil society (non-governmental organizations - environmentalists, unions and residents' associations), universities and research institutes which, together with public institutions, take part in defining and monitoring environmental preservation and recovery policies in the municipality's territory. It is a collegiate, deliberative, advisory, normative, appellate and advisory body to the executive branch on environmental matters.

⁹¹ On May 15, 2023, the Ribeirão Preto City Council held a hearing to discuss the disaffection of public areas. Apparently, the modification was not accepted. Data available at: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/JW34/noticia/6190> and <https://www.camararibeiraopreto.sp.gov.br/noticia/6208>. Accessed on: September 18, 2023.

governments”. The current president points out that the last deficit survey was conducted in 2014. It should be noted that the housing deficit is only discussed when there is a public budget for housing because it functions as a tool for appropriating public resources for private enterprise.

All you needed to register was your Individual Taxpayer Identification Number (CPF in Brazil) and proof of address (Cadastramento, 2023). Reported on the City Hall’s official website on May 19, 2023,

Rodson recalls that this stage is part of an initiative already underway by PROHAB, which, in March, re-registered housing in the municipality and is now gaining precision in terms of the housing deficit to raise funds. “We attended 16,000 people and were able to update the municipality’s figures. Registered people must participate in these public hearings to understand the process from start to finish. During the hearings, we will also have some mayors from other cities who have done similar projects and will show the importance and success of these projects for São Carlos”, he concludes (PROHAB, 2023).

This approach to measuring the housing deficit is highly questionable, as it doesn’t consider any socio-economic factors, except if the person already has a property in their name and has lived in the municipality for more than three years. In this sense, it is fallacious to claim that this measurement model is “accurate” and that the city’s housing deficit is around 16,000 homes. The aim is to offer “unused” public land to private contractors, radicalizing the corporatist approach to the housing deficit in the market’s favor (Breda, 2018; 2021).

The supposed large housing deficit acts as a pressure mechanism, imposing an “urgency”. This pressure justifies holding last-minute public hearings to discuss changes to the Master Plan. This mechanism aims to approve any changes as long as the banner is the construction of housing for the poor. Making public criticism of this model at a hearing can easily be misunderstood by the population as an argument against building social housing. The agenda becomes moral: everyone is in favor of more housing, and no one is against it. Open and public criticism can mean political suicide.

A message from PROHAB to COMDEMA on April 11, 2023, exemplifies this “urgency” and “anything goes”:

For this reason, this document serves to present the issue and request a favorable response regarding both the amendment to the law and the approval for the idle institutional areas to be reclassified and donated to PROHAB São Carlos by April 25, 2023.

The PROHAB president demands that the land divestment and transfer process occur in less than 15 days. He justifies this based on the deficit, the laws already mentioned, and the

urgency of having areas available to receive housing programs. However, he claims it is for SH although it includes Range 2, Market Housing.

At the public hearing on May 25 to discuss São Carlos' Master Plan, Rodson Magno commented on the expectations for the future of social housing in the municipality. The main focus is to transform areas of institutional use that “won't be needed by the municipality” - in his words - into areas for housing use. From there, there are two options: the construction of houses via a housing program (PMCMV or Casa Paulista, a state program) or land regularization and urbanization of plots with construction basket financing. In his words:

Rodson: If so, My House My Life and Casa Paulista (...). If these two are delayed, we'll make the lot. And how will the housing lots work? The City Hall will provide the plot at a meager price, and we'll go after a basket of materials called “Crédito Associativo” (Associative Credit). It's a type of loan that the Municipal Housing Office has, where the people who will be drawn will have the opportunity to take out a loan of up to 20% of their salary. And with that money, you can build your house. Another model we can do. We can do what the state government does, using institutional areas in São Sebastião⁹²... If you do some research, Sorocaba has already done it, and it worked. São Sebastião, unfortunately, because of the tragedy... and the houses that are being built there are drywall houses, they're modern houses, and in 6 months they're going to deliver more than 1,400 houses there in São Sebastião, because there was that flood and, unfortunately, it devastated a lot of people's lives. São Sebastião is an exemplary model for using institutional areas and the city of Sorocaba⁹³. Everything that's being done here... I'm not an amateur councilor; I studied and studied to this day so that we don't come here talking garbage. We will do what we can and what's within the law. We're not going to break the law.

(...)

The City Hall is working for you to have your housing with dignity. That's what the City Hall is working for, and each of you who has registered can have your own home in the future. And not in one, two or three years. No! This year! We'll move on to the urbanized plots if the houses don't come through. I ask for your support and your prayers! (Câmara Municipal de São Carlos, 2023a).

Rodson's speech contains essential elements. The first is that an urbanized plot is available in the absence of housing programs. We can see that the instruments used for the land regularization of “In search of a dream” and possibly for “In search of a home”, at a time when there was no housing policy, set a precedent for PROHAB to seek the wholesale transfer of other public areas for use in the construction of housing by private contractors, with the difference that it is no longer necessary to have an occupation (or Informal Urban

⁹² Although Rodson's narrative attributes the disaffection of São Sebastião's public areas to the socio-environmental catastrophe that occurred in the city in early 2023, a law from December 2018 already dealt with disaffection. Data available at: <https://www.saosebastiao.sp.gov.br/sistemas/oficialdocs/arquivos/09182594.pdf>. Accessed on September 18, 2023.

⁹³ See Sorocaba Municipal Law No. 12.486, of January 7, 2022. Art. 2, item III, paragraph 2 and 3.

Nucleus) on the land to carry out the transfer. Therefore, the Municipal Master Plan must be amended to authorize the divestment.

The second issue is that other cities are being used as “better models” and “pioneers” - São Sebastião, Sorocaba, Ribeirão Preto. At the third hearing on the amendment of the São Carlos Master Plan, the former mayor of Votorantim was invited to give his testimony on how it was to pass a law in his city regarding the disaffection of public areas (Câmara Municipal de São Carlos, 2023c). Although the disaffection of public areas is nothing new, the legal framework produced in the latest dismantling in line with the alteration of the Master Plan accelerates the speed and scale of this process. Even though the argument initially seems favorable to the low-income population, what appears to be at stake is making public areas available to private developers, deepening the neoliberal and private character already in the old PMCMV.

If, at a local level, the “In search of a dream” occupation served as a “precedent”, at a state and federal level, the rapporteur of the new PMCMV is also inspired by formulating a housing policy through the divestment of public areas. In Rodson’s words, at the second public hearing on the Master Plan:

Rodson: I say this because the government of São Paulo, under former governor Rodrigo Garcia (2022-2023, PSDB), had an excellent idea, together with the former secretary of housing, Fernando Marangoni, who is now a federal deputy, who was elected federal deputy, to use institutional areas to build affordable housing. (...) And how will we build homes and affordable housing and give people dignity? The question of institutional areas came up. I went to São Paulo with Fernando Marangoni, the current federal deputy, to study how we would use the institutional areas. We need a whole process (Câmara Municipal de São Carlos, 2023b).

Federal deputy Fernando Marangoni (União Brasil) has become the rapporteur for the new PMCMV. He has always worked on the land regularization agenda, earning him the title of “father of housing”. His Instagram profile says, “More than 100,000 land regularization titles delivered”⁹⁴. Marangoni has already been Secretary of Housing and Land Regularization of Santo André (SP, 2017-2018), President of the Land Regularization Committee at the São Paulo State Housing Secretariat (2019-2022), and Executive Secretary of Housing for the State of São Paulo (2019-2022). He was also president of the “Cidade Legal” (Legal City) program, which focused on land regularization in São Paulo.

⁹⁴ Data available at: <https://www.instagram.com/marangoni.official/> and <http://www.progoverno.com.br/conteudo/fernando-marangoni/>. Accessed on: September 14, 2023.

As Marangoni said in an interview, he is “encouraging and bringing the participation of municipalities, which is the main entity, which is the constitutional entity to deal with land use and occupation within the [PMCMV] Program... requiring the municipality to bring areas for housing production within the urban network” (Band Jornalismo, 2023). Along these lines, São Carlos is preparing a change in the Master Plan to hand over reasonably well-located public land to private developers via the new PMCMV.

Observing PROHAB’s moves and the hearings, the question remains whether these areas will be used for social housing. Open registration was also carried out for the Market Housing group, which reached a portion of the lower middle class. The progressive taxation and expropriation of private land that does not fulfill its social function did not enter the discussion at any point as a possible instrument, losing its centrality. The focus, once again, fell on building new units and not on other forms of housing promotion, such as social rent or the use of public buildings.

The occupations in São Carlos functioned as a laboratory for institutionalizing a policy of exception. The constitution of land banks for social housing, based on the purchase or expropriation of land with no social function, shifted to the expropriation of land owned by the state. Watching the three public hearings on the Master Plan in São Carlos, the idea that this public land is no longer helpful to the state and the population because there is no longer any need to build public facilities, claiming that the demand for these services has already been met, borders on cynicism and contempt for the vulnerable population.

The “In search of a home” occupation emerged in the context of the pandemic and declining living conditions. The horizon of the struggle became access to partially urbanized and regularized land. Housing dissolves on the horizon. On the City Hall side, there are several reasons for the occupation to remain as it is - with only the promise of regularization, one to come. In this sense, the occupations have been instrumentalized by the government to avoid dealing with the environmental liabilities in the region.

The occupations served as a laboratory for housing policies during the last dismantling. More recently, the discussion has shifted from “Informal Urban Nuclei” as an instrument for the disaffection of public areas to the “housing deficit”, used as an instrument of pressure and urgency, constructed from the moral rather than the technical field. The disaffection of public areas for housing use is becoming a rule rather than an urgent exception. Gradually, the instruments created in the era of dismantling are institutionalized,

now under the mantle of Lula's "progressive" government. The policy of exception becomes part of the post-dismantling housing policy.

The field of action was reconfigured based on the cycle of occupations. The MTST's entry into the city is not trivial, and the dispute over the management of housing demand is between the state, social movements, and political parties that are not necessarily in the executive offices, such as PSOL. Due to creating a network of social movements, of which the MTST has been the strongest link, the conflict is also moving from the local to the regional, state, and national levels.

The MTST has strengthened the struggle for housing through occupations, even if it hasn't entered the third occupation, placing itself as an actor of great influence and mediation power in São Carlos. The movement aims to strengthen itself locally and to do so, aiming for a new occupation in the city. This means an occupation with less interference from external actors, such as the local PSOL itself, and greater hegemony for the movement.

A list of demands is already being prepared at the "In search of a dream" occupation. Demand has been coming in through the Solidarity Kitchen that was set up there in 2022, as I have seen for myself: people who go there to eat ask if there is still space in the occupation and, when the answer is no, they are invited to leave their name on a list for the future occupation. In this sense, the installation of the Solidarity Kitchen not only aims to provide free food but also means a symbolic demarcation and capillarization of the movement in the territory, controlling housing management.

It's important to note that the movement aimed to capture the demand produced after 2013, with the emergence of "urban activism" (Frúgoli Junior, 2018), as will be explored in chapters 4 and 5. However, the expansion took place intensely in São Paulo because it was where the MTST was founded and developed, making it possible to extend its arms and legs. In other states, the dynamics of occupations can present different characteristics without a centralized movement.

In the next chapter, we will discuss the main political actors that make up the field of action and network of social movements in the latest dismantling and dispute the management of housing demand from the city of São Carlos. We will highlight the PSOL of São Carlos and the work of the Pitá/Maitá-Athis group in partnership with the Veracidade Association, as well as two other actors that have not yet been mentioned: religious leaders and organized crime. Since the MTST is very central to this research, it will be dealt with in the last two chapters from different scales and temporalities.

Chapter 3

Actors and networks “outside” the state in the management of housing demand

Não sei por onde
entram e saem
tantas bocas;
muitas com fome
de feijão
gentilezas,
eu te amo!

Um desgosto sujo
me decretou solidão.

Minha palavra
foi engaiolada,
quero as que estão soltas.

Eu preciso das
chaves que aprisionam
os verbos.
(Lene, 2021, p. 39)

The previous chapter discussed the occupations cycle in São Carlos, focusing on the political situation and the low-income population strategies, mediation actors and social movements in the housing struggle. A wide range of other actors “outside” the state was identified.

These modulations were made possible by the post-2016 legal and regulatory framework, which has operated through an over-the-counter policy and privatization of the public, with broad discretion for agents. As the institutional mechanisms promoted by the PMCMV are dismantled, there is a deregulation of the forms of access to housing, producing a legislation shuffling in the housing field, allowing for the creation of dynamic spaces of dispute and institutional recreations.

The borders between public and private, the actors' role and the beneficiaries' framework are blurred, creating a gray zone and widening the margins of maneuver existing in the legal regulation itself. Through gray zones, non-institutional actors' control or regulatory power gains ground (Bureau; Dieuaide, 2018). In our case, we are referring to the control or power to regulate the social relations that permeate the housing demand management by actors “outside” the state. The gray zone is drawn from the dissolution of normative limits, with less definitive contours, mixing indistinct practices between the folds of the legal and illegal, the institutional and the non-institutional (Minassian, 2011; Azaïs, 2012). Social management, therefore, finds itself in this undefined space, disputed by various actors.

It is through this gray zone that power networks beyond the state and the market are created and strengthened. These networks are spaces for obtaining resources. Currently, we can highlight at least three powerful networks of influence that constitute a world of their own: the criminal world, the state world, and the religious world. They seek to give meaning and order to daily life in the peripheries, presenting themselves as a normative regime. They induce a “must be”, an ideal of conduct expected of everyone (Feltran, 2018).

In this scenario, the leaders and squatters look to these actors and networks for answers to specific problems. When problems related to the municipality need to be solved, PSOL or MTST are called in; when technical details of the urban and architectural project are discussed, Pitá/Maitá-Athis is sought out; problems related to internal conflicts (violent or not), organized crime is activated to solve them. Pastors and missionaries are often called in to care for health problems or offer a word of comfort. All these logics of ordering⁹⁵ the material

⁹⁵ Social ordering is understood as an organic complex of practices, not just a set of isolated behaviours, which produce a disposition of conduct, hierarchies and organized and complex codes, characterizing the social order

and symbolic world run through the occupation, and although they may have demarcated borders (physically and symbolically), they coexist in the same territory, sometimes in confluence, sometimes in negation.

It's important to note that these are not isolated networks and actors. They relate to each other in a complex way, whether planned or not, under violent coercion or “voluntary” adherence, and they have the potential to influence each other in search of benefits, prestige, protection or profit, the production of legitimacy, etc. In this sense, there is a normative pluralism in Brazil's urban peripheries, where the state, religion and crime act as authorities in complex power networks (Maldonado; Beraldo, 2024; Côrtes, 2005).

This chapter aims to take a closer look at the trajectory of these actors and power networks in the São Carlos municipality and their relationship with the occupations. We highlight four: PSOL (Socialism and Freedom Party), the Pitá/Maitá-Athis group, the evangelical church and organized crime. The dispute over the housing demand management can reveal strategies and ideologies convergences and conflicts. These groups gain from this management, such as producing political capital⁹⁶ and social legitimacy. The dispute over the housing demand management also reveals disputes over social order. It is worth noting that due to the density of data and the centrality that the MTST has gained in the housing demand management, the following two chapters have been set aside to discuss the movement.

1. PSOL and Djalma Nery: “accumulation” of militancy and political capital

Local political parties, especially PSOL, played a significant role in the organization and achievements of the previously analyzed occupations. In this section, we will explore the trajectory of the PSOL in São Carlos and its prominent leader, Djalma Nery, in housing demand managing. The PSOL collaborated with the trajectory of the occupations and the opposite is also true. The occupations played a central role in the accumulation of experience by the party's militants and enabled the creation of political capital and the growth of the party itself. The data discussed is based on formal and informal interviews conducted with councilor Djalma Nery and his advisor, Vitor Camacho⁹⁷, and Lucas Beco, a PSOL militant.

itself. We also understand that although the state is a central agent in social order, it is not solely responsible for producing it (Silva, 2004).

⁹⁶ “Political capital is therefore a kind of reputational capital, a symbolic capital linked to the way of being known” (Bourdieu, 2011, p. 205, own translation). In other words, political capital is the social recognition that makes some individuals accepted as political actors and able to act politically.

⁹⁷ Parliamentary advisor, geographer (UNESP), Specialist in Geoprocessing (PUC), Master in Environmental Sciences (UFSCar). Science communicator at Projeto Meios.

Nationally, PSOL emerged in 2004 from a group of parliamentarians and militants expelled from the PT. The dissident group was critical of the party's policy of class conciliation and its shift to the center. According to Lucas Beco, the PSOL in São Carlos was founded at the same time:

Lucas: She was the party's president here in São Carlos until the last administration. She was a PT councilor for many years in the city. She was one of the first to be expelled from the PT, which is... So, she was one of the founders of the party (PSOL) and founded it locally. (...) That was back in 2005, but I joined in 2012, along with a younger group who joined later.

Locally, the party would only elect its first councilor in 2020, 15 years after it was founded. In 2016, Djalma Nery ran for councilor; in 2018, he ran for state representative, garnering around 13,000 votes. In 2019, he was the most-voted councilor, getting around 3,000 votes, representing the Popular Mandate Collective, which currently brings together 12 people. In 2022, Djalma ran again for state representative, this time through a collective mandate with activists from the state of São Paulo. He received a total of 21,380 votes and was not elected.

1.1 Djalma Nery: from the “accumulation of militancy” to City Councilor

Djalma Nery, 36, has a degree in Social Sciences and a master's in Science. He was one of the founders of the Veracidade Association, a third-sector organization established in São Carlos in 2012, whose purpose is to promote permaculture and agroecology as instruments for social transformation. His political and militant career is linked to the occupations in São Carlos, as he told me in an online interview in May 2021:

Djalma: is... the involvement, **the engagement with the occupations took place at the beginning of my political activism here in São Carlos, 2012, 2013**, which was more or less the time I moved back to São Carlos. I studied in Araraquara, and I studied social sciences at UNESP, so I wasn't very present here in the city. But at the end of 2011, when I came back, towards the end of 2011, I settled here again. I started teaching in the state, you know! In the 2012 elections, I got very close to PSOL. I already had a strong political identity with the party but wasn't a party member. In the 2012 elections, I met the PSOL people here in São Carlos (...) and got very close to them. And I got to the occupation through the PSOL people, Flávio Lazzarotto, Dante.

In 2012, Djalma Nery joined PSOL, marking the beginning of his political militancy career. He collaborated with local party members and established connections with the “José Luís and Rosa Sundermann” occupation (2014-2014). Flávio Lazzarotto provided legal assistance to the occupations, as discussed in the previous chapter. He is affiliated to PSOL and ran for São Carlos mayor in 2012. That year, Flávio “carried out some activities there

with young people from the [southern] region. He also became known there because of this”. The party already had a presence in the city southern region. With Flávio’s presence in the occupation as a lawyer-militant, the party’s militants gained ground as mediators.

Djalma: In the meantime, we started following up and holding meetings to help advise them in this collective organization. (...) So, once a week, I would go there, take two microphones and a loudspeaker, get there, and we would hold an assembly. We’d hold assemblies in the street, gathering 60, 80, and 100 people because the demand increased. Flávio continued to provide free legal advice. Militant (...) **And that was the start of my political activism.**

(...)

And then a cycle began. We began organizing the occupation with a registration methodology. Then we started thinking about houses, people, and families - the list and all that social technology for organizing the urban occupation (...). We did a series of training activities and joined the PSOL in the occupation, and many people, especially the leaders there. (...) We took them to meetings, we took them to activities, and we did this follow-up.

PSOL’s engagement in the “Sundermann” occupation impacted how the occupation was structured, leading to the implementation of a “social technology” encompassing the organization and housing demand registration. The party also promoted training activities, mainly focused on leadership. This same pattern was repeated in the context of the “In search of a dream” occupation:

Djalma: I participated in this second occupation from the start. It was born much more articulately because it is, in a way, the successor of the first one. In fact, in this [occupation], I acted more closely and incisively, **even in the light of my accumulated militancy.**

(...)

We carried out a similar process of articulation, getting together, affiliating some people to the party, and creating organized links with leaders and the party to have more... And the same methodology, weekly meetings, assembly, speakers, gathering the people, registering... (...) all this interlocution took place with academia [University], extension groups, etc. We brought many groups, from architecture, Enactus, and entrepreneurship, to do activities and think about things there.

PSOL’s participation in the first occupation resulted in an accumulation of militancy for Djalma, the squatters and leaders who maintained a dialog with the second occupation. The party was also a bridge for a series of interactions, particularly between the public universities present in São Carlos - USP and UFSCar - and their respective students. This activated antagonistic logic for tackling social issues, scales and funding, such as the Enactus

group⁹⁸, which is funded by prominent national and international corporations and bets on entrepreneurship to overcome structural inequalities.

Djalma emphasized that “PSOL was the most active organizational force in the occupation [In search of a dream]”, although party members “individually also established contacts and interactions, not necessarily on behalf of the party”. As discussed in the previous chapter, these relationships reconfigured the local field of action and created a social movements network around the housing agenda (Scherer-Warren, 2006).

In the third occupation, “In search of a home” (2020), with Djalma already elected councilor, the militant relationship shifted to one of institutionality, as he describes:

Djalma: So those lessons were learned in those three cycles [of occupations] there. And now there’s a new learning experience: the “In search of a home” occupation. (...) **Anyway, we’re in another process of getting closer to them** (...) I’ve been going there almost weekly, in both occupations. In “In search of a dream,” I follow up on the boundary of plots, which is behind schedule; we’re asking the housing authority to sort it out soon. SAAE needs to start connecting the water to the plots, and we’re monitoring the asphaltting of the road there, which began last week. **So, I will visit there to follow up and monitor as a parliamentarian.**

(...)

We provided technical advice for them [the “In Search of a Home” occupation] to occupy the right places because they had already had to vacate a plot, and then they had to vacate other shacks because of the road that had passed. So, we did all this work of taking the map of [the neighborhood of] Cidade Aracy, going to the [Housing Department] and so on, choosing a place and saying, “Guys, you’re going to occupy this place here”, making sure that they have the minimum environmental impact, cutting... **So, we’re doing this work; it’s two different jobs, right? One is more about accompanying and monitoring, and the other is more about activism and guidance.**

(...)

I have a very distant relationship today, but it’s more careful because we used to get really involved. And then it would get messy because people would start asking for many things that didn’t have anything to do with it, and then if you didn’t do them, it would create frustration... so, today, we’ve better demarcated what our role is here, you know? “Well, guys, cool, we’re together, we’re partners, we’re in the same fight, but hey, I’m going to contribute here!”.

The occupations are essential in shaping Djalma’s career as a militant and councilor. On a personal level, his involvement in the first occupation marked his initiation into militancy; in the second occupation, it indicated his maturing and entry into the political party

⁹⁸ “Founded in 1998 in Brazil under the name SIFE (Students in Free Enterprise) and known since 2012 as Enactus, the international non-profit organization is dedicated to inspiring young university students to transform lives through Entrepreneurial Action. Enactus Brazil is one of 33 countries around the world that operates the Enactus program, uniting students, executive leaders and academic leaders in a network for the development of entrepreneurial initiatives with a social, economic and environmental bias”. The group is funded by major corporations such as Unilever, Bentley, Sumitomo Chemical - Latin America, Ford, Cargill, Instituto Sabin, Irko, among others. Data available at: <https://enactus.org.br/quem-somos/sobre/>. Accessed on: October 31, 2023.

sphere. Finally, the third occupation reveals a more measured approach to his activism, which aligns with his position as a parliamentarian.

1.2 Elections and political capital

PSOL's work in the southern region of São Carlos and in the occupations has produced a positive image for the party, as revealed by the testimony of the "In search of a home" occupation's leader in 2021:

Leadership: They came on Sunday [Djalma and Vitor]. They're coming to help, out of the ordinary. Because of their credibility, what they say, what they've given to them, to him, to Ronaldo [a PSOL militant]. Even though it's not just an election, it's outside the election season, and they're fighting for us.

The idea they act on behalf of the population outside of election season is highly valued. In addition, including the party in the occupations has allowed a process of affiliation between the leaders and some of the squatters, as mentioned previously. However, it is necessary to put the affiliation process into perspective, given that many of the squatters are not registered with the electoral justice system. The PSOL has tried to regularize the squatters and subsequently affiliate them to the party. Even so, this process has resulted in a positive balance of voters:

Djalma: And then I was a candidate in this election [2016] for the first time, and I had vast points of support in the occupation ["In search of a dream"]. Many people there voted for me (...), and many votes came from there. They came from our work in the occupation, and there was also an expectation that we would continue to contribute.

(...) I think a lot of the people there also voted for me [in 2020], and it's because of the very expressive vote there, including in that region.

Djalma reports the production of political capital due to interactions between the party and the occupations. As the party grew, militants running for legislative positions in the 2020 elections competed for this capital.

Djalma: (...) When Ricardo [fictitious name] was willing to be a candidate, and Ricardo has a certain reference in the occupation because of his work (...), we [from PSOL] decided, we said: "Guys, we're not going to contest the occupation, leave the occupation to Ricardo. Let Ricardo take over the occupation, in the end, we'll count votes for the party in the same way...".

During the 2018, 2020, and 2022 elections, several PSOL candidates campaigned in the "In search of a dream" occupation. I had the opportunity to witness these visits a few times, and I could also see this movement on their Facebook and Instagram pages. Guilherme Boulos, Ediane Maria, Djalma Nery, Ricardo, among others, were present there.

Just as there was a dispute between local PSOL members over political capital, there was friction between PSOL candidates who are MTST members and the São Carlos PSOL. According to one informant, during the 2022 elections, the MTST pressured the territories in the state of São Paulo where there were occupations and Solidarity Kitchens to vote for Guilherme Boulos and Ediane Maria, both MTST militants running for the PSOL. Because of this recommendation, there was friction between the parties involved in the dispute over the territory of the occupation in São Carlos. At the time, both Djalma and Ediane were running for state representative. The duo from São Paulo didn't even want to share a platform with Djalma, and according to the narrative, there was no cordial treatment. This contributed to the local PSOL militants distancing themselves from the "In search of a dream" occupation. Although they were all running for the same party, it was clear that the territories organized by the MTST should focus on their militants candidacies and not necessarily on the candidacies of their party colleagues.

It's important to note that the "In search of a dream" occupation has a specific feature. Usually, the MTST's occupations are built by them from the outset, resulting in a hegemony of the movement. In this case, the MTST joined two years later, meaning that other actors were already organizing the housing demand and enjoying legitimacy, as in the case of Djalma Nery. This implied a more intense dispute over political capital. The occupation was already labeled as "problematic" by a state coordinator precisely because several actors were competing to manage the housing demand and its political capital.

1.3 PSOL's internal disputes

In addition to the dispute over the political capital produced by the occupations with a mind to the general elections, there is also a dispute over the party's internal direction. There is a *recommendation* that MTST squatters and militants affiliated with PSOL vote for the thesis⁹⁹ that interests the movement.

Djalma: (...) the occupation ["In search of a dream"] was already part of the MTST... We spoke to the most significant leader of the MTST at the time, J., Boulos' right-hand man in São Paulo (...) And I said: "J., this is the situation".

⁹⁹ PSOL can be understood as a party of currents and tendencies, with the aim of plural collective construction. The currents have different processes of formation, organization, demands, agendas and theories. Every two or three years, the party holds its Congress, where the currents present their theses to be voted on. It is also possible to make changes to the statute. This process goes through municipal, state and national stages. Within this process, the Municipal Plenaries take place, which is an important moment of the Congress where party members vote on the thesis they consider appropriate. The winning thesis guides the direction of the party in the coming years and the composition of the different leadership bodies. Data available at: <https://psolrj.com.br/partido/organizacao> and <https://psol50.org.br/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-8o-congresso-nacional-do-psol/>. Accessed on: August 7, 2023.

He's also from PSOL, "Hey, there's going to be a Congress, you know how important it is, we wanted you to help us mobilize the people from the occupation so they could go to Congress and vote with us, right". And then J. went to talk to them [leaders of the occupation], "Oh, well, it's important that you participate in Congress".

In the quoted, Djalma (PSOL) and J. (MTST) agreed that they should advise the occupation members to vote for the thesis that would benefit the MTST within the PSOL. At that time, the movement still had no current to call its own. It wasn't until March 2021 that the MTST presented its current, called "Solidarity Revolution":

About Solidarity Revolution

We are a social and political movement based on the popular and peripheral work of the MTST, on the struggle of workers, street vendors, market vendors, the precarious, and the informal. In the struggle of women, black men and women, LGBT people, the forest and indigenous peoples. In the combativeness of mandates that resist in parliaments so dominated by backwardness. In the fight for science, culture, education and health. In the fight against inequality and hunger and defense of the environment¹⁰⁰. (own translation).

This movement represents an effort to consolidate the MTST's presence within the party. Boulos, a newcomer to PSOL, has become one of its main figures (Tavares, 2021). At the end of August 2021, the Solidarity Revolution current won the national election among PSOL members, with approximately 60% of the vote, against 40% for the competing group led by federal deputy Glauber Braga (RJ) and state deputy Luciana Genro (RS). As a result, Boulos' group was given priority in distributing posts and defining the party's direction (Zanini, 2021).

At least two MTST militants are among the members of the party's National Executive who took office in September 2021, for example. Natália Szermeta, a member of the MTST's national board and Guilherme Boulos' wife, was appointed president of the Lauro Campos and Marielle Franco Foundation, a PSOL foundation. She was also one of the organizers of the 8th PSOL Congress, which took place in the second half of 2023. Isadora Britto took on the position of Social Movements Secretary¹⁰¹.

In 2023, the 8th PSOL Congress took place. Among the three theses presented for the state of São Paulo¹⁰², the 3rd thesis, "PSOL Popular, democratic and of all struggles", was supported by the MTST. Among the supporters' names is Djalma Nery. The 8th Congress elected Eduardo Borges, MTST's national coordinator, to the PSOL-DF Social Movements Secretariat; Maria do Socorro, MTST's coordinator, as PSOL-DF's vice-president. In São

¹⁰⁰ Data available at: <https://www.revolucaosolidaria.net/quem-somos>. Accessed: 07 Aug. 2023.

¹⁰¹ Data available at: <https://psol50.org.br/partido/executiva-nacional/>. Accessed on: 07 Aug. 2023.

¹⁰² See theses at: <https://psol50.com.br/congresso2023/teses-estaduais-2023/sao-paulo/>. Accessed: 07 Aug. 2023.

Paulo, Débora Lima, MTST's national coordinator, took over the PSOL state presidency - she was previously PSOL president of São Paulo. The Solidarity Revolution was the caucus that grew the most at the last Congress, doubling in size in two years and forming the second-largest delegation at the PSOL Congress. The bench made up the winning camp - PSOL of All Fights¹⁰³.

During my experience as a brigade member at the MTST's School of Grassroots Work in 2023, the coordinators insisted that the brigade members and squatters affiliated with the PSOL vote for Thesis 3. The plenaries took place between the end of July and the beginning of September 2023. The MTST occupations became instruments of political dispute to define the party's direction and positions in the party bureaucracy.

Supported by the party's current president, Juliano Medeiros, the MTST current has grown and legitimized itself within the PSOL. In 2021, the current argued that the PSOL should not launch a presidential candidacy in 2022, favoring a broad front of opposition to Jair Bolsonaro. It would be the first time in the party's history that it would not present a presidential candidate (Zanini, 2021). In September of the same year, adherence to this strategy was confirmed, backed by a vote of 402 delegates (Ohana, 2021).

Part of the agreement not to launch a presidential candidate involved that the PT had signaled that it would support Boulos' candidacy for mayor of São Paulo in 2024, which recently came to reality (PSOL, 2022). After the elections, PSOL decided it would be part of the base of the new Lula government (PT, 2023).

The decisions to support the PT in the presidential elections and, later, in its government displeased the PSOL founding current - Socialist Workers' Party - which comprises members expelled from the PT at the beginning of the century (Vassallo, 2022). More recently, in June 2023, the current left the PSOL, criticizing its support for Lula's government. It claimed the party had "torn up" its main banners and should reject governments that promote class conciliation and not join them (Carmo, 2023).

The mass affiliation of MTST militants and squatters to the PSOL has been a fundamental instrument for building the hegemony of the movement's current in the party (see following chapters). Several reports in São Carlos and São Paulo have pointed out that the MTST is "swallowing" the PSOL from the inside, and there is a desire to massify the party from the MTST. The primary tool for this strategy seems to be the movement's

¹⁰³ Data available on the Instagram profiles "ronaldomansur09", "mtstdf" and "revolução solidáriadf", in October 2023.

occupations. It's important to note that the PSOL is a party of currents, and this characteristic may have been fundamental to the MTST's strategy.

If we look at the historical context at the end of the 20th century, the discussion about the relationship between social movements and political parties was based on the possibility of social movements losing their autonomy vis-à-vis the parties. The left-wing parties, which had just emerged from hiding due to the military dictatorship, were beginning to rearticulate. There was a transit of leaders from the so-called "new social movements" (fruit of the 1970s) who joined left-wing political parties, characterized as dual militancy. On the other hand, party activists also invested in social movements, seeking political influence over them (Ferreira, 1994).

Most social movements, especially those in the neighborhoods, established relationships and links with political parties, advisors and mediators. In general, political parties that proposed working with social movements adopted an instrumental conception of social movements. They believed they were key players in the political leadership and direction of the movements. There was a significant risk that the movement would lose its political identity since they were not considered the main actors within the political institutions. At that time of re-democratization, the stakes were set in the institutional arena (Ferreira, 1994).

The picture presented in this section inverts this equation and puts PSOL's party autonomy in check, as it seems to be losing ground to the MTST. If social movements had previously orbited around political parties, the PSOL now seems to be one of the social organizations orbiting around the MTST. In recent years, the movement has formed partnerships with a series of social organizations, each with a specific purpose, constituting what Gabriel Simeone (MTST national coordinator) has called an "ecosystem of popular organizations" (see Chapter 4). Thus, the PSOL serves one of the MTST's objectives - the dispute in the political party and institutional field.

In this sense, the MTST does not allow dual militancy. It does not allow militancy in other organizations or political parties not part of its "ecosystem of popular organizations". Militating in the PSOL does not characterize dual militancy since they are fighting for the same project for the country.

Occupations are a physical and territorial representation of housing needs. Actors and networks of influence orbit around this demand, including PSOL militants and politicians.

From there, the future of housing policy and the votes of the dispossessed masses present there are disputed. From the PSOL and the MTST point of view, this can be translated into affiliates and voters who dispute the party's internal direction and general elections.

In São Carlos, the cycle of occupations has close links with the development of the PSOL, its militants and its only councilor, Djalma Nery. On the one hand, they offered a field of experience and the accumulation of militancy, and on the other, the production of political capital and votes. Djalma went from militant to councilor - from "outside" to "inside" the state - backed by the occupations. The gains of the struggle for housing are not restricted to the squatters only but also to the entire network of actors and social movements that orbit around them.

2. Technical Assistance for Social Housing (ATHIS) in the São Paulo countryside

Since 2017, professionals have provided technical advice to the "In search of a dream" and "In search of a home" occupations. Initially, the "Pitá - Technical Advice on Popular Housing" group comprised undergraduate and postgraduate students from the Institute of Architecture and Urbanism at the University of São Paulo (IAU-USP) in São Carlos. It was later formalized and renamed as "Maitá-Athis". It is currently made up of a multidisciplinary team. Formalization has allowed the professionals to be paid and to compete for proposals calls to carry out projects and enter into public authorities' partnerships.

The technical advisory groups' organization results from two laws published during the Workers' Party government. The first refers to Federal Law No. 11.888/2008, known as the Technical Assistance for Social Interest Housing (ATHIS) law, which aims to ensure that families with incomes of up to three minimum wages receive free public technical assistance for the project preparation, monitoring and execution of works necessary for the construction, renovation, expansion or land regularization of their homes. The second, Federal Law 13.019/2014, known as the Regulatory Framework for Civil Society Organizations, establishes the legal framework for partnerships between the public administration and Civil Society Organizations.

These two laws provide the framework for groups of professionals, primarily architects and urban planners, to provide technical assistance services in architecture and urban planning for the low-income population. It is important to note that city halls must regulate the law through a local technical assistance program to implement the ATHIS law

locally and for partnerships between public authorities and technical assistance groups. It is also necessary to have a budget forecast, map and select families that meet the requirements, propose partnerships with NGOs or neighborhood associations, and create a registry of local professionals interested in working in technical assistance on a paid basis¹⁰⁴.

Another option is to apply for proposal calls. Since 2015, the Brazilian Council of Architecture and Urbanism (CAU/BR)¹⁰⁵ has been encouraging the practice of ATHIS through its calls for proposals. So, even if city halls don't have the professionals to offer technical advice or the legal regulations at the local level to hire professionals, Civil Society Organizations can apply to CAU's proposal calls and offer the service for a fee to the community, as is the case with Maitá. It's important to note that CAU promotes projects, not construction work.

The Council is trying to encourage the regulation of the ATHIS law at the municipal level since adherence has been very low. According to a CAU/BR map, only 27 city halls in Brazil have regularized the ATHIS law, 6 of which are in São Paulo¹⁰⁶. There is also an effort to collaborate with the constitution of groups organized through Civil Society Organizations so that they can access their proposal calls throughout Brazil.

In the social housing policy dismantling context, ATHIS has become one viable way to mitigate the housing crisis by presenting technical projects that enable the implementation of land regularization, trying to overcome the state's technical and budgetary shortcomings. In the São Carlos case and other cities in the São Paulo¹⁰⁷ countryside, ATHIS has developed from the demands of the occupations. Below, we will discuss the creation of the Pitá group around a local demand and its formalization.

2.1 Emergence of the Pitá group (2017) around housing demand

In mid-2017, IAU-USP's undergraduate and graduate students were interested in working as technical advisors in São Carlos. At the same time, the "In search of a dream"

¹⁰⁴ Data available at: https://caubr.gov.br/moradiadigna/?page_id=279. Accessed on: Aug. 31, 2023.

¹⁰⁵ The Council of Architecture and Urbanism is a federal body with the function of "guiding, disciplining and supervising the exercise of the profession of architecture and urbanism".

¹⁰⁶ Data available at: https://caubr.gov.br/moradiadigna/?page_id=286. Accessed on: September 2, 2023.

¹⁰⁷ See the experiences described in the collection "Formas precárias de habitação em cidades do interior paulista" (Barros, 2022). The publication aims to record and give continuity to the actions of the network formed by urban planners in the course "Studies and Practices in Advisory and Technical Assistance in Social Interest Housing - EPAATHIS" and in the Project "Practices in ATHIS - Constitution of a professional field in the interior of the State of São Paulo - Jardim Esperança Occupation (Araras/SP)" - both developed by OSC Projeto Gerações in partnership with CAU/SP between 2020 and 2021. See also the website "Rede Athis no interior paulista". Available at: <https://linklist.bio/redeathisnointeriorpaulista>. Accessed on: September 4, 2023.

occupation was looking for new strategies to fight when it realized that access to the PMCMV was no longer a possible horizon. In Camila's words¹⁰⁸:

Camila: [the leaders] first looked for a contact they had in São Paulo, but the São Paulo office didn't have a leg to stand on here in São Carlos, so they were told to look for the University... "Sometimes the university has something". When they came to the university [IAU-USP], a professor who had received this news, this contact, knew that these students were interested in working and made this contact. That's when it started. So, this group of architects said: we have a demand, let's start working. So, they started together. And that was the Pitá group. We called ourselves the Pitá group. And we went along with it, also trying to understand the context (...).

The desire of the students, aligned with the needs of the squatters, brought the two groups together. At first, the support offered by the group to the occupation was very much focused on defending against repossession:

Camila: And in those early days, our technical support was still very much against the government trying to remove the residents, with the argument that that area couldn't be occupied by housing... So, all the time, the City Council was trying to remove the residents, and we brought up the technical argument: "If we're going to remove them from here, then we need to find another area in the city where they can be allocated?". So, we even initially found areas where buildings or houses could be built. There was already all this discussion behind it for the residents. The court case already said that City Hall had to resolve the issue in the area. Still, with a response from the residents, it couldn't just remove them from there without having an adequate housing solution for those in that occupation. So, we started in this middle ground.

According to the lawsuit, the City Hall needed to find a housing solution for the squatters; it couldn't just carry out the repossession process. In 2016, the City Council asked the relevant public bodies to map the existence of any public areas it could allocate to the squatters. Between August and September, several PROHAB-owned and public domain areas suitable for implementing Social Housing were presented. After this survey, the City Council took no further action. The lawsuit claims there was no need to rush because the families were not vulnerable (São Carlos, 2014, p. 221-229).

The Pitá group decided to study the areas surveyed to discuss the possibilities of building social housing for the 134 families in the occupation on the two possible plots of land and to put pressure on City Hall to find a solution. A 22-page "Land Occupation Potential Study" was drawn up and delivered to the government in January 2018 (São Carlos, 2014, p. 381-397). The study considered technical, legal, financial, architectural, and urban

¹⁰⁸ Camila was a member of the Pitá group and is currently a member of the Maitá-Athis group. Interview conducted on May 30, 2023, online, lasting one hour. I've been in contact with Camila since 2018. In addition to this interview, several informal conversations have taken place over the last six years.

planning aspects and a participatory methodology that considered the squatters' wishes. The municipality was recommended to create local regulations for the federal ATTHIS law, indicating that the Municipal Housing and Urban Development Fund (FMHDU) would have the legal and financial capacity to pay the service providers. However, to date, the municipality has not regularized ATTHIS.

The study was discussed at a government meeting in March 2018, indicating that both plots of land presented obstacles. A month later, the possibility of implementing Reurb-S was already mentioned in City Hall documents. Regularizing the occupied land became a priority from that moment on. For the Pitá group, regularization via Reurb-S was also a significant victory.

Camila: The first gain was that our studies showed that it was possible to stay in the area. The City Council accepted this, making compensation in the area because it was an institutional area; there was a question of preserving a remnant of cerrado [a type of Brazilian vegetation] ..., but then it managed to get that area itself to be used for the subdivision of those families who were registered. So, the movement [MTST] registered these families so that the occupation wouldn't grow. (...) But then Pitá said, "We're going to do a project that is what the families want, but we're not going to get here and...".

The study presented by the group served as a technical basis for decision-making and a tool to pressure the government. Reading the process, it becomes clear that the municipality lacked the political will to proceed with the discussion. It is also interesting to note the fragmentation of this process of achieving regularization, which involves voluntary technical advice from outside the state and the management of the demand, or the list of beneficiaries, by the MTST. After "won" the land, the next step would be to discuss the design of the property and the housing units.

2.2 From the Pitá group to Maitá-Athis: formalizing consultancy services

Once it was agreed that the occupied land would be regularized via Reurb-S, a new cycle of demands began. A simple allotment project had already been submitted to the government by an occupation collaborator. Through public calls for proposals, companies were hired to take care of the water and sewage lines, pave the streets and implement an electricity network. On the other hand, studies on institutional areas, leisure areas, green areas and projects for housing units were neglected, either due to the lack of public technical capacity, the opening and closing of a call for proposals that nobody responded to, or a lack of political will (see Chapter 2). This opened up an opportunity for the group to act:

Camila: The Pitá group was still a volunteer organization at the time. So, we were very much on the edge of “how far can we go?” because the architects there needed other activities to support themselves, and the demands were growing for this type of activity. So, we were always in this dispute about how we would work. So, there was pressure on the City Hall as well. So, the City Council doesn’t have a technical team to do a project. Let’s do a hiring process for whoever has the team. But there was no way of making this possible.

(...)

So Pitá came back. So okay, if the infrastructure is “done” [contracted], that’s what the subdivision will be. We want to continue with the housing project because there’s no way you can give these families a plot of land and think they’ve been provided with decent housing, which is what the process demanded. Just giving them the land won’t solve anything. So, we have to do the housing project to fight with the City Hall again to get them to build the units.

The Pitá group saw a window of opportunity to work on the housing unit projects. Still, as demand grew, it became clear that the balance between academic life, paid work, and voluntary work was becoming unsustainable. One of the proposals would have been for the City Council to hire the Pitá group to carry out the project or give the go-ahead for the Reurb-S demands, but at that time, the group was not formalized. This made it impossible for them to provide paid services to any public entity.

At this point, two combined strategies emerged: to look for a partner that was a “Civil Society Organization”, i.e., one that already had a formal framework, at the same time as the group sought to formalize itself. In Camila’s words:

Camila: And that’s when the Pitá group was able to move forward and form partnerships because until then, we weren’t formalized... to be able to apply for a call for proposals, you have to be formalized, you have to have a history of doing things, you can’t just start from scratch and apply for this kind of call for proposals. But then we took part in a project with this call, in São José dos Campos, a partnership with the university here, with a research group, which was really good. The group became stronger and began better understanding the issues involved in the calls for proposals. And then, we managed to form a partnership with an NGO here in São Carlos, “Veracidade”.

This project took place in São José dos Campos between 2018 and 2019, with funding from CAU/SP. At the time, the Veracidade Association¹⁰⁹ officially applied for the call. From this “rehearsal”, the Pitá group began to organize itself to formalize itself, which officially happened in February 2022 with the creation of the Maitá-Athis group.

Camila: Maitá succeeded... Pitá managed to form a body and gather people who could walk in parallel with the formalization of technical assistance. And then, in our formalization process, we changed to Maitá; due to a legal name issue, we

¹⁰⁹ The Veracidade Association was formed in 2012 in the city of São Carlos - SP. Djalma Nery was one of its founders. It aims to transform urban reality through permaculture, agroecology, critical environmental education and economic solidarity, aiming to build sustainable societies through actions that promote access to basic material needs for human life. Data available at: <https://veracidade.eco.br/a-veracidade/>. Accessed on: September 2, 2023.

couldn't be Pitá. (...) So, as a group, we renamed ourselves to Maitá for formalization itself, as a Civil Society Organization, association, etc... this happened at the beginning of last year, 2022. Then, we will also start having this framework to apply for grants independently of other proponents. But within this [grant] from CAU, we still can't, even though we're formalized. We have to have about three years of activity, and we're proving that.

The partnership with Associação Veracidade initially came about because the group needed an organization formalized along Federal Law 13.019/2014, enabling it to compete for CAU calls for proposals or establish partnerships with public bodies. Subsequently, Veracidade's focus on environmental issues was an essential factor for Maitá. For example, the 2022 CAU/BR calls for proposals to recover areas degraded by environmental disasters linked to housing projects. In Camila's words:

Camila: They [Veracidade] are more linked to environmental issues, but we built this partnership because we have environmental issues, including the "In search of a dream" occupation. We partnered with them because they had already formalized the idea of proposing a project for the area. So, we wrote this call together, sent it off, and were awarded the CAU... in 2021 to design the housing units.

The partnership between Maitá-Athis and Veracidade Association has made it possible to access various calls for proposals and restructure the group. Now, with the possibility of paying the technicians who work at Maitá, it is possible to add people from other areas who can collaborate, as was the case with hiring a lawyer who has been essential for the progress of the process and the relationship with the City Hall:

Camila: And this lawyer has worked... she did her undergraduate and master's degrees very closely linked to housing movements, to legal issues, her legal advice was for housing movements in Ribeirão Preto. So, she brought a lot of that knowledge here. She raised a lot of this issue of us being able to argue in court, mainly because of her work on the cases, to force the City Hall to move forward with this Reurb-S. So, we can have a technical team that will be able to deliver all the products that are needed to form this Reurb-S.

The Pitá group previously had seven architects; the current group has seven architects (3 still from the original formation), a civil engineer and a lawyer. The formalization of the group and access to calls for proposals made it possible to provide technical assistance for the two occupations, but also made it possible for the technicians to be paid, opening up a niche for work. This movement took place when there was a vacuum in housing policies, which promoted strengthening the Athis field through calls for proposals.

2.3 Working from CAU's public notices

Negotiations between the Maitá group and the City Hall for possibly hiring technical professionals were frustrated due to the lack of local ATHIS regulations¹¹⁰. One of the ways to continue offering technical assistance to the “In search of a dream” occupation and to be remunerated was access to calls for proposals from CAU/BR and CAU/SP. The partnership between the group and the Veracidades Association gave them access to several calls for proposals. Most of these projects went beyond the technical studies needed to implement Reurb-S, acting as an instrument of pressure against the City Hall to move forward with regularization.

Camila: What does the City Hall lack the team to do to deliver the environmental studies, urban planning studies, and all the legal processes involved? Maitá can now do these studies and deliver them to the City Hall.

(...)

Thalles: So, you've made the whole technical product, delivered it to City Hall, and pressured them to formalize it via Reurb-S.

Camila: Yes, because City Hall has to do Reurb-S, but it has to have all the studies to make it viable. City Hall constantly argues that it doesn't have the team to do it, so the advisory service's role is to deliver it.

It's important to remember that before the New Land Regularization Law (2017) and the creation of the Green and Yellow House Program (2020), these regularization steps were the government's responsibility (see Chapter 1). Now, they are up to private initiatives or civil society organizations. Below, I list the projects carried out by Maitá-Athis in partnership with Veracidade.

The first project occurred between 2018 and 2019 in the city of São José dos Campos (SP), specifically in Jardim Nova Esperança, also known as “Banhado”. A “Popular Plan for Land Regularization and Urbanization” was carried out, focused on drawing up preliminary studies for infrastructure and land regularization. The project was carried out with the University of Vale do Paraíba, and the funding came from a CAU/SP Call for Proposals, with a budget of R\$50,800 (Call for Proposals No. 004/2018)¹¹¹.

A second project occurred between 2021 and 2022, in the “In search of a dream” occupation in São Carlos. Entitled “Decent and diversified social housing by and for the community: expandable housing using a hydraulic module in the Occupation in Search of a Dream”, it aimed to carry out the basic design of the housing units using an expandable

¹¹⁰ Attached to the lawsuit is an official document from Maitá-Athis expressing an interest in entering into a partnership with the City Hall to move forward with the land regularization process for the “In search of a dream” occupation (São Carlos, 2014, p. 737).

¹¹¹ Data available at: <https://veracidade.eco.br/projetos/plano-popular-de-regularizacao-fundiaria-e-urbanizacao-do-jardim-nova-esperanca/>. Accessed on: September 2, 2023.

hydraulic module in a participatory manner with the community. The project also supported the MTST-SP, and funding was made possible through CAU/SP in a specific public call for ATHIS (003/2021 - ATHIS). In this call, six projects were selected for São Paulo. A brief report entitled “Summary Report - Maitá ATHIS Preliminary Project for the Houses of the Community in Search of a Dream”, dated May 20, 2022, can be found in the lawsuit (São Carlos, 2014, p. 734-739).

Also, this project held a “Forum on Technical Assistance for dealing with risks: action and institutional arrangements in the face of socio-environmental issues, removal and insalubrity” between the end of March and the beginning of April 2023. The forum aimed to share, discuss and propose alternatives to the limitations and potential of ATHIS work, as well as to deepen and democratize knowledge; to foster and improve professional ATHIS work in the country; to share experiences on the themes of risk of evictions, socio-environmental risks and risks due to unhealthiness¹¹².

In 2022, a third project was awarded a CAU/BR call for proposals, entitled “Systemic and Participatory Approach: Transdisciplinary technical studies for REURB-S in the Occupations ‘In search of a dream’ and ‘In search of a home’ for prevention and mitigation of socio-environmental risks and recovery of degraded areas in the Córrego Monjolinho Hydrographic Basin” or “In Search of Land Regularization”, the project aimed to produce technical reports for collaboration with the municipal government to continue the Reurb-S of the two Informal Urban Centers, presenting studies, legal, urban planning and environmental proposals in a participatory manner with the community. The execution period was from December 2022 to November 2023¹¹³.

Two other projects were carried out through CAU/SP funding (Call for Proposals No. 005/2022)¹¹⁴. The first project, entitled “Sustainable Housing with OEBUS: Integrated Popular Plan of Housing Units with the Leisure System and Urban Mobility based on the Free Spaces System” or “In search of a greener neighborhood”, took place over eight months throughout 2023, with funding of 150,000 reais. The project aimed to design a leisure system for the “In search of a dream” occupation.

The second project, entitled “Synoptic Diagram and Audiovisual Production of a Workshop on the ATHIS Law and the Regulatory Framework for Civil Society

¹¹² Data available at: <https://sites.google.com/veracidade.eco.br/forum-athis/resultados?authuser=0>. Accessed on: September 2, 2023.

¹¹³ Data available at: <https://veracidade.eco.br/abordagem-sistematica-e-participativa/>. Accessed on: September 2, 2023.

¹¹⁴ Data available at: <https://transparencia.caupr.gov.br/wp-content/uploads/Edital008-2022.pdf>. Accessed on: September 2, 2023.

Organizations: apprehension and applicability of Federal Law No. 13.019/2014 for the viability of Law No. 11.888/2008 in São Paulo municipalities”, was carried out between December 2022 and May 2023, with funding of 50,000 reais. Based on this project, the “Regulatory Framework for Civil Society Organizations” Workshop was promoted, disseminating content on ATHIS, especially for municipal public agents in the interior of the State of São Paulo and members of Civil Society Organizations, training them to make Federal Law No. 13.019/2014 operational¹¹⁵.

Figure 17. Instagram post “maitha.athis”, February 2023



Source: Instagram profile “maitha.athis”, posted on Feb. 8, 2023. **Data available at:** https://www.instagram.com/p/Coa39rZAweY/?img_index=1. Accessed on: October 31, 2023.

Maitá has also formed partnerships with other associations. In 2023, through the Friends of the Working-Class Memorial Association, the group was awarded a CAU/SP call for proposals (Term of Support 009/2022-CAU/SP/2022) for the project “Replanning Nazaré Paulista and João Pessoa”. The proposal is to create a participatory urban-environmental planning project to carry out interventions in the area and support the land regularization process¹¹⁶.

Together with the Angelim Institute, Viva Centro Montessori, UNICEP São Carlos and the São Carlos Department of Education, Maitá proposed the “Cidade Escola” (School

¹¹⁵ Data available at: <https://veracidade.eco.br/workshop-mrosc/>. Accessed on: September 2, 2023.

¹¹⁶ Data available at: <https://www.instagram.com/p/Cn1ya6Dgl1H/>. Accessed on: September 2, 2023.

City) project, the aim of which is to build a propositional action for training students and the school community in the exercise of urbanism as an interdisciplinary knowledge, focusing on the discussion of quality spaces around schools, in the neighborhood and the construction of educational networks; integrating neighborhood, city, and territories (urban and rural). The project is sponsored by CAU/SP (Project “City - Education: City, neighborhood and territory: the school as a mediator in the construction of citizenship”). CAU/SP call for proposals 008/2022)¹¹⁷.

The group also organized the 1st Seminar on Technical Assistance in Social Interest Housing: challenges and perspectives in the interior of São Paulo, in October 2017. The same year, they also attended the “ATHIS: paths of CAU” seminar organized by CAU/SP. In March 2019, the “II ATHIS Seminar Urbanization, environment and conflicts: strategies and permanence” was held in São Carlos. The Seminar is the result of a partnership with CAU/SP, with the participation of IAU/USP, the Ribeirão Preto Law School, the São Carlos School of Engineering, the University of Vale do Paraíba, the group Practices of Research, Teaching and Extension in Urbanism and the Veracidade association.

Participating in, promoting and organizing events, consultancies, projects and educational activities makes the Maitá-Athis group an essential inducer of ATHIS in São Paulo countryside via CAU public notices. The group’s structuring and work began around the local demand for housing through occupations. From the housing demand, the group disputes the very production of urban space. These projects allow professionals to be paid and create a niche for ATHIS work.

2.4 CAU, ATHIS and housing policy

Although it is not CAU’s role to act directly in promoting public housing policies, since 2015, the Council has been promoting actions to support and publicize the ATHIS Law (Balbim et al., 2023). The actions focus on support notices, training, lectures, seminars, courses, projects, actions and publications. In addition, the calls for proposals are not restricted to architects, although there must be a minimum number. Hiring other professionals, such as civil engineers, lawyers, biologists, environmental engineers, etc, is possible.

¹¹⁷ Data available at: https://www.instagram.com/p/CvvSZs5guPT/?img_index=1. Accessed on: September 2, 2023.

In 2015, CAU/BR launched a 150,000 reais call for proposals to finance actions for the country's development and socialization of architecture and urbanism¹¹⁸. In 2016, CAU/BR decided that all state CAUs should allocate 2% of their annual budgets to support and encourage ATHIS actions from 2017 onwards (CAUBR, 2019, p.6). The action is supported by the Strategic Plan drawn up in 2013, with a 10-year horizon. The 2021-2023 management has tried to develop a Fund that expands CAU's actions concerning ATHIS to reduce regional disparities (Balbim et al., 2023).

CAU/SP, through the Commission on Technical Assistance for Social Interest Housing (CATHIS-CAU/SP), is developing a survey on experiences from social interest housing production with technical assistance in the state of São Paulo. The survey aims to value the social role of the urban architect and promote the application of Federal Law n. 11.888/2008 in different government instances¹¹⁹.

On the CAU/BR website, there are two specific calls for proposals for ATHIS. The first call, "ATHIS - 2021", was launched for one million reais divided into 40 quotas of 25,000 reais to encourage the "development and execution of projects to support technical assistance in social housing (ATHIS) in line with the development and execution of the guidelines indicated in the Manifesto in Defense of Decent Housing for All, released by CAU Brazil in July 2021 at the World Congress of Architects - UIA Rio 2021".

The second call for proposals, "ATHIS - 2022", was launched with 1.5 million reais allocated for ATHIS projects. It focuses on "prevention and mitigation of risks and actions aimed at recovering areas degraded by environmental disasters that occurred in Brazilian territory in the last five years, between 2018-2022"¹²⁰. To access the calls for proposals, groups must be organized as Civil Society Organizations following Law 13.019/2014.

Since 2015, CAU has been strengthening the field of ATHIS through calls for proposals aimed at project development, technician remuneration, and workshops on the ATHIS law and the Civil Society Organizations framework. Allocating 2% of the CAUs' budget was an important milestone in strengthening the calls for proposals, reflected in the increased amounts offered.

¹¹⁸ Data available at: <https://revistaprojeto.com.br/noticias/conteudo-caubr-arquitetura-e-urbanismo-para-todos/>. Accessed: September 4, 2023.

¹¹⁹ Data available at: <https://causp.gov.br/athis/>. Accessed on: 02 Sep. 2023.

¹²⁰ Data available at: <https://caubr.gov.br/edital-athis-2022-conheca-os-projetos-vencedores/>. Accessed on: September 2, 2023.

The housing occupation demands have shaped the ATHIS practice field in the São Paulo countryside at a time when institutional mechanisms are being dismantled. The state's responsibility has shifted to groups of university students who work, often voluntarily, highlighting the public university's role. Remuneration for technical advice, which used to be paid via PMCMV-Entities, is now paid almost exclusively via CAU. ATHIS is one of the few possibilities in the field of housing policy in the era of the latest dismantling. The occupations are winning, but so is the category, which is now strengthening a field of paid work, presenting itself as a career possibility.

ATHIS practices have been strengthening in recent years in the “vacuum” of housing policies, even though its law was established in 2008. From the gray areas, these professionals and the Council of the category have gained space and a certain autonomy to reshape and legitimize technical advisory practices. In other words, there is an institutionalization and the creation of a market reserve by working in the grey zones in these indistinct spaces.

The figure of the ATHIS, in the situation analyzed, has taken on a process of mitigating the absence of a housing policy in São Paulo's countryside. Nationally, there was a lack of subsidies and funding for building or renovating housing units. Locally, the city government hasn't had the technical capacity to implement the only housing policy instrument in recent years - the Reurb-S - leaving it to the third sector or Organized Civil Society. Without any value judgment, the production and planning of urban space, in these cases, is the responsibility of Civil Society Organizations, relieving the state of its responsibility.

The PSOL and Maitá-Athis cases represent groups that have mediated the housing demands of occupations with public bodies and private entities. Next, we will explore two social groups that dispute forms of social order and urban sociability: the evangelical church and organized crime.

3. Evangelical leaders: fighting for God's plans

The religious presence in the occupations is not at all discreet. The evangelical is the most prominent religious group in São Carlos and São Paulo. The perception of several coordinators of the MTST's School of Grassroots Work (2023) indicates that around two-thirds of the MTST's squatters belong to some evangelical religion. In the São Carlos occupations, beyond the religious practices carried out privately, two evangelical leaders - a

pastor and a “profetiza” (female prophecy) - stood out and disputed recognition as local leaders. The pastor was even one of the leaders of an occupation¹²¹.

Both stories show life before conversion - a life of the world, of the flesh, of desires; afterward, the moment of falling - usually linked to drugs, greed, and drink; and being reborn to Christ through a transforming experience. The narratives point out that precisely this process prepared and guided them so they arrived at the occupations and led the way spiritually and in terms of material conquests.

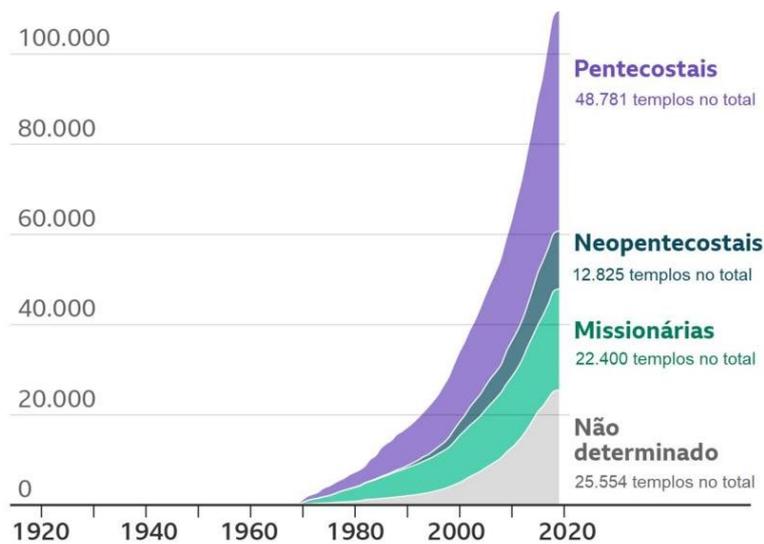
In this context, the absence of housing policies or institutional channels for housing access leaves housing demand management and related social issues at the mercy of religious worldviews. None of the leaders’ narratives contains the lexicon of fighting for social rights, politicization, or access to social housing - as is present in the MTST. The lexicon is about making “God’s plans” come true. It is important to remember that the dismantling of mechanisms for access to social housing occurs when religious temples explode and expand into the urban peripheries. As we will explore below, evangelical temples in Brazil experienced a growth cycle between 2000 and 2016.

3.1 Evangelical matrices in contemporary Brazil

According to Center for Metropolitan Studies (CEM-USP) research conducted by Victor Augusto Araújo Silva, there are four major evangelical groups in Brazil: The Missionaries, which include Baptist, Presbyterian and Methodist churches, among others; the Pentecostals, such as the Assembly of God, God is Love, the Foursquare Church, among others; the Neo-Pentecostals, which represents a more recent tradition of Pentecostalism; and, finally, the fastest growing category are the undetermined classification churches (Igrejas, 2023), which is the case of the two leaders analyzed.

Evangelicalism arrived in Brazil at the beginning of the 1900s, but the most significant advance occurred in the 1990s. At the end of the 20th century, there were around 17,000 evangelical temples. In 2019, 6,356 new evangelical temples were opened, an average of 17 per day, reaching 110,000 temples. The survey was based on data from the National Register of Legal Entities (CNPJ), which any company, including churches, needs to have in the country to operate, indicating that this number may be underreported (Carvalho, 2023).

¹²¹ The lack of identification of the origin of the religious leaders and in which occupations they worked was deliberate so that there would be no identification.

Graph 6. Expansion of evangelical temples from 1920 to 2019

Legend: Purple - Pentecostals (48,781 temples in total); Dark green - Neo-Pentecostals (12,825 temples in total); Light green - Missionaries (22,400 temples in total); Grey - Not determined (25,554 temples in total).

Source: CEM/Cepid

In absolute terms, Brazil has seen the most significant growth in the evangelical population in the world. In 2000, 15.4% of the population declared themselves evangelicals, and 20 years later, this figure has doubled. On the other hand, Catholicism has been shrinking - in 1970, 91% of the population declared themselves Catholic. In 2010, it fell to 64% (Queiroz, 2019; Carvalho, 2023).

In the last 30 years, evangelical leaders have also increased their participation in public life, occupying media, culture and political spaces. In 1990, 23 parliamentarians in the Deputies Chamber were declared evangelicals, and in 2018, this number reached 82, revealing the gradual growth of this social group in national politics (Queiroz, 2019; Carvalho, 2023; Machado, Paz; Assis, 2022).

Some points may explain this accelerated religious transition. Historically, intense urbanization in the mid-20th century and the 1988 Constitution, which valued religious pluralism, contributed to the proliferation and expansion of different religious doctrines. At the same time, the creation of Law No. 10.825/2003 by the first Lula government facilitated the opening of temples by releasing churches from a series of statutory responsibilities. With the passing of this law, religious organizations and political parties were defined as legal entities under private law. This guarantees that institutions of any religion can be created without the state being able to deny their registration (Igrejas, 2023; Carvalho, 2023).

The economic and social welfare growth during the Workers' Party governments also contributed to the expansion. In times of economic prosperity, there is greater incentive and revenue to open new churches. Consequently, these groups' increasing economic strength made it possible to invest in telecommunications, attracting more believers (Igrejas, 2023; Carvalho, 2023).

Another critical factor is the ability of evangelical churches to adapt to Brazilian territory, in the sense of expanding new temples and leadership and using more straightforward, easier-to-interpret language - they are less hierarchical and elitist churches (Carvalho, 2023). For an evangelical church to open, all that is needed is a simple registration with a notary and, depending on the denomination, such as the Universal or Foursquare Church, prior authorization from the central institution. The training of evangelical religious leaders can take weeks or months, much quicker than in the Catholic Church. The simplicity of opening new units favors the presence of evangelical organizations in the peripheries and agricultural frontiers (Queiroz, 2019). It is important to note that there are substantial differences between the four strands highlighted. For example, Pentecostal churches have advanced in the peripheries and large urban centers, while the missionary strand has lost steam since the 2000s (Carvalho, 2023).

On the other hand, the Catholic Church has distanced itself from young people and the low-income population, partly due to its hierarchical centralist functioning and rigid rules. This is reflected in the rigid territorial organization, lack of flexibility, and inability to adapt to new contexts. New churches do not open quickly. In addition, the training of a Catholic priest usually takes around eight years and includes sacrifices and celibacy (Queiroz, 2019).

Evangelical churches present a pragmatic discourse about the possibility of the supernatural interfering directly in reality, such as helping the faithful to get a job or quit addictions. They have organized themselves around the individual success of their followers, calling it "prosperity theology", especially among the neo-Pentecostal churches. Evangelical churches are central to organizing community life, especially in poorer regions. In small church services, the faithful are closer to the pastors, who donate food baskets and offer social assistance and spiritual services. The Universal Church, for example, has 15 social programs, including help for homeless people and drug addicts, support for women victims of violence, and re-socialization of prison inmates. In 2018, almost 11 million people were assisted by these projects (Queiroz, 2019).

From the analysis of two trajectories of religious leaders in the cycle of occupations, let's observe how the advance of evangelical religions dialogues with the management of housing demand and the struggle for social rights.

3.2 Felipe: from drugs to occupation leadership

The first time I saw Felipe, he wore social pants and shoes. Through the window, it was possible to see a leather briefcase next to a blazer hanging from a nail on the wall inside his shack. I thought he might be from some evangelical religion since the “brothers” usually dress like this to attend services. That day, we talked briefly, and I arranged another visit to the occupation to interview him. I returned to the occupation on the agreed day. He was wearing social shoes and pants, with a white T-shirt. All very worn and old.

Before entering the occupation, Felipe had a journey of downfall and redemption. He was born in São Paulo. His family “had nothing financial”, “they lived by working. The women worked in the family home; the men worked in the fields”. His father went to Porto Ferreira to cover a colleague's vacation, and he liked it. He moved there, where Felipe spent his childhood and adolescence. When he was 20, he moved to São Carlos.

Felipe: I arrived in São Carlos in 2003, 2002 [at 20]. I got married, lived here, in the Gonzaga neighborhood, and worked in a company here. Then I had a break-up, and I fell into drugs. I was on drugs for many years, then I recovered.

(...)

Samba and music, I only wanted samba and music, and I also liked soccer, but it was more music. And then I started going out at night, where I got involved with drugs, drink, you name it... (...) I started working in show lighting, that sort of thing. That's what I do, I'm a lighting technician, I work with that. **In that environment, I started using drugs, drinking, and working at night with bands. Then, I drifted away and started using many drugs until I asked to be hospitalized.** In the end, my family stayed in Porto Ferreira for a while and came here for a while. Then, **I abandoned my family.** I abandoned everything to live in this big world: drugs, drink, shows. And it wasn't exactly what I wanted, **but it was all so I could learn something.** Today, I'm 40, and I have three children: a daughter aged [inaudible] and a daughter aged 20.

The separation from his first wife and working nights were events that led Felipe into the world of drugs, according to him. These “worldly life” elements appear constantly in his accounts before his conversion. All of this happened so that he could “learn the hard way” and be prepared to lead the occupation. When he realized that he had lost control of his life, he

asked to be hospitalized. The place he chose was an “evangelical community” in the neighborhood of Aracê de Santo Antônio¹²²:

Felipe: I joined an evangelical community. God transformed me, changed my life, and transformed me into the man I am today to lead these people. That’s what life expectancy is (...).

After passing through the community, Felipe tried to get his marriage back on track, but it didn’t work out. During this period, he relapsed.

Thalles: And how was your reunion with God? Did you come out of a hole and find the strength to...?

Felipe: That part was beautiful. (...) As I said, I was in a community. I wanted God to restore my marriage. But it wasn’t necessary at that time, at that moment. Because I still had vestiges, I still had something of myself that needed to be transformed, changed... and I was always fighting with God. I left that community. I said, “Oh, I’m going to try to go back”, but it didn’t work, “I’m going to go back to drugs and do the things I had to do”. Then it came to a point: my mother had already passed away, I had already gone back into the world, I stayed there for another two years, where I gave myself up for good... I gave myself up. I gave myself up. That’s when I started eating garbage and living on the street.

At this moment, Felipe had his personal experience with God, which would transform his life forever.

Felipe: I used to live on the street [in São Carlos]. I received some money... I was in a place like that, in the middle of the woods, up by the train tracks, in a little tent made of canvas. I had been there for days, had received some good money... using drugs there. (...) I was using crack, you know (...). That’s when I went out to get some fresh air and water. (...) I saw the lady with a hose and said, “Oh, it’s time to...” Everything was dirty; my hands were black, and everything was dirty... I asked for water, and she said she had none because of my condition. I was a mess there. She didn’t see a human being. So, she went back inside, running. Then I leaned against the tree, sat down, looked up and said, “It’s taken my marriage, it’s taken my mother, I’m in this life here, even denied water”... but that’s just thoughts. I sat on the ground, [leaned] against a wall, (...)... the moment I lowered my head, I received a bottle in my chest, a little water bottle. Then I looked and couldn’t see the face, but I heard a voice: “Do you think I’m denying you water? You’re like this because you want to be”. And a little water bottle. I took the water bottle and started drinking, and that touched me... I had already been through a [evangelical] community... But that... I stayed there for a few days... I started using drugs less frequently and started reducing them. And that day, I... “I’m like this because I want to...? I want to change my life, my story”. So, I asked for help, went to a community, and stayed there for two years. (...) At Aracê de Santo Antônio, down there in those farms. It used to be called Efraim, the community. I stayed there for two years. There, I surrendered and got to know God, the one my mother served and the others served. That voice that spoke to me... And today, here I am, ten years later. It’s still not enough, compared to the 30 years of damage I caused, it’s not enough...”

¹²² Located in the rural area of São Carlos, in the northern region, the neighborhood is comprised of several farms and some communities providing rehabilitation services for people with chemical dependency, as well as religious therapeutic communities.

Although Felipe had been in the evangelical community before, it was when he was at his worst, on the street, hungry and thirsty, that he had his transformation moment with God. After that, he returned to the community for two years and then went straight to the occupation. When I ask him about the process of becoming the occupation leader, he answers with confidence:

Felipe: I have something with me because I always become a leader everywhere I go. (...) Because of my experiences, not just life experience, but experience of everything.

Felipe refers to his worldly and conversion experiences that made him “learn”. His journey of fall and redemption was necessary to cleanse his spirit of worldly things so that he could “lead these people there”. In Felipe’s reading, you must experience life’s difficulties and fight for your achievements - only in this way will you deserve them. In his words:

Felipe: The Bible says that the kingdom of God is taken by force. If you don’t fight, how will you get in? So, it’s the same here [in the occupation]. If God prepared this space here out of nothing to make everything happen, then you have to fight here to make everything happen.

In this sense, the struggle for housing set in motion by Felipe passes first through his religious lens:

Felipe: **First of all, it’s Him [God]; secondly, it’s Him too; and thirdly, it’s Him. So, if I don’t put Him first here [in the occupation], how am I supposed to stand here fighting for Him?** He’s the only one who gives me strength. He took me away from my family and gave me a very forward mind to look at and help. It has transformed me from what I was to what I am today! I can say that I am transformed by water because he transformed my life. So, if I didn’t put Him first here... I would have been nothing; everything would have been in vain, I would have been over it, and a lot would have happened here. So, thanks to Him, everything for Him. That’s what I think. I know we’re small, but we have everything, which is God, and having Him...

The housing conquest is a consequence of adhering to God’s plans and realizing His vision. Felipe’s mission is to help people, especially in the spiritual sphere. When I asked what motivated him to choose that plot of land to occupy, he again related the answer to God’s plans and the transformation of those people.

Felipe: Well, I see it from a spiritual point of view (...) So, the way I used to live, and the way I looked here and said, “Wow, you reminded me of me”, I know that God is going to transform this place in the same way that he transformed me; he’s going to transform this place. Because God uses the craziest things, right? These things no longer make sense and have nothing to give meaning to many things. So, this place that you brought me to, I saw it, and I said, “This place is going to be transformed.” the vision that I saw, that God gave me, this place is going to be

transformed (...). So, from where God took me, the way I asked him to transform me, that's what I ask of Him here. If He brought me here, He'll change here how he transformed me. (...) That's what you can do in our lives here (...).

Felipe's wish is for God to bring a transformation in the occupation in the same way that He did in his life by getting him off drugs and the streets. For him, the occupation is not a tool to put pressure on the state to provide housing but a tool for spiritual transformation to help people "not enter the wrong world", as it was for him:

Felipe: We're not occupying here because we want to ruin the Mayor's life. No! It's just to help people who are needy and who have nothing. The children who are growing up and could turn into criminals, thugs, drug users... they have choices. Still, even so, if they have support to not get into that, it will completely change their idea later on – "Hey, am I going to take the wrong path when I've already been through this? And my family? They gave me opportunities, went through difficulties helping me". So, if a person has that support, it helps. It's a chance for them not to get into the wrong world. (...) We don't want to fight or tarnish the Mayor's name. No, that's not the intention; the intention is to unite so that they can see us and see that it's not a bunch of lazy people occupying. (...) So it's not because we fight that it's to tarnish the Mayor's name, never, that's not the intention.

His desire to lead and help his "brothers" stems from his religious worldview, which he constantly reaffirms. There is a very consolidated morality crossed by religious logic and his personal experience of what is the "wrong world" and what is not. He wants to offer "support" to prevent people from entering this carnal world. Felipe applies this logic in the occupation. At no point in his speech is a lexicon of social rights or access to public policies. It is also interesting to note that Felipe avoids the strategy of conflict with the Mayor, betting on a policy of conciliation, which is the opposite strategy of some actors and networks in the occupations.

Felipe held small services in his shack in the occupation. Figure 18 shows the aesthetics of a church - the table where the pastors sit and the chairs in front of the faithful. At the time, he claimed that the occupation was a "beehive" and that all "types of religion" were welcome. In practice, it doesn't seem to be exactly like that. When I returned to the occupation, about two years after the interview, I heard that Felipe had stepped down from the leadership precisely because he was trying to impose his religious vision on the organization of the occupation. According to my informant, he had "messianic ideas that he was going to save the people", trying to "apply church law". In addition, he primarily benefited "his brothers", the people close to him who shared a religious affinity. Another point of conflict arose from a project led by women to discuss gender relations and feminism in the

occupation. Felipe “clashed with the girls”, which displeased the other occupation leaders with a more politicized vision.

Figure 18. Felipe’s shack and space for religious worship



Source: author.

Figure 19. Shack turned into a church



Source: author.

Nowadays, Felipe keeps a church in the place where his shack used to be and shows up to hold his services. He no longer lives there, but they haven’t managed to evict him. He spent around two years sharing the occupation’s leadership. During this period, the

management of housing demand was disputed on a religious level. Many people who sought out the occupation as a way of dealing with homelessness ended up being subjected to Felipe's worldview and his "moral entrepreneurship" (Becker, 2008). The way the occupation was organized, and its morals were governed by the precepts of the pastor. It was precisely this factor that led to internal conflicts and his dismissal.

3.3 "Profetiza": dispute over leadership, charity and conflict management

When I started going to the occupation and looking for leaders, the name Prophecy or "Profetiza" constantly came up, either as a leadership reference or as a very controversial person. Although she didn't occupy any position in the leadership, she symbolically disputed this position, as one informant reported:

Informant: I know that in this [occupation], there is a bishop or pastor. (...) And so she is, in a way, claiming a certain leadership. She's had conflicts with her leader. It's like a domineering thing.

On one of my field visits, I had the opportunity to interview her. From the street, you could see a large banner on the fence of her small piece of land, which indicated the church's name, the days and times of services and free meals. She and her husband welcomed me. In the backyard was a makeshift wood-burning stove on which community meals were prepared. Inside their small shack were religious materials, benches for worship, a few pieces of furniture and their bed. During the three hours of conversation, the suffering life stories, the poverty, the various persecution attempts and death threats suffered for spreading the God's word were mixed with explicit attempts to convert me. The Profetiza got emotional several times and said God had sent me to tell her story. In the background, gospel music played incessantly.

The Profetiza, a brown woman 40 years old, is married to her ex-husband and takes care of 5 children, 2 of her own and 3 of her current husband. At the time, she lived off donations and the Bolsa Família of 150 reais. Her story resembles Felipe's: worldly ways, difficulties, a sinful life, the fall, and redemption.

Her experience with God goes back to her childhood and adolescence. She came from a practicing Catholic family, "but I couldn't find myself". The first turning point was when her brother got into drugs at the age of 22. "When that happened, he couldn't get help there [in the Catholic church]". They tried various "approaches": spiritism, macumba, candomblé. Until the family met an evangelical pastor who promised to help them. Between improvements and relapses, because "the devil fights you. When he sees that he's losing, then

he comes harder”, his brother gave up drugs and started “winning people to Jesus”. Her mother, realizing this, converted to evangelism along with her two sisters, “I was the last one!”.

At the end of the 1990s, when she was about 20, she moved from Bahia to São Paulo. At this time, she reported that she was a businesswoman, “earning more than 100,000 reais a month”, and was studying law, which she didn’t finish. The Holy Spirit had spoken through her sister that she would have a turning point in her life that would lead her to the way of the Lord.

Profetiza: Then I went to the carnival [in Bahia], danced, and partied. Then, before I left [for São Paulo], my sister said: “God tell me to tell you something” (...). I saw on her face that wasn’t she talking to me. She looked at me and said: “Get ready. When you get to São Paulo, your life will turn upside down. You won’t understand anything, and you’re not supposed to. You’ll lose everything, but you’ll gain God’s grace in your life”.

And then his life collapsed from one moment to the next. She lost everything and fell into depression. One of the explanations for her downfall was that the nanny hired to look after her daughter was a “macumbeira”¹²³. Then, God placed “a neighbor from the Christian congregation” in front of her apartment, who insisted that everything was happening so that God could do “a work in her life”. She then started attending an evangelical church with her neighbor, despite the devil’s attempts - represented by her nanny - to stop her from doing so. Over time, she felt a call from God to be baptized.

Profetiza: (...) In this, God sent another servant of God from another church who had met me two days ago. She arrived and said, “You’re coming with me to church.” When we arrived, I said, “You didn’t come here just to see me; you came here to stay overnight. Because you’re going to take me for baptism because I’m going to be baptized.” She said, “That’s right, I was at home, and God sent me here because the devil was going to try to kill you today so you wouldn’t be baptized because he knows you’re going to win many souls for Jesus, because God wants to use you.” So, she stayed overnight there. I couldn’t sleep. Then we went to church, and I was the last one when we arrived. Two hundred souls had already been baptized. I was the last one. And I was hesitating. “I’ll only go if I sing the hymn because then I’ll know it’s God.” (...) And I was hesitating; the enemy and God were there in that war. And she said, “Go quickly, don’t you see that God won’t give you another opportunity. It’s today. God wants to save you.” And here’s the thing: I had a death threat because I had beaten up three young people inside a nightclub. And they threatened to kill me. (...) And God said, “I am guarding your

¹²³ The term “macumbeira” is a Brazilian Portuguese slang that refers to a person who practices or is associated with Macumba, which is a syncretic religion with African roots commonly practiced in Brazil. The term is often used in a derogatory or pejorative sense to describe someone who engages in superstitions, witchcraft, or occult practices. It can also carry connotations of deceit or trickery. However, it’s important to note that the term can be offensive to those who practice Macumba or similar Afro-Brazilian religions, as it perpetuates negative stereotypes and misconceptions. The African diasporic religion has historically been stigmatized in Brazil and are often associated with the devil, sin, temptation or worldly things.

soul. If you don't come, you will descend into the grave." I felt that desire, but the enemy was fighting there too. So, then I said, "God, if you come in the form of the Holy Spirit, as a dove, and enter here into this church and enter into my heart, I will get up from here running." Oh, I didn't close my mouth... (...) And I felt it extraordinarily. When I said, "Come, Holy Spirit, in the form of a dove," it entered me, flapping its wings. It was a white bird, and it entered like that. I ran out screaming and crying; I ran and entered the waters. I went in there, I felt it, and my flesh trembled. My skin... shedding that dirt from my skin and a new skin being born. I looked in the mirror and ran my hand over my face: it was not the same person. It wasn't the same person. So, I saw it, I felt it. That person died, and another person was born there. And that's when you cancel out worldly things and are born again in Christ. Then God started putting me on missions. Imagine: I'm at home and hear the Creator's voice talking to me. "Am I going crazy?" (...) I listened, I heard voices, I saw shadows. I said, "God, what is this?" (...) Then God showed me heaven, a piece of heaven. He showed me hell, saying, "Oh, there is hell; you will tell my people that there is heaven, but that there is hell." God showed and opened it up right there in my house. Horrible thing, all the demons screaming, shouting. Those horrible screams. So, it was an experience like that.

Just like Felipe's trajectory, worldly sins before conversion appear in the form of drinking, drugs, music and clubbing. Her moment of fall is also linked to temptations from the devil, permanently represented by religions of African origin. Her trajectory presents an exciting peculiarity: almost every time she turned to God, it was because she had been sworn to death for some reason. This happened in São Paulo and São Carlos. It is pretty clear in her story that gains and benefits are calculated and redone at every moment.

After her baptism, she spent three years preaching on public transport in São Paulo. In 2012, she moved to São Carlos on behalf of her husband. Eventually, they divorced, and she "lost everything to him". In São Carlos, she preached in some churches in the Cidade Aracy area. She even shared a church with another pastor, then had to leave due to a strategy conflict. At this point, she began a pilgrimage through the nearby towns, all the way to Rio de Janeiro. She took part in many radio and television programs and showed me the recordings.

All of life's difficulties were placed so that she could become the pastor she is today. These are moments in which God has tested her faith and helped her to become a person who will make a "difference". Like Felipe, she was prepared to transform the occupation:

Profetiza: And that was my life path. I went through this whole process. So, it was always challenging. It's like a lapidation. God was already stoning me. God already had a purpose with me, to let me go through all that. Because I was the youngest in a family of five siblings. Leaving home at 15 to live on my own was already God's work because the journey wouldn't be easy. Because if I had much pampering there, any toothache, I'd be "mommy, daddy". But he couldn't help me, because Jesus' mother... at the age of 12 Jesus went to the synagogue to preach and Mary was looking for him, and when he got there, "Where is my son?" he was preaching to doctors, to teachers. And she couldn't stop that call. My parents could see me suffering, but they couldn't do anything about it.

(...)

It wasn't my will when I came here [to the occupation]. It was the will of God himself. God dreams of something and puts it into your life. We are His instruments.

(...)

So, I was always humiliated here [in the occupation]. But the word of God says that the humiliated will be exalted. I'm here for a mission. I used to live in São Paulo, where I had stability. God allowed me to lose everything so I could come to this place to make a difference. And everyone who wants to make a difference is criticized. So, you have to have a broad back to take the heat. You have to be prepared.

(...)

God put me here as an act of humiliation, inside a shack. But His purpose is to shine inside this shack. To have a history, to have an origin. To say: look, she dug the well. She didn't become a pastor overnight. She has a history. She's been hit in the face. She's been through it all.

The Profetiza goes so far as to compare her story with that of Jesus, pointing out the similarities in overcoming challenges. Although her story was permeated by humiliation, suffering, lack of money and material possessions so that she could become a pastor, everything was provided by God so that she could carry out "His work":

Profetiza: And I said: "I don't have the money, sir, to pay..." because either you dedicate yourself 100% to the mission, or you work and don't have the strength to look after the sheep. Let's say I'm going to cast out the devil. I can't go with a clean face. I have to fast, go up the mountain, and read the word of God so that I have tools there against the enemy. If not, I can't do it. So, I had to give up work and everything. And I went to do God's will.

(...)

God started putting money in my account. Without having a penny, 9,000 reais appeared in my account from one hour to the next.

(...)

When I arrived, the guy who repairs electronics said: God is telling me to give you this encoder.

Her work in the occupation was based on four main areas: religion, holding services, and openly opposing "occult forces" - and here she mentions African religions in general; offering food through soup kitchens; conflict management, trying to appease fights between family members; and curing illnesses, treating sick people, especially with mental illnesses, often associated with the presence of a demon in the body. These actions were God's plans:

Profetiza: As I said, they asked, "Why do you make this soup?" I replied, "Because before I dreamt of making this soup, God did."

(...)

But here [in the occupation] was supposed to be a candomblé center (African diasporic religion). The girl went crazy at the time. When I came and built this shack here, the girl came and said, "It was supposed to be the center". And God chose light in the darkness. He brings the word of the Lord, the genuine word.

So that was it, the love of Christ. Souls would come here... husbands wanting to kill their wives, men beating their children, and I'd get in front of them. A man wants to kill his wife, beating her. I went in front, and he had a knife to kill me.

Everything here. So, I stepped in to make a difference. I brought God's light to this place. (...) Some people came here sick and were cured. There was a person with a mental problem, and today she's fine.

(...)

God has used me with healing. There, on Street 9, a man was healed. I went into his room, and he was dead. (...) When I went in, I put my hand on him (...) and he got up.

(...)

From the beginning, they [the occupation] didn't accept this work here. (...) God had a purpose for me to do this work here. So much so that, when I prayed here, many works of witchcraft and "macumbaria" were broken. Every day, husbands were wanting to kill women here. After I started praying, it ended. Now you can see it's peaceful.

If, on the one hand, the collectives, leaders, political groups and other actors instituted a series of organizational rules and methodologies in the occupation to manage internal conflicts, in Profetiza's reading, their presence kept the violence at bay. More specifically, "breaking" works of "witchcraft, macumbaria" resolved the situation. Several times throughout her interview, she related African diasporic religion to darkness, the devil, violence, and drug use - "worldly" things related to sin and carnal desires. With some reach, she promoted immaterial comfort from the spiritual realm and material comfort in the occupation, offering food to the vulnerable population. This may have helped her gain legitimacy. She assumed a role of symbolic leadership and was constantly in conflict with the leaders and some squatters.

The cycle of occupations in São Carlos coincided with the exponential growth of evangelical religions. Temples are moving into the peripheries and squats, and religion is present in the private and public spheres. In general, evangelical religions present a pragmatic discourse about the possibilities of the supernatural interfering directly in reality (Queiroz, 2019), as was evident in Profetiza's trajectory. The sacrifices made in life are rewarded right here.

Both stories pointed to the moments of worldly life, the fall, surrender and life in Christ as a purpose. In this case, it would be to guide the squatters, not just in the housing conquest, but in spiritual matters, health, managing violent conflicts and precariousness, such as hunger. Finally, it's important to point out that this scenario has become possible due to the absence of institutional mechanisms to promote social housing, which leads to more occupations. These spaces can be a place to attract religious leaders and expand their influence by providing social services to the vulnerable population. The absence of social

mechanisms leaves the vulnerable population at the mercy of the worldview of religious leaders, who operate from their own rules and moralities.

4. Organized crime: illegalities that strengthen the struggle for housing

Like the Church, organized crime groups are increasingly present in urban peripheries and have become important players. In the state of São Paulo, in particular, the faction known as the First Command of the Capital (Primeiro Comando da Capital - PCC) has become a hegemonic force on the outskirts of São Paulo, with the power to organize society. In addition to controlling drug sales, the PCC has the organizational capacity to interfere in the most diverse issues of daily life.

The PCC was founded in 1993 in the Casa de Custódia in Taubaté. It arose in reaction to the mass incarceration policy and prison violence. Later, through the state's security policy, it organized itself and spread throughout the São Paulo prisons. After gaining legitimacy within prisons, the faction began operating on the city outskirts. They operate throughout the country and in some international areas (Feltran, 2018).

Although it is not possible to say that the PCC has an economic monopoly in the illegal market, the faction "has political hegemony in the prisons and the world of crime in the outskirts of São Paulo". Hegemony here is the ideological and cultural struggle for the active consent of a significant part of the population to the PCC's management model, added to the coercion of those parts that systematically oppose it (Feltran, 2018, p. 89). In practice, this means that the "PCC's" prisons are places where most inmates respect the faction's policy, so the faction regulates the local order. In the "quebradas" or peripheries that are considered "PCC", it doesn't mean that all the criminals are baptized into the faction, but that they must all act according to the "procedure" expected of a thief. It means following the criminal world policy established by the faction. Generally, the PCC's hegemony does not necessarily refer to the quantity or visibility of the faction's members in the territories and prisons. Instead, these territories

accept, agree with or at least tolerate the PCC's policies. Undoubtedly, there is no open opposition to the PCC's policies, which become hegemonic. A PCC territory is, therefore, a place politically hegemonized by the faction (Feltran, 2018, p. 91, own translation).

The PCC's political hegemony is based on economic regulation, claiming a monopoly on the use of force and justice along the lines of the criminal world. Feltran (2018) points out that the faction's regulatory role is one of its main pillars. The researcher highlights the three faces of the faction: a company with financial objectives, a military command to confront enemies and oppressors and dominate territories, and a brotherhood that aims to build mutual support among the "irmãos" (brothers). The faction operates like a secret society based on autonomous cells called "sintonia". There is no drug kingpin or owner of the slum, as in other Brazilian criminal factions.

Above the "sintonias", there is the "General Final Sintonia" which takes care of matters that are forbidden to the Sintonias of the States and Countries (there is a sintonia in every Brazilian state and country where "irmãos" are active). It also takes care of the System (prisons with a PCC presence), the Street (quebradas), the Paiol (faction weapons), the Gravatas ("Ties"- faction lawyers), the Register (baptized members - inclusion and exclusion) and Progress (responsible for the faction's money obtained through associative forms, such as raffles and monthly fees). The PCC's General Final Sintonia would be a group of twelve or fourteen political positions, not people, responsible for the decisions and policies of the entire brotherhood. Although the number is a matter of debate, the Federal Public Prosecutor's Office and the Federal Police have stated that around 30,000 baptized members of the faction live throughout Brazil. Feltran estimates there may be around 750,000 people "working in the criminal world in the PCC rhythm" (Feltran, 2018, p. 91).

If previously, "ways out" or plans to improve individual and collective lives were discussed through the actions of political parties, civil society organizations, social movements, public policies, or evangelical religiosity, the PCC also presents itself as a way out for some of the poorest of the poor and, in recent decades, has built legitimacy among some of the periphery's residents.

In 2017, during my ethnographic research in social housing neighborhoods produced by the PMCMV in São Carlos, as part of my master's degree, there were reports of the presence of the "irmãos" in the conflicts management of the most diverse natures, such as robbery, theft or domestic violence. In the case of the three occupations studied, many of my interlocutors and informants denied or avoided the subject of the organized crime presence.

At one point¹²⁴, Robson, an evangelical squatter, spontaneously told me about the PCC's presence in managing conflicts in one of the three occupations¹²⁵. That same day, I was

¹²⁴ The dates, the occupation in question and the names have been changed to protect the occupations, the informants and the researcher.

introduced to one of the PCC's "companheiros" - people who are not baptized but who run with the faction and follow its rules. Baptized people - members of the faction - can be called "irmãos".

4.1 Organization of the occupation and the role of the "paralelos"

On another visit to the occupation in search of squatters who could offer me other perspectives, I had the opportunity to talk to Robson. Although he wasn't part of the occupation's leadership, he had a very close relationship with them and regularly attended assemblies and meetings. From the start, I asked him how the occupation was organized and who decided on the internal rules and regulations. The spontaneity of his response surprised me.

Robson: We have rules about not fighting, using narcotics, drugs, drinks... If that happens, we go in and ask for help from the "paralelos"... Well, we try to manage it because this is an occupation; if something happens to one person, it affects the other. So, to avoid this, we talk, and the leaders come to talk. If it doesn't lead to agreement, something to be satisfied with, the person is asked to leave the occupation because it's still an occupation that isn't permanent.

Everyone within the occupation must follow rules, including what can and can't be done inside the shack. When someone starts to break them, the leadership mediates the conflict. If it isn't resolved, the "paralelos" are called in. The law of the criminal world comes into play. Robson refers to them as the occupation's security guards.

Robson: So, there's also the "paralelos" and security parts. "Paralelos" are the "irmãos" as we call them. They are... Because sometimes, not only with the "irmãos" but also with the police. (...) So, the police come to disrupt our progress here a little. So, we ask for this security from the "paralelos," which we call "paralelos." Why? For drugs, alcohol, assault, robbery, so that doesn't happen.

(...)

Yeah, because nowadays, we've divided it, police and the other sides, the criminal elements. And we have this partnership with them, and it helps us in this security part, nothing more, nothing else, just in the security part. If something happens, like unexpected events, police, robbery, those things that happen... even to avoid bringing the police, we already say, "Oh, there's so-and-so, so-and-so", if they already know them, they're in the middle of everything, they already block it to stop these things from happening inside here.

(...)

If anything comes up, the police have to do their rounds. But if a problem arises here, we communicate with them [the paralelo], "Hey, I need help; this is happening," so they don't intervene in our struggle.

(...)

Thalles: Do they live here in the occupation too?

Robson: No, they don't live in the occupation, they live in the houses...

Thalles: Oh, it's the people from the neighborhood?

¹²⁵ On the relationship between the criminal world and evangelicals, see Côrtes (2005).

Robson: Yes, there are their houses there.

One of the occupation's main concerns is that the internal conflicts will attract the police. Their presence brings a negative image to the occupation as a place of violence, banditry, drug trafficking and crime. In general, in Brazil, social movements and occupations are criminalized by the state, the police, the mainstream media and conservative sectors of society. Therefore, there is a considerable effort to build a positive image of the occupation and gain support from society. This process is fundamental to achieving social rights. To avoid the police coming, the "paralelos" are called in to resolve these conflicts. They are the "irmãos" or "companheiros" of the PCC.

It's interesting to note that Robson articulates three categories: the police on one side, the bandits on the other and "them" - organized crime, which manages the conflict. The "paralelos" are not part of the "banditry" in his reading. They support the occupation's struggle and regulate local violence. This shows how the faction enjoys a certain legitimacy in the territory. According to Robson, the "paralelos" came to the occupation first to check out who the leaders were and then gave them a blank check to act. They eventually participate in the assemblies, but Robson insists that their part is only security; they don't interfere in other matters.

Robson: So, when we had a meeting with our leaders, they only gave their opinion through the leader. Whatever the leader said, he went there and supported (...). His part was security; he didn't interfere.

The exact nature of the relationship between the occupation and organized crime is unclear. What we can extract from the interview is that the participation of the "paralelos" in the occupation has been imposed. If, on the one hand, the occupation's conflict management receives their support to avoid the police, this is also positive for the faction, which doesn't have to deal with the police in its territory.

This move reveals a fascinating contradiction. The presence of police in the occupation contributes to its stigmatization and, therefore, makes the fight for social rights more difficult. To avoid their presence, organized crime is brought in to manage conflicts that cannot be resolved internally. In this sense, the occupation depends on actors who operate in the illegal market - organized crime - to avoid being criminalized and stigmatized. In other words, social rights are claimed through relations with the criminal world.

It should be made clear that we are not advocating for these relationships in the gray zone but rather demonstrating the mechanisms put into practice by the population unassisted by housing policies. It is also worth pointing out, as mentioned above that the PCC produces

hegemony both through active consent and through practices of coercion and violence. In this sense, although the relationship between the occupation and the PCC is unclear, it is possible that both instruments of hegemony were activated or functioned as a reminder of what could happen in a disagreement between the two groups. Nor is it claimed that there is a relationship or agreement between the PCC and the other groups studied, such as the MTST, PSOL and Maitá. What was observed in the field was a close and relatively harmonious relationship between the PCC and the evangelicals (cf. Côrtes, 2005).

4.2 Creiton - the “paralelo” who runs with PCC

At the end of my conversation with Robson, he accompanied me to where I would call an Uber to leave. Next to the occupation, there was a man about 35 years old. Robson and he greeted each other in a friendly way, revealing a good relationship. He quietly said, “This is one of the collaborators, one of the paralelos,” and introduced me. Creiton turned down the loud gospel music on his radio - “Galhos secos - para nossa alegria” - and started talking.

Right away, he didn’t hide his role: “I’m going to be transparent, this is the First Command of the Capital”, and he made a point of showing that he keeps in touch with the occupation’s leaders: “I’ll make it clear, so-and-so [leader] is there, he’s following our daily routine”. After about 15 minutes, Robson left, and I remained there. Creiton revealed that he had already observed me from afar and then asked if I was a policeman. I said I was a student at UFSCar and explained my research. He was pleased and said I study to help people like him get housing. He dictated the rhythm of the conversation, while I tried to ask a few questions, feeling quite insecure and vulnerable. During this period, I witnessed Creiton trafficking.

Creiton: To make it clear to you, I’m not a “irmão”. I have several invitations. I am close with the “irmãos”. I work together with the “irmãos”. But I have my autonomy, which many “irmãos” don’t have. Many “irmãos” have no autonomy regarding being part of the organization. (...) After I met the PCC in 1998, 2000. You’re crazy back then...

(...)

The PCC doesn’t allow failure; I’ll be charged if I make a mistake here. The same demands are made on the “irmãos” as on the “companheiros”. The only additional commitment the “irmãos” has is that he has the paper and has been baptized.

Creiton became familiar with the command in the late 1990s and confided in me about all the roles he had held within the PCC - censored here for reasons of anonymity and security. The terminology he uses, the detailed explanations of how the PCC works and the instances of debate correspond to those presented by Gabriel Feltran in his book “Irmãos: uma

história do PCC” (Brothers: a history of the PCC) (2018). The “irmão” is a faction member who has been baptized, while the “companheiros” run with the PCC but are not baptized. In other words, they follow the faction’s principles daily and can collaborate with it.

The PCC has hegemony inside many prisons and in the urban peripheries. Creiton has played a role in both situations. Inside the prison, he has already been responsible for seeking out and bringing information within the prison system, helping the other sintonias. This is a low-level function in the prison system (Viana, 2022). He has already “passed through” some prisons in São Paulo’s countryside.

Outside of prison, the PCC’s political-administrative positions are put into practice and monitored by the “disciplinas” of each “quebrada” (hood). Above them, there are the “sintonias” of each region, state and country. These “sintonias”, at least in the state of São Paulo, are organized by the area code of each region. The codes and slang used by Creiton indicate which “sintonia” he works for and in which region. The “sintonias” work autonomously, one does not necessarily have access to the other. Even so, they respond to a centralized logic of the faction’s principles and actions. They are collegiate councils focused on listening, debate, deliberation and execution (Feltran, 2018). His functions probably refer to the highest hierarchy levels in São Paulo. He went on to explain the scope and functioning of the PCC:

Creiton: We run the whole city, apart from the police. In reality, asshole, the PCC has expanded; the PCC in Brazil is huge; it’s the most significant faction in Brazil, mate. Then comes CV [Red Command], our enemy in Rio de Janeiro¹²⁶.

Thalles: Here in São Carlos, it’s just the PCC?

Creiton: Here in São Carlos, it’s just the PCC.

(...)

Creiton: (...) Apart from the 27 states of Brazil that we’re in, we’re in 5 more countries. It’s already in 5 countries. It’s expanding, dude. Why is that? Because it’s like I said, you know? Some people stay away and don’t know or aren’t aware of the PCC. People get scared. They don’t know what the PCC is. Let’s put it this way: the guys are working over there. Then the kids come here and steal. Then, if the guys touch us here, we’ll try to track them down. (...) They come here, and then we’ll ask for their characteristics, what they look like, and if they’ve seen any tattoos, this or that. It depends on how they tell us, if it’s an acquaintance of ours, who’s a bit close, we’ll be able to detect who it was, you know? If they can’t detect anything, can’t see anything, the guy’s all hooded, can’t see anything, what will we do? We will ask the guy to be careful and patient, which, unfortunately, you know? We’re not going to go out there, around the corner, grab a guy, bring him back, and say it’s him. The PCC will never do that, you know. We’re going to ask him for caution, and we’re going to inform the “irmãos” and the “disciplinas”. Everything you do comes to light. (...) We’ll wait. If we catch the guy, we’ll call him and the guy who was hurt in the situation, we’ll ask him the questions, and he’ll have to

¹²⁶ According to Feltran (2018, p. 44), the PCC and the CV, the two main Brazilian factions, acted side by side, independently, but in mutual aid for around 23 years, until August 2016, when they became enemies.

say with his mouth how he did it if there was anyone else with him. (...) It's an order not to steal in a hood. (...) He didn't call the guys [police], he didn't do anything, he came here and looked for us, we'll pay attention to him. But if he goes there and calls the guys [police] and then comes here to ask for our attention, he'll hear: go on, son, get out of here, go after the guys there, call the police there, understand? (...) Then he asks the [guy who was] wronged if he wants anything to do with him. Then we go there, and he says, "I want revenge." who are we? We will do what needs to be done and leave it up to the injured party to collect. But you're not going to take the kid's life either, not because he stole there unless he's a guy who's done the same thing 3, 4, 5 times just in a neighborhood. Then, it's analyzed, and the charges are higher. But when it's a case of one or two times, and the victim wants to be charged, it's physical, just punches and kicks.

The PCC operates from at least two logics. An ideological one is confronting the system; they should not bow down to those who oppress them. It also operates from the logic that conflict cannot be resolved in any way. There has to be an attempt at mediation, agreement and, if necessary, violence. In the first instance, the "disciplina" of each "hood" is called upon to mediate. In this line of action, the cycles of personal vendettas, with endless murders, were reduced, as were the number of homicides in prisons and on the outskirts - which ended up giving the faction legitimacy and an essential role in the daily ordering and management of conflicts (Feltran, 2018).

The hypothetical passage described by Creiton reveals the mechanisms for managing conflict and illegalities. In 2017, a couple who were beneficiaries of PMCMV-Social Housing in Jardim Zavágia (a neighboring district) told me in an interview about the legitimacy of the PCC and its ways of acting, even mediated by the state.

R. Nobody messes with us... In a way... not that I'm in favor of it, but... in a way, they [the PCC] pay more attention than the government itself...

K. Than the police themselves...

R. Because if it happens, as it has happened, someone messes with other people's things. We often hear, "Oh, they messed with so-and-so's house". Then the guys say, "Tell so-and-so". Then so-and-so goes to so-and-so's house, goes there, talks... They've already found a television and a washing machine. And they've given it back to the person who was harmed. So, in a way, we think it's nice because the police don't do their part...

(...)

R. The police themselves say to you, "Look for the 'irmãos' in your neighborhood, look for so-and-so in your neighborhood, look for *that* guy..."¹²⁷

The feeling that justice has been done is an essential sentiment that underpins the legitimacy of the PCC's actions in the territory¹²⁸. At the same time, some of the population

¹²⁷ Interview conducted with K. and R., beneficiaries of PMCMV, in Jardim Zavágia, May 2017.

¹²⁸ It's important to note that another point of legitimacy for the PCC in the territories is the thousands of jobs generated by the illegal market, which pays people who would be difficult to absorb in the "formal" or "flexible" labor market (Feltran, 2018).

doesn't see the police as an influential institution. The issue of the police also appears in Creiton's testimony. The PCC places itself in the role of resolving conflicts until the moment when the police are not involved. Once the injured party calls the police, they are looked down upon and left to fend for themselves. Recalling Robson's testimony, neither the occupation nor the PCC have any interest in police involvement in that territory, even though the motives of the two groups are different. It should also be pointed out that organized crime also maintains its agreements with the police and doesn't only act from the logic of conflict.

I asked Creiton what the PCC's role is in the occupation of that territory:

Thalles: What is the relationship between the PCC and the occupation here?

Creiton: Here's the thing, here... We support them there, mate. For what? It's like I told you, there are a lot of people there who disbelieve, who confront the guys, who confront the people, who don't respect the people [leaders of the occupation] (...) for example, there's a rule: he goes there and gives you the land, your land is there, four months and you haven't done anything. "Oh, come on," he'll say to you, "Oh, I'm going to hand over your land. It's been four months since you took a stand. You've done nothing". Then you argue with him: "Ah, I'm not leaving, ah!"; "You're not leaving? That's fine!". Then you bring him here, he comes here... Then the person comes here and stays until... If you get it. We support them. In reality, the PCC supports anyone except our opposition, the factions that don't stick with us, and Justice and the law. That's not good. Now, any person, whether white, black, poor or rich, you know what I mean, asshole? The treatment will be the same, you know? It'll be the same.

(...)

But since we weren't here, things were crazy here. Guys beating up women, each other. People thank God we're back. People say, "Wow, how peaceful it is, buddy". No, it's crazy, old man. Where the PCC arrives, people respect it. They respect us because they know how strong we are.

(...)

For real, asshole, for real, the people here love us, old man. Bro, me myself, son, I bring everyone close to me; I'm a transparent, old man. No matter what life I follow, you can be sure. Steal? I don't steal. Trafficking? I traffic hard. Each to their own, old man.

Creiton's response is in line with what Robson told me before. The main function is to manage conflicts within the territory and produce an image of security and legitimacy for the occupation. According to him, "the population here loves us", in line with the statement given by the couple living in Jd. Zavaglia in 2017. These passages illustrate Feltran's argument that the PCC builds its hegemony through active consent and coercion.

The PCC's operating logic differs from that of the PSOL, the MTST, the Pitá-Maitá group and the religious logic. This does imply no dialogues between these "worlds" - quite the opposite. Logics, flows, and people move between these worlds, producing spaces and

networks. Creiton's life is an example of this logic and can be translated by the expression "vida loka" (crazy life/thug life). This means that they are people who bet on "an intense life of pleasure and pain, adrenaline and risk, in the short term". Crime offers to belong to war rather than integration into "society" via social rights or a commitment to citizenship. For part of the population, this horizon of integration has been shattered for decades (Feltran, 2018, p. 163). In other words, crime doesn't offer people social integration, a national project or a shared future, as social movements or public policies propose.

Based on the reports, the PCC's actions in the territory may refer to managing violent and illegal conflict. The desire to keep the police out of these territories comes from the occupation and the faction - each for a different reason. Without an agent of the law to mediate these conflicts, "paralelos" are triggered. Solutions are sought internally to build a legitimate image of the struggle for housing. The levers set in motion by the criminal world also operate in the struggle for social rights.

The regulatory framework for social housing produced after 2016 has dismantled the institutional mechanisms promoted by the PMCMV, deregulating the forms of access to social housing, allowing for the creation of dynamic spaces of dispute and institutional recreations through a gray zone (Bureau; Dieuaide, 2018; Minassian, 2011; Azaïs, 2012). The boundaries between public and private, the actors' role and the beneficiaries' framework are blurred. This opens up space for the actions of other non-institutional actors who seek to regulate social relations and, in our case, relations relating to the universe of housing demand management.

The recent cycle of occupations in São Carlos is a very revealing case of this dynamic. It accommodates the work of different agents with different rationalities and worldviews. The occupations' intertwined networks of power and influence (Feltran, 2018) can be collaborative or conflictive. The occupations have been fundamental for the political capital production for PSOL, MTST and their militants, becoming an intense place of political dispute for their squatters' votes, whether for the general elections or the direction of PSOL itself. This makes it possible to change an equation in which historically, political parties were the most powerful link in the relationship with social movements.

The occupation boom has reshaped the field of technical consultancy itself by shifting the forms of financing created by the PMCMV Entities to the CAU, which, although it is an autarchy, acts in a corporatist way. This movement strengthened the figures of ATHIS and

civil society organizations. These groups mitigate the absence of a housing policy while at the same time responding to the interests of their class, demarcating a market reserve. Based on political demands and the criteria of the CAU public notices, which are aligned with the ATHIS groups, the production of urban space is woven.

In a more radical situation, the management of the occupations is at the mercy of religious “moral entrepreneurs” who are concerned with “saving” the squatters from sin and avoiding conflict as a political strategy. The increasing precariousness of health and food also opens avenues for religious charity.

The PCC’s relationship with the territory is quite evident. They interfere in the occupation without asking permission while at the same time being responsible for resolving conflicts and promoting “security”. The legitimacy of the occupation often depends on the actions of organized crime, which weaves relationships between the legal and the illegal to achieve social rights.

These relationships are not without contradictions, conflicts, and competition, such as the case of political candidates for PSOL, which reveal internal differences within the party itself. Or even the fear of the population, who cannot resort to any other means of conflict resolution than the occupation’s leaders and the PCC’s “paralelos”.

From the outside, these groups seem to offer assistance to the occupations without any gain. When we put a magnifying glass on them, we can see networks of influence and power woven, extracting political capital and producing legitimacy. The actions of these groups redefine housing policy and ways of organizing urban and social space. At each conjuncture, actors and strategies took on different shapes and weights, expanding their network of power and territoriality through links between the population, organized civil society, the state and the market. The following chapters will explore the MTST's role in managing housing demand, its development, and its strategies concerning changes in the political and social conjuncture.

Chapter 4

The MTST and the post-2013 conjuncture: occupations, movement-party and “ecosystem of popular organizations”

No maior espetáculo da Terra
trabalhador não foi convidado,
burguesia tem camarote,
trabalhadores sem teto,
lá longe,
do outro lado,
por que o perímetro Fifa
foi muito bem pago.

(...)

Às custas de despejos violentos,
mães e crianças
nas pistas,
tendo na calçada fria
moradia.

(...)

(Lene, 2021, p. 43)

The previous chapter discussed the main actors involved in the contemporary cycle of occupations in São Carlos, based on “local associations” and the construction of “social movement networks” (Scherer-Warren, 2006). Acting in gray zones (Minassian, 2011; Azaïs, 2012; Bureau; Dieuaide, 2018) and inserted in a network of power and influence (Feltran, 2018), these actors were central to the occupations strategies, at the same time as they (re)configured themselves through the occupations. At each conjuncture, actors and strategies took on different shapes and weights, expanding their network and territoriality through articulations between the population, organized civil society, the state and the market.

In chapters 4 and 5, the focus will be on the MTST. The movement has gained prominence in this thesis on two counts. The first refers to the methodological approach of multi-sited (Marcus, 1995) and multi-scalar (Lepetit, 1998) ethnography, where we chose to follow the lead of the “In search of a dream” occupation and follow the MTST and its militants in the São Paulo Metropolitan Region (RMSP) throughout the year 2023. The second point refers to the centrality that the movement has acquired over the last two decades in the production and management of housing demand and, increasingly, in the field of social rights in general.

The MTST emerged at the end of the 1990s and became nationalized in the 2010s under Lulism and the PMCMV Entities. Through the program, it was able to raise public funds, offer a material return - housing - to its base, expand territorially, acquire political visibility and become massive. With the exhaustion of Lulism from 2013 onwards, which meant an abrupt reduction in funding for construction companies and social movements, the MTST had to rethink its strategy. How to maintain the movement’s base without offering any material return? How can this new base be politicized into the movement’s ideological field? What were the new strategies for maintenance, fundraising and political capital production?

In light of the conservative government's rise in the post-coup scenario, the MTST has invested in at least three new action fronts. The **first** refers to the constitution of “social movement networks” (Scherer-Warren, 2006) on various scales - local, state, national and international, which has boosted the movement as a political actor and placed it internationally. Therefore, we can observe a change process from a housing movement with more focused actions to a movement with a better-defined, internationalized political project, which aims to dispute the nation project and hegemony (albeit on the horizon). The MTST increasingly positions itself as an organizing actor for the working class. As argued by Braga and Santana (2015), the collective action of the labor social forces has shifted, in part, towards coalitions with new social movements since the unions have gradually lost their organizational capacity.

The **second** action front is connected to the political project of transforming society and the MTST's search for the so-called "accumulation of forces" (Cartilha, 2013). The movement has further broadened its scope, defending a plural subject rather than a singular subject, opening up a field of action that includes the defense of diversity (race, gender, ethnicity, etc.) to environmental, sustainability, the world of work, etc. agendas. The movement's new slogan, adopted in 2023 as part of its 25th-anniversary celebrations - Teto, Trabalho e Pão (Roof, Work and Bread) - reveals the elasticity of the movement's struggle, which is now considered the most significant urban social movement in Brazil. This range of agendas is a growing trend in social movement networks (Scherer-Warren, 2006)

Within this perspective and in response to social policies dismantling in a pandemic scenario, the movement has also invested in humanitarian actions, which now tend to be institutionalized through Guilherme Boulos'¹²⁹ parliamentary work. These actions include the Solidary Kitchen (Cozinha Solidária), which connects us to the **third** action front.

The MTST has inserted itself into the institutional political-party field and arrived in the 2020s with the features of a movement-party. Since 2018, the movement has launched candidates for executive and legislative positions, electing at least three militants, Jô Cavalcanti, Guilherme Boulos and Ediane Maria. Beyond the elections, the MTST has transformed the PSOL "from within" through the Solidarity Revolution current and access to key positions in the party bureaucracy. We can see a shift between the pretension of being an autonomous social pressure movement and participation through the state in formulating and implementing public policies.

Urban occupations are central to all these strategies and modulations that seek to respond to conjuncture changes¹³⁰. From the outside, the occupations seem to have remained the same over the last three decades, but their content has changed radically between the movement's foundation and the current context. In this sense, we wonder what changes have occurred in the occupations' form and content in the context of the latest dismantling and what social practices and possibilities have been extracted from them.

According to the MTST, its strategies and actions start from a conjunctural reading based on three main points. "General political time" - the political framework that involves

¹²⁹ Guilherme Boulos is the MTST's best-known national leader. He is 40 years old, white, and from an upper-middle-class background. He has a philosophy degree and a postgraduate degree in psychoanalysis, and he joined the movement around 20 years ago.

¹³⁰ The land occupied is abandoned, mostly in ZEIS (Special Social Interest Zone) areas, with problems with documentation or tax arrears, close to the target population (the base) and of a reasonable size. In the movement's view, attacking the housing issue means attacking the hegemony of the dominant class, which is resistant to urban reform. Therefore, the strategy is to dispute hegemony at the level of narrative, politics and the country project.

which parties are in power and what horizons for political, legal and institutional action are possible. “Housing policy time” - the instruments and possibilities for access to housing that are institutionally in place, the possibility of interfering in or operating housing policy, and the actions taken in its absence. Finally, the “time of people’s faith” - the ability to mobilize people to fight and how to do it.

In this chapter, we will focus on a conjunctural reading (Georges; Giraud, 2022), analyzing the movement’s main changes regarding the constitution of movement networks, the scope of the social demands met by the movement and its actions in the institutional and party-political spheres in the context of the dismantling. Also, how do these changes relate to the political project and the dispute for hegemony proposed by the MTST. We are interested in understanding the new contours of the movement and how this is expressed in its territoriality. We also wonder to what extent the movement’s reconfigurations reflect and, at the same time, modulate the conjuncture of dismantling.

The information presented results from my ethnographic work and participant observations in MTST occupations in São Carlos and São Paulo since 2018. In 2023, I actively participated in the MTST’s School of Grassroots Work from January to September¹³¹. The MTST historical recovery was based on Goulart’s thesis (2011), which proposes an investigation between 1997 and 2011, and Miagusko’s work (2012), which discussed the homeless movements in São Paulo at the turn of the century, including the MTS. Both authors based their research on interviews with militants, mainstream media reports, information on the MTST’s website, and field research.

Before we discuss the MTST and contemporary forms of collective action, it’s important to take a closer look at the turn of the century to support the arguments presented.

1. Social movements and collective action at the end of the 20th century

Brazil’s urban social movements were consolidated during the military dictatorship (1964-1985), especially in the 1970s. Their agendas revolved around the struggle for housing, land regularization, health and sanitation. During this period, progressive sectors of the Catholic

¹³¹ There were theoretical and practical activities at weekends and online activities during the week. There were classes on the history and strategies of the movement. I had the opportunity to visit at least four occupations in the RMSP, some more than three times, which gave me the chance to have informal conversations with coordinators, militants, squatters and supporters.

Church played a vital role, such as the Grassroots Ecclesial Communities (CEBs)¹³² (Figueiredo; Moreira, 2018).

In the 1980s, these movements were crucial in the struggle to re-democratize the country. They began to articulate with other organizations and broadened the meaning of the struggle around the right to housing towards the right to the city, thus creating an urban reform network (Miagusko, 2012; Figueiredo; Moreira, 2018). During this period, there was a significant increase in popular participation in public policy management processes and more significant inclusion in political channels that the authoritarian context had previously blocked. Thanks to the pressure exerted, housing rights were incorporated into the 1988 Constitution (Miagusko, 2012; Sader, 2001).

The economic and social conjuncture of the 1990s presented significant changes, impacting the forms of organization of social movements and their bases. The implementation of the Constitution took place in the context of the neoliberal dismantling of the state's productive apparatus, the denationalization of the economy, the deregulation of social rights, and the privatization of the state's productive system (Schwarz, [1999] 2014; Oliveira; Paoli, 1999).

In the labor field, the regulation institutions and labor law were dismantled, there was a shrinking and fragmentation of collective bargaining, production and job creation policies absence and a resources' growing concentration in the large corporations' hands, crowding out unions and social movements (Paoli, 1999; Oliveira, 1999). What was at stake at the end of this decade was the "stealing of speech", the "exclusion from the discourse of claims and, at the limit, their destruction as a class" (Oliveira, 1999, p. 79).

The precariousness of work was accentuated, resulting in a significant increase in structural unemployment, weakening the unions or causing them to support the policies in place. This scenario led to the decline of grassroots experiences in workers' organizations. The Força Sindical (Union Force) emerged and grew as a tool to support neoliberal policy. At the same time, the CUT (Unified Workers' Center) also changed its stance, moving away from opposition unionism to adopt a more participatory approach (Miagusko, 2012; Oliveira, 2007).

In the 1990s second half, the housing movements began to call themselves "homeless". This change aimed to define the movement's identity based on the right or good absence,

¹³² They are communities linked mainly to the Catholic Church, encouraged by Liberation Theology. They spread mainly in the 1970s and 1980s in Brazil and Latin America. They consist of communities brought together generally because of their territorial proximity, their shared precariousness and misery. In these communities, biblical reading is articulated with life, the political and social reality, and the daily miseries they encounter in the ordinary matrix of their community lives.

seeking to criticize the shrinking of public policies and the weakening or flexibilization of labor rights (Miagusko, 2012). Between 1995 and 2004, social spending was significantly reduced, especially in the housing and sanitation sectors (Pochmann, 2005).

While on the one hand, there was a process of “privatization of the public” and the “deprivation of speech” (Oliveira, 1999), on the other hand, there was an institutional opening up for housing movements, allowing them greater access to public spaces, forums, representations and conferences. They became part of the mechanisms for managing public policies. However, the state saw those who did not align themselves with the institutionality logic as “outside the law”. The turn of the century was marked by a pendulum swinging between the management and criminalization of social movements (Miagusko, 2012; Scherer-Warren, 2006).

This configuration resulted in a decline in the legitimacy of social movements’ actions. The dominant logic suggested that the poor should resolve their housing issues through delimited and segmented housing programs, with demand addressed technically and targeted at specific audiences. Those considered “bad poor” who did not wait for institutional mechanisms and organized themselves outside the state were punished by criminalization.

Faced with the union organization model and social inclusion through “wage citizenship” exhaustion (Cabanés et al., 2011) added to population impoverishment, the popular struggle via the “new” housing movements found fertile ground for demanding actions. In the cities, the struggle was centered on the housing issue since union institutions had been transformed, and the formal market was shrinking in the face of neoliberal measures. The 1990s marked a turning point in urban struggles based on changes in working and housing conditions (Falchetti, 2022).

The informal and precarious workers became the action focus for the MTST and other groups (Goulart, 2011). Emerging social movements began to act in a dismantling context, where economic and social conditions altered relations between society and the state. This reorganization led to changes in political practices, organization forms, and social movement actions. What role do social and housing movements play in organizing the working class today?

2. A brief history of the Homeless Workers' Movement (MTST)

2.1 The origins of the MTST

During the 1990s, the Landless Rural Workers' Movement (MST) realized that urbanization shifted the land reform struggle to the big cities. The unity of struggle between rural and urban workers was already essential. During the National March for Jobs, Justice and Land Reform in 1997, the basis for the emergence of the MTST as an urban offshoot of the MST was laid (Miagusko, 2012; Simões et al., 2017).

There was a “deployment of some militants to build an urban social moment based on the struggle for housing. Thus, MST militants living in the Campinas region began to participate more actively in the occupations already taking place” (Simões et al. 2017, p. 25). The MTST emerged as a class-based social movement, self-styled anti-capitalist, and opposed to the neoliberalism represented by Fernando Henrique Cardoso's government (Miagusko, 2012; Goulart, 2011).

The movement gained strength from the “Oziel Park” occupation¹³³ organized in 1995 by the MST in Campinas. The city had a prominent trade union movement and the presence of many militants and activists. At the time, Campinas faced a high housing deficit and rapid growth in peripheral areas - fertile ground for social movements (Simões et al., 2017). The occupation quickly grew to 4,500 families in a one million m² area. Conditions were precarious, and to meet their needs, vegetable gardens were created as a means of subsistence, following the MST model. By 2001, the movement was no longer present, and the occupation had become a peripheral neighborhood with 6,000 families and another 10,000 families on the outskirts (Goulart, 2011).

The “Oziel Park” was a crucial experience for the MTST, allowing the movement to lay its foundations and test strategies in the urban context. However, it soon became clear that the city required different approaches to those used in rural areas by the MST. It was necessary to take a step back and rethink its actions, as one MTST militant said in an interview with Miagusko in December 2015 (2012, p. 258).

At first - and we see this as a mistake - perhaps a necessary one, but one that cannot be reproduced - the MTST tried to be the urban MST. It tried to reproduce and repeat the MST forms of struggle and organization in the urban space. It went wrong. I mean, it's an entirely different social base and a completely different space. Urban space is plotted out, and political and economic power is concentrated. It's very different to carry out an occupation in rural and urban spaces. The pretensions have

¹³³ Tribute to Oziel Alvez Pereira, an MST leader who was arrested and murdered during the massacre in Eldorado dos Carajás (state of Pará, 1996). On that occasion, 19 rural workers were murdered by police officers.

to be different; the forms of organization have to be different, and the form of militancy has to be different. The MTST had a few stumbles initially because it wanted to repeat the MST's experience (own translation).

Other states have also released MST militants to work on building an urban hub, but without much success, as was the case in Pernambuco (Rodrigues, 2002), Rio de Janeiro (Lima, 2004), Pará and Rio Grande do Norte (Simões et al., 2017). This first attempt at nationalization failed due to various weaknesses, disarticulations and the lack of a centralized strategy. It was in the RMSP (São Paulo Metropolitan Region) in the early 2000s that the movement developed.

2.2 Towards the Metropolitan Region of São Paulo

The lessons learned in “Oziel Park” were crucial for maturing the MTST as an urban social movement. They defined its social base, the poor population on the outskirts of large and medium-sized cities, and its political project, the social transformation search through housing demands and urban reform, using urban occupations as a pressure tool (Goulart, 2011).

In the 2000s, the MTST concentrated its efforts on the RMSP, seeking to establish itself as a legitimate social movement with the capacity for dialog and political respect. This choice was made over São Paulo city for many reasons. There were already several consolidated movements in the capital, meaning that leaders and councilors already had a particular monopoly on registering homeless families. In addition, the strategy inherited from the MST of occupying large plots of land was translated for the MTST as the “empty urban latifundium” occupation, demanding large areas found more easily in the metropolitan region (Goulart, 2011; Miagusko, 2012).

Another critical factor was the industrial jobs closure, the primary source of employment in the region, in the 1990s (Moura, 2010). This scenario accelerated social precariousness in the area, aggravated by the neoliberal policies in force during the FHC government. With this conjuncture, the MTST found fertile ground for action, presenting itself as an agent for organizing social demands and a force for transformation (Lima, 2004). According to the MTST (2005),

Now, seeing and living the urban problems in more significant numbers, they understood that starting a comprehensive work in the Greater São Paulo region was very important. Then, they planned to carry out significant actions in the ABC Paulista, Guarulhos and Osasco regions, creating a belt of struggles. With each action, the number of militants who wanted to fight with us and raise the same banner as us grew, and after the Anita Garibaldi Occupation, there were enough of them to split up and act in the other two areas of importance to the movement (own translation).

The first attempt took place in 2001 in Guarulhos. The “Anita Garibaldi” occupation, still with members of the MST, had strong support from the Grassroots Ecclesial Communities. Before the occupation, the movement had already done grassroots work with the local community, holding meetings with the population, housing associations and other social organizations to map the housing demand (Lima, 2004). This grassroots work, which continues to this day, allows the movement to present itself, spread its ideas and gain supporters.

With 2,000 families, the occupation caught the attention of public opinion. Two issues are worth highlighting. The first is the partnership with students from the Faculty of Architecture and Urbanism at the University of São Paulo (FAU/USP), resulting in the process of spatial reorganization, with the modeling of plots, blocks, opening up of streets, creation of spaces for collective equipment, social areas, library, kitchen, meeting rooms, teaching and leisure. The partnership enabled access to essential services such as water, electricity, vehicle traffic and garbage collection, contributing to the stability of the squatters on the site and favoring them during the legal battle over the land (Goulart, 2011; Miagusko, 2012).

The second issue concerns the MTST’s relationship with other political organizations. During the public protests against the repossession and demands for the land to be regularized, the movement was joined by parties such as the PT, as well as the Guarulhos public and private school teachers’ union, lawyers’ unions and other entities, illustrating that the movement was gaining support and solidarity from other organizations (Goulart, 2011; Miagusko, 2012).

The strategic location of the occupation, close to the Presidente Dutra highway, which links São Paulo to Rio de Janeiro, was no coincidence:

Occupations near major highways became one of the tactical objectives of the struggle to make the housing problem visible from the point of view of the threat to the circulation and reproduction of capital (labor power and commodities). So much so that, in the following years, blocking highways became one of the main tactics of the struggle (Simões et al., 2017, p. 27, own translation).

The “Anita Garibaldi” occupation was a historic milestone. It was not evicted and furthered the MTST’s aims of expanding into the RMSP. In 2002, the movement decided to occupy Osasco, but the “Lamarca” occupation faced false promises from the state government and was evicted. This was one of the worst evictions the movement has suffered, characterized by a high degree of arbitrariness and violence. The police burned belongings, physical assaults were recorded, and a 12-year-old child was handcuffed and arrested, revealing the growing criminalization of the movement (Goulart, 2011).

In 2003, at the beginning of the Lula administration, the MTST occupied São Bernardo do Campo. The “Santo Dias”¹³⁴ occupation, also known as the “Volks” occupation, occurred on a 170,000 m² area in front of the Brazilian Volkswagen factory on Highway Anchieta. In just a few days, the occupation reached 4,000 families, many fleeing the “jobs crisis”¹³⁵ that marked the beginning of the Lula government (Simões et al., 2017).

The occupation had a strong symbolic content. São Bernardo do Campo has been the cradle of the country’s automobile industry since the 1960s, when automakers set up shop there, developing a strong workers’ union, which marked the 1970s with hard-hitting strikes by metalworkers, contributing to the military dictatorship fall and giving rise to the PT and the CUT. It was from this scenario that Lula emerged (Oliveira, 2007). In the golden days of the 1970s, the Volkswagen plant employed 45,000 workers. In 2003, all the plants in Brazil employed 25,000 workers, almost half of them in São Bernardo do Campo. These figures illustrate the sector's decline, which affected jobs throughout the region (Miagusko, 2011; Rodrigues; Ramalho, 2007).

With the left-wing party's rise to federal power, although devoid of radicalism, conservatives and the mainstream media began monitoring the president’s actions and relationship with the social movements, fearing that Lula would treat them in a “special” way. In July 2003, the press condemned the “festive” way Lula received the MST leaders at the Planalto Palace. The mainstream media’s narrative insisted on portraying these movements as outside the law, and now, with Lula’s “backing” (Miagusko, 2011).

As for the Volks occupation, the then São Paulo governor, Geraldo Alckmin, and the São Bernardo do Campo mayor joined forces to attack it. The reaction of conservatives to Lula’s election, fed by the narratives of the hegemonic media, contributed to the criminalization of the occupation. A violent episode would seal its fate (Goulart, 2011).

While the *Época* magazine reporting team was preparing to enter the occupation site, a photographer was murdered. Two hypotheses were raised: two robbers on the run passed through the occupation and, on seeing the photographer with his equipment, tried to rob him for fear of being photographed and, in the confusion, ended up killing him and fleeing. The second hypothesis accused the squatters of murder. Although the first hypothesis was confirmed, the media exploited the second, criminalizing the movement.

¹³⁴ The occupation paid homage to the worker murdered on a picket line in 1979 in São Paulo and denounced the weakening of workers’ struggles in the ABC region. See Moura (2010) and Oliveira (2007).

¹³⁵ Between December 2002 and June 2003, the IBGE pointed to increased job insecurity and a drop in the average worker’s income. Unemployment rose from 10.5% to 13% in this period.

If, on the one hand, the MTST exploited the potent symbolism of the “Volks” occupation, on the other hand, the idea that social movements acted outside the law and had the backing of the government became a reality. The police presence at the occupation became more intense, and the state government and the mayor began to accuse the movement of being “professional” and that the occupation was “politically imported”, so there was no demand to be met (Miagusko, 2018).

The eviction occurred suddenly in the early morning, displacing 4,000 people in less than 5 hours. The MTST requested government intervention through the Ministry of Cities, but nothing was done. The events experienced in the “land of Lula” redefined the characters and the struggles (Miagusko, 2008). According to Gabriel Simeone¹³⁶, the conflict of strategy between the MST and the MTST in this occupation led to the final break between the two movements (ETB-MTST, 2023¹³⁷). The MTST would pursue the main dimension of its struggle - the housing question, while the MST would continue focusing on the work sphere (Scherer-Warren, 2009). In addition, the MST¹³⁸ continued to support the Lula government, while the MTST began to act as a left-wing opposition.

In 2004, the “Rosa Luxemburgo” occupation was set up between São Paulo and Osasco, lasting only twelve days before being evicted. These four occupations marked a cycle of disarticulation driven by the repossession processes. Militancy was eroded, and grassroots work was lost. The movement had to rearticulate itself (Goulart, 2011). The militants describe this passage:

In 2004, after an unsuccessful attempt to occupy an area in the municipality of São Paulo, the MTST went through one of its worst moments, even considering the closure of the Movement’s activities due to many defeats and repressions. (...) Encouraged by Silvério [de Jesus], the MTST militants prepared a new occupation, which can be considered a historical “cut” in this trajectory: the Chico Mendes occupation in Taboão da Serra (Simões et al., 2017, p. 28, own translation).

The first years of the MTST were shaped by three axes: (1) Opposition to the neoliberalism implemented by FHC, shaping the movement’s political project. (2) Violent evictions and strong criminalization by the state government and the mayors of the RMSP. The eviction issue was so central that future occupations would be organized around this category,

¹³⁶ Member of the MTST’s national coordination and technology nucleus. Automation technician at Senai/SP.

¹³⁷ The information I collected during my experience at the MTST’s Grassroots Work School in 2023 will be referred to as “ETB-MTST, 2023”.

¹³⁸ Founded in 1984, the MST fights for access to rural land for food production. The movement was born from the democratization cycle and belongs to the so-called popular-democratic camp organized around the Workers’ Party. It relied on democratic institutions and the insertion of citizenship, which guided the collective action of this camp. In the context of redefining trade union action and housing movements at the end of the 20th century, the MST already had its gravitational field and stood out on the political scene (Falchetti, 2022).

not the permanence possibility. Eviction protocols were created, for example. And finally, (3) the MST heritage, which was reflected in the way the occupations were organized, the courses offered to the base (poor and homeless people) and coordination, and the mysticism (mística)¹³⁹. There was an effort to participate in urban struggles, shaping political formation and conceiving the idea of “unproductive urban latifundium”.

This first period was characterized by an interdependence between the movements, a conflict of strategies and an understanding that the urban struggle was distinct from the rural struggle and required different actions. The urban challenges piled up: the concentration of poverty, the criminalization of occupations and social movements, the issue of drug trafficking and the constant presence of the police, as well as the consolidated local actors' influence. The movement achieved its autonomy in 2004, consolidating itself as a force in the struggle for homeless people's rights in the RMSP (Miagusko, 2012; Goulart, 2011).

2.3 A new beginning: autonomy and reorganization

Evictions, police violence, and the movement's criminalization marked the occupation cycle in the early 2000s. These events alienated former militants and attracted others, including former PT members disillusioned with its turn to the center or the direction of trade union action, left-wing youth, university students, and others looking for an expression channel.

After Volks' occupation, the MTST reevaluated its operations. To provide information produced by the movement itself, a program, booklet, and website were created. The movement also rethought its territorial, educational, and cultural strategies. This new cycle marked total autonomy from the MST (Miagusko, 2012; Goulart, 2011).

The turning point was the “Chico Mendes” occupation, established in October 2005 in Taboão da Serra, which quickly reached 1,300 families in the first few weeks. In the early days, shacks, collective kitchens, a “ciranda” (a space dedicated to educational activities) and a collective shed for meetings were built. Later, coordinators were elected for different collective action sectors: Infrastructure, responsible for the physical structure, access to water and electricity; Culture, Education and Political Formation, in charge of educational activities, courses, meetings and assemblies; Discipline (now called Self-Defense), responsible for the gate, access to the occupation site, construction and compliance with collective rules; and

¹³⁹ Mysticism is situated in the field of the symbolic and manifests itself through rituals, symbols of the movement, music, dance, cultural expressions with the potential to produce belonging, engagement, mobilization, politicization and solidarity among militants, as well as promoting moments of relaxation, reflection and rest.

Negotiation, which carried out external contacts and negotiations with the government (Goulart, 2011; Miagusko, 2012).

This new organization model worked on various fronts of collective action and brought innovations concerning previous models. The seeds of the movement's contemporary structure are present here, which we will explore in the next chapter. The newly created culture sector already played a crucial role in (re)constructing peripheral and homeless identity as a political action and mobilization tool, boosting the movement's morale and strengthening its struggle. At first, it was created as the MTST's Cultural Guerrilla Brigade in 2004. It already had an organizational strength when it produced seven movies¹⁴⁰, which were shown at soirees, encampments and culture festivals. The sector promoted various activities, such as capoeira circles, plays staged by squatters, maracatu performances, viola circles and hip-hop festivals (Goulart, 2011; Miagusko, 2012).

The cultural events played an essential role in the local community, winning over new squatters and supporters. These actions enabled dialog with university sectors and a link with the Active Peripheral Association (APA), broadening the movement's reach among the poor and increasing its legitimacy in these regions. The MTST's relationship with the APA¹⁴¹ went beyond the struggle for housing, unifying the poor communities' demands. These cultural events were repeated on other occasions, such as in the "João Candido" occupation, erected in Itapecerica da Serra in 2007, where the "1st Seminar of the Association of Active Peripheral Communities" was held (Goulart, 2011). Cultural activities were strengthened and remain part of the movement to this day. During my fieldwork in 2023, I observed posters for films that would be shown in the sheds, such as *Marighella* (2019) and plays produced by the squatters.

In the second half of the 2000s, the MTST carried out another important initiative, creating "territorial nuclei" to maintain the base organization even when an occupation suffered an eviction or left the space. The idea "was to maintain the organization of the base even outside the occupied territories, through periodic meetings in public places. From these meetings, various mobilizations could take place, revealing the beginning of a territorial rooting..." (Simões et al., 2017, p. 31, own translation).

¹⁴⁰"Chico Mendes: a dignidade não se rende" (2005); "Direitos Esquecidos" (2005); "Vídeo-Informe 1, 2 e 3" (2007) e "Construindo o poder popular" (2008).

¹⁴¹ The APA is a space of unity that brings together dozens of militant community associations in the greater São Paulo area. Its aim is to organize and unify community struggles (Goulart, 2011, p. 47).

The “Chico Mendes” and “João Candido”¹⁴² occupations represented a new stage in terms of internal organization, strategies, priorities, forms of negotiation, and pressure on governments. From the state’s point of view, social movements were treated differently, opening up space for negotiating tables. This did not necessarily mean achievements but resulted in a dynamic of advances and setbacks (Goulart, 2011).

Negotiations often dragged on between the levels of power. The “technical” obstacles at each stage of the conquest, ranging from registering the demand, buying/appropriating the land, the project and the release of funds, proved to be time-consuming. The “Chico Mendes” occupation, for example, was formed in 2005, and even with pressure public acts, marches, chaining up public offices, blocking highways with burning tires, negotiating tables and an agreement signed with the state, it was not expected to start building the houses until 2011 (Goulart, 2011). Information updated on MTST Brasil’s Instagram indicates construction began in 2023.

The structuring of internal sectors also allowed for the strengthening of political alliances with workers’ organizations and the radicalization of demonstrations. Still, in 2005, the movement joined the National Day of Struggle for the Free Pass and, in 2007, took part in the Act Against Pension Reform, together with unions and parties in Brasilia. At the end of the 2010s, the MTST began to plan its national projection.

At this time, the movement valued its autonomy concerning other movements, political parties and forms of institutionalization, as pointed out in its booklet: “The MTST wants to be an alternative for those who have realized that voting alone solves nothing” (MTST, 2005, own translation). The booklet also presents the movement’s three principles and explains why it differs from other housing and homeless movements:

1° Never place the struggle and institutional political power (political parties, elections, voting, government positions, etc.) as the central part of the movement. We must establish alliances and support with parties and politicians who can help advance our struggle without losing or subordinating our objectives and forms of direct struggle.

2° The MTST will never demand money from any homeless fighter. (...) The greatest collaboration we ask for is a commitment to the struggle, responsibility and sincerity. (...) These are the only things we charge for.

3° The collective always speaks louder than the individual. It must be respected as the legitimate decision of the movement, and all those (with criteria) who wish and prove themselves capable of contributing to these collectives will have the political space to do so (...).

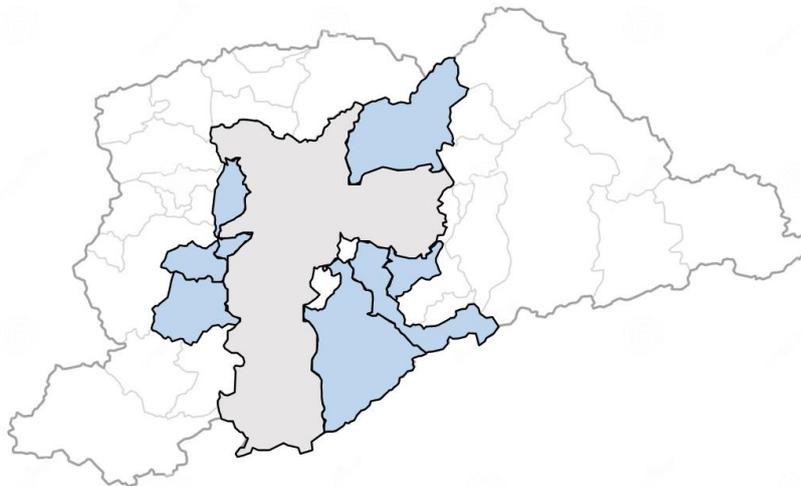
¹⁴² Although it only lasted two months, mobilizations, such as the “5,000 march” and the 20-day chaining of the cathedral church in Itapeverica da Serra (Simões et al., 2017), produced intense experiences.

Although in 2005, the movement indicated that it was against institutionalization, towards the end of the 2000s, this issue changed: first, under the aegis of the My House My Life - Entities and, later, with the alliance with PSOL and the launch of candidacies to run for legislative and executive positions at the end of the 2010s.

2.4 From stateization to nationalization: the end of the 2000s

Between 2001 and 2007, the movement carried out six occupations. In 2008, it decided to carry out three occupations simultaneously in different cities in an orchestrated action that demonstrated its organizational capacity. The areas occupied were in Campinas, Embu das Artes and Mauá, named respectively “Frei Tito”, “Silvério de Jesus,” and “Terra e Liberdade”. This process consolidated a “belt” of struggles in the RMSP and the movement’s stateization process. The movement publicized its actions, put pressure on the different spheres of government, and promoted marches, protests, occupations and chaining of militants in public areas, hunger strikes and highway closures (Goulart, 2011; Miagusko, 2012).

Figure 20. Belt of MTST occupations in the São Paulo Metropolitan Region, 2001 - 2010



Legend: In blue, cities that had MTST occupations. In gray, São Paulo city.

Source: Goulart (2011, p. 53-54). **Image produced by the author, 2023.**

These occupations allowed the MTST to take root on the outskirts of the greater São Paulo area. Localized emergency actions were promoted, such as helping other communities facing eviction, fighting for public facilities (nurseries, health clinics and adequate public transport), conflict management in cases of police violence and helping the peripheral population negotiate with the state (Goulart, 2011; Miagusko, 2012).

This cycle of occupations helped the movement build “a way of living in occupations” and develop strategies to occupy and claim “urban estates”. Occupation became the central instrument of struggle, a resource for collective action with the potential to build collective identities and subjective relationships and train militants (Goulart, 2011; Miagusko, 2012; Breda, 2023).

Based on these territories and their actions, the movement demanded the involvement of the three levels of government to overcome the obstacles imposed by bureaucratization and criminalization. They realized the need to set in motion the process of nationalizing the movement. In May 2009, during the MTST State Meeting, the goal of nationalization was made official by promoting groups working in different states under a single organization that followed the same political principles and forms of action (Goulart, 2011; Miagusko, 2012).

The new phase was inaugurated with the chaining of militants to the gates of the building where Lula had an apartment in São Bernardo do Campo in 2009. The action lasted eight days until the Ministry of Cities opened negotiations. Among the demands was the inclusion of the MTST as an Organizing Entity for housing projects in the PMCMV Entities, the urbanization of the “Anita Garibaldi” occupation and a budget supplement for the occupation projects in Itapecerica da Serra, Embu das Artes, Taboão da Serra and São Paulo (Miagusko, 2012).

Along with the MTST nationalization, a new urban struggle reconfiguration emerged nationally with the National Journeys of Struggle, which mobilized six states. It was organized by the National Front of Urban Movements, which was formed in 2009 and brought together urban social movements, popular councils, occupations, and housing forums, including the MTST, in eight states. The front called for an end to housing movements criminalization, a land regularization policy for occupations, expropriation of properties that did not fulfill their social function, and housing subsidies, among other demands. In March 2010, another campaign, “My House, My Struggle”, was launched to confront the recently launched My Home My Life Program. In September of the same year, the First National Meeting of the MTST took place, bringing together representatives from seven states (Goulart, 2011). These events indicated a new re-articulation of social movements fighting for housing and creating a network of social movements.

Closer ties with organizations to the left of the PT and support for institutional initiatives marked 2008 to 2012. This was a time of organizational and political growth, as the movement realized that the institutional field could bear fruit. At this point, the MTST had already established itself as a social movement and had a more significant number of militants.

3. Contemporary strategies: institutionalization, political parties and grassroots massification

The 2010s were a reconfiguration time for the MTST, especially regarding its relationship with PMCMV Entities, its construction as a political actor, and its entry into the institutional party-political arena when conservative forces intensified. These changes involved movement institutionalization and changing the occupation structure. The aim was to increase the possibility of interfering in public policies regarding institutional and operational design.

3.1 Towards institutionalization: the MTST and the PMCMV - Entities

When the My House My Life program was launched in 2009, the Entities modality was created to serve groups historically linked to the urban reform struggle and the self-managed production tradition from the late 1980s and 1990s - carried out in some parts of the country by community organizations, local popular movements, involving the participation of future residents in conquering and building housing (Rizek; Georges, 2018; Rizek et al., 2015).

In the Entities range, there was accreditation for associations, whether or not they came from housing movements, which could apply for funding and housing subsidies. Its operation was based on housing self-management (or at least its discourse) and the autonomy of the Organizing Entities to contract projects, obtain technical advice and choose the demand to be met (the beneficiaries). Most of its production took place in the RMSP, where groups and movements with a particular tradition in housing struggle are concentrated. The projects were generally located on the urban peripheries (Rizek et al., 2015; Rizek; Georges, 2018; Camargo, 2020).

On the one hand, the program enabled housing movements to serve part of their base, on the other hand, there was a reduction in the broad political agenda in the urban reform field. In Camargo's words¹⁴³ (2020, p. 10, own translation), "the qualified entities have articulated themselves directly to a set of strategies and modes of action that seem to slide from a more demanding field to the program operation". If they could not interfere in the decision-making process of the housing policy, social movements would be included among the recipients of the public investment list (Camargo, 2020).

For Guerreiro, the Entities range meant the social organization professionalization and institutionalization, which had to follow a series of bureaucratic rituals, have financial resources

¹⁴³ One of the developments she studied was João Cândido A and B, in Taboão da Serra, run by the MTST and the MST (a movement with local origins and activities).

and present a technical body to access the program. The state “molded” specific popular movements through a policy of “conformation”. In other words, “instead of bringing them into the institution, it enhances their action in a controlled and subsumed manner by promoting forms (dynamics) similar to its own - the State form, symmetrical to the Capital form” (Guerreiro, 2016, p. 54, own translation)¹⁴⁴.

The modality transformed social movements and residents’ associations into PMCMV operators, enabling new governance patterns in peripheral territories. Although this program’s quantitative results were few, its political achievements were significant. The movements that did not join the program faced recognition and visibility problems (Rizek; Georges, 2018; Camargo, 2020).

This reconfigured popular social movements’ actions, transforming previously conflictual elements into negotiable ones and changing the class struggle. The movements stopped questioning production relations, focusing their actions on the possible material and political gains resulting from the dispute over land under the capital framework. The desires of the state, capital, and social movements are aligned, setting the housing production gears justified by the so-called housing deficit or the popular demand generated by the social movements. The more houses are built, the better for everyone (Guerreiro, 2016; Camargo, 2020).

From social movement to Organizing Entity: institutionalization from “outside” of the state

The MTST was one of the Entities modality’s main beneficiaries accessing public resources and housing production. Ultimately, delivering apartments to the squatters would mean the return of years of struggle. The end of the 1990s and 2000s showed the difficulties of obtaining homes. The occupations were involved in negotiations that lasted years when they didn’t result in evictions. Strategies were running out.

The João Cândido development, built with funds from the PMCMV Entities, became a calling card for the MTST, as the militants themselves say in the book commemorating the movement’s 20th anniversary:

We must highlight Brazil's main model and example of popular housing construction, the João Candido Condominium in Taboão da Serra. Inaugurated in 2015, the João Candido Condominium is the express result of the MTST’s struggles in the region. It has become a paradigm in the construction of affordable housing because of how it was built, using the “Entities” modality of the My House My Life

¹⁴⁴ The author based her study on two developments managed by the MTST: João Candido and Chico Mendes.

program. The size of the apartments (around 63 m²), the quality of the development and, above all, the participation of the residents in the whole process make this the main experience of economic achievement in the last 20 years. So far... (Simões et al., 2017, p. 33, own translation).

This development was strategic for the nationalization of the movement. The MTST was in a hurry to launch the project and opted out of the more sophisticated projects presented by technical consultancy Usina CTHA, choosing a standardized CDHU-style model¹⁴⁵ instead. This choice aimed to speed up bureaucratic negotiations and construction, providing a quicker return to the base. This implied a low level of participation by the beneficiaries in the decision-making processes (Guerreiro, 2016; Camargo, 2016; Camargo, 2020).

At the movement's 25th anniversary celebrations in 2023, the projects built via the Entities were again praised. The João Candido condominium, delivered between 2014 and 2015 in Taboão da Serra/SP, was highlighted as the "first MTST housing project with an elevator and balcony". The Novo Pinheirinho and Santo Dias condominium, inaugurated in 2019 in Santo André/SP, was mentioned as "one of the largest My House My Life - Entities Program deliveries" with 910 units. And the Dandara condominium, opening in 2021 in the East Zone of São Paulo/SP, was recognized as "the first and only My House My Life project delivered with a collective vegetable garden"¹⁴⁶.

It's important to note that some projects were contracted in the early 2010s when the political and social conjuncture began to change. The Temer government froze other projects that were already underway. Subsidies and negotiations for already approved projects weren't resumed until 2023, when Lula returned to the presidency. In this sense, the "return" to the base was frozen for years, and people's "faith" wore thin.

Even so, through the Entidades, the movement became more widespread and achieved its national projection, as planned in previous years. According to Guerreiro (2016), the massification of these movements during Lulism cannot be understood only as an expansion of class consciousness or political radicalization, but rather as a synchronization with the "socially dominant form, capital itself, in the Brazilian specificity". In other words, the author argues that

¹⁴⁵ According to Camargo (2020), the technical consultancy Usina CTHA was committed to the self-managed housing agenda and provided urban planning solutions based on previous studies. On the other side, the state government, through CDHU (São Paulo State Housing and Urban Development Company), presented a very problematic project, but with the promise of rapid approval, which achieved the support of the movements involved. The difficulty technical advisors generally had in navigating the complex state bureaucracies ended up favoring the approval of traditional plans, such as the "H" model, widely implemented by CDHU.

¹⁴⁶ Information taken from Instagram MTST Brasil, in posts commemorating the movement's 25th anniversary, entitled "Get to know the differences between MTST's housing achievements in São Paulo", published on June 7, 2023. Available at: https://www.instagram.com/p/CtMVEb0Oqh_/. Accessed on: July 6, 2023.

the massification of the MTST is directly related to its participation (institutionalization) via Entities, and this does not necessarily mean politicizing its base. According to Guerreiro (2016, p. 57, own translation), under the PMCMV, the MTST's strategy was based on:

dominance of the territory and the mobilization of the dispossessed masses as a political instrument, to be used in negotiations within the state as a means of expansion. "Popular power"¹⁴⁷, in these terms, is territorial power, without this meaning the production of a workers' own space. Starting from the housing deficit, the MTST uses the vacant land occupation on the outskirts as a struggle instrument without any prior organized demand. The character of these actions is to mobilize large contingents of families through territorial occupation.

According to the author, there was an almost exclusive preoccupation with winning housing without the base's political formation process. Ultimately, this turned the squatters into mere consumers and not active political subjects. In contrast, Carvalho-Silva and Tomizaki (2021) argue that base politicization can occur through the struggle experience, such as participation in assemblies, protests, in the occupation itself, even though there was no theoretical-methodological process developed adequately at that time within the MTST (Santos; Goulart, 2016). In this sense, reducing the movement's base politicization only to the process of housing production self-management seems somewhat limiting.

Camargo (2020) points out that through the program modulations, which alter the relationship between the state, social movements and the market, producing a "perverse confluence" (Dagnino, 2004), the market practices set in motion by the housing movements incite the political commodities construction (*mercadoria política*) (Misse, 2002) and self-management as a possibility of democratizing decisions or political training is dismantled.

Guerreiro (2016) points out that this conjuncture brings a significant difference in terms of grassroots work and the material and subjective constitution of the working class. Previously, in the 1990s, the working class produced its identity through relations of production in the sphere of work and trade unionism. With the weakening of these spheres, the MTST aims to produce class subjectivity through the peripheral territory and the struggle for housing experiences. However, based on the movement's relationship with the PMCMV, the experience produced is closer to that of a consumer subject¹⁴⁸.

¹⁴⁷ The MTST defines popular power as "the effective realization of the principle that only workers can solve workers' problems. In practice, this means encouraging and valuing autonomous initiatives, building collective forms of organization and decision-making, fighting for our demands and rights, and not expecting anything from anyone but ourselves. Thus, we can say that our main objective is to build popular power against capital and its state" (Cartilha, 2013, own translation).

¹⁴⁸ The tension between the political and consumer subjects appears in other spheres and social programs throughout the Lula period and is not exclusive to the housing field.

The movements that gained the most mass support focused on producing housing units via the PMCMV Entities. Groups linked to urban reform, which raised questions about slum upgrading, social renting and using idle buildings and land, did not have the same repercussions. Thus, the criticism leveled at the PMCMV by the beneficiary movements always adopts the tone that needs “improvement” (Guerreiro, 2016). This can be seen on the social networks of the MTST and its militants, who have defended the return of the PMCMV.

Changes in occupations in light of the PMCMV – Entities

At the beginning of the 2010s, there was a strategic change in the construction and management of the movement’s occupations. In the early years of the movement, the occupations aimed to accommodate the squatters and fight for space urbanization, as exemplified by the “Oziel Park” (1997) and “Anita Garibaldi” (2001) occupations. Subsequently, the occupations began to serve as housing for the squatters and as a way of putting pressure on the government to open negotiations. The struggle was not necessarily for the urbanization of that specific space but for access to housing policies.

Since the occupations' reorganization through eviction¹⁴⁹ and the systematic arrival of subsidies via PMCMV Entities, the occupations have become spaces almost exclusively for pressuring access to public resources. In the “Chico Mendes” occupation (2005), squatters were still compelled to live in the occupation. The “João Cândido” occupation (2007) was based on the eviction issue and became a place of struggle. Living in the occupation was only authorized once it was known that there would be no eviction. From the 2010s onwards, it became the norm that it was not possible to live in the occupations. Only families with no other resources can live in the occupations (ETB-MTST, 2023).

The occupations no longer fulfill a housing function but a symbolic and imaginary function. In their first months, they consist of bamboo and black canvas shacks, 2m × 2m, in a pyramidal shape. The pre-assembled shacks arrive ready on the night of the occupation. Once the occupation is consolidated, these shacks begin to be replaced by more resistant and larger wooden and canvas ones. This way, opportunists, the curious, or even those who don’t want to continue the struggle and end up abandoning the shack don’t have difficulty removing it. This strategy aims to massify the occupations, adding more demand and making them bigger and with more impact on the media and the state (ETB-MTST, 2023). The occupation becomes a

¹⁴⁹ When squatters move into an occupation with all their belongings and the occupation is then evicted, they usually lose almost everything. One of the most emblematic cases of violent eviction was the “Pinheirinho” occupation, in January 2012, in the city of São José dos Campos (SP).

physical expression of the so-called housing deficit. In the words of Guerreiro (2016, p. 58, own translation):

Imagetically, an impressive scenario is created, referencing families in precarious structures made of black canvas. The well-known queue at the municipality (the housing deficit registry conducted by the State) has its structural logic reinstated here by the material presence of the registrants through their abstract representative: the territorial unit of black canvas. The political subject is characterized as one who presents themselves, physically or represented, yet as an abstract material unit without their voice.

A standard way of expressing housing demand is created, which will be a bargaining tool for accessing public subsidies. This strategy allows the movement to form much larger occupations, causing a tremendous visual impact and pressuring the state more effectively. It has also allowed the movement's base to grow. As several MTST coordinators put it, the occupation represents the symbolic struggle, and the movement comes to occupy the squatters' "minds and hearts" (ETB-MTST, 2023).

Although the occupations are no longer a place to live, they are a central space for the movement, its coordinators, militants, and the grassroots. They host cultural events, political training, health and legal support groups. Structurally, they have a *ciranda*, community gardens, libraries, large assemblies and meetings space, community kitchens, and daily meals, among other activities. Occupations are a support point for workers, often located between work centers and so-called "dormitory" neighborhoods¹⁵⁰.

The MTST's Primer of Principles (2013, own translation) contains a definition of occupation:

Our most important form of action is the occupation of urban land. With them, we put direct pressure on the owners and the state, denouncing the social problem of housing and building a process of autonomous organization of the workers. Occupations are always accompanied by targeted pressure on state bodies, with marches and occupations of public buildings. We also believe land occupations in the peripheries should be leveraged as a gateway to community work in nearby neighborhoods. They can't be an island of fighters, but they must move towards integration with the demands of workers who don't participate directly in the encampments, broadening our reference.

(...)

We need to try to make the occupation more than a struggle for housing; rather, it should be a tool for accumulating MTST forces toward our goals.

(...)

¹⁵⁰ This notion of a "dormitory" neighborhood tends to consider only the industrial work world, ignoring the wide range of services available in the neighborhoods. We adopt the perspective that work and housing are shuffled (Rizek, 2012).

[The occupation] is a way for us to train new militants for the struggle, build a reference in the peripheral neighborhoods, and show the workers that - with unity and organization - we have the power to confront this system. Our occupations must always have this horizon.

In this sense, I would disagree with Guerreiro's reading that points to constructing a subject "without its voice", as if the occupations were abandoned spaces since there are no residents. However, it is necessary to make a counterpoint, as the author is writing about the first half of the 2010s. With the progress of the School of Grassroots Work (2015), it has been possible to carry out activities with greater capillarity among the squatters. Previously, political training was restricted to the coordinators, and the assembly mode with the squatters was adopted (ETB-MTST, 2023).

The idea of a "symbolic" occupation is linked to the movement's understanding of "homelessness". In their short book "Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto" ("Why do we occupy? An introduction to the struggle of the homeless") (2012, p. 14, own translation), Guilherme Boulos explains:

First of all, we need to put aside the mistaken view that the homeless are only those who live on the streets, in extreme poverty and begging. This group is those who have reached the limit of degradation caused by homelessness, unemployment and other evils of the capitalist system. The majority of homeless people, however, are not on the streets and work, albeit often informally and without guaranteed rights.

The concept used by the movement is close to the official concept of the housing deficit adopted by the João Pinheiro Foundation¹⁵¹. This issue is at the heart of the dispute over the legitimacy of the movement's actions, even among the base. A short excerpt from a militant's testimony in the book launched on the movement's 25th anniversary illustrates this:

I first heard about the MTST on the internet. [...] I saw an interview with Guilherme Boulos, I started following the Movement's website, and then I saw an interview badmouthing the MTST. It was a journalist saying that people didn't live in the shacks, and that confused my thinking because I understood that what he [Boulos] was doing was right, fighting for housing for those who need it. Still, I didn't understand the symbolism of an occupation until I had to go to one (Silva, 2023, p. 20, own translation).

The current MTST rule is clear. The squatters who keep their shack in order, participate in the activities and acts proposed by the movement, regardless of whether they adhere to its ideology, win their house. This control of participation is carried out through the attendance list

¹⁵¹ The João Pinheiro Foundation, the body that provides data on the housing deficit for the state, defines the concept based on "precarious homes" (improvised and rustic); "cohabitation"; "excessive burden with urban rent" (homes with high rent costs). See the new methodology at: https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/10.03_Apresentacao_Lancamento-Deficit.pdf. Accessed on: October 16, 2023.

collected at all the activities proposed by the movement. Each participation means an attendance and a score, which can vary depending on the activity. There are notebooks and notebooks with attendance lists at assemblies, actions, protests, joint efforts, etc., controlled by the G¹⁵² and occupation coordinators. This score places the squatters in a “good” or “bad” position on the list of beneficiaries.

The attendance/scoring mechanism is not exclusive to the MTST and arose from the need to select beneficiaries during a very limited housing policy supply. According to Giaquinto (2016)¹⁵³, the scoring criterion is the first to be considered to indicate a squatter to be a housing program beneficiary. The second criterion is the housing condition, i.e., the absence or precariousness of housing conditions. This mechanism for controlling “participation in the struggle” also serves as a tool for “mobilizing” the base. Even though the squatters may not agree with all of the MTST’s agendas, attending the actions guarantees a good score (Giaquinto, 2016).

In this sense, the question Boulos posed - “Why do we occupy?” - has acquired different answers over the years. They occupy to live; they occupy to exert pressure; they occupy to transform large empty plots of land into spaces for education, food and culture (and not as a living space during the occupation); they occupy to represent the demand for housing and, as we’ll see later, they occupy to resignify and produce peripheral identities; they occupy to generate political engagement and politicize the squatters; they occupy to form social and party leaders, and they occupy to produce political capital.

Under the framework of Lulism, social organizations and movements began to play a role in managing class conflicts, resulting in an extension of territorial dominance and demands. The growth and strengthening of the grassroots, or “popular power”, occurred in harmony with the same interests of private capital and the state. From 2013 onwards, with the fraying of Lulism, the decline in PMCMV contracts and the June Journeys, the political conjuncture changed, as did the strategies of the social movements. At this point, the MTST faced at least two challenges.

The **first**, in the face of its massification - the growth of its base - without this meaning, the growth of its cadres of militants and coordinators resulted in a management and political training crisis. The movement had very few coordinators at the beginning of the 2010s. How to

¹⁵² Each occupation is divided into groups of shacks, the “Gs”. Each G has one or more coordinators.

¹⁵³ The author carried out her research in the Chico Mendes occupation.

organize the new squatters and supporters? How can they be trained politically under the movement's ideology? One of the answers was the School of Grassroots Work creation in 2015, aimed at the political formation of the grassroots and internal cadres and the co-opting and systematic organization of external supporters.

The June 2013 Journeys and the “festival of autonomous occupations” posed the second challenge of the demanding climate. Before the street demonstrations of 2013, the MTST was a significant social movement, occupying the streets in demonstrations. From that moment on, with tens of thousands of people on the streets refusing the mediation of political parties, social movements and unions as managers of this demand, the “accumulation of forces” built up until then by the MTST evaporated.

In May 2014, a report in *Folha de São Paulo* (2014, own translation) revealed that “since August [2013], São Paulo has been experiencing a boom in homeless occupations unlike anything seen for more than three decades”. In the words of Boulos, interviewed in the report:

Then comes June 2013 and mobilizations all over the country. What message did they send? Our assessment showed that there are results when people mobilize and take to the streets. After all, the fares went down. From July and August onwards, occupations began spontaneously in Brazilian cities. It wasn't the movements that predicted this. (...) What happened was that there was a social convulsion, and the floodgates of occupations were opened. In São Paulo, more than 100 occupations have existed since July 2013. In the capital, around 12 are under our coordination. There are other movements, especially in the center of São Paulo, but the MTST is the biggest. There are around 15,000 families in MTST occupations alone.

As Boulos pointed out, the movement had to readjust itself to the situation created by the June Journeys. The possibility of an autonomous struggle climate was in place, and the traditional organizations' image in charge of organizing the population's demands, such as political parties, trade unions and social movements, had been worn down. As hundreds of autonomous occupations spread across the RMSP, the challenge was to capture this housing demand and bring it into the movement under its ideology. The movement decided to open around 30 occupations to capture the demand and produce internal cadres through the empirical occupation experience. They bet on “natural politicization” through the occupation process, according to Gabriel Simeone (ETB-MTST, 2023).

Although there is a pedagogical dimension to the experiences, practices, marches, meetings, assemblies, and so many other collective activities (Carvalho-Silva; Tomizaki, 2021), the absence of an “educator” or a “guide” can make the process somewhat diffuse. What Simeone is calling “natural politicization” can be read in the analysis of Santos and Goulart

(2016, p. 153, own translation), who points out that in the first half of the 2010s, the movement bet on the practical dimension of the struggle as a form of politicization. The authors argue that

the movement has been carefully building a more well-defined program to think about the systematized training of militants. However, we note that there is still no clearly defined theoretical-methodological orientation that could help build a more precise training program that doesn't risk falling into empty spontaneism.

The movement's model of struggle, set up between 2009 and 2013 through Entities, was exhausted with Lulism, paving the way for the emergence of a new "urban activism" (Frúgoli Junior, 2018). Once again, a return to the squatters' base seemed further away on the horizon. The conservative climate in Brazil after 2013 and, more profoundly, after the coup in 2016 pushed the movement to open up another flank of struggle, now in the party field.

3.2 Institutionalization from "inside" of the state: elections, political parties and public office

The MTST's forms of action are centered on direct struggle against our enemies. This is important because it sets us apart from most urban movements, which have chosen to focus their actions on institutional participation: negotiating projects with the state, participating in councils (housing councils, city councils, participatory budgets, etc.) and partnerships with governments. Although the MTST also knows how to negotiate, this part of the process is always a function of mobilizations and pressure actions (Cartilha, 2013, own translation).

The MTST's 2013 Primer rejected institutionality as an action form, even though the movement had become a program operator, institutionalizing itself "outside" the state. In the 2010s second half, the movement also bet its chips on institutionalization "inside" the state. A significant shift can be observed here. Until this point, occupations were the primary way of building housing demand and influencing housing policy direction. Now, the movement is also betting on disputes in the party arena. The turning point for the change in strategy was the 2013 conjuncture, deepened in 2016.

The MTST and the articulation of the left: becoming a political actor

According to MTST militants Guilherme Boulos and Vítor Guimarães, the post-2013 conjuncture represented the impossibility of sustaining the Lulism "win-win" policy, social advances without structural changes and the opposing interest's conciliation (Boulos, Guimarães, 2016). The Dilma Rousseff government began to adopt a more right-wing stance, trying to please business community sectors, carrying out fiscal adjustment, reducing public

spending, increasing the tax burden, a high-interest rate policy and changing the rules for granting labor and social security benefits. In the words of Guilherme Boulos:

At the time when the MTST was being nationalized, the conjuncture became more intense. (...) At that time, we decided to take on the role of contributing to the left unity, pushing for the creation of the People Without Fear Front (Frente Povo Sem Medo), which was quite eclectic in its composition, fighting the coup but also Joaquim Levy's measures in the Dilma government. In this way, the MTST became a political actor. And so did I, as a representative of the movement (Paiva, 2018, own translation).

According to Boulos, this scenario pushed the movement to take on the role of political actor. The criticism of the government's agenda can be seen in the Letter Calling for the Launch of the People Without Fear Front in 2015, signed by 24 movements and organizations, including the MTST:

In the political and economic moment that the country is experiencing, there is an urgent need for the people to intensify the mobilization in the streets, avenues and squares against this conservative offensive, the anti-popular fiscal adjustment and defending a solution that does not burden the poorest.

The conjuncture is shaping up to be a challenging time for the Brazilian social movement. We need to bet on unity in the streets and the struggles. This is the main motivation for creating a national mobilization front led by the social movement the People Without Fear Front (Carta, 2015, own translation).

The People Without Fear Front is “a space for aggregating struggles and resistance to the coup, but always pointing to the need to build a new cycle of the Brazilian left” (Boulos; Guimarães, 2016, p. 144). It is characterized as a left-wing political organization that takes a stand against conservatism, aiming to “reclaim the streets” once the right's role in street demonstrations has grown since 2013 (Bedinelli, 2015; Declaração, 2017).

At first, there was an articulation of left-wing groups seeking to form a political unit. Later, with the fall of President Dilma Rousseff by “a parliamentary coup”, her substitution by President Michel Temer, a government marked by “setbacks in social and democratic rights”, Lula's “political” condemnation and the “rise of far-right ideas”, were decisive moments for the MTST to decide to enter party politics, according to Boulos (Guilherme, 2018).

In the coup aftermath, two significant challenges arose. The first was to strengthen the resistance against the “illegitimate” government installed in the country. The second was to build a broad unity of left-wing organizations and popular movements to resist the government. In the militants' view, the left would be unable to confront the conservative wave if it didn't immediately turn to the peripheries, “which most organizations left long years ago to take care

of institutional disputes” (Boulos; Guimarães, 2016, p. 142). One of the strategies was to bet on candidates for the legislative and executive branches.

Launching candidates for executive and legislative positions

In 2018, the MTST’s first election participation occurred when Guilherme Boulos ran for Republic President under the PSOL party, with Sônia Guajajara, an indigenous leader, as his vice president. His candidacy was supported by 70% of the party during the electoral conference process (Canofre, 2018). Boulos stated that the motivation for his candidacy was the lack of representation of people linked to left-wing social organizations:

We need to occupy politics with a voice that the political system pretends not to hear. Our candidacy, mine and Sonia Guajajara’s, in an alliance of social movements, with the PSOL, with the PCB [Brazilian Communist Party], expresses a process that comes from below, that comes from society, that comes from resistance struggles, with sectors of the feminist movement, black, LGBT, Mídia Ninja (Canofre, 2018, own translation).

The electoral contest represented an opportunity to debate society’s political project and counter the hegemonic and conservative discourse. The presidential campaign was also a way to combat many people's prejudices and stereotypes about the MTST. In Boulos’ words:

This campaign is an opportunity to break down prejudices (...) of people who think that those who occupy are vagabonds, those who demonstrate are terrorists, who want to take advantage, who are opportunists, but who don’t bother to see or question who is behind the tarpaulin and why they went there (Canofre, 2018, own translation).

Taking part in the elections allowed the movement to present its proposals, ideals, and vision of society more widely and helped more people get to know the movement. The MTST entered the party-political arena to dispute the narrative being produced about itself. At this time, Boulos and the MTST were gaining more space in traditional and social media. His campaign came 10th in the first round, with 617,122 votes (0.58% of the valid votes).

In the same year, Jô Cavalcanti, an MTST’s national cadre militant, ran for a seat in the Pernambuco legislature and was elected state deputy with just over 39,000 votes. She was part of the “Mandata Coletivo Juntas Codeputadas”¹⁵⁴ with four other women. The mandate’s agenda was to tackle racism, education, informal commerce, the LGBTQIA+ agenda, housing,

¹⁵⁴ Collective mandates find legal support in Resolution 23.548 of the Superior Electoral Court. Only one number is required on the ballot for each collective mandate, regardless of the number of people, with no impediments whatsoever to initiatives in this format. Officially, only one person is elected.

culture, and a new drug policy (Valadares, 2018). Jô Cavalcanti was the only one of the five women to officially take the seat of deputy, and she was the only MTST militant.

In the following elections, the strategy persisted. In 2020, the movement published an article on its website entitled “Occupy Politics: Meet the MTST candidates to contest and win the elections” (2020, own translation), in which it indicated that:

For some time now, the MTST has recognized that to advance the struggle for the rights of the poorest people, it is important to occupy not only empty and unproductive land but also institutional politics. Once inside these spaces, we must fight harder for housing, health, education, and transportation. In 2018, we launched Brazil’s first homeless presidential candidacy. In 2020, we will continue to fight, now running for São Paulo mayor and seats on São Paulo, Santo André, São Bernardo and Guarulhos city councils. For this to happen, it is essential that our militancy and all those who are part of the MTST are also engaged in the battle.

That year, Guilherme Boulos, with Luiza Erundina as his vice-president, ran for São Paulo mayor for PSOL. The candidacy represented an important moment to confront the project of Bolsonaro, João Dória and the then mayor Bruno Covas (Occupy, 2020). Boulos made it to the elections’ second round and obtained a surprising vote - more than 2 million (40.62% of the valid votes), losing to Bruno Covas (PSDB). These figures reflected the Boulos and the MTST political growth, putting them in the spotlight even more.

In 2020, another collective mandate by PSOL was launched in the electoral contest. This time, three black women, militants from the MTST’s base, formed the slate “Juntas - Mulheres Sem-Teto” (Together - Homeless Women) to run for councilor in São Paulo. The narrative was the same: “To elect the MTST to the city council is to defeat Bolsonarism in São Paulo” (Basso, 2020). The candidate slate of Jussara Basso, Débora Lima and Tuca, representing each area of São Paulo, brought up the housing issue linked to identity issues.

They pointed out that women, mothers and blacks from the periphery have been the most affected by Covid-19 due to the situation of vulnerability in which they find themselves. Jussara said: “To transform this reality, it is urgent to overcome the exclusion of women, black people and social movements from political representation spaces” (Basso, 2020). The narrative also emphasized the importance of intervening in the public policy formulation, disputing the budget and guaranteeing popular participation in public decisions (Bittencourt, 2020): “Electing the Juntas Mulheres Sem Teto is more than taking away a real estate speculator seat, it is bringing to the center of the debate and political formulation the experience of those who were formed in the collective struggle for housing. Their lives carry the lives of thousands” (Basso, 2020).

The mandate received a significant vote and came very close to being elected. The slate members were the party's first substitute. In 2022, Jussara Basso took office as a councilor without the MTST banner and the collective mandate, indicating a break with the movement. Also in 2020, in Santo André, Andreia Barbosa, the MTST's state coordinator, ran for councilor for the PSOL, becoming the first alternate. Two other low-profile candidacies also took place¹⁵⁵.

Two significant victories marked the 2022 elections for the MTST. Guilherme Boulos was elected federal deputy for the state of São Paulo, obtaining more than one million votes, making him the best-voted São Paulo federal deputy in that election (Bronze, 2022). Ediane Maria, the MTST's state coordinator from the grassroots, was elected a São Paulo state deputy, both for PSOL.

Ediane is a black bisexual woman from Pernambuco, aged 38 (2022) and a single mother of four. Her campaign presented anti-racist agendas, such as access to housing, the city, health, and education. Like the narrative of "Juntas - Homeless Women", Ediane believes that "black women need to occupy spaces of power, of decision-making, which have always been denied to us" (Basilio, 2022). For her, it is essential to have the "pen" to make decisions and influence public policies from inside and outside the state machine (Hoffmann, 2022). Boulos pointed out that Ediane plays a crucial role in building a left-wing caucus to confront Bolsonaroism in São Paulo (Basilio, 2022).

The candidacies had an impact beyond the attempt to interfere in public policy. During the 2023 School of Grassroots Work, several brigade members reported getting to know the movement through the MTST's electoral campaigns. Boulos and Ediane Maria's election impact is also noticeable in the occupations. Many squatters and militants feel that the movement has gained more legitimacy and strength with the elected comrades. Because she comes from the grassroots, Ediane has become a symbol of strength and resistance in the perception of many squatters. Several black women reported feeling stronger in the struggle, knowing that Ediane Maria had been elected and represented them. More than just winning the elections, the strategy of putting the movement in the spotlight and using the campaign to promote the movement's banner had an effect.

Launching militants to compete for institutional spaces is part of a larger context. According to a survey in a report by the Brasil de Fato news portal, several social movements are betting on collective candidacies in the 2020 elections in São Paulo (Bernardes, 2023). It is

¹⁵⁵ The MTST's state coordinator, Anderson Dalecio, ran for São Bernardo do Campo City Council. Zelídio Barbosa, who coordinated some occupations, ran for the Guarulhos City Council. Both unsuccessful candidacies were under the PT. The MTST symbolism was not widely (Ocupar, 2020).

worth highlighting the “Ocupa Política” (Occupy Politics) organization, which emerged from popular training experiences and elected collective mandates, such as As Muitas (BH), Marielle Franco and Talíria Petrone (RJ), Marquito (Florianópolis) and Ivan Moraes (Recife). The national organization aims to inspire and strengthen of activists and social collectives’ candidacy, preparing them to enter institutional politics. They currently have 16 mandates, most of them from PSOL (Santos, 2019).

The first Ocupa meeting occurred in 2017 when several movements already seeking institutional insertion joined the elected mandates, addressing issues such as agroecology, feminism, LGBTQIA+ and blackness. In 2018, the meeting took place in São Paulo, with the launch of 70 candidacies, resulting in 12 of them being elected, including the Mandata Coletiva Juntas Codeputadas (PE), led by Jô Cavalcanti. In 2019, the event was held in Recife, with collective funding and support from the Open Society and Oak foundations in partnership with the Update Institute. Activists and politicians from various Latin American countries and the United States participated. One of the highlights was the presence of representatives from the Movement School¹⁵⁶, a candidate training school (Santos, 2019).

The MTST’s activities in institutional spaces and the political-party arena

In institutional spaces, the MTST’s militants-parliamentarians address various issues of movement concern. Ediane is the “Parliamentary Front for the Defense of Housing and the Right to the City” coordinator and participates in the “Parliamentary Front in Support of the My House My Life Program”¹⁵⁷. Boulos is the “Urban Development Commission” 2nd Vice-President and is active in the “Mixed Parliamentary Front in Defense of the Rights of the Homeless Population”¹⁵⁸.

Boulos turned an MTST initiative into a public policy through Bill 491/23. The bill instituted the Solidarity Kitchen Program, which distributes free food to people in vulnerable situations and encourages food production through family farming and small farmers (Haje, 2023). Through this public policy, the MTST will launch dozens of Solidarity Kitchens later this year (ETB-MTST, 2023).

¹⁵⁶ The candidate training school has supported the campaign of Democratic congresswoman Alexandria Ocasio-Cortez in the USA; journalist Beatriz Sánchez, who ran for president of Chile in 2017; Alheli Partida, from the international LGBTI organization Victory Institute; the feminist phenomenon Estamos Listas, which brings together more than two thousand women to face the elections in Colombia (Santos, 2019). Access the 2020 “Occupy Politics” Guide at <https://micropolis.com.br/Guia-ocupa-politica>. Accessed on: July 5, 2023.

¹⁵⁷ Data available on the website of the Legislative Assembly of the State of São Paulo: <https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300667>. Accessed on: July 4, 2023.

¹⁵⁸ Data available at: <https://www.camara.leg.br/deputados/220639>. Accessed on: July 4, 2023.

The federal deputy played an essential role as Lula's campaign coordinator and, together with Juliano Medeiros, the national president of PSOL, participated in the transition government on the "Cities and Housing" front between 2022 and 2023. At the beginning of 2023, he took over as vice president of the "new" PMCMV mixed commission, criticizing the program but defending its continuity.

Boulos is preparing to run again for São Paulo mayor in 2024, and the projections are optimistic. He made this commitment in 2022 when he gave up running for governor of the state of São Paulo in favor of Fernando Haddad's (PT) candidacy. He will have Lula's political support, and the PT should not present a candidate (Chaib, 2023). Recent news indicates that Marta Suplicy, who recently rejoined the PT, will be the deputy mayor on Boulos' slate.

Another novelty for the MTST was the appointment of Guilherme Simões, 38, a sociology professor, popular educator, movement militant and one of the MTST 20-year history book authors (Simões et al., 2017), to take over the National Secretariat for Policies for Peripheral Territories (known as the Secretariat of the Peripheries). The secretariat is allocated to the Ministry of Cities, which was reopened in 2023 during Lula's government. His appointment to this post sparked internal debate within the movement about whether he would accept the invitation to join the government. In his words:

We discussed internally within the movement how much of a challenge this was and, at the same time, how necessary it was. We're facing a historic opportunity to rebuild our country and resume inclusive public and reparations policies. We don't have much choice; it would be very damaging to say, "I don't want to; I'm not going to take part." ... We are faced with the opportunity to help rebuild the country from the perspective of popular movements, the periphery, women, and black people. I see this as a very complex challenge because it's not easy, but above all, as an opportunity (Ribeiro, 2023, own translation).

The Secretariat is tasked with reducing social inequalities, articulating solutions for slum urbanization, and combating climate-related disasters by coordinating the three spheres of government and social movements in the peripheries. Another goal is to integrate the knowledge produced in the peripheries into public policies, providing the means for social movements and local agents to put their solutions into practice. Although the Secretariat has a tiny budget, it has become essential for the movement to learn how to operate the public machine from the inside. At the beginning of 2023, Simões started the "Peripheries Caravan" project, visiting various peripheral territories across Brazil to raise demands and produce a diagnosis.

The insertion of militants "inside" the state, whether through elections, commissioned positions or ministerial posts, demonstrates the movement's institutionalization process that has

been going on since the early 2010s. One of the main strategies was to “occupy” the PSOL, a party of currents that favors the growth of the Solidarity Revolution (current of the MTST). There was institutionalization in the wider party-political arena and institutionalization within the PSOL party bureaucracy.

The candidacies highlighted the importance of representing people linked to social movements for the right to the city and identity agendas. Militants now produce public policies aimed at social movements’ demands. The political context of the mid-2010s also contributed to projecting the movement internationally, as we’ll see below.

Relations between the MTST and PSOL

Relations between the MTST and the PSOL go beyond candidacies. During the 2022 campaign, Boulos was elected president of the party federation formed by PSOL and Rede Sustentabilidade. He played a decisive role in the PSOL’s support for Lula’s pre-candidacy (Bronze, 2022). After the election, the internal PSOL current led by Boulos defended its continued support for Lula, which was ratified at a PSOL plenary session. Boulos also became the party’s leader in the Deputies Chamber in 2023.

Other relationships can also be observed. MTST militants and coordinators occupy strategic positions within the PSOL. In September 2021, among the members of the party’s National Executive were at least two MTST militants. Natália Szermeta, a member of the MTST’s national staff and Guilherme Boulos’ wife, was Lauro Campos and Marielle Franco Foundation’s president - a PSOL foundation. She was also one of the 8th PSOL Congress organizers, which took place in the second half of 2023. Isadora Britto took on the position of Social Movements Secretary¹⁵⁹.

The party congresses are the basis for disputes over critical positions and the direction of party actions in the medium term. The 8th Congress elected Eduardo Borges, MTST’s national coordinator, to the PSOL-DF Social Movements Secretariat; Maria do Socorro, MTST’s coordinator, as PSOL-DF vice-president. Débora Lima, MTST’s national coordinator, was elected PSOL president of São Paulo city in 2021 and president of São Paulo state in 2023. Andréia Barbosa, an MTST militant, was elected Santo André PSOL president in previous years (Primeira, 2022).

It’s worth noting that the Solidarity Revolution, led by Boulos and the MTST, was the group that grew the most at the last Congress, doubling in size in two years and forming the

¹⁵⁹ Data available at: <https://psol50.org.br/partido/executiva-nacional/>. Accessed on: August 7, 2023.

second-largest delegation. The bench made up the winning camp - PSOL of All Struggles (PSOL de todas as lutas)¹⁶⁰. These appointments highlight the MTST degree of influence and participation within the party, strengthening its presence and representativeness in institutional politics.

The MTST occupations with PSOL affiliates become instruments of political dispute to define the party's direction and positions in its bureaucracy. The squatters, militants, and MTST supporters affiliated with PSOL are directed to vote for the movement's current during the local plenums. This puts PSOL's autonomy in check and has opened up space for MTST hegemony, inverting a traditional equation from the end of the 20th century, in which some social movements were subject to the party's logic rather than the opposite (Ferreira, 1994) (see more details in Chapter 3).

The MTST militants' political campaigns also contributed to the growth of PSOL itself. In 2021, PSOL was the only political party with a positive membership balance. Between January and September of that year, the party registered a positive balance of 1,300 members, reaching the mark of 220,000 members (PSOL, 2021). According to the report, these figures reflect the party's good performance in the electoral disputes, especially with Boulos' candidacy for São Paulo mayor in 2020. Half of PSOL's new members came from Pará and São Paulo (Pitombo; Garcia, 2021).

Another election outcome was the widening of financial strategies to maintain militants and coordinators who work daily in the movement. An example, the Ediane Maria cabinet employs an MTST state coordinator and one of the Raiz da Liberdade Collective coordinators (a collective that emerged within the MTST) as Parliamentary Assistants. Similarly, among Guilherme Boulos' Parliamentary Secretaries, it is also possible to identify at least one MTST militant¹⁶¹.

This opens up a path to building a "militant career", where militancy gradually becomes a field of employment and income possibilities (Araújo Filho, 2023). In this case, within party politics, militants professionalize through legislative positions and as advisors and secretaries. This mechanism allows for financial sustainability for militants who dedicate themselves entirely to the movement while enabling militants to move between the state and social

¹⁶⁰ Data available on the Instagram profiles "ronaldomansur09", "mtstdf" and "revolução solidáriadf", in October 2023.

¹⁶¹ Data available on the website of the Chamber of Deputies: <https://www.camara.leg.br/deputados/220639/pessoal-gabinete?ano=2023> and on the website of the Legislative Assembly of the State of São Paulo: <https://www.al.sp.gov.br/servidor/lista/?idUA=20426>. Accessed on: July 4, 2023.

movement spheres, allowing for greater connection and influence within political and governmental structures.

The MTST arrived in the 2020s with the features of a party-movement or, in Simeone's words, a "movement-party" (ETB-MTST, 2023). According to Boaventura de Sousa Santos (2021), the "party-movement" combines institutional, legal action and institutional mobilizations (courts, parliament and public administration), coming from the party field and direct action, such as protests, public demonstrations, artistic expressions from the social movements field. How this configuration will play out over the next few years remains to be seen. Whether there will be a balance between PSOL and MTST, whether the movement will dominate the party "from within", and whether there will be ruptures, among many other possibilities. It's possible to indicate that Boulos' current - Solidarity Revolution - is gaining a significant foothold within the PSOL. In the 2024 elections, more MTST candidates should run for the PSOL. Boulos' possible victory as mayor of Latin America's largest capital could help build the movement's hegemony within the PSOL.

4. Mega-events and the internationalization of the MTST

The Mega Events cycle, represented by the FIFA World Cup in 2014 and the Olympic and Paralympic Games in 2016, made the world turn its attention to Brazil. The World Cup occurred in 11 states and the Federal District, with the opening match in São Paulo and the final in Rio de Janeiro. The Olympics, on the other hand, took place only in the city of Rio de Janeiro. Various sectors of society, including social movements, criticized the high investments in stadiums and denounced using the PMCMV to promote the eviction of communities in Rio de Janeiro, making way for the Olympic Village. In May and June 2014, the MTST held four demonstrations, bringing together thousands of people. These protests, entitled "Copa sem povo, tô na rua de novo" (World Cup without people, I'm on the street again), demanded decent housing and fundamental rights, showing the popular sectors dissatisfaction with the public investment prioritization in the mega-sporting event (Mekari, 2014).

A month before the soccer tournament opening, the MTST set up the "Copa do Povo" occupation, with around 4,000 people, on a 150,000 m² plot owned by Viver Incorporadora. The occupation, located 3.5 km from the Corinthians Soccer Arena (where the opening of the World Cup took place) on the east side of São Paulo, served as a way of denouncing the

billionaire public spending and the increase in real estate speculation¹⁶² resulting from mega-events (Costa, 2014). The occupation lasted approximately four months and was dismantled after an agreement was signed between the MTST, the construction company Viver, the three levels of government and Caixa Econômica Federal, which provided for the construction of 3,500 housing units by 2016 (Valle, 2014).

The actions surrounding the mega events positioned the MTST as an important national political actor and also projected the movement internationally as the world turned its attention to Brazil. For example, journalists from more than 50 countries visited the *Copa do Povo* occupation¹⁶³. These events gave impetus to the movement's policy of international expansion.

In 2017, as part of the MTST's 20th anniversary celebrations, urban movements from Latin America met in São Paulo, intending to continue and deepen the creation of unity on the continent. The context, according to the MTST:

We are facing a new moment in the correlation of forces on our continent with imperialism's counter-offensive against the people of America. In this sense, the arrival of the World Trade Organization (WTO) in Argentina strengthens the ties between the right and international capital.

The economic, political, ideological, repressive and cultural advance is manifested in the attempt to end our freedoms and rights reflected in the electoral fraud that denies the popular will in Honduras, leaving behind the repression, persecution and murder of brothers and sisters perpetrated by the regime.

Capitalism is advancing by leaps and bounds, with its commodified cities where everything works concerning the value of the m², where a new model of destruction and displacement that expels the popular sectors is being experienced. However, the model of cities is in dispute. Faced with these metropolises of expulsion, the popular sectors are creating the model of the urban revolution: cities where popular protagonism is the solution to the problems we face today, where we build a dignified life for a good living, cities that contemplate new forms of production, commercialization, housing, education, culture, work (Frente, 2017, own translation).

The Latin American Urban Resistance Front (*Frente de Resistencia Urbana Latino-Americano*) was founded during the 2017 meeting to articulate a common project based on principles of socialism, feminism, and popular sovereignty (Frente, 2017). The MTST was truly entering the international sphere. According to Rud Rafael¹⁶⁴, the systematic organization of

¹⁶² Data from the FipeZap Index indicate that the square meter value in Itaquera increased by 165% between 2009 and 2014, denouncing the intrinsic relationship between mega-events and real estate overvaluation (Mekari, 2014).

¹⁶³ Information taken from Instagram MTST Brasil, in posts commemorating the movement's 25th anniversary, entitled "Occupation *Copa do Povo*, get to know this story", published on May 26, 2023. Available at: <https://www.instagram.com/p/Cst6EgHvBIB/>. Accessed on: July 6, 2023.

¹⁶⁴ Most of the information in this section was taken from Rud Rafael's public lecture, "Grassroots Work in Latin America," as part of the MTST Grassroots Work School—2023. Rud Rafael is the national coordinator of the MTST, a member of TELAR—Territorios Latino Americanos en Resistencia, a social educator, and a university professor. He was one of the authors of the book *20 Years of the MTST* (Simões et al., 2017).

the MTST's international sector has been ongoing for around six years. Actions have been concentrated mainly in the Latin American region, but there are also global initiatives. Based on dialogues built up over the last few years, the MTST has become part of various international political articulations. These articulations allow for the exchange of experiences in different contexts. Namely:

The **Diálogo dos Povos** is a space where social movements, networks, and organizations from Latin America and Africa unite. Its primary focus is resistance to expanding the agromining export model and large mining corporations. The network emphasizes women's participation, encourages their self-organization, and explains conflicts from a gender perspective. The MTST joined it in 2017.

The **Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara** brings together organizations that work with Pope Francis's principles. This movement has a dialogue with the Catholic Church based on the roof, land, and work tripod.

TELAR - Territorios Latinoamericanos en Resistencia is the movement's main strategic space, built in conjunction with territorial movements in Latin America, such as Ukamau (Chile), Congreso de los Pueblos (Colombia) and Frente Popular Dario Santillan (Argentina). There is also dialogue with the Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (Ecuador) and the Organización Popular Francisco Villa de Izquierda Independiente (Mexico). The aim is to bring together movements from the city, the countryside and the forest, strengthening resistance in Latin America.

The **Internacional Progressista** initiative was created in 2018 to unite left-wing public figures worldwide. The initiative's driving forces include Bernie Sanders, Yanis Varoufakis, and Jeremy Corbyn. Boulos is part of its political council. This articulation has projected Boulos on an international level¹⁶⁵.

Red Regeneracion Democracia is an organization that emerged during the pandemic. It involves parties, movements, and public figures from Latin America and Europe.

The **Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo** is an alliance of unions and social movements that aims to analyze the conjuncture in Latin America, especially the resumption of neoliberalism and the attacks on democracy. This initiative was launched during the 2016 World Social Forum on Migration in São Paulo.

¹⁶⁵ It is worth noting that in 2021, Boulos was named one of the 100 global emerging leaders by the Times Magazine. According to the magazine, his performance in the election for mayor of São Paulo established him as a rising figure in Brazilian politics and offered the left a new path to follow (Boulos, 2021; Zanini, 2021).

The **Washington Brazil Office** was created between 2021 and 2012. It aims to connect, support, and carry out advocacy, knowledge, and cooperation activities to strengthen civil society, protect human rights, promote sustainable and socio-economic development, and defend democracy and the rule of law in Brazil.

The **Grassroots Global Justice Alliance** is a space for grassroots internationalism that contributes to lobbying actions by social movements worldwide. The MTST has representatives on the GGJ but does not currently participate systematically.

The **Llamamiento de los pueblos originarios, afrodescendientes y las organizaciones populares de América Latina** is a network between organized peoples in Latin America to combat the inequalities exacerbated by Covid-19, the acute crises of capitalism, the dilapidation of workers' rights, the shrinking of public policies, neoliberalism, imperialism and the asphyxiation of international organizations.

Rud Rafael pointed out that participating in or organizing these initiatives is a response to the crises and conflicts caused by capitalism and neoliberalism, intending to confront the far right's advance. The movement understands that alternative projects and the left's reorganization need to be planned at a regional, national, and international level.

The Solidarity Kitchens are considered one of the most visible and successful cases within this network of international exchanges. Starting with The Diálogo dos Povos, the experience was replicated in South Africa. The Argentinian case of the Comedores y Merenderos of the Frente Popular Darío Santillán inspired the MTST's kitchen¹⁶⁶. The MTST's first Solidarity Kitchen was inaugurated during the pandemic in March 2021 in the Brasilândia region, in the north of São Paulo.

The "Zero Eviction Campaign" also drew international inspiration. According to Rud Rafael, the campaign was an initiative of the International Alliance of Inhabitants (IAI)¹⁶⁷. In March 2020, the IAI website launched an international call entitled "Zero Evictions for Coronavirus", which listed a series of local and global solidarity actions by grassroots organizations to protect the most vulnerable population. The campaign called on governments to make housing available for homeless people, freeze evictions, foreclosures and housing requisitions, and promote instruments to reduce the cost of rents (IAI, 2020). The MTST's traditional strategy of blocking highways to disrupt the circulation of goods and merchandise,

¹⁶⁶ The Frente Popular Darío Santillán is a far-left social movement. It was founded in 2004 by a confluence of different organizations, mainly piqueteros, students, workers, peasants, intellectuals, and artists.

¹⁶⁷ IAI is a global network of grassroots organizations founded in 2003. It is active on all continents, particularly with the Zero Evictions Campaign. IAI created the International Tribunal on Evictions, which has held nine sessions so far and has the collaboration of the United Nations Rapporteur on the Right to Housing (IAI, 2020).

impacting capitalist interests, was inspired by the Piqueteros movement in Argentina, which aimed to fight against layoffs and unemployment (Boulos, 2022).

Through the militant and Secretary of the Peripheries, Guilherme Simões, there are plans to hold a Latin American meeting of the Peripheries. The secretary also plans to visit Mexico and Chile to learn about social experiences in those countries. In this way, we can see that the movement is using the state structure as an internationalization strategy.

Through social networks, it is possible to observe the increasingly frequent transit of MTST militants participating in congresses and meetings in Latin America and receiving researchers and militants from different parts of the world. This exchange and cooperation with other social movements and international activists has helped to strengthen and expand the struggle for decent housing and social rights.

Rud Rafael pointed out that one of the most significant barriers to the MTST's internationalization is the language issue since Brazil is the only country in Latin America that speaks Portuguese and has no command of Spanish. Another critical point is the "dispute" for international space with the MST, which has hegemony as one of the most significant social movements in the world. Although they are considered "sibling" movements, their different strategies sometimes put them in competition for visibility and articulation.

The movement's projections for internationalization include building popular power with more plural lefts and considering the identity agenda. In addition, the new forms of territorial politics are to be aligned with the "institutional dispute", intending to act at grassroots and institutional levels. To this end, expanding links with other countries and consolidating existing networks are important, as well as strengthening the experiences exchange and mutual support. However, building political trust and strategic alignment takes time and resources. In the words of Rud Rafael, it can be said that the MTST is "in the movements' world showcase very recently".

5. Bolsonaro and the pandemic: criminalization of the movement and humanitarian actions

During Jair Bolsonaro's administration (2019-2022), social movements faced a strong wave of delegitimization and criminalization. In 2018, during the election campaign, Bolsonaro called the MTST militants "marginals who should be treated as terrorists" and said, "Private property is sacred. We should classify these marginals actions as terrorist. You invaded? It's

bullets”, defending the use of flamethrowers in actions against social movements (Pennafort, 2018). In 2022, the MBL¹⁶⁸ filed a complaint with the Public Prosecutor’s Office, asking for the movement to be classified as a “criminal organization”, accusing it of “committing crimes of housebreaking” (Medeiros, 2022).

In addition to the intense criminalization, the Covid-19 pandemic that spread in Brazil from the beginning of 2020 forced isolation, social distancing and hygiene rituals. Thus, organizing and maintaining occupations, as well as promoting protest, became challenging. Maintaining and mobilizing the base has become a major challenge, ideologically or materially. In the words of the movement, “We changed several strategies to respect social isolation and Covid prevention measures and developed a series of actions to guarantee rights, such as emergency aid, and the safety of people in situations of vulnerability”¹⁶⁹.

The movement denounced the precarious conditions in which residents of the peripheries lived, demanding emergency public policies and systematically promoting humanitarian actions. One of the first actions was to raise money by creating the “Emergency Fund for Homeless People Affected by Coronavirus”, reaching more than one million reais in its first phase of the campaign¹⁷⁰. With this money, 200 tons of food, 15,000 hygiene and cleaning kits, 290 liters of hand sanitizer, 200 kits for pregnant women were distributed, and around 110,000 masks were produced.

From the Solidarity Fund, the MTST developed a crucial social support network, creating the “cultural basket”, which distributed donated books and the basic food basket. The “Health WhatsApp” was created, where volunteer doctors and nurses advised people with Covid-19 symptoms. In the neighborhoods, “S.O.S. Corona” WhatsApp groups were created to identify anyone who needed help (Boulos, 2022). The movement also carried out income-generating actions, such as the creation of a homeless women’s cooperative in 5 states (São Paulo, Ceará, Rio de Janeiro, Sergipe and Goiás), which made and distributed more than 50,000 fabric masks, accompanied by an informative pamphlet¹⁷¹.

¹⁶⁸ Movimento Brasil Livre (Free Brazil Movement) is a Brazilian political organization created in 2014 with an economically liberal and morally conservative bias. Its members are known for being critical of the PT. The organization gained prominence mainly during Rousseff’s impeachment when the MBL mobilized street protests in several Brazilian cities.

¹⁶⁹ Information taken from Instagram MTST Brasil, in posts commemorating the movement’s 25th anniversary, entitled “We did what the government didn’t do in the Pandemic”, published on May 18, 2023. Available at: <https://www.instagram.com/p/CsZT6OAPIJd/>. Accessed on: July 6, 2023.

¹⁷⁰ Data available at: <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/ajude-os-sem-teto-a-enfrentar-o-coronavirus>. Accessed on: July 5, 2023. See also Boulos (2022, p. 61).

¹⁷¹ Information taken from Instagram MTST Brasil, in posts commemorating the movement’s 25th anniversary, entitled “We did what the government didn’t do in the Pandemic”, published on May 18, 2023. Available at: <https://www.instagram.com/p/CsZT6OAPIJd/>. Accessed on: June 6, 2023.

However, the food parcels delivery gave the movement very brief contact with the community. In the 2021 second pandemic wave, the Solidarity Kitchens were created from the Emergency Fund, a space to produce and distribute meals to the population. At the beginning of 2021, the MTST had 16 Solidarity Kitchens in 11 Brazilian states. The Kitchens are rooted in the territory. This contact has been fundamental in disputing the narratives produced about the health crisis, combating fake news and promoting a solidarity network.

According to the Solidarity Kitchens official website, “The lack of public policies aimed at food security¹⁷² has meant that social movements in Brazil have had to organize themselves to combat hunger and the famine affecting the population”. The survey presented by the website shows that in two years of operation, more than 1.3 million packed meals or 1.5 million kilos of food have been served. In February 2023, for example, around 80,000 packed meals and 55,000 kilos of food were distributed. The kitchens are open daily at lunchtime and rely on individual and organizational donations¹⁷³.

The movement currently has 45 Solidarity Kitchens in 14 states¹⁷⁴. In addition to food, they are important spaces for welcoming, training, conversation circles, legal and psychological assistance, soirees, adult literacy courses, and reading clubs, among other activities. They are also a source of employment, paying the cooks. One example is one of the occupation’s leaders in São Carlos, who managed to move from her precarious shack to a rental house after becoming a cook.

In 2022, Solidary Kitchens was one of the “Healthy Childhood Challenge” award winners, promoted by UNICEF, the United Nations Children’s Fund. They received 100,000 dollars to expand their actions (Sakamoto, 2022). In 2023, the project was among the 20 best social actions awarded by iBest! This year, the first MTST’s Solidarity Kitchens festival will take place in São Paulo, with live rock bands, and the proceeds will go to the Kitchens.

¹⁷² According to data released by the Penssan Network, more than half of Brazilians lived with food insecurity at the end of 2020, and 9% went hungry - a 28% jump compared to 2018. This percentage was higher in households of black and brown people (10.7%), headed by women (11.1%) or whose residents had up to incomplete primary education (14.7%). Many families depended on donated food or meals to feed themselves (Terra, 2021). The worsening of food insecurity cannot only be credited to the pandemic. One of the main factors was the dismantling of the National Food and Nutritional Security Policy (PNSAN) and the National Supply Company (Conab), in addition to the cutting of funds for the Family Farming Acquisition Program (PAA) during the Bolsonaro government. The Lula government instituted the policy in 2010 and is considered by many experts to be one of those responsible for getting the country off the UN's "Hunger Map" in 2014. See Monteiro (2022) and Boulos (2022, p. 123).

¹⁷³ Information from June 2023, on Cozinha Solidárias’ Instagram. Data available at: <https://apoia.se/cozinhasolidaria>. Accessed on: July 5, 2023.

¹⁷⁴ Data available at: <https://www.instagram.com/cozinhasolidariasmst/>. Accessed on: June 5, 2023.

The MTST has also acted during the pandemic. In 2021, the movement blocked avenues and highways in eight Brazilian states, demanding an increase in Emergency Aid to R\$600 reais, the resumption of housing investments, and the immediate suspension of evictions during the pandemic. Emergency Aid was interrupted in December 2020 and returned in April with much lower amounts (Sakamoto, 2021).

Specifically on the issue of evictions, the PSOL and the MTST, together with other organizations, filed an Argument for Non-Compliance with a Fundamental Precept (ADPF) No. 828/DF on April 14, 2021, requesting the interruption of evictions, evictions or forced removals, judicial or administrative, from occupations in a situation of judicial dispute or not, intending to protect housing during the pandemic. Minister Barroso partially granted the measure on June 3, 2021.

Subsequently, Law No. 14.216/2021, known as the Evictions Bill (PL 827/2020), was enacted on October 8, 2021, after the Federal Congress overturned President Jair Bolsonaro's full veto of the law's text. The new federal law and the ADPF complement each other. The ADPF stands out for its agile response to the absolute emergency since Congress took so long to approve the Evictions Bill¹⁷⁵.

Several organizations, including the MTST, promoted the Zero Evictions Campaign¹⁷⁶ - a national action with international support aimed at stopping any activity at evicting families and communities. According to data released by the campaign, in February 2022, more than 132,000 families were threatened with eviction. This figure represents an increase of 602% compared to the beginning of the pandemic. Around 30,000 families have been evicted during the pandemic, even with injunctions. Between March 2020 and February 2022, there was a 333% increase in families evicted. Without the injunction, this number could have been exponentially higher (Movimentos, 2022).

The MTST acted on two fronts: one front, on which the movement organized itself to meet the peripheral population's and its base's emergency needs, and a second front of action that put pressure on governments to take urgent measures. Social media was fundamental and widely used to maintain the grassroots and keep in touch with the training processes.

Political training courses were offered through closed Facebook groups. Small information pills containing pictures, texts, and short audio recordings were sent via WhatsApp.

¹⁷⁵ More information on the ADPF and the Law cited can be found at: <https://www.campanhadespejzero.org/quadro-comparativo-lei-adpf> and <https://www.campanhadespejzero.org/aprovada-a-lei-federal>. Accessed on: June 5, 2023.

¹⁷⁶ More information and the list of organizations taking part in the campaign, including the MTST, can be found at this link: <https://habitatbrasil.org.br/despejzero/>. Accessed on: July 5, 2023.

The coordinators and the grassroots were also given photography and video production courses to produce materials to circulate on social media. Flyers and brochures were also produced, printed and distributed.

The pandemic and the Bolsonaro government challenged the movement, leading it to rethink new strategies. Occupations and street protests, the MTST's main instruments of pressure at the time, were partially suspended due to health protocols. Criminalization and isolation made it difficult to maintain the base materially and ideologically. The use of social media was fundamental to maintaining dialogue with the base and the militants, as well as being a way of building a legitimate movement image in the eyes of other society sectors. At the same time, the movement promoted conditions for social reproduction through emergency and humanitarian actions.

6. Ecosystem of popular organizations

Throughout this chapter, we have highlighted the numerous networks in which the MTST has participated, from partnerships at the local level, such as teachers' unions, to the constitution of national networks, such as the National Front of Urban Movements or the People Without Fear Front. Since the mid-2010s, the movement has also joined international networks. Joining or setting up these networks has been the movement's response to the challenges posed by the dismantling conjuncture.

As Scherer-Warren (2006, p. 113) points out, social movements increasingly see the need to link up with other groups with the same social and political identity in the network society. These social movement networks result from an articulation process that presupposes the identification of collective subjects around shared values, objects or projects. The aim is to build the legitimacy of these groups, gain visibility, impact the public sphere and win social rights. It is important to note that these networks are not free of contradictions, conflicts or power structures. Strong links exist, such as leaders, mediators, strategic agents and reference organizations that can significantly influence and direct their actions (Scherer-Warren, 2006). A more focused look could reveal the MTST's position in the different networks.

The social movement networks and their articulations have led to cross-cutting themes related to social exclusion and the demand for new rights. In this sense, social movements have been opening up to accommodate subjects with plural demands. In globalized, multicultural and complex societies, identities are presented in multiple ways, valuing gender, ethnic and

racial dimensions, political and value options for equality, freedom, social and environmental sustainability, and respect for cultural differences (Scherer-Warren, 2006).

This plural agenda is also the result of the targeted social policies of recent decades, which have fragmented the provision of care based on the various facets of social exclusion (Lautier, 2014), such as the Bolsa Família program, the My House My Life program, and policies on quotas. These programs resulted from the widening of the sphere of “recognition”, configuring “progressive neoliberalism” (Fraser, 2018). It is precisely this sphere that has come under attack in the latest dismantling.

When we look at the social movements content in which the MTST has established networks, we can notice the openness to agendas ranging from feminism to racism, rural issues, and humanitarian issues, among many others. However, the groups, movements, and associations connected to these networks are autonomous from the MTST.

At the same time, in recent years, the movement has built a network of movements and collectives from the inside out, which it is the strongest link. These new groups were created within the movement and have become more or less autonomous, with militants circulating between them. In Gabriel Simeone’s words, the MTST produces an “ecosystem of popular organizations” where each group performs a specific function to strengthen the MTST, even though they are often, strategically or otherwise, not recognized as groups connected to the movement¹⁷⁷. Each organization can establish a specific relationship with the state, social movements, political parties and the market, depending on its demands and the conjuncture.

The **Solidarity Kitchen**, for example, is one of the movement’s fronts for action to address the hunger issue. Also noteworthy is the “**Cursinho Popular Tereza de Benguela**” in São Paulo, a free preparatory course for university entrance exams that aims to get periphery young people into university.

Recently, the movement’s technology center developed an app - “**Contrate quem luta**” (Hire those who fight) - “to connect our militants with people who need services”¹⁷⁸. The app works in the RMSP. This front is one of the actions of the MTST’s Technology Center, which has created various strategies focused on digital sovereignty. The sector has taken part in the

¹⁷⁷ An example can be illustrated from a participant observation activity I carried out at the end of 2023. During a food collection campaign for the Solidarity Kitchens that we carried out on Paulista Avenue in the city of São Paulo, we were advised not to link it to the MTST, as many people would not donate food due to the stigmatization of the movement. In this sense, it was a strategic choice.

¹⁷⁸ More information at: <https://contratequemluta.com/>. Accessed on: October 16, 2023.

latest editions of Campus Party¹⁷⁹ and, more recently, TED Talk - Guarulhos¹⁸⁰, popular events that attract large middle-class participation.

The MTST has built collectives that have become more or less autonomous concerning the movement, although they maintain strategic alignment and an intense flow of militants between them. They are:

The **Fogo no Pavio Collective** is a youth movement rooted in the struggle for popular power by organizing workers from the peripheries in various Brazilian cities. As well as acting in the struggle within the student movement and defending popular education, Fogo no Pavio stands out for its essential grassroots work in territorial struggles, seeking improvements in urban reform, leisure, culture, health, housing and work. In 2017, the 1st Fogo no Pavio Youth Meeting took place (Conscientização, 2018). The first post on Fogo no Pavio's Instagram profile was made in November 2019, showing the MTST logo with the inscription "Youth" at the bottom¹⁸¹.

The **Raiz da Liberdade (Root of Freedom) Collective** originates in the MTST. It is made up mostly of black women and men since the struggle for housing is one of the demands of black Brazilians who have historically been excluded from various social spheres, such as housing and work, and from the right to dignity. The MTST's activism on the periphery has led to the recognition of the racial issue centrality, making it an anti-racist movement. The collective was founded in June 2019, initially as a collective restricted to MTST militants, and later became a national movement open to all black anti-racists. In November 2019, the first state meeting was held in São Paulo, bringing together approximately 200 militants. The movement is also present in Pernambuco, Sergipe and the Federal District¹⁸².

The **Collective Mulheres em Movimento (Women in Action)** emerged in 2019 "out of the necessity of the struggle". It is active in the MTST occupations and strongly engaged in the fight against gender inequality, especially in preventing violence against women. It promotes conversation circles for women and men and welcoming and listening spaces¹⁸³.

¹⁷⁹ Campus Party Brasil is one of the biggest technology, innovation, digital culture and entrepreneurship events in the country. Inspired by the original Campus Party, created in Spain in 1997, the Brazilian edition began in 2008 and takes place annually. The event brings together thousands of enthusiasts, professionals, students, startups and companies from the technology and internet sector for a week of immersion in various activities, lectures, workshops, hackathons, competitions and exhibitions. The aim is to create an environment conducive to sharing knowledge, networking and developing innovative projects.

¹⁸⁰ TED Talks are a series of conferences under the slogan "Ideas worth sharing". These conferences are organized by the non-profit TED (Technology, Entertainment, Design), founded in 1984. TED Talks feature short, inspiring and powerful talks by renowned experts, thinkers, innovators and artists in various fields of knowledge.

¹⁸¹ Data available at: <https://www.instagram.com/p/B4z5VmplXCn/>. Accessed on: July 5, 2023.

¹⁸² Data available at: <https://raizdaliberdade.com.br/sobre-o-raiz/>. Accessed on: July 5, 2023.

¹⁸³ Data available at: <https://www.instagram.com/mulheres.emmovimentosp/>. Accessed on: July 5, 2023.

LGBT Collective - MTST. In 2017, the 1st “LGBTT” Conversation Round occurred with “dozens of activists, militants and interested parties” at the Povo Sem Medo Occupation in Guarulhos. In 2018, a 2nd “LGBTT” Roundtable occurred at the Povo Sem Medo Occupation in São Bernardo¹⁸⁴. Both meetings covered topics such as family acceptance, prejudice and the issue of the “gay cure”, etc. (Após, 2018). Although there is no confirmation, it is possible that these were the first activities on this subject promoted by the MTST. On Facebook, the “Movimento Revolução LGBT” page published its first post in April 2020, featuring a logo of two hands holding each other, one in rainbow colors, with the inscription “Coletivo LGBT MTST”. Today, the logo has changed and consists of a black hand holding a rainbow flag, with the words “LGBT Revolution”, without mentioning the MTST¹⁸⁵.

In May 2022, the **Collective Trabalhadores Sem Direito (Workers Without Rights)** was created in response to the need to fight for fundamental rights, including the right to work, combating the discrimination faced daily by informal workers and seeking to end their invisibility. The collective seems to have emerged autonomously from the MTST. However, relations and the transit of militants between the two are intense, as reported in an article about the movement's founding (Trabalhadores, 2022).

The setting up of this collective shows that the MTST is turning towards the field of work, the starting point for its foundation via the MST. The labor agenda has moved into the housing movement. Housing maintenance is directly linked to the ability to enter the labor market, just as the housing location is also related to the possibilities of accessing the labor market. As explored in Chapter Two, the absence of income sources can lead to eviction and a precarious housing condition. In this sense, they are two historically intertwined fields¹⁸⁶.

In this context, the MTST has not only built and joined networks with autonomous groups, but has also produced a network managed by the movement itself, called the “ecosystem of popular organizations”, where it is the strongest link. It’s worth asking whether PSOL is one of the groups that make up the “ecosystem”. As Simeone pointed out, being a member of PSOL does not characterize dual militancy since they are fighting for the same project for the country.

¹⁸⁴ A research project on LGBT issues in this occupation can be found in Carvalho (2019). Reports from LGBT homeless people can be found on the Instagram profile “Monas da Lona Preta”. Available at: <https://www.instagram.com/monasdalonapreta/>. Accessed on: July 5, 2023.

¹⁸⁵ Available at: <https://www.facebook.com/RevolucaoLGBT>. Accessed on: July 5, 2023.

¹⁸⁶ The relationship between work and housing in urban Brazil dates back to the 20th century, especially during the period of industrialization. During this period, industrial capital reproduced itself without covering workers’ housing costs, since the minimum wage was not enough for social reproduction. In the words of Chico de Oliveira, “industrialization was taking place, based on self-building, as a way of lowering the cost of reproducing the workforce” (Oliveira, 2006, p. 68, own translation). On the imbrications between housing and work, see Rizek (2012), Araújo Filho (2021; 2023).

The movement does not allow dual militancy. In other words, it does not allow militancy in other organizations or political parties that are not part of its “ecosystem”. In this sense, the PSOL serves one of the MTST’s objectives.

It is worth noting that within the movement, there are approximately ten sectors where the internal and external base operates. These sectors represent various technical works, such as architecture, law, political education, art, and culture (see next chapter). As Miagusko (2012) points out, the MTST has always had the characteristic of bringing technical knowledge into the movement’s structures, but it does not necessarily form an autonomous field through NGOs.

Generally, the groups that make up this ecosystem have different levels of autonomy. There are the movement’s sectors, action fronts, such as Solidarity Cooking and the *Cursinho Popular*, and collectives created within the movement that have gained some autonomy but maintain a strategic alignment and a militants’ flow.

The MTST began its trajectory at the end of the 1990s, under the MST influence, in a context marked by the neoliberalism of the FHC. From the RMSP, the movement became autonomous and built its foundations for stateization and nationalization during the 2000s. The centrality of São Paulo for the MTST development is due to the creation and decline of the industrial sector in the last 20th century decades and, consequently, the class experience shrinking generated by the factories and unions. This opened up the possibility of organizing the working class via a social housing movement, (re)territorializing the class conflict from the periphery (Scherer-Warren, 2009).

The movement achieved its nationalization and massification in the context of Lulism and the PMCMV Entities by accessing public funding. Although housing production in this category has been tiny compared to the other categories, it has made political gains for the movement. Given a small contingent of militants, a great challenge was posed: how can the new base be politicized under the MTST ideology? One answer was the creation of the School of Grassroots Work, which will be explored in the next chapter.

As Lulism began to fray, the strategies up to that point began to unravel. The demand also spread from the June 2013 Journeys. At that time, two solutions were presented: promoting dozens of occupations to capture the demand, betting on the “natural politicization” of the coordinators, and constructing and strengthening social movement networks.

The beginning of the 2010s marked the turning point for the MTST as a social movement that positioned itself as a political actor and presented a political project. MTST

institutionalization began outside and, then, inside the state, irreversibly altering its structure. The institutional arena became a strategy for action alongside urban occupations, which have always been the movement's primary tool.

The movement's entry into the institutional arena presents some inflections. Based on the political capital generated by the occupations, the MTST strengthens its participation in PSOL plenary sessions and congresses by getting its squatters and militants to vote. The MTST increasingly occupies key positions in the party bureaucracy and the Solidarity Revolution current disputes party hegemony. The MTST arrived in the 2020s with the features of a movement-party, acting from the institutional arena and direct action. The relationship between social movements and political parties, established in the last century, seems reversed. Political campaigns also put the movement in the spotlight.

The arrival of militants in the parliamentary arena provides a path to professional militancy, the remuneration of other militants via advisory positions, and a greater transit of militants between the movement's spheres and the state. Within the state, militants are directly involved in designing housing policies.

The conjuncture of the dismantling influenced the change in the scale of the movement's work and altered its content. New cross-cutting themes began to emerge, from the diversity of subjects to environmental issues and the world of work, resulting in respect and appreciation of plural subjects. New fronts for action were opened up from this perspective. In a context of increasing conservatism, the dismantling of social policies and Covid-19, the MTST has also systematically focused on humanitarian actions. The main result is the Solidarity Kitchens, now a public policy.

The movement's new slogan, adopted in 2023 as part of its 25th-anniversary celebrations - Teto, Trabalho e Pão (Roof, Work and Bread) - reveals the elasticity and scope of the struggle of the movement that today considers itself the most significant urban social movement in Brazil. The movement works with Brazil's largest population contingent - the peripheral urban population - and builds its centrality from the space opened up by the decline of other forms of social organization (trade unionism, for example) and from its internal demands.

In addition to the established networks, the movement has produced an "ecosystem of popular organizations", where the strongest link is the movement itself. These organizations are more or less autonomous from the movement and perform specific functions within the larger objective of the MTST, acting on different scales and interfacing with different actors.

Figure 21. Image linked to the MTST's 25th-anniversary celebrations, 2023



Artist: Paulo Kalvo (MTST militant), 2023.

The housing occupations have changed over the last decade. Although their form seems to have remained the same from the outside, their content has changed radically. They began to be organized around the possibility of eviction and began to play a symbolic role in representing the so-called housing deficit. Although they are no longer presented as a place to live, they remain a central space for the movement and the grassroots. They host cultural events, political training, health and legal support groups. Structurally, there is a *ciranda*, community gardens, and libraries, as well as space for large assemblies and meetings, community kitchens and daily meals, among other activities. The occupations function as a point of support for the workers.

More than that, they act as an instrument of pressure for squatters to access essential public services (Miagusko, 2012). They present themselves as a tool for producing urban space according to the demands of the low-income population. They function as a crucial space for producing multiple identities (Helene, 2019; Caldwell, 2007), political engagement, and politicization of squatters (Carvalho-Silva; Tomizaki, 2021; Breda, 2023). They have become a space for training party political leaders from the grassroots (Breda, 2023). More recently, they have become the center of political capital disputes between parties and social movements.

This chapter focuses on the movement's conjunctural and historical approach, listing changes in strategy due to both endogenous and exogenous forces. The next chapter will focus on the ethnographic approach, discussing the housing demand - the internal base - and the external base, as well as the processes of politicization under the movement's ideology.

Chapter 5

Inside the MTST: grassroots expansion, politicization and identity politics

Quando avistei meu corpo terra,
entendi minha forma carne.

Deixei o porto
que estaca,
represa
espanca.

Meus horizontes
são infindos,
os meus passos
eu domino.

Minha pele
já vestiu vários mundos.

(...)

Nas fogueiras
que morri
renasço
a cada instante.
Mulher!
(Lene, 2021, p. 37)

In the previous chapter, we analyzed the MTST's strategies reconfigurations aimed at "accumulating forces" under the Lulism framework, highlighting the movement massification, territorial expansion, the alliances and social movements networks constitution and the "ecosystem of popular organizations" construction. This process was marked by a concern with providing material goods to the internal base to the detriment of a critical awareness process (Guerreiro, 2016). This configuration took place especially between 2009 and 2014, along with the emergence and decline of PMCMV funds.

The current numbers reveal the scale the movement has reached over its 25 years of struggle. Present in 14 states, and the Federal District, the MTST has mobilized more than 150,000 families between occupations, communities and territorial nuclei. Approximately 58,000 families have been mobilized in the housing struggle, and 25,000 have won their own homes. Regarding composition, 72% of the movement comprises women and 78% of black people. The movement has also built 40 Solidarity Kitchens across Brazil, where 10,000 families are fed daily¹⁸⁷.

The movement massification has attracted more people to the internal base - the squatters - as well as supporters from the middle classes. The entry of these supporters is due to the MTST's growing visibility and to the conjuncture after 2013, when many people were looking for ways to express their anguish and desire to change the country. This rapid growth led the movement to develop strategies to multiply the number of its militants to have more strength to organize its bases, aiming to build "popular power", expressed in two fundamental issues - autonomy and political training.

Autonomy means that the MTST makes the MTST's decisions without interference from any other organization or the state. As a principle, political training means the proposal to continually train militants at the base of the movement to take on political responsibilities and participate in decisions. In other words, the workers must lead the MTST, and there must be an organizational effort to prepare more and more workers to lead the organization (Cartilha, 2013, own translation).

The previous chapter dealt with the dimension of autonomy. In this chapter, we will focus on political training processes. Over the last decade, the MTST has made an effort to politicize¹⁸⁸ the base, the G and occupation coordinators. In Gabriel Simeone's words, it's about "populating the imagination of our people" with the movement's ideology¹⁸⁹. One of the main

¹⁸⁷ Information taken from Instagram MTST Brasil, in posts commemorating the movement's 25th anniversary, entitled "MTST in numbers", published on May 22, 2023. Available at <https://www.instagram.com/p/Csj4YY1vU5l/> Accessed on: July 6, 2023.

¹⁸⁸ Politicizing means moving away from an individualistic perspective towards a collective perspective of tackling social and economic issues through attitudes and practices (Ait-Aoudia et al., 2011).

¹⁸⁹ Ideology as a conception of the world that is expressed in actions, in the Gramscian sense.

challenges is turning squatters into militants and engaging them in the struggle even after they have won their homes¹⁹⁰.

One of the strategies was the creation of the School of Grassroots Work in 2015. It aims to organize the supporters' entry into the movement's structures and politicize them. Therefore, the so-called external base comprises supporters and militants who have not joined the movement through an occupation - the "legitimate entry". Not everyone enrolled in the School becomes a militant; many join out of curiosity, interested in learning more about the movement, taking only the first module and continuing as eventual supporters. On the other hand, some continued the course, which lasted nine months in the 2023 edition. Ultimately, they become militants and continue to work in the movement. During the training, participants are called brigade members (*brigadistas*).

The external base offers volunteer work and technical knowledge fundamental to the movement's expansion. In 2023, around 4,500 people from all over Brazil enrolled in the School. The brigade members and militants work in 10 sectors in collaboration with the internal base, covering various thematic areas. They also support and promote political education for the coordinators and the base, among other activities.

Another product of the School is the movement's narrative control. Although not all brigade members go on to become militants, many got to know the MTST through the School, hearing about the movement by itself. Now, they are minimally equipped to defend it in WhatsApp groups, family lunches, circles of friends, and universities. The result is a disputed narrative among the middle classes about the MTST's role. More than that, it is attracting these people to the left.

The politicization offered by the MTST to both bases is not without conflict and contradictions. We argue in this chapter that identity, especially "identity politics" and the "neoliberal identity activism" developed in the last decade via the techno-mediated public sphere¹⁹¹ (Miskolci, 2021), plays a fundamental role in mediating the politicization of the brigade members, legitimizing or not a specific identity profiles' participation. Identity politics

¹⁹⁰ Not all squatters are militants; many take part in occupations, activities and events with the single aim of achieving their housing. However, some become more deeply involved in the struggle, becoming militants and even coordinators (cf. Carvalho-Silva; Tomizaki, 2021).

¹⁹¹ For Habermas (1999), the public sphere is the dimension in which collective issues are discussed, resulting in what we usually call public opinion. With the advent of mass communication, forms of political manipulation have emerged, replacing enlightened debate with the means of persuasion that make consensus building possible. Miskolci (2021) argues that the struggle for recognition, equality, human rights and social justice passes through the public sphere and is currently also inserted within the technical, media and commercial context of online platforms, configuring what he calls the "technical-media public sphere" (*esfera pública técnico-midiaticizada*). From this sphere, a moral perspective on public issues is produced.

also plays a crucial role in separating the “legitimate subjects of social transformation” - the internal base/the homeless/squatters - from the auxiliary subjects - the external base. Identity is also fundamental in forming internal leaders and inducting them into “militant careers” (Araújo Filho, 2023).

These modulations produce an economy or moral market of identities based on gender, sex, class, race and place of residence/birth. They mark out positions of who can speak, what they can speak about and who can legitimize information and categorizations, creating hierarchies and disputes. How can this new base of squatters and supporters who have formed their political consciousness mediated by neoliberal identity activism be politicized? What is the role of the grassroots in the process of reproducing and expanding the movement?

This chapter aims to discuss the contemporary structure of the MTST, the role of the School of Grassroots Work, and the forms of reproduction and politicization of both bases. Emphasis will be placed on the social markers, such as race, gender, class, and the peripheral subject. These issues emerged throughout the ethnographic research and are directly linked to the contemporary forms and structures of the MTST.

1. The MTST’s contemporary structure: internal base and external base

According to the MTST’s Primer of Principles (2013, own translation), the movement is organized into three collective types, each with its well-established function. They are:

Political Collectives (State Coordination and National Coordination) - make general political decisions for the movement in the state or the country.

Organizational Collectives (Sectors) make decisions and carry out tasks related to various issues necessary for constructing the MTST.

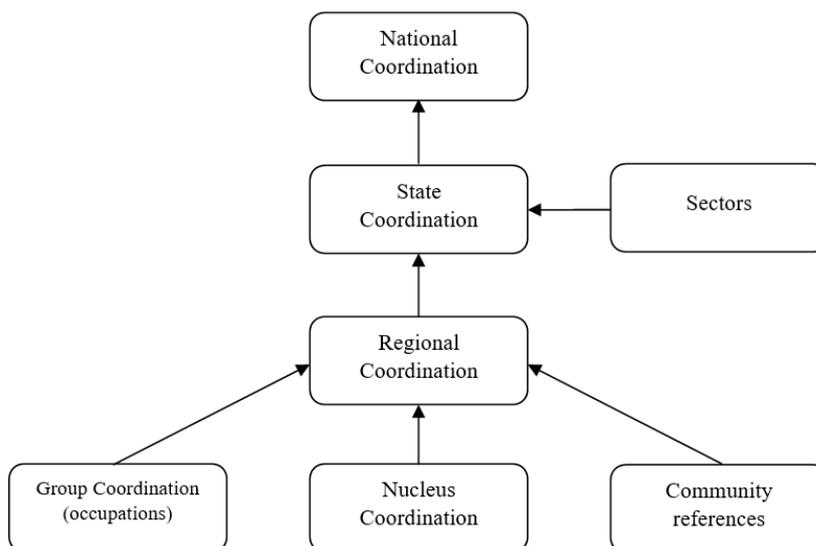
Territorial Collectives (Occupations, Nuclei, and Regional Coordinations) organize the MTST’s territorial work concerning the base. They decide on and carry out tasks relating to their action area, whether the occupation, the nucleus, or the wider region.

Territorially, each occupation comprises the Occupation Coordinator and the Group (“G”) Coordinators. The Gs are organized territorially and correspond to a group of more or less 50 shacks within the occupation. Occupations can have 10, 15 or more Gs. They all have a communal kitchen¹⁹², an essential space for food, meetings and sociability in general. There is

¹⁹² It is not allowed to have a stove inside the shacks for safety reasons. In Brazil, most stoves use gas and not electricity.

a hierarchy of command: the squatters talk to the G Coordinators, and they answer to the Occupation Coordinator.

Figure 22. Organization of the MTST, 2013



Source: Figure adapted from the MTST Primer of Principles (2013).

Community Nuclei result from an occupation that has been evicted or has achieved housing. Thus, in the absence of occupation - the squatters' organization territory and struggle - the nuclei play this role, allowing the movement to continue working in the communities even without a territorial occupation.

The **Sectors or Organizational Collectives** are deterritorialized and are responsible for organizing various activities contributing to the movement's progress. In 2013, the sectors highlighted in the Primer (2013, own translation) were:

Political Training - responsible for training militants.

Articulation - responsible for relations with the state and allies.

Organization - responsible for guaranteeing political functioning.

Security - responsible for the organization's self-defense.

Self-sufficiency - responsible for developing funding proposals.

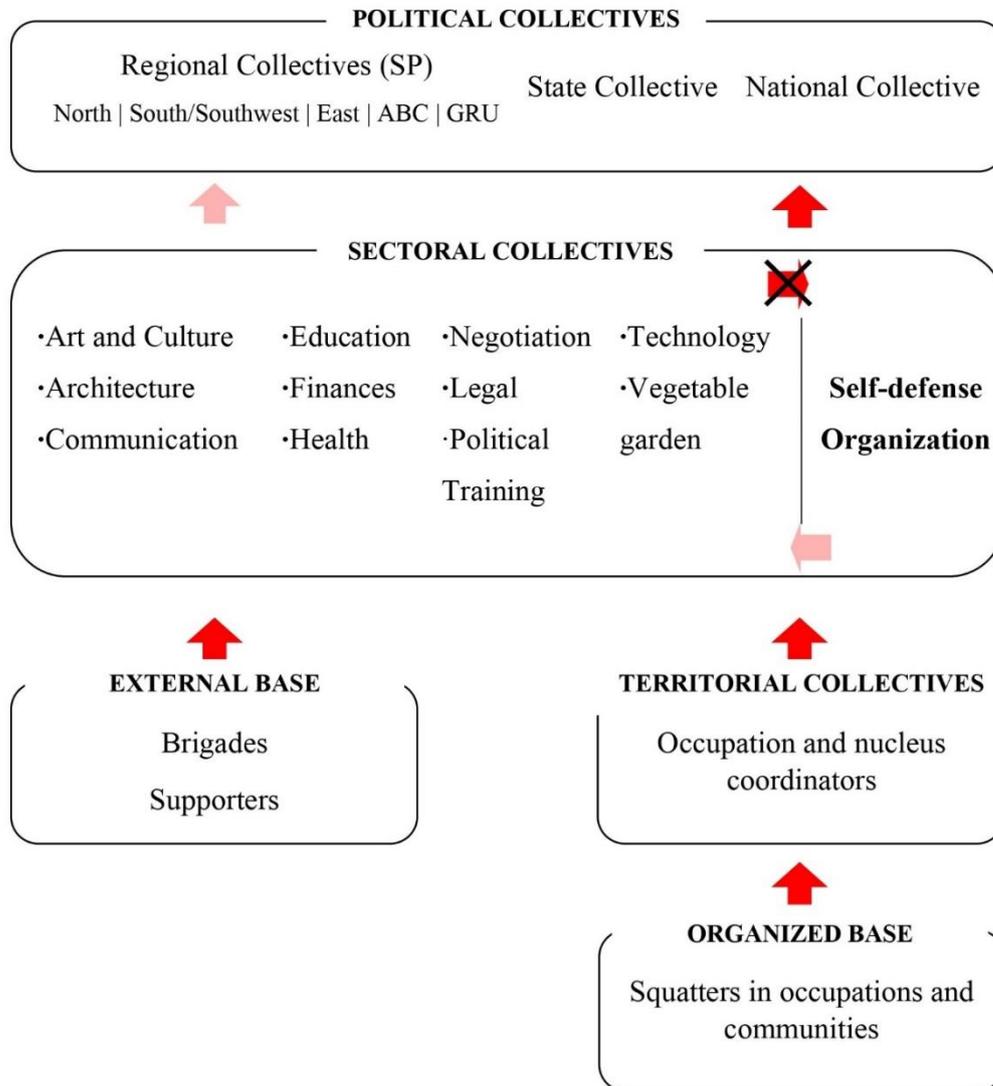
Finance - responsible for organizing resources and accountability (can be combined with self-sustainability).

Communication and Symbolism - responsible for the MTST's dissemination channels and for strengthening its symbolic identities.

Sectors are developed differently in each state where the MTST is present according to demands and possibilities. Even so, this construction takes place through a centralized and uniform reference. Some of these sectors or organization forms have their roots in the occupations described in Chapter 4, revealing the movement's development and complexity

over the last few decades. Since 2015, the sectors have increased with the opening of the School of Grassroots Work. The following figure represents the movement’s current organization.

Figure 23. Organization of the MTST, 2023



Source: MTST School of Grassroots Work, 2023. Image adapted by the author, 2023.

Figure 24 illustrates how the movement is currently structured and reproduced. On the right, we see the “legitimate entrance”. The organized (or internal) base comprises squatters from the occupations and the community bases, mainly of the poor and black population. The LGBTQIA+ population is also present in the occupations, and many occupy positions as coordinators. Foreigners are also welcome. I’ve seen the presence of trans people in leadership

positions, as well as the presence of foreigners, especially Latin Americans. As already mentioned, squatters are not necessarily militants.

The term “legitimate entry”, repeated several times by militants and coordinators from the internal base, seems to establish an action legitimacy line, which the brigade members and militants from the external base find very difficult to achieve. From my experience, this mediation seems to take place through work. You must achieve trust through time and continuous work, demonstrating that you are a fellow fighter, not an “Andorinha” (swallow)¹⁹³. And this work, at first, is related to manual labor - getting your hands dirty, in the popular expression - such as cooking, cleaning, working together, etc. For example, the intellectual work of reflecting on what is best for the people should be done by those who experience everyday life difficulties.

The “legitimate entry” presupposes a legitimate base - the internal base. There is an idea that this base would be the “people’s authentic representatives”, a “kind of original political subject” that would mediate the politics that shape the collective organization. Something like a new historical subject constructed through identity politics, which would replace the proletariat (cf. Miskolci, 2021). This subject would be the peripheral, poor, black and female population. In this sense, the external base would never precisely achieve a 100% legitimate place because it doesn’t share this same peripheral/marginal identity. The external base would be auxiliary, a workforce providing the technical conditions for the “legitimate” subjects to carry out the struggle.

The movement’s definition of “popular power” focuses on this legitimate subject: it is “the effective realization of the principle that only workers can solve workers’ problems”. The booklet from the early 2010s still points to a singular subject - the worker. Over the last ten years, this subject has shifted to the figure of a plural subject, which encompasses issues of gender, sexuality, race and the peripheral condition. To build this popular power, political training, i.e., “the proposal to continually train militants at the base of the movement to take on political responsibilities and participate in decision-making”, is fundamental (Cartilha, 2013, own translation).

In this sense, it is from within the grassroots that occupations and nuclei coordinators emerge, making up the territorial collectives. From my ethnographic works in São Carlos and São Paulo, I observed that this group mainly comprises black women. LGBTQIA+ people also stand out, although they are not the majority. The people who will make up the Self-defense

¹⁹³ A term used to refer to militants who do not actively participate in the movement.

and Organizing sectors come from these collectives. Only people from the organized base can make up these two groups called the “heart of the movement”. The justification is that this space can only be occupied by militants from the internal base, the legitimate subject, so as not to mischaracterize the MTST as a popular movement. From these two sectors, most people who make up the regional collectives, the state collectives and, finally, the national collective come. According to the movement, these flows have a representation and rotation system.

On the figure’s left side is the external base, represented mostly by people from the middle and lower middle classes, with complete schooling, many with higher education, white, between 18 and 40 years old approximately (based on my visual perceptions). Since 2015, this entrance has been organized through the School of Grassroots Work, which, in its second module, directs brigade members to the ten sectors to the left of the bar (excluding the negotiation sector). These sectors are coordinated by senior militants from the external base, with support from the internal base. As the arrow indicates, the transition of brigade members to the self-defense and organization sectors rarely happens, and the opposite does. The flow from the external base to the political collectives is lower than from the organized base (the “light red” arrow indicates a low flow).

The creation of the School is linked to the reflections on the post-2013 conjuncture. Many people were looking for a channel to express their anxieties and discontent at the time, and the MTST was an opportunity. On the other hand, the movement had massified, becoming more visible and attracting more supporters from the middle classes while at the same time needing more arms to organize, manage and provide political training for the base. The sectors then diversified and expanded to meet the new demand and accommodate the new supporters in their areas of university training, although not all brigade members necessarily work within their training area.

Richard Miskolci (2021) draws attention to the characteristics of the militancy formed in recent decades. Digital social networks have become a hegemonic space for political discussion in Brazil, contributing decisively to a new public sphere where moral perspectives on public issues are produced and shaping both left-wing and right-wing militancy. According to the author, the June 2013 Journeys marked the arrival on the streets of the first generation born and socialized on digital platforms.

These platforms encourage competitive practices through posts, reposts, likes, comments, and numbers of followers, among other indicators, creating a popularity and legitimacy social “ranking”. Profiles are built on the “attention economy” and become associated with one’s own identity (Goldhaber, 1997; Davenport; Beck, 2001 apud Miskolci,

2021), where users are recognized and legitimized based on their ability to attract followers and likes (Miskolci, 2021, p. 39). The content “quality” or the profile identity legitimacy is quantified using these indicators. Popular profiles become “reliable” and unique sources of information, even if they are not necessarily committed to the facts.

In this context, standardized forms of teaching are promoted, which are easy to assimilate and disseminate. This supposed knowledge acquired from popular profiles and the constant use of the victim-perpetrator key produces binary, simplistic, moralizing oppositions, such as the fight between good and evil. By activating the levers of self-entrepreneurship, they permanently seek to build a unique identity in a competitive arena. Through direct actions and the use of a lexicon summarized as individual “experience” and “positionality” (*lugar de fala*), scorn, humiliation and cancellation are promoted, producing a feeling of moral superiority. This generation has experienced a political discovery process through self-understanding, which follows a neoliberal logic and opposes the collective. Users act from this framework when transferred to the social justice demand area (Miskolci, 2021).

Whether on the left or the right, these subjects formatted through digital social media tend to reject mediators in the debate, such as professional journalists, lawyers, and scientists, bringing with them anti-institutional, anti-party and anti-intellectual impulses. The technical-mediated public sphere tends to prioritize quick, simple and direct answers, calling into question institutions and professionals whose specialized work follows standards that involve checking facts and evidence, which requires more time to complete and tends to present more complex and nuanced results. Reflective ways of thinking that are more difficult to incorporate or popularize disappear (Miskolci, 2021).

This process configures what the author calls “neoliberal identity activism” since it adheres to market-based forms of acting and subjectivizing, especially self-entrepreneurship. This transforms subjects’ “identities” or “experiences” into platforms for competition and produces hierarchy, status and moralities. The market forms of subjectivization through digital media are engagement in competition for attention, media recognition and “protagonist” status.

Within this context, identities play a central role in militancy. A moral economy is constituted, legitimizing certain identities to the detriment of others. Based on the neoliberal identity activism that has emerged over the last decade through digital social networks, how can we politicize the external base of new militants under the MTST’s ideology of class struggle and the collective?

In the 2023 edition, almost five thousand people from all over Brazil enrolled in the School of Grassroots Work. By the end of the course, this number had dwindled to

approximately 100 people who remained and became militants. We will examine the movement reproduction mechanisms and expansion of the external and internal bases linked to social markers and identity.

2. School of Grassroots Work: expansion and training mediated by social markers

The School of Grassroots Work is an MTST initiative that began in 2015. It aims to systematize the movement's struggle experience, providing knowledge and deconstructing "commonplaces in the minds of most middle-class people", creating "a space for us to share this learning with those who want to fight together with the people". The 2022 edition offered 246 territorial courses and 413 hours of classes, impacting more than 5,160 people. In addition, 153 online or digital training activities reached 180,000 people. The School's proposal aims to go beyond "classroom, textbook or lecture" knowledge through "life experience". Thus, the courses are always between "discourse" and "experience"¹⁹⁴.

The School of Grassroots Work activities occurred between January and September 2023, spread over three modules. This section will present the School and discuss some themes in greater depth. It would not be possible to describe all the activities, as there were around 30 to 40 meetings. With exceptions, there was always an online meeting during the week and a face-to-face meeting at weekends. The data discussed refers to my experience at the 2023 School of Grassroots Work, more specifically to those enrolled in the São Paulo metropolitan region (RMSP). Not all the activities and sectors in the state of São Paulo occur or exist in other states, resulting in different dynamics.

I applied in November 2022 after seeing an announcement on MTST's social media. Registration was open to all of Brazil, and registrants were organized into WhatsApp groups according to their region and time availability. After signing up, I received a registration number via WhatsApp.

On November 23, 2022, before we officially started the activities, there was a hybrid meeting to present the fundamentals of the School. That afternoon, the heavy rain in São Paulo meant the online audience was more significant. Ediane Maria, who had already been elected to the state legislature then, was one of the highlights. The online broadcast took place all over

¹⁹⁴ Data available at: trabalhoodebase.com. Accessed on July 2, 2023.

Brazil. At the beginning of December, registrants from São Paulo were offered a visit to the “Lélia González” occupation to connect them with the territory where the movement operates.

In January 2023, with registration closed, a profile was created for each registrant on the MTST’s online platform, developed by the militants themselves. Logging in makes it possible to view the classes and activities calendar, carry out tasks, and watch classes that were held online and recorded. You can also see future courses that are being developed, such as “Housing and Revolution,”; “How the State Works,” and “Pra cima deles”. There is a space dedicated to the dissemination of the movement’s podcasts, such as “Today in the Struggle”, already on air, and “Conjuncture”; PodOcupá” and “Barraco”, under construction.

The MTST is not the only organization that promotes a training school to attract and shape supporters and militants. In the conservative camp, the MBL¹⁹⁵ launched an initiative called “MBL Student” (MBL Estudantil) in 2018. This initiative aims to “form an army of students with liberal-conservative thinking and contest academic center elections to ‘break the leftist hegemony’ in schools and universities”. Pedro D’eyrot, one of the MBL’s coordinators, said the idea is to spread right-wing thinking by dominating as many organizations as possible. According to Fernando Holiday¹⁹⁶, the proposal is to “build a student movement that is not only militant but is also a training movement” aimed to attract young people who are liberal in the economy and conservative in moral standards.

“MBL Student” received more than 11,000 students and 8,000 institutions registered on its platform in the year it was launched, according to the coordinators. In 2021, the MBL launched the “MBL Academy,” intending to prepare a new generation of spokespeople, leaders and intellectuals capable of facing the challenges of post-impeachment Brazil. It offers theoretical and practical training in debates, management, leadership, marketing, history and political philosophy. Members of the MBL, such as Arthur do Val¹⁹⁷ and Kim Kataguirí, act as teachers to pass on what they have learned about politics over the years.

¹⁹⁵ Movimento Brasil Livre (Free Brazil Movement) is a Brazilian political organization with a liberal and conservative bias created in 2014. The movement has become known for its political mobilization actions, mainly on social networks and street demonstrations. Its ideology is based on the free market, reducing the size of the state, structural reforms, fighting corruption and conservative positions on moral and social issues. Its members are known for being critical of the PT. The organization gained prominence mainly during Rousseff’s impeachment process, when it mobilized street protests in several Brazilian cities.

¹⁹⁶ Councillor for São Paulo and one of the MBL’s exponents. Holiday is a strong supporter of the so-called “School without a Party”, a program that, according to him, aims to combat “left-wing indoctrination” in schools and universities.

¹⁹⁷ Arthur had his mandate as a state deputy (SP) revoked in 2022, leaving him ineligible for 8 years, due to a breach of parliamentary decorum when he uttered sexist phrases about Ukrainian refugee women (Rodrigues, 2022).

In this context, the MTST's School of Grassroots Work and the MBL Academy emerged during political field reorganization after the 2013 June Journeys. Both strategies aim to multiply the number of supporters and militants in their respective camps by attracting middle-class members to the progressive and conservative camps, respectively, to dispute narratives and ideologies.

2.1 Module 1: introducing the movement and sifting the brigade members

Module 1 occurred between January and April, offering “a panoramic view of popular organization in the urban context, going through religiosities, the dilemmas of concrete organization and closing with a history of grassroots forms of organization”. The main objective was to introduce the movement to the brigade members and separate those who would just like to get to know it from those who would like to get involved in militancy. For the latter group, the continuation of modules 2 and 3 was fundamental.

Nine main activities alternated between face-to-face, online, and hybrid formats occurred. In addition to these activities, in the middle of the week, there were online meetings in small groups called G's¹⁹⁸ to reflect on the activity that had taken place the previous weekend. For example, some hybrid classes took place in person in São Paulo and the Federal District and were broadcast live to the other states. In some states, brigade members gathered in an occupation or Solidarity Kitchen to watch the broadcast.

Throughout these activities, we had some classes with slightly more expository discussions, such as the class with Nancy Cardoso (PhD in Science of Religion) on religion and popular religiosities, which are so present in the peripheries and occupations; and the class with Caio Santo Amore (professor at FAU/USP) on the urban question and where the MTST's grassroots work takes place.

We also had classes with militants, such as Guilherme Boulos, on grassroots work and police strategy and with Rud Rafael on grassroots work in Latin America. Boulos' lecture was public at Quadra dos Bancários (near Sé Church, São Paulo). PSOL membership forms were distributed that day, and a stall sold MTST accessories. The last class of the cycle, entitled “Why don't people revolt?” was given by Emílio Gennari (popular educator and theologian), exploring the challenges of the popular struggle and reflections on militancy. After the

¹⁹⁸ My group was G 13, with around 30 people. We met online every Wednesday for exactly one hour. These small groups organized the brigade members for the first module since there were so many applicants. They were separated according to region and the times available for the meetings.

presentation, there were speeches by militants from the internal base and the presence of Ediane Maria, followed by a reception and the awarding of certificates.

Two activities were held in the territories. In these activities, groups of brigade members were separated between occupations, so similar activities took place on the same day in different territories. I visited the Nova Canudos occupation and the Luiza Mahin occupation. A third territorial activity, Ocupa Centro, took place outside the program¹⁹⁹.

I'll briefly explain the Nova Canudos occupation activity, listing the MTST methodology used in the brigade members and the internal base training. I'll also discuss some considerations about race, gender, and class that appeared throughout the activities as mediating categories of the brigade members' legitimacy.

“Nova Canudos” Occupation - social markers as a category of mediation and legitimacy

The first activity in the territory took place in mid-March. Some of the groups were assigned to the Nova Canudos occupation. I report on my experience.

We met on a Saturday morning at the Pirituba train station. We got on a bus and headed for Taipas. It was a cloudy, slightly muggy day with rain forecast. We arrived at the occupation, a steep slope. At the top, in a more or less flat space, there were several collective shacks glued together - a children's play area, a small library, a covered stage for assembly days, a collective kitchen and a shed for training activities and meetings. Breakfast was served in this last shed. Still on this first plateau were two rustic wooden toilet cabins with running water - one closed. From the top, you could see the shacks on the sloping ground, a vegetable garden and a staircase carved into the ravine, with a handrail in the middle that indicated the way to access the other part of the occupation.

Over coffee, we talked to the occupation's coordinators. Three black women introduced themselves and told us a little about their careers. Afterward, we were divided into small groups of 10 to 15 people, and each group was assigned to the communal kitchens scattered around the occupation.

The coordinators of each group posed a hypothetical challenge to the brigade members, which boiled down to the following question: “There was a newly established occupation with 1,000 people. Of these, 300 people put pressure on City Hall. In return, the city offered 300 houses ready to move into. Which people would be entitled to these houses?”. The situation sought to make the brigade members question and understand the movement's struggle methodology.

The first answers indicated that preference would be given to women, the elderly, the disabled, single mothers, black people, etc. The justifications revolved around the fact that the most vulnerable people might not be able to be present in the pressure act, and it wouldn't be fair to exclude them from the list of beneficiaries. At the

¹⁹⁹ Between March 14 and 29, 2023, the MTST squatted in front of São Paulo City Hall in the Anhangabaú Valley. The act, called Ocupa Centro, aimed to put pressure on Mayor Ricardo Nunes (MDB) to fulfill the promises made to the movement to build affordable housing during the administration of Mayor Bruno Covas (Quaresma, 2023). The main demand was the expropriation of the land where the Vila Nova Palestina occupation is located, in the South Zone of São Paulo. In 2019, then-mayor Bruno Covas issued a decree to expropriate the land. In October 2021, Mayor Ricardo Nunes reaffirmed the commitment, but no action has been taken.

extreme, the group debated whether a white woman, a single mother with more children than a black woman, a single mother, would have priority or not in terms of housing access. The focus on the so-called priority service went to extremes, and some brigade members who questioned this idea ended up being disapproved of.

A white brigade member raised a counterpoint: “Who would define the race of the people in the occupation in this situation? In Brazil, the racial definition used by the IBGE is based on self-declaration, for example. Would there be a hetero-identification panel along the lines of university entrance exams? Should the discussion of ‘who is black’ or ‘who is white’ be put to an assembly of a thousand people to define who would have access to housing? Even if the poor white population is smaller than the black population, would they not be able to access housing?” When the brigade member, a white man, raised this point, he quickly earned the dislike of some of the people present. Accusations and subtle indirections began to occur. One brigade member, in particular, kept repeating that men were no good, that many there were opportunists, “brocialist” (*esquerdo-macho*)²⁰⁰, etc. Every time a “typical” white man opened his mouth to comment, the brigade member rolled her eyes²⁰¹.

This small fragment reveals two essential issues beyond the movement’s methodological question. “Identity” as a form of access to housing and “identity” as legitimization of who can speak about a political agenda. The first refers to the housing distribution model proposed by the brigade members. It can be said that the neoliberal identity activism of the last ten years (Miskolci, 2021) and the focused social policies of recent decades (Lautier, 2014) have shaped the responses of most brigade members. Gender, sexual, class and race vulnerabilities, which characterize an individual’s identity, generate “scores” for access to housing. The more vulnerable a person is, the more suitable a person would have to live. At one point, it was even “joked” that “white men” wouldn’t have access to housing because they were “privileged”.

Miskolci (2021) points out that the “gradation of social subalternity” thesis makes some forms of violence and subjects visible to the detriment of other forms. In this sense, assigning scores through “identity” is not so simple. A policy based essentially on identity, formatted through the technical-media public sphere, has a moral and individualistic key as its central axis. It becomes an authoritarian politics of difference since it is based on rigid contours, reinforcing borders and oppositions. This policy reveals a moral battle over values, beliefs and practices.

²⁰⁰ Popularly, the brocialist is understood as a man who presents himself with progressive ideas, who supports social and feminist causes, but in practice is disrespectful and objectifies women.

²⁰¹ It is important to emphasize that this is not to say that this process would constitute “reverse racism” or “reverse machismo”, especially since these processes do not exist. These “categories” are constantly used by conservative groups to delegitimize progressive agendas. It’s about understanding how social markers mediate in these spaces, giving or taking away the legitimacy of those who speak.

Figure 24. “Nova Canudos” occupation, 2023



Source: authorship, 2023.

Identity tensions at that time revolved around gender and race. Focusing specifically on the last, the question arises: who is “black” and “white” in Brazil? Social scientist Evandro Cruz Silva argues that there is a malleability in the racial identity performance in the political dispute in colonized societies in which forced miscegenation has produced a population mass that is far removed from the two racial poles - black and white. Although the black person will hardly be seen as a white Caucasian, and vice versa, some identities are situated in a space of interracial diversity within this universe of traits, skin tones and origins, often represented by the word “parda” (brown). The hetero-identification boards for access to public universities prove this issue’s complexity (Silva, 2019). So, whose job would it be to identify the black population to generate a score for access to housing?

An empirical example of interracial diversity and performativity can be seen in a series of posts on Instagram by an MTST coordinator who came from the grassroots. In the first post, the coordinator reports that they self-identify as white, but another long-time black trans activist identifies them as brown. The subtext indicated that the fact that another recognized person in the field of identity activism identified them as brown was significant for their self-recognition. A few weeks later, the second post brought up the concept of “parditude”²⁰² and finally, in one

²⁰² “1. Grouping of people experiencing racial ambiguity, mainly stemming from Afro/Euro/Indigenous mixing. 2. Concept aimed at categorizing the racial identity of phenotypically mixed-race individuals in Brazilian ethnic-racial relations studies. 3. Term seeking to encompass, investigate, and frame experiences of socioracial non-belongingness among mixed-race individuals.” (information taken from the post).

last post, the coordinator recognized themselves as “pardo euroindígena” (Euroindigenous brown).

This example not only reveals the complexity of who is black or not but also exemplifies the racial performativity operated by the grassroots coordinator. There is a process of getting closer to the identity of the internal base, which is poor, peripheral and black. At the same time, they are softening the European “heritage” represented by the white, colonizing and oppressive man. The category produced to situate oneself in the world and to identify oneself - parditude or pardo euroindígena - confers legitimacy on the person and their militancy. In this context, the indication of who is black came from someone at the bottom of the “gradation of social subalternity”, based on their “experience” and “positionality”, which morally confer legitimacy on the subject.

Identities play a critical role in militancy and politics. It’s no coincidence that Guilherme Boulos is sometimes referred to as a “son of the struggle” (cf. Basso, 2020; Xavier, 2023), seeking to link the MTST’s most outstanding leader, who is white and from a middle-class background to popular and grassroots struggles. Without a subaltern identity, they created a symbolic “title”, indicating the limits and elasticity of the identity performativity.

In these modulations, a moral economy or identities market is produced based on gender, sex, class, race and place of residence/birth, marking out positions of who can speak, what they can speak about and who can legitimize information and categorizations. This brings us to the second issue raised by my field fragment - the reaction to the speeches of the white man present.

For some brigade members, the speech content could be legitimized or not according to the subject who expressed it. In other words, the content was re-signified to the detriment of the social markers of class, race, gender, sexuality, etc. The debate ceased, giving way to eye-rolling, whispering and giggling. Miskolci (2021) points out that mockery, debauchery and “cancellation” are part of the neoliberal identity activists’ repertoire. These are mechanisms that came from digital social networks, gaining some contours in the offline world, and aim to disqualify the political perspective and monopolize the authority of speech, seeking to allocate the opponent to the power or domination pole.

At the moment when the discussion among the brigade members was tense, the idea of “positionality”, “experience,” and “cisgenderism” emerged, indicating that the white man had no legitimacy to speak on the subject. This new lexicon generated on digital social networks turns knowledge and political understanding into something personal, of the individual order and, at the limit, moral. Politics based on individual experience and positionality closes down

collective discussions and opens up a depoliticization process, ignoring the state and public policies' role in promoting social rights. As a result, the discussion turns to morality and customs. Identity politics under the neoliberal framework has disseminated punitive practices, such as behavioral and ideological surveillance, cancellations and provocations instead of educating, dialoguing, convincing and creating alliances (Miskolci, 2021).

This context blurs the boundaries between militant work and academic work, legitimizing arguments based on an individual view of society in the name of personal experience, which only the individual can access, disqualifying scientific research. In this sense, universities, university professors, and scientific production are devalued as a source of legitimate knowledge (Miskolci, 2021).

Intellectualization repulsed some brigade members, as it represented middle-class values. Accusations that academics and intellectuals only knew the theory and had nothing to offer in “practice” were recurrent in almost every meeting, to the point where the MTST coordinators themselves intervened to point out that the movement is not against intellectualization and does not believe in the separation between theory and practice. The coordinators said several times that it didn't matter where you came from but rather your willingness to collaborate and that it wasn't a place to eliminate bourgeois guilt.

Race, gender, sexuality, class, and place of birth/living constantly appeared as mediators of the brigade members' legitimacy. This judgment mostly came from the brigade members, forming a competitive arena where you must compete to win. At the extreme, a white, “cis”, “heterosexual” middle-class man would be completely detached from that militancy and without any legitimacy. On the other hand, the more subaltern the subject, the more legitimacy they would have.

Based on this simplified reading of victim versus persecutor, those who present themselves as victims seek to build a superior morality in the fight for justice and turn their identity into a political platform. The fight for rights carried out only by victims who embody social injustice weakens the means for collective organization. Victimization as a mode of subjectivation leads to the individualization of demands (Pecheny, 2010) and is a powerful identity generator, producing an immunization against any criticism, allocating all the evil in the world to the other (Giglioli, 2017).

In this first stage of the School, it was common to see recurring attempts by the brigade members to strip themselves of what they consider to be stereotypes that recall the “oppressor” subject: male, white, “cis”, “heterosexual”, middle class. The clothing, the narratives that they came from humble families, although not as poor as the squatters, that their parents were hard

workers, and that they always liked social causes, among other topics, appeared constantly among the brigade members. The desire to prove that they were with the people and able to carry out any manual task²⁰³ was also present throughout the first module. There was even a particular dispute between those who wanted to go into the kitchen to wash dishes or do manual labor to show they knew how to do domestic chores. The processes of identity performativity were on display, trying to get closer to the “ordinary people”.

As mentioned by Miagusko (2012), the middle classes in situations of militancy seek to disembody class traits to “immerse themselves in the ordinary people”. With the advance of neoliberal identity activism, the process of moving away from “class traits” takes on new contours, reaching gender, sexuality and racial performativity, among others. There is not only a softening of class traits but also of whiteness and gender. Symbols that refer to the oppressor, patriarchy and colonization are unwanted.

If, on the one hand, it is true that there has been a strengthening of demands for recognition and equality from historically marginalized social groups, such as women, blacks and sexual minorities, on the other hand, there has been an intensification of a set of political and moral representations and practices with the potential to weaken the norms of democratic coexistence, which is based on tolerance, persuasion and the free exchange of ideas.

Returning to the exercise’s initial dilemma, the coordinators’ answer surprised a good part of the group by pointing to the opposite of what had been discussed: those who took part in the protest achieved the house. In that hypothetical situation, the struggle was represented by putting pressure on the city hall. There were no racial or gender criteria, for example. In real situations, the struggle is measured (and mediated) by the attendance list and scores discussed in the previous chapter.

Throughout the debate, the coordinators questioned our answers, regardless of what they were. The “contradiction” method, widely used in politicization processes, aims to explore all possible facets of the issue, revealing its complexity and ensuring that there are no doubts.

One of the MTST’s main challenges is to politicize the external base, which has been shaped through identity activism that carries neoliberal values of self-entrepreneurship and acting through life “experience”, “positionality”, “attention economy” and “protagonism”, ignoring legitimate mediators such as the university and professional journalism. How can the

²⁰³ The idea that she knows how to do manual labor, such as shoveling, cooking, washing dishes and clothes brings with it the idea of someone who is not from the middle class. The opposite would represent someone who always had everything in hand, never had to do domestic chores, as they possibly had a maid at home.

so-called “accumulation of forces” and “popular power” be built through this depoliticized base?

2.2 Module 2: getting to know the sectors

At the end of the first module, the brigade members who could continue filled in an online form indicating two sectors they would like to join and a collective they would like to meet. They had to justify their choice. Like the squatters, the group coordinators constantly evaluated the School’s brigade members. Attendance records, activity execution, text reading, binders, and comments are all recorded and necessary for progressing to the next stage.

The module took place in April, with four meetings and four more online meetings during the week. Entitled “getting hands dirty”, this stage preliminarily introduces the brigade members to the movement’s sectors. To make the choice, each sector was presented through a short video and a description on the School of Grassroots Work²⁰⁴ website. They are:

Health Sector: The sector is politically active in health prevention, promotion, and education, based in the territories where the MTST does its grassroots work. This collective is committed to defending public and free health and access to social policies at all levels of government. We also work with people in occupations and communities, providing health care and social assistance. We seek to work in a multidisciplinary way, ensuring the right to health is capillarized.

Architecture Sector: The architecture sector provides technical support, accompanies and develops housing projects, supports infrastructure interventions in the movement’s spaces, seeks alternative solutions in a collective and participatory way, and contributes to the debate on housing policies and the right to the city, both inside and outside the movement.

Art and Culture Sector: The Art and Culture Sector’s fundamental role is the collective construction of militant art connected to the MTST’s struggle. Among its various responsibilities, the Sector works with visual and oral symbolism for the movement’s spaces and street actions, the *Mystique*, cultural activities in occupations, kitchens, and communities, the rescue of hip-hop and peripheral culture as part of homeless culture, learning and social denunciation through art, and the joint and sensitive construction of our utopias.

Communication Sector: The communication sector is the MTST’s megaphone. It is responsible for presenting the MTST’s struggle, ideals, and very face to society and communicating organically with our militant base. We engage in political disputes within the networks and create an alternative form of popular communication against the hegemonic and bourgeois media.

Education Sector: The Education Sector is made up of people who participate in the journey of teaching and learning in the struggle with the people. To do this, we propose activities based on the experience of the students in their daily struggle, with which we join. We build everything from reading groups to school reinforcements, but our main focus is socio-educational activities with our children. You don’t have

²⁰⁴ Data available at: <https://trabalhodebase.com/>. Accessed on: June 12, 2023.

to be a teacher to take part: you have to be willing, as an educator, and also be an educator who is formed in their reflective practice with ordinary people.

Finance sector: The collective activity of left-wing social movements has been sustaining ordinary people's struggles and actions that guarantee the survival of vast numbers of people whom the state has abandoned. Self-sufficiency and collective actions play a role in building bonds of consciousness among the oppressed. This is why the MTST has a sector responsible for organizing finances and independently seeking funding sources.

Political Training Sector: The MTST is more than a housing movement. It is a workers' organization that understands the need for a profound transformation. To attack the causes of homelessness until they are eliminated. In this sense, the role of the training sector is to link everyday practice to its more general aspects, denouncing the causes and, above all, the perpetrators of so much evil. To this end, it runs training courses, podcasts, videos, agitation materials and study groups aimed at the grassroots, activists and supporters of the movement's struggle.

Vegetable garden sector: The MTST's Solidarity Kitchens, Urban Vegetable Gardens and Food Security sector comprises militants willing to put their feet in the mud, help build vegetable gardens, and listen to and exchange ideas with ordinary people. The sector requires no prior knowledge of planting but a willingness to get involved and look after the spaces with our comrades-in-arms. Our primary focus is food security and sovereignty, which is placed in various territories, including occupations and solidarity kitchens.

Legal Sector: The Legal Sector brings together jurists committed to a counter-hegemonic practice guided by the social struggle. Without romanticizing law or practice, members from the most diverse specialties believe in and build a tactical and innovative use of the law allied to and guided by the popular struggle. Suppose the MTST's strategy is to achieve transformations by constructing popular power. In that case, the Legal Sector is guided by this strategy and builds an insurgent law - a legal practice aimed at strengthening the struggles of our people.

Technology Sector: The Technology Center is the most recent sector in the MTST. It seeks to offer popular alternatives to the - often alienating - technologies that manage the lives of Brazilian workers. To this end, roughly speaking, the group works on the following fronts: - Project front: develops projects that facilitate the organization and coexistence of our base; - Course front: conducts professional courses that make handling the techniques that permeate our daily lives less alienating. You don't need previous experience with programming or working in the technology and IT sector to join.

The Negotiation sector was not described on the website, but it negotiates the MTST's demands with the public authorities and the private sector. The Self-Defense sector is responsible for the security of the occupation, the "track"²⁰⁵ and the security of the demonstrations. The Self-Defense, Negotiation and Organization sectors are mostly made up of the internal base.

²⁰⁵ The "trilha" (trek) is an activity that occurs every night in the occupation and directly or indirectly involves all the squatters. It refers to strategic walks within the territory for protection and observation.

Unlike other social movements²⁰⁶, the MTST involves technicians and mediation agents in its structures. This strategy originated in the MST (Miagusko, 2012). The mechanism proposed by the School of Grassroots Work is a policy maturing that has been in the movement since its foundation. The aim is to unite the middle class, which has technical knowledge, with the dispossessed – the homeless. In this sense, these technicians and mediation agents are not popular political subjects but mediators (Miagusko, 2012, p. 283).

My first choice was the Political Training sector. This sector works with internal and external audiences. Internally, it offers training for the grassroots, coordination, militants and internal staff. Externally, the sector dialogues with the community, responding to invitations to give talks or specific courses in schools, trade unions and other social movements. It is also involved in organizing the School of Grassroots Work and has plans to offer training to other sectors. According to the movement, political training is “a process of classes, debates, readings, activities and reflections so that militants have more autonomy and can actively participate in the political debate, with arguments, concepts and, of course, faith in the struggle”.

The sector produces scripts and training materials, such as brochures, pamphlets, videos, audio, etc., in physical and digital formats. It meets grassroots and political collective demands. For example, during the 2022 elections, a course on the elections, the executive, legislative, and political roles, emphasizing the importance of voting, was needed.

The sector offers a range of courses and themes involving the MTST’s strategies, the social function of property, historical and contemporary notions of “left” and “right”, the world of work, territorial struggles related to housing, and popular struggles in Latin America. The courses are designed based on a systematized theoretical methodology, and these topics are discussed in easily accessible language.

The scripts are produced, applied, reflected on and polished. They are designed differently for each target audience, varying in theme, depth, course duration and activity schedule. Thus, for more itinerant squatters, the training courses can be short and quite systematized; coordinators can last several meetings on the same theme. Printed materials are also produced to be displayed and handed out during the training. In this module, we had contact with the main training script, “Why do we occupy?” which will be explored later.

²⁰⁶ Many social and housing movements rely on the collaboration of technical advisors and specialists from outside the movement. This type of conformation took shape in the 1980s, based on collective house building as a policy of visibility and the technical consultancies that offered support (Miagusko, 2012).

Figure 25. “Lambe-lambe” pasted on the occupations as part of the 2022 elections



Source: authorship, 2023.

2.3 Module 3: the transition from brigade member to militant

Module 3 took place between May and September. Its main objective was to deepen the brigade members' knowledge of the sectors and the movement and make the final transition from brigade member to militant. At this point, brigade members are expected to have a thorough knowledge of the movement's principles and rules, understanding that their attitudes must be harmonized with them. A more active brigade member is expected, even if they must respect the decisions and command hierarchies. I present the main experiences of this module in three topics.

Brigades meeting: self-organization and in-depth knowledge

The Brigades Big Meeting at Casarão, the movement's headquarters in Taboão da Serra, inaugurated this module. All the brigades and brigade members gathered there. The activity began on Friday evening and ended on Sunday morning, Mother's Day.

When we arrived at the Casarão, the brigade members were separated into new groups, mixing sectors. Each group was responsible for specific tasks, such as keeping the place clean and organized, cleaning the bathrooms, cooking, buying supplies, etc. We went from brigade members who were given specific roles to brigade members who had to self-organize within the established demands.

On Saturday, the discussions were based on the topic "What does it mean to be a militant?" inspired by Frei Betto's advice. The principles of the MTST militant were also discussed. The coordinators provided more details about the movement's history and current strategies in this new stage. With each step up, we had access to more valuable information for the movement.

On Saturday afternoon, we were separated into groups again. We read and discussed Bertolt Brecht's play "The Decision"²⁰⁷. At the end of the reading, we had to vote on the proposed challenge: would we or would we not kill the "young comrade" who was endangering the socialist revolution by disobeying collective orders? If we did, the revolution could take place; if we didn't, the comrades would be discovered and killed, and the revolution would fail.

Again, we were asked to reflect on a hypothetical and extreme situation. The dilemma was the limits of individual action within a collective. The final lesson reflected one of the movement's principles: actions must be debated, but individuals must follow the collective will once the strategy has been decided.

That moment was filled with anguish among the brigade members. Some were beginning to realize what it meant to be part of a social movement and that following orders from above was the most significant part of the job. Many came in imagining that their actions would have a significant, immediate impact. When they realized they were a small part of the machinery, a feeling of passivity appeared.

(...)

A second meeting of the Brigades took place in mid-July. At this meeting, which lasted just one day, the brigade members had to present the function of their brigade. This exercise allowed the coordinators to understand whether the brigade members were in tune with the role of their brigade. It was also an opportunity to learn more about the other brigades' work. In the afternoon, we were separated into mixed groups to discuss "How does my brigade collaborate with the general action of the movement?" and "What is my role in the brigade and the movement?". In this second moment, several people reported a feeling of passivity and frustration precisely because they only met the demands from the coordination or higher levels.

The activities that made up the module's opening and, later, the brigades' second meeting had a very clear objective: to ensure that the brigade members who have reached the final stage and intend to join the movement understand what militancy is in the MTST's terms. Respect for collective decisions agreed through dialog and respect for hierarchies seemed to clash with the expectations of a militancy forged through neoliberal identity activism (Miskolci, 2021).

For many there, the School of Grassroots Work was their first experience within a collective organization. The frustration of following orders and carrying out small activities, which seem detached from the general strategy, clashes with neoliberal activism, which envisages direct actions without mediation and hierarchies. In these terms, "horizontality" appears to be synonymous with democracy, a fallacy promoted by commercial social networking services, points out Miskolci (2021). The author emphasizes that democracy does

²⁰⁷ "The Decision" is a play written by Bertolt Brecht in 1930. It portrays a situation in which a group of young communists find themselves at a crossroads. They have to decide whether to eliminate one of their comrades, Ernst, who is considered a traitor to the party. The play is divided into two parts. In the first part, we see the training of the young revolutionaries, emphasizing discipline and collective spirit. In the second part, the moral dilemma develops, the possibility of Ernst's execution as a necessary measure to protect the movement and the revolution. The young people have to make this difficult decision, confronting ethical and political questions. The play addresses themes such as individual sacrifice for the good of the collective, obedience to political leadership and the complex nature of revolutionary activism.

not happen without hierarchy and mediation; these absences allow authoritarianism to take hold.

It's no coincidence that the feeling of passivity, of complying with demands from coordination or higher authorities without the right to an opinion, translated into frustration, impotence or a lack of meaning in the proposed activities. The idea of making real changes on a large scale and instantaneously results from a militancy formed primarily through digital social networks that offer quick responses. The dimension of structural, complex and long-term change is lost.

Another critical point is the focus on individuals' demands. In the MTST, the demands and strategies are not the result of the external base demands but of the internal base and political collectives. Ultimately, the brigade members and militants from the external base offer technical support and volunteer labor for the movement's strategies. Again, frustration sets in.

Politicization in the sense of moving away from an individualist perspective towards a collective perspective of tackling social and economic issues through interests, attitudes and practices (Aït-Aoudia et al., 2011) was confronted with neoliberal identity activism. The MTST is betting on a politicized reading of class conflict, where there would be no room for "protagonism" or "individuality". Brecht's play illustrates what the movement expects of its militants: compliance with orders in a hierarchy and the dissolution of the singular neoliberal identity in favor of a collective identity.

How to produce a script: the demands of the grassroots and political collectives

On one of the weekends, the brigade members accompanied militants from the political training sector to visit the "Lélia González" occupation. This allowed us to observe how political training was delivered to the grassroots. On another weekend, we met at the movement's headquarters in the center to discuss an excerpt from the book "Quarto de Despejo" by Carolina Maria de Jesus. The participants were then encouraged to think about the challenges she faced and how, hypothetically, we could conduct political training in dialogue with the squatters with her profile to overcome these challenges.

These activities introduced the brigade members to creating a script that involves observing the base's demands, daily challenges, available tools (material and intellectual), and training and teaching methodologies. All the training offered is carefully planned so that it is not just a lecture but rather an exchange of knowledge and the construction of the central argument together with the squatters, exploring the various facets of the issue through the contradiction method.

The scripts also cater to the interests of political collectives. In mid-2023, for example, the revision of São Paulo's Master Plan was in dispute, and the MTST was a strong protagonist against reformulations aimed at benefiting private developers. On June 20, the movement called on some militants to protest in the streets (Manifestantes, 2023; Moncau, 2023). But days before, the political training sector was given the task of creating a training script that discussed the Master Plan reformulation, and this script should be applied in the occupations called for the act.

The weekend before the demonstration, the brigade members' activities from the political training sector were canceled, and we helped the militants from the sector deliver this new training. In my case, I accompanied the training at the "Lélia Gonzales" occupation, which focused on the concepts of left and right and the discussion of the My House My Life Program and the Green and Yellow House Program. In the "Carolina Maria de Jesus" occupation, which was called to participate in the demonstration, the concepts of left and right were discussed, along with the Master Plan revision. The political collectives urgently demanded this training and aimed to prepare the squatters to participate in the action and have arguments to discuss the issue.

After the training, the coordinators and brigade members met in the main shed. They discussed the mistakes and successes, what worked and what could be improved constantly while improving methodologies. According to information from the coordination, there were 16 G and one occupation coordination training that weekend, mobilizing 21 trainers, plus the almost complete political training brigade (21 people), reaching 1,110 squatters in 4 territories. This process shows that training is dynamically organized and also seeks to adapt to conjunctures. It also illustrates the importance of the School of Grassroots Work, which prepares militants to offer this training, increasing the capillarity of the politicization process.

In August, the MTST directed its energies towards disputing the theses at the 8th PSOL Congress. As a result, the entire militancy concentrated on electing thesis number 3 from the MTST current. During these circumstances, activities in the territories were frozen, and the training sector turned to self-education and the production of political training material by digital means. We received two ready-made scripts: "Why do we occupy?" and "The social function of property," we had the challenge of transforming these scripts into two short videos that lasted one minute each. They would be shared on the squatters' WhatsApp groups, ensuring that the political training process would continue even in the physical absence of the sector in the territories.

At this stage, the brigade members become more active, participating in the joint construction with the coordinators. It is important to emphasize that the brigade members act within the proposed demands and have no autonomy outside these guidelines. The internal hierarchy is well-defined, which may surprise those who imagine a more horizontal approach. Generally, the sector creates the scripts considering the grassroots and the political collective demands. The aim is to ensure that the training is relevant and aligned with the needs of the movement as a whole.

Applying the “Why do we occupy?” script - becoming educators

At the beginning of June, the brigade members had the opportunity to apply their first political training to the internal base.

We went to the Carolina Maria de Jesus occupation. We received the script “Why do we occupy?” the day before to prepare ourselves. This script is given on the first days of the occupation and is offered months later due to the constant turnover of squatters, with new people always arriving.

Two coordinators accompanied 14 brigade members at the time. Due to maintenance on one of the monorail lines, we arrived at the occupation late, leaving us little time to prepare appropriately. However, despite this unforeseen event, we reviewed the script and talked to the occupation’s coordinators. Afterward, we were divided into nine groups, allowing some people to carry out the training independently while others, like me, went in pairs.

Each group was responsible for one or more of the occupation’s Groups (Gs), each containing an average of 50 shacks. We received the printed material that would be distributed along with the dynamics and went to the specific spaces. Some groups went to the communal kitchens, while others went to the sheds in the middle of the Gs. The Gs coordinators accompanied the brigade members to their designated areas. The training was scheduled to last around 45 minutes. The squatters had no prior knowledge of training and were taken by surprise, a common occurrence.

On the way to the shed, Tais [another brigade member] and I divided the tasks and quickly organized a dynamic. We went down through the occupation, passing a few shacks, until we reached a more oversized shed, measuring approximately 5×5 meters. A door and a window faced a small alleyway where only two people could pass side by side. The shed’s floor was made of newly built cement, and its height was relatively high.

In the shed, we found a round table in the corner with a coffee mug and plastic cups. We settled down, organized the material on the table and were asked to wait for the people, as they had just finished lunch. Within 10 minutes, people were arriving. Some organized themselves in the shed, leaning on the walls, while others stayed outside, leaning on the window. The alleyway quickly filled up. Around 50 people attended the training. The G coordinator introduced us without identifying us as MTST brigade members and explained that we wanted to talk to them for a while.

Tais began speaking, asking questions and instigating the squatters. Without any delay, they began to interact with us. Soon after, when we asked them if occupying was suitable, most answered in the affirmative, while some explained the difference between occupying and invading. The challenge of the contradiction method was launched; we had to instigate them to think the opposite, to raise doubts and indignation, and then present the argument about the legality of the occupation. It

wasn't an easy task, and some people sometimes seemed on the verge of losing patience with our opposing arguments.

We continued with the dynamic and handed out the excerpt from the Constitution. Some indicated that they didn't know the Brazilian Constitution, so we briefly explained and discussed the different forms of ownership. We discussed why occupying land without a social function was legal and the need to pressure the government and the judiciary to meet popular demands. In the end, we all read Guilherme Boulos' text together, "Who really are the invaders?". With each paragraph, more voices joined the chorus. In the end, we closed with the battle cry: "MTST, the struggle is for real" and "Faith in the struggle, we will win", repeated loudly by those present.

After the training, the brigade members met in the occupation's shed, where we talked for almost an hour about our experiences, fears, successes and frustrations. After every activity, a round table discussion is held so that improvements can be made in future times. Afterward, we stopped by the communal kitchen of one of the groups to eat and left at the end of the sunny Sunday afternoon.

The main objective of this training is to make it clear to the new squatters that the occupation is a legitimate space and a legal tool. It's very common for occupations to become massive in the first few weeks and then see many squatters leave. Many people join the occupation because they need housing but don't necessarily agree with the strategy. The feeling that one is doing something morally wrong or even illegal, "taking what belongs to others", often occurs. Family members, acquaintances and friends may also disagree with the movement's actions and stigmatize the new squatters. This is reflected in many people giving up the struggle early on.

The role of training is to provide arguments and materials so squatters can "get the anguish off their chest" and talk to people who disagree with them. The struggle for housing enables squatters and militants to see the world differently, and the housing demand paves the way for a broader struggle to change society. The political training sector strives to form subjects capable of transforming the world through urban reform and the hegemonic break-up of the classes that oppose it.

The images below show that the majority of the participants are black women. This training model, based on small groups, is relatively recent. Previously, political training only reached the coordinators. For the grassroots, training occurred through large assemblies, which became a more expository activity without a significant knowledge exchange. The growth of militants and trainers through the School of Grassroots Work made this change possible.

Figure 26. “Why do we occupy?” training, “Carolina Maria de Jesus” occupation, 2023.



Source: Instagram “formação.mtst”, published on June 6, 2023. **Available at:** https://www.instagram.com/p/CtKkgS-PJdj/?img_index=3. **Accessed on:** July 25, 2023.

In general, the training aims to generate a process of politicization through political socialization, i.e., the formation of opinions, values and practices related to politics (Tomizaki; Carvalho-Silva; Silva, 2016). In the MTST, this process is based on two dimensions: the practical dimension of the struggle and the theoretical and methodological dimension, both of which complement each other.

The practical dimension of the struggle or the concrete experience of collective mobilization occurs through participation in assemblies, collective house building, protests,

learning how the movement works, its agendas and strategies, daily activities (such as cooking, “trilha”), and the solidarity bonds creation, affection, and mutual support with the members. These activities have the potential to generate political engagement, embodying the feelings of injustice and revolt already present in the individual (Carvalho-Silva; Tomizaki, 2021).

This practical dimension of grassroots politicization was the primary and perhaps only possible strategy for a long time. However, it has some limitations. The absence of a mediator, “educator,” or “guide” who directs the process of politicization under the movement’s ideology. Without a mediator, this process may turn towards authoritarian, violent and repressive practices in the use of power. In this sense, it is necessary to think about a theoretical-methodological orientation represented here by the School of Grassroots Work.

Within the theoretical-methodological dimension, the proposal of scripts, courses, and digital materials (photos, videos, memes, audios, podcasts, YouTube channel, X, etc.) aims to offer non-formal educational processes (outside institutional environments), which make it possible to adhere to the MTST values. The aim is to create an environment where squatters can access information and conjuncture analysis in a direct, simple, objective, and clear way, using inaccessible oral and written language. In the case of small group training in the territories, the aim is to promote a debate and discussion environment without a monopoly on speech.

In the mid-2010s, Santos and Goulart (2016) pointed to the theoretical-methodological incipient nature of building a clearly defined training program. In the last eight or nine years, we have seen progress in the design of this axis. The collective experiences systematization, the construction of a very detailed program with clear objectives, the articulation between the spheres of practice, theory and technique, the wealth of themes and the emergence of other sectors demonstrate the complexity the movement has been gaining. This dimension has gained momentum through the School of Grassroots Work.

One of the movement’s biggest challenges is multiplying its militants as its internal base grows. Offering capillary political training requires people to be trained in the movement’s ideology, which is long and arduous. As we can see, the brigade members underwent nine months of training, and of the almost 5,000 who signed up, there were only around 100 left. Even so, at the last meeting, it was possible to hear comments from the coordinators that some sectors had doubled in size due to the entry of these new militants. But as the sectors and the movement grow, so do the demands. The more agendas the movement embraces, the more arms and legs it needs.

There are clear obstacles to the growth of grassroots activism: many drop out due to lack of time, motivation, money to pay for public transport, disagreement with the movement's ideology or centralized decision-making mechanisms, and internal disputes, among many other factors. Giving up one, two or three days a week becomes quite exhausting, family and personal relationships are strained, tiredness weighs heavy, and there is also the stigma of being part of a left-wing movement. In this sense, there is a huge investment of energy, time, and resources in politicizing the brigade members, hoping this will lead to new militant cadres.

This section discusses how the militancy of the external base is reproduced. First, we focused on the movement's challenge in dealing with a militancy shaped by neoliberal identity activism. Subsequently, we discussed the politicization processes for brigade members and the internal base. Next, we will discuss the reproduction of the internal base militancy based on the ethnographic works in São Carlos and São Paulo between 2018 and 2023, highlighting the role of politicization and identities.

3. Internal basis: how coordinators and leaders are shaped

One of the “popular power” bases defended by the MTST is the principle of “continuously training militants at the base of the movement to take on political responsibilities and participate in decisions. In other words, the MTST must (...) prepare more and more workers to lead the organization” (Cartilha, 2013, own translation). Earlier, we were given clues about how grassroots militants are trained and prepared to take on leadership positions - through the concrete experience of collective mobilization and non-formal education within the theoretical-methodological dimension. Identity also plays an important role, as we shall see.

In this section, we will follow the trajectory of peripheral black women who came from the grassroots and rose to different positions within the MTST structure. During my ethnography, I observed that black women occupy most leadership positions, from G coordination to occupation coordination. Although it cannot be said that they are the majority in the regional, state and national coordinations (due to lack of data), many are present in these instances. In the Grassroots School sectors, women from the external base coordinating the brigade members are also notable, although most are white. About the internal base, 72% are women, and 78% are black, radically different from the external base.

The strong presence of women in social and housing movements is not recent. At least since the 1970s, women have participated in and led social movements, especially based on two

demands: the right to the city (access to education, daycare and public transportation) and the struggle to find children who disappeared during the military dictatorship (1964 - 1985). Since then, they have been the majority in movements fighting for better living conditions (Garcia, 2012; Gohn, 2007; Helene, 2019).

Helene (2019) points out that women are at the forefront of most housing movements for two main reasons: the first reflects an exclusion history of the poorest strata regarding access to land, housing and the job market. The second is the “feminization of poverty”. According to IBGE data (2019), black women are the population with the lowest monthly income, followed by black men (R\$ 1,471 and R\$ 1,710, respectively); at the top are white men, followed by white women (R\$ 3,388 and R\$ 2,526, respectively). Households headed by women and single mothers have increased in recent years. According to the IBGE census (2010) for São Paulo, 44.1% of households are headed by women (15% more than in 2000). Within this sample, 34% are single-parent families with children (compared to 3.6% in the male sample) (Prefeitura, 2012).

Although the domestic space predominantly belongs to women, this does not mean it is a space of female strength. The home can be a very dangerous space, with high rates of femicide, domestic violence and cases of sexual abuse committed by husbands or close relatives. For example, 50.3% of violent deaths of women are committed by relatives and 33.2% by the victims’ partners or ex-partners (Waiselfisz, 2015). Both public and private spaces are marked by gender hierarchies that recognize men as the most powerful. In this precarious scenario, the need for housing is a unifying factor for women. Subsequently, participation in housing movements opens up a path for their political education, engagement and life transformation (Helene, 2019).

Gohn (2007, p. 55) points out that some analysts have used two terminologies to discuss women’s participation in social movements: the “feminist movement” and the “women’s movement”. The first refers to the struggle focused on women-centered demands, such as breast cancer, discrimination in the workforce, wages, abortion and sexuality. The second term refers to women-led movements demanding social improvements that affect the entire population. In this case, women as political actors are invisible to society and the mainstream media. They have gained prominence in recent years through feminist struggles within the “women’s movement”, such as the fight for housing. Previously, this issue was not considered a priority in the anti-capitalist or class struggle. The valorization of this agenda points to the growth of new forms of engagement, debate and activist action (Gohn, 2007; Helene, 2019).

Although several studies have recently examined women's role in social movements, few consider the racial dimension. Politicians, civil servants, dominant media sectors, and academics have not recognized black women's leadership, intellectual, and political roles, leading to invisibility (Perry, 2016, 2012; Garcia, 2012).

This section is dedicated to understanding how these internal grassroots women become militants and access leadership positions, such as grassroots coordinators and leaders, and positions in institutional politics. The intersecting trajectories of black women in the MTST will be explored, highlighting the importance of the movement's racial, gender, and peripheral agenda in the struggle for the right to the city.

3.1 Between home and occupation: gender and race in Juliana's trajectory

In June 2018, I met Juliana²⁰⁸ for the first time during the COMDUSC²⁰⁹ meeting. At the time, the discussion revolved around using the 6 million reais from the Municipal Housing and Urban Development Fund, which was the subject of dispute between various members of society. That day, Camila²¹⁰, Juliana, and the two main leaders represented the "In Search of a Dream" occupation.

Camila stood up to explain the occupation's demands, intending to get part of the funding. Twenty-nine years old, white, with a degree in architecture and urbanism and a master's degree in progress, she mastered the technical and formal language. She claimed that, by law, the fund should prioritize resources for social housing and land regularization and stressed that the occupation had legitimate demands. After Camila, Juliana also spoke out, highlighting the vulnerability faced by the families in the occupation and emphasizing the importance of the fund's resources to guarantee the right to housing. However, the mocking response given by several of the men present - city hall officials and real estate agents - was surrounded by technical and legal terms, trying to disqualify Camila and Juliana's knowledge.

At the meeting, the differences in class, race, gender, age and housing among the participants were evident. Although other leaders were present, it was Juliana, a 21-year-old black woman without a high school diploma, who positioned herself as the voice of the

²⁰⁸ Fictitious name. Coordinator of the "In search of a dream" occupation in São Carlos. See Chapter 2.

²⁰⁹ The São Carlos Municipal Council for Urban Development is a collegiate advisory and deliberative body that operates in the municipality of São Carlos (São Paulo). Its purpose is to discuss, plan, and propose policies, guidelines, and actions related to urban development in the municipality. The council comprises representatives of the municipal government, organized civil society entities, and segments of the population, such as universities, social movements, and neighborhood associations.

²¹⁰ At the time, he was a member of Pitá, a group formed by postgraduate students in Architecture and Urbanism. See Chapter 3.

occupation in front of an audience of white, middle-aged, well-dressed men with political influence who were trying to get part of the fund for their real estate developments. Juliana faced a dispute with the big real estate developers over urban space production and public money. Her stand was an act of courage.

As Keisha-Khan Perry (2012; 2016) points out, black women are at the center of the struggle for land, housing and resources for communities in Brazil. They are the main political interlocutors between communities and the state but are constantly seen as lacking the knowledge or political sophistication to organize mass movements. In general, they are seen as having little formal education, as domestic workers or as hypersexualized. On the other hand, white activists get more empathy when they communicate their demands.

A month after this episode, I met Juliana during my first visit to the occupation. I invited the leaders to participate in an event organized by my research group. The SAGEMM Winter School²¹¹ aimed to promote interaction between students, teachers, researchers and community leaders in contemporary discussions. When I asked Juliana who from the occupation could take part in the event, she answered promptly:

Juliana: ... me and João [leader], because every meeting I always go with him, because (...) he has a bit of difficulty talking to the people, so I'm always there, I've been there since the beginning (...) when he's not there, I take his place (...).

Juliana recognizes her communication skills and understands that she is the one who responds in João's absence. Her participation in our event allowed her to see her skills in action. In the morning, she led 30 people on an occupation tour, showing them every corner and answering their questions. In the afternoon, at the university, together with João, Juliana once again took a stand and led the discussion without being intimidated by the public. Her performance was remarkable throughout the event.

Although she acts as a spokesperson and leader, Juliana was assigned to coordinate the occupation, below the two leaders. She was responsible for organizing the families, distributing donations, and controlling the squatters' participation in assemblies and protests. She also negotiated the use of local daycare and public health centers for the occupation residents. This role seems to be an extension of her responsibilities throughout her life.

Coming from a broken family, her five younger sisters were often taken in by the Guardianship Council due to their mother's cognitive impairment and her inability to care for them. In addition, her stepfather, her sisters' father, "became a crackhead and disappeared into

²¹¹ See more at: <https://sagemm.ird.fr/wp-content/uploads/2018/07/escola-inverno-2018-4.pdf>. Accessed on: August 1, 2023.

the world”. From a very young age, Juliana took responsibility for the whole family, overseeing the organization’s budget, dealing with social workers and seeking access to social policies. She also took care of the disability pension process for one of her sisters, who also has a cognitive disability.

Juliana: I’m my mother’s structure. I’m the only person who runs here with her, runs there with her, and helps her. And? (...) If you’re not born into a structured family, you must have a strong head because otherwise, you can’t cope.

When she moved into the occupation with her husband, she was six months pregnant and had to build her shack. She proudly pointed to the parts of her shack and told me about them:

Juliana: Then I made this part here and nailed it up... I made my sewer pit myself (...) Two and a half meters deep. I made the pit because my husband was working, and my relatives were all working; there was no way anyone could help me. (...) My neighbors all helped me (...) to make the little shack.

The care she learned in the domestic sphere is reflected in the construction of her shack and the organization of the occupation:

Juliana: I can’t leave the occupation (...). I’m divided; I have to divide myself between my family, occupation, and mother, which isn’t very easy. It’s very stressful because you have to be in the leadership, in the coordination here, explaining, talking to people, and often what you do isn’t understood. It isn’t easy. And we don’t earn anything for it. We’re here because we like helping the staff, and if it weren’t for us, I don’t know what this occupation would still be. From time to time, they [people] come to the house and say, “Juliana, can’t you help us? Can’t you get some people there who can help us?” until we stabilize, right? Because it’s tough.

Like other women leaders, Juliana is more present in the daily life of the occupation than her husband. This is due to the traditional gender division in which husbands are responsible for providing for the household, keeping them away from working or looking for a job. Meanwhile, it is up to women to take care of the household chores and do the care work (cf. Hirata, 2016; Guimarães; Hirata; Sugita, 2011). In this context, Juliana’s work and responsibilities in the occupation can be seen as an extension of this domestic universe, where she continues to play a leadership, organizational and care role, ensuring the well-being of the families and coordinating the occupation’s activities.

The preface “The history of the MTST is the history of women from the periphery”, signed by the “Women of the MTST National Coordination” (Simões et al., 2017, p. 11, own translation), explicitly addresses the issue of gender and the labor division:

For all these reasons [the condition of women in society], the struggle for housing has an immense liberating potential for women. We are the majority: we don’t have

equal rights, but we have the same legal duties and, in addition, socially constructed duties.

Often abandoned by their “partners,” these women work double or triple shifts outside and inside the home, looking after children and elderly relatives. Even after all this, homeless women still go to the occupation camp, where they take on tasks and responsibilities in the collective project that is the occupation: coordination and group meetings, collective kitchens, and joint efforts, among other activities.

When they mention “socially constructed duties”, they refer to the “traditional” division of labor and the roles women are expected to play in society. Juliana’s example is illustrative: as well as looking after the occupation and the house, she is also responsible for looking after her disabled mother, her five sisters and her two children. In the domestic sphere, Juliana is responsible for meeting the needs of eight people and her husband. To supplement the family income, she does occasional jobs, such as making and selling cakes to her neighbors, something she can do at home. All of this requires her to work “double”, “triple,” or “quadruple” shifts, depending on the demands.

According to the IBGE (2019), women spend over twice as much time per week as men, overloading them: 21 hours compared to 10 hours. The assignment of reproductive work to women is the result of the sexual division of labor forged by capitalism (Federici, 2017), patriarchy (Kergoat, 2003) and colonization (Garcia, 2012). They do unpaid work and are situated on the margins of the world of work. Access to housing, which is already difficult for many, becomes even more difficult for them (Helene, 2019).

When I spoke to Juliana in 2018, she was 21 years old. She started working as a coordinator around the age of 19. All these adversities in Juliana’s life have shaped part of her leadership profile: forced early maturity, the urgency of dealing with social workers and caring for her family. In the public sphere, the economic crisis, rising unemployment, and dismantling social and housing mechanisms have led her to get involved with the occupation and the MTST.

Juliana is one of the occupation’s main leaders and an MTST militant. She is also one of the cooks at the Solidarity Kitchen, inaugurated in 2022, earning a small salary that enabled her to leave her shack and live nearby. As we’ll discuss later, Juliana’s involvement with the movement has contributed to her political training and offered her a professional outlet. Her role in the occupation has been fundamental to achieving social rights.

3.2 Organization, politicization and conquests: Débora and the MTST

The “In search of a dream” occupation emerged spontaneously and autonomously in São Carlos in 2015. After two years of fighting for housing without any return due to the

political conjuncture, the leaders sought support from the MTST. Débora²¹², the MTST's state coordinator at the time, was in charge of several occupations in the state of São Paulo, including the one in São Carlos. Her job was to organize the occupations internally and mediate the occupation's demands with the government (Guilhermina, 2021). As soon as she arrived at the occupation in São Carlos, she established a set of MTST rules:

Débora: (...) we have rules within the occupation (...) we don't accept any aggression, (...) drugs are forbidden in our spaces, we respect quiet hours after 10, 11 o'clock... So, the movement is suitable for this because there were no rules before. [The MTST] helped reinforce the importance of not having this kind of thing because there's a whole criminalization for them [people outside the occupation] to say that the occupation isn't legitimate and is a place of crime...

(...) the struggle is a dignified one for housing, [but] then suddenly someone goes there and assaults someone (...) if the police come, this brings a negative image of the family's struggle. So, from experience, we don't allow this kind of aggression, drugs, selling...

These rules protect the occupation from the "inside" and the "outside". Inside, the movement acts as a mediator to prevent conflicts and domestic violence, making the occupation a safer space, especially for women and transgender people, who are often violence targets. In this occupation, an episode of physical violence committed by a man against a woman resulted in his expulsion from the site.

Concern about domestic and gender-based violence began in the MTST in 2016 after a domestic violence episode occurred in one of its occupations (Helene, 2019). Since then, it has held discussion circles on gender and race and promoted the State Women's Meeting. Its first edition was in 2019 in São Paulo, bringing together 600 women. The movement also created the Women in Action Collective, among other initiatives, to promote gender equality and the fight against domestic violence.

Outside, the MTST aims to avoid a process of criminalization and delegitimization of the occupations. Historically, social movements in Brazil have been the target of criminalization and stigmatization by public authorities, the media and sectors of society (Plataforma, 2019). In an interview with a local radio station, the mayor of São Carlos even described the squatters as "vagabonds" and "bandits" (A Cidade on, 2019). The adoption of rules helps to avoid police presence and to build a positive image of the occupation, far removed from the idea of disorder, violence and criminality.

²¹² 30 years old (2018), black, single mother of three, graduated in mathematics and lives in São Paulo. She is currently the national coordinator of MTST and president of PSOL in the state of São Paulo.

Débora also plays a key role in mediating the occupation's demands with the government. With the support of the MTST's legal department, she ensures that the authorities do not abuse their authority.

Débora: (...) to mediate the movement with City Hall. Because when City Hall came up with this absurd proposal, they thought they were dealing with lay people, right? "you have to leave, that's it, it's over" [referring to the various removal requests made by City Hall], in other words, they called the occupation coordinators, as if they had... if we didn't understand rights (...) This feeling happened to them here, "oops, we're going to have to leave, and now, what am I going to do? Am I going to have to live in a sports court? I have nowhere to go". So, the City Hall uses a lot of this, the poor... people's lack of knowledge to impose, put pressure on them and get things done by shouting. So, the movement plays a fundamental role in this mediation of negotiation, right, of us understanding what the role of City Hall is and that it's not like that, the way they want it.

Many squatters have little schooling, often don't fully know their rights and can be easily tricked by the authorities. Débora plays an important role in ensuring that these people are not manipulated by the state or misled by technical and legal terms. Alongside mediation, the MTST is committed to conducting political training with coordinators and the grassroots. As explored earlier, this training aims to enable squatters to understand the political and social mechanisms involved in their struggles, as well as to strengthen or build their arguments and develop their leadership and negotiation skills.

Débora: But then there's an MTST training department that gives you more detailed training. They explain why we're occupying and that it's not illegal. What we're doing is true... In the Constitution, all property has to fulfill a social function. (...) The right to housing is also in the Constitution. So you are, in a way, questioning and claiming the right to housing. So, the occupation is not illegal. We're putting pressure on the government so that it uses this resource that's in the Constitution... So, it's a training that we give that's more grounded in what this struggle for housing is about, to defend it, to argue...

Débora reveals how vital the movement has been for her education, enabling her to understand the social markers that run through her:

Debora: Before I joined the MTST, I was a black woman from the periphery. I was a person who[...] Society tells us that our place is underemployment, slavery, being humiliated. Society tells us that. And then you believe it. "Wow, I can't speak out. Wow, I can't occupy any space of power, of speech". But society only puts this on us because some believe this is our space. And our job is precisely to raise awareness that this is not our space. Our space is one of power, of speech, wherever we want. To fight for our rights (Jan. 2021).

The positive effects of the training can also be seen in the squatters of the "In search of a dream" occupation, as Cassia told me:

Cassia: (...) We didn't know that we had the right to occupy what was ours, the right to housing, and the right to various things, but we didn't know it. (...) Then we

accepted the MTST coming to help us (...) And we won't leave here because this is ours too. We're fighting for housing. The competent bodies in the municipality, state, and Brazil must move for us. They must give us housing; we're not asking for charity here; it's our right, and we have to enforce that right, and they have to look at us.

Other squatters share the lexicon used by Débora and Cássia. The non-formal education the movement offers is essential for politicizing the grassroots. As reported in the previous section, this education makes citizens more aware of their rights, becoming a fundamental tool for defending them and participating in meetings, protests and everyday conversations. It can also be essential in transforming squatters into militants through political engagement. Many squatters joined the movement to access their homes and do the necessary tasks. Others end up getting involved in the struggle and becoming militants. Few remain militants even after achieving home ownership (Carvalho-Silva; Tomizaki, 2021). Transforming squatters into militants is one of the movement's most significant goals and challenges.

Débora and the MTST were and continue to be fundamental to the “In search of a dream” occupation achievements and the squatters' and coordinators' politicization. She has been visiting the occupation almost every month for seven years, organizing assemblies and protests, leading meetings with the government, putting pressure on the city council and maintaining communication with lawyers, militants, supporters and councilors.

3.3 Becoming a militant within the occupations: crossed paths, identity and movement strategies

Débora and Juliana have something in common in their paths: they both became militants through the MTST occupations. The leadership positions they hold today combine personal and collective struggle, political training, and the MTST's political project. Débora explains how she got to know the movement:

Débora: I joined the movement [in 2012] out of the very need to get my place, right? [...] I lived with my parents, I had my children, but I didn't have my place, right? [...] Then, there happened to be an occupation near my house, and I met the movement and started fighting for housing.

The need for housing is a unifying factor for the vulnerable population, and the occupation acts as an agglutination due to the housing demand (Helene, 2019). Subsequently, as the squatters experience the collective struggle, a sense of belonging arises and the desire to do more for others.

Débora: When we achieved something, like there [in the “Novo Pinheirinho” occupation], when we gained our land and left with our victory, I said, “Well, if I've

done it, then I can help other people who were in the same situation as me to get [a house]”. So, I became a militant, which was my role within the movement.

Juliana is following the same path. In 2018, when I started my ethnographic work, she was helping with coordination and didn’t agree with some of the movement’s strategies. Later, with the achievement of the land, the strategies began to make sense, and the feeling of belonging and desire to help others emerged. In January 2021, when I visited the occupation, Juliana could become the coordinator of a neighboring occupation if they accepted the MTST entry. Like Débora, the moment of victory led Juliana to develop a sense of belonging. She now wants to use her experience to help others.

Based on interviews with MTST militants in Greater São Paulo, Carvalho-Silva and Tomizaki (2021) point out that, after achieving housing through the movement, some people develop a sense of commitment and solidarity that motivates them to continue collaborating, like Juliana and Débora. The authors argue that the struggle for housing through occupations is lengthy and requires continuous engagement for years, having the potential to transform individual political principles and values, generating lasting forms of engagement. During the January 2021 visit, I heard Débora talking to Juliana about how the experience of the occupation was crucial to Juliana’s political training:

Débora: You saw that it was there [in the occupation] that [you] had the training [...] You see that your practice here was a training that here you learned a lot.

Juliana: I learned a lot, a lot [...].

Juliana’s practical knowledge and the teachings provided by the MTST were fundamental in shaping her political engagement and leadership profile. Débora played an essential role in Juliana’s trajectory, taking her to the next level. In São Paulo, I found another similar case in 2023.

Thatiana²¹³, the occupation’s prominent leader in the northern zone of São Paulo, joined the movement two years ago and soon took up a position in coordination. Currently, as well as coordinating her occupation, she is also responsible for other occupations in the greater São Paulo, making up the regional collective for the northern zone. She works closely with Débora, whom she affectionately calls “mother Débora”. Recently, she was invited to lead the creation of an occupation in Curitiba (PR), where she spent a month.

The movement’s training sector is important in strategically training and distributing leaders. In the words of Felipe, a militant in the training sector (Santos; Goulart, 2016, p. 150):

²¹³ Fictitious name. 27 years old, black, married with no children, “because the priority is the fight”.

Felipe: (...) We apply this training course to them [coordinators] so that when we leave the land of the occupation, they can be used within the movement's sectors and invited to join, right? For example, depending on the case, she has the profile to be in the organization sector, and he has the profile to be in the negotiation sector. The movement's training effort focuses more on occupation, movement, and sector coordination.

It's important to note that Felipe's speech refers to the experience before 2016 when training was still challenging to reach the grassroots. The strategy is to invite occupation coordinators with leadership profiles to work in other sectors and offer a training course. This allows the squatters to reach different positions within the movement's structure, as in the case of Débora and Thatiana.

The movement's strategies to train cadres, or multiply coordinators, go beyond political education and learning through struggle. They include the circulation of leaders who come from the grassroots intending to spread knowledge and experiences, thus training other leaders and collaborating with the MTST territorial spread. The identity and affection relationships are also fundamental, for example, when Thatiana affectionately calls Débora "mother". A secondary narrative by a woman illustrates this argument (Carvalho-Silva; Tomizaki, 2021, p. 5-6, own translation):

Then, everyone was quiet until the early morning hours, some helping to set up the tents for us to sleep in. Then, at dawn, Marília [fictitious name] held an assembly. That assembly was what encouraged me. You have to see what a strong woman is. What a word she gave. It was about four o'clock in the morning, and she held that assembly. Her speech,

I saw it as unique because it wasn't a man speaking that day. I thought it was a man because to take three buses and occupy a piece of land... Then came that woman's voice in the darkness of the night. The woman brings that strength, saying: "Today, despite...". Because the police threw bombs as soon as we entered, and instead of running away, we laughed, and everyone stood still every day. Then she said: "Despite the reception we got from the military police..." She said: "We showed, you showed, we showed our strength". [...] That's why I really embraced the movement. Sometimes I forget that it's for housing, you know? Because sometimes there's someone you're going to talk to, there's a problem you need to solve. So, that's the job of the MTST occupation, which is to give people a voice. So, these women are ready to listen to what you say; they always have a word. They listen to you, and in a moment, they'll speak up and give us that word. [...] (Statement by Marilda, 56, hairdresser).

A recent MTST testimonies collection from squatters and militants, released by Silva (2023, p. 26, own translation), also presents these dimensions.

Andreia: I first noticed that Maria was a woman (...). When I saw that short black woman with a strength that made us shiver, I said: "I want to stay". I decided to stay because of that speech (...).

One of the MTST's main challenges is attracting squatters and breaking down the stigma surrounding the movement and its strategies, often considered morally wrong or illegal. In the two cases reported, the identities of the coordinators played a crucial role. Seeing women leading occupations triggered the desire to stay and fight.

Over time, political engagement can develop by carrying out activities within the movement, as in the case of Bruna, similar to Juliana. Bruna started as a squatter and then became coordinator of the "Dandara" occupation: "So, supporting the coordinators, helping in the kitchen, I got to know them a little at a time until I became coordinator and started taking part in meetings and training, which changed all my thoughts" (Santos; Goulart, 2016, p. 151, own translation).

Carvalho-Silva and Tomizaki (2021) argue that these non-formal education and political engagement processes occur more intensely during experiences and practices in collective action's daily life, stimulating new ways of acting and thinking. Political engagement is sustained by access to information and an understanding of the movement's values. The MTST plays an essential role in giving form to the feelings of injustice and revolt that many squatters already carry. In addition, the movement provides tools for understanding the origins and mechanisms of social inequality in the collective struggle.

The trajectories reported present moments of "biographical bifurcation" (Bidart, 2006) after joining an MTST occupation. The processes of learning through struggle, political training and achieving the land bring about a significant or even radical change in these women's trajectories and may even represent a break. For some, it opens the way to building a "militant career", where militancy gradually becomes a field of employment and income possibilities (Araújo Filho, 2023).

Juliana became a coordinator and paid cook in a Solidarity Kitchen. Débora went on to become state and national coordinator. Today, she is also the state president of PSOL-SP. She took an even more significant step toward party politics by running for São Paulo city councilor in 2018. If, on the one hand, the MTST has given new meaning to the lives of these women in the private and professional spheres, on the other hand, the movement uses this knowledge accumulated by the militants and the identities of its leaders to increase its political and territorial reach. It is possible to imagine that for militants in the greater São Paulo area, where the movement is based, there are more possibilities for growth, as there is a concentration of occupations, information, people and flows, which opens up more opportunities and visibility.

3.4 Woman, black and “periférica”: from militancy to party politics

Since 2018, the MTST has entered party politics. This strategy is justified by the post-2016 political conjuncture, with the strengthening of society’s conservative wings. Another argument for this political incursion is the lack of subaltern groups representation, such as the peripheral population, blacks, women, and LGBTQIA+ (see Chapter 4).

In 2018, Jô Cavalcanti, a self-described mother, domestic worker, feminist, black, Recife’s periphery resident and MTST national coordinator, was elected Pernambuco state deputy. Jô ran through the “Mandata Juntas co-deputada de Pernambuco”. Five women were part of the mandate (three black - one transsexual - and two white). Among them, one is a lesbian, and another is bisexual. The terms used to describe the mandate were: feminist, mother, black, marginal and sexual identity (Juntas Codeputadas, s/d).

Débora Lima’s 2020 candidacy for the São Paulo City Council through a collective mandate, made up of three peripheral black women, called “Juntas - Mulheres sem teto” (Together - Homeless Women), had as its agenda access to housing and the right to the city from the perspective of black, peripheral and single mothers. They denounced the lack of representation of peripheral black women in institutional politics. In São Paulo (2019), of the 55 seats, only nine women were councilors, and none were black. The MTST national coordinator in charge of the 2020 campaign stated that “The MTST has a grassroots effort to dispute the spaces of power that have little representation of the agenda of the minority, women and the poor” (Galvani, 2019).

The campaign video begins with the phrase: “We are Juntas, homeless women. A collective slate of three black women from the periphery, leaders of the largest urban movement in the housing struggle in the country, the MTST”, and presents the trajectory of the three women. Their speeches emphasize their transformations within the movement: “The peripheral and collective struggle of the MTST has changed our path, and now we want to transform many people’s lives”. The prospect of occupying spaces of power also appears in the video: “Our life story is the story of several women from the periphery of São Paulo.”; “We are the voice that will not be silenced. We are black bodies that agreed not to die, we are the periphery and we are going to occupy the São Paulo city council” (Juntas, 2020, own translation). The mandate obtained a significant vote, coming very close to being elected.

In 2022, Ediane Maria, state coordinator of the MTST, was elected state deputy of São Paulo, becoming the first domestic worker²¹⁴ to hold this position. Twenty years ago, she

²¹⁴ One of the least recognized and poorly paid jobs in Brazil is domestic work, carried out mainly by black women. The PEC das Domésticas, which regularized the profession, was only created in 2013. This law was strongly

migrated from Pernambuco to São Paulo to work as a domestic worker and was a contemporary slavery victim (Sakamoto, 2023). Ediane has always been concerned about social inequality and found support in the MTST, where she began her politicization process. She joined the movement through the Povo Sem Medo occupation in Greater São Paulo 2017.

Ediane began to examine the right to the city from the perspective of race, gender, and class struggles when she realized that most of the periphery residents are black working women without access to resources. For her, “Black women need to occupy spaces of power, of decision-making, which have always been denied to us” (Basílio, 2022), and it is necessary to bring “ordinary people and the peripheries to the center of debates” (Stabile, 2023).

MTST militants often use the identity category “periférica” (marginalized - physically and symbolically) or “da periférica” (from the periphery) to define themselves. This native category can be found in the book “MTST 20 anos de história” (MTST 20 years of history) (Simões et al., 2017, p. 8-9), as well as in digital media profiles and the political campaigns of the candidates mentioned. Ediane, for example, describes herself as “black, ‘periférica’, LGBT, northeastern and mother of 4” on her Instagram profile.

The identity “woman from the periphery” describes the female condition. On the one hand, it points to the spatial and social situation of these women, who are often deprived of rights and property, live in conditions of extreme inequality, is “continuously exploited”, “suffer the cycle of systematic violence”, have “lower wages”, and “their intellectual capacity” is questioned. In addition, these women are underrepresented and suffer sexual harassment (Simões et al., 2017).

On the other hand, there is an attempt to enhance and value this “fighting/warrior woman” identity. The identity becomes political capital and an instrument of struggle. By appropriating this identity, women from the periphery seek to reaffirm their resistance, strength and ability to face adversity. Therefore, the identity of “woman from the periphery” is a social construction that carries the denunciation of inequalities and the potential for transformation and resistance (Simões et al., 2017).

These women reinvented their professional careers by entering party politics. They used their identities, symbolic and political capital, networks, engagement in social movements, and personal and collective struggles to become militants and political actors. They have positively re-signified the periphery and black women’s issues by bringing peripheral issues into the political debate. It is impossible to deny the positive impacts that these ascents have produced:

resisted by the middle and upper classes. Despite the law, three out of four domestic workers work informally, preventing them from accessing social rights and pensions (Vieceli; Gavras, 2023).

more political engagement, the building of “militant careers” for them and their advisors, greater legitimacy for the movement, access to public funds and possibilities for intervention in social policies, among others mentioned above.

Figure 27. “Mona Crespa” - representation of Ediane Maria, 2023



Artist: Paulo Kalvo (MTST militant), 2023.

The category “periférica” is central to the MTST, which has a peripheral territorial base, so these militants can dialogue with this population segment. The movement understands that the right to the city can only be realized by considering the demands of women, blacks and periphery residents. In this sense, the figure of black women from the periphery is gaining more visibility, as is the movement. We can thus observe a process of racialization and generification within the agenda of the right to the city and housing.

In this context, even though the MTST emphasizes using the term “worker” to describe its base, a new lexicon is gaining ground: a plural peripheral subject, solo mothers, black women, and the LGBTQIA+ population - the expansion from a singular subject to a plural subject (Scherer-Warren, 2006). There is an idea that these new subjects, situated territorially, would be the “authentic representatives of the ordinary people”, a “kind of original political subject” mediating the politics that shapes their collective organization. Something like a new

historical subject constructed through identity politics, which would replace the proletariat (cf. Miskolci, 2021).

Over the last ten years, the MTST has faced a significant challenge: how to expand, maintain and politicize its base. Since its nationalization in the early 2010s, the movement has become massive, but at the same time, it does not have many militants to manage and politicize the base. The School of Grassroots Work emerged in 2015 as a response to these challenges. It aims to capture external supporters and politicize them under its ideology so that they can make up the militant cadres, becoming the central volunteer workforce in the organization. However, there is great difficulty in politicizing a generation of neoliberal identity activists, shaped by digital platforms, who understand politics through their identity from a competitive arena of self-entrepreneurship. This type of activism provokes ruptures in even the smallest groups within the movement. Content is legitimized or invalidated based on the identity of the speaker.

For the external base, being or becoming militant is also part of this identity and can be another moralizing device in debates and discussions, validating the content of your speech or action based on the conception that you “fight with ordinary people”. In other words, being close to the “legitimate” subject - the homeless - also confers legitimacy. Right from the start of the school, some brigade members posted on their online profiles: “MTST militant”. Coordinators even asked for this type of identification to be removed and emphasized that militants should not position themselves on behalf of the movement on social networks.

Although the movement has made every effort to politicize its internal and external base based on the grammar of the class struggle, respect for collective decisions and the movement’s hierarchy, there is also a reification of the identity politics lexicon of “experience” and “positionality”, by attributing to the internal base the exclusivity of the “protagonism” of urban reform, of the overthrow of the hegemonic classes, of the revolution itself. A new historical subject constructed through identity politics, an “authentic representative of the ordinary people”, seems to replace the proletariat in the MTST slowly.

If, on the one hand, the external base has used the identity performativity to legitimize its militancy and construct itself as a subject closer to the ordinary people, on the other hand, the internal base capitalizes on subaltern identity to access party politics, public funds and the design of housing policies. Each of the bases starts from different places, backgrounds and objectives, but their common point is the performativity of their identity, even if they present it as fixed. These modulations produce an economy or moral market of identities based on gender,

sex, class, race and place of residence/birth, marking out positions of who can speak, what they can speak about and who can give legitimacy to information and categorizations.

However, the movement is not betting solely on identity politics, as it seems to understand that an individual's place of birth and set of characteristics do not guarantee a process of politicization. Different training processes are set in motion at this point, seeking to politicize and engage. Within their limitations, the various sectors make it possible for the MTST to act on different fronts, not just limited to the issue of housing, but also engaging in food security, health, legal issues, culture, building vegetable gardens and cisterns, among other fronts, with technical professionals working in the movement's structures. The management of housing demand has expanded to include the management of precariousness, vulnerability, and various needs, especially after 2016 and the advent of the Covid-19 pandemic.

The practical dimension of the struggle and the guided learning process ensures that part of the base becomes politically engaged and militant. One step further, marginalized black women build a "militant career" based on individual and collective impulses and experiences and the dimension of identity, as in the case of Débora, Ediane and Jô Cavalcanti. These dimensions are necessarily intertwined since the construction of identity - or "discovering" oneself as a black woman and from the periphery - also occurs through joining the MTST. These are inseparable dimensions.

Immersed in contradictions and conflicts, the expansion of the MTST's base and struggle is based on the systematic co-optation of the middle class and the empowerment of its internal base. Due to long-term work and building trust, the symbolic barriers between the brigade members and the "legitimate" subjects seem to become more fluid. It's enough to notice the affectionate and respectful relationships between older militants from the external and internal bases. Even so, the idea of protagonism rests with "ordinary people".

The last dismantling

Final considerations

Nesta manjedoura,
acolhimento aconteceu,
o sono alimenta
o que é negado
todos os dias.

No sonho,
canoa e carro se transformam
em foguete,
transportados
para onde a infância
não seja tratada
com covardia.

(...)

Morada tenha
quartos amplos,
camas macias,
a mesa repleta
de pratos fartos,
de saúde,
escola,
parques,
frutas no quintal.

(Lene, 2021, p. 21)

On June 17, 2013, we took a van from São Carlos to São Paulo. My colleagues and I from the 5th semester of the Bachelor of Social Sciences at UFSCar were excited to participate in the 5th Big Demonstration against the fare increase. For days, we had been following the big demonstrations all over Brazil from afar, on social media and television. There was an eagerness to be part of that historic moment. It was our generation's turn to demonstrate for a better country. Social media was flooded with hashtags such as "Brazil has woken up" and "the giant has woken up". Participating in the demonstrations provoked excitement, fear, and disorientation. We walked with the great mass of thousands of people. When we reached the Estaiada bridge, several shouts began: "no party, no party", "opportunism, opportunism" and "people united, govern without a party". I was one of these voices, perhaps because I wanted to be part of a historical change moment, perhaps because I no longer believed in party politics or out of sheer naivety. It's hard to know what was happening in the head of a 20-year-old who grew up in a conservative environment and had just left his parent's home in the São Paulo countryside and gone to a public university - a world of possibilities, conflicts and contradictions. We were ecstatic and apprehensive about the direction the 2013 June Journeys might take. Perhaps we still are. The narratives are still in dispute²¹⁵.

The 2013 June Journeys can be interpreted as a turning point in the conjuncture (Georges; Giraud, 2022) produced under the successive governments of the Workers' Party, giving rise to the society shaped by Lulism. The collective indignation (Barreira, 2014) that exploded had no defined agenda and brought together groups with different interests and divergent demands, bringing anti-institutional and anti-party impulses that would shape Brazilian political life in the last decade (Miskolci, 2021).

In the political and economic spheres, the neo-developmental experiment had failed, the commodities shock further eroded the government, and Dilma's popularity melted as street demonstrations progressed. The conservative wings were increasingly swallowing up the government. After her very tight re-election, a period of fiscal adjustment and recession began. The Journeys indicated a first fissure, which would translate into an open wound in 2016, with the coup d'état against Brazil's first democratically elected woman.

Michel Temer's illegitimate government laid the groundwork for Bolsonaro's radical destruction of social policy and attack against the low-income population and social minorities. A "hyper-reactionary neoliberalism" (Fraser, 2018) was implemented, shrinking the recognition policies put in place in recent decades, as well as punitive practices against the "bad" poor - those who claim their rights or are in default.

²¹⁵ I return to this short fragment as a starting point for sociological reflection. Following the lead of historian Joan Scott (1988 apud Miskolci, 2021), it is not subjects who have experiences, but experiences that constitute subjects. Rather than starting from what we are, we seek to understand what brought us here, what were the cultural and historical circumstances that constitute us as subjects. Excerpt taken and adapted from an ethnographic "experiment" carried out as part of the Urban Sociology course in the 5th semester of the Social Sciences at UFSCar, taught by Prof. Dr. Gabriel Feltran in 2013.

The dismantling of Lula's social (cf. Georges; Rizek, 2016; Rizek; Georges, 2018) has changed the relationship between the state, the market and society, establishing an equation in which the market is not opposed to the state but to society itself. In this context, the market threatens social existence by transforming into merchandise that needs to be maintained as a common good (Polanyi, 2000). There has been a radical privatization of the public (Oliveira, 1999), aligned with a conservative agenda in customs and morals. Public funds, union assets, and social policies became exclusively instruments of the market without any social gain in mind. Mechanisms for social participation, transparency and demands were also destroyed, resulting in the "dismissal of speech" (Oliveira, 1999) and the criminalization of social movements. In other words, the model of public funding and social management privatization, which shaped Lula's social policies, was replaced by the wholesale privatization of the public, destroying the social through the market.

The last decade has been marked by almost permanent political, legal and institutional instability, making the crisis a management device. In the institutional housing policy sphere, the logic of social policy destruction began with a cascade of changes to the programmatic and normative framework through the New Land Regularization Law in 2017, still under the Michel Temer government, and was crowned with the creation of the Green and Yellow House Program by the Jair Messias Bolsonaro government in 2020.

Regarding social housing provision, subsidies were stripped away, and low-income families were included in long-term financing with interest, deepening the financialization already set in motion by the PMCMV. The purpose of the Social Development Fund, which was previously geared towards construction via associations, has now been altered to include an individual and privatized logic. Regarding land regularization, the PCVA aimed to transform informal territories into areas for market expansion, driven by public investment, simplifying rules and regulations, and land registry regularization paid for by families. The combination of Reurb-S and PCVA promoted tenure insecurity and excluded local urbanization from the regularization process. Access to the city has become exclusive access to private property, even though its surroundings remain precarious. These changes have relieved the state of its responsibility as a planning, management, execution and financing agent and allowed private initiative to come in as manager and executor, burdening low-income families.

In the sale of public real estate, there was an attempt to transform the public real estate stock into a private economic asset. Starting with the Real Estate Fund, an unprecedented scale change was proposed, the commodification of the public domain real estate market, allowing global players to enter. There was a slippage of scale, paving a broad avenue for speculative

action at a global level related to public real estate stock. Attempts to privatize the public domain extended to navy land and coastal areas. Generally speaking, some instruments have been reframed, and new ones have been introduced to commercialize public goods wholesale and radically promote the privatization of the public (Oliveira, 1999).

The dismantling of social participation and transparency mechanisms gave way to a counter-policy and internal decisions within the government itself. The PCVA represented a repositioning of the brand, a fake program with a nationalist shell and socially empty content focused only on the benefit of private capital. The PCVA subtracted all contracts in progress or projects about to be launched by the PMCMV, stamping them with the new program's name. Housing policy was also instrumentalized in favor of the government's popular base through *Habite Seguro* and selling public properties at a super discount to evangelical temples.

As highlighted in Chapter 1, housing policies are essentially territorial and urban development policies (Balbim, 2022). The guidelines proposed through laws, regulations, ordinances and budget funds can potentially shape how the population, associations, private companies and social movements, among other actors, access and produce these policies, shaping the production of urban space and social order. This cascade of changes has led to dismantling social policies achieved over the last two decades. The horizon of social policies has shrunk, giving way to the growth of precariousness, vulnerability and emergencies.

From this context, a "new urban activism" (Frúgoli Junior, 2018) emerged, comprised of a set of collectives, networks of social movements, and occupation practices aimed at fighting for the right to the city and the right to life. This means the production of a new constellation of initiatives, broadening a repertoire of struggles and forms of organization on a new scale of action. In the context of overlapping conservative governments with the pandemic scenario, "emergency struggles" (Mouriaux, 2002) were established, linked to survival and the immediate plane of life.

These displacements can be observed through the three housing occupations in São Carlos and the threads we chose to follow to the metropolitan region of São Paulo. We sought to show empirically how the modulations produced between the two conjunctures analyzed altered a horizon of possibilities for collective action, forcing the search for new strategies and modifying access to housing and land, confirming the initial hypothesis of this research.

The first occupation occurred right at the turning point of the political conjuncture, still representing the last window of opportunity to access the PMCMV. The second occupation, which began in 2015, tried to follow the same path and encountered restrictions. Given this scenario, it was necessary to move beyond "local activism" to build "social movement

networks” using other scales and agents (Scherer-Wareen, 2006). The MTST was activated to strengthen and diversify the instruments of struggle. Even so, access to housing is on hold. The horizon made possible by the land regularization relaxation rules was access to the partially urbanized land. The squatters live in shacks without formal access to water, electricity and a sewage system.

The third occupation was born within this shrinking horizon in 2020, forming a scenario of overlapping precariousness, vulnerability and emergencies from the framework of the dismantling of social rights gestated since the late 1990s, of “hyper-reactionary neoliberalism” (Fraser, 2008) and the framework imposed by Covid-19, aggravated by the government of the death of Jair Messias Bolsonaro. It finds itself in limbo, suspended, without definition, without a future, fighting for daily survival.

Dismantling institutional housing access mechanisms and PT’s social policy have prolonged the precariousness. While the first occupation had access to housing within two years (between occupying and entering the house), the second occupation has been living in precarious conditions for eight years, and the third occupation has been in a situation of social and environmental vulnerability for three years, with no prospect of access to land or housing.

The last two housing occupations in São Carlos also find themselves in a limbo of possibilities because the resolution of the problem is of no interest to public and private agents. They are located on the periphery of the periphery, in areas degraded by public and private authorities and represent a low return in terms of political capital - either because they are in the vote bank of Mayor Airton Garcia (Breda, 2022) or because there are already other agents mediating the housing demand and reaping the political rewards, such as PSOL, MTST, autonomous collectives, the evangelical church and organized crime.

With the PMCMV return in 2023, the so-called housing deficit is again being discussed. Recovering the housing deficit indicator as a mechanism that generously remunerates private capital only makes sense in a scenario with subsidies and public funding via housing policy. In the latest dismantling scenario, the category mobilized was the “informal urban nuclei,” which promoted the disaffection of public areas.

In 2023, São Carlos, the housing deficit index was “measured” through a public call, producing an extremely high and artificial figure incompatible with reality. The artificially inflated deficit is interesting for these agents, as it can be used to operate on a large scale - in justifying the disaffection of public areas, which can lead to the construction of thousands of housing units and in serving the final beneficiary - generating gains in political capital (Bourdieu, 2004; 2011) and the capital reproduction. The “deficit” is an instrument of pressure

and urgency, constructed from the moral rather than the technical field. Any actor who argues against these market instruments offered by the state itself could commit political suicide.

As of Lula's election in 2023, public and private agents are trying to recover Lulism based on a legal and regulatory framework created by the Temer and Bolsonaro governments. With the subsidy's return, they are rushing to clear public areas wholesale, justified by a supposedly inflated housing deficit due to highly questionable diagnostic methodologies. These agents seek to offer "unused" public land to private developers. Based on this framework, the corporatist approach to the housing deficit is radicalized in favor of the market again (Breda, 2021), as explored in Chapter 2.

The 2023 scenario indicates an overlap of a social transformation by the market and, if it is possible to speak in these terms, a survival of Lulism. Only historical distance and an accumulation of scientific evidence can analytically unravel the meanings produced after the last dismantling. Gradually, the instruments created in the era of dismantling are institutionalized, now under the mantle of Luiz Inácio Lula da Silva's "progressive" government. The policy of exception becomes part of the post-dismantling housing policy. The case of São Carlos and other cities following this disaffection of public areas model based on the New Land Regularization Law and the Direct Action of Unconstitutionality 6602 offers some clues to this social post-dismantling.

The legal and regulatory framework proposed in recent years operates using a counter policy, the discretion of public agents and the privatization of the public, in which the role of the agents and the beneficiary's framework is unclear. There has been deregulation of the forms of access to housing, producing a "vacuum" of law in the housing field, creating dynamic spaces of dispute and institutional recreation, and configuring a "gray zone". These zones are characterized by widening the margins of maneuver existing in the legal regulation itself, and the control or regulatory power of non-institutional actors in these spaces is also increased (Bureau; Dieuaide, 2018). The "gray zones" are drawn from the dissolution of normative boundaries, taking on less definitive contours, mixing indistinct practices between the folds of the legal and illegal, the institutional and the non-institutional (Minassian, 2011; Azais, 2012).

Through this gray zone, actors other than the state and the market are created and strengthened in managing housing demand and strengthening or creating power networks (Feltran, 2018). In the case analyzed in Chapter 3, this involves the strengthening of the PSOL in São Carlos (militants and city councilors), the creation of an ATHIS work field born out of the occupations demand and strengthened professionally via CAU notices; the legitimization of religious leaders, as well as the organized crime.

These power networks are spaces for obtaining resources, and each one is activated according to the needs and the types of mediation they offer. When problems related to the municipality need to be resolved, the PSOL or the MTST are called in; when technical details of the urban and architectural project are discussed, the Pitá/Maitá-Athis are sought out; to resolve problems related to internal conflicts (violent or not), organized crime is called in. Pastors and missionaries are often called in to treat health problems or offer a word of comfort. Managing housing demand through grey zones opens space for social policies that mobilize different meanings, worldviews and moralizations.

Between encounters and disagreements, logics of ordering the world (Silva, 2004) are produced, material and symbolic. These logics come together through occupations or the housing demand management from “outside” the state, from the gray zones. And even though they may have demarcated borders (physically and symbolically), they coexist in the same territory, sometimes in confluence, sometimes in negation. Many of these actors act across groups, especially between religious and criminal groups.

Following the threads of the “In search of a dream” occupation, we tracked the MTST actions and its militants in the metropolitan region of São Paulo. The MTST has become increasingly central in managing housing demand and the fight for social rights in general. From the Lulism exhaustion, which overlapped with the trade unionism exhaustion and the labor field deregulations promoted by the Temer government, the MTST’s proposal points to the working class reorganization through its place of residence - the urban peripheries, indicating a process of (re)territorialization (Scherer-Warren, 2009) of class conflict. It is possible to highlight at least four critical dimensions of the MTST’s contemporary actions.

The **first** refers to the constitution of “social movement networks” (Scherer-Warren, 2006) on various scales - local, state, national and international, which has boosted the movement as a political actor. There has been a process of change from a housing movement with focused actions to a movement with a better-defined political project, which seeks to dispute the nation project and hegemony. In addition to the established networks, the movement has produced an “ecosystem of popular organizations”, with the strongest link being the movement itself. These organizations are more or less autonomous from the movement and perform specific functions within the MTST’s larger objective.

Connected to its political project of transforming society, a **second** dimension refers to the broadening of the MTST’s scope of action, putting itself in defense of a plural subject to the detriment of a singular subject, opening up a field of action that includes the defense of diversity (race, gender, ethnicity, etc.), up to environmental, sustainability, the world of work,

etc. The movement's new slogan, adopted in 2023 as part of the 25th-anniversary celebrations - Roof, Work and Bread - reveals the elasticity and scope of the movement's struggle, which today considers itself the most significant urban social movement in Brazil. Within this perspective and in response to the dismantling of social policies in a pandemic scenario, the movement has also invested in humanitarian nature actions, which now tend to be institutionalized through Boulos' parliamentary work - such as the Solidary Kitchen, which connects us to the **third** dimension.

The MTST has inserted itself into the institutional arena of party politics and arrived in the 2020s with the features of a movement-party. Since 2018, the movement has launched candidates for executive and legislative positions, electing at least three militants - Jô Cavalcanti, Guilherme Boulos and Ediane Maria. Beyond the elections, the MTST has transformed the PSOL "from within" through the Solidarity Revolution current and access to key positions in the party bureaucracy. We see a shift between the pretension of being an autonomous social movement of pressure and participation through the state in formulating and implementing public policies.

At the center of all these strategies and modulations that seek to respond to conjuncture changes are the urban occupations, representing the **fourth** dimension. Occupations have always been the MTST's central mobilization and pressure tool, aimed at fighting for housing and urban reform. They have changed over the last decade and acquired polysemic meanings. Although their form seems to have remained the same from the outside, their content has changed radically. The occupations began to be organized around the possibility of eviction and began to play a symbolic role in representing the housing deficit. Both movements occurred at a time of the movement's nationalization and access to public funds via the PMCMV Entities at the turn of the 2010s.

More than that, the occupations function as a pressure instrument for squatters to access essential public services (Miagusko, 2012); they are a tool for producing urban space according to the demands of the low-income population. They function as a crucial space for the production of multiple identities (Helene, 2019; Caldwell, 2007), political engagement, the politicization of squatters (Carvalho-Silva; Tomizaki, 2021) and the political training of party leaders from the grassroots (Breda, 2023). More recently, they have become the center of political capital disputes between parties and social movements, shuffling relations between the two institutions. They also distinguish between the "new legitimate subjects of social transformation" and the auxiliary subjects - progressive sectors of the middle class, through identity politics.

Based on the political capital generated in the occupations, the MTST has strengthened its participation in PSOL plenums and congresses by getting its squatters and militants to vote. The movement increasingly occupies key positions in the party bureaucracy, and the Solidarity Revolution current has become hegemonic. The MTST arrived in the 2020s acting from the institutional arena and direct action. The relationship between social movements and political parties, established in the last century, seems reversed. Political campaigns have also put the movement in the spotlight.

If, on the one hand, the MTST became more massive and popular in the 2010s, the June Journeys posed three significant challenges for the movement - (1) to recover the “accumulation of forces” that had evaporated with the spread of demand from autonomous occupations and the increased legitimacy of other actors who began to act in the grey zone; (2) strengthening “popular power”, i.e., politicizing and multiplying the internal base under the movement’s ideology; and finally, (3) co-opting external supporters and inserting them into the movement’s structures. And this means dealing with a generation of militants born out of neoliberal identity activism (Miskolci, 2021).

To this end, the MTST promoted a sequence of occupations in the RMSP to capture this diffuse demand, betting on the so-called “natural politicization”. Later, in 2015, the School of Grassroots Work was created to organize supporters’ entry into the movement’s structures and politicize them. This external base offers volunteer work and technical knowledge fundamental to the movement’s expansion.

The variety of sectors promoted by the influx of external supporters enables the MTST to act on different fronts, not just limited to the housing issue, but also engaging in food security, health, legal issues, and culture, among other areas, with technical professionals working internally within the movement itself. The management of housing demand has expanded to include the management of various precariousness, vulnerability and needs, especially after 2016 and, later, with the advent of the Covid-19 pandemic.

The politicization offered by the MTST for both bases is not without conflict and contradictions. The “identity politics” and “neoliberal identity activism” developed in the last decade via the technical-media public sphere (Miskolci, 2021) play a fundamental role in mediating the process of brigade members politicization, legitimizing or not the participation of specific identity profiles. Identity politics also plays a crucial role in separating the legitimate subjects of social transformation - the internal base/the homeless/squatters - from the auxiliary subjects - the external base. In these modulations, a moral economy or market of identities is produced based on gender, sex, class, race and place of residence/birth, marking out positions

of who can speak, what they can speak about and who can give legitimacy to information and categorizations, creating hierarchies and disputes. The MTST seeks to capture and produce the identity market's political opportunities.

Thus, the external base has used the performativity of identity to legitimize its militancy and construct itself as a subject closer to ordinary people. In contrast, the internal base has capitalized on subaltern identity to access party politics, public funds and the design of housing policies. Identity has become fundamental in forming internal leaders and inducting them into "militant careers" (Araújo Filho, 2023). There has been an accelerated process of professionalization of militants within the movement's highest structures. Peripheral black women have built a "militant career" based on individual and collective impulses and experiences and based on identity, as is the case with Débora Lima, Ediane Maria and Jô Cavalcanti.

Immersed in contradictions and conflicts, the expansion of the MTST's base and forms of struggle is based on the systematic co-optation of the middle class, which has the technical knowledge, and the empowerment of the base, those who have the experience and "legitimacy". Establishing a base and a legitimate historical subject of social transformation built through identity politics points to an "authentic representative of the ordinary people", which slowly seems to replace the category of the proletarian.

In this context, the MTST - which today represents the largest urban social and housing movement in the country, a product and producer of the conjuncture of the last dismantling - seems to operate an arrangement between the peripheral population and the progressive sectors of the middle class, mediated by an identity politics and processes of politicization that mix struggle experience and non-formal education, where the conflict is reterritorialized from the urban peripheries and through a plural peripheral subject.

Bibliography

Lavradora
de palavras,
aprendi com juás
jaqueiras
cantigas de roda.

Colhendo verbos
de semear:
afetos, alteridade,
justiça,
pertencimento.

As palavras,
se assemelhando
aos frutos do cajueiro,
às vezes amarelo
outras
vermelho,
fazem do meu ofício
moinho d'água.

Aprendo no tecer,
cozer,
casear,
garimpo palavras.

As páginas contadas
à boca e escritas no chão
me conquistam.
(Lene, 2021, p. 44)

1. Articles, theses, books, book chapters and reports

AALBERS, Manuel. Corporate Financialization. *In*: CASTREE, N. (org.). **The International Encyclopedia of Geography: people, the earth, environment, and technology**. Oxford, Wiley, 2014.

ABREU, Maurício. Sobre a memória das cidades. *In*: CARLOS, Ana Fani *et al.* (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2017, p. 19 -40.

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. **MANA** 21(3), p. 483-498, dez. 2015. DOI: 10.1590/0104-93132015v21n3p483. Available at: <https://www.scielo.br/j/mana/a/wJfG33S5nmwjb344NF3s8s/>. Accessed at: 04 oct. 2023.

AÏT-AOUDIA, Myriam; MOUNIA, Bennani-Chraïbi; JEAN-GABRIEL, Contamim. Indicateurs et vecteurs de la politisation des individus: Les vertus heuristiques du croisement des regards. **Critique Internationale**, n. 50, p. 9-20, jan./fev., 2011. DOI: 10.3917/cii.050.0009. Available at: https://www.academia.edu/15051209/Indicateurs_et_vecteurs_de_la_politisation_des_individus_les_vertus_heuristiques_du_croisement_des_regards. Accessed at: 26 oct. 2023.

ALONSO, Angela. **Treze: a política de rua de Lula a Dilma**. 1 ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2023, 403 p.

AMORE, Caio Santo.; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (Orgs.). **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, 428 p.

AMORE, Caio Santo; LEITAO, Karina. O espaço existe, o espaço importa: impactos da austeridade fiscal na provisão de habitação social e na urbanização de favelas. *In*: ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M. (Org.). **Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil**. 1ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2018, p. 215-241, p. 215-241.

AMORE, Caio Santo; MORETTI, Ricardo de Sousa. “Gelo não é pedra!” – informalidade urbana e alguns aspectos da regularização fundiária de interesse social na lei 13.465/2017. **Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo**, v. 1, n. 17, p. 73-83, 2018.

ARAÚJO FILHO, Tarcísio Perdigão. Lutas populares urbanas: interseções entre trabalho e militância em perspectiva sociobiográfica. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 57, p. 69-94, set./dez. 2023. DOI 10.17771/PUCRio.OSQ.63636. Available at: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/63636/63636.PDF>. Accessed at: 31 oct. 2023.

ARAÚJO FILHO, Tarcísio Perdigão. **Viver na tora: trabalho ambulante e estratégias de vida nas encruzilhadas da gestão contemporânea do comércio popular**. 2021. 330 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

AZAÏS, Christian. As zonas cinzentas no assalariamento: proposta de leitura do emprego e do trabalho. *In*: AZAÏS, Christian; KESSLER, Gabriel; TELLES, Vera da Silva (orgs.). **Ilegalismos, cidade e política**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 167-198.

BALBIM, Renato Nunes. **Do Casa Verde e Amarela ao Banco Nacional de Habitação, passando pelo Minha Casa Minha Vida**: uma avaliação da velha nova política de desenvolvimento urbano – Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2022.

BALBIM, Renato, KRAUSE, Cleandro. Produção social da moradia: um olhar sobre o planejamento da Habitação de Interesse Social no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 16, n. 1, p. 189-201, maio, 2014. DOI10.22296/2317-1529.2014v16n1p189. Available at: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4905>. Accessed at: 22 oct. 2023.

BALBIM, Renato; KRAUSE, Cleandro; SANTIAGO, Cristine Diniz; BENEDETTO, Cristiane; NUNES, Antonio Couto; BERTOL, Caroline; MARINHO, Sandra; BIANCHI, Julia; FARIAS, João; MONTEIRO, Beatriz. **Relatório de Pesquisa**. Projeto “Modelagem lógica para estruturação programática da Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS)”. IPEA, Brasília, 2023, 134 p.

BARREIRA, Irllys. Ações direta e simbologia das “jornadas de junho”: notas para uma sociologia das manifestações. **Contemporânea**, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 145-164, 2014.

BARROS, Mariana Cicuto (Org.). **Formas precárias de habitação em cidades do interior paulista**: contexto, ações e desafios para o campo de athis. São Paulo: Associação Projeto Gerações, 2022. 251 p.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 231 p.

BELLO, Carlos Alberto. Percepções sobre a pobreza e condicionalidades do Programa Bolsa Família. *In*: CUNHA, Márcia Pereira; GEORGES, Isabel Pauline Hildegard; OTA, Nilton Ken (Orgs.). **Tempo do social e da política**. 1. Ed, São Paulo: Alameda, 2018. p. 275- 299.

BIDART, Claire. Crises, décisions et temporalités: Autour des bifurcations biographiques. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, v. 120, n. 1, p. 29-57, 2006. DOI 10.3917/cis.120.0029. Available at: <https://www.cairn.info/revue-cahiers-internationaux-de-sociologie-2006-1-page-29.htm>. Accessed at: 26 oct. 2023.

BONDUKI, Nabil. **Os pioneiros da habitação social**: cem anos de política pública no Brasil. São Paulo: Editora UNESP: Edições Sesc SP, 2014, 400 p.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?** Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Scortecci, 2012. 128 p.

BOULOS, Guilherme. **Sem medo do futuro**. São Paulo, SP: Editora Contracorrente, 2022. 155 p.

BOULOS, Guilherme; GUIMARÃES, Vítor. Resistir ao golpe, reinventar os caminhos da esquerda. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1. Ed., São Paulo: Boitempo, 2016. p. 139-144.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 193-216, jan./jul. 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004. 86 p.

BRAGA, Ruy. Reforma Trabalhista: menor autonomia do trabalhador sobre o tempo social, maior concentração de renda e desigualdade social. Entrevista especial com Ruy Braga, realizada por Patrícia Fachin. **IHU On-line**, 1 maio 2018. Available at: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/578329-reforma-trabalhista-menor-autonomia-do-trabalhador-sobre-o-tempo-social-maior-concentracao-de-renda-e-desigualdade-social-entrevista-especial-com-ruy-braga>. Accessed at: 31 oct. 2023.

BRAGA, Ruy. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (Orgs.) **As contradições do lulismo:** a que ponto chegamos? 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2016. p. 55-92.

BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco Aurélio. Dinâmicas da ação coletiva no Brasil contemporâneo: encontros e desencontros entre o sindicalismo e a juventude trabalhadora. **Caderno CRH**, v. 28, n. 75, p. 529-544, set./dez. 2015. DOI: 10.1590/S0103-49792015000300006. Available at: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/dZjxdcwTYb98bJtkphP9Z4L/?format=pdf&lang=pt>. Accessed at: 02 nov. 2023.

BREDA, Thalles Vichiato. A economia política da terra: as elites e a produção das periferias pobres. In: GEORGES, Isabel Pauline Hildegard; RIZEK, Cibele Saliba; BREDA, Thalles Vichiato (Orgs.). **Produção e Reprodução das formas de sociabilidade:** dimensões territoriais e multi-escalares. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2022. p. 357-395.

BREDA, Thalles Vichiato. **Articulações entre a produção do espaço urbano e a gestão do social:** agentes e escalas na produção do PMCMV em São Carlos/SP. 2018. 296p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2018.

BREDA, Thalles Vichiato. Produzindo Estatísticas, produzindo cidades: Uma análise dos indicadores de déficit e demanda habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 27, p. 130-151, jul./dez., 2021. Available at: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revsocio/article/view/258577>. Accessed at: 22 oct. 2023.

BREDA, Thalles Vichiato. The role of Black women in urban housing struggles in Brazil: From land occupations to the institutional policy. **Radical Housing Journal**, v. 5, n. 1, p. 53-73, jul. 2023. DOI: 10.54825/MAJR9896. Available at: https://radicalhousingjournal.org/wp-content/uploads/2023/07/RHJ_Issue-5.1_04_Long-Read_Breda_53-73-1.pdf. Accessed at: 04 oct. 2023.

BUREAU, Marie-Christine; DIEUAIDE, Patrick. Institutional change and transformations in labour and employment standards: an analysis of 'grey' zones. **Transfer**, v. 24, n. 3, p. 261-277, 2018.

CABANES, Robert; GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele; TELLES, Vera (org.). **Saídas de emergência:** ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo: Boitempo, 2011.

CALDWELL, Kia Lilly. Mulheres negras, militância política e justiça social no Brasil, **Revista Gênero**, 8 (1), p. 53-69, 2007. DOI: 10.22409/rg.v8i1.161. Available at: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30960>. Accessed at: 04 oct. 2023.

CAMARGO, Camila Moreno de. **Minha Casa Minha Vida Entidades: entre os direitos, as urgências e os negócios**. 2016, 295 p. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016.

CAMARGO, Camila Moreno. Minha Casa Minha Vida Entidades: Novos arranjos para a operação da política habitacional no Brasil. **RBCS**, v. 35, n. 102, e3510219, 2020.

CARVALHO, Matheus Gomes Oliveira de. **Monas da Lona Preta: As Memórias de LGBTs dentro do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto**. 2019. 74 p. (Trabalho de Conclusão de Curso) Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, 2019.

CARVALHO-SILVA, Hamilton Harley de; TOMIZAKI, Kimi. Os aprendizados da luta política: trajetórias militantes das mulheres no MTST. **Linhas Críticas**, v. 27, p. 1-19, 2021.

CAUBR. ATHIS. **Guia da assistência técnica para habitação social: o passo a passo. Como fazer?** Brasília, CAUBR, 2019, 180p.

CHAVES, Ramos Léo. Desempenho Péssimo. **Pesquisa Fapesp**, Edição 301, mar. 2021. Available at: <https://revistapesquisa.fapesp.br/desempenho-pessimo/>. Accessed at: 18 sep. 2023.

COHN, Amélia. As políticas sociais na atualidade: perspectivas draconianas. *In*: CUNHA, Márcia Pereira; GEORGES, Isabel Pauline Hildegard; OTA, Nilton Ken (Orgs.). **Tempo do social e da política**. 1. Ed, São Paulo: Alameda, 2018. p. 261-274.

CORTÉS, Alexis. The Touraine Boys and the pobladores' impossible social movement. **Revista Mexicana de Sociología**, Ciudad de México, v. 84, n. 2, p. 477-506, abr./jun. 2022. DOI: 10.22201/iis.01882503p.2022.2.60285. Available at: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0188-25032022000200477&script=sci_abstract&tlng=en. Accessed at: 04 nov. 2023.

CÔRTEZ, Mariana Magalhães Pinto. **O bandido que virou pregador: a conversão de criminosos ao pentecostalismo e suas carreiras de pregadores**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, participação e cidadania: do que estamos falando?** Brasiliense, 2004.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal**. São Paulo: Boitempo Editora, 2016. 402p.

DAVENPORT, Thomas; BECK, John. **The Attention Economy: understanding the new currency of business**. Boston: Harvard School of Business, 2021, 272 p.

DE SORDI, Denise. Empobrecimento, fome e pandemia: o Auxílio Emergencial, o fim do Programa Bolsa Família e o Auxílio Brasil, 2019-2022. **História, Ciência, Saúde, Manguinhos**, v. 30, supl. E.2023032, 2023. DOI 10.1590/S0104-59702023000100032.

Available at: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/Zz97SwmZnfrqSz4GSG6Q6Rx/>. Accessed at: 31 oct. 2023.

DOBRY, Michel. **Sociologia das crises políticas:** a dinâmica das mobilizações multissetoriais. 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015. 296 p.

DONZELOT, Jacques. **La invención de lo social:** ensayo sobre la declinación de las pasiones políticas. [1984] Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 2007. 192 p.

EMERSON, Robert. Le travail de terrain comme activité d'observation. Perspectives ethnométhodologistes et interactionnistes. *In:* CÉFAÏ, Daniel. (Éd.), **L'enquête de terrain**. Paris: La Découverte/MAUSS, 2003.

FALCHETTI, Cristhiane. Entre dois ciclos políticos: o percurso do MTST e os caminhos das lutas urbanas. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 10, n. 25, p. 168-192, maio/ago. 2022. DOI 10.20336/rbs.888. Available at: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/888>. Accessed at: 31 oct. 2023.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo, SP: Elefante, 2017.

FELTRAN, Gabriel. **Irmãos:** uma história do PCC. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 318 p.

FERNANDES, Edésio. **Regularização de Assentamentos Informais na América Latina**. Lincon Institute of Land Policy, 2011.

FERNANDES, Lorena Ismael; FERREIRA, Camila Alves. **O Movimento Escola Sem Partido: ascensão e discurso**. **Humanidades em Diálogo**, v. 10, p. 194-209, 2021. DOI: 10.11606/issn.1982-7547.hd.2021.159234. Available at: <https://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/159234>. Accessed at: 04 nov. 2023.

FERREIRA, Ruth Vasconcelos Lopes. Movimentos sociais e partidos políticos. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 166-176, nov. 1994.

FIGUEIREDO, Soyani Tardioli; MOREIRA, Tomás. Ocupação em busca de um sonho: participação dos movimentos sociais na luta por moradia, na cidade de São Carlos-SP. *In:* **III Seminário Nacional Sobre Urbanização de Favelas – URB Favelas**, Salvador, BA, Brasil 2018.

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 17, n. 40, p. 43-64, set./dez. 2018. DOI: 10.5007/2175-7984.2018v17n40p43. Available at: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2018v17n40p43>. Accessed at: 04 oct. 2023.

FRÚGOLI JR., Heitor. Ativismos urbanos. **Cadernos CRH**, 31(82), p. 75-86, jan./abr. 2018. DOI 10.1590/S0103-49792018000100005. Available at: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/GY3wTHBHyBVbMwvy4b4vB4f/abstract/?lang=pt>. Accessed at: 31 oct. 2023.

FUNDAÇÃO João Pinheiro. **Déficit habitacional no Brasil** – 2016-2019 / Fundação João Pinheiro. – Belo Horizonte: FJP, 2021. 169 p.

GALVÃO, Andréia, *et al.* (orgs.). Contribuição Crítica à Reforma Trabalhista. **Relatório, CESIT/IE/UNICAMP**, Campinas, 2017. Available at: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/Dossie14set2017.pdf>. Accessed at: 19 sep. 2023.

GARCIA, A. S. Las Mujeres Negras y el derecho a la ciudad: las relaciones raciales y de género. In: Santos, R. E. (Ed), **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis, RJ: DP *et al*; Brasília, DF: ABPN, 2012.

GEORGES, Isabel Pauline Hildegard; RIZEK, Cibele Saliba; BRENDA, Thalles Vichiato (Orgs.). **Produção e Reprodução das formas de sociabilidade**: dimensões territoriais e multi-escalares. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2022. 430 p.

GEORGES, Isabel, SANTOS, Yumi Garcia dos. Tessituras da mobilidade de mulheres: economias morais, mercados políticos e zonas de indistinção. In: GEORGES, Isabel; TIZZIANI, Ania (orgs.), **Dinâmicas do mundo do trabalho na Argentina e no Brasil**: transições, mobilidades e deslocamentos/Dinámicas del mundo del trabajo en Argentina y Brasil: transiciones, movilidades, desplazamientos, São Paulo, Alameda, Coll. SAGEMM, 2020, pp. 301-338.

GEORGES, Isabel. **Le Brésil de l'ère luliste (2003-2016)**. Les politiques sociales à l'épreuve du travail. Paris, Éd. du Croquant, no prelo.

GEORGES, Isabel; GIRAUD, Olivier. Les conjonctures au crible de l'hégémonie. La place du politique en Amérique latine, et ailleurs. **SociologieS**, out. 2023. DOI: 10.4000/sociologies.19335. Available at: <http://journals.openedition.org/sociologies/19335>. Accessed at: 04 oct. 2023.

GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele Saliba. Práticas e dispositivos: escalas, territórios e atores. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 6, n.1, p. 51-73, Jan./Jun., 2016. DOI: 10.4322/2316-1329.011. Available at: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/issue/view/16>. Accessed at: 22 oct. 2023.

GIAQUINTO, Marina Ferreira. **Tornando-se um “acampado”**: a experiência das famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). 2016. 196 p São Carlos: UFSCar, 2016.

GIGLIOLI, Daniele. **Crítica de la víctima**. Madrid: Herder, 2017. 132 p.

GOHN, Maria da Glória. Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático, **Política & Sociedade**, 11, p. 41-79, 2007.

GOLDHABER, Michael. The Attention Economy and the Net. **First Monday**, v. 2 n. 4, p. 4-7, abr., 1997. DOI 10.5210/fm.v2i4.519. Available at: <https://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/519>. Accessed at: 26 oct. 2023.

GOULART, Débora Cristina. **O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto - MTST**. 2011. 275 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2011.

GUERREIRO, Isadora de Andrade Helene. O MTST e o PMCMV: O “Poder Popular” Próprio ao Lulismo. **Dialektiké**, v. 1, p. 52-78, jun. 2016.

GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena Sumiko; SUGITA, Kurumi. Cuidado e cuidadoras: o trabalho de *care* no Brasil França e Japão. **Sociologia & antropologia**, v.01, n. 01, p. 151–180, 2011. Available at: <https://www.scielo.br/j/sant/a/kwYwJSWSd38BRbd5fCBGYmw/?lang=pt&format=pdf>. Accessed at: 03 nov. 2023.

HABERMANS, Jürgen. **The structural transformation of the public sphere: an inquire into a category of Bourgeois Society**. Cambridge: The MIT Press, 1999.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Caderno Metropolis**, v. 21, n.46, p. 951-974. 2019.

HIRATA, Helena. O trabalho de cuidado. Comparando Brasil, França e Japão. **SUR 24**, v.13 n.24, p. 53 – 64, 2016. Available at: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/5-sur-24-por-helena-hirata.pdf>. Accessed at: 03 nov. 2023.

IGREJAS evangélicas apresentaram crescimento vertiginoso no Brasil nas últimas décadas. **Jornal da USP**, São Paulo, 06 jun. 2023. Available at: <https://jornal.usp.br/radio-usp/igrejas-evangelicas-apresentaram-crescimento-vertiginoso-no-brasil-nas-ultimas-decadas/>. Accessed at: 10 aug. 2023.

JINKINGS, Ivana. Apresentação – O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. 1 ed., São Paulo: Boitempo, 2016. p. 11-14.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. 1 ed., São Paulo: Boitempo, 2016.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: Emílio, M. et al. (Orgs.) **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas**. São Paulo, Sp: Coordenadoria Especial da Mulher, p. 55-63, 2003.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 202 p.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos**. 2ª edição. São Paulo: Editora 34, 2009. 144 p.

KREIN, José Dari; MANZANO, Marcelo; TEIXEIRA, Marilane Oliveira; LEMOS, Prática Rocha. **O Trabalho Pós-Reforma Trabalhista (2017)**. Vol. 1, São Paulo: Cesit - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2021.

KREIN, José; OLIVEIRA, Roberto; FILGUEIRAS, Vitor (orgs.). Dossiê: A Reforma Trabalhista no Brasil e no Mundo. **Cadernos CRN**, v. 32 n. 86, 2019. Available at: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/issue/view/1851>. Acesso em 19 set. 2023.

LACERDA, Marina. Contra o comunismo demoníaco: o apoio evangélico ao regime militar brasileiro e seu paralelo com o endosso da direita cristã no governo Bolsonaro. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v.42, n.1, p. 153-176, 2022. DOI 10.1590/0100-85872021v42n1cap07. Available at:

<https://www.scielo.br/j/rs/a/Yvgm4T74KWZHN4vYttLrxVB/abstract/?lang=pt>. Accessed at: 22 oct. 2023.

LAUTIER, Bruno. O governo moral dos pobres e a despolitização das políticas públicas na América Latina. Tradução: RIZEK, C. S. **Caderno CRH**. Salvador, v.27, n.72, set./dez, 2014. DOI: 10.1590/S0103-49792014000300002. Available at:

<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/kxB3zn6rKqs4vNgxpDtwSwL/abstract/?lang=pt>. Accessed at: 26 oct. 2023.

LAVAL, Christian. As duas faces do neoliberalismo contemporânea (trad. Cibele Rizek). In: GEORGES, Isabel Pauline Hildegard; RIZEK, Cibele Saliba; BREDÁ, Thalles Vichiato (Orgs.). **Produção e Reprodução das formas de sociabilidade: dimensões territoriais e multi-escalares**. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2022. p. 397-419.

LÉLIS, Marco Tadeu Caputi; CUNHA, André Moreira; LINCK, Priscila. O coque nos preços das *commodities* e a economia brasileira nos anos 2000. **Revista de Economia Política**, v. 39, n. 3, jul.-set., 2019, p. 427-448.

LENE, Souza. **Pé no Barro**. São Paulo: Editora Funilaria: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, 2021.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogo de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 77-102.

LIMA, Jacob Carlos. Une nouvelle génération de politiques sociales au Brésil. Néolibéralisme et participation populaire. In: DESTREMAU, Blandine; GEORGES; Isabel. (Org.). **Le care, face morale du capitalisme**. Assistance et police des familles em Amérique latine. 1ed.Bruxelas: Peter Lang, 2017, v. 1, p. 307-324.

LIMA, Sonia Lúcio Rodrigues de. **Metamorfoses na luta por habitação: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)**. 2004. 249 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

LOPES, José Sérgio Leite. Memória e Transformação Social: Trabalhadores de Cidades Industriais. **MANA** 17(3), p. 583-606, de. 2011. DOI: 10.1590/S0104-93132011000300004. Available at: <https://www.scielo.br/j/mana/a/cBd9KxWpNjyXbL5j5smtYJt/?lang=pt>. Accessed at: 31 oct. 2023.

LÖWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. 1 ed., São Paulo: Boitempo, 2016. p. 61-68.

MACHADO, Carly; PAZ, Sthefanye; ASSIS, Frederico de. “O mistério é mais profundo, acho bom ficar ligado”: música gospel, estética e política nas periferias urbanas do Rio de Janeiro. In: GEORGES, Isabel Pauline Hildegard; RIZEK, Cibele Saliba; BREDÁ, Thalles Vichiato (Orgs.). **Produção e Reprodução das formas de sociabilidade: dimensões territoriais e multi-escalares**. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2022. 297-328 p.

MALDONADO, Janaina; BERALDO, Ana. The law of God, the law of the State and the law of Crime: an anthropological account of the consolidation of multiple normative regimes in Brazilian urban margins. **Legal Pluralism and Critical Social Analysis**, 2024.

MARCUS, George. Ethnography in/of the world system: the emergence of multisited ethnography. **Annual Review of Anthropology**, n. 24, p. 95-117, 1995.

MIAGUSKO, Edson. **Movimentos de Moradia e Sem-Teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche**. São Paulo: Editora Alameda, 2012. 346p.

MINASSIAN, Gaïdz. **Zones grises: quand les états perdent le contrôle**. Paris: Autrement, 2011. 201 p.

MISKOLCI, Richard. **Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-midiaticizada**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. 110 p.

MISKOLCI, Richard; BALIEIRO, Fernando. Sociologia Digital: balanço provisório e desafios. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, p. 132-156, jan./abr.2018.

MISSE, Michel. Rio como um bazar: a conversão da ilegalidade em mercadoria política. **Revista Insight-Inteligência**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 18, p. 68-79. 2002.

MOURA, Alessandro de. Movimento operário do ABC Paulista (1978-2010): Contestação, intermediação e colaborativismo. **AURORA**, ano IV, n. 6, p. 36-58, ago. 2010.

MOURIAUX, René. A esquerda e a reanimação das lutas sociais na Europa [Entrevista a Andréia Galvão]. **Crítica Marxista**, 14, p. 150-170. 2002. Available at: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/entrevista7entrevista2.pdf. Accessed at: 31 oct. 2023.

NAKAMA, Vinicius Kuboyama; RUFINO, Beatriz. Os Fundos de Investimento como movimento do complexo financeiro-imobiliário no Brasil. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v.24, e202233, 2022. DOI 10.22296/2317-1529.rbeur.202233. Available at: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/7103>. Accessed at: 22 oct. 2023.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2003. 150 p.

OLIVEIRA, Francisco. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, p. 67-85, 74, mar., 2006. Available at: <https://www.scielo.br/j/nec/a/NZdtrpkH99L4r4zfzbTN3Pw/?format=pdf&lang=pt>. Accessed at: 30 oct. 2023.

OLIVEIRA, Francisco. Prefácio. *In*: MIAGUSKO, Edson. **Movimentos de Moradia e Sem-Teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche**. São Paulo: Editora Alameda, 2012. P. 9-17.

OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (orgs.). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999. 336 p.

OLIVEIRA, Francisco. Privatização do público, destituição da fala: o totalitarismo neoliberal. *In*: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (orgs.). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 55-82.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. O sindicalismo e a questão democrática na história recente do Brasil: o que se pode esperar? *In*: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (Orgs.) . **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 49-70.

PADILHA, Felipe; FACIOLI, Lara. Pesquisa de campo com mídias digitais: desafios para a imaginação sociológica em tempos de pandemia. *Áskesis*, São Carlos - SP, v. 11, n. Edição especial, p. 107-122, dez. 2022.

PANTOJA, Igor. **Planejamento privado social: práticas da CVRD (Vale S.A.) em municípios do Maranhão**. 2012, 125 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

PAOLI, Maria Célia. Apresentação e Introdução. OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia. **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999. p. 7-23.

PAOLI, Maria Célia. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. *In*: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.), **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 221-256.

PAULANI, Leda Maria. Uma ponte para o abismo. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. 1 ed., São Paulo: Boitempo, 2016. p. 69-76.

PECHENY, Mario. Political Agents or Vulnerable Victims? Framing Sexual Rights as Sexual Health in Argentina. *In*: AGGLETON, Peter; PARKER, Richard (Eds.). **Handbook of Sexuality, Health and Rights**. New York: Routledge, 2010. p. 359-369.

PERRUSO, Marco Antonio. **10 anos de Junho de 2013: da crise do Lulismo à derrota de Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2023. 208 p.

PERRY, Keisha-Khan. Geographies of Power: Black Women Mobilizing Intersectionality in Brazil, **Meridians: feminism, race, transnationalism**. 14(1), p. 94 –120, 2016.

PERRY, Keisha-Khan. Urban space and collective memory: Black women's knowledge in political struggles. *In*: Santos, R. E. (Org.) **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis, RJ: DP et Alli; Brasília, DF: ABPN, p. 164-215, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2012-2015). **Lua Nova**, São Paulo, 100, p. 119-153, jan./abr. 2017. DOI: 10.1590/0102-119153/100. Available at: <https://www.scielo.br/j/ln/a/yy7GFGFWK8tkCfLHM8TrFNM/abstract/?lang=pt>. Accessed at: 04 oct. 2023.

PLATAFORMA Brasileira de Direitos Humanos. **Relatório sobre a criminalização de movimentos de moradia na cidade de São Paulo**. São Paulo, SP: Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, 2019.

POLANY, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POCHMANN, Márcio. **Evidências recentes na relação entre gasto social e desigualdade de renda no Brasil**. Campinas: Mimeo, 2005.

POLI, Mariana Naxara. **A Geografia do espaço vivido**: Análise do uso social do solo urbano – estudo de casa na cidade de São Carlos, SP. 2004. 232 p. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

PREFEITURA Municipal de São Paulo. **Informes Urbanos**: Domicílio chefiados por mulheres aumentam cerca de 50% na última década. Out. 2012. Available at: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Informes_Urbanos/13_domicilios_chefiados.pdf. Accessed at: 25 oct. 2022.

QUEIROZ, Christina. Fé Pública. **Revista FAPESP**, ed. 286, dez. 2019. Available at: <https://revistapesquisa.fapesp.br/fe-publica/>. Accessed at: 10 aug. 2023.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996. 144 p.

RELATÓRIO de Avaliação. **Programa Minha Casa Minha Vida**. Ministério da Economia, Secretaria Especial da Fazenda, Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria, dez., 2020. 85p.

RIZEK, Cibele Saliba. Prefácio. In: CUNHA, Márcia Pereira; GEORGES, Isabel Pauline Hildegard; OTA, Nilton Ken (Orgs.). **Tempo do social e da política**. 1. Ed, São Paulo: Alameda, 2018. p. 9-12.

RIZEK, Cibele Saliba. Trabalho, moradia e Cidade: Zonas de indiferenciação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, p. 41-50, fev. 2012. DOI: 10.1590/S0102-69092012000100003. Available at: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/QJj9jwcRBCbJsgmnKMfFqVq/abstract/?lang=pt>. Accessed at: 31 oct. 2023.

RIZEK, Cibele Saliba; AMORE, Caio Santo; CAMARGO, Camila Moreno. Política social, gestão e negócio na produção das cidades: o Programa Minha Casa Minha Vida entidades. **Caderno CRH**. Salvador, v. 27, n. 72, set./dez., 2014, p. 531-546. DOI 10.9771/crh.v27i72.19741. Available at: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19741>. Accessed at: 22 oct. 2023.

RIZEK, Cibele Saliba; GEORGES, Isabel Pauline Hildegard. Introdução: os primeiros sinais do último desmanche. In: GEORGES, Isabel Pauline Hildegard; RIZEK, Cibele Saliba; BREDA, Thalles Vichiato (Orgs.). **Produção e Reprodução das formas de sociabilidade**: dimensões territoriais e multi-escalares. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2022. p. 9-31.

RIZEK, Cibele Saliba; GEORGES, Isabel Pauline Hildegard. Políticas sociais: tempos e territórios em disputa. CUNHA, Márcia Pereira; GEORGES, Isabel Pauline Hildegard; OTA, Nilton Ken (Orgs.). **Tempo do social e da política**. 1. Ed, São Paulo: Alameda, 2018. p. 219-260.

RIZEK, Cibele; *et al.* Viver na cidade, fazer cidade, esperar cidade. Inserções urbanas e o PMCMV – Entidades: Incurções etnográficas. *In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. (Orgs.). Minha casa...e a cidade? Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros.* Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 289-322.

RODRIGUES, Cibele Maria Lima. **Daqui não saio, daqui ninguém me tira:** estudo de caso do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), para além da dicotomia entre identidade e estratégia. 2002. 156 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, 2002.

RODRIGUES, Iram Jácome; RAMALHO, José Ricardo (orgs.). **Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos:** comparação entre o ABC Paulista e o Sul Fluminenses. São Paulo: Annablume, 2007. 364 p.

ROSA, Thaís Troncon. **Cidades outras:** pobreza, moradia e mediações em trajetórias urbanas liminares. 2014. 391p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2014.

ROSA, Thaís Troncon. Favelas, periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias. **33º Encontro Anual da Anpocs**, Anais, GT 01: A cidade nas ciências sociais: teoria, pesquisa e contexto, 2009.

ROY, Ananya. Urban Informality: towards an epistemology of planning. **Journal of the American Planning Association**, v. 71, n. 2, p. 147-158, Spring, 2005.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena:** experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª edição 2001. 329 p.

SANTORO, Paula Freire; ROLNIK, Raquel. Novas frentes de expansão do complexo imobiliário-financeiro em São Paulo. **Cad. Metrópole**, 19 (39), maio/ ago., 2017. DOI 10.1080/01944360508976689. Available at: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01944360508976689>. Accessed at: 22 oct. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Quinze teses sobre o partido-movimento. **Outras Palavras**, 14 jul. 2021. Available at: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/quinze-teses-sobre-o-partido-movimento/>. Accessed at: 16 oct. 2023.

SANTOS, Henrique Alves dos Santos; Goulart, Cristina Goulart. Formação no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto: uma análise de seu projeto político. **Lutas Sociais**, 20 (37), p. 142-154, 2016. DOI: 10.23925/ls.v20i37.33120. Available at: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/33120>. Accessed at: 04 nov. 2023.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006. DOI: 1590/S0102-69922006000100007. Available at: <https://www.scielo.br/j/se/a/BF3dYyyqYgB7RX7fj7SrpQk/abstract/?lang=pt>. Accessed at: 31 oct. 2023.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes para a (re)territorialização de espaços de conflito: os casos do MST e MTST no Brasil. **Interface**, v. 1, n.1, p. 105-124, jan. 2009.

SCHWARZ, Roberto. **Sequências brasileiras: ensaios**. [1999] São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 307 p.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. **Projeto História 16**, PUC, São Paulo, 1998.

SHIMBO, Lúcia. Zanin. **Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro**. 2010, 363 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2010.

SILVA NETO, Manuel Lemes da. **Extensores urbanos: o caso da cidade de São Paulo**. 1990. Dissertação (Mestrado em Planejamento territorial urbana) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1990.

SILVA, Evandro Cruz. Os negros e os universitários. **Le monde Diplomatique Brasil**, 19 nov. 2019. Available at: <https://diplomatie.org.br/os-negros-e-os-universitarios/>. Accessed at: 31 jul. 2023.

SILVA, Hélio Alexandre da (Org.). **Sonhos e resistências: MTST e os testemunhos da luta popular urbana**. São Paulo: Autonomia Literária, 2023. 126 p.

SILVA, Machado. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses do nordeste do Brasil nos canaviais paulistas. In: **Seminário Memória, Ciência e Arte: Razão e Sensibilidade na Produção do Conhecimento – PREAC**, 5, 2007. Campinas, SP. Anais... Campinas, SP: Centro de Memória da Unicamp, Centro de Memória em Educação - FE. 2007.

SIMÕES, Guilherme; CAMPOS, Marcos; RAFAEL, Rud. **MTST 20 anos de história: luta, organização e esperança nas periferias do Brasil**. São Paulo/SP: Autonomia Literária, 2017. 127 p.

SINGER, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (Orgs.) **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2016. p. 21-54

SINGER, André. Brasil, Junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 97, p. 23-40, nov. 2013. DOI 10.1590/S0101-33002013000300003. Available at: <https://www.scielo.br/j/nec/a/6WV7TBcKVrbZDdb7Y8mFVZp#>. Accessed at: 22 oct. 2023.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. 1 ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 276 p.

SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. Apresentação – Elementos para uma cartografia do desenvolvimentismo lulista. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (Orgs.), **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2016. p. 9-19.

TELLES, Vera. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Editora Argvmentvm, 2010. 276 p.

THOMPSON, Edward P. **The making of the english working-class**. Harmondsworth: Penguin Books, 1968. 864 p.

VALLADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 63, p. 153-155, fev. 2007. DOI: 10.1590/S0102-69092007000100012. Available at: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/H6CDBcCRcfpPK3YmWcrrpw4K/?lang=pt>. Accessed at: 01 nov. 2023.

VIANA, Douglas Eustáquio as Silva. **A família, a empresa e o Comando: as faces do PCC em Minas Gerais**. 2022. 185 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2022.

WACQUANT, Loïc. **Corpo e Alma: Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. 294 p.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil, Brasília, DF, ONU Mulheres, 2015.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 390 p.

ZAMONER, Tatiana. A nova lei e os velhos desafios no contexto de atuação da Defensoria Pública em processos de regularização fundiária de interesse social. **Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo**, v. 1, n. 17, p. 21-32. 2018.

2. News on electronic portals

‘PEC da morte’ levou ao que vemos no sistema de saúde agora, diz Conselho. **CNN Brasil**, Brasília, 15 maio 2020. Available at: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/pec-da-morte-levou-ao-que-vemos-no-sistema-de-saude-agora-diz-conselho/>. Accessed at: 04 oct. 2023.

23 ANOS após o brutal assassinato, José Luís e Rosa Sundermann estão presentes!. **PSTU**, São Paulo, 12 jun. 2017. Available at: <https://www.pstu.org.br/23-anos-apos-o-brutal-assassinato-jose-luis-e-rosa-sundermann-estao-presentes/>. Accessed at: 28 aug. 2018.

A CIDADE ON. Moradores protestam após prazo de 60 dias para deixarem área ocupada no Cidade Aracy. **A Cidade On**, São Carlos, 1 mar. 2018. Available at: <https://www.acidadeon.com/saocarlos/NOT,0,0,1310495,moradores-protestam-aposprazo-de-60-dias-para-deixarem-area-ocupada-no-cidade-aracy.aspx>. Accessed at: 1 jun. 2022.

A LUTA se faz com pressão popular: vitória do MTST em São Paulo. **Intersindical – Central da Classe Trabalhadora**, São Paulo, 14 jun. 2017. Available at: <https://intersindicalcentral.com.br/luta-se-faz-com-pressao-popular-vitoria-do-mtst-em-sao-paulo/>. Accessed at: 25 sep. 2023.

AGUIAR, Sofia; SOUZA, Matheus. Casa Verde e Amarela: Governo anuncia redução de juros e novo valor dos imóveis; veja o que muda. **Estadão**, Brasília, 15 set. 2021. Available at: <https://www.estadao.com.br/economia/casa-verde-e-amarela-governo-anuncia-reducao-de-juros-e-ampliacao-do-valor-dos-imoveis/>. Accessed at: 25 sep. 2023.

ALESSI, Gil. Entenda o que é a PEC 241 (ou 55) e como ela pode afetar sua vida. **El País, Brasil**, Brasil, 13 dez. 2016. Available at: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html. Accessed at: 25 sep. 2023.

AO MENOS 6200 famílias foram alvo de remoções durante a pandemia. **Veja São Paulo**, São Paulo, 24 ago. 2022. Available at: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/ao-menos-6-200-familias-foram-alvo-de-remocoes-durante-a-pandemia>. Accessed at: 25 may2023.

APÓS avaliação, MTST prepara a 2ª Roda LGBTTT na Povo Sem Medo de São Bernardo. **MTST**, Brasil, 15 jan. 2018. Available at: <https://mtst.org/mtst/mtst-prepara-nova-roda-lgbtt-povo-sem-medo-saobernardo/>. Accessed at: 05 jul. 2023.

BARBOSA, Bendito Roberto, et al. Mesmo com pandemia, remoções continuarem com força em São Paulo em 2020. **LabCidade**, São Paulo, 27 abr. 2021. Available at: <http://www.labcidade.fau.usp.br/mesmo-com-pandemia-remocoes-continuaram-com-forca-em-sao-paulo-em-2020/>. Accessed at: 25 may 2023.

BASILIO, Ana Luiza. Boulos anuncia apoio a militante do MTST nas eleições estaduais em São Paulo. **Carta Capital**, Brasil, 27 abr. 2022. Available at: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/boulos-anuncia-apoio-a-militante-do-mtst-nas-eleicoes-estaduais-em-sao-paulo/>. Accessed at: 29 jun. 2023.

BASSO, Jussara. Eleger o MTST na Câmara é derrotar o bolsonarismo em SP. **Mídia Ninja**, São Paulo, 14 nov. 2020. Available at: <https://midianinja.org/jussarabasso/eleger-o-mtst-na-camara-e-derrotar-o-bolsonarismo-em-sp/> . Accessed at: 29 jun. 2023.

BEDINELLI, Talita. Movimentos sociais lançam frente de esquerda anti-Levy e sem o PT. **El País**, Brasil, 08 out. 2015. Available at: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/07/politica/1444171412_797786.html. Accessed at: 06 jul. 2023.

BERNARDES, José Eduardo. Movimentos sociais de SP apostam em candidaturas coletivas para fortalecer democracia. **Brasil de Fato**, Brasil, 04 mar. 2020. Available at: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/04/movimentos-sociais-de-sp-apostam-em-candidaturas-coletivas-para-fortalecer-democracia>. Accessed at: 29 jun. 2023.

BITTENCOURT, Julinho. Mulheres negras ligadas ao MTST formam chapa coletiva para disputar vaga na Câmara de São Paulo. **Fórum**, São Paulo, 21 out. 2020. Available at: <https://revistaforum.com.br/politica/2020/9/21/mulheres-negras-ligadas-ao-mtst-formam>

[chapa-coletiva-para-disputar-vaga-na-cmara-de-so-paulo-82895.html](#). Accessed at: 29 jun. 2023.

BOLSONARO imitou paciente com falta de ar durante transmissão ao vivo na internet em 2021. **G1 Eleições**, Brasília, 22 ago. 2022. Available at: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/08/22/bolsonaro-imitou-paciente-com-falta-de-ar-durante-transmissoes-ao-vivo-na-internet-em-2021.ghtml>. Accessed at: 05 oct. 2023.

BONATELLI, Circe. Governo eleva subsídios do Casa Verde e Amarela e prepara mudanças no financiamento para habitação. **O Estado de São Paulo**, Brasília, 26 maio 2022. Available at: <https://imoveis.estadao.com.br/casa-verde-e-amarela/governo-eleva-subsidios-do-cva-e-prepara-mudancas-estadao-imoveis/>. Accessed at: 29 sep. 2023.

BORGES, Rodolfo. Acuado, Cunha acolhe pedido de impeachment contra Dilma Rousseff. **El País**, Brasília, 02 dez. 2015. Available at: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/02/politica/1449089233_244586.html. Accessed at: 05 oct. 2023.

BOTTALLO, Ana. Lula erra ao dizer que o Brasil é o primeiro do mundo em mortes por Covid. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 jan. 2023. Available at: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2023/01/lula-erra-ao-dizer-que-brasil-e-o-primeiro-do-mundo-em-mortes-por-covid.shtml>. Accessed at: 30 oct. 2023.

BOULOS é eleito um dos 100 líderes emergentes globais pela Revista Times. **IG**, Brasil, 17 fev. 2021. Available at: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2021-02-17/boulos-e-eleito-um-dos-100-lideres-emergentes-globais-pela-revista-time.html>. Accessed at: 03 aug. 2023.

BRANT, Danielle; FERNANDES, Anaís. Governo quer Minha Casa Minha Vida só para famílias que ganham até R\$ 6.986. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 jun. 2019. Available at: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/06/governo-quer-minha-casa-minha-vida-so-para-familias-que-ganham-ate-r-6986.shtml>. Accessed at: 25 sep. 2023.

BRASIL bate marca de 4 mil mortes por Covid registradas em um dia pela 1ª vez e soma 33,6 mil na pandemia. **G1**, Brasília, 06 abr. 2021. Available at: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/04/06/brasil-bate-marca-de-4-mil-mortes-por-covid-registrados-em-um-dia-e-soma-3376-mil-na-pandemia.ghtml>. Accessed at: 05 oct. 2023.

BRASIL volta ao Mapa da Fome das Nações Unidas. **G1**, Jornal Nacional, Brasil, 06 jun. 2022. Available at: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/06/brasil-volta-ao-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas.ghtml>. Accessed at: 26 may 2023.

BRONZE, Giovanna. Eleições 2022: Boulos é escolhido presidente da federação PSOL-Rede. **CNN**, Brasil, 23 mai. 2022. Available at: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/eleicoes-2022-boulos-e-escolhido-presidente-da-federacao-psol-rede/>. Accessed at: 04 jul. 2023.

CADASTRAMENTO habitacional. **PROHAB**, 9 mar. de 2023. Available at: <https://www.prohabsaocarlos.com.br/2023/03/09/cadastramento-habitacional/>. Accessed at: 26 may 2023.

CANOFRE, Fernanda. Boulos: ‘Num momento de crise, é preciso fazer com que a voz de indignação chegue à política’. **Sul 21**, Brasil, 20 abr. 2018. Available at: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-politica-areazero-2/2018/04/boulos-num-momento-de-cri-se-e-preciso-fazer-com-que-a-voz-de-indignacao-chegue-a-politica/>. Accessed at: 29 jun. 2023.

CARMO, Wendal. Corrente fundadora do PSOL abandona o partido e critica apoio ao governo Lula. **Carta Capital**, Brasil, 06 jun. 2023. Available at: <https://www.cartacapital.com.br/politica/corrente-fundadora-do-psol-abandona-o-partido-e-critica-apoio-ao-governo-lula/>. Accessed at: 08 aug. 2023.

CARTA Convocatória de Lançamento da Frente Povo Sem Medo. **MTST**, Brasil, 25 set. 2015. Available at: <https://mtst.org/noticias/carta-convocatoria-de-lancamento-da-frente-povo-sem-medo/>. Accessed at: 06 jul. 2023.

CARTÃO Reforma. **Ministério do Desenvolvimento Regional**, Brasília, 20 jun. 2020. Available at: <https://antigo.mdr.gov.br/component/content/article/13034-cartao-reforma>. Accessed at: 25 sep. 2023.

CARVALHO, Rone, O que explica multiplicação de templos evangélicos no Brasil. **BBC Brasil**, São José do Rio Preto, 12 jun. 2023. Available at: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/crgl7x0e0lmo>. Accessed at: 10 aug. 2023.

CASA Verde e Amarela vai financiar 1,6 mil imóveis, regularizar 2 milhões de moradias e reformar 400 mil até 2024. **Gov.br**, Brasília, 26 ago. 2020. Available at: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/casa-verde-e-amarela-vai-financiar-1-6-mil-imoveis-regularizar-2-milhoes-de-moradias-e-reformar-400-mil-ate-2024>. Accessed at: 25 sep. 2023.

CHAIB, Julia. Lula reafirma a Boulos apoio em disputa por Prefeitura de SP em 2024. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 jul. 2023. Available at: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/07/lula-reafirma-a-boulos-apoio-em-disputa-por-prefeitura-de-sp-em-2024.shtml>. Accessed at: 03 aug. 2023.

CONSCIENTIZAÇÃO, debates e atividades: MTST realiza o 2º Encontro da Juventude Fogo no Pavio. **MTST**, Brasil, 18 jul. 2018. Available at: <https://mtst.org/mtst/conscientizacao-debates-e-atividades-mtst-realiza-o-2o-encontro-da-juventude-fogo-no-pavio/>. Accessed at: 05 jul. 2023.

CONTÊINERES para armazenar corpos de vítimas de Covid-19 são instalados em hospital do ES. **G1**, Espírito Santo, 09 abr. 2023. Available at: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2020/04/09/conteineres-para-armazenar-corpos-de-vitimas-de-covid-19-sao-instalados-em-hospital-do-es.ghtml>. Accessed at: 05 oct. 2023.

COSTA, Camilla. No acampamento Copa do Povo, não teve Copa. **BBC**, Brasil, São Paulo, 12 jun. 2014. Available at: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/06/140612_ocupacao_copa_povo_cc_kb. Accessed at: 28 jun. 2023.

DECLARAÇÃO Política da Frente Povo Sem Medo – Março de 2017. **MTST**, Brasil, 14 mar. 2017. Available at: <https://mtst.org/noticias/declaracao-politica-da-frente-povo-sem-medo-marco-de-2017/>. Accessed at: 06 jul. 2023.

DESDE 2019, Governo Federal garantiu a casa própria a mais de 4,8 milhões de pessoas. **Gov.br**, Brasília, 24 mar. 2022. Available at: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/desde-2019-governo-federal-garantiu-a-casa-propria-a-mais-de-4-8-milhoes-de-pessoas>. Accessed at: 25 sep. 2023.

DOCA, Geralda. Em gesto à base de apoio, Bolsonaro prepara programa para financiar casa própria de policiais, com aporte inicial de R\$ 100 milhões. **O Globo**, Brasília, 11 jun. 2021. Available at: <https://oglobo.globo.com/economia/em-gesto-base-de-apoio-bolsonaro-prepara-programa-para-financiar-casa-propria-de-policiais-com-aporte-inicial-de-100-milhoes-25057221>. Accessed at: 28 sep. 2023.

EM GRAVAÇÃO, Jucá sugere ‘pacto’ para barrar a Lava Jato, diz jornal. **G1**, Brasília, 25 maio 2016. Available at: <https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2016/05/em-gravacao-juca-sugere-pacto-para-deter-lava-jato-diz-jornal.html>. Accessed at: 03 oct. 2023.

ENTREGUE cerca de 1,6 milhão de moradias em todo o país entre 2019 e 2022. **Gov.br**, Brasília, 27 dez 2022. Available at: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/transito-e-transportes/2022/12/entregue-cerca-de-1-6-milhao-de-moradias-em-todo-o-pais-entre-2019-e-2022>. Accessed at: 25 sep. 2023.

FALCÃO, Márcio. Barroso suspende despejo de vulneráveis e desocupação de áreas habitadas antes da pandemia. **G1**, Brasília, 03 jun. 2021. Available at: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/03/barroso-suspende-despejo-de-vulneraveis-e-desocupacao-de-areas-habitadas-antes-da-pandemia.ghtml>. Accessed at: 09 may2023.

FAMÍLIAS se dispersam após desocupação do Antenor, diz líder. **Primeira Página**, São Carlos, 1 jul. 2014. Available at: <https://www.jornalpp.com.br/noticias/familias-se-dispersaram-apos-desocupacao-do-antenor-diz-lider/>. Accessed at: 27 de apr. 2023.

FERNANDES, Sarah. Há cinco dias na Paulista, MTST pressiona Temer a liberar recursos para moradia. **RBA – Rede Brasil Atual**, 20 fev. 2017. Available at: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/ocupacao-do-mtst-completa-seis-dias-2018temer-nao-vai-passar-por-cima-do-nosso-sonho2019/>. Accessed at: 25 sep. 2023.

FERREIRA, Fernando; ALHADAS, Ana Carolina; BURLINI, Pedro. Governo lança projeto para desestatizar imóveis a partir de Fundos de Investimento. **Bocater Advogados**, 03 fev. 2022. Available at: <https://www.bocater.com.br/publicacoes/governo-lanca-projeto-para-desestatizar-imoveis-a-partir-de-fundos-de-investimento/>. Accessed at: 29 sep. 2023.

FILA para conseguir doação de ossos é flagrante da luta de famílias brasileiras contra a fome. **G1 Fantástico**, 25 jul. 2021. Available at: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/07/25/fila-para-conseguir-doacao-de-ossos-e-flagrante-da-luta-de-familias-brasileiras-contr-a-fome.ghtml>. Accessed at: 14 sep. 2023.

FRAZÃO, Felipe. Igrejas ocupam 663 imóveis da União e pagam até 2% do valor. **Terra**, 5 abr. 2020. Available at: <https://www.terra.com.br/noticias/igrejas-ocupam-663-imoveis-da-uniao-e-pagam-ate-2-do-valor,d3265060405f2776dc8890b272a30d6617u742i8.html>. Accessed at: 25 sep. 2023.

FRENTE de Resistência Urbana: um novo espaço de integração das lutas no continente. **MTST**, Brasil. 10 dez. 2017. Available at: <https://mtst.org/mtst/frente-de-resistencia-urbana-um-novo-espaco-de-integracao-das-lutas-no-continente/>. Accessed at: 29 jun. 2023.

FURLAN, Mariana. Endividamento das famílias é de quase 80%. **Serasa**, 23 maio 2023. Available at: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/endividamento-no-brasil/>. Accessed at: 26 sep. 2023.

GALLAS, Daniel. ‘Acabar com a Lava Jato’ tem impacto quase zero na popularidade de Bolsonaro, diz pesquisador. **BBC News Brasil**, Londres, 8 out. 2020. Available at: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54468361>. Accessed at: 11 oct. 2023.

GALVANI, Giovanna. Militantes negras do MTST unem-se para as eleições em São Paulo. **Carta Capital**, Brasil, 14 dez. 2019. Available at: <https://www.cartacapital.com.br/politica/militantes-negras-do-mtst-unem-se-para-as-eleicoes-em-sao-paulo/>. Accessed at: 29 jun. 2023.

GOMES, Pedro Henrique. ‘Não sou coveiro, tá?’, diz Bolsonaro ao responder sobre mortos por coronavírus. **G1**, Brasília, 20 abr. 2020. Available at: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>. Accessed at: 05 oct. 2023.

GOMES, Pedro Henrique; CASTILHOS, Roniara. SUS: Bolsonaro revoga decreto sobre privatização de unidades básicas de saúde. **G1 política**, Brasília, 28 out. 2020. Available at: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/10/28/bolsonaro-anuncia-revogacao-de-decreto-sobre-privatizacao-de-postos-de-saude-do-sus.ghtml>. Accessed at: 05 oct. 2023.

GOVERNO Federal lança programa Aproxima, que cede imóveis públicos desocupados para habitação social. **Gov.br**, Brasília, 9 jun. 2022. Available at: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2022/06/governo-federal-lanca-programa-aproxima-que-cede-imoveis-publicos-desocupados-para-habitacao-social#:~:text=A%20iniciativa%20vai%20oferecer%20a,a%20produ%C3%A7%C3%A3o%20de%20moradias%20populares>. Accessed at: 25 sep. 2023.

GUILHERME Boulos, o líder dos sem-teto que quer chegar à Presidência. **Estado de Minas**, Minas Gerais, 6 jun. 2018. Available at: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/06/06/interna_internacional,964806/guilherme-boulos-o-lider-dos-sem-teto-que-quer-chegar-a-presidencia.shtml. Accessed at: 13 nov. 2022.

GUILHERMINA, Vitória. O movimento mudou a minha vida’: conheça a trajetória política de Débora Pereira, Desenrola e não me enrola. 9 mar. 2021. Available at: <https://desenrolaenaomenrola.com.br/raizes-perifericas/o-movimento-mudou-a-minhavidaconheca-a-trajetoria-politica-de-debora-pereira>. Acesso em 17 jun. 2022.

HAJE, Lara. Projeto cria programa Cozinha Solidária para distribuir alimentos à população em situação de vulnerabilidade social. **Câmara dos Deputados**, Brasília, 23 fev. 2023. Available at: <https://www.camara.leg.br/noticias/940664-projeto-cria-programa-cozinha-solidaria-para-distribuir-alimentos-a-populacao-em-situacao-de-vulnerabilidade-social/>. Accessed at: 05 jul. 2023.

HOFFMANN, Bruno. Como nova estratégia MTST lança coordenadora como pré-candidata. **Gazeta de S. Paulo**, São Paulo, 6 jul. 2022. Available at: <https://www.gazetasp.com.br/estado/com-nova-estrategia-mtst-lanca-coordenadora-como-pre-candidata-a/1112007/>. Accessed at: 13 nov. 2022.

IAI – International Alliance of Inhabitants. International Call: Zero Evictions for Coronavirus. **IAI**, 13 mar. 2020. Available at: [https://por.habitants.org/campanha_despejo_zero/despejo_zero_coronavirus/chamada_internacional_despejo_zero_coronavirus/\(language\)/eng-GB](https://por.habitants.org/campanha_despejo_zero/despejo_zero_coronavirus/chamada_internacional_despejo_zero_coronavirus/(language)/eng-GB). Accessed at: 29 jun. 2023.

INÁCIO, Magna; LLANOS, Mariana. Os riscos dos ‘outsiders’. **El País**, Brasil, 23 out. 2018. Available at: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/23/opinion/1540317261_318460.html. Accessed at: 04 out. 2023.

JUNTAS Codeputadas. **Mandata Juntas codeputadas Estaduais**. Sem ano. Available at: <https://www.juntacodeputadas.com.br/>. Accessed at: 1 jun. 2022.

KACHANI, Moris. O boom das ocupações. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 maio 2014. Available at: <https://blogdomorris.blogfolha.uol.com.br/2014/05/08/filosofia-lacan-e-mtst-no-campo-limpo/>. Accessed at: 15 sep. 2023.

KAORU, Thâmara. Cartão Reforma de R\$ 9.646 está suspenso há 2 anos e só atendeu 3 pessoas. **UOL Economia**, São Paulo, 5 mar. 2020. Available at: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/05/programa-cartao-reforma-suspenso.htm>. Accessed at: 25 sep. 2023.

LIMA, Leanderson. Entenda como Manaus se tornou laboratório para “tratamento precoce” com cloroquina, defendida por Pazuello e Bolsonaro. **UOL**, Amazonia, 20 maio 2021. Available at: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/saude/69817/entenda-como-manaus-se-tornou-laboratorio-para-tratamento-precoce-com-cloroquina-defendido-por-pazuello-e-bolsonaro>. Accessed at: 05 oct. 2023.

LIMPEZA Urbana (São Carlos). **Radar PPP**, São Paulo, 23 ago. 2010. Available at: <https://radarppp.com/resumo-de-contratos-de-ppps/limpeza-urbana-sao-carlos/>. Accessed at: 27 apr. 2023.

MAIS de 60 milhões de brasileiros sofrem com insegurança alimentar, diz FAO. **G1**, Economia, Brasil, 06 jun. 2022. Available at: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/07/06/mais-de-60-milhoes-de-brasileiros-sofrem-com-inseguranca-alimentar-diz-fao.ghtml>. Accessed at: 26 may 2023.

MANIFESTANTES protestam contra aprovação da revisão do Plano Diretor no Centro de São Paulo. **G1 SP**, 20 de junho de 2023. Available at: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/06/20/manifestantes-realizam-ato-contra-aprovacao-da-revisao-do-plano-diretor-no-centro-de-sp.ghtml>. Accessed at: 25 de jul. 2023.

MARCHESAN, Ricardo. O caminho da reforma: bate-boca, recuos e polemicas – a trajetória da Previdência, bandeira do governo Bolsonaro. **UOL**, São Paulo, 23 out. 2019. Available at: <https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/o-caminho-da-reforma-da-previdencia/#end-card>. Accessed at: 04 nov. 2023.

MATOSO, Filipe. Governo lança terceira fase do programa Minha Casa, Minha Vida. **G1**, Brasília, 30 mar. 2016. Available at: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/governo-lanca-terceira-fase-do-programa-minha-casa-minha-vida.html>. Accessed at: 25 sep. 2023.

MEDEIROS, Davi. MBL aciona MP para que MTST seja enquadrado como ‘organização criminosa’. **UOL Política**, 09 jun. 2022. Available at: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/06/09/mbl-aciona-mp-para-que-mtst-seja-enquadrado-como-organizacao-criminosa.htm>. Accessed at: 02 aug. 2023.

MEKARI, Danilo. Ocupação Copa do Povo: “Estamos aqui pelo nosso direito à cidade”. **UOL**, São Paulo, 12 jun 2014. Available at: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2014/06/12/ocupacao-copa-do-povo-estamos-aqui-pelo-nosso-direito-a-cidade/>. Accessed at: 28 jun. 2023.

MENEZES, Pedro. O desemprego bateu recorde – e essa não é a pior parte da notícia. **InfoMoney**, São Paulo, 4 out. 2020. Available at: <https://www.infomoney.com.br/colunistas/pedro-menezes/o-desemprego-bateu-recorde-e-essa-nao-e-a-pior-parte-da-noticia/>. Accessed at: 18 sep. 2023.

MESMO após protesto, Prefeitura vai insistir na desocupação de terreno. **G1**, São Carlos e Araraquara, 1 mar. 2014. Available at: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2014/03/mesmo-apos-protesto-prefeitura-vai-insistir-na-desocupacao-de-terreno.html>. Aessed at: 02 may 2023.

MINHA Casa Minha Vida 3 terá nova faixa de renda. **Gov.br**, Brasília, 06 jul. 2015. Available at: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2015/julho/minha-casa-minha-vida-3-tera-nova-faixa-de-renda>. Accessed at: 25 sep. 2023.

MINISTÉRIO da Economia lança projeto para criação dos primeiros fundos imobiliários da União. **Gov.br**, Brasília, 11 jan. 2022. Available at: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2022/janeiro/ministerio-da-economia-lanca-projeto-para-criacao-dos-primeiros-fundos-imobiliaris-da-uniao>. Accessed at: 25 sep. 2023.

MONCAU, Gabriela. ‘São Paulo não está à venda’: MTST convoca ato contra o novo Plano Diretor nesta terça feira (20). **Brasil de Fato**, 19 de junho de 2023. Available at: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/19/sao-paulo-nao-esta-a-venda-mtst-convoca-ato-contra-o-novo-plano-diretor-nesta-terca-20>. Accessed at: 25 jul. 2023.

MONTEIRO, Rafael. O que é insegurança alimentar? Como ela explica a fome no Brasil? **ECOIA UOL**, Brasil, 02 ago. 2022. Available at: <https://www.uol.com.br/ecoia/ultimas-noticias/2022/08/02/o-que-e-inseguranca-alimentar-e-como-ela-explica-a-fome-no-brasil.htm>. Accessed at: 05 jul. 2023.

MORADORES de ocupação veem vitória em casa de 15m² feita pela Prefeitura de Campinas; professor critica: “extremamente precário”. **G1 Campinas e Região**, Campinas, 12 jun. 2023. Available at: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2023/06/12/professor-da-usp-critica-imoveis-de-15-m-construidos-em-campinas-mas-ocupacao-beneficiada-ve-casa-embriao-como-vitoria.ghtml>. Accessed at: 12 sep. 2023.

MOVIMENTOS sociais vão às ruas em todo o Brasil por Despejo Zero. **Habitat para a Humanidade Brasil**, 2022. Available at: <https://habitatbrasil.org.br/movimentos-sociais-vaos-ruas-em-todo-o-brasil-por-despejo-zero/>. Accessed at: 05 jul. 2023.

MTST desocupa Av. Paulista após SP anunciar 170 mil novas casas. **Exame**, São Paulo, 09 de mar. 2017. Available at: <https://exame.com/brasil/mtst-desmonta-acampamento-na-avenida-paulista-em-sp/>. Accessed at: 09 de may 2023.

NÚMERO de pessoas em situação de rua na cidade de SP ultrapassa 48 mil e bate recorde em 2022, diz pesquisa. **G1 São Paulo**, SP. 26 jan. 2023. Available at: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/01/26/numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-na-cidade-de-sp-ultrapassa-48-mil-e-bate-recorde-em-2022-diz-pesquisa.ghtml>. Accessed at: 25 may 2023.

O QUE foi a Operação Lava Jato. **CNN Brasil**, Brasília, 19 out. 2022. Available at: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/o-que-foi-a-operacao-lava-jato/>. Accessed at: 11 oct. 2023.

OBSERVATÓRIO das Metrôpoles. Casa Verde e Amarela: pontos críticos do novo programa habitacional do Governo Federal. **Observatório das Metrôpoles**, 03 set. 2020. Available at: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/casa-verde-e-amarela-pontos-criticos-do-novo-programa-habitacional-do-governo-federal/>. Acessado em: 14 apr. 2023.

OCUPAÇÃO e luta por moradia e contra a repressão em São Carlos. **Juntos!**, São Paulo, 6 mar. 2014. Available at: <https://juntos.org.br/2014/03/ocupacao-e-luta-por-moradia-e-contra-a-repressao-em-sao-carlos/>. Accessed at: 02 may 2024.

OCUPAR a política: Conheça as candidaturas do MTST para disputar e vencer as eleições. **MTST**, Brasil, 07 out. 2020. Available at: <https://mtst.org/noticias/ocupar-a-politica-conheca-as-candidaturas-do-mtst-para-disputar-e-vencer-as-eleicoes/>. Accessed at: 29 jun. 2023

OHANA, Victor. PSOL anuncia que não apresentará, neste ano, pré-candidatura à Presidência. **Carta Capital**, Brasil, 25 set. 2021. Available at: <https://www.cartacapital.com.br/politica/psol-anuncia-que-nao-apresentara-neste-ano-pre-candidatura-a-presidencia/>. Accessed at: 08 aug. 2023.

PAIVA, Frede Melo. Boulos sobe a rampa: coordenador do MTST vai disputar as eleições. **Carta Capital**, 20 mar. 2018. Available at: <https://mtst.org/noticias/boulos-sobe-a-rampa-coordenador-do-mtst-vai-disputar-a-presidencia/>. Accessed at: 13 nov. 2022

PEDALADAS fiscais: o que TRF-1 decidiu no caso Dilma? **BBC**, Basil, 28 ago. 2023. Available at: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn37z5v89d4o>. Accessed at: 04 oct. 2023.

PENNAFORT, Roberta. Bolsonaro sobre MST e MTST: ‘Invadiu, é chumbo’. **Estadão**, Brasil, 21 maio 2018. Available at: <https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-e-melhor-perder-direitos-trabalhistas-que-o-emprego/> Accessed at: 12 jul. 2023.

PITOMBO, João Pedro; GARCIA, Guilherme. PSOL e Republicanos têm onda de novos filiados após avanço em eleições municipais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 jul. 2021.

Available at: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/psol-e-republicanos-tem-onda-de-novos-filiados-apos-avanco-em-eleicoes-municipais.shtml>. Accessed at: 04 jul. 2023.

PREFEITURA inicia urbanização do assentamento “Em busca de um Sonho.” **Prefeitura de São Carlos, São Carlos**, 03 fev. 2020. Available at: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2020/174080-prefeitura-inicia-urbanizacao-do-assentamento-em-busca-de-um-sonho.html>. Accessed at: 16 may 2023.

PREFEITURA libera aluguel social para famílias do bairro Antenor Garcia. **Prefeitura de São Carlos, São Carlos**, 07 jul. 2014. Available at: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2014/166587-prefeitura-libera-aluguel-social-para-familias-do-bairro-antenor-garcia.html>. Accessed at: 29 may 2023.

PRIMEIRA mulher do PSOL assume cadeira na Câmara neste 8 de março. **Ricardo Alvares Vereador PSOL, Santo André**, 2022. Available at: <https://www.ricardovalvarez.com.br/2022/03/09/primeira-mulher-do-psol-sa-assume-cadeira-na-camara-neste-8-de-marco/>. Accessed at: 04 jul. 2023.

PROFISSIONAIS de segurança pública podem solicitar financiamento do Habite Seguro a partir desta quarta-feira (3). **Gov.br, Brasília**, 3 nov. 2021. Available at: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/profissionais-de-seguranca-publica-podem-solicitar-financiamento-do-habite-seguro-a-partir-desta-quarta-feira-3>. Accessed at: 11 oct. 2023.

PROGRAMA Casa Verde e Amarela completa um ano com avanços no combate ao déficit habitacional. **Gov.br, Brasília**, 25 ago. 2021. Available at: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/programa-casa-verde-e-amarela-completa-um-ano-com-avancos-no-combate-ao-deficit-habitacional>. Accessed at: 25 sep. 2023.

PROHAB: audiências públicas discutirão doação de áreas institucionais para a construção de casas populares. **Prefeitura de São Carlos, São Carlos**, 19 maio 2023. Available at: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2023/176905-prohab-audiencias-publicas-discutirao-doacao-de-areas-institucionais-para-a-construcao-de-casas-populares.html>. Accessed at: 26 may 2023.

PSDB pede ao TSE auditoria para verificar ‘lisura’ da eleição. **G1, Brasília**, 30 out. 2014. Available at: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/psdb-pede-ao-tse-auditoria-para-verificar-lisura-da-eleicao.html>. Accessed at: 03 oct. 2023.

PSOL decide na próxima semana se fará parte do governo Lula. **CNN Brasil, Brasil**, 05 dez. 2022. Available at: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/psol-decide-na-proxima-semana-se-fara-parte-do-governo-lula/>. Accessed at: 08 aug. 2023.

PSOL foi o único partido que ganhou filiados em 2021. **PSOL Brasil**, 18 out. 2021. Available at: <https://psol50.org.br/psol-foi-o-unico-partido-que-ganhou-filiados-em-2021/#:~:text=%E2%80%9CO%20PSOL%20foi%20%E2%80%93%20de%20novo,nacional%20do%20partido%20Juliano%20Medeiros>. Accessed at: 03 jul. 2023.

QUARESMA, Camila. MTST acampa em frente à sede da Prefeitura de SP. *GI – São Paulo*, 15 de março de 2023. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/03/15/mtst-acampa-em-frente-a-sede-da-prefeitura-de-sp.ghtml>. Accessed at: 20 jul. 2023.

RAMALHOSO, Welligton. Como surge uma ocupação: moradias irregulares crescem no extremo leste de SP e se aproximam dos limites da cidade. *Uol Notícias*, São Paulo, 16 maio 2018. Available at: <https://www.uol/noticias/especiais/nas-bordas-de-sao-paulo.htm#album-1>. Accessed at: 29 may 2023.

RELEMBRE a polêmica criada pelo governo e por bolsonaristas sobre a Lei Rouanet. *G1*, Brasília, 03 jul. 2022. Available at: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/07/03/relembre-a-polemica-criada-pelo-governo-e-por-bolsonaristas-sobre-a-lei-rouanet.ghtml>. Accessed at: 03 oct. 2023.

RELEMBRE ataques de Bolsonaro contra as vacinas em 2021. *O Globo*, Brasília, 30 dez. 2021. Available at: <https://oglobo.globo.com/saude/epoca/noticia/2021/12/relembre-ataques-de-bolsonaro-contra-as-vacinas-em-2021-25334915.ghtml>. Accessed at: 05 oct. 2023.

RELEMBRE vezes em que Jair Bolsonaro questionou o sistema eleitoral. *CNN Brasil*, Brasília, 26 abr. 2023. Available at: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/relembre-vezes-em-que-jair-bolsonaro-questionou-o-sistema-eleitoral/>. Accessed at: 03 oct. 2023.

RIBEIRO, Raphaela. Do MTST para Brasília, Guilherme Simões quer ‘deixar as portas abertas para os movimentos’. *Pública*, São Paulo, 15 mar. 2023. https://apublica.org/2023/03/do-mtst-para-brasilia-guilherme-simoes-quer-deixar-as-portas-abertas-para-os-movimentos/?goal=0_069298921c-d0d4e0d5c6-288595965&mc_cid=d0d4e0d5c6&mc_eid=97864c06e1. Accessed at: 05 jul. 2023.

RODRIGUES, Rodrigo. Aesp aprova cassação de Arthur do Val, que perde os direitos políticos por oito anos; é o 1º mandato cassado em 23 anos. *G1*, São Paulo, 17 maio 2022. Available at: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/05/17/alesp-aprova-cassacao-do-ex-deputado-arthur-do-val-que-perde-os-direitos-politicos-por-oito-anos.ghtml>. Acesso em 18 out. 2023.

SAKAMOTO, Leonardo. Doméstica vítima de escravidão toma posse como deputada estadual em SP, *UOL*, 16 mar. 2023. Available at: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardosakamoto/2023/03/16/domestica-vitima-de-escravidao-toma-posse-como-deputadaestadual-em-sp.htm>. Accessed at: 18 mar. 2023.

SAKAMOTO, Leonardo. MTST bloqueia vias em 8 estados por auxílio emergencial de R\$ 600 e moradia. *UOL Notícias*, Brasil, 07 mai. 2021. Available at: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2021/05/07/mtst-bloqueia-vias-em-8-estados-por-auxilio-emergencial-de-r-600-e-moradia.htm>. Accessed at: 05 jul. 2023.

SAKAMOTO, Leonardo. Projeto do MTST criado na pandemia ganha prêmio da ONU por combate à fome. *UOL Notícias*, Brasil, 15 dez. 2022. Available at: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2022/12/15/mtst-ganha-premio-da-onu-por-projeto-de-combate-a-fome-durante-pandemia.htm>. Accessed at: 05 jul. 2023.

SANEAMENTO básico no Brasil: conheça os números das regiões do país. *BRK Ambiental*, 2020. Available at: <https://blog.brkambiental.com.br/saneamento-basico-no->

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/08/governo-planeja-transferir-imoveis-federais-para-fundo-com-socio-privado.shtml>. Accessed at: 25 sep. 2023.

TRABALHADORES Sem Direito: surge novo movimento social. **Outras Palavras**, 05 mai. 2022. Available at: <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/trabalhadores-sem-direito-surge-um-novo-movimento-social/>. Accessed at: 06 jul. 2023.

VALADARES, João. Com coordenadora do MTST, Chapa coletiva com cinco mulheres feministas é eleita em Pernambuco. **MTST**, Brasil, 09 out. 2018. Available at: <https://mtst.org/mtst/com-coordenadora-do-mtst-chapa-coletiva-com-cinco-mulheres-feministas-e-eleita-em-pernambuco/>. Accessed at: 29 jun. 2023.

VALFRÉ, Vinícius; FRAZÃO, Felipe. Bolsonaro cria ‘pacote de bondades’ por base eleitoral de PMs. **Estadão**, Brasília, 26 jun. 2021. Available at: <https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-cria-bondades-por-base-eleitoral-de-pms/>. Accessed at: 28 sep. 2023.

VALLE, Caio. Milhares de família deixam ocupação Copa do Povo. **EXAME**, Brasil, 31 ago. 2014. Available at: <https://exame.com/brasil/milhares-de-familia-deixam-ocupacao-copa-do-povo/>. Accessed at: 28 jun. 2023.

VASSALLO, Luiz. PSOL decide que ficará na base de Lula, mas não aceitará cargos. **Estadão**, Brasil, 17 dez. 2022. Available at: <https://www.estadao.com.br/politica/psol-decide-que-ficara-na-base-de-lula-mas-nao-aceitara-cargos/>. Accessed at: 08 aug. 2023.

VENTURA, Manoel. Guedes diz que dólar alto é bom: ‘empregada doméstica estava indo para Disney, uma festa danada’. **O Globo**, Brasília, 12 fev. 2020. Available at: <https://oglobo.globo.com/economia/guedes-diz-que-dolar-alto-bom-empregada-domestica-estava-indo-para-disney-uma-festa-danada-24245365>. Accessed at: 03 oct. 2023.

VIECELI, Leonardo; GAVRAS, Douglas. Dez anos após a PEC das Domésticas, 3 em cada 4 delas trabalham sem carteira assinada, **UOL**, 23 mar. 2023. Available at: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/03/dez-anos-apos-pec-das-domesticas-3-em-cada-4-delas-trabalham-sem-carteira-assinada.shtml>. Accessed at: 30 mar. 2023.

VIECELI, Leonardo; REZENDE, Constança; MACHADO, Renato. ‘Caminhão de ossos’ no Rio é disputado por população com fome. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 set. 2021. Available at: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/09/caminhao-de-ossos-no-rio-e-disputado-por-populacao-com-fome.shtml>. Accessed at: 14 sep. 2023.

XAVIER, Cezar. Boulos recebe com orgulho apoio do Pcdob e reafirma compromissos com São Paulo. **Pcdob65**, 2 out. 2023. Available at: <https://pcdob.org.br/noticias/boulos-recebe-com-orgulho-apoio-do-pcdob-e-assume-compromissos-com-a-sao-paulo/>. Accessed at: 23 oct. 2023.

ZANINI, Fábio. Grupo de Boulos vence eleição no PSOL e mantém vivo debate sobre união de partidos contra Bolsonaro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 ago. 2021. Available at: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2021/08/grupo-de-boulos-vence-eleicao-no-psol-e-mantem-vivo-debate-sobre-uniao-de-partidos-contra-bolsonaro.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha. Accessed at: 08 aug. 2023.

ZANINI, Fábio. Revista Time escolhe Boulos um dos 100 líderes emergentes globais. UOL, Brasil, 17 fev. 2021. Available at: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2021/02/revista-time-escolhe-boulos-um-dos-100-lideres-emergentes-globais.shtml>. Accessed at: 28 jun. 2023.

3. Videos

BAND Jornalismo. **Fernando Marangoni**: “Falta para o governo entender que o congresso mudou”. BandNews TV, 2023. 1 vídeo (18:15 min.). Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=Rpsu0nsEShc>. Accessed at: 19 sep. 2023.

CÂMARA Municipal de São Carlos. **13ª Audiência Pública “Plano Diretor do Município”**. Câmara Municipal de São Carlos, 24 maio 2023a. 1 vídeo (1:23:52h). Available at: https://www.youtube.com/watch?v=n9z0m6ENO_8&t=7s. Acesso em 19 sep. 2023.

CÂMARA Municipal de São Carlos. **15ª Audiência Pública “Plano Diretor do Município”**. Câmara Municipal de São Carlos, 25 maio 2023b. 1 vídeo (1:02:10h). Available at: https://www.youtube.com/watch?v=cYqp_5f-tHQ&t=583s. Acesso em 19 sep. 2023.

CÂMARA Municipal de São Carlos. **17ª Audiência Pública “Plano Diretor do Município”**. Câmara Municipal de São Carlos, 29 maio 2023c. 1 vídeo (1:40:43h). Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=gLpOrpCUJ6U>. Acesso em 19 sep. 2023.

JUNTAS. Juntas - A história de várias mulheres da periferia. **Juntas – Mulheres Sem-Teto**, 2020. 1 vídeo (3:30 min.) Available at: https://www.youtube.com/watch?v=q00LxAipswM&ab_channel=JuntasMulheresSemTeto. Accessed at: 1 jun. 2022.

PÉ DE MACACO S/A. **Reintegração de posse** - Ocupação José Luís e Rosa Sundermann. Pé de macaco S/A, 2014. 1 vídeo (7:01 min.). Available at: https://www.youtube.com/watch?v=lxHsTTZvSy8&ab_channel=P%C3%A9deMacacoS%2F. Acesso em 27 apr. de 2023.

YURIAN Carneiro. **Encontro de Ocupações e protesto Antenor Garcia São Carlos**. Yurian Carneiro, 2014b. 1 vídeo (4:34 min.) Available at: https://www.youtube.com/watch?v=XkkSpTPF_0s. Accessed at: 19 sep. 2023.

YURIAN Carneiro. **Movimento Sem Teto Antenor Garcia São Carlos**. Yurian Carneiro, 2014a. 1 vídeo (3:56 min.) Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=5x-ajeTXva4>. Acesso em 19 sep. 2023.

4. MTST booklet

CARTILHA de princípios, MTST, 2013. Available at: https://issuu.com/mtsemteto/docs/mtst_cartilha. Accessed at: 05 aug. 2023.

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. Cartilha do militante. São Paulo, n. 1, 2005.

5. Legal proceedings

SÃO CARLOS, **Legal process** filed on Feb. 24, 2014, under the number 10016174120148260566, 2014.